



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Hélder Pires Amâncio

Visibilizar histórias outras da Antropologia:
Gerações de antropólogos e antropólogas em Moçambique pós-colonial

Florianópolis
2020

Hélder Pires Amâncio

Visibilizar histórias outras da Antropologia:

Gerações de antropólogos e antropólogas em Moçambique pós-colonial

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Antropologia Social

Orientadora: Prof.^a Antonella Maria Imperatriz Tassinari, Dr.^a

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Amâncio , Hélder Pires

Visibilizar histórias outras da Antropologia : Gerações
de antropólogos e antropólogas em Moçambique pós-colonial /
Hélder Pires Amâncio ; orientador, Antonella Maria
Imperatriz Tassinari, 2020.

441 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Antropologia Social. 2. História da Antropologia em
Moçambique . 3. Antropologia Africana. 4. Pós-colonialismo.
5. Gerações de Antropólogos/as. I. Tassinari, Antonella
Maria Imperatriz . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
III. Título.

Hélder Pires Amâncio

Visibilizar histórias outras da antropologia: Gerações de antropólogos e antropólogas em
Moçambique pós-colonial

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta
pelos seguintes membros:

Prof. Kabengele Munanga, Dr.
Universidade de São Paulo

Prof. José Luís de Oliveira Cabaço, Dr.
Universidade Técnica de Moçambique

Prof.^a Miriam Pillar Grossi, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Ilka Boaventura Leite, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Ari Sartori, Dr.
Universidade Federal da Fronteira Sul

Prof. Marcelo Silva, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de doutor em antropologia social.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.^a Antonella Maria Imperatriz Tassinari, Dr.^a
Orientadora

Florianópolis, 2020

À Amina Abdul, minha mãe.
À Amâncio C. Chitsatse, meu pai.
À Fernando Auze Chirute, meu avô (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

“Qualquer produto intelectual aparentemente individual resulta sempre de um processo social em que o autor é só um porta-voz que aproveita e exprime, de uma forma e num estilo próprios, o que já tinha sido concebido e pensado por outros” argumentou o historiador congolês Jacques Depelchin (1987, p.38). De forma semelhante, o antropólogo britânico Tim Ingold (2019, p.7) afirmou: “como os caminhos se fazem ao andar, devemos continuamente improvisar modos de vida conforme avançamos, abrindo novas trilhas mesmo quando seguimos os rastros de nossos predecessores. Contudo, nós não o fazemos sozinhos, mas na companhia de outros”.

É a esses “outros” que me acompanharam ao longo da vida acadêmica e social, as pessoas e instituições com as quais aprendi muito nesses anos de minha formação que eu gostaria de agradecer. Sem a participação dessas pessoas e instituições este trabalho não teria sido possível.

Eventualmente, alguém poderá ficar de fora nas menções por esquecimento meu, não é fácil lembrar de todas as pessoas. Ainda assim, quem não for mencionado e se sente parte deste percurso, estará igualmente contemplado na minha expressão de profunda gratidão!

Devo começar por agradecer imensamente, à minha orientadora Antonella Tassinari, pela aprendizagem teórica e metodológica rigorosa, mas acima de tudo, pela humildade, simplicidade, sinceridade e dedicação na forma como desde que nos conhecemos pessoalmente em 2014, me orienta e acolhe. Professora, não tenho palavras à altura que exprimam a minha gratidão e carinho.

À minha mãe Amina Abdul e ao meu pai Amâncio Chitsatse, pela vida, criação amorosa, por me terem enviado à escola e me feito acreditar nela e na vida acadêmica como um caminho possível, apesar deles não terem alcançado elevados níveis de escolaridade, não me negaram essa oportunidade e souberam acompanhar-me e estimular-me nos vários momentos, especialmente, nos mais difíceis de decidir sobre caminhos a trilhar. Assim, agradeço extensivamente também a toda minha família pelo suporte, sobretudo, emocional que me prestam ao longo deste período formativo.

Às minhas irmãs e meus irmãos: Nélsia Énia Amâncio, Zauria Jéssica Amâncio, Marcial Alves Amâncio, Amâncio Célsio de Amâncio; Justino Sevenhane Guambe; David Justino Roberto e Sheila Justino Roberto, agradeço-vos pelo carinho e que este percurso vos

estímulo a continuarem os seus estudos. Extensivo também à minha sobrinha Hélvia Justino e ao meu recém-chegado sobrinho Tálzio.

Ao meu tio Justino Roberto e tia Zauria Maulide que cuidaram de mim na adolescência. Sobretudo, ao primeiro devo o legado de comprometimento com os estudos.

À minha tia Magdalena Fernando Muendane e tio Armando Meque Mudiue pelos constantes estímulos. Ao segundo, agradeço por compartilhar comigo seus manuscritos e preocupações pedagógico-antropológicas e pelas instigantes questões e longas conversas que me proporciona quando nos encontramos.

Os meus agradecimentos vão também aos professores Emídio Gune e Cristiano Matsinhe que de diferentes formas incentivaram a continuar com os estudos. Foi graças aos seus estímulos que cheguei ao Brasil em 2014 para cursar o mestrado em Antropologia Social na UFSC e continuei.

Ao Departamento de Arqueologia e Antropologia na pessoa do seu então chefe Alexandre Mate, depois o atual Hilário Madiquida e seus docentes, que me acolheram durante a pesquisa de campo e me convidaram a colaborar na docência. À Danúbio Lihabe com quem colaborei na disciplina de Cultura e Etnomas Sociais; Alexandre Mate na disciplina de Introdução à Antropologia e Johane Zonjo na disciplina de Antropologia em Moçambique. Este último vem se dedicando à sistemática e cuidadosa construção de um acervo de materiais sobre a Antropologia em Moçambique. Beneficiei não só das conversas, mas também, de uma parte importante desse material reunido, que foi por ele generosamente a mim facilitado para a produção deste trabalho. Devo muito a Johane Zonjo. Muito obrigado pelos compartilhamentos e generosidade intelectual.

Aos meus entrevistados, docentes e investigadores do Departamento de Arqueologia e Antropologia e Centro dos Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane e Departamento de Antropologia e Sociologia da Universidade Pedagógica: Adriano Biza, Alexandre Mate, Alípio Siquisse, Ana Loforte, Aurélio Miambo, Carla Braga, Elísio Jossias, Emídio Gune, Esmeralda Mariano, Euclides Gonçalves, Hélder Nhamaze, Hilário Madiquida, Isabel Maria Casimiro, Johane Zonjo, Margarida Paulo, Maria José Arthur, Rafael da Conceição, Sandra Manuel, Tereza Cruz e Silva. Agradeço-vos pelo tempo e paciência que me dispensaram ao longo da pesquisa.

À professora Teresa Cruz e Silva agradeço igualmente pela leitura do projeto, comentários e sugestões pertinentes gentilmente oferecidas no início da pesquisa.

Ao professor José Pimentel Teixeira pelas sugestões iniciais e indicação de conversa com as professoras: Teresa Cruz e Silva e Maria José Arthur.

Do Centro dos Estudos Africanos da UEM, agradeço ainda ao Carlos Fernandes pelas trocas e parcerias.

À Vera e Aiko Gasparetto pelo amor e carinho, acolhimento em suas vidas. À Vera, especialmente devo aprendizados ao longo dos anos que nos conhecemos, compartilhamos espaços e fortes debates e muitas emoções. Aprendi (e continuo), grandes lições de vida compartilhada, sou grato também por me inserirem em seus círculos familiares e de amizade. Também agradeço a gentileza da Vera em ler cuidadosamente e comentar criticamente os manuscritos iniciais e pelas correções ortográficas rigorosas.

Ao meu querido amigo - irmão Alexander Cordovés e sua companheira Deysi por todo o apoio, acolhimento e debates psicoantropológicos. Tenho-vos no meu coração! Os agradecimentos são extensivos à toda a comunidade cubana que tive a oportunidade de através destes conhecer e compartilhar alegrias! Agradecimento extensivos a Magali Lopez amiga e colega peruana que também conheci por intermédio de Alexander.

Aos meus colegas do mestrado e doutorado com os quais aprendi muito, compartilhamos alegrias e também frustrações: Diógenes Cariaga, Igor de Sousa, Larisse Pontes, Jefferson Virgílio, Lia Mattos, Elis do Nascimento, Denize Refatti, Marino Sungo, Virgínia Nunes, João Ribeiro, João Rodrigo, Kamila Schneider, Fátima Puertas, Satsuki Lino, Danielli Katherine; Géssia dos Santos, Júlia Basso, Lorena Trindade, Luísa Peixoto, Marcelo Camargo, Naíla Sarkar, Franco Delatorre, Joelma Nascimento, Heloisa Souza, Rosilene Pereira, Yérsia de Assis.

Ao Jefferson Virgílio agradeço-lhe também por se dispor a fazer a revisão das referências e formatações.

Ao Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI) do qual faço parte, às suas coordenadoras e colegas que me acolheram com carinho, solidariedade e instigantes debates.

Aos Moz-Floripa, irmãs e irmãos moçambicanos em Florianópolis, vocês foram e são uma verdadeira família, longe dos parentes mais diretos. Convosco sinto-me mais próximo de casa e me ajudam a gerir a imensa saudade! Obrigado a todos/as, especialmente: Ezra Chambal, Hélio Maúngue, Hélio Parruque, Lusitâneo Macuvele, Jonas Matsinhe, Francisco Baloi, Jorge Banze, Etelvino Guila, Januário Nhacuongue, Policarpo Matiquite, Calawia Salimo, Machaia Mualaca, Casimiro Lobo, Simião Mazive, Aristides Culimua, Liendina Chirindza, Adelino Onofre, Crimildo Jorge, Samuel.

Aos meus colegas e amigos em Moçambique: Evaristo Mahumane, Alcido Honwana, Efraime Nhabanga, Dilman Mutisse, Midália Uamba, Mariza Chivangue, Edson Mugabe, António Nhaposse, Tirso Siteo, pelos estímulos e tantos outros/as que não cabe mencionar aqui.

Às instituições e programa de financiamento de pesquisa no mestrado e doutorado, que foram extremamente fundamentais para a minha permanência no Brasil e que infelizmente estão ameaçadas pelo atual governo brasileiro: Programa Estudante-Convênio de Pós-graduação - PEC-PG - CNPQ e CAPES.

Ao Instituto Brasil Plural pelo financiamento da passagem e diárias para a realização do trabalho de campo em Moçambique.

Ao Centro de Educação (CED) da UFSC onde atuei como orientador de trabalhos de fim de curso na especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Para além da aprendizagem e experiência incrível de participar desse projeto, a bolsa que me concederam foi fundamental para a minha continuidade no primeiro ano doutorado, em que o PPGAS não dispunha de bolsas por conta dos cortes de orçamento do atual governo.

Ao Serviço Distrital da Educação, Juventude e Tecnologia (SDJT) de Boane e à Administração do Distrito em Moçambique por autorizarem o meu pedido de afastamento para continuar os estudos.

Ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina pelo acolhimento ao longo desses anos. Aos professores do programa, cada um ao seu estilo contribuiu de forma significativa para a minha aprendizagem antropológica, instigando-me pelas questões e aguçando a minha sensibilidade, uns mais do que outros, especialmente: Sônia Maluf; Theophilos Rifiotis, Rafael Menezes Bastos; Márnio Teixeira-Pinto; Miriam Grossi; Edviges Ioris; Miriam Hartung, Ilka Boaventura Leite; Antonella Tassinari; Alicia Castells, José Kelly, Claudia Fonseca (convidada da UFRGS).

Aos professores das bancas de qualificação de projeto: Ari Sartori, Ilka Boaventura Leite, Miriam Grossi e qualificação de tese: Lorenzo Macagno e Miriam Grossi. E, também aos professores que aceitaram compor a banca de defesa da tese: Kabengele Munanga, Miriam Pillar Grossi, José Luís Cabaço, Ilka Boaventura Leite e como suplentes (externo e interno) Ari Sartori e Marcelo Silva.

Por fim, mas não menos importantes, à todas/os que direta ou indiretamente fazem parte deste meu percurso e que eventualmente me tenha esquecido de mencionar nominalmente.

MUITO OBRIGADO!

KHANIMAMBU!

(...) uma vez que os intelectuais contemporâneos vivem em bandos, conhecem-se razoavelmente bem uns aos outros, empregam uma linguagem comum e tem uma carreira determinada por certas regras, porque não os estudar do mesmo modo que os antropólogos estudaram os Azande ou os Zulu? (CORRÊA, 2013, p. 15)

Se nós mesmos, enquanto antropólogos, membros de uma comunidade intelectual, constituímos uma sorte de “cultura”, cujas origens não estão aqui, em nosso continente, mas em nossa formação profissional estão presentes, por que então não tomarmos essa “cultura” como objeto privilegiado de nossas indagações? (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1997, p. 15)

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é compreender o percurso da Antropologia em Moçambique, com atenção ao contexto pós-colonial. Para o efeito, baseei-me na pesquisa documental e bibliográfica, na participação observante e nas entrevistas narrativas junto às e aos protagonistas moçambicanos/as do campo antropológico acadêmico. A pesquisa teve a duração de aproximadamente doze meses. Sustento que o desenvolvimento da Antropologia em Moçambique reflete a dinâmica histórica complexa e contraditória do país, que ela própria ajudou a construir, e também por ela foi constituída. Neste trabalho identifico quatro gerações de antropólogos/as em Moçambique. Centro-me na descrição das trajetórias de vida, de formação, redes de relações intelectuais, institucionais, afetivas e de amizade das duas primeiras gerações, que contemplam o período que vai da crise e marginalização da Antropologia à sua revitalização, principal foco da tese. Demonstro que durante a vigência do colonialismo no país, o poder oficial instrumentalizou a Antropologia e a colocou a seu serviço, embora houvesse antropólogos e missionários (sobretudo, protestantes) que foram severamente críticos ao poder colonial. Nesse sentido, sustento que as fronteiras entre a Antropologia e o colonialismo em Moçambique são ambíguas. Discuto ainda a relativa marginalização da Antropologia no período pós-independência, situação que ocorreu em muitos outros países africanos, porque conotada como arma de arremesso do poder colonial e entendida como estudo das “sociedades tradicionais”, num contexto em que se pretendia construir sociedades e Estados-Nações modernos (o Homem Novo, no caso moçambicano). Argumento que a revitalização da Antropologia em Moçambique resulta do fracasso dos projetos de desenvolvimento socialistas, quando ela é novamente instrumentalizada para auxiliar na compreensão dos obstáculos colocados a esses projetos. Na atualidade a Antropologia é cada vez mais convocada para compreender os complexos processos socioculturais, políticos e econômicos no âmbito do desenvolvimento do país. Essa demanda tem com objetivo de produzir conhecimento e supostamente ajudar a promover a igualdade, o bem-estar e justiça social, num contexto de profundas desigualdades sociais, resultantes das escolhas políticas e econômicas do período socialista e capitalista, da guerra civil e das múltiplas e cíclicas crises (econômicas, político-militares, sanitárias) que perduram no país ao longo da sua história recente. Procuo com este trabalho visibilizar histórias outras, atrizes e atores moçambicanos/os da Antropologia e contribuir para a promoção de uma perspectiva crítica e plural da história de nossa disciplina, desafio que permanece aberto a novas abordagens.

Palavras-chave: História da Antropologia em Moçambique. Antropologia Africana. Pós-colonialismo. Gerações de Antropólogos/as.

ABSTRACT

The main objective of this work is to understand the path of Anthropology in Mozambique, with attention to the post-colonial context. To this end, I relied on documentary and bibliographic research, observant participation and narrative interviews with Mozambican actors in the academic anthropological field. The research lasted approximately twelve months. I maintain that the development of Anthropology in Mozambique reflects the complex and contradictory historical dynamics of the country, which it itself helped to build and was constituted by it too. I identify four generations of anthropologists in Mozambique. I focus on describing the trajectories of life, formation, networks of intellectual, institutional, affective and friendship relationships of the first two generations. It contemplates the period from the crisis and marginalization of Anthropology to its revitalization, focus of the thesis. I demonstrate that during the period of Portuguese colonialism in the country, the official power instrumentalized Anthropology and placed it at its service, although there were anthropologists and missionaries (especially, Protestants) who were severely critical of colonial power actions. In this sense, I maintain that the boundaries between Anthropology and colonialism in Mozambique are ambiguous. I also discuss the relative marginalization of Anthropology in the post-independence period, a situation that occurred in many other African countries, because the Anthropology was being connoted as a weapon to throw colonial power and understood as a study of “traditional societies”, in a context in which it was intended to build societies and Modern nation-states (the New Man, in the Mozambican case). I argue that the revitalization of Anthropology in Mozambique results from the failure of socialist development projects is again summons to help in understanding the obstacles posed to these projects. Currently, Anthropology is call to understand the complex socio-cultural, political and economic processes within the scope of the country's development. This demand has the objective of producing knowledge and supposedly helping to promote equality, well-being and social justice, in a context of profound social inequalities resulting from the political and economic choices of the socialist and capitalist periods, the civil war and also the multiple and cyclical crises (economic, political-military, health) that have persisted in the country throughout its recent history. With this work, I seek to make other Mozambican stories, actors of Anthropology visible and contribute to the promotion of a critical and plural perspective on the history of our National discipline, a challenge that remains open to new approaches.

Keywords: History of Anthropology in Mozambique. African Anthropology. Post-colonialism. Generations of Anthropologists.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da divisão administrativa de Moçambique	23
Figura 2 - Primeiro Projeto de Código Civil dos Povos Indígenas da Província do Sul do Save	139
Figura 3 - Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique	144
Figura 4 - Revista Memórias	145
Figura 5 - Moçambique - Documentário Trimestral	146
Figura 6 - Revista Trabalhos de Arqueologia e Antropologia Nº 1	241
Figura 7 - Publicação Texto para Debate	245
Figura 8 - Carta de Françoise Constantin à Michel Samuel	247
Figura 9 - Carta do DAA ao Centre de Recherche et d'Etude sur les Pays d'Afrique Orientale	248
Figura 10 - Relatório de pesquisa sobre “A situação da Mulher: Normas, práticas e tabus respeitantes a fecundidade, gravidez, parto e primeira infância” (1987)	264
Figura 11 - Relatório de Avaliação de Projeto ARO-NAMUNO (1989).....	267
Figura 12 - Projeto “Origens Urbanas na África Oriental” (1990).....	268
Figura 13 - Sistema de Produção Costeira: Gestão e acesso a recursos da costa e marítimos.....	322
Figura 14 - Exemplar da Revista Tempo.....	360
Figura 15 - Capas dos livros	368
Figura 16 - Capa de livro de Antropologia da Saúde em Moçambique	378

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Movimento de investigadores/as do CEA (1976/1990).....	195
Gráfico 2 - Países de formação dos/as antropólogos/as da primeira geração acima	236
Gráfico 3 - Países de formação dos/as antropólogos/as da segunda geração	349

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resumo das gerações de antropólogos/as entrevistados/as para este trabalho	44
Tabela 2 - Resumo de cada uma das Missões, seus representantes, objetivos e atividades ...	142
Tabela 3 - Nomes dos participantes do I Seminário Interdisciplinar de Antropologia e instituições ou locais de proveniência	231
Tabela 4 - Plano de Estudos disciplinares do Curso de licenciatura em Antropologia em Antropologia vigente na UEM	281
Tabela 5 - Plano de estudos do Curso de Licenciatura em Antropologia com habilitações em Estudos Étnicos e Africanos na UP-Maputo	282

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AAA Associação Americana de Antropologia
- AAM Associação de Antropologia de Moçambique
- AAPA Associação Antropológica Pan-Africana
- ABA Associação Brasileira de Antropologia
- ACIPOL Academia de Ciências Policiais de Moçambique
- AGRICOM Empresa Estatal de Comercialização Agrícola
- AHM Arquivo Histórico de Moçambique
- ANC Congresso Nacional Africano
- ARPAC Instituto de Investigação Sociocultural (antigo Arquivo do Patrimônio Cultural)
- CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCA Curriculum do Curso de Antropologia
- CCBCS Currículo do Curso de Bacharelato em Ciências Sociais
- CEA Centro de Estudos Africanos
- CEAN Centro de Estudos da África Negra
- CED Centro de Educação
- CEI Casa dos Estudantes do Império
- CEPS Centro de Estudos Políticos e Sociais
- CNE Conselho Nacional de Eleições
- CNPQ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CODESRIA Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África
- CPDOC Documentação de História Contemporânea do Brasil
- CREPAO Centre de Recherche et d'Etude sur les Pays d'Afrique Orientale
- DAA Departamento de Arqueologia e Antropologia
- DCT Departamento de Ciências da Terra
- DHUEM Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane
- DNH Direção Nacional da Habitação
- EGUM Estudos Gerais Universitários de Moçambique
- FACOTRAV Faculdade de Antigos Combatentes e Trabalhadores da Vanguarda
- FLCS Faculdade de Letras e Ciências Sociais
- FRAN Formation à la Recherche en Afrique Noire
- FRELIMO Frente de Libertação de Moçambique

ICS Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
IES's Instituições de Ensino Superior
IESE Instituto de Estudos Sociais e Económicos
IFCS Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IICM Instituto de Investigação Científica de Moçambique
INDE Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
ISARC Instituto Superior de Artes e Cultura
ISCTE Instituto Universitário de Lisboa
ISEU Instituto Superior de Estudos Ultramarinos
ISP Instituto Superior Pedagógico
ISPA Instituto Superior de Psicologia Aplicada
ISRI Instituto Superior de Relações Internacionais
JICU Junta de Investigação Científica do Ultramar
JMGIC Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais
KALEIDOSCÓPIO Pesquisa em Cultura e Políticas Públicas
KULA Estudos e Pesquisas Aplicadas
LPS Laboratório de Pesquisa Social
MAM Missão Antropológica de Moçambique
MGM Missão Geográfica de Moçambique
MEC Ministério da Educação e Cultura
MEMEUP Missões para o Estudo das Minorias Étnicas dos Territórios Portugueses de Ultramar
MESCT Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional de Moçambique
NEM Núcleo de Estudos da Mulher
NEPI Núcleo de Estudos de Populações Indígenas
NORAD Agência Norueguesa para o Desenvolvimento
ONGs Organizações Não-Governamentais
PEC-PG Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRE Programa de Reabilitação Económica
PRES Programa de Reabilitação Económica e Social
RENAMO Resistência Nacional de Moçambique
SAREC Agência Sueca para a Cooperação na Pesquisa com os Países em Desenvolvimento

SARQ Secção de Arqueologia
SDJT Serviço Distrital da Educação, Juventude e Tecnologia
SIDA Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional
SNE Sistema Nacional da Educação
SNM Serviço Nacional de Museus e Antiguidades
SPAIE Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
SUNY Universidade de Nova York
UAB Universidade Autónoma de Barcelona
UCM Universidade Católica de Moçambique
UCT Universidade de Cape Town
UEM Universidade Eduardo Mondlane
UFBA Universidade Federal da Bahia
UFICS Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
ULM Universidade de Lourenço Marques
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP Universidade Estadual de Campinas
UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNL Universidade Nova de Lisboa
UP Universidade Pedagógica
WLSA Mulher e Lei na África Austral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: QUANDO O CAMPO E O OBJETO DA PESQUISA É A ANTROPOLOGIA E OS ‘NATIVOS’ SÃO ANTROPÓLOGAS (OS)	25
1.1	SITUANDO O PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO	27
1.2	JUSTIFICATIVA.....	28
1.3	OS MÉTODOS E AS TÉCNICAS DE PESQUISA, A ENTRADA EM CAMPO E A ÉTICA.....	30
1.4	ALGUMAS ABORDAGENS E ESCOLHAS TEÓRICAS: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA ANTROPOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE.....	38
1.5	OS SUJEITOS DA INVESTIGAÇÃO: QUEM SÃO ELAS E ELES?	42
1.6	MINHA TRAJETÓRIA E MOTIVAÇÃO PARA ESTA PESQUISA	44
1.7	ORGANIZAÇÃO DA TESE	48
2	A ÁFRICA NA ANTROPOLOGIA E A ANTROPOLOGIA EM E DA ÁFRICA: O LUGAR DO CONTINENTE NA CONSTRUÇÃO DO SABER ANTROPOLÓGICO	51
2.1	DA ORIGEM COLONIAL DA ANTROPOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM A ÁFRICA	56
2.2	ANTROPÓLOGOS E ANTROPÓLOGAS FRANCESES E AMERICANOS NA ÁFRICA COLONIAL.....	67
2.3	A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS AFRICANOS PARA A ANTROPOLOGIA SOCIAL BRITÂNICA	71
2.4	ANTROPOLOGIA, ANTROPÓLOGOS E ANTROPÓLOGAS NA ÁFRICA PÓS-COLONIAL: UMA CIÊNCIA SOB SUSPEITA	75
2.5	ANTROPOLOGIA NO SÉCULO XXI E O SEU FUTURO NA ÁFRICA.....	85
3	A ANTROPOLOGIA NO CONTEXTO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE	98
3.1	DA PRESENÇA COLONIAL PORTUGUESA À NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ANTROPOLÓGICO	103

3.2	ENTRE A CONFERÊNCIA DE BERLIM E A IMPLANTAÇÃO DO ESTADO NOVO EM MOÇAMBIQUE (1884/1885-1930): A PRODUÇÃO ANTROPOLÓGICA NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO CIENTÍFICA	107
3.2.1	A produção antropológica oficial: O protagonismo dos Serviços de Negócios Indígenas e a recolha de informações etnográficas	109
3.2.2	Outros agentes de produção antropológica além da linha oficial portuguesa.....	114
3.3	DO ESTADO NOVO À INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE (1930-1975): O PODER COLONIAL E O SABER ANTROPOLÓGICO	124
3.3.1	Joaquim Rodrigues Santos Júnior e a Missão Antropológica de Moçambique (1936-1956)	126
3.3.2	António Jorge Dias e a Missão das Minorias Étnicas do Ultramar (1956-1974)...	132
3.3.3	José Gonçalves Cota e a Missão Etnográfica de Moçambique (1941-1943).....	137
3.3.4	Outros agentes de produção antropológica além da linha oficial portuguesa.....	142
4	O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DE MOÇAMBIQUE APÓS A INDEPENDÊNCIA, O ENSINO SUPERIOR E AS CIÊNCIAS SOCIAIS	156
4.1	O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DE MOÇAMBIQUE APÓS A INDEPENDÊNCIA, 1975 ATÉ 1990	156
4.2	O ENSINO SUPERIOR NO PÓS-INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE	179
4.3	AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE E ALGUNS DESAFIOS.....	185
5	CRISE E RELATIVA MARGINALIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA NO CONTEXTO PÓS-INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE	206
5.1	DA CRISE DA ANTROPOLOGIA E SUA RELATIVA MARGINALIZAÇÃO NO PÓS-INDEPENDÊNCIA	208
5.2	DA SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA (SARQ) AO DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA (DAA).....	215
5.3	O I SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR DE ANTROPOLOGIA DO DAA: O INÍCIO DA SISTEMATIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DO SABER ANTROPOLÓGICO PRODUZIDO EM E SOBRE MOÇAMBIQUE	228

6	DA CRISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIALISTA À REVITALIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA: PESQUISA, ENSINO E FORMAÇÃO	250
6.1	A REVITALIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA PELA JANELA DO DESENVOLVIMENTO SOCIALISTA.....	250
6.2	A VIRADA PARA O ENSINO E A FORMAÇÃO: ANTROPOLOGIA NA ESCOLA DO ESTADO E DIREITO, NA UEM E OUTRAS INSTITUIÇÕES.....	253
6.3	ALGUMAS PRODUÇÕES EM JEITO DE PROJETOS, RELATÓRIOS DE PESQUISA ANTROPOLÓGICA DO DAA E SEMINÁRIOS / CONFERÊNCIA	262
6.4	DA ANTROPOLOGIA NO CONTEXTO DA DEMOCRATIZAÇÃO, DE 1990 À ATUALIDADE: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO, ENSINO E FORMAÇÃO..	269
6.4.1	Do ensino da Antropologia em diferentes cursos até a criação da graduação na área	272
6.4.2	Da graduação à pós-graduação no âmbito da Antropologia em Moçambique	285
6.5	PRODUÇÃO ANTROPOLÓGICA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA ERA DA DEMOCRATIZAÇÃO E DA “INDÚSTRIA DO DESENVOLVIMENTO”.....	292
7	GERAÇÕES DE ANTROPÓLOGAS E ANTROPÓLOGOS MOÇAMBICANOS, TRAJETÓRIAS DE VIDA, DE FORMAÇÃO E PRODUÇÕES ACADÊMICAS: OS “FORMADORES DOS FORMADORES”	300
7.1	ANA LOFORTE	310
7.2	ALEXANDRE MATE	317
7.3	MARIA JOSÉ ARTHUR.....	324
7.4	ANTÓNIO RAFAEL DA CONCEIÇÃO	334
8	GERAÇÃO “INTERMEDIÁRIA”: TRAJETÓRIAS DE VIDA, DE FORMAÇÃO E PRODUÇÕES ACADÊMICAS	343
8.1	CARLA BRAGA	350
8.2	JOHANE ZONJO	357
8.3	MARGARIDA PAULO.....	364
8.4	ALÍPIO SIQUISSE	370
8.5	ESMERALDA MARIANO	374

8.6	TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE ANTROPÓLOGAS E ANTROPÓLOGOS MOÇAMBICANOS: CONTRIBUIÇÕES À HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA	380
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	384
	REFERÊNCIAS	396
	DOCUMENTOS E REVISTAS INFORMATIVAS.....	428
	DOCUMENTOS E REVISTAS INFORMATIVAS TEXTO EM REDES SOCIAIS (FACEBOOK) E INTERNET.....	430
	ENTREVISTAS	431
	E-MAIL	432
	SITES CONSULTADOS	432
	FILMES	433
	ANEXOS	434
	CARTA DO PPGAS EM APOIO À FILIAÇÃO AO DAA/UEM	434
	CARTA DA ORIENTADORA EM APOIO À FILIAÇÃO AO DAA /UEM.....	435
	CREDENCIAL DE PESQUISA	436
	TABELA DO PERFIL DOS ANTROPÓLOGOS/AS ENTREVISTADOS/AS	434

Figura 1 - Mapa da divisão administrativa de Moçambique



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/moitas61yahocombr/2289175079>¹

¹ Sobre dados estatísticos do último censo ver: <http://www.ine.gov.mz/iv-censo-2017>.

1 INTRODUÇÃO: QUANDO O CAMPO E O OBJETO DA PESQUISA É A ANTROPOLOGIA E OS ‘NATIVOS’ SÃO ANTROPÓLOGAS (OS)

A Antropologia é parte da história e a história é parte da Antropologia. (BAKER, 2015, p. 151).

O presente trabalho tem como tema geral a história da Antropologia em e da África e, particularmente, no contexto de Moçambique, continente e país dos quais sou oriundo. O principal objetivo desta tese é compreender o desenvolvimento ou percurso da Antropologia e o processo de sua institucionalização como disciplina científica em Moçambique, ou seja, as suas dinâmicas e transformações. Inicialmente adotando uma perspectiva panorâmica para a compreensão de aspectos mais gerais da África e de Moçambique, posteriormente focalizando as duas mais antigas Universidades Públicas do país: a Universidade Eduardo Mondlane e a Universidade Pedagógica em Maputo, embora a história da disciplina, como demonstro ao longo do trabalho, a elas não se restrinja. O tema da tese enquadra-se no campo da história e do ensino da Antropologia, dentro da grande linha de pesquisa denominada Ciência, educação, técnica e ambiente do PPGAS/UFSC (UFSC, 2017).

Paralelamente, este trabalho visa também compreender as trajetórias e experiências de alguns dos atores e atrizes, protagonistas moçambicanos do campo da Antropologia no país, em particular no período pós-colonial.² Este último conceito, é entendido enquanto “uma condição que descreve a forma como o mundo produzido pela relação colonial nos constitui [africanos, moçambicanos e outros] como sujeitos ambivalentes (...)” (MACAMO, 2020), simultaneamente “tradicionais” e “modernos” (HONWANA, 2002), “rurais” e “urbanos” (FELICIANO, 1996), “globalizados” e “periferizados” (MATA, 2014) e (in)dependentes, estrangeiros na nossa própria terra (CARDOSO, 2014). Como argumentou Sebastião Cardoso (2014, p. 324): “o que o branco (colonizador) construiu e no que o negro (colonizado) resultou são, em outras palavras, consequências de uma longa história de colonização (ou desumanização) e, depois, de um período intenso de lutas anticoloniais que, ao fim e ao cabo, tornaram as nações africanas independentes”. Como conceito, o pós-colonial “torna-se útil na medida em que pode nos ajudar a pensar, dialogar ou descrever interpretativamente as

² Para um debate sobre a potencialidade do campo de estudos pós-coloniais ver Inocência Mata (2014). Para uma crítica ao conceito “pós-colonial” ver Anne McClintock (2010). Estes são apenas alguns exemplos de tantas outras autoras e autores que trabalham sobre o assunto.

mudanças nas relações globais que marcam a transição desigual da era dos impérios para a era pós-independências” (LEITE, 2007, p. 60).

Neste trabalho, defendo a tese de que o desenvolvimento da Antropologia reflete a dinâmica histórica (complexa e contraditória) do país que ela própria ajudou a construir e, também, por essa própria dinâmica foi constituída. Constitui uma finalidade deste trabalho, visibilizar histórias outras e sujeitos³ produtores de conhecimento antropológico do chamado Sul global,⁴ apoiando-me em reflexões e perspectivas teóricas dos chamados estudos pós-coloniais e decoloniais, africanas e latino-americanas, assim como, em teorias do campo dos estudos feministas e de gênero, críticas à história hegemônica “universal” da Antropologia, que invisibiliza⁵ contextos outros, nos quais o conhecimento antropológico é produzido, como é o caso da região e país aqui analisados. O trabalho pauta-se, portanto, numa abordagem que se quer interdisciplinar e que combina várias perspectivas.

Como argumentou Gustavo Lins Ribeiro (2014, p. 17), na apresentação ao seu livro *Outras Globalizações: cosmopolíticas pós-imperialistas* “a Antropologia, como disciplina que, mal ou bem, na divisão de trabalho intelectual tem por marca de nascença pensar o não ocidental, ao mesmo tempo que desnaturaliza o mundo em que vivemos, permite ver outros ângulos nele”. O autor continua argumentado que “basta dar um passo atrás, ou ao lado, para que nos façamos outras perguntas, procuremos outros sujeitos e processos, animemos outras postulações” (RIBEIRO, 2014, p. 17). É seguindo esta orientação, muito bem colocada pelo antropólogo brasileiro, que construo o problema desta tese, apresentado a seguir, procurando ver outros ângulos no mundo em que vivemos ou até mesmo tentando “descobrir” novos mundos através de um olhar para histórias e sujeitos outros da Antropologia num contexto que vem recebendo muito pouca atenção - África (Moçambique) - pretendendo, assim como Ribeiro (2014, p. 17), “desvendar o que não é visto por quem se guia pelos cânones hegemônicos”.

³ A noção de sujeito neste trabalho é entendida no sentido foucaultiano, não como existente a priori, mas como emergente, enquanto efeito das práticas e relações de poder, algo ou alguém que se torna, não que se é como se de uma entidade se trata. Como ele próprio argumentou: “Meu objetivo, (...) foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos na nossa cultura tornam-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231). No processo do ser humano tornar-se sujeito (modos de subjetivação), Foucault, “olha para os processos de autoformação no qual a pessoa é ativa” (RABINOW, 1999, p. 35).

⁴ Entendido “enquanto espaço de saberes, [que] coincide apenas parcialmente com o sul geográfico” (MENESES, 2016a, p. 358). Ou, como sugerem Joana Maria Pedro e Luana Borges Lemes (2019, p. 68) “não tem relação necessária com a geografia”.

⁵ No sentido de uma ausência de reconhecimento social (HONNETH, 2005).

1.1 SITUANDO O PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO

Estudos antropológicos publicados, especialmente voltados à história da disciplina em Moçambique contam-se aos dedos. Da pesquisa que realizei foi possível identificar uma totalidade de trabalhos que julgo representativa, a seguir apresentada. Alguns desses escassos trabalhos são de conclusão de cursos em diferentes níveis - graduação, mestrado e doutorado (TAELA, 2000; GAJANINGO, 2006; CABAÇO, 2007).⁶ Além dos trabalhos para obtenção de grau acadêmico, há também alguns artigos produzidos sobre a temática, na sua maioria, especialmente voltados à relação entre Antropologia e Colonialismo (LOFORTE, 1987; FELICIANO, 1987; ROQUE, 2010; PEREIRA, 1989; 1996; 2001; 2005b; MACAGNO, 2002; 2015). Há também, poucas exceções de reflexões referentes ao período mais contemporâneo⁷ sobre a história e ou prática da disciplina (LOFORTE e MATE, 1993;⁸ PEREIRA, 2016; GONÇALVES, 2019; TEIXEIRA, 2014; 2020; GUNE, 2012;⁹ ZONJO, 2017b).¹⁰ Este último antropólogo moçambicano, Johane Zonjo, está a preparar um conjunto de textos baseados em pesquisa sobre o assunto a serem futuramente publicados. Esta é a totalidade das produções realizadas que encontrei relacionadas ao campo. É possível notar, no conjunto desses trabalhos, que poucos ainda são os desenvolvidos por moçambicanos e voltados à história da disciplina, especialmente dedicados ao contexto mais contemporâneo. Contudo, estas produções sinalizam o crescimento do interesse e de trabalhos que vem sendo realizados nessa direção temática. Porém, há ainda muito a ser desenvolvido para a compreensão histórica da trajetória da disciplina e das suas práticas no Moçambique contemporâneo.

Associado ao problema dos escassos estudos realizados no campo da história da Antropologia acima apontado, outro problema central deste trabalho deriva da constatação feita pelos antropólogos Gustavo Lins Ribeiro e Arturo Escobar (2012), da existência de uma “ignorância assimétrica”¹¹ expressa nos conceitos de “provincianismo metropolitano” e “cosmopolitismo provinciano” (RIBEIRO E ESCOBAR, 2012, p. 32-33). O primeiro, que

⁶ Este último embora não seja diretamente sobre a História da Antropologia contempla elementos relacionados à mesma ao abordar políticas da identidade no contexto colonial e pós-colonial.

⁷ Relativos, por exemplo, a expansão da disciplina e os desafios da sua consolidação no país; a sua produção e aos processos de transmissão (ensino), transformações curriculares na área e seus efeitos, etc.

⁸ Neste texto, embora os autores abordem as Ciências Sociais de modo geral, dedicam uma parte do mesmo à Antropologia em particular.

⁹ No prelo.

¹⁰ Texto não publicado.

¹¹ Noção cunhada por Dipesh Chakrabarty (2000) e que Gustavo Lins Ribeiro (2014, p. 115) denomina de *tensão* entre o provincianismo metropolitano e cosmopolitismo provinciano.

consiste na ignorância que os centros hegemônicos de produção do conhecimento antropológico ou os antropólogos/as desses centros têm em relação à produção do conhecimento dos praticantes não hegemônicos. E o segundo, contrariamente, consiste no conhecimento muitas vezes exaustivo que os praticantes de Antropologia nos lugares não hegemônicos têm da produção antropológica dos centros hegemônicos do que da sua própria.

(...) essa ignorância assimétrica se expressa no fato de o desenvolvimento das “antropologias sem história” não serem ensinadas nos centros hegemônicos - e, muitas vezes, nem [n]os próprios países dessas antropologias -, enquanto a história das antropologias universais (isto é, hegemônicas) é estudada em profundidade nos lugares não hegemônicos, onde os “clássicos” incluem apenas o trabalho de antropólogos estrangeiros (RIBEIRO E ESCOBAR, 2012, p. 32-33).

Os dois problemas acima colocados, na verdade duas faces de um mesmo problema é que me conduziram a realizar esta pesquisa, no intuito de somar-me ao conjunto das produções acima apontado, com o propósito de oferecer uma contribuição à história da disciplina em Moçambique. Assim, a pergunta geral que orienta esta tese é: como a Antropologia enquanto disciplina científica se desenvolveu e se institucionalizou em Moçambique, especialmente no ensino superior? Colocada de outro modo: Qual é a trajetória da Antropologia (suas dinâmicas e transformações) e a experiência das diferentes gerações de antropólogos e antropólogas moçambicanos?

1.2 JUSTIFICATIVA

Como se sabe, a história da Antropologia até os anos 1960, não era feita por qualquer pessoa. Mariza Peirano, uma das referências da Antropologia brasileira, argumenta que a mesma, “era relatada apenas pelos próprios etnólogos, e somente no final de suas carreiras” (2004, p. 5). Segundo esta autora, “a trajetória bem-sucedida dos autores e o fato de serem contemporâneos dos eventos e publicações davam credibilidade e legitimidade às narrativas” (PEIRANO, 2004, p. 5). Este cenário começou a conhecer mudanças nos finais da década 1960 e início de 1970.

George Stocking, um dos mais respeitados historiadores da Antropologia, contribuiu para essa mudança ao publicar em 1968 o seu primeiro livro *Race, Culture, and Evolution. Essays in the History of Anthropology*, tornando-se uma referência obrigatória na década seguinte. Stocking foi também o responsável por efetuar “a primeira grande ruptura com a

prática de ignorar correntes intelectuais externas à Antropologia, demonstrando a importância dos movimentos literários, das tendências políticas mais gerais, e dos progressos em outras disciplinas” (LEAF, 1981, p. 8).

Se George Stocking rompeu com a tradição de se contar a história da Antropologia apenas pelos de dentro, no caso, etnólogos, e olhando apenas para as correntes internas que influenciaram a disciplina, sem ter em conta as disciplinas vizinhas e correntes disciplinares exógenas, o antropólogo sul-africano Adam Kuper efetuou uma outra ruptura histórica ao relatar as dificuldades de ser um jovem antropólogo que se atreveu a escrever sobre a história da Antropologia nos anos 1970. Kuper escreve, no prefácio em Inglês do seu livro *Anthropologists and Anthropology - The Modern British School*, de 1973, o quanto não estava preparado para as reações que viriam após a publicação do seu livro e as dificuldades que enfrentou para realizar a sua pesquisa, especialmente em entrevistar antropólogos com carreira consolidada, chegando alguns deles a obstruir deliberadamente o processo ou contando anedotas sobre outros antropólogos sem falar deles próprios. Portanto, a escrita e publicação da história intelectual da Antropologia Social Britânica feita por Kuper, a convite do seu professor Isaac Schapera, igualmente contribuiu para a mudança do cenário colocado naquele momento. A publicação de Kuper era a prova de que jovens antropólogos em início de carreira poderiam escrever sobre o assunto.

Apesar de já se passarem algumas décadas após a publicação desses trabalhos e terem surgido tantos outros, ainda se encontram alguns antropólogos com carreira consolidada que parecem resistir à mudança e persistem com o argumento, mesmo que em jeito jocoso, que antropólogos mais jovens (como eu, por exemplo) não deveriam se preocupar em pesquisar a história da Antropologia porque isso é ou seria tarefa de gente crescida (em idade e profissionalmente) e haveriam temas e questões mais interessantes que isso para jovens em início de carreira. Para estes, eu deveria fazer “etnografia de verdade”, entrar em contato com as pessoas nos moldes *Malinowskianos*. Este trabalho é um desafio à continuidade desse pensamento cuja ruptura já se fez, como demostrei acima.

Como jovem africano e especificamente moçambicano que se interessa por questões teórico-epistemológicas e históricas da Antropologia, decidi enveredar por este caminho, procurando enfrentar, além do acima colocado, um outro desafio exposto num pequeno texto do antropólogo queniano Mwenda Ntarangwi, publicado na *Anthropology News*, em 2005, no qual o mesmo argumenta que: “é bastante irônico que, embora haja muito trabalho

antropológico sobre a África, não haja muita Antropologia na África por parte dos africanos” (NTARANGWI, 2005, p. 9). Este cenário resulta da história da própria disciplina no continente, como argumentou o antropólogo camaronês Paul Nchoji Nkwi “no começo da ordem colonial, a antropologia na África - como o estudo das culturas humanas e dos povos - refletiu amplamente a visão dos fora do continente. Levaria muitas décadas para os africanos articularem uma visão sobre si mesmos em relação àquele mundo externo” (NKWI, 2012, p. 223). Embora esse quadro esteja a mudar, este trabalho não deixa de ser uma contribuição importante nesse processo de mudança.

A contradição exposta por Mwenda Ntarangwi (2005), indica a necessidade de nós antropólogos e antropólogos africanos realizarmos pesquisas antropológicas sobre as nossas próprias realidades, a partir de uma perspectiva diferente das historicamente impostas pelo ocidente. Isto inclui pesquisar também sobre o desenvolvimento da disciplina nos nossos países e continente, histórias e protagonistas da mesma que ainda pouco conhecemos e cuja a invisibilidade persiste tanto dentro como fora do continente.

Dialogando com essa perspectiva, esta pesquisa visa oferecer uma contribuição nessa direção, no sentido de compreender o percurso e a situação atual da disciplina, suas agendas atuais de pesquisa e as redes de relações intelectuais e institucionais que, como procuro mostrar, também envolvem redes de afeto e amizade, entre suas atrizes e atores moçambicanos.

1.3 OS MÉTODOS E AS TÉCNICAS DE PESQUISA, A ENTRADA EM CAMPO E A ÉTICA

Em termos metodológicos este estudo baseou-se em *entrevistas narrativas* realizadas junto de algumas antropólogas e alguns antropólogos moçambicanos que atuavam até o momento da investigação nas duas maiores instituições públicas do ensino superior do país: a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e a Universidade Pedagógica (UP). Além das entrevistas, realizei também a *participação observante* (através da colaboração na docência), *pesquisas bibliográficas e documentais*.

A relevância das entrevistas narrativas, reside não só no fato de os sujeitos de pesquisa contarem suas trajetórias (de vida e de formação) e se confrontarem com as suas experiências, relevantes para a compreensão do campo da Antropologia em Moçambique, mas também, pelo fato de, por via da interpelação do pesquisador, a narrativa possibilitar aos interlocutores a

produção de um relato de ou sobre si e, portanto, um esforço de construção de um dos múltiplos sujeitos possíveis, que emerge do próprio processo de relatar-se (BUTLER, 2009, p. 95). As narrativas são assim entendidas aqui como “(...) forma de interpretação da experiência individual e coletiva e como veículo de sentido” (MALUF, 1999, p. 69) e, também, como “(...) arte de contar, de traduzir em palavras as reminiscências da memória e a consciência da memória no tempo” (DELGADO, 2003, p. 22). Tais narrativas e memórias, constituem importantes instrumentos “de preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições” (DELGADO, 2003, p. 21). As narrativas possuem assim, inesgotáveis potencialidades, permitindo, por exemplo, que os ouvintes (que inclui o pesquisador e o leitor em última instância) incorporem a experiência vivida do que se narra (DELGADO, 2003) e vivam a própria narrativa como experiência (MALUF, 1999).

A pesquisa contou com duas fases de trabalho de campo. A primeira fase ocorreu entre os meses de fevereiro a maio de 2017. Esta consistiu numa primeira imersão em campo e no levantamento bibliográfico de obras e pesquisas voltadas à reflexão sobre o tema, levantamento de documentos sobre as Ciências Sociais no geral e Antropologia em Moçambique, além de algumas conversas iniciais com antropólogas e antropólogos moçambicanos, especialmente do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA). Durante esse período tive a oportunidade de colaborar na docência nesse mesmo departamento numa disciplina nova que foi introduzida na graduação denominada “Cultura e Etnemas Sociais”, junto com o professor Danúbio Lihaha.¹²

A segunda fase da pesquisa realizou-se entre setembro de 2017 e junho de 2018. À semelhança da primeira fase continuei levantando documentos e realizando de forma mais intensiva entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Novamente colaborei na docência de disciplinas no DAA - Introdução à Antropologia e Antropologia em Moçambique. A primeira junto com o professor Alexandre Mate que durante muito tempo chefiou o Departamento e que se encontra atualmente aposentado, mas continua como colaborador. E, a segunda com o professor Johane Zonjo. Nesta fase, mas não só (ao longo de toda a minha formação doutoral), foi bastante significativo o apoio e companhia de Vera Gasparetto que igualmente fazia sua pesquisa de campo no âmbito do seu doutorado sanduíche. Com ela compartilhei um conjunto de inquietações, angústias e dúvidas durante a pesquisa, mas também aprendi muito (e espero

¹² Os etnemas sociais referem-se aos elementos culturais que constituem o fundamento da vida social: parentesco, economia, política, etc.

que tenha sido recíproco) com os nossos acesos debates em torno de variadas temáticas, especialmente sobre gênero e epistemologia. A participação conjunta em eventos e na elaboração de algumas das entrevistas foram igualmente muito importantes. Algumas das entrevistas foram possíveis graças ao seu auxílio e produziram um tipo de informação que eventualmente eu sozinho não teria me atentado a elas e com a mesma qualidade. A minha maior sensibilidade às questões de gênero neste trabalho deve-se sem dúvidas a ela e sua insistência nessa perspectiva, ajudando-me inclusivamente com referências. Por tudo isso, lhe sou bastante grato!

A participação observante (DURHAM, 1988; INGOLD, 2014) através da colaboração na docência foi uma importante forma de manter contato e fonte de obtenção de informações valiosas para a pesquisa: informações, ideias, documentos. Portanto, ela constituiu uma estratégia de entrada em campo na medida em que possibilitou uma maior proximidade com alguns sujeitos da pesquisa. Penso que, de certa forma tive alguma facilidade para entrevistar esses protagonistas do campo pesquisado e acredito que isso se deveu ao fato de eu ter sido estudante do DAA e, portanto, de alguns dos entrevistados, especialmente os que pertencem a este departamento, que foram a maioria. No caso dos entrevistados da UP, acredito que esta minha proximidade com o DAA também ajudou.

Apesar de uma certa facilidade que tive, devo dizer que alguns se sentiram inicialmente desconfortáveis de estar no lugar de entrevistados. Uma das razões explicativas desse incômodo ou desconforto está provavelmente associado ao que me dissera uma das minhas entrevistadas, logo no início da conversa: “Sabes eu raramente estou neste papel, quer dizer que sempre costumo estar do lado em que tu estás, de entrevistador (...)” (Carla Braga, Entrevista, 2018).

Contabilizando o tempo do “trabalho de terreno”, foram aproximadamente 12 meses, entre idas e vindas, entre Moçambique e o Brasil. É preciso salientar que, durante esse tempo, não me dediquei exclusivamente à pesquisa, realizei outras atividades acadêmicas e familiares extremamente úteis para a pesquisa, na medida em que permitiram-me sair temporariamente da avalanche das informações que o trabalho de campo ia me trazendo para depois novamente mergulhar no campo da pesquisa.

Entrevistei no total dezenove pessoas, sendo: seis antropólogas, dez antropólogos, uma socióloga, um arqueólogo e uma historiadora. As entrevistas a estes três últimos foram importantes para compreender questões gerais da constituição das Ciências Sociais em Moçambique.

As entrevistas foram realizadas em sua maioria nos locais de trabalho dos sujeitos entrevistados, concretamente em seus gabinetes de trabalho nas Universidades ou Centros de Pesquisa (Departamentos, sala de reuniões ou escritórios), com exceção de uma entrevista que foi realizada num café no centro da Cidade de Maputo, com um dos docentes da UP e outra na residência do entrevistado, docente aposentado da UEM.

A maioria das entrevistas com as pessoas envolvidas na pesquisa, foram marcadas presencialmente e por telefone, mas outras, em menor número foram agendadas por e-mail. Alguns dos encontros não deram certo por conta das agendas dos interlocutores e fui obrigado a remarcar outros encontros para responder à disponibilidade de tempo dos mesmos. Não cabe aqui dar maiores detalhes sobre esta reorganização, importando apenas o fato dos encontros e entrevistas terem ocorrido e fornecido elementos para a análise que pretendo realizar aqui. Com todos/as entrevistados/as realizei apenas uma única entrevista com exceção de Ana Loforte, a única antropóloga com a qual tive oportunidade de realizar duas conversas. Cada uma das entrevistas teve a duração entre uma hora e uma hora e meia. As entrevistas permitiram não só compreender as trajetórias das pessoas entrevistadas, suas redes de relações, mas também, o próprio percurso da ciência antropológica no país.

Alguns antropólogos mostraram-se indisponíveis, eventualmente porque, além das agendas de trabalho, não quiseram se expor, ou temeram o que Michael Herzfeld (2014, p. 18) chamou de “revelação de práticas íntimas”. Segundo o autor, à medida que a política e a visão de mundo em estudo se aproximam não somente de casa, mas dos centros efetivos do poder, a tarefa de pesquisa se torna proporcionalmente mais difícil. Assim também afirma Esmeralda Mariano, (baseada em Ohnuki-Tierney, 1984), mas em termos de distanciamento metodológico, ao argumentar que “metodologicamente, o “distanciamento” é crucial para estudar culturas diferentes das nossas e o material da cultura. Como antropólogos, temos que enfrentar a tarefa ainda mais difícil de criar distância suficiente entre os nossos espaços familiares e as nossas culturas” (MARIANO, 2017a, p. 69). Desse modo, defende Michael Herzfeld, “não ficaríamos surpresos se aquele cuja autoridade pode estar comprometida por estas revelações, não admitissem tão facilmente se tornarem objetos da pesquisa antropológica”. Estes, “chamando a si mesmos de modernos, eles reivindicam principalmente terem alcançado uma racionalidade capaz de transcender fronteiras culturais” (HERZFELD, 2014, p. 18). Embora essa análise de Herzfeld se enquadre no contexto ocidental, pode ser que faça algum sentido no caso aqui analisado.

Em relação à seleção dos interlocutores da pesquisa, baseei-me em três critérios principais: um deles era ser antropóloga/o ou se identificar como tal, exercendo atividades de pesquisa e ensino nesse campo e ser identificado por seus pares como antropóloga/o. O segundo critério estabelecido foi o interesse de participação destes na pesquisa. Esta participação dependia, obviamente dos próprios interlocutores e da sua disponibilidade para o efeito. O terceiro, critério importante foi a antiguidade profissional, na medida em que um dos objetivos da pesquisa é compreender a história da Antropologia em Moçambique através das narrativas das atrizes e atores moçambicanos envolvidos na construção do campo, particularmente no contexto pós-colonial. Assim, os sujeitos que irei apresentar a seguir são aqueles e aquelas que se mostraram interessados/as em participar da pesquisa e disponíveis para narrar suas trajetórias, falar de si mesmos/as para mim enquanto pesquisador. Alguns com os quais consegui realizar entrevistas, foram selecionados com base na técnica da bola de neve - *snowball sampling* (BIERNACKI e WALDORF, 1981), ou seja, por indicação de outros como referências para falar sobre o tema da minha investigação. Esta técnica permite conhecer e atingir diferentes grupos na investigação.

Um exemplo para ilustrar como funcionou a técnica da bola de neve pode ser visto nos excertos das entrevistas abaixo, nos quais outros/as antropólogos/as perguntavam para mim se já havia falado, com Ana Loforte, Alexandre Mate, Rafael da Conceição, Maria José Arthur e Alípio Siquisse, para citar apenas alguns nomes, e recomendavam que eu o fizesse caso não o tivesse feito. Em conversa com a antropóloga moçambicana Maria José Arthur, por exemplo, cujo nome tinha já me sido indicado pelo antropólogo português José Teixeira, ela diz: “(...) acho que vocês têm que falar com algumas pessoas como a Ana Loforte, Alexandre Mate que reformou¹³ a pouco tempo (...)” (Entrevista, 2017). Em outra ocasião em entrevista com o antropólogo moçambicano Aurélio Miambo, ele disse-me:

(...) o que eu posso partilhar contigo é a experiência que eu tive na UFICS. Quando eu entrei para a UFICS encontrei lá o Eduardo Medeiros. Ele não está cá agora, está em Évora. Eduardo Medeiros foi uma das pessoas que esteve sempre ligado à Antropologia. Ele trabalhava com um senhor de nome Alípio Siquisse. O Alípio Siquisse está vivo ainda e é professor na UP. Ele fez História e Geografia, a licenciatura dele era etnohistória, mas, com um forte cunho, uma abordagem antropológica tanto é que ele hoje é antropólogo... depois foi fazer alguns cursos de especialidade em Évora etc., e hoje ele se assume antropólogo, como tal. Então é uma das primeiras pessoas pelo menos ao nível da Universidade Pedagógica que trabalhou com Antropologia. É verdade que estamos a falar já da década de 1990, 1995/96, mas

¹³ Aposentou, no português do Brasil.

para um curso de Antropologia que abriu em 1995,¹⁴ alguém que em 1996 já estava lá, eu acho que se não faz parte da segunda, talvez faça parte da terceira geração, não sei, das pessoas ligadas à Antropologia, talvez fosse útil ouvir, pode ser que ele partilhe algumas experiências do Medeiros, porque ele trabalhou e era assistente dele (Entrevista 2018).

A partir destas indicações, fui percebendo que as figuras moçambicanas nomeadas (mas também estrangeiras, p. ex. Eduardo Medeiros) constituíam referências no processo de constituição da Antropologia no pós-independência em Moçambique. Entretanto, outras figuras nacionais e estrangeiras não mencionadas, mas igualmente importantes participaram desse processo, embora não façam parte dos/as entrevistados/as nesta pesquisa. É o caso de antropólogos/as moçambicanos como Alcinda Honwana, Ezequiel Gwembe, Iraê Lundin e estrangeiros como Eduardo Medeiros, Adolfo Yáñez-Casal, Christian Geffray, Kabengele Munanga, só para citar algumas delas. A maneira como umas indicavam ou sugeriam outras pessoas parece também apontar para um tipo de reconhecimento assente na ideia de que a legitimidade para dar a entrevista estava na vivência da experiência nas instituições pesquisadas. Não se tratava apenas de um reconhecimento de prestígio acadêmico, mas aquele do “ter estado lá”. Portanto, foi seguindo o que Mariza Peirano (2004, p. 3) chamou de “pistas de reconhecimento social” que fui estabelecendo os contatos com os profissionais que se tornaram sujeitos de análise desta pesquisa.

Dos achados, em termos de documentos, encontrei alguns relatórios, alguns projetos de pesquisa, todos os números da “Revista Trabalhos de Arqueologia e Antropologia”, publicados pelo DAA do início ao final dos anos 1980 (entre outros materiais), me foram facultados por Johane Zonjo. Encontrei também uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o DAA e sua produção, por indicação de Ana Loforte e também revistas do antigo Instituto de Investigação Científica de Moçambique (IICM). Material bastante rico, embora, nem todo foi passível e possível de tratamento neste trabalho.

A pesquisa ou busca documental e bibliográfica foi realizada nas bibliotecas de Maputo (da UEM, do DAA, da UP e do ARPAC) e nos arquivos destas instituições, especialmente o Arquivo Histórico de Moçambique.

Sobre algumas das dificuldades de realização da pesquisa em Moçambique: (1) a falta de um banco de dados sobre pesquisas no geral e, em Ciências Sociais e antropológicas em particular, realizadas no/sobre o país constitui um desafio enorme para quem faz investigação

¹⁴ Na Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique.

nessa área; (2) a dificuldade de aceder a planos de ação e de pesquisa, relatórios de investigação e de atividade dos Departamentos de Antropologia, bem como, o acesso a documentos históricos sobre a constituição dos mesmos, muitas vezes perdidos e mal organizados é outro desafio que se coloca à alguém que realiza pesquisa em Moçambique. Embora haja algumas iniciativas louváveis de construção de uma base de dados eletrônica como é o caso do Repositório Saber (Repositório Científico de Moçambique)¹⁵ muitos materiais, encontram-se ainda indisponíveis para a consulta. Portanto, sobre este aspecto, persiste ainda o problema apontado em 1993 por Gloria Liberman (1993) em sua bibliografia anotada sobre “Mulher no Desenvolvimento em Moçambique” na qual escreve que: “um dos graves entraves à investigação científica na área social consiste na dificuldade em recolher e compilar informação documental”. Em Moçambique, diz ela, “são poucas os serviços de bibliotecas ou centros de documentação atualizados e eficientemente organizados” (LIBERMAN, 1993, p. 3). Associada a todas essas dificuldades há uma outra central e estrutural (3), que não se reduza à questões técnico-operativas e organizacionais, mas políticas, resultante da própria história recente do país, que se prende com o fato de muita informação ainda ser considerada pelo Estado como secreta, o sigilo, a desconfiança, o medo em dar informação é ainda bastante presente. Isso faz com que nem sempre a informação dada seja transparente e às vezes as pessoas tem receio de falar, dificultando assim a prática da pesquisa.

Este problema aparece mais recentemente exposto num texto de Colin Darch (2019) onde aborda o desafio da comunicação científica no campo da produção histórica, com foco em Moçambique. Nesse texto, o autor argumenta que a cadeia de comunicação científica no mundo está fraca e ineficiente, ou seja, está em colapso e, isso tem efeitos mais graves nos países africanos pós-coloniais. Darch (2019, p. 17) afirma que:

É do conhecimento comum que os arquivos e bibliotecas acadêmicas na grande maioria dos países africanos, incluindo certamente Moçambique, existem em precárias condições físicas, com orçamentos tão baixos que nem conseguiram apoiar acima do mínimo o ensino de graduação, muito menos adquirir as coleções necessárias para investigação histórica séria. Mais uma vez, a partir de minha experiência pessoal, o Arquivo Histórico de Moçambique é uma exceção extraordinária para esta regra, mas o mesmo continua a requer um investimento substancial para ser capaz de desempenhar o seu papel essencial.

Este excerto do texto de Darch aponta para um dos efeitos do colapso da comunicação científica e para a persistência dos problemas igualmente apresentados por Gloria Liberman

¹⁵ Acesso disponível em <http://www.saber.ac.mz>.

(1993), que de acordo com o primeiro, este e outros fatores (de ordem linguística, de distribuição e acesso às produções no país e na região, etc.) combinados “significam que muitos pesquisadores da atualidade não têm um acesso completo e fácil a toda a gama de fontes - impressas e eletrônicas, primárias e secundárias - que precisam para realizar seu trabalho” (DARCH, 2019, p. 17). Estando assim “obrigados a contar com uma rede de contatos pessoais, para receber anúncios das novas publicações, e com canais informais para realmente obter exemplares dos textos essenciais” (ibidem).

Alguns documentos de âmbito institucional, no lugar de estarem disponíveis em acervos das instituições, estão na posse de individualidades que privatizam esses dados dificultando deste modo que os mesmos sejam fontes públicas de informação e de produção de conhecimento. Estas dificuldades e desafios dizem muito sobre os problemas que as Universidades africanas em geral e Moçambicanas em particular enfrentam. Como argumentou Mwenda Ntarangwi (2005, p. 9): “as Universidades africanas estão lutando para se manterem vivas (...)”, apesar de todo o tipo de constrangimentos que imprimem uma força na direção contrária. E, como tal, esses problemas não podem ser compreendidos sem ter em conta as razões históricas profundas que produziram as condições sociais e políticas nas quais essas mesmas instituições de produção de conhecimento funcionam, na medida em que “na maioria dos casos, é das condições oferecidas pelas instituições de ensino superior que depende em grande medida a produção de conhecimentos e das ciências sociais no continente” (CARDOSO, 2012, p. 131).

Para encerrar este item cabe dizer que, a reflexividade e ética impõem-se como uma necessidade metodológica constante na realização de qualquer pesquisa na contemporaneidade. Ambas se encontram do meu ponto de vista articuladas e, não só ajudam a pensar criticamente sobre o lugar do próprio pesquisador, as relações de poder e suas implicações no processo de investigação, bem como as responsabilidades e consequências do seu trabalho, mas também, ajudam a refletir sobre as escolhas conceituais, teóricas e metodológicas e os seus alcances e/ou limitações algumas das quais apontei acima e outras ao longo do trabalho.

Neste trabalho, identifico com os verdadeiros nomes os interlocutores da pesquisa como forma de visibilizá-los enquanto protagonistas na edificação de um campo científico. Porém, procurei tomar todo o cuidado para não expor assuntos solicitados pelas pessoas entrevistadas para não tratar, nem os que do meu ponto de vista comprometeriam a integridade das mesmas, ainda que não me tenham interditado.

1.4 ALGUMAS ABORDAGENS E ESCOLHAS TEÓRICAS: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA ANTROPOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE

Como argumentou o antropólogo sociocultural norte americano Murray Leaf (1981, p. 11), “a Antropologia é um campo extremamente complexo que contém não apenas uma, mas várias histórias”. A existência dessas várias histórias da Antropologia, implica igualmente diferentes perspectivas a partir das quais elas podem e devem ser pensadas, pois, como sugere o antropólogo norte americano James Clifford (GONÇALVES, 2014 [1994], p. 244) “(...) não é possível definir a Antropologia com base num cânone sobre o qual todos concordariam”. Assim também defendem os antropólogos noruegueses Thomas Eriksen e Finn Nielsen (2007, p.7) “(...) é impossível haver uma única história oficial de uma determinada área, mais ainda de um campo tão ramificado, dinâmico e disputado como a Antropologia”. Na mesma senda, o antropólogo inglês Tim Ingold em seu livro recente *Antropologia: para que serve* argumentou que “a antropologia será sempre uma disciplina aberta: ela não pode se constituir de maneira mais definitiva do que a vida social da qual ela se ocupa. Assim, a história da antropologia não pode ser narrada de início ao fim” (INGOLD, 2019, p. 8). Este mesmo argumento e posicionamento serve para este trabalho de tese: “Há de facto várias “antropologias” ou se quiserem, existem várias concepções do que é a Antropologia (...)” (CONCEIÇÃO, 2007, p.72).

No texto intitulado “*In this context*”: as várias histórias da Antropologia”, a antropóloga brasileira Mariza Peirano termina o seu *paper* argumentando que: “... história da antropologia e história teórica (além da antropologia da antropologia), embora relacionadas, não se confundem” (PEIRANO, 2004, p. 15). De acordo com a autora é necessário distinguir esses dois/ três tipos de história da disciplina, pois, embora elas estejam interligadas, possuem objetivos diferenciados e estratégias particulares para recuperar um clássico ou autor do passado.

O que diferencia cada uma dessas abordagens, segundo Peirano (2004) é que, a primeira - história da Antropologia - possui um estilo que ela denomina de “propriamente historiográfico” consagrado por Stocking¹⁶ que inclui a Antropologia da Antropologia como um dos seus subtipos. No interior desta abordagem da história da Antropologia, Stocking

¹⁶ Para Mariza Peirano e outros antropólogos (James Clifford, por exemplo) este constitui um dos maiores historiadores da disciplina pela relevância e continuidade de sua obra.

distinguiu duas perspectivas: uma denominada “presentista” e a outra “historicista”. A primeira é, segundo Peirano, normativa, na medida em que é guiada pela ideia de progresso contínuo cujo foco é “a racionalidade do pensamento em um processo que leva ao presente” (PEIRANO, 2004, p. 6). A segunda (assumida por George Stocking) se propõe a entender o passado por si próprio. Nesta última perspectiva, o foco é no contexto, no processo, na emergência e na viabilidade. “É dessa perspectiva que Stocking fala sobre a pouca sensibilidade das ciências humanas para o fato de que os predecessores, muitas vezes, fizeram perguntas e ofereceram respostas sobre problemas que permanecem relevantes até hoje” (ibidem).

Anos mais tarde Stocking estabeleceu outra distinção: uma vertente “tradicionalista” da historiografia e a outra denominada “nova historiografia das ciências”, sendo nesta segunda em que seu trabalho se insere (PEIRANO, 2004). A primeira define como seu principal objetivo “classificar os cientistas do passado na medida em que anteciparam o estado presente da disciplina” e a segunda, localiza-se no cruzamento entre a história, a epistemologia e as ciências e sua maior interrogação recai entre as seguintes opções:

- (i) concentrar a atenção nas obras - isto é, nos problemas teóricos e experimentais definidos por uma comunidade científica - e (ii) investigar a influência de fatores tecnológicos, socioeconômicos, institucionais e políticos. Também à nova historiografia interessa saber se existe um desenvolvimento contínuo do senso comum à ciência, ou se a ciência deve ser vista como um aparecimento epistemológico repentino de um período histórico específico (PEIRANO, 2004, p. 6).

A segunda abordagem - história teórica da Antropologia - é “(...) uma história interna à prática da antropologia que indica a orientação e as questões centrais da disciplina, os refinamentos pelos quais passou (...), os insights que, não tendo sido devidamente apreciados na época em que foram divulgados, inspiram a renovação de perguntas tanto empíricas quanto teóricas” (ibidem). Mais adiante, Peirano acrescenta outras características desta abordagem referindo que,

É a história teórica que informa e guia o refinamento e a expansão da antropologia a partir de pesquisas de campo nossas e de nossos predecessores. É por meio da história teórica que vislumbramos as questões que marcaram o desenvolvimento de obras consideradas fundantes da disciplina, seu corpo canônico (ou mítico, para quem preferir). Quando procuramos formar alunos em teoria antropológica pela leitura sequencial dos autores e pelo exame dos desdobramentos de questões consideradas relevantes, estamos colocando a combinação história + teoria em ação. A história teórica trata assim do exame dos problemas que se tornaram pertinentes e merecedores de investigação e dos diálogos que antropólogos empreenderam e que constituem um repertório aberto e continuamente renovado de novas perguntas ou formulações. O movimento final é espiralado e dinâmico, em que questões prévias adquirem nova vida, afastando-se de uma ideia linear ou progressiva (idem, p. 9).

Uma outra abordagem é apresentada pelo antropólogo estadunidense James Clifford em entrevista concedida ao antropólogo brasileiro José Reginaldo Gonçalves, a quando da sua visita ao Brasil em 1994. Clifford, ao responder uma das perguntas a ele formulada sobre a diferença entre o seu trabalho como um historiador da Antropologia e o de George Stocking ele responde:

Eu sou uma espécie de “historiador crítico” da antropologia. (...) não faço a espécie de trabalho de arquivo que Stocking faz. (...) Enquanto historiador da antropologia, nosso trabalho difere quanto ao modo como definimos nosso “objeto”. George basicamente toma como ponto de partida o vasto leque de definições apresentadas pelos antropólogos em relação ao seu campo, um domínio altamente contestado, e então escreve a história da antropologia no sentido pleno de uma história intelectual e institucional. (...). Eu tenho uma posição mais marginal em relação à disciplina. Gosto de trabalhar nas margens, nas fronteiras. Meu princípio básico, se é que você pode chamar a isso de um “princípio metodológico”, é o seguinte: nunca aceite, ou nunca tome como ponto de partida, ou ponto de chegada, a definição que o próprio membro da disciplina oferece sobre ela. Eu pergunto o que os antropólogos, apesar de todos os seus desacordos, dizem que eles não são. Em seguida olho a relação histórica que está sendo policiada, ou disciplinada, ou seja, o processo disciplinador que ocorre nas margens ou nas fronteiras da disciplina (GONÇALVES, 2014, p. 237-238).

Portanto, no lugar de olhar para a história da Antropologia a partir de dentro, Clifford olha a partir de fora o das margens da disciplina. Assim como outros antropólogos acima citados, Clifford (GONÇALVES, 2014) também defende que existem várias histórias Antropologia ou que várias histórias da disciplina são possíveis. Em relação a esta pesquisa a pergunta que se coloca diante dessas várias possibilidades de abordar a história da disciplina é: que perspectiva adotar entre essas várias? Colocada de outra maneira a pergunta, que história da Antropologia esta tese propõe ou pretende fazer? A partir dos materiais que consegui reunir com base no trabalho de campo penso que a abordagem deste trabalho tende mais a aproximar-se de uma história da Antropologia nos moldes de Stocking, seguindo uma perspectiva historicista - intelectual e institucional da disciplina, do que uma história teórica ou mesmo de uma história da Antropologia a partir das margens proposta por Clifford, embora elementos de uma ou de outra sejam contemplados ao longo do trabalho.

Sobre a questão do contexto e a história da Antropologia, o antropólogo norte-americano Hallowell (1965), quando propôs que a história da Antropologia fosse estudada como problema antropológico, argumentou que, a história da disciplina deve atentar para o contexto e para as circunstâncias históricas nas quais as questões antropológicas centrais são formuladas. Este trabalho procura estar atento a esse aspecto do contexto sociopolítico de

desenvolvimento da disciplina em Moçambique, aliás esse elemento constitui o fio condutor central do trabalho.

Tratando-se de uma pesquisa cuja finalidade é além de compreender, visibilizar a história da Antropologia em Moçambique e dos sujeitos moçambicanos que a protagonizam. E, por tratar-se de um contexto de estudo não-hegemônico ou não central na produção de conhecimento sobre a história da Antropologia, esta pesquisa inspira-se nos estudos pós, decoloniais (africanos e latino-americanos) e de gênero críticos às produções centrais que marginalizam saberes e sujeitos outros.

Como se sabe, uma das questões que está no centro dos estudos ou trabalhos que seguem esta abordagem denominada pós e decolonial é o conhecimento e os modos de sua produção (CASTRO-GOMEZ, 2005; CASTRO-GOMEZ E GROSFUGUEL, 2007; MALDONALDO-TORRES, 2019; WALSH, 2005; 2013; WALSH, OLIVEIRA & CANDAU, 2018; BERNARDINO-COSTA; MALDONALDO-TORRES E GROSFUGUEL, 2019). A decolonialidade é entendida aqui enquanto um projeto acadêmico-político, cuja vantagem “reside na sua capacidade de esclarecer e sistematizar o que está em jogo, elucidando historicamente a colonialidade do poder do ser e do saber e nos ajudando a pensar estratégias para a transformação da realidade” (BERNARDINO-COSTA; MALDONALDO-TORRES E GROSFUGUEL, 2019, p.10). Nesse último sentido, da transformação, vislumbro duas consequências desta reflexão, por um lado a sistematização de um conhecimento pouco conhecido sobre a história da nossa disciplina no contexto moçambicano e, por outro lado, instiga a construção e aprofundamento de trabalhos nesta linha de investigação que me parecem necessários e urgentes.

Como algumas teóricas/os de gênero e do feminismo mostram (SCHINBINGER, 2008; HARDING, 1996; HARAWAY, 1995; GROSSI, 2006; MINELA, 2013), as mulheres têm sido deixadas de fora quando se trata das ciências ou da produção do conhecimento científico em diferentes áreas. Na Antropologia, esse olhar dominado pelo viés masculino prevalece, eventualmente neste mesmo trabalho. Contudo, esta pesquisa busca no campo das teorias de gênero e feministas apoio para inclusão e compreensão das trajetórias, sobretudo de mulheres, mas, também de homens na Antropologia em Moçambique, bem como, as suas contribuições na construção de conhecimento antropológico, especialmente ao longo dessas últimas quatro décadas no país.

Apesar do esforço que este trabalho procura imprimir de trazer as mulheres para dentro da história da Antropologia em Moçambique, é preciso reconhecer que, nos países africanos, com todas as iniciativas realizadas para a inclusão das mulheres na educação, especialmente superior, “o certo é que a paridade continua sendo um sonho em todos os níveis educativos africanos, incluindo ao nível superior... Tanto o alunado como o professorado das universidades subsaarianas continuam sendo majoritariamente masculino” (PÉREZ E REYES, 2015, p. 156). Assim também é em Moçambique, como argumenta a socióloga Conceição Osório e a historiadora Teresa Cruz e Silva (2008), a persistência da discriminação de gênero na educação se expressa, por exemplo, na formação de professores e na limitada permanência e acesso à escola. A pouca atenção que é dada a esta questão “não se tem traduzido, no entanto, em planos de ação... é ainda muito insuficiente a articulação entre a identificação dos problemas, a definição de estratégias para encontrar soluções e a sua efectivação em actividades” (OSÓRIO; CRUZ E SILVA, 2008, p. 76).

E isto é visível no desequilíbrio de gênero entre as e os entrevistados para este trabalho, na sua maioria homens. As mulheres nos cursos de Antropologia ainda são muito poucas se comparadas ao número de homens tanto como estudantes, assim como professoras. Este constitui, a meu ver um dos grandes desafios que temos como país e mais especificamente, como curso.

1.5 OS SUJEITOS DA INVESTIGAÇÃO: QUEM SÃO ELAS E ELES?

Os sujeitos desta pesquisa são, como já anunciei, antropólogas e antropólogos moçambicanos, provenientes de diferentes origens ou classes sociais, nascidas em diferentes regiões do país, com distintas idades (entre os 40 aos 60 anos), portanto, de variadas gerações e com diversas trajetórias de formação acadêmica. Das pessoas entrevistadas a maioria vem de famílias populares e outros de famílias de classe média.

No âmbito da formação, uns possuem formação de base (graduação) em História e depois se formaram ao nível da pós-graduação (mestrado e doutorado) em Antropologia. Outros, da graduação à pós-graduação se formaram em Antropologia. Salvo algumas exceções, os de formação de base em História, na sua maioria, pertencem à geração que eu chamei da “independência” ou “formadores dos formadores” (aqui me apropriando da nomenclatura usada por um dos meus interlocutores que, assim como eu, vem trabalhando na sistematização de

materiais sobre a trajetória da Antropologia em Moçambique e foi bastante importante na indicação de documentos e apoio durante a pesquisa de campo, o antropólogo Johane Zonjo). E os de formação de base em Antropologia, começam da segunda geração em diante. Mas, mesmo na segunda geração que eu chamei de “intermediária”, uma boa parte das pessoas entrevistadas tem formação em História. Já a terceira geração, que eu denominei de “UFICS”, e a quarta geração “FLCS” têm suas formações de base majoritariamente na Antropologia. Neste trabalho, por motivos de tempo, o foco foi dado apenas nas duas primeiras gerações.

Todas as pessoas entrevistadas são docentes e pesquisadores (ou foram) de Universidades Públicas - a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e a Universidade Pedagógica (UP) e são formados por alguma Universidade no exterior, portanto, são provenientes de diferentes escolas de pensamento antropológico, dentro da África (além de Moçambique, África do Sul e Tanzânia) na Europa (Inglaterra, Portugal, Suécia, Bélgica, Noruega, Irlanda, França, Holanda e Itália) e América do Norte (Estados Unidos da América) e do Sul (Brasil). “A diversidade de países em que esses quadros se formaram espelha a história das opções ideológicas da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) desde o período colonial até a atualidade” (COSTA, 2009, p. 128), mas também, como mostro mais adiante, com base na fala dos meus interlocutores, no caso do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA), trata-se de um projeto muito claro. A fala de Rafael da Conceição evidencia esse projeto, em uma entrevista publicada no Boletim Gazeta, ao responder à uma das perguntas feitas por Elísio Jossias - que antropólogos pretendiam formar?

*Tínhamos que criar um consenso ao nível do DAA que era o seguinte: somos moçambicanos, os nossos estudantes são moçambicanos, o terreno vai ser fundamentalmente Moçambique, mas a perspectiva deve ser a mais universalista possível. Isto implicava, entre várias coisas, colaborar com outras instituições, com outros antropólogos fora de Moçambique. Foi isso que nós tentámos e até um certo ponto funcionou e continua a funcionar, talvez com menos ímpeto, com uma dinâmica mais frouxa por causa de outros motivos, outras dificuldades. *Decidimos diversificar as escolas, quer dizer, não nos limitarmos a enviar todos antropólogos para fazerem formação num só país mas tentar diversificar ao máximo, que era uma forma de nós termos na prática de cada um, no comportamento de cada um, a expressão de que havia ideias diferentes sobre a Antropologia e que essas deveriam ser importantes na formação dos nossos estudantes* (GAZETA, 2010, p. 15, grifo meu).¹⁷*

As antropólogas e antropólogos entrevistados realizam pesquisas em diferentes áreas temáticas e possuem experiência de docência também em diferentes subdisciplinas da

¹⁷ Rafael da Conceição apresenta este mesmo argumento em uma entrevista que concedeu a mim e à Vera Gasparetto em sua casa em 2018.

Antropologia. Abaixo segue um quadro resumo dos nomes, décadas de nascimento e instituições onde atuaram e/ou atuam. Sobre o perfil mais detalhado e completo delas e deles (locais de nascimento, instituições e áreas de formação, áreas de pesquisa e ensino, fotos) veja-se a tabela em anexo no final deste trabalho. Alguns dos/as interlocutores/as assumem-se provenientes de famílias assimiladas. Para o leitor brasileiro não familiarizado com este termo pode não compreender, embora eu explique ao longo do trabalho, sendo importante já advertir aqui se tratar de uma categoria social de pessoas, criada no contexto colonial em Moçambique para designar aqueles nativos que fossem considerados/as mais próximas da civilização e instrução europeias, por isso, dignos de um status social mais elevado que outros nativos considerados mais distantes daquela civilização e, por isso, vistos como inferiores e indignos até do estatuto humano.

Tabela 1: Resumo das gerações de antropólogos/as entrevistados/as para este trabalho

Geração	Nomes	Década de Nascimento	Instituições onde atua(ra)m
Primeira	Ana Maria Loforte Maria José Arthur Antônio Rafael da Conceição Alexandre Mate	1950 a 1960	UEM / WLSA UEM / WLSA UEM UEM
Segunda	Alípio Siquisse Carla Braga Esmeralda Marino Johane Zonjo Margarida Paulo	1950 a 1970	UP UEM UEM UEM UEM
Terceira	Adriano Biza Aurélio Miambo Elísio Jossias Emídio Gune Euclides Gonçalves Hélder Nhamaze Sandra Manuel	1970	UEM UP UEM UEM UEM / KALEIDOSCÓPIO UEM UEM / KALEIDOSCÓPIO

1.6 MINHA TRAJETÓRIA E MOTIVAÇÃO PARA ESTA PESQUISA

Eu nasci em 1988 na cidade da Beira, província de Sofala, na região centro de Moçambique. Sou proveniente de uma família de classe popular, meu pai funcionário público (motorista) e minha mãe comerciante e “dona” de casa. No início dos anos 1990, minha família passa a viver em Maputo onde cresci e estudei do ensino primário ao superior. Iniciei os meus estudos em 1994, ano que constitui um marco importante na trajetória histórica e sociopolítica de Moçambique. Foi nele que se deram as primeiras eleições gerais e democráticas do país. Essas eleições significaram a possibilidade de, pela primeira vez o povo moçambicano através do voto, afirmar o tipo de sociedade que queria ter (NGOENHA, 2014, p. 7). Trata-se de um período de transição do país para um regime político democrático, depois de uma tentativa de construção de um estado socialista pelo primeiro Presidente de Moçambique, Samora Moisés Machel.

Sempre estudei em escolas públicas. Findo o ensino primário, fiz o curso de mecânica de torno e fresa para completar o ensino básico (2005), pelas circunstâncias sociais e econômicas do momento, impossibilitado de continuar no ensino técnico ao nível do Instituto Médio, acabei enveredando pelo Instituto de Magistério Primário, onde me formei como professor do ensino básico (2007). Em 2008 iniciei a atividade profissional como professor, na sequência, em 2009, entrei para cursar Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane, sem saber muito bem o que era, como aconteceu com alguns (talvez a maioria) dos moçambicanos que acabaram se formando na área. Em 2013 concluí a graduação e, em 2014, consigo uma bolsa pelo Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)¹⁸ para o Mestrado em Antropologia Social na Universidade de Santa Catarina, onde permaneci após a conclusão, em 2016, para o doutorado na mesma área e programa.

A minha motivação para realizar esta pesquisa no campo da história da Antropologia em Moçambique está ligada ao meu próprio percurso formativo em Antropologia, iniciado ao nível da graduação naquele país da África Austral e continuada aqui no Brasil ao nível do mestrado e doutorado.

Enquanto graduando em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane algumas das questões que sempre despertaram em mim bastante interesse são: o debate epistemológico e metodológico na Antropologia, especialmente ligado às condições sociais e políticas de produção de conhecimento e a própria história da disciplina antropológica de modo geral e

¹⁸ Fruto de uma política pública brasileira de formação, sem a qual talvez não fosse possível a minha formação a esse nível.

particularmente em Moçambique. Este interesse nas questões epistemológicas e metodológicas se devem ao viés do curso naquele momento, que me parece ainda ser assim, tendo uma das suas características a forte discussão teórica e metodológica de enfoque etnográfico.

Apesar de uma boa parte das leituras serem de matriz eurocentradas, o que me permitiu conhecer com alguma profundidade a produção canônica do pensamento antropológico “universal”, por outro lado, haviam disciplinas cujo pendor desafiava essa matriz, tais como: Gênero e Sexualidade, História do Pensamento Africano, Antropologia da Educação e Cultura e mesmo na disciplina de Problemáticas Teóricas e Epistemológicas em Antropologia. Nestas disciplinas, lembro-me de ter entrado em contato com leituras e problematizações africanas e moçambicanas em diferentes campos e perspectivas (Oyèrónkẹ Oyěwùmí; Ana Loforte; Maria José Arthur; Sandra Manuel; Manuel Macia; Bibi Bakare-Yusuf; Edward Namisiko Waswa Kisiang'ani; Tereza Cruz e Silva, Terezinha da Silva, Achille Mbembe, Elísio Macamo, Cristiano Matsinhe, Yussuf Adam, Paulina Chiziane, Aurélio Rocha, Isabel Casimiro, Severino Ngoenha, José Castiano, Brazão Mazula, Carlos Serra, Maria Paula Meneses, Alcinda Honwana, Rafael da Conceição, etc.), mas também, latino-americanas, especialmente brasileiras (Ondina Fachel, Marta Lamas, Mariza Peirano, Roberto da Matta, Roque Laraia, Guacira Lopes Louro etc.), ainda que em algumas delas não de forma tão aprofundada quanto as leituras de matriz ocidental.

Sobre a história da Antropologia em Moçambique, esperava ver tratado em uma disciplina que tive na ocasião denominada Antropologia em Moçambique (ainda é assim chamada), mas muito pouco se tratou efetivamente sobre o que a disciplina ou seu nome construía como expectativa em nós estudantes naquele momento. Na época, eu não era o único incomodado com a ausência de textos sobre a história da Antropologia e sua produção em Moçambique. Essa era uma conversa que tinha com os meus colegas naquela altura. O material que líamos era especialmente voltado à relação entre a Antropologia e o colonialismo e quase nada sobre o período do pós-colonialismo, que é uma das minhas intenções explorar neste trabalho.

Particularmente, a expectativa que eu tinha e que não foi satisfeita, era que a disciplina abordasse o que seu nome sugeria: a história da disciplina no nosso contexto, que trouxesse autoras e autores moçambicanos que refletissem sobre o campo. Para a minha surpresa não foi o que ocorreu, salvo muito poucas exceções. No curso dessa disciplina percebi, então, que havia uma lacuna - a inexistência em Moçambique de alguma obra ou pesquisa aprofundada que

aborde a história da disciplina no país. O que se pode encontrar são alguns artigos, diga-se de passagem, poucos (como apontei acima), que refletem sobre a Antropologia e o Colonialismo e outros, igualmente poucos, sobre a situação da disciplina e das Ciências Sociais logo após a independência. Portanto, tem sido um tema pouco explorado. Esta constatação da minha parte ganhou ainda maior incentivo quando entrei para o mestrado e meus colegas e professores brasileiros, bem como de outras nacionalidades, solicitavam-me que contasse como era a Antropologia em Moçambique.

A minha dificuldade em construir um pensamento sistematizado sobre o desenvolvimento da disciplina, seu processo de institucionalização e estado atual ou tendências de temáticas e teorias e a constatação da ausência de reflexões robustas nesse campo no país, bem como as discussões que encontrei no Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI), tendo inclusive uma linha de pesquisa no núcleo orientada para esse campo da história da Antropologia, assim como, os estímulos da minha orientadora, motivaram-se a propor para o doutorado um projeto voltado para essa reflexão, como forma de contribuir no levantamento de elementos importantes para a construção de conhecimento nessa área temática da disciplina no país, cujas bases não estão ainda consolidadas.

Os trabalhos realizados por colegas do curso na linha de pesquisa da História da Antropologia do PPGAS/UFSC e os diálogos com os mesmos foram igualmente importantes. Lembro aqui de dois colegas com os quais dialoguei e cujos trabalhos me estimularam a pensar o caso de Moçambique: a dissertação de Jefferson Virgílio (2016) intitulado *Travessias antropológicas do além-mar: pós-colonialismos em português* que é sobre as antropologias em Portugal e a pesquisa de graduação de Vinícius Kauê Ferreira (2011) *Histórias de rodapé: Conflitos na constituição das antropologias indianas* ambos orientados por Miriam Pillar Grossi. Mas, também os diálogos com Ari Sartori e com o seu trabalho de doutorado sobre *A experiência como mediadora no ensino da antropologia para quem não vai ser antropólogo* (2010) orientado por Antonella Tassinari e, com trabalho de Guilherme Vega Sanabria (2005) *O ensino de antropologia no Brasil: um estudo sobre as formas institucionalizadas de transmissão da cultura* orientado por Miriam Hartung, no início do projeto de pesquisa.

Os elementos acima apresentados como motivação para a pesquisa mostram a importância da minha vinda ao Brasil e o deslocamento não apenas físico, mas, também e, sobretudo, epistemológico. É esse deslocamento e distanciamento epistemológico que me permitiu ver e problematizar as questões apresentadas neste trabalho. Foram sem dúvida os

diálogos com colegas, professores e os debates em meu núcleo que me levaram a escolher e seguir por este caminho e não outro.

1.7 ORGANIZAÇÃO DA TESE

Este trabalho está estruturado em sete capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro intitulei “*A África na Antropologia e a Antropologia na África: o lugar do continente na construção do saber antropológico*”. Neste capítulo apresento o contexto de surgimento da Antropologia e mostro como a África emerge enquanto um lugar (não só geográfico, mas sobretudo, epistemológico) central na produção desta área de conhecimento. O que seria da Antropologia sem a África? Como defende Sally Falk Moore e eu subscrevo “o grande corpo de informações acumulado em sociedades africanas obriga a que África continue sendo um espaço da maior importância para a pesquisa antropológica” (MOORE, 2017, p. 237).

No segundo capítulo “*Antropologia no contexto colonial em Moçambique*” apresento um panorama geral dos estudos antropológicos realizados nessa época, que abrange o período desde a Conferência de Berlim até a independência do país, tanto no âmbito dos oficialmente encomendados e financiados, quanto dos que, por iniciativa própria, foram desenvolvidos por residentes portugueses nas colônias, missionários e pesquisadores estrangeiros. Muitos desses estudos, permanecem interessantes talvez não tanto pelas análises teóricas que se faziam (ou fizeram), mas, pelo potencial etnográfico de alguns deles e da possibilidade de novas leituras a que esses materiais podem ser novamente submetidos, como o fazem estudos posteriores (Rui Pereira e Lorenzo Macagno, para citar alguns exemplos de autores que tem trabalhado na direção de uma leitura crítica da produção antropológica e colonialismo).

No terceiro capítulo “*O novo contexto sociopolítico de Moçambique após a independência, o ensino superior e as Ciências Sociais*”, adentro no período central deste trabalho no qual apresento o contexto sociopolítico de Moçambique após a independência (em 1975), uma breve trajetória do ensino superior no país, bem como, o contexto de emergência das Ciências Sociais de um modo geral, com foco no papel do Centro dos Estudos Africanos (CEA) e nos desafios, tanto do ensino superior como das Ciências Sociais na contemporaneidade. Argumento neste capítulo que as Ciências Sociais em Moçambique

surtem no pós-independência simultaneamente com o movimento de construção da nação moçambicana.

No quarto capítulo “*Crise e relativa marginalização da Antropologia no contexto pós-independência em Moçambique*”, apresento uma descrição e análise detalhada do contexto e fatores de crise da Antropologia no pós-independência que se traduziu na recusa da disciplina, dos valores e práticas sociais “tradicionais” e não alinhadas com o projeto de modernização da sociedade moçambicana e os primeiros sinais de revitalização, no início dos anos 1980, com a criação do DAA, a realização do I Seminário Interdisciplinar de Antropologia e algumas publicações na área. Neste capítulo, percebe-se que a Antropologia em Moçambique (e em África de modo geral), emerge como um(a) filho(a) adorado(a) e odiado(a) simultaneamente (JOSSIAS; MARIANO, 2008; PAULO, 2010), tal paradoxo ou ambiguidade só é compreensível tendo em conta a forma como se deu a história da “exploração e da dominação dos países subdesenvolvidos (o Terceiro Mundo) pelos países desenvolvidos ocidentais” (COPANS, 1989, p. 39), ou seja, a história das relações que o mundo colonial produziu e os sujeitos ambivalentes que constituiu (MACAMO, 2020), simultânea e paradoxalmente “tradicionais” e “modernos” (HONWANA, 2002).

No quinto capítulo “*Da crise do desenvolvimento socialista à revitalização da Antropologia: pesquisa, ensino e formação*”, analiso o segundo momento do desenvolvimento da Antropologia pós-independência, particularmente a partir dos meados dos anos 1980 em diante, de *revitalização da Antropologia*, traduzida na instrumentalização da disciplina para servir inicialmente ao projeto de reconstrução nacional e desenvolvimento socialista na época em crise e, depois, a partir de 1990, para apoiar aos projetos de desenvolvimento, já num contexto de democratização e liberalização da economia - capitalista. Aqui foco-me no processo de institucionalização dos departamentos de Antropologia da UEM e da UP, na constituição dos cursos, reformas curriculares e formação de antropólogos ao nível da graduação e pós-graduação.

No sexto capítulo “*Gerações de antropólogas e antropólogos moçambicanos, trajetórias de vida, formação e produções académicas: os ‘formadores dos formadores’*” e no sétimo “*Geração “intermediária”: trajetórias de vida, de formação e produções académicas*” é onde as narrativas e trajetórias dos meus interlocutores/as de pesquisa ganham vida. Baseado nas entrevistas narrativas que realizei com os mesmos, descrevo no primeiro as trajetórias de vida e de formação e apresento algumas das produções académicas desta que denomino

“geração da independência” ou “formadores dos formadores”. Argumento e demonstro que esta geração foi a responsável por constituir as instituições de ensino no Moçambique independente, particularmente o superior e os primeiros cursos de formação no âmbito das Ciências Sociais e Antropologia em especial.

No sétimo capítulo, analiso igualmente as trajetórias de vida, de formação e produções acadêmicas dos que chamei de “geração intermediária” que se juntaram aos primeiros na empreitada de construção do ensino superior e abertura de novos cursos no campo das humanidades no país. Em ambos os capítulos me esforço em evidenciar e visibilizar as redes intelectuais, institucionais, pessoais, de amizade e afetivas envolvidas nos processos formativos dos sujeitos-interlocutores como pessoas e, sobretudo, como profissionais da Antropologia em Moçambique, sem perder de vista os marcadores sociais que os atravessam e simultaneamente os constituem. As informações me permitiram identificar quatro gerações na construção desse campo antropológico: geração da “independência”, “intermediária”, “UFICS” e “FLCS”. Contudo, neste trabalho centro-me nas duas primeiras apenas por julgar suficientes para demonstrar o processo da crise e relativa marginalização à revitalização da disciplina a partir de meados de 1980.

Nessa introdução apresento de forma geral as principais motivações que me levaram a interessar-me pelo tema, o problema da pesquisa, os objetivos, as metodologias, as abordagens teóricas, os sujeitos da pesquisa e a organização do trabalho. E, nas considerações finais exponho as principais constatações que o trabalho permitiu enxergar, assim como, as potencialidades e limitações da investigação.

2 A ÁFRICA NA ANTROPOLOGIA E A ANTROPOLOGIA EM E DA ÁFRICA: O LUGAR DO CONTINENTE NA CONSTRUÇÃO DO SABER ANTROPOLÓGICO

A mudança tem sido constante na história das antropologias de todas as partes. As múltiplas mortes e os renascimentos das antropologias revelam uma habilidade para se transformarem a si mesmas e para redefinir seus interesses e objetivos. As antropologias estão em sintonia com as mudanças sociológicas que ocorrem em períodos e lugares diferentes. (RIBEIRO & ESCOBAR, 2009, p. 54).¹⁹

O objetivo deste capítulo é contextualizar o leitor desta tese no que concerne aos debates recentes sobre a produção do conhecimento antropológico a partir de/em/da África. Para o efeito, reflito criticamente sobre a importância do continente africano na constituição da Antropologia e, igualmente sobre a contribuição dos antropólogos e antropólogas africanistas e africanos na produção teórica e metodológica do conhecimento antropológico. Gostaria de começar citando dois parágrafos conclusivos de um texto recente do antropólogo queniano Mwenda Ntarangwi “*African Participation in, and Perspectives on, the Politics of Knowledge Production in Africanist Anthropology*”²⁰ (no item em que discute sobre Antropologia e o futuro da África) que expressam a importância da Antropologia na África atual e eu compartilho de tal posição:

(...) uma das principais afirmações feitas por Mafeje²¹ era que o conhecimento começa no nível local, e os pesquisadores - não importando suas posições políticas ou intelectuais - deveriam levar a sério as unidades locais de produção de conhecimento antes de adicioná-las a um quadro teórico pronto e estendê-lo globalmente. (...). Ironicamente, essa é a grande vantagem que a antropologia oferece aos estudiosos quando estudam em nível local. Em vez de nossas próprias posições - sejam elas teóricas ou pessoais - moldando o conhecimento ou os dados que coletamos, nós primordialmente (devemos) deixar os dados direcionarem as conclusões e as percepções teóricas que produzimos. Nunca antes houve tanta necessidade para este tipo de trabalho na África, e antropologia - mais do que qualquer outra disciplina - tem a capacidade e significado histórico para fazê-lo. Mafeje e outros estudiosos africanos “identificaram-se completamente com a rejeição da antropologia pelos nacionalistas africanos” nos anos 1960 “porque [eles] não conheciam nenhuma outra antropologia, exceto a antropologia colonial” (2011, p. 55). Nós não podemos fazer a mesma afirmação. Para entender as realidades sociais, políticas, econômicas e espirituais africanas, temos que aplicar as ferramentas testadas e verdadeiras de nossa disciplina que permitem que as experiências e sensibilidades de nossos interlocutores moldem nossa compreensão da África.

Convencido de que a antropologia tem uma longa vida na África, a pergunta a ser feita é, portanto, o que a disciplina precisa fazer e parecer para “sobreviver” nas próximas

¹⁹ Tradução livre do espanhol.

²⁰ “Participação Africana em, e perspectivas sobre, a produção das políticas de conhecimento na Antropologia africanista” (Tradução livre e pessoal do título para o português).

²¹ Antropólogo negro sul-africano, que fez duras críticas à Antropologia e aos pressupostos colonialistas (ver. ILGES, 2016; BORGES et. al., 2015).

décadas e evitar os desafios enfrentados nos primeiros 50 anos de prática na África. Para sacudir essa bagagem do passado, a antropologia deve atender às realidades metodológicas, teóricas e analíticas específicas que emanam de sua relação com os africanos, tanto como impulsionadores quanto como unidades de estudo, juntamente com as respostas possíveis a essas realidades. A antropologia na África é uma disciplina teórica e aplicada. Nós não vimos o fim disso ainda²² (NTARANGWI, 2019, p. 453-454, grifos meus).

Embora haja muita e excelente produção sobre a temática aqui abordada, relacionada, sobretudo, ao período colonial ou colonialismo e sua relação com a Antropologia nas primeiras duas décadas após as independências africanas (GONÇALVES, 2019, p. 417; RIBEIRO & ESCOBAR, 2009, p. 42), é importante retomar e relembrar esse debate até para a compreensão do contexto mais amplo no qual a minha pesquisa, voltada especificamente a um panorama histórico da Antropologia em Moçambique, se insere.

Mwenda Ntarangwi argumentou no seu instigante texto acima citado, que, “escrever sobre a África tem sido um exercício contestado por muitos anos, mas o advento da mídia social²³ mudou essa dinâmica expandindo-a e acelerando-a tremendamente” (NTARANGWI 2019, p. 439). Segundo este autor, a criação das mídias sociais fez emergir uma nova maneira de escrever a África e outras regiões do mundo, pois é um tipo de escrita e representação que exige maior atenção para aqueles aos quais o que está sendo escrito têm a dizer. Porém, como ele afirma, isso não sugere que antes tal atenção não houvesse, mas hoje é diferente em razão das críticas não mais serem feitas só pelos colegas (antropólogos e antropólogas) e apenas ao conteúdo como era antes. Para evidenciar o seu argumento, ele explica-se:

Para a antropologia, uma disciplina cujo pão e manteiga há muito tempo tem sido trabalho de campo, representação e escrita sobre os outros tem sido um assunto em discussão. A etnografia, a arte de representar ou contar histórias sobre experiências e observações acumuladas por “estar lá” no campo com as pessoas, teve sua parcela de críticas e controvérsias. Muito antes do advento do fenômeno das mídias sociais - que fornece uma plataforma pronta para críticas imediatas e desafios a quaisquer formas de representação - a antropologia já estava realizando autocensura e reflexão, permitindo que a disciplina crescesse e antecipasse mudanças no mundo dentro do qual opera (NTARANGWI 2019, p. 439 grifo meu).

Apesar da frequente presença da África nas mídias - impressa, redes sociais, TV e outras fontes da internet - que geralmente apresentam eventos ou dilemas em algum lugar do continente, persiste ainda uma representação/referência dela/ a ela como um país e entidade homogênea. O sociólogo cabo-verdiano Claudio Furtado (2017, p. 45) no seu texto “A

²² Tradução livre do original em inglês.

²³ Redes sociais, internet, etc.

desconstrução de Cabo-Verde como um *brasilim*: um cabo-verdiano em terras brasileiras”, ao “refletir sobre as múltiplas e por vezes ambíguas visões que marcam o desconhecimento de africanos do Brasil e dos brasileiros em relação aos africanos”, apresenta seu próprio relato e de outros estudantes africanos no Brasil que demonstram essa visão que infelizmente essencializa e reifica a África e os africanos. O depoimento de um togolês, sobre a sua experiência no Brasil é ilustrativo:

Sou Fleury, estudante de medicina na UFRJ. Cheguei no Brasil em 2011 através de um programa de convênio entre o governo brasileiro e o governo do meu país. Fora do Brasil, temos a visão de um país onde os negros têm acesso a todos os patamares. Chegando aqui, a realidade é completamente outra.

Eu me lembro que quando eu dizia que eu sou do Togo, as pessoas me perguntavam: o que é isso? Outros ainda perguntavam: fica em qual país da Angola? É o Congo? Eu dizia “não, é o Togo”, e tem infelizes que respondiam - “é tudo a mesma coisa”. A minha resposta era: então Argentina e Brasil é tudo a mesma coisa. O que mais me surpreendeu foi o dia que eu estava no ponto de ônibus na Ilha do Fundão e parou um carro na minha frente, e os alunos que estavam dentro do carro, e vestiam camisas da “engenharia UFRJ”, gritaram para mim: volta para o seu país, angolano. Eu fiquei triste, mas não por mim, por eles. Fiquei me perguntando como alguém consegue passar para o curso de engenharia e não sabe que ser preto com cara de estrangeiro, não quer dizer ser angolano. Eu fui entender esse pensamento defeituoso um tempo depois: a imagem de que a África é um país, não um continente que tem 54 países. Outra coisa a mencionar é a história da África aqui vendida de pobreza e de miséria (In: FURTADO, 2017, p. 54).

Outro exemplo da homogeneização e essencialização da África e dos africanos aparece na narrativa do sociólogo senegalês Alain Pascal Kaly (2001), em seu artigo “O Ser Preto africano no ‘paraíso terrestre’ brasileiro. Um sociólogo senegalês no Brasil”, no qual aborda a discriminação racial no Brasil. Segundo ele:

Os chamados estudantes africanos que vieram para o Brasil deixaram suas respectivas famílias, os seus bairros e cidades, como Mancagne, Peul, Serere, Diola, Ibo, Banto, Soninké, Bambara, Dioula, Ewe, Touare, Dinka, pegaram o avião como senegaleses, guineenses, camaronenses, gaboneses, marfinenses, argelinos, egípcios, cabo-verdianos, angolanos, moçambicanos, são-tomeenses, e aqui chegaram como “africanos”. No país que os acolheu, as diversidades culturais, linguísticas e étnicas são eliminadas e eles se vêem reduzidos à categoria de monogrupos. Enquanto os estrangeiros europeus, asiáticos e norte-americanos são tratados a partir de suas nacionalidades próprias, os da África, não. Somos “africanos”, com tudo o que isso carrega de negativo (KALY, 2001, p. 112-113).

A África continua sendo vista enquanto um lugar do caos, das guerras e proliferação de patologias,²⁴ como se estas não existissem em outros lugares do mundo, aliás a pandemia do coronavírus desafia essa ideia. O desconhecimento do rico mosaico dos povos, das culturas, das línguas, das histórias, dos sistemas políticos, econômicos e da geografia, bem como, da importância e contribuição do continente e dos africanos na produção de conhecimento prevalece (GORDON & GORDON, 2013; MONTINHO, FILHO & LOBO, 2017; FURTADO, 2017), ainda que, como sinalizou Kristen E. Cheney (2019) esse cenário tenha começado a mudar, ao argumentar que: “por volta de 2010, as pessoas começaram a falar de forma diferente sobre a África. A Narrativa perpétua da África em Crise, a África como o “Continente Sem Esperança” (The Economist, 2000), gradualmente se desdobra uma narrativa de “*Africa Rising*” [África em ascensão] (The Economist 2011)” (CHENEY, 2019, p. 307). Como se pode observar, essa mudança é muito recente, por isso mesmo, e pela necessidade de contextualizar e embasar melhor o meu tema de investigação é que este capítulo se justifica.

Entretanto, apesar do persistente desconhecimento da África e da colonialidade do saber antropológico (e não só) que marcou de forma indelével o olhar sobre o continente e as sociedades que o constituem, criando um “quadro de segmentação e hierarquização” das mesmas que perdura ao longo do tempo até hoje (PEREIRA, 2016, p. 342), o continente ocupa um lugar central na história das Ciências Sociais em geral e, especificamente, da constituição da Antropologia como disciplina. Este argumento foi recentemente reafirmado pelos antropólogos Roy Richard Grinker, Stephen C. Lubkemann, Christopher B. Steiner e Euclides Gonçalves (2019) na introdução ao livro por eles organizado “*A Companion to the Anthropology of Africa*” e é sobre este lugar²⁵ que irei discorrer neste capítulo. Segundo os editores deste livro a “Antropologia conduzida na África tem sido central para o desenvolvimento metodológico e teórico da disciplina desde que foi institucionalizada no final do século XIX” (GRINKER et al, 2019, p. 1). Antes, porém, autores/as, apresentaram argumentos similares, a antropóloga norte americana Sally Falk Moore (2017 [1993])²⁶ é uma delas. Em seu texto “*Perspectivas cambiantes sobre un África cambiante: el trabajo de la*

²⁴ Com base na discussão desenvolvida pelo filósofo moçambicano Severino Ngoenha (2006), o sociólogo moçambicano Joaquim Nhampoca (2016) aprofunda e reflete sobre os três C’s (crises, catástrofes e conflitos) da África, essa forma dominante de olhar sobre o continente.

²⁵ Aqui refiro-me a África enquanto, simultaneamente campo empírico e objeto de conhecimento/ reflexão antropológica.

²⁶ Antropóloga e professora emérita da Universidade de Harvard.

antropologia”,²⁷ ela argumentou que a África e os estudos africanos têm muito ainda a oferecer ao desenvolvimento da Antropologia:

Nos seus cem anos de existência, a antropologia social foi repensada e reconstruída múltiplas vezes. Afirmar que os estudos africanos têm desempenhado um papel central nessas transformações teóricas e metodológicas poderia subestimar esta situação.²⁸ O grande corpo de informações acumulado em sociedades africanas obriga a que África continue sendo um espaço da maior importância para a pesquisa antropológica. O foco atual da antropologia é mais a compreensão dos processos ao longo do tempo do que alguma vez imaginamos como “tradições” e “costumes” fixos e antigos. Os estudos africanos em antropologia são e serão centrais tanto para os novos estudos processuais como para outras investigações importantes na disciplina (MOORE, 2017 [1993], p. 237).

Como sabemos pela história da Antropologia ou da teoria antropológica,²⁹ a perspectiva teórica dominante no século XIX foi o Evolucionismo. Através desta teoria, antropólogos dessa época procuraram compreender todos os povos não ocidentais ou não-europeus. Esses povos ou sociedades eram vistos como atrasados ou estagnados no tempo, tradicionais, modelos arqueológicos vivos, relíquias sobreviventes do passado no mundo moderno, entre muitos outros termos ou categorias para qualificar estas populações desconhecidas. Infelizmente, como argumentaram Roy Richard Grinker et al (2019) os primeiros antropólogos estavam predispostos a imaginar que a África era constituída de povos relativamente isolados, do mesmo modo que os exploradores europeus, administradores coloniais e colonos. Esses antropólogos, afirmam os autores acima citados: “negligenciaram muito do que testemunharam no terreno - incluindo estados complexos, trabalho migratório, a proliferação de cristianismos vernaculares e urbanização - e muitas vezes negligenciaram evidências óbvias da influência islâmica e do tráfico de escravos” (GRINKER et al., 2019, p. 1). Até o início do século XX a maioria desses antropólogos que trabalhavam na África estudaram comunidades rurais consideradas de pequena escala, representadas por eles como estáticas, física e geograficamente delimitadas, ignorando as mudanças ou vendo-as como resultado de forças externas às comunidades: é o caso do colonialismo e do evangelismo cristão

²⁷ Traduzido do original em Inglês: MOORE, Sally Falk. “Changing perspectives on a Changing Africa: The Work of Anthropology”. In: Bates, R. H., Mudimbe, V. Y. & O’Barr, J. (Eds.), **Africa and the disciplines**. The contributions of research in Africa to the social sciences and humanities. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1993, p. 3-57.

²⁸ Para a autora, dizer apenas que a África ou os estudos africanos tiveram um papel central na institucionalização e transformação da Antropologia, sem mostrar evidências torna essa tese inconsistente.

²⁹ Veja-se ERICKSON, Paul A. & MURPHY, Liam. **História da teoria antropológica**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, (Tradução de Marcus Penchel), 2015.

(ibidem). Os tópicos³⁰ selecionados por tais antropólogos para o estudo, refletiam essa predisposição a-histórica. Nesse contexto, Sally Falk Moore, aponta que:

O processo para libertar-se dessa concepção de tempo e começar a ver os povos não ocidentais como contemporâneos, que vivem no mesmo período histórico ocupando diferentes partes do mundo, foi o grande problema no desenvolvimento da teoria antropológica e sua prática nos últimos cinquenta anos. [E que] A experiência africana tem muito a ver com essa transformação (MOORE, 2017[1993], p. 237).

Para Sally Moore (2017[1993]), a Antropologia Social definida pelo antropólogo britânico e africanista Cyril Daryll Forde, como o estudo de comunidades pequenas o suficiente para serem tratadas como sistemas fechados, é muito inapropriada na atualidade e foi por décadas. Além disso, a autora argumenta que a própria noção do “sistema”, se é que o mesmo existe está sujeita a questionamentos constantes. Moore vai mais longe ao afirmar que, nos dias que correm, nenhum antropólogo faria um estudo local na África sem reconhecer ou considerar o mundo fora da comunidade. A economia política global, diz ela está à vista:

O estudo local intensivo é um método de investigação, não a definição de um problema antropológico. Hoje em dia, um estudo local ainda pode ser geograficamente de pequena escala, mas deve ser conceitualmente em grande escala. (...) O localismo só pode ser totalmente explorado no contexto de sua conexão com um mundo mais amplo. Não há lugar melhor para visualizar isso do que na África. (...) A África, objeto de análise, mudou o modo de pensar sobre análise. Portanto, a África não só tem sido um campo crescente de colheita abundante de estudos sociais e culturais de não-europeus, mas também um lugar para o estudo da dinâmica de transformação (idem, p. 237-238).

2.1 DA ORIGEM COLONIAL DA ANTROPOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM A ÁFRICA

A Antropologia só se institucionalizou ou converteu formalmente como/em disciplina acadêmica reconhecida no final do século XIX³¹ e início do século XX (MOORE, 2017 [1993]; MORENO, 2010; LECLERC, 1973; STOCKING JR., 1987). De acordo com Sally Moore

³⁰ O comércio local e não de longa distância; comunidades rurais e não urbanas; as chamadas religiões tradicionais, em vez de islamismo ou cristianismo; desempenho ritual em vez de luta violenta; reprodução de sistemas de parentesco e casamento em vez de transformação social. Apesar da predominância de um tipo de tópicos em relação a outros, para Roy Richard Grinker et al (2019), isso não significa que esses temas outros estivessem totalmente ausentes da academia. Um exemplo que os autores oferecem é o trabalho de Abner Cohen (1969), **Custom and Politics in Urban Africa**.

³¹ Para Leclerc ([1973] 1972, p. 21) “a reflexão antropológica propriamente dita é retomada a partir de 1860 e mesmo iniciada, se a entendermos no seu sentido actual”, com o aparecimento de grandes obras da escola evolucionista (entre 1860 e 1880). Tais obras (de autores como Bachofen, Maine, Tylor, Morgan), segundo Leclerc, lançaram “as bases daquilo que poderemos denominar por antropologia pré-clássica”. Os anos de lançamento dessas obras também marcam o início da colonização, diz o autor.

(2017, p. 238), no final do século XIX duas preocupações moviam o interesse dos antropólogos ou da Antropologia: 1) identificar o que era universal da humanidade e 2) traçar a evolução de toda a sociedade humana através de estados sucessivos. Entretanto, foi no início do século XX, que as correntes de pensamento europeias e a ideologia política ofereceram à Antropologia uma oportunidade para o seu desenvolvimento como disciplina e a mesma se consolidou (MORENO, 2010; RIBEIRO, 2006; ASAD, 1975; GOODY, 1995). Como argumentou Jean Copans (1989, p. 39):

A história da etnologia é também a história das relações entre as sociedades europeias e as sociedades não europeias. Logo desde o princípio, a etnologia participa de um certo contexto político. O etnólogo tomou, portanto, posições políticas pela própria natureza da função objetiva. A ideologia colonial e a etnologia fazem parte de uma mesma configuração, e existe entre as duas ordens de fenómenos um jogo que condiciona o seu desenvolvimento respectivo. Esta dialética entre o contexto da prática e a função objetiva da disciplina manifesta-se até hoje no caso da Antropologia. Quer dizer que pesa sobre as condições mesmas do seu desenvolvimento.

Argumento semelhante foi apresentado por Diane Lewis (1973, p. 582): “desde que a antropologia emergiu junto com a expansão da Europa e a colonização do mundo não-ocidental, os antropólogos se viram participantes do sistema colonial que organizava as relações entre ocidentais e não ocidentais”. A este respeito, a antropóloga espanhola Nuria Fernández Moreno argumenta igualmente que:

Desde finais do século XIX, em pleno auge da teoria evolucionista, os relatórios antropológicos e as investigações etnográficas sobre os povos, foram realizados por missionários ou administradores amparados pelas expedições naturalistas e, em alguns casos, foram também os etnólogos quem proporcionavam as informações aos antropólogos. É então quando se criaram as Sociedades etnológicas (Francesa 1838, Grã-Bretanha 1843, Americana 1842, Alemã 1851 e em 1865 a Sociedade etnológica espanhola) e é a época de abertura dos grandes museus³² (MORENO, 2010, p. 2-3).

O desenvolvimento intelectual da Antropologia como disciplina acadêmica, como argumenta Moore (2017 [1993]), precede e coincide³³ com a expansão da colonização anglo-europeia em África. A antropóloga argumenta que “para a antropologia este dado político significou finalmente o acesso a um enorme domínio de conhecimento etnográfico, sobre as

³² Sobre a relação entre a Antropologia e os Museus veja-se Filho, Abreu & Athias (2016) no livro por eles organizado, denominado “Museus e Atores Sociais: Perspectivas Antropológicas”, publicado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

³³ Esta coincidência(?) /concordância, segundo Leclerc ([1973] 1972, p. 21-22) “não explica nada, e é ela própria que convém explicar”, pois, ela não resulta do acaso. De acordo com o autor, “não há dúvidas que existiu nessa época um certo acordo entre a ideologia colonialista e a ideologia implícita na nova antropologia”.

condições estabelecidas para a presença colonial” (MOORE, 2017 [1993], p. 238). Este mesmo argumento é igualmente sustentado pelo antropólogo francês Jean Copans (1989). Segundo este autor:

A heterogeneidade da vida em sociedade tornou-se progressivamente manifesta no decorrer do descobrimento e da ocupação colonial das sociedades *não europeias*³⁴. Reparou-se então que as sociedades da América, da Ásia e da África não eram feitas à imagem da sociedade europeia. Esta verificação começa por fazer dessas sociedades um objeto de reflexão filosófica ou política, antes de se tornarem objeto de ciência. A sistematização dessas reflexões sob uma forma científica torna-se possível a partir do momento em que a ciência das formações sociais e históricas se constitui, isto é, no decurso do século XIX (Saint-Simon, Proudhon, Karl Marx, Augusto Comte) (COPANS, 1989, p. 13-14).

Na mesma linha de pensamento, o filósofo moçambicano Severino Ngoenha,³⁵ argumenta que “o discurso antropológico se constitui no interior de uma filosofia da história que divide os homens em dois mundos diferentes, irreconciliáveis no tempo e no espaço, onde a Europa ocupa um lugar preponderante” (NGOENHA, [1993] 2014, p. 7). Segundo este autor, a etnologia é o resultado da expansão de dois imperialismos - o imperialismo mercantil e o histórico. O primeiro “que se apropria das terras, dos recursos e até mesmo dos homens” e o segundo “que se apropria de um novo espaço conceptual: o homem não histórico”. Assim, a aproximação histórica a este problema, segundo Ngoenha faz-nos tomar consciência de que “a história da antropologia, e a antropologia em geral, dizem respeito a uma parte da humanidade”, dando conta, apenas “das etapas do conhecimento do homem ocidental”. Deste modo, trata-se de uma história incompleta e, “para ser completa, tal história deveria também interessar-se pelo que as outras civilizações produziram sobre a alteridade que eles encontraram, mesmo sobre a alteridade ocidental” (ibidem). É com base nestes aspetos que o filósofo defende que “a história da antropologia, enquanto história de uma tradição intelectual... parte de uma antropologia cultural do ocidente, uma antropologia que permite compreender a estrutura e o significado desta cultura, à qual pertencem os antropólogos” (idem, p. 18). Ou seja,

A maneira, através da qual a antropologia compreendeu e interpretou as culturas extraeuropeias, dá-nos as indicações sobre a maneira como a sociedade ocidental se apreende e se analisa a si mesma. Proceder desta maneira, é contribuir para alargar o objeto da antropologia e integrar na sua reflexão as culturas ocidentais como objeto de conhecimento (ibidem).

³⁴ Este termo entendido segundo o autor numa acepção geográfica e só faz sentido em relação ao começo da expansão europeia.

³⁵ Referência moçambicana no campo da Filosofia e Filosofia Africana, atualmente além da docência, assume a função de reitor da Universidade Técnica de Moçambique.

De certo modo, este exercício de alargar o objeto da Antropologia sugerido por Ngoenha, havia sido realizado pelo antropólogo polonês Johannes Fabian,³⁶ ao examinar os usos do Tempo na constituição do objeto de estudo da Antropologia em seu livro (*O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto* publicado pela primeira vez em 1983) e “criticar o alocronismo³⁷ no contexto de uma análise abrangente da função dos sistemas temporais nos discursos científicos do Ocidente” (BUNZL, 2013 [1998], p. 11), no contexto do que se convencionou chamar de uma Antropologia Crítica ou Crítica da Antropologia,³⁸ engajada na reflexão das bases epistemológicas sobre as quais esse campo científico foi historicamente construído.

Ainda sobre a constituição da Antropologia, o Sociólogo francês Gérard Leclerc³⁹ ([1972] 1973) argumentou que “nos meados do século XIX, o expansionismo europeu chegou à sua fase última, começa a pressentir os últimos ‘territórios desconhecidos’ como ‘territórios a conquistar’”. África é um desses territórios que não escapa à regra, onde “numerosas são as riquezas a explorar, a utilizar e a fazer frutificar pelo Ocidente” (LECLERC, [1972] 1973, p. 13). Entretanto, não se trata apenas de uma dominação econômica, pois, como argumentou Leclerc ([1972] 1973, p. 33) “o colonialismo não é apenas expansão e dominação econômica, mas também, dominação e etnocentrismo cultural.⁴⁰ O colonialismo só dá crédito a uma única cultura, e, portanto, a transformação do expansionismo ocidental num colonialismo supõe de algum modo a constituição das “ciências sociais””. Por isso, o autor denomina essa fase de expansão ocidental de “colonialismo científico” para dar conta desse processo de confluência entre a expansão colonial e a constituição das Ciências Sociais, Antropologia em particular. As populações que habitavam ou ocupavam estes ‘territórios desconhecidos’ de modo mais ou menos legítimo, porém, sem eficácia na perspectiva ocidental, não preocupavam a

³⁶ Professor emérito na Universidade de Amsterdã.

³⁷ “Ao mesmo tempo um etnocentrismo arraigado e a ideologia capacitadora dos discursos sobre o Outro” (BUZL, 2013, p. 11).

³⁸ Segundo Fabian “existencialmente, e politicamente, a crítica da Antropologia tem início como escândalo da dominação e exploração de uma parte da humanidade por outra” (FABIAN, 2013, p. 34).

³⁹ Em sua tese de doutoramento orientada pelo antropólogo africanista francês George Balandier entre 1967-1968, posteriormente publicada em formato de livro: LECLERC, Gérard. **Crítica da Antropologia**: ensaio acerca da história do africanismo. Lisboa: Editorial Estampa, [1973] 1972.

⁴⁰ Este mesmo argumento é defendido pela socióloga angolana Tereza Cunha. Segundo ele “o colonialismo não foi meramente um ato político e administrativo, mas a violação da terra, dos corpos e da cultura” (CUNHA, 2006, p. 4).

“civilização”, pois, argumenta o autor, “as novas ciências do homem saberão pelo menos estudá-las e catalogá-las, antes que alguém as civilize” (ibidem).

Este argumento está ligado ao que Jean Copans chamou de “contradições da sociedade ocidental” - esta que é “o ponto de encontro da violência e da ciência, obstinada em negar ou destruir a heterogeneidade das outras sociedades e ávida de descobrir e explicar cientificamente uma unidade oculta na diversidade” (COPANS, 1989, p. 13). Sobre este aspecto, Johannes Fabian (2013, p. 34) na sua crítica à história da constituição da Antropologia, argumenta algo similar ao dizer que:

Constantemente, temos a necessidade de encobrir uma contradição fundamental: por um lado insistimos dogmaticamente que a antropologia repousa na pesquisa etnográfica que envolve uma interação pessoal e prolongada com o Outro. Mas então pronunciamos sobre o conhecimento adquirido com essa pesquisa um discurso que constrói o Outro em termos de distância espacial e temporal. A presença empírica do outro se transforma em sua ausência teórica, um truque de mágica que é trabalhado com a ajuda de uma série de dispositivos com intenção e função comuns de manter o Outro fora do tempo antropológico (grifo meu).

Segundo Gérard Leclerc, até o final do século XVIII, tudo, por pouco que fosse, do interior da África era ignorado. O saber sobre essa região, “era duplamente artificial” argumenta o autor: 1) porque “apenas conhecia as costas africanas ao redor de algumas feitorias” e 2) porque “dos costumes africanos apenas retinha as diferenças imediatas, o exotismo logo transformado em superstição bizarra” (LECLERC, [1972] 1973, p. 13).

A primeira viagem que marcou o início da entrada para o interior do continente africano se dá entre os séculos XVIII e XIX, realizada pelo inglês Mungo Park, mas é só após 1860 que se desenvolvem as “explorações” (ibidem). Nesse contexto, o autor estabelece a diferença entre o que ele chama de “viajantes esclarecidos” dos “exploradores e conquistadores” que passaram a fornecer as principais fontes de documentos “etnográficos”. Para Leclerc ([1972] 1973, p. 14), a diferença “não é apenas a que existira entre uma informação parcelar e superficial [produzida pelos primeiros] e uma massa imponente de novos documentos [produzida pelos segundos], entre a descrição filosófica de James Cook e Louis Antoine de Bougainville, e a reportagem de Henry Morton Stanley, mas é também, e sobretudo, uma diferença no modo de apreender as sociedades”. Quando os segundos (exploradores e conquistadores) entram para o interior de África, eles deixam de entender as suas deslocções como simples passeios, através dos quais vão contatar com os selvagens com finalidade de

formação “filosófica” individual, mas como expedição, com armas e bagagens, com o objetivo de abrir a África para a ciência e eventualmente à indústria (idem, p. 17).

Porém, como o autor nos adverte, esta diferenciação é delicada na medida em que essas fronteiras entre uns e outros não são estanques, pelo contrário são ambíguas, havendo exemplos de “viajantes esclarecidos” que eram simultaneamente, ou se tornaram “exploradores e conquistadores” com ou sem o apoio dos governos europeus imaginando-se como representantes da civilização com direitos e deveres específicos. A isso o historiador [e cientista político] inglês Hugh Alan Craig Cairns designou de “auto-identificação” dos exploradores com a civilização (CAIRNS apud LECLERC, [1972] 1973, p. 18). Leclerc, argumenta que:

(...) a auto-identificação dos exploradores com a civilização é apenas um aspecto psicológico de um problema central: a nova relação do ocidente com aquilo que hoje se denomina por terceiro mundo [no vocabulário mais atualizado, países em desenvolvimento]. Essa relação, diz o autor ‘já não é traduzível através da intervenção da razão natural, e universal como no século XVIII, mas sim através de uma teoria da história de que o Ocidente seria resultado único e tomada de consciência’ (LECLERC, [1972] 1973, p. 20).

Na mesma perspectiva, Moreno (2010) argumenta que é imersa nessa confluência de avatares político-sociais e de interesses econômicos, que a Antropologia entra em cena, quando aos regimes coloniais foi difícil controlar as sociedades africanas, vendo-se então diante da necessidade de legitimar aos chefes que tinham autoridade sobre os seus súditos. Um exemplo evidente dessa tentativa de controle foi a implantação de um tipo de governo colonial britânico conhecido como *indirect rule*⁴¹ (MORENO, 2010, p. 2; MOORE, [1993] 2017, p. 241). Este era baseado no apoio de um determinado setor da população ‘indígena’ ou ‘nativa’ que em suas comunidades faziam o papel de intermediários entre o governo e as autoridades locais. É assim que:

(...) tanto os regimes coloniais quanto os estudiosos e intelectuais da época começaram a se interessar em entender melhor os costumes e os povos que governavam para melhorar seu domínio. Paradoxalmente, foi essa necessidade de coletar informações sobre o funcionamento das sociedades indígenas para fins administrativos, que estimulou a pesquisa e produziu alguns dos primeiros documentos escritos sobre os povos da África (MORENO, 2017, p. 2).

Entre os documentos produzidos com o efeito de dividir para reinar estão os mapas étnicos. O antropólogo português Rui Pereira em sua tese de doutorado analisou essa fase⁴² de

⁴¹ *Governo indireto.*

⁴² Que desenvolverei mais detidamente no próximo capítulo da parte I.

“conhecer para dominar e dominar para explorar” e argumentou que, “a Antropologia em Moçambique, durante o período colonial, (...) foi um domínio do conhecimento recorrentemente evocado para justificar ou enquadrar determinadas práticas da administração colonial, mas sem capacidade para influenciar decisivamente os rumos e orientações da política colonial” (PEREIRA, 2005b, p. 501-502). Mas não só a Antropologia, como argumentou o antropólogo e filósofo guineense Carlos Cardoso (2017, p. 92), mas o conjunto de trabalhos no campo das Ciências Sociais (Etnologia, Geografia, História...) realizados na “África lusófona” no contexto colonial, que “tinha como principal objetivo, no entanto, informar as políticas da potência colonial, e menos fazer avançar o conhecimento nas diferentes áreas” nos países colonizados.

Assim, os “outros”, exóticos/primitivos/nativos/locais que antes tinham sido objeto de investigação de eruditos no trabalho antropológico, eram simultaneamente objetos de “esforços civilizatórios” e dos escritos dos missionários⁴³ e administradores dos governos coloniais (STOCKING JR., 1991 [1987]; MOORE, 2017 [1993]; LECLERC, 1973[1972]; MARIANO, 2017). Segundo Sally Moore, os exemplos mais acessíveis deste exotismo para os norte-americanos eram os povos nativos americanos conquistados, enquanto que, para os ingleses e os europeus eram os povos de suas colônias - entre os quais, os africanos (MOORE, 2017 [1993], p. 238). Por isso, o historiador e analista político queniano Godwin Murunga (2002) (e outros antropólogos como por exemplo, Eric Wolf (2009) em seu livro *Europa e os povos sem história*) argumenta que:

(...) a história da Antropologia se presta a povos específicos como objeto de estudo - povos sem história. Sua contribuição como disciplina foi imbuída desde o início com o racismo branco historicamente determinado. Esse racismo capitalizou o fato de que a África era pouco conhecida como uma entidade histórica e, portanto, o continente foi transferido para o reino de uma antropologia histórica. Por muito tempo, essa forma de antropologia colonial tem sido dominante. Um dos principais objetivos da antropologia na África, diferentemente da antropologia africana, foi repensar o papel da disciplina na África e para os africanos. Um novo campo de estudo chamado

⁴³ Leclerc ([1973] 1972, p. 19-20) argumenta que “os actos e as palavras dos missionários da época são uma das manifestações privilegiadas desse expansionismo, pleno de boa consciência, que hoje designamos de etnocentrismo. No entanto a sua atitude para com a África, e mais geralmente para com as sociedades “pagãs”, conduz a uma ideologia específica, o “humanitarismo””. Esse humanitarismo, segundo o autor, representado por David Livingstone por exemplo, “não tem por fim explícito modelar as sociedades africanas à imagem da Europa industrial (...) tem para ele um conteúdo mais ético que económico. De preferência a falar, como evolucionistas, de sociedades “atrasadas” prefere designá-las por sociedades “miseráveis”. De preferência a “civilizá-las”, trata-se de as “aliviar” dessa miséria física e moral que as oprime, de melhorar a sua condição”. Assim, os africanos são vistos, mais como “crianças que estúpidos primitivos e os governos devem compreender que é sobretudo de protecção que eles precisam” (LECLERC, [1973] 1972, p. 20).

antropologia histórica desenvolveu-se a partir deste esforço (MURUNGA, 2002, p.22, grifo meu).

Além dos ingleses, Moore (2017 [1993]) refere que o trabalho antropológico alemão também floresceu no contexto africano, porém, rapidamente terminou devido à perda de colônias sobre o domínio dos alemães no final da Primeira Guerra Mundial, tendo a França e a Inglaterra dominado a etnografia africana por décadas. Já os americanos, sem conexão com a África, entraram em cena muito mais tarde.⁴⁴ Além do trabalho realizado por antropólogos dos países acima apontados, outros ofereceram contribuições substanciais pesquisando em/sobre África, é o caso dos belgas, dos japoneses, holandeses e os próprios africanos, para citar alguns exemplos. Estes elementos evidenciam o quanto:

África foi, para a antropologia moderna, um campo de trabalho onde uma nova metodologia foi colocada em prática que produziu grandes mudanças no modo de conhecimento, compreensão e na produção do conhecimento teórico-etnográfico, que hoje é considerado o ponto de partida da antropologia como uma disciplina acadêmica. Não há dúvida de que todas⁴⁵ as obras antropológicas realizadas durante a primeira metade do século XX, estiveram direcionadas a e para melhorar a administração colonial, porém, não deram o resultado esperado nesse sentido, pois, na realidade, esses trabalhos tiveram pouca aplicação institucional. No entanto, o inverso não aconteceu em um duplo sentido: primeiro, porque o colonialismo era

⁴⁴ A questão que se pode colocar aqui é: por que a França e a Inglaterra dominaram a etnografia africana por décadas e só mais tarde os EUA entram em cena? Uma resposta parcial a essa questão, aparece em Gérard Leclerc ([1973] 1972, p. 14) na análise sobre “o novo conceito de civilização”. O autor explica que, “a teoria do bom selvagem, herdada da Idade Média e da Renascença tinha concebido a vida selvagem como vida natural, como autenticidade e existência moral”. Nesse contexto, a ideologia dominante do trabalho, entendia-o em termos tradicionais e bíblicos, que consistia na necessidade imposta pela natureza ou criador supremo. Porém, no ideal clássico do patrício, nobre ou monge a ociosidade era um privilégio da minoria que conseguira “libertar-se” da necessidade natural através da exploração. Há, no entanto, uma inversão dessa visão sobre o trabalho no final da renascença derivada dos escritos daquele considerado um dos precursores da economia política, Antoine Montcrestien cujo argumento é que: “o homem nasceu para viver em contínuo exercício e ocupação” e que “a felicidade dos homens (...) consistia principalmente na riqueza, e a riqueza no trabalho” (MONTCRESTIEN apud LECLERC, [1973] 1972, p. 14). Assim, o trabalho deixa de ser visto como uma necessidade da qual os homens se devem libertar e passa a ser a finalidade do homem. Segundo Leclerc ([1973] 1972) esta ideologia levou dois séculos para ser assimilada e cumprida, no contexto da revolução industrial, teorizada pela economia política clássica: os fisiocratas e os economistas ingleses. No entanto, “é a economia política inglesa que será a verdadeira teorização da revolução industrial e “colonial”. Pois, “se a teoria fisiocrata se situava no interior da ideologia do bom selvagem, do mercantilismo e de uma dominação pré-colonialista, a economia política inglesa vai provocar uma inversão completa da visão das sociedades não ocidentais” (idem, p. 15). Este argumento explica parcialmente porque a Inglaterra e a França/ a Europa dominou a etnografia africana, pois, “partindo da equação civilização igual a trabalho, entendida no sentido restrito (ou moderno) de produção negociável, diferenciada com a finalidade do grupo individual, a antropologia evolucionista [ou vitoriana, mais explicitamente imperialista] do fim do século XIX identificará uma tipologia das sociedades, em função do seu nível tecnológico” (idem, p. 16). As sociedades africanas estariam no nível inicial da evolução para os europeus “civilizados” e, a possibilidade de eles serem eficazes e de atingirem os seus fins - impor a civilidade e explorar - seria unicamente com recurso à força, pois, acreditavam que a o africano é apenas sensível à imposição (idem, p. 18).

⁴⁵ Aqui penso que é importante relativizar. Nem toda a produção antropológica esteve subordinada a administração colonial. Antropólogos houve que eram contra e criticaram o regime colonial.

central para a coleta e análise de diversas formas de vida; e segundo, porque a prática e o discurso do colonialismo faziam parte da percepção com a qual os antropólogos entendiam essa realidade. Assim, embora a relação entre colonialismo e antropologia não fosse tão politicamente eficaz quanto se dizia, era intelectualmente (MORENO, 2010, p. 2).

Sally Moore (2017 [1993]) refere que, enquanto se acumulavam novas informações sobre os povos indígenas, ocorria igualmente o mesmo com as várias categorias ou esquemas de classificação. Nos anos 1930, diz a autora, uma dessas categorias - “áreas culturais” - apareceu com base na inovação norte-americana. Moore explica que, este conceito, emergiu no final do século XIX como resposta a necessidade de conceber um modo de categorizar uma desconcertante quantidade de culturas nativas americanas. A área cultural era, segundo Melville Herskovits “uma região geográfica em que havia várias sociedades separadas que, no entanto, tinham traços em comum. A mais fundamental das características, na qual a maioria das classificações das áreas culturais foi fundada, foi a produção de alimentos” (HERSKOVITS, 1924, p. 50; ver também MOORE, 2017 [1993], p. 239).

O mais interessante desta classificação inicial da Antropologia americana, diz Moore, é que em 1920 Melville Herskovits, que se tornara decano dos africanistas norte-americanos, aplicou em sua tese de doutorado a ideia do antropólogo americano Clark Wissler em um mapa de África (HERSKOVITS, 1924; GREENBERG, 1971). Herskovits dividiu a África em seis áreas, reduzindo-as logo depois para duas categorias: a predominantemente pastoril e a predominantemente agrícola. Embora essa tentativa fosse imperfeita, argumenta a autora, ele colocou ordem em um caos etnográfico e deu um grande passo adiante para distinguir a classificação baseada em evidência de qualquer esquema evolutivo conjectural. O robusto suporte na economia que tinha a tipologia da área cultural elaborada por Herskovits, deu uma base de realismo vívido a esta classificação antes inexistente (MOORE, 2017 [1993], p. 239).

Moore (2017) segue explicando que, aplicar o conceito de “áreas culturais” às sociedades africanas era um projeto distinto da sua aplicação no contexto que o originou - das culturas nativas norte-americanas. Os povos nativos norte-americanos tinham sido, de acordo com a autora, conquistados, dizimados e muitos deslocados das suas terras e confinados em reservas.⁴⁶ Nos anos 1900, diz a autora, com algumas exceções, os modos de vida dessas populações mudaram radicalmente pela derrota e deslocamentos. Eles eram uma pequena

⁴⁶ Aliás, como se verificam ainda hoje essas práticas de deslocamento/ confinamento forçado, genocídio e etnocídio dos povos originários. Vejam-se a título de exemplo trabalhos recentes: Palmquist (2016); Colman e Azevedo (2016).

minoria em uma terra esmagadoramente dominada pelos descendentes do anglo-europeus. Assim, o conceito ou classificação de “áreas culturais” naquele contexto foi “um ato de reconstrução histórica”, próximo do trabalho museológico e ao arqueológico.

Contrariamente aos EUA, na África os anglo-europeus eram uma minoria e apesar da dominação colonial ter forçado muitas transformações em diversos âmbitos, Moore afirma que “os africanos continuaram tendo uma sociedade viável, que transformadas pelo avanço do domínio colonial, não foram destruídas ao mesmo nível que as sociedades nativas americanas”. Muitas das práticas econômicas (de agricultura e pastoreio) rurais mantiveram-se largamente arraigadas. As línguas nativas e os valores sociais e culturais, embora profundamente afetados pelas transformações coloniais, surpreendentemente mantiveram-se diferentes dos europeus. Estas são evidências que mostram, segundo Moore que havia uma África em funcionamento. Por isso, o trabalho de campo etnológico realizado na África, ocorreu num ambiente diferente do que existia no contexto nativo norte-americano (ibidem). E, isto teve implicações tanto teóricas, quanto metodológicas, distintas.

Os anos entre 1920 e 1960, têm sido denominados na literatura histórica da Antropologia como o período clássico de seu desenvolvimento e também, foi nestes anos que o método de trabalho de campo etnográfico (do qual os antropólogos/as tanto se orgulham) se consolidou (STOCKING JR., 1991 [1987]; MOORE, 2017 [1993]; FORSTER, 1994; JEGED, 2015). Segundo Sally Moore, o trabalho de campo desenvolvido nas últimas décadas do período acima indicado em África, foi central para a formulação de perspectivas teóricas importantes para a disciplina antropológica, particularmente para a Antropologia Social Britânica. Como também argumentou Forster (1994, p. 48-49) “a África era o continente particularmente sujeito ao escrutínio dos antropólogos britânicos. [E] o resultado deste exercício foi o desenvolvimento de técnicas de investigação empírica, e a publicação de grandes quantidades de dados”. Nesse contexto, Sally Moore argumenta que os antropólogos sociais britânicos dominavam a construção teórica da disciplina e, tal predominância estava associada aos paradigmas construídos a partir da experiência africana. Os modelos de “sistema” africano, por exemplo, foram uma peça central. Uma das preocupações nesse período, explica Moore, era com o “tradicional” e o “tribal” e a sua classificação em tipos.

É neste mesmo período acima indicado, especialmente a partir dos finais da década de 1930, que se elabora e desenvolve a crítica africana à Antropologia. Inicialmente tímida, foi cada vez mais se tornando severa e virulenta. Nesse sentido, destacam-se algumas produções,

a título de exemplo o livro do antropólogo queniano Jomo Kenyatta intitulado *Facing Mount Kenya* (1938), no qual apresenta as formas de organização social da sociedade Kikuyu do seu país, contra as teses vitorianas de que as sociedades africanas eram supersticiosas, anárquicas e despóticas. A crítica africana à Antropologia mais severa e uma das historicamente mais virulentas aparece na obra do intelectual senegalês Cheikh Anta Diop, *Nações e culturas negras* (1955), também contra a ideologia vitoriana e contra o evolucionismo linear (MUNANGA, 1983, p. 151-152). Estes elementos sustentam o argumento defendido por Gustavo Lins Ribeiro (2014b, p. 109), segundo o qual “na África, a pretensão universalista da Antropologia logo foi relacionada ao eurocentrismo e desenvolveu um debate sobre a necessidade de uma epistemologia africana”.

Nos anos 1960, a (in)aplicabilidade dos modelos teóricos da Antropologia Social Britânica em outras áreas do mundo, incluindo a sua utilização na análise ou interpretação dos contextos africanos foi convertido em um elemento de acirradas críticas, acompanhadas de estímulo para a criação de novas teorias. De acordo com Sally Moore, o que fica subentendido na “escolha” de 1960 como período terminal da predominância do estrutural-funcionalismo é que, também “coincide” com o fim do período colonial em muitos dos países africanos, por isso, denominada essa década de ano de África (veja-se também MUNANGA, 1983, p. 153). Daí em diante a ‘Antropologia pós-colonial’ seguiu novos rumos.⁴⁷ Para Moore, uma forma de entender melhor as circunstâncias especiais da trajetória dos estudos antropológicos britânicos em África é compará-los com o curso limitado dos franceses e norte-americanos realizados no mesmo período. Assim, autora defende que:

A força de reação posterior contra a teoria estrutural-funcionalista foi proporcional a sua influência inicial. Os estudos africanos tomaram um novo rumo, como também a Antropologia em geral. Os trinta anos anteriores a 1960 constituem um período e os trinta posteriores constituem outro. Há uma razão para crer que o momento atual [década 90]⁴⁸ marcado politicamente pelo fim da guerra fria, é outro desses limiares em história africana que terá efeitos profundos nas ciências sociais (MOORE, 2017[1993], p. 240).

⁴⁷ Aos quais nos reportaremos no item a seguir.

⁴⁸ Poderíamos estender e dizer que os anos 2000 igualmente marcam uma virada em termos de pesquisa que se modificou com os efeitos da ampliação do acesso à internet com novas abordagens e temas. Esse movimento é visível em Moçambique, como mostrarei em capítulos próximos, especialmente no III e IV.

2.2 ANTROPÓLOGOS E ANTROPÓLOGAS FRANCESES E AMERICANOS NA ÁFRICA COLONIAL

Disse antes que, “durante o período de expansão colonial, entre 1920 e 1945, a antropologia experimenta também uma expansão acadêmica e sua profissionalização”⁴⁹ (MORENO, 2010; STOCKING JR., 1991 [1987]; LECLERC, 1973 [1972]; LEWIS, 1973; FORSTER, 1994; BISOGNO, 2005; MUNANGA, 1983). Neste contexto, a Antropologia Social Britânica dominou em África, com exceção de alguns poucos trabalhos de antropólogos americanos e franceses pensando nas grandes escolas antropológicas. Os antropólogos americanos, até praticamente final da Segunda Guerra Mundial estavam sobretudo preocupados em realizar trabalhos etnográficos com os povos nativos da América e do Pacífico (MOORE, 2017 [1993], p. 240).

De acordo com Moore (2017 [1993]), o único antropólogo que na época teve um grande interesse em relação à África foi Melville Herskovits. Ele se tornou o professor da maioria das gerações seguintes de antropólogos norte-americanos que mais tarde trabalharam no continente. Herskovits foi também professor do nacionalista moçambicano e primeiro Presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Eduardo Mondlane, sendo este um dos seus alunos mais queridos. As famílias de ambos mantiveram contato por décadas “criando e recriando uma complexa teia transnacional de contatos, afetos e interesses conjuntos. Havia toda uma série de pontos de contatos entre a trajetória de Herskovits e Mondlane” (SANSONE, 2018, p. 74). Mondlane doutorou-se em Antropologia e Sociologia na *Northwestern University* e foi também professor de Antropologia na *University of Syracuse* (SANSONE, 2018; 2017; 2013).

Foi baseado nos esforços de Herskovits que os estudos africanos se consolidaram nos EUA (MERRIAM, 1964; GREENBERG, 1963; 1971; DIKE, 1963). A maior influência deste antropólogo, segundo Moore, não se deveu tanto às suas realizações como etnógrafo, senão como de suas incansáveis conferências, publicações e resenhas sobre África e as diásporas africanas, bem como, sua capacidade organizacional para criar na *Northwestern University* o centro líder dos estudos africanos nos Estados Unidos. Embora no auge do colonialismo, além de Herskovits, nos finais dos anos 1950, concretamente 1956 e 1957, podemos igualmente citar

⁴⁹ Entretanto, assim como Forster (1973, p. 51) e outros/as antropólogos/as reconheço que definir a Antropologia como objeto do colonialismo é uma simplificação excessiva, ainda que não se possa negar que os antropólogos quiseram colocar sua disciplina ao serviço do colonialismo.

Marvin Harris,⁵⁰ conhecido antropólogo americano com trabalho de campo em Moçambique (CURTO, 2012; MACAGNO, 1999, 2015, 2016).

Apesar da grande energia de Herskovits em trabalhar questões negras e africanas, bem como difundir esse conhecimento, o compartilhamento dos seus interesses por outros acadêmicos de distintas áreas disciplinares teve que esperar pela década de 1950 para fazer possível o surgimento da Associação dos Estudos Africanos nos EUA, concretamente no final da década (1957), da qual Herskovits foi o seu primeiro presidente (MOORE, 2017 [1993], p. 240). Essa resistência em aceitar os estudos africanos é uma evidência do caráter discriminatório da produção antropológica daquela época. Entretanto, Moore argumenta que os estudos africanos tiveram dois efeitos na Antropologia estadunidense, um deles foi submeter os antropólogos a um contato interdisciplinar, pela natureza do campo de estudos. O outro, foi aprofundar a internacionalização da profissão, uma vez que os franceses e britânicos precederam os norte-americanos em África (ibidem).

Em relação as pesquisas ou etnografias africanistas, o antropólogo brasileiro Antonio Motta argumenta que estas não constituem nenhuma novidade, pois, sempre ocuparam:

(...) um lugar de destaque na história da antropologia. Mas quando se fala desse gênero de estudo, logo se pensa naquele realizado pelos autores anglo-saxônicos e, em menor proporção, pelos franceses, ambos vinculados ao projeto de *'empire building'*. Não sempre sem razão, pois é em termos numéricos que se pode avaliar a predominância dos antropólogos britânicos no continente africano (MOTTA, 2006, p. 261).

Entretanto, “quanto aos estudos africanistas realizados por antropólogos franceses, embora desproporcionais em termos numéricos, não deixam, contudo, de assumir no plano da pesquisa qualitativa um lugar também significativo na história da antropologia” (ibidem). Dos franceses, o etnógrafo e funcionário colonial Maurice Delafosse foi pioneiro na realização de estudos em África, porém o antropólogo francês Marcel Griaule foi o principal promotor do trabalho de campo francês, com a Missão ou expedição etnográfica Dakar-Djibuti (1931-1933) (MOORE, 2017 [1993]; MORENO, 2010; MOTTA, 2006). O primeiro, foi oficial colonial por

⁵⁰ Assim como Herskovits, Marvin Harris e Eduardo Mondlane estreitaram grandes relações de amizade (SANSONE, 2018; 2017; 2013; MACAGNO, 2015). Entretanto, das pesquisas que efetuei não cheguei a encontrar ligações diretas entre Herskovits e Harris. É provável que o segundo tenha sido influenciado pelo primeiro. Assim como, é provável que, conforme Lorenzo Macagno (2015, p. 98), Harris e Mondlane tenham estabelecido contato no período em que Mondlane se formava nos EUA, portanto, antes de se tornar presidente da FRELIMO e de Harris ir fazer seu trabalho de campo em Moçambique. Harris estudou relações raciais no Brasil e em Moçambique e foi crítico às teorias lusotropicalistas difundidas por Gilberto Freyre, que tendiam a abrandar as violentas consequências do sistema colonial.

muitos anos na África Ocidental e lecionou na *École Coloniale* e no *Institut d'Ethnologie*. Nesse contexto treinou muitos oficiais coloniais no método etnográfico e se tornou professor de línguas africanas na *École des Langues Orientales*. Já o segundo, sua maior realização, que depois constituiu sua “escola de pensamento” foram os trabalhos extraordinários que o mesmo levou a cabo entre os Dogon, do atual Mali.

As primeiras viagens de Griaule para África Ocidental eram voltadas ao trabalho museológico. Nessas primeiras expedições, o antropólogo reuniu bastantes artefatos, fotografias, mapas e gravações levadas posteriormente para a França. Depois, os interesses etnográficos de Griaule voltaram-se para o pensamento dos Dogon e os significados dos seus rituais, mitos e símbolos culturais. Segundo Moore (2017 [1993], p. 241), o objetivo maior de Griaule era “condensar a essência da filosofia e religião ocidental africana”. Os métodos e preocupações de Griaule, argumenta Moore, não tiveram mais efeitos do que influenciar um pequeno grupo de franceses.

De acordo com Motta (2006, p. 263), a Missão Dakar-Djibuti “foi a primeira tentativa de pesquisa etnográfica sistemática, apoiada e financiada pelo governo [Francês], realizada por antropólogos franceses em contexto exótico”. Esta expedição contou com a participação de Michel Leiris, jovem “a quem se atribuiu as funções de arquivista geral da Missão e de pesquisador do campo religioso” (MOTTA, 2006, p. 263). Essa experiência marcou decisivamente a sua carreira como etnólogo e deu origem ao seu polêmico livro, *A África fantasma* publicado em 1934.

Além dos reconhecidos antropólogos franceses: Marcel Griaule, Michel Leiris, que participaram da Missão Dakar-Djibuti, fez parte também a antropóloga Déborah Lifchitz, por sinal a única mulher (GROSSI, 2006, p. 240). Esses antropólogos e antropóloga foram alunos de Marcel Mauss,⁵¹ este último considerado pelos historiadores⁵² da Antropologia francesa como um dos que inicia a chamada Antropologia contemporânea naquele país europeu (século XX) (idem, p. 239). Segundo a antropóloga brasileira Miriam Grossi:

Não há dúvidas de que Marcel Mauss foi um dos grandes incentivadores da entrada das mulheres na antropologia. Além de frequentarem seus cursos, eram elas que sustentavam a *société des Africanistes*, uma das inúmeras associações de pesquisa das

⁵¹ Embora não tenha realizado trabalho de campo Mauss, “teve um papel fundamental na institucionalização da antropologia francesa: pela criação do *Institut d'Ethnologie*, pelo apoio para a criação do *Musée de l'Homme* e pelos inúmeros cursos regulares de antropologia que ele dava em diferentes instituições acadêmicas - cursos que foram a primeira geração de “verdadeiros” antropólogos franceses” (GROSSI, 2006, p. 242).

⁵² Um deles é o antropólogo francês Jean Copans. Em seu texto “Da Etnologia à Antropologia” Copans (1989, p. 22) reconhece Marcel Mauss como o verdadeiro fundador teórico da etnologia na França.

quais ele participava. Nos anos 30 do século XX, haviam duas dezenas de mulheres sócias e ativas colaboradoras desta associação científica que agrupava pesquisadores que estudavam na África. Esta colaboração das mulheres está visível tanto em textos publicados no boletim da *Association*, quanto na edição da revista e no controle da biblioteca, em cargos na diretoria, assim como na apresentação de relatos de campo, que se faziam bi-mensalmente nas *assembléias* da *Société des Africanistes* (GROSSI, 2006, p. 242).

Miriam Grossi, argumenta ainda que:

Foi Marcel Mauss quem conseguiu os recursos para a pesquisa de campo de Denise Paulme e Germaine Tillion. A primeira, porque era a única de sua turma que tinha um diploma universitário, o de Direito, diploma exigido para a concessão de uma bolsa de estudos do *Royal Anthropological Institut* para realizar pesquisa de doutoramento junto aos Dogon, na África. A segunda, porque era uma das alunas preferidas de Mauss e foi indicada por ele para uma missão junto aos povos nômades da região do Aurès, na Argélia, também com recursos britânicos especialmente direcionados a pesquisas sobre mulheres em diferentes grupos africanos (ibidem).

Algo que me chama atenção neste excerto é que o financiamento para estas pesquisadoras francesas era britânico e mais adiante, no seu texto, Grossi (2006, p. 245) refere que por intermédio de uma das suas entrevistadas - Germaine Dieterlen - ficou a saber que Malinowski ia regularmente a Paris nos anos 1930, onde inclusivamente tinha um apartamento e, assistia seguidamente os cursos de Mauss. Essas informações revelam algumas ligações entre os interesses dos antropólogos sociais britânicos e antropólogos franceses que me parecem interessantes de pesquisar e compreender melhor, mas não cabe neste trabalho esse exercício.

Embora Mauss não fosse africanista (assim como Malinowski, do qual falo adiante), seu incentivo à realização de pesquisas na África não era trivial. Como aponta Motta (2006, p. 261), Mauss lamentava que até o final do primeiro decênio do século XX, iniciativas de expedições ou missões fossem realizadas pelos britânicos, inclusive em colônias ultramarinas francesas, “enquanto do lado francês, tudo ainda restava por fazer” (MOTTA, 2006, p. 262). Portanto, o governo francês não empreendia nenhuma iniciativa do gênero. Motta argumenta que:

É bem possível que o desleixo etnográfico pelo trabalho de campo, do qual tanto se ressentia Mauss, especialmente quando comparado à iniciativa dos anglo-saxônicos no continente africano, tenha influenciado alguns antropólogos de gerações posteriores, como Claude Lévi-Strauss, que chegou a reivindicar uma linhagem anglo-americana, fêitichizando ele próprio a pesquisa de campo em rebelião declarada contra Mauss, Durkheim e Lévy-Bruhl, reputados como pesquisadores de gabinete. Em diferentes momentos de sua obra, o pai do estruturalismo francês sugere como uma de suas afinidades eletivas o legado filosófico de Jean-Jacques Rousseau, deixando ligeiramente transparecer que o *fieldwork* inaugurado na antropologia de seu país se deve, em parte, a ele próprio, por ocasião de seu engajamento fortuito na conhecida

Missão que o levaria ao Brasil, em 1934. Próximo da fantasia etnográfica de Malinowski, aquela “de ser o primeiro branco a penetrar numa comunidade indígena”, Lévi-Strauss preferiu, quem sabe, subestimar a importância de todo o incipiente trabalho etnográfico realizado anteriormente por seus compatriotas e homólogos: os percursores da pesquisa de campo no seu país (ibidem).

2.3 A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS AFRICANOS PARA A ANTROPOLOGIA SOCIAL BRITÂNICA

Como referi anteriormente, os antropólogos britânicos dominaram a Antropologia em África no contexto da expansão colonial. Para Paul Nkwi (2009) essa dominação se explica parcialmente, devido a sua doutrina filosófica empirista que obteve mais respeito dentro das culturas locais em relação a “missão civilizatória” colonial francesa. “Qualquer que tenha sido a causa, os antropólogos britânicos serviram aos administradores coloniais tendo como orientação o governo através das autoridades locais, e isso, no jargão do pós-moderno, gerou a multivocalidade e habilitou os antropólogos a oportunidades de se impor de forma mais criativa” (NKWI, 2009, p. 207).

Nuria Moreno (2010, p. 4) oferece detalhes pormenorizados e sistematizados sobre os vários fatores que influenciaram essa predominância da Antropologia Social Britânica em África, a saber: 1) Apoio institucional (Universidades metropolitanas: Cambridge, Oxford e grandes escolas como a *London School of Economics* e a *School of Oriental and African Studies*, mas também Universidades do Sul como a do Cabo e de Johannesburgo na África do Sul); 2) os longos períodos de trabalho de campo centrado no estudo das relações políticas e sociais; 3) A política colonial inglesa baseada no *governo indireto*.

Embora Malinowski⁵³ não tenha se tornado africanista, muitos dos seus estudantes se tornaram, e ele teve influência profunda sobre os mesmos. O método desenvolvido por este grande nome da Antropologia Social Britânica, revolucionou a disciplina convertendo-a ao estudo de pequenas comunidades a partir de dentro, ou seja, com recurso a técnica da observação participante. No plano teórico ele foi um dos principais responsáveis pela formulação da teoria funcionalista que consistia na interpretação sistemática e integrada do modo de vida das comunidades, numa perspectiva sincrônica. Para Malinowski as sociedades de pequena escala não eram apenas unidades físicas de estudo por razões práticas de

⁵³ Um dos grandes nomes da Antropologia Social Britânica. O primeiro titular da cátedra de Antropologia na *London School of Economics* em 1927. Seu trabalho de campo na Melanésia e argumentos ou teorias e método mudaram o curso de desenvolvimento da Antropologia ou melhor levaram a sua profissionalização.

investigação, se não totalidades teoricamente definidas através das quais se poderia mostrar o funcionamento das instituições que as compõem e a sua integração no todo cultural (NKWI, 2015). As sociedades vistas neste prisma são fechadas em si mesmas, coerentes, integradas, equilibradas e qualquer elemento de fora é considerado como interferência e não entra na equação analítica. De acordo com Moore (2017, p. 243) não só vários daqueles que participaram do seminário de Malinowski na *London School of Economics* em 1930 realizaram seus trabalhos de campo em África, como particularmente um subgrupo masculino desses africanistas chegou finalmente a dominar importantes Departamentos da Antropologia Social na Grã-Bretanha e várias mulheres alcançaram preponderância em outros lugares.⁵⁴

Além de Malinowski, outra figura central da Antropologia Social Britânica e não africanista que igualmente influenciou sobremaneira os estudos africanos foi Radcliffe-Brown. Suas construções teóricas derivaram do trabalho de Émile Durkheim, tendo como preocupação a comparação cultural. Nesse sentido, a Antropologia era para Radcliffe-Brown uma espécie de Sociologia comparada ou ciência natural da sociedade, cujo objetivo deveria ser descobrir as leis ou regularidades sociais. Assim como Malinowski, ele acreditava que as sociedades funcionavam como sistemas integrados e que a tarefa do antropólogo seria então “identificar e explicar as conexões entre práticas aparentemente díspares” (MOORE, 2017, p. 244). Para demonstrar a validade de tal teoria bastaria mostrar através da comparação que os complexos e conectados elementos culturais são recorrentes em diferentes sociedades. Desta maneira, Radcliffe-Brown inaugurou uma nova abordagem teórica que ficou conhecida como estrutural-funcionalismo, que além de possibilitar novas descobertas no trabalho de campo, convidou a fazer comparações.

Moore (2017) argumenta que Radcliffe-Brown precisava de exemplos etnográficos bem detalhados e o enorme fluxo de etnografias da Antropologia Social africanista proveu-lhe. Os africanistas de Oxford, Cambridge, Londres e mais tarde Manchester, conheciam-se e trabalhavam dentro de um marco de suposições teóricas gerais. A comparação ao serviço da teoria possibilitava o contato intelectual e a lógica de intercomunicação. O efeito disso foi sinérgico, os Estudos Africanos aumentaram e também a construção teórica em Antropologia. “Os trabalhos particulares deste período ilustram como a originalidade dos indivíduos e o

⁵⁴ Em vários momentos distintos, os participantes africanistas do seminário de Malinowski foram os seguintes: E. E. Evans-Pritchard, Audrey Richards, Hilda Kuper (também Beemer), Isaac Schapera, Phyllis Kaberry, Hortense Powdermaker, Meyer Fortes, S. F. Nadel, Gordon Brown, Max Gluckman, Ellen Hellman, Godfrey Wilson e Monica Hunter (posteriormente Wilson) (MOORE, 2017, p. 264).

momento do grupo foram combinados para produzir uma série notável de análises” (idem, p. 244).

Assim, a partir do marco da teoria funcionalista, geraram-se várias publicações e outras teorias (MORENO, 2010). Em 1937, o antropólogo africanista inglês Evans-Pritchard publicou seu livro pioneiro *Witchcraft, Oracles and the Magic among the Azande*,⁵⁵ que suscitou enormes discussões. Nesse livro ele defende que há uma lógica intelectual por detrás das crenças dos Azande e o mesmo se destaca pela grande contribuição conceitual e metodológica às teorias do conhecimento antropológico. Evans-Pritchard trabalhou com Radcliffe-Brown, que foi seu orientador e, entre 1939 e 1941, com Meyer Fortes, outro grande nome da Antropologia Social Britânica. Nesses anos de intenso contato, os três produziram um número importante de trabalhos. É assim que, em 1940 Evans-Pritchard (ou E.P. como era conhecido e gostava de ser chamado em seu círculo de colegas amigos) e Fortes editaram *African Political Systems*, um volume inovador que se propunha a levar a cabo a ideia de sistema de comparação de dados etnográficos sugerida por Radcliffe-Brown. Nesse âmbito, buscando classificar os sistemas africanos em dois tipos: 1) sociedades com sistema centralizado de governo e; 2) sociedades desprovidas de sistema centralizado de governo. Pela sua grande contribuição teórica ao estudo dos sistemas de poder, este volume foi considerado pioneiro no caminho para que a Antropologia política ganhasse seu estatuto científico (MOORE, 2017, p. 244; MORENO, 2010, p. 4).

Nesse contexto dos anos 1940 e 1950 gestaram-se teorias novas como as de sistemas segmentários de linhagem na publicação da obra *The Nuer*⁵⁶ de Evans-Pritchard (1940), as teorias dos grupos de filiação elaboradas por Fortes (1950-1951) que aparecem na coleção de artigos que deram espaço a novas implicações teóricas, denominada *African Systems of Kinship and Marriage* (1950), cuja edição coube a A. R. Radcliffe-Brown e Daryll Forde. Nesse momento, também é importante ressaltar a contribuição de Isaac Schapera⁵⁷ para a rápida expansão etnográfica africanista (MORENO, 2010; MOORE, 2017).

De 1920 até 1950 a Antropologia permaneceu inquestionável (MORENO, 2010). De acordo com Murray Leaf (1979, p. 13) antropólogos importantes dessa época (especialmente

⁵⁵ Traduzido para o português como *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*

⁵⁶ Traduzida para o português como *Os Nuer* - famosa etnografia na qual o autor explora os sistemas de pensamento africano. Diferentemente de muitos dos seus colegas na época, Evans-Pritchard considerava a história como parte essencial da Antropologia.

⁵⁷ Antropólogo social britânico nascido na África do Sul. Foi amigo e em algum momento professor de Meyer Forte.

dos anos 1930 até aproximadamente 1955), “adotaram um estilo de texto que falava com segurança da teoria e dos métodos antropológicos como se todos os antropólogos já compreendessem e concordassem com os seus pontos fundamentais, faltando apenas transmitir essa compreensão para o público em geral”. É precisamente neste momento em que o trabalho de campo adquire sua relevância, há produção de monografias e teorias que foram cruciais no estabelecimento da disciplina antropológica. As etnografias desenvolvidas nesse contexto, a partir das instituições indígenas, organização social e funcionamento das sociedades africanas, foram as primeiras tentativas de superar a chamada ‘Antropologia vitoriana’. Uma geração importante de antropólogos, alguns dos quais anteriormente mencionados, como: Evans-Pritchard, D. Fortes, I. Shapera, A. Richards, S. F. Nadel, H. Kuper, PH. Kaberry, M. Hunter, W. Wilson y D. Forde etc., surgem nesse contexto.

Nos anos 1950 a 1960 os antropólogos britânicos levaram a cabo uma série de estudos centrados no âmbito da África urbana, iniciando desta maneira uma linha de investigação até então inexistente. Essa nova linha de estudos foi realizada pelo *Rhodes - Livingston Institute*,⁵⁸ criado em 1938, na então Rodésia do Norte (atual Zâmbia). Este centro de investigação concentrou-se na pesquisa das cidades africanas, migrações e questões de etnicidade. O centro foi dirigido entre os anos 1941 a 1947 por Max Gluckman que em 1949 transferiu-se para a Universidade de Manchester onde fundou a escola antropológica de Manchester.⁵⁹ Devido a vinculação de Gluckman à *Rhodes - Livingston Institute*, muitos antropólogos que se tornaram influentes, provenientes de Manchester como E. Colson, C. Mithcell, J. Barnes, V. Turner, se dirigiram ao instituto para levar a cabo suas pesquisas. O centro, manteve uma certa independência e olhar crítico, apesar do financiamento do governo colonial, e suas pesquisas foram realizadas na África Central e do Sul (MORENO, 2010). Só na década de 1950 foram realizados cerca de 200 projetos de pesquisa social financiados pelo governo britânico na África, muitos dos quais antropologicamente informados (GONÇALVES, 2019).

Após a segunda Guerra Mundial, vários fatores contribuíram para a modificação da paisagem dos estudos africanistas (MORENO, 2010, p. 5). Por um lado, o advento da época

⁵⁸ Sobre esta instituição e suas abordagens de investigação veja-se o texto *The Rhodes Livingstone Institute and interdisciplinary research in northern Rhodesia (Zambia)*, 1937-1964, de de Alfred Tembo (2014).

⁵⁹ O enfoque teórico desta escola antropológica caracterizava-se pelo seu interesse nas situações de conflito e nas análises situacionais concretas. Interessava aos antropólogos que faziam essas abordagens, mostrar a forma como o sistema, com todas as suas contradições, funcionava, no lugar de apenas descrever a estrutura ou a função dos elementos que compõem o sistema, como o faziam os funcionalistas. Um exemplo desse tipo de abordagem pode ser observado nos textos “Análise de uma situação social na Zululândia moderna” (1958) e “Rituais de rebelião no sudeste da África” (2011), ambos de Max Gluckman, traduzidos para a língua portuguesa.

das descolonizações e das primeiras independências dos países colonizados nos finais da década de 1950 e início de 1960; a celebração em Paris do congresso dos escritores negros (1956); o Primeiro Congresso Pan-africano em Acra (1958); o surgimento das noções de “terceiro mundo” e de “subdesenvolvimento”. Por outro lado, a situação das sociedades africanas parcialmente determinada por novos fatores que vão transformar as culturas “tradicionais” (econômicas, sociais e políticas) com o crescimento do fluxo migratório para as cidades e rápidos processos de urbanização, assim como, o nascimento das novas nações.

Todos esses processos levantam sérias críticas aos modelos teóricos então vigentes, reformulações e novas propostas são formuladas. É, sobretudo, neste contexto dos anos 1950 a 1970 que as Antropologias francesa e norte-americana começam a ganhar protagonismo. Neste cenário, duas correntes vão impulsionar os estudos africanistas franceses: 1) O estudo da religião, do político, do simbolismo e do pensamento africano (Georges Balandier (francês) e Audrey Richards e Victor Turner (britânicos); 2) Antropologia econômica e de gênero, influenciadas pelas abordagens marxistas (Claude Meillassoux; Jean Copans; Pierre Philippe Rey etc. (franceses) (MORENO, 2010; MOORE, 2017).

2.4 ANTROPOLOGIA, ANTROPÓLOGOS E ANTROPÓLOGAS NA ÁFRICA PÓS-COLONIAL: UMA CIÊNCIA SOB SUSPEITA

Como afirmou o antropólogo queniano Mwenda Ntarangwi (2019, p. 442), “as descrições mais comuns da antropologia em seus primórdios na África eram de que ela era a serva do colonialismo, que era uma ciência colonial que não tinha lugar nas nações africanas prontas para traçar seus próprios destinos depois do colonialismo”. Entretanto, como argumentou a antropóloga norte-americana Diane Lewis (1973, p. 591) “a era pós-colonial exige claramente novos papéis para os antropólogos e um conjunto mais relevante de metodologias e conceitos”. Esta era impôs a necessidade de uma renovação da ciência antropológica para atender as dinâmicas e desafios dos africanos. É sobre a relevância da disciplina neste contexto que trata este item.

Os antropólogos, brasileiro Gustavo Lins Ribeiro e colombiano-americano Arturo Escobar (2009) argumentam na introdução ao seu livro “Antropologias Mundiais” que, apesar de se ter escrito muito sobre a relação entre o Colonialismo e a Antropologia, pouca atenção foi dada ao estudo das diversas reações dos acadêmicos fora dos centros hegemônicos euro-

estadunidenses às pretensões universalistas da disciplina antropológica e sua ligação com o eurocentrismo. Como os autores apontam, em África esta questão resultou no debate sobre a necessidade de produzir conhecimento e epistemologias africanas (RIBEIRO E ESCOBAR, 2009, p. 42), ou seja, ligados às realidades e necessidades de compreensão da vida social africana. A formação da Associação Antropológica Pan-Africana (AAPA),⁶⁰ faz parte do conjunto de eventos que, no final da década de 1980 e início de 1990, “ajudaram a integrar a antropologia no discurso do desenvolvimento em África” (NKWI, 2009, p. 223).

O antropólogo camaronês Paul Nchoji Nkwi (2009) argumentou no seu texto “Antropologia na África pós-colonial: O Debate da Sobrevivência”⁶¹ que os “antropólogos africanos cresceram em sociedades colonizadas ou recentemente descolonizadas”. Segundo ele, “os ocidentais controlaram inicialmente a produção de conhecimento antropológico e o resultado foram estudos funcionalistas. Esses estudos eram explicitamente a-históricos e muitas vezes míopes sobre o colonialismo” (NKWI, 2009, p. 205). Um exemplo desse contexto em que cresceram os antropólogos africanos, aparece na descrição que o antropólogo sul-africano Archie Mafeje apresenta relativo ao início de seu embarque ao que chama de “jornada desconstrucionista” em relação à Antropologia colonial:

Comecei a duvidar da validade das categorizações antropológicas coloniais quando estava fazendo trabalho de campo nas áreas urbanas e rurais da África do Sul em meados dos anos sessenta. Na década de 1960 não havia tribos na África do Sul e não havia absolutamente nenhuma divisão entre cidade e campo, graças à migração de mão-de-obra desde a descoberta de diamantes em 1867 e ouro em 1884, e a incorporação das sociedades africanas aos Estados coloniais britânicos no final do século XIX. Mas, a partir da era da segregação racial sob os colonos britânicos, após a derrota dos bóeres para o *apartheid*, após a tomada pelos africanos em 1948, todos os governos sul-africanos mantiveram a classificação dos africanos de acordo com a “tribo”. Mesmo assim, apesar do fato de alguns chefes reagirem à opressão branca, tornaram-se nacionalistas negros e seus seguidores tornaram-se pan-africanistas (conhecidos como Ama-Afrika Poqo na África do Sul, significando africanos por si mesmos e para eles mesmos).

Eu insinuei essa contradição já em 1963, quando eu era um estudante de mestrado na Universidade da Cidade do Cabo em um artigo intitulado simplesmente “Um Chefe Visita a Cidade”. Isso me rendeu um grande reconhecimento entre os antropólogos coloniais, mas minha mensagem ficou perdida entre eles. Não foi até que fui para Uganda (1965-1967) e para a Tanzânia (1969-1971) quando percebi que a ideologia do tribalismo era difundida na África colonial e na África pós-independência. Isso me pareceu estranho e divergente dos fatos. Isso me levou a escrever um artigo intitulado “A ideologia do tribalismo” (1971). A partir de então embarquei em uma longa jornada desconstrucionista em relação à antropologia colonial. No entanto, eu não

⁶⁰ Nascida em 1989 na cidade de Yaoundé nos Camarões. Da sua primeira conferência participaram trinta e cinco pessoas de vinte e uma Universidades africanas e o seu primeiro tema de debate foi sobre “O ensino e a prática da Antropologia na África” (NKWI, 2009, p. 223).

⁶¹ Tradução livre e pessoal do original em espanhol.

estava sozinho. Como se verá, houve uma desilusão geral com a antropologia colonial no final da década de 1960, que se transformou em uma verdadeira rebelião nos anos 1970 nas mãos de uma geração mais jovem de antropólogos (MAFEJE, 2001, p. 28-29).

A afirmação de que os ocidentais controlaram inicialmente (e num certo sentido ainda controlam) a produção do conhecimento sobre a África é igualmente feita pelo filósofo beninense Paulin Hountondji (2008) no seu texto “*Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas Perspectivas sobre os Estudos Africanos*”. Segundo o autor, “o estudo da África, tal como desenvolvido até hoje por uma longa tradição intelectual, faz parte de um projeto abrangente de acumulação do conhecimento iniciado e controlado pelo Ocidente” (HOUNTONDI, 2008, p. 149). Nesse contexto, Hountondji argumenta que, “as sociedades africanas devem elas próprias apropriar-se ativa, lúcida e responsabilmente do conhecimento sobre elas capitalizado durante séculos” (ibidem). E, mais genericamente defende no seu artigo:

(...) o desenvolvimento em África de uma tradição autónoma, confiante em si própria, de investigação e conhecimento que responda a problemas e questões suscitadas, direta ou indirectamente por africanos. Convida os investigadores africanos da área dos Estudos Africanos e de todas as outras disciplinas a compreenderem que, até ao momento, têm vindo a levar a cabo um tipo de pesquisa maciçamente extravertida, isto é, orientada para fora, destinado em primeira linha a ir ao encontro das necessidades teóricas e práticas das sociedades do Norte. Propõe uma nova orientação e novas ambições para a investigação feita por africanos em África (ibidem).

Um sinal encorajador na direção de produção e valorização do conhecimento africano e de africanos, voltada para dentro do continente, ou seja, *intravertida* é apontado por Cardoso (2017) ao abordar a iniciativa especial para a África Lusófona do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA),⁶² onde argumenta que, com a realização de atividades referentes a esta iniciativa,

(...) verificamos uma tendência que considero positiva, que é a utilização crescente de autores africanos no seu argumentário. Podemos falar de uma apropriação, ainda que tímida, mas certamente significativa e crescente da “biblioteca africana”, se compararmos a situação atual àquela de uma ou duas décadas atrás. Esta abertura à contribuição dos africanos reflete-se igualmente em alguns objetos e países de estudo escolhidos por investigadores da África lusófona. A impressão com que ficamos é que o conceito de África presente nos estudos realizados nesses países deixou de ser, ou

⁶² CODESRIA é uma organização de pesquisa pan-africana sediada em Dakar, no Senegal cuja sigla significa *Council for the Development of Social Science Research in Africa* - Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África. E a AAPS é, como o CODERSIA, uma instituição de pesquisa cuja sigla significa *African Association of Political Science* - Associação Africana de Ciência Política. Em 2016, Michelle Cirne Ilges defendeu uma tese em Antropologia na Universidade de São Paulo, cujo objeto de análise é o CODERSIA e as condições de produção de conhecimento no campo das Ciências Sociais em África (ver também CARDOSO, 2017).

melhor, está a deixar de ser a África de Língua Oficial Portuguesa para passar a ser África tout court (CARDOSO, 2017, p. 97).

O reconhecimento da produção de conhecimento de africanos verifica-se igualmente fora do continente, em outros contextos do Sul como é o caso do Brasil, para citar apenas um exemplo. Marcelo Rosa (2015) no seu texto “*África, o Sul e as Ciências Sociais no Brasil*”, a partir da noção de uma *sociologia não exemplar*,⁶³ argumenta nessa direção, ao referir que:

Ainda que o caminho das relações académicas continue privilegiando encontros entre brasileiras e africanas nas universidades classicamente coloniais da Europa e dos Estados Unidos, com a nova conjuntura certas coisas começam a mudar.⁶⁴ Em nossas viagens de pesquisa já trazemos não apenas *souvenirs* ou dados de um continente remoto que confirmam as arbitrárias descrições presentes em clássicos da antropologia e da sociologia. Passamos a contrabandear livros, artigos e amizades que trazem desafios imensos para todos e todas. O maior deles talvez seja reconhecer a importância dos conhecimentos produzidos naquela região para pensar a própria maneira como narramos a história das ciências sociais e para desafiar nossos modelos teóricos. Neste ponto, não há dúvida que podemos pensar nossas relações com a África na mesma chave em que se tem pensado as relações Sul-Sul (ROSA, 2015, p. 313, grifo meu).

O convite de Hountondji (2008) aos investigadores e estudiosos africanos reanima e recoloca uma preocupação (contínua), que vem pelo menos desde os tempos dos movimentos independentistas e segue com o advento das independências africanas, como se pode observar na argumentação do antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga em uma entrevista concedida em 2008 à *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*:

(...) quando os países africanos tiveram a independência eles tinham poucos intelectuais. Mas eles tinham uma consciência clara que a construção da África como fonte de conhecimento passava por uma reflexão diferente. Uma reflexão do ponto de vista dos africanos, para romper com uma visão da África que vem do exterior, dos colonizadores e da historiografia oficial. Tarefa difícil, mas eles tinham a consciência de que precisava-se descolonizar o conhecimento da África (MUNANGA, 2008, p. 107).

⁶³ Segundo Rosa (2015, p. 316) esta noção caracteriza-se “primordialmente por uma postura metodológica de evitar a definição de nossa investigação a partir de narrativas prontas (exemplares)”.

⁶⁴ A criação por parte das agências de desenvolvimento brasileiras de mecanismos de financiamento e aproximação de pesquisadores/as brasileiros/as aos colegas africanos/as. E o surgimento a partir de 2000 de coalizões governamentais como o Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) e Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). Que no atual contexto político que se vive no Brasil e no mundo a sua permanência está em ameaça.

A noção da dificuldade de efetuar esse giro epistemológico de descolonização do conhecimento do qual fala Munanga (2008), especialmente no campo antropológico, é afirmada por Mafeje (2001), quando ele argumenta de forma crítica e contundente que:

É justo afirmar que os paradigmas desconstrucionistas na antropologia emanaram do Norte e continuam a predominar. Isso por si só tornou as coisas duplamente difíceis para a reconstrução da antropologia na África. Consequentemente, a interrogação das perspectivas do Norte sobre a antropologia africana torna-se inevitavelmente parte da problemática. Social, política e ideologicamente, eles são um ponto de partida inevitável de qualquer discurso desconstrucionista sério do Sul. Como tal, eles são antecedentes históricos e intelectuais muito importantes. No entanto, sua prioridade ou historicidade não nos compromete com uma crônica insípida de toda antropologia, como tem sido o caso da apologética liberal ou do revisionismo (MAFEJE, 2001, p. 30).

Segundo Mafeje (2001, p. 30), três questões se colocam ou deveriam se colocar no âmbito dos debates críticos sobre a Antropologia neste período. a saber: 1) a questão da auto-identidade e o papel dos antropólogos desde as independências; 2) se no período pós-independência poderia haver Antropologia Africana, sem antropólogos africanos e 3) se qualquer representação autêntica de antropólogos africanos levaria necessariamente ao desaparecimento da antropologia como é tradicionalmente conhecida e, o que neste último caso, “tornaria essa representação distintamente “antropológica” como contra qualquer outra representação de cientistas sociais africanos?”. O autor argumentou que “essas questões estão na agenda desde a independência, sem serem totalmente abordadas pelos antropólogos africanos (...). Em vez disso, a maioria se refugiava em departamentos de sociologia e se dedicava a estudos micro ou estudos temáticos no lugar da tradição antropológica holística” (ibidem).

O argumento defendido por Munanga (2008) e por Mafeje (2001) relativo à consciência dos africanos em relação à descolonização do conhecimento, é igualmente apresentado pelo economista e intelectual malawiana, Thandika Mkandawire (1995) no seu texto intitulado *Three Generations of African Academics: A Note*, numa perspectiva diferente, mas que se conecta. O autor argumenta, por um lado, que os debates sobre a crise da Universidade em África naquele momento, e ainda hoje, davam bastante ênfase às instituições e sua degradação física, mais do que às pessoas que animaram essas mesmas instituições. Por isso, Thandika Mkandawire identifica e descreve o perfil das três gerações de intelectuais africanos, com objetivo principal de “injetar um pouco de perspectiva histórica nos debates em curso sobre o futuro das universidades africanas”, nem que seja, diz ele “para contrariar algumas

das abordagens a-históricas ou amnésia institucional tão comuns nos debates sobre políticas na África” (MKANDAWIRE, 1995, p. 75). Com base nesta perspectiva, nos dois últimos capítulos deste trabalho, esforço-me em identificar algumas das gerações de antropólogos/as moçambicanos/as.

Retomando a Mkandawire (1995), das três gerações que descreve, a primeira delas é a que se formou no exterior (Europa e EUA) e depois voltou no contexto imediatamente após às independências para ajudar na construção dos novos Estados-Nação, através da edificação de instituições de ensino e pesquisa, por exemplo. A segunda geração é a que fez a graduação nos seus países e depois, como a primeira se formou no exterior ao nível da pós-graduação, mas não voltou para os seus países e os que voltaram foi por pouco tempo e retornaram novamente à Europa e EUA. E, finalmente, a terceira geração é a que se formou inteiramente em África e que assegura com todas as dificuldades a continuação das instituições de ensino e pesquisa criadas pela primeira geração de intelectuais em aposentadoria ou em processo (MKANDAWIRE, 1995).

Uma categorização diferente da apresentada por Mkandawire (1995) e focada especialmente nos antropólogos, bastante interessante e que se cruza em alguns aspectos com as ideias do autor anterior, é fornecida por Paul Nkwi (2015). Este último identifica três categorias de antropólogos africanos: categoria ‘fuga de cérebros’; ‘circulação de cérebros’ e ‘hemorragia cerebral’. Os da primeira categoria são aqueles antropólogos que, nas décadas de 1970 e 1980, partiram para o norte global onde se estabeleceram e fazem hoje uma ‘Antropologia convencional’ que o autor chama de torre de marfim (mais teórica e acadêmica do que aplicada). A segunda categoria de antropólogos africanos é aquela que permaneceu em suas Universidades e instituições mal financiadas, esperando que a situação melhore. No lugar de se refugiarem no Norte, estes encontraram no seu próprio continente um ‘nicho profissional’ e usaram seus cérebros para o desenvolvimento da disciplina (nomes como Archie Mafeje, o Kwesi Prah, o Memel Fote e muitos outros). Esta categoria circulou e continua se movendo de um centro para o outro, compartilhando seus conhecimentos e experiências com os menos afortunados, com poucos recursos e possibilidades, ainda assim sobreviveram e mantiveram com sacrifícios a disciplina em bom patamar sem abandonar o continente - ‘África é o lar base’. E a última categoria, “hemorragia cerebral” é daqueles antropólogos que abandonaram por completo a atividade acadêmica e profissional buscando estratégias de sobrevivência fora da academia. “Eles desempenham qualquer função ou atividade para sobreviver, exceto praticar

antropologia. Alguns se mudaram para o setor informal, onde o dinheiro pode ser produzido, publicar ou algo parecido está fora de questão” (NKWI, 2015, p. xii - xiii).

A reflexão desenvolvida por Mkandawire (1995), apesar dos problemas que aponta, evidencia também, a força do carácter intergeracional⁶⁵ na formação acadêmica nos países africanos, como o leitor poderá igualmente constatar nas narrativas dos/as antropólogos/as moçambicanos/as sobre as suas trajetórias de formação acadêmica. Penso que não só no caso de Moçambique (onde em alguns momentos da história pessoas das gerações mais velhas foram professores de outras mais novas e vice-versa), mas nos vários contextos africanos a força desta formação intergeracional residia e reside na ideia ainda presente de que, como dizia Samora Machel a educação é “uma tarefa de todos nós” (CASTIANO, 2005, p. 16).

Voltando à classificação geracional de Mkandawire, o autor argumenta que cada geração “testemunhou mudanças nas fortunas econômicas e nas trajetórias políticas de seus países, bem como na transformação cultural e social. Todos esses fatores afetaram a natureza e o significado de suas carreiras acadêmicas” (MKANDAWIRE, 1995, p. 75).⁶⁶ Segundo o autor, a primeira geração de intelectuais africanos, foi em grande parte formada no exterior através de programas de estudantes africanos em Universidades americanas e europeias, que no final de suas formações retornou (motivados por incentivos materiais e morais)⁶⁷ para os seus respectivos países e ajudou a formar estudiosos nativos no âmbito da *indigenização* ou *nativização* das Universidades africanas, assim como, a criar instituições e amplas redes de pesquisa nacionais e internacionais, como, por exemplo CODERSIA e AAPS:

(...) foi auto conscientemente anti-neocolonial e considerou a descolonização das instituições nacionais e do terreno intelectual como tarefas principais. Não surpreendentemente, esta geração estava profundamente preocupada com problemas de construção da nação, de domínio econômico e intelectual e a dependência continuada de seus respectivos países em relação aos seus antigos mestres coloniais (idem, p. 76).⁶⁸

⁶⁵ Por intergeracional quero me referir aqui à interação e contributo que no processo educativo e/ou formativo, cada geração oferece às outras. Neste caso específico, refiro-me à formação acadêmica.

⁶⁶ Esses aspectos são notáveis nas trajetórias dos atores e atrizes moçambicanos do campo antropológico.

⁶⁷ De acordo com Mkandawire (1995, p. 75) naquele tempo as condições de vida para essa geração de intelectuais no retorno aos seus países eram boas e a moral era alta, com a euforia das independências africanas e alegria de participarem na edificação de instituições educacionais e de pesquisa inteiramente novas. Nesse contexto, tanto os governos quanto os países doadores ainda alocavam recursos consideráveis e o ambiente político amplamente favorável, ainda que se pudessem detectar sementes de autoritarismo que rapidamente infestaria a paisagem política africana, argumenta o autor.

⁶⁸ Tradução livre e pessoal do original em língua inglesa.

A preocupação das nações africanas emergentes com a descolonização do conhecimento e das instituições após o período colonial levou à rejeição da Antropologia como discurso sobre as culturas “primitivas” e como apologia ao colonialismo (NKWI, 2009; MACAGNO, 2003). Nesse contexto, “como todos os Estados o fazem, as novas nações recompensaram a produção de conhecimento que serviu às metas do Estado, e a Antropologia simplesmente não figurou nesses objetivos durante os primeiros anos pós-coloniais” (NKWI, 2009, p. 205). Em Moçambique, país de realização da minha pesquisa, não foi diferente nos primeiros anos após a independência em 1975 (MARIANO, 2017; LOFORTE, 2008; AMÂNCIO E TASSINARI, 2019). Como argumentou Lorenzo Macagno:

No Moçambique contemporâneo a acusação à antropologia associava-se (...) a pretendida ressurreição do chamado *poder tradicional* nos níveis locais da administração do Estado, que despertou desconfianças por revocar um sistema administrativo que Portugal havia tentado praticar na etapa colonial. Com efeito, a desconfiança (...) ante o intento de se integrar os *chefes tradicionais* na estrutura administrativa local baseava-se na suposta cumplicidade dos ditos chefes com o colonialismo português (MACAGNO, 2003, p. 79).⁶⁹

Como explica Munanga (1983), nesse momento, há uma irritação e protesto de intelectuais e dirigentes africanos contra a Antropologia colonial:

Um número crescente de intelectuais e dirigentes africanos participam deste movimento contemporâneo de protesto contra a Antropologia colonial. Cada vez mais, na periferia ocidental, crescem irritações com o ser objeto de uma ciência particular não apenas porque esta ciência ficou calada sobre as realidades cruéis da colonização, mas também, porque seu vocabulário ainda conserva um certo ranço racista. Tradicionalmente os estudos etnográficos são caracterizados, de um lado, por seu encerramento no mundo maravilhoso da “minha tribo” (tribo do antropólogo) e, de outro lado, por uma insistência particular sobre os traços estranhos e singulares da tribo, sem nenhuma consideração geral e sistemática sobre o contexto político, isto é, colonial das populações descritas com tanta minúcia. Esta orientação tribalista da Antropologia foi julgada perigosa para a unidade dos jovens Estados na medida em que insistia de modo exagerado sobre os aspectos das diferenças sem mostrar a unidade existente dentro da diversidade. Também por causa desta orientação tribalista a Antropologia aparece muitas vezes como uma ciência periférica e marginalizada em relação às outras ciências humanas que interferem na problemática atual do desenvolvimento socioeconômico (MUNANGA, 1983, p. 155).

Apesar dessa visão, Kabengele Munanga, defendia já naquela época (anos 1980) que a Antropologia muito poderia contribuir no debate sobre as ideologias de desenvolvimento alternativo ou autodesenvolvimento (endógeno) através do estudo das diferenças culturais.

⁶⁹ Sobre esta questão voltaremos a tratar no capítulo sobre “*A Antropologia no contexto do Moçambique independente*”.

Em relação à essa época desconstrucionista da Antropologia, que foi dos anos 1960 a 1980, Paul Nkwi (2015) lembra que esta foi marcada pelo fim do imperialismo e emergência das teorias da modernização e viu-se igualmente o surgimento das teorias da troca desigual e da dependência nos anos 1970. Esta foi a denominada ‘onda marxista’ pelos estudantes africanos da cultura da época e a Antropologia foi intensamente criticada pelo seu papel utilitário no domínio imperial do continente. Nesse contexto, argumenta o autor, que a maioria dos antropólogos operava ‘clandestinamente’ em departamentos outros de Ciências Sociais como sociólogos ou analistas sociais enquanto estratégia para obter aceitabilidade num contexto acadêmico hostil à disciplina. A antropologia expôs-se à profundas críticas de acadêmicos de várias áreas e dos nacionalistas africanos. Nesse quadro, “ser um antropólogo marxista nas décadas de 1970 e 1980 estava ganhando mais legitimidade, visibilidade e aceitação”, pois, “o marxismo ofereceu uma luta social e política radical contra o imperialismo, o inimigo dos movimentos nacionalistas africanos” (NKWI, 2015, p. x).

O estado de crise da Antropologia é permanente e constitutivo dela, desde o seu nascimento como ciência. A crise permanente da Antropologia não é um defeito, mas sua característica e fonte de sua renovação sistemática como (in)disciplina autorreflexiva (COMAROFF, 2010; GONÇALVES, 2019; RIBEIRO & ESCOBAR, 2009). A crise da Antropologia a que Diane Lewis (1973) (e outras/os antropólogas/os fizeram referência) e que apresento em suas próprias palavras está associada a esta situação ou movimento de descolonização dos países colonizados e críticas internas à disciplina nos países ocidentais:

A Antropologia está em um estado de crise. Isso é demonstrado, no campo e na sala de aula, pelo acentuado distanciamento entre antropólogos e não-brancos que tradicionalmente estudaram. O pesquisador de campo em perspectiva, por exemplo, pode achar que ele é banido pelo governo ou rejeitado pelos intelectuais do país em que ele pretende entrar; ou ele pode ser forçado a posar como economista ou sociólogo para ganhar aceitação.

Frequentemente ele encontra ressentimento do grupo que ele escolheu estudar. A disposição de tolerar o antropólogo foi substituída por desconfiança. Finalmente, quando o pesquisador de campo retorna para casa para escrever e dar palestras sobre “seu” pessoal, ele é cada vez mais confrontado por representantes do grupo que questionam a validade de sua descoberta (LEWIS, 1973, p. 581).

Segundo Diane Lewis (1973), a desilusão externa com a disciplina foi acompanhada concomitantemente por crescente crítica interna. A maior parte dessas críticas apareceram nos Estados Unidos desde a segunda metade da década de 1960 (considerando o ano de África) e concentrou-se no fracasso dos antropólogos em aceitar a responsabilidade pelas implicações

políticas de seu trabalho. A criação de um Comitê de Ética pela Associação Americana de Antropologia (1969) e a publicação de artigos que exploravam as responsabilidades sociais e morais do antropólogo foram tentativas de definir o problema.

As críticas à disciplina vieram também por parte dos antropólogos/as e intelectuais africanos/as, portanto, está ligada a um concomitante crescimento de autoconsciência de “pessoas não-brancas” no geral (LEWIS, 1973). Contudo, elas não foram definitivamente realizadas, continuando ainda sendo feitas até hoje (JEGED, 2015). Munanga (2008), por exemplo, argumenta que a crítica à Antropologia nas vésperas e logo após as independências africanas estava associada ao fato dela ser:

(...) uma ciência que servia como *corpus* teórico para legitimar a colonização... [porém], revendo esta posição muitos viram que a Antropologia podia ser repensada. Precisava realmente de uma ruptura epistemológica, com as teorias antropológicas comprometidas com a missão do colonizador. Porque a antropologia, como todas as disciplinas, faz parte de um projeto de uma sociedade, e, para essa ruptura, a África precisava ter o seu projeto social. Essa é uma proposta de crítica e auto-crítica que não foi totalmente realizada. É um projeto ainda em andamento (MUNANGA, 2008, p. 107).

Assim como Lewis (1973), dez anos mais tarde, Munanga (1983) no seu texto “*Antropologia Africana: Mito ou realidade?*”, argumentou que a crítica inicia fora e depois é interna ao Ocidente. Segundo Munanga, a crítica “autenticamente africana” à Antropologia tradicional aparece primeiro no trabalho de Jomo Kenyatta (1938), “Facing Mount Kenya”, onde ele faz uma apresentação completa da sociedade Kikuyu do Quênia, se contrapondo às teses vitorianas de que as sociedades africanas eram supersticiosas, etc.

Munanga (1983) argumenta que, no início, a contestação era tímida, mas com o tempo foi ganhando força, tornando-se nítida e severa. A crítica africana historicamente mais dura, diz o autor, foi a realizada pelo historiador e antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop que propunha a visão de uma África feliz e potente com o objetivo de destruir o conteúdo ideológico imperial da Antropologia da época. Porém, essas críticas, diz Munanga, se fizeram ainda dentro da linguagem da Antropologia colonial e só em 1930 vão aparecer as críticas verdadeiramente anticoloniais produzidas pela Antropologia Cultural Americana com base no conceito do relativismo cultural, que igualmente não escapou a críticas. Entretanto, as contestações mais significativas à Antropologia clássica coincidem com os movimentos de independência dos países africanos.

Munanga (1983) categoriza essas críticas em dois tipos: liberais e radicais. As primeiras têm como característica serem personalizadas, ou seja, voltadas a pessoas ou cientistas vistos como cúmplices do sistema colonial e não ao problema de usar as ferramentas teóricas e metodológicas da disciplina e os vícios dos seus pressupostos. A segunda, que se situa na década 1960, é influenciada pelos movimentos de libertação ou descolonização dos povos africanos, e condenam de forma intransigente a disciplina, vista de forma reducionista apenas como instrumento do colonialismo, especialmente os antropólogos ocidentais que achavam a disciplina sem futuro e fadada ao desaparecimento. A radicalização “começa nos aspectos éticos do trabalho do antropólogo, em seguida pela compaixão para com as populações estudadas e por um certo rearmamento moral” (MUNANGA, 1983, p. 154). No vocabulário Fassiano falaríamos de uma espécie de *economia moral*⁷⁰ na produção do conhecimento antropológico.

Lewis (1973), Munanga (2008), Ntarangwi (2005; 2019), entre outros/as antropólogos/as, argumentaram que essas críticas à Antropologia não significam, ou pelo menos não deveriam significar, a recusa das contribuições positivas dela. Além disso, algumas dessas críticas ou formas de colocá-las são igualmente questionáveis: “antropologia é mais uma disciplina colonial do que a história, a economia, a sociologia ou a filosofia, quando em algum momento não se considerou filosofia ou história africana?” E mais, “se todas as disciplinas acadêmicas emergiram dos contextos sociais e fenomenológicos específicos de seus fundadores, por que alguém seria visto como mais representativo do colonialismo do que outros?” (NTARANGWI, 2019, p. 442). Para Ntarangwi (2019, p. 442) o filósofo beninense Paulin Hountondji faz essa afirmação com força quando observa, por exemplo, que a “sociologia ou antropologia africana significa a sociologia ou antropologia da África ... e não uma tradição sociológica ou antropológica desenvolvida por africanos” (HOUNTONDJI, 2008, p. 151).

2.5 ANTROPOLOGIA NO SÉCULO XXI E O SEU FUTURO NA ÁFRICA

⁷⁰ Entendendo-se por economia moral “a produção, a reprodução, a circulação e a utilização de emoções e valores, de normas e de obrigações no espaço social” (FASSIN, 2016, p. 19). Segundo o autor, a economia moral está no plano/nível macrosocial, no plano/nível macrosocial estão as subjetividades morais, estas últimas entendidas enquanto valores e afetos envolvidos nas questões e dilemas éticos concretos enfrentados pelos agentes na resolução dos problemas produzidos no âmbito macro da economia moral (FASSIN, 2013).

Mwenda Ntarangwi (2005), no seu pequeno, mas bastante instigante texto intitulado *African Anthropology Struggling Along* argumenta que, apesar dos desafios da Antropologia em África, relacionados a sobrevivência e legitimidade da disciplina, ela continua tendo valor e eficácia no continente, sobretudo, na atualidade em que várias comunidades enfrentam rápidas mudanças estruturais e econômicas. A Antropologia e as habilidades específicas que ela possibilita, defende o autor: “(...) são necessárias para compreender respostas sociais e culturais complexas ao flagelo do HIV/AIDS, genocídio, tensões étnicas, políticas e rápida ocidentalização” (NTARANGWI, 2005, p. 9). Nesse contexto, de acordo ainda com Mwenda Ntarangwi:

Os antropólogos devem continuar a documentar, explicar e destacar as mudanças sociais, culturais e políticas trazidas pelo agora difundido sistema neoliberal de gestão econômica e política que se espalha por toda a África. (...). Isso não acontecerá, a menos que a antropologia seja desenvolvida em todo o seu potencial. Muitos antropólogos africanos entendem a importante contribuição que podem dar aos atuais desafios e mudanças socioculturais que a África enfrenta e instituímos formas locais de lidar com os desafios (ibidem).

O antropólogo ganense Kwesi Prah (1997), é outro que fornece uma nota esperançosa em relação ao futuro da disciplina, não apenas na África, mas em outros lugares. Este defendeu a tese de que, “a antropologia como uma ideia universal não pode viver sem nós [africanos] sujeitos ou objetos”. O universalismo antropológico defendido por Prah consiste no dever de se fazerem ouvir todas as vozes e não um universalismo restrito à hegemonia ocidental. Nessa perspectiva, o autor defende a construção de um conhecimento antropológico situado na e a partir da África. Prah está convencido de que a Antropologia só perdurará enquanto “uma ciência unida e universal, relativamente livre da bagagem hegemônica ocidental do passado” e, também enquanto “oferecer uma base melhor para a criação de uma ciência cultural verdadeiramente universal da humanidade” (1997, p. 349). Posicionamento compartilhado por Mwenda Ntarangwi (2019), para quem tal universalismo deve ser moldado pelas realidades do terreno.

Na mesma perspectiva, outros/as antropólogos/as não africanos tinham saído em defesa da Antropologia, sem deixar de reconhecer os problemas e levantar críticas em relação a sua convivência instrumental com o colonialismo. O missionário, antropólogo e filósofo inglês Peter Forster (1994), por exemplo, no seu texto “*A Antropologia tem um futuro na África após*

o colonialismo?”⁷¹ - perguntou-se sobre o papel ou futuro que a Antropologia pode(ria) ter na África pós-colonial dado que, como ele próprio argumentou: “particularmente na África, conexões verdadeiras ou imaginadas entre Antropologia e colonialismo muitas vezes levaram a uma profunda suspeita dos frutos do esforço antropológico” (FORSTER, 1994, p. 47).

Forster (1994), defendeu que é apropriado considerar até que ponto essa suspeita se justifica e, mais genericamente, se a Antropologia tem ou teria um papel a desempenhar na África contemporânea. Para ele, a Antropologia tem o potencial de contribuir no seu conjunto para o desenvolvimento de imagens mais positivas de africanos no Ocidente e a contribuição dessa tradição intelectual particular permanece importante. Além disso argumentou que:

A importância continuada da Antropologia e seu futuro papel no desenvolvimento são, portanto, nítidas. Há uma necessidade de um estudo mais aprofundado dos sistemas sociais locais e dos fatores culturais(...) A ironia é que uma abordagem ao desenvolvimento que assume uma tábula rasa não está apenas fadada ao fracasso; também rebaixa a cultura africana de um modo que ficou evidente em grande parte do etnocentrismo ocidental. É precisamente esse rebaixamento da cultura africana que tem sido criticado como parte da luta nacionalista na Tanzânia. A antropologia, portanto, pode ser vista como tendo mais uma contribuição como corretiva para tal tendência (FORSTER, 1994, p. 62).

Ainda sobre a questão do futuro da Antropologia em África, Mwenda Ntarangwi retomou a questão colocada pelo então presidente da Associação Americana da Antropologia (AAA) em 1995, o antropólogo americano James Peacock no seu discurso presidencial: “o que acontecerá com a Antropologia uma vez que o século XX - o primeiro e até agora único século da antropologia profissional - terminou? ” (NTARANGWI, 2005, p. 9), recolocando-a para o século XXI. Ntarangwi sugere que talvez seja o momento de rever a questão colocada e, ao fazer isso sugere que:

(...) a antropologia não esteja apenas viva e bem, mas também pronta para sobreviver em outro século. No entanto, não posso dizer que a antropologia tenha se tornado uma disciplina global; não há departamentos de antropologia em todas - ou mesmo na maioria - universidades no chamado sul global, pois existem, digamos, departamentos de economia, sociologia ou história. Por que não? Para começar uma resposta a essa pergunta, eu me concentro no futuro da antropologia na África, um continente central para a produção de conhecimento antropológico desde o começo humilde da disciplina no final do século XIX. Embora amplos estudos de caso tenham sido elaborados por antropólogos de partes da África, a antropologia simplesmente nunca criou raízes nas instituições africanas da mesma maneira que tem nos estados do norte do Atlântico (ibidem).⁷²

⁷¹ Tradução livre e pessoal do título em inglês.

⁷² Tradução livre e pessoal do original em inglês.

Ntarangwi (2005; 2019) levanta nas suas reflexões questões críticas e muito sérias em relação à produção antropológica em África. Segundo ele, é bastante irônico que, embora haja muito trabalho antropológico sobre a África, contrariamente, não haja muita antropologia na África por parte dos africanos, o que evidencia que muito há ainda que ser feito para o desenvolvimento da disciplina numa perspectiva africana. As universidades africanas, argumentou o autor “estão a lutar para se manterem vivas: elas têm muito poucos departamentos de Antropologia e muitos antropólogos africanos que não deixam seus países de origem para a Europa ou a América do Norte acabam servindo em outros departamentos” (NTARANGWI, 2005, p. 9). O autor desenvolve esse argumento tomando como exemplos as Universidades de Nairóbi, no Quênia e Universidade de Gana, em Legon, nas quais a Antropologia é ensinada no Instituto de Estudos Africanos e na Universidade Makerere, em Uganda, onde a maioria dos antropólogos, trabalha no Instituto de Pesquisa Social; e no Zimbábue, Botswana, Camarões, Etiópia, Nigéria e Costa do Marfim onde a antropologia é ensinada nos departamentos de sociologia. Para Ntarangwi (2005, p. 9) é “esse arranjo estrutural - juntamente com um sistema de ensino superior mal financiado - [que] explica essa carência de antropologia na África” contemporânea.

De acordo com Ntarangwi (2005), quem estuda a prática e a história da Antropologia na África é muitas vezes confrontado com a difícil tarefa de ter que determinar não apenas os potenciais meios de sua sobrevivência, mas também, lutando com sua legitimidade. O autor argumenta que a discussão sobre a cumplicidade da antropologia nas políticas e práticas do colonialismo paira ainda sobre sua curta história na África. Somado a isso, as lutas que a maioria dos antropólogos africanos enfrenta na tentativa de legitimar a si mesmos e seu trabalho contra as disciplinas mais estabelecidas e aceitas nas ciências sociais, como economia, história ou sociologia, evidenciam a grandeza dos desafios.

Além disso, Ntarangwi (2005) acrescenta outros desafios igualmente importantes: o difícil acesso dos jovens africanos ao ensino superior ao nível da graduação e muito menos da pós-graduação; a fraca difusão do conhecimento antropológico que está atrelada a dificuldade de sua produção e pouca reflexão sobre sua “utilidade”, por isso, o desconhecimento da existência dessa área de saber científico pela maior parte dos estudantes que entram e saem das Universidades. Também o fato da maioria dos jovens africanos desejar ingressar em cursos que lhes vão mais tarde garantir emprego e dos antropólogos africanos empregues em Universidades serem mal pagos e, por isso, dividirem o tempo de trabalho nas Universidades com o trabalho

em consultorias (Antropologia aplicada ao desenvolvimento) ou simplesmente abandonarem a academia para trabalhar como gestores de projetos de desenvolvimento em Organizações Não Governamentais (ONGs) etc. Portanto, como defende Ayodele Jeged (2015, p.8), “o potencial da antropologia ainda é muito inexplorado na África, pois os formuladores de políticas dão pouco ou nenhum reconhecimento”.

Na mesma perspectiva que Ntarangwi (2005), Paul Nkwi na introdução que faz ao livro por si editado *The Anthropology of Africa: Challenges for the 21st Century* aponta igualmente para vários desafios da Antropologia para o século XXI. Eu identifico cinco fundamentais, que podem ser resumidos da seguinte forma: 1. Continuidade de formação de antropólogos; 2. O trabalho interdisciplinar e conjunto com outras C. Sociais; 3. A combinação da Antropologia teórica e aplicada; 4. O desafio de compreender as transformações provocadas pela globalização e 5. A necessidade de diálogo entre formação de antropólogos e mercado profissional que os vai absorver. Assim como Ntarangwi, Nkwi (2015, p. xiii) defende que: “a antropologia não pode mais permanecer em sua torre de marfim e fingir ser teórica, enquanto nossas fontes primárias, as pessoas apodrecem sob o intenso impacto da pobreza. A antropologia da África permanecerá por muito tempo, fundamentalmente aplicada para enfrentar os desafios do século 21”. Para o autor a grande questão que se coloca à Antropologia da África neste século é: como a disciplina pode fazer parte das lutas cotidianas das pessoas que estuda de forma criativa e inovadora?

Em relação à cultura das consultorias, apontadas por Ntarangwi (2005) e Nkwi (2009, 2015), Carlos Cardoso (2017) argumenta, que ela se instalou nos países africanos, especialmente de falantes de língua oficial portuguesa e alerta que a mesma está ligada à mercantilização do conhecimento e das competências no âmbito das instituições do ensino superior. Esta cultura defende o autor:

(...) põe em perigo a investigação fundamental e mina os alicerces de uma reflexão autônoma e endógena na maioria das instituições. O rigor científico não é aplicado na sua plenitude. Esta mesma cultura está em vias de desviar a atenção dos poucos pesquisadores bem qualificados por causa dos altos salários praticados. Inverter esta tendência torna-se um grande desafio, tanto para o Estado, que deve ser o principal regulador de todo o sistema de ensino, como para o sistema de Ensino Superior em si. Frente a esse cenário, o futuro da pesquisa em ciências sociais está inexoravelmente ligado ao reestabelecimento da boa saúde e da prosperidade do sistema de ensino superior, nomeadamente o público (CARDOSO, 2017, p. 99-100).

Numa perspectiva semelhante, ao refletir sobre os desafios da prática antropológica profissional africana na “era da ajuda”, o antropólogo moçambicano Euclides Gonçalves (2019)

argumentou que, no caso de Moçambique, as altas taxas mensais que os estudantes têm de pagar para cursar a pós-graduação (nível do Mestrado) em Antropologia, provaram ser proibitivas para recém-formados que estavam/estão ainda desempregados e “mesmo que eles pudessem pagar a mensalidade, a maioria desses estudantes teria preferido muito mais buscar uma opção profissional imediatamente remunerada, em vez de cursar uma pós-graduação, que os lançaria em uma carreira acadêmica. Afinal de contas, os graduados que têm sorte de conseguir emprego em ONGs provavelmente ganharão um salário inicial comparável ao de um professor em todas as universidades públicas de Moçambique” (GONÇALVES, 2019, p. 416). Além disso, o autor argumenta que:

Décadas após a descolonização e a independência, o fato é que, com pouquíssimas exceções, os africanos que querem obter doutorado ainda precisam ir para o exterior. De um modo geral, em toda a África, os antropólogos são encontrados em departamentos conjuntos nos quais eles são uma minoria. Nos poucos lugares onde existem departamentos autônomos e/ou contingentes maiores de antropólogos nas listas oficiais de docentes, muitos escritórios provavelmente permanecerão vazios por meses, à medida que professores *seniores* dedicam a maior parte de seu tempo a sucessivas consultorias de curto prazo através das quais eles são capazes de pagar suas contas e sobreviver, enquanto deixam suas aulas para serem “ensinadas” por assistentes de ensino de graduação (ibidem).

Gonçalves (2019) refere ainda que, são abundantes os cenários em que os antropólogos africanos se veem obrigados a desempenhar papéis subordinados a pesquisadores de países doadores, que muitas vezes são recém-formados ou mestres e doutorandos. Esses estudantes, diz o autor, trabalham como estagiários e outros chegam à África para assumir seu primeiro emprego remunerado. A condição de subordinação argumenta Gonçalves (2019), é ampliada pelos tetos de “pagamento local” impostos por organizações multilaterais e doadoras que ignoram a experiência profissional, perícia ou, muitas vezes, até mesmo que os “especialistas africanos locais” podem ter obtido seus diplomas acadêmicos nas mesmas escolas. Gonçalves defende que, “essas políticas de auto-emprego e francamente neoimperialista são frequentemente pintadas com um verniz ético, racionalizando-as como medidas destinadas a proteger o setor público nacional ou a sociedade civil, não distorcendo o mercado de trabalho local” (GONÇALVES, 2019, p. 416-417).

A condição de subordinação dos antropólogos africanos considerados nativos ou locais em relação aos antropólogos designados não-nativos ou estrangeiros é igualmente tratada pela antropóloga moçambicana Esmeralda Mariano (2017), no texto intitulado “*Ser antropóloga: entre o local e o global*”. Na sua reflexão Mariano problematiza “o paradigma dicotômico

resultante de processos históricos e políticos, que colocam atores sociais em espaços delimitados e localizados” (MARIANO, 2017, p. 65). Ao fazê-lo aborda de forma crítica as distinções e desigualdades entre antropólogos considerados nativos e os não-nativos ou estrangeiros, chamando atenção para um fenômeno que ela reconhece como não sendo novo na Antropologia. Tendo sido tratado por diferentes autores aos quais ela faz recurso para a sua argumentação tais como Narayan (1993); Appadurai (1996); Mbembe (2001); Kuper (2002), mas que, persiste o uso não problemático e estanque de categorias de distinção como “nativo” e “não-nativo”, por exemplo (MARIANO, 2017, p. 67). Segundo Mariano (2017), o uso do conceito de “nativo” no discurso antropológico atual à primeira vista, pode parecer estar relacionado com pretensões não-hierárquicas, no entanto, o vocabulário de missionários, exploradores, administradores coloniais e inclusivamente de antropólogos, o termo mantém-se como “moeda de troca” e serve como substituto do termo “primitivo”, em relação ao qual sentimos desconforto (idem, p. 66). Nesse contexto, a autora argumenta que:

(...) a utilização, no âmbito da antropologia, dos termos nativo/local e não-nativo/global, permite-nos refletir sobre o desequilíbrio na legitimidade de representar a alteridade. Estes termos são usados implícita ou explicitamente nas relações entre o antropólogo e o nativo (sujeito-objeto de estudo), ou seja, por um lado, entre o observador e o observado e, por outro, nas relações entre os antropólogos provenientes de lugares, escolas e experiências diferenciadas (ibidem).

Paul Nkwi (2009), igualmente citado por Mariano (2017), ao analisar as maneiras pelas quais os antropólogos africanos desenvolveram o conhecimento antropológico, dentro de um conjunto particular de necessidades do Estado e também de relações de poder que emergem no contexto de demandas por consultorias, observou que estas últimas (as consultorias), pressionaram para a afirmação das identidades dos antropólogos, dos seus papéis sociais e epistêmicos e ressaltou o aspecto dual - acadêmicos vs. aplicados / nativo vs. estrangeiro - da disciplina (NKWI, 2009, p. 221). Tais distinções, de acordo com Mariano são

(...) feitas nos projetos de pesquisa e de consultoria realizados no Moçambique contemporâneo, que envolvem atores e investigadores de diferentes partes do mundo. O investigador moçambicano, se faz parte de uma equipe, é designado de local, com papéis frequentemente definidos pelo investigador internacional, e com retribuição diferenciada - o que implicitamente contém um juízo de valor, mesmo entre colegas bem-intencionados em estabelecer relações de paridade e mutualidade (MARIANO, 2017, p. 66)..

Assim, ao refletir sobre “o uso do termo “local” subjacente a relações assimétricas e de privilégio” Esmeralda Mariano (2017) sugere “que pensar no antropólogo “nativo” ou “não-

nativo”, como categorias estanques e estáveis, mostra-se irrelevante, inviável e redutor para compreender fenômenos que na maioria das vezes se interpenetram” (idem, p. 66-67).

As críticas e desafios não se circunscrevem apenas aos de fora, internamente há igualmente questões sérias a enfrentar no contexto da produção de conhecimento (antropológico e dos estudos africanos no âmbito geral) numa perspectiva africana. Algumas dessas questões críticas são abordadas por Paulin Hountondji (2008). A flagrante constatação e problemática central que o autor identifica e coloca é que, embora já se tenha de forma convincente demonstrado o impacto do estudo da África para as disciplinas-mães das ciências sociais e humanas (BATES, MUDIMBE E O’BARR, 1993), o desenvolvimento tanto dessas disciplinas nucleares, quanto dos estudos africanos, até mais recentemente foi no Ocidente e menos em África, onde Hountondji (2008) considera que deve desenvolver-se seu processo de questionamento próprio, razão pela qual argumenta que:

(...) tendemos a investigar temas que são do interesse, antes de mais, de um público ocidental. A maioria dos nossos artigos é publicada em revistas científicas sediadas fora de África, destinando-se, portanto, a leitores não-africanos. Mesmo quando publicamos em África, a verdade é que as próprias revistas académicas africanas são mais lidas fora do que dentro de África. Neste sentido, a nossa actividade científica é *extravertida*, ou seja, orientada para o exterior, destinada a ir ao encontro das necessidades teóricas dos nossos parceiros ocidentais e a responder às perguntas por eles colocadas. O uso exclusivo de línguas europeias como veículo de expressão científica reforça esta alienação. A maior parte dos nossos compatriotas vê-se *de facto* excluída de qualquer tipo de discussão sobre os resultados da nossa investigação, uma vez que nem sequer entende as línguas usadas. A pequena minoria que as entende, porém, sabe que não é o primeiro destinatário, mas apenas, se tanto, testemunhas ocasionais de um discurso científico primacialmente destinado a outros. Falando sem rodeios, há que dizer que os académicos africanos têm participado, até agora, numa discussão vertical com os seus parceiros ocidentais, ao invés de entabularem discussões horizontais com outros académicos africanos (HOUNTONDI, 2008, p. 157).

Este mesmo problema foi igualmente colocado por Munanga (1983, p. 157) que ao refletir sobre a possibilidade de uma ciência antropológica africana e, defender com base em Alf Schwarz a *dialetização* entre o conhecimento ocidental e o saber africano para impedir que “as teorias sobre a África caíssem prematuramente nas diversas formas de reducionismo”, argumentou:

Quantos entre nós africanos, mesmo os mais conscientes e os mais comprometidos com a causa do nosso continente, não começam suas publicações citando Michel Foucault, Sartre e Cia. Como para se situar na tradição de seus antepassados gauleses? Aliás onde publicam? Em editoras europeias onde estão obrigados a respeitar as regras de jogo e utilizar a linguagem credenciada para que seus trabalhos sejam considerados verdadeiramente científicos no sentido ocidental do termo. Avalismo ou dependência

econômica? Evidentemente a mestiçagem intelectual não poderia ser automaticamente eliminada e pode até constituir um ponto enriquecedor se for bem explorada (MUNANGA, 1983, p. 158).

Hountondji (2008) reconhece, contudo, que houve muitas mudanças e avanços, na medida em que há hoje em África várias comunidades científicas nacionais, sub-regionais e regionais, além de Universidades e centros de investigação, alguns deles muito bons e, também, alguns excelentes cientistas e com carreiras bem-sucedidas. Porém, mesmo com todo esse avanço “ainda estamos muito longe de atingir aquele que consideramos ser o nosso objetivo final: um processo autónomo e autoconfiante de produção de conhecimento e de capitalização que nos permita responder às nossas próprias questões e ir ao encontro das necessidades tanto intelectuais como materiais das sociedades africanas” (HOUNTONDJI, 2008, p. 157-158). O autor, não só constata problemas como também avança caminhos possíveis, um deles é a sugestão de construção de problemáticas originais apropriando-se do legado internacional que se encontra profundamente enraizado em África. Hountondji (2008), defende e concordo plenamente com ele que, desde esta perspectiva,

(...) a disciplina ou o conjunto de disciplinas a que se chama estudos africanos [campo interdisciplinar do qual a Antropologia faz parte] certamente não terão o mesmo significado na África e no Ocidente. Na África, fazem - ou deveriam fazer - parte de um projecto mais vasto: conhecer-se a si mesmo para transformar. Os estudos africanos em África não deveriam contentar-se em contribuir apenas para a acumulação do conhecimento sobre África, um tipo de conhecimento que é capitalizado no Norte global e por ele gerido, tal como acontece com todos os outros sectores do conhecimento científico. Os investigadores africanos envolvidos nos estudos africanos deverão ter uma outra prioridade: desenvolver, antes de mais, uma tradição de conhecimento em todas as disciplinas e com base em África, uma tradição em que as questões a estudar sejam desencadeadas pelas próprias sociedades africanas e a agenda da investigação por elas directa ou indirectamente determinada. Então, será de esperar que os académicos não-africanos contribuam para a resolução dessas questões e para a implementação dessa agenda de investigação a partir da sua própria perspectiva e contexto histórico (idem, p. 158).

A questão da definição de uma agenda africana de investigação, portanto, que corresponda aos interesses dos africanos ou o que alguns autores chamam de *africanização* da agenda intelectual, de acordo com Cardoso (2017) e tantos outros intelectuais africanos (NGOENHA E CASTIANO, 2010 para citar apenas outro exemplo), passa pela,

(...) resolução de muitas contradições e tensões, como a tensão entre o conhecimento “indígena” e conhecimento “moderno”; a tensão entre as diferentes tradições intelectuais prevaletentes no continente; a tensão entre os adeptos do empirismo e os que advogam a necessidade da construção de teorias; a tensão entre os seguidores da “biblioteca colonial” e os apologistas da “biblioteca africana ou islâmica”; a tensão

entre os defensores de uma teoria local e os defensores de grandes teorias ou de uma teoria geral etc. No fundo, trata-se da questão da fragmentação das ciências sociais que se praticam no continente, e não só (CARDOSO, 2017, p. 10).

Além disso, é necessário e seria bom que tivéssemos como sugere Hountondji (2008), mais coisas acontecendo em África, que eventos acadêmicos e outros tipos de intercâmbios pudessem se realizar não sempre ou exclusivamente fora do continente africano (nos últimos anos verifica-se uma mudança nesse sentido). Esses acontecimentos seriam segundo o autor, uma forma de,

(...) repor a justiça para o continente negro, fazendo com que todo o conhecimento acumulado ao longo de séculos sobre diferentes aspectos da sua vida, seja partilhado com a gente que lá vive. Há que tomar medidas adequadas no sentido de possibilitar à África proceder a uma apropriação lúcida e responsável do conhecimento disponível, bem como das discussões e interrogações desenvolvidas noutras paragens. Uma apropriação que deve ir a par com uma reapropriação crítica dos próprios conhecimentos endógenos de África e, mais do que isso, com uma apropriação crítica do próprio processo de produção e capitalização do conhecimento (HOUNTONDJI, 2008, p. 158).

Quando Hountondji (2008) fala de repor a justiça é porque, como argumentou Kabengele Munanga (1983), ao retrazar as linhas de desenvolvimento da Antropologia Africana numa perspectiva geral, com o objetivo de definir a sua situação naquele momento e questionar o seu destino,

(...) as histórias das relações entre nações euro-americanas e povos africanos (...) mostra de maneira evidente que a imparcialidade, a equidade, a honestidade e a justiça nunca estiveram presentes nos intercâmbios, econômicos, sociais e culturais. No campo intelectual, a análise das circunstâncias históricas que acompanharam o desenvolvimento das teorias e métodos utilizados pelos especialistas da África revelou as relações íntimas e sub-reptícias que sempre existiram entre a conquista colonial e os produtores de conhecimento sobre a África (MUNANGA, 1983, p. 151).

Na mesma linha de argumentação que Munanga (1983), Severino Ngoenha, no prefácio ao livro *O Pensamento africano no século XXI*, abordando os desafios da África independente, concretamente o que ele considera o segundo⁷³ maior desafio, condizente ao desenvolvimento econômico, político e social, argumenta que: “muito rapidamente os africanos, sobretudo com os trabalhos de Samir Amin,⁷⁴ viram que as relações entre o primeiro

⁷³ Sendo o primeiro grande desafio da África independente a afirmação da sua história e identidade que o colonialismo lhe tentado negar.

⁷⁴ Economista egípcio neomarxista e uma referência entre as intelectualidades africanas de sua geração e das seguintes.

e o terceiro mundo, mesmo quando vinham com a cobertura da cooperação e ajuda ao desenvolvimento, eram de fato sempre desfavoráveis ao Sul (...)” (NGOENHA, 2016, p. 9).

Retomando, especificamente em relação aos saberes e conhecimentos endógenos, a antropóloga Michelle Cirne Ilges (2016) argumenta, que os mesmos são alvo das reflexões por parte dos intelectuais africanos na busca pela construção de um paradigma africano de ciências sociais. Por isso, os acadêmicos africanos, aqui falo especialmente de antropólogos/as, argumentaram e continuam defendendo a “necessidade de subverter as políticas de conhecimento existentes e levar a sério os discursos antropológicos plurais e situados geograficamente. O conceito de uma ‘era pós-etnológica’ proposta por Mafeje (2001) aponta nessa direção” (RIBEIRO E ESCOBAR, 2009, p. 49),⁷⁵ de superação de quadros analíticos que separam o sujeito do objeto, responsáveis por permitir de forma perversa expropriações de terra e os efeitos derivados, como a xenofobia, o racismo, as intolerâncias de diversas ordens. A Ontologia combativa e a superação da era antropológica por uma pós-antropológica, recompondo etnograficamente o mundo além dos dualismos analíticos seriam a saída (BORGES *et al.*, 2015).

Apesar de alguns cenários desanimadores da prática especificamente antropológica na África acima descritos, Gonçalves (2019) sugere e concordo com ele, que essa narrativa é apenas uma parte da história e defende que, se por um lado, as condições desfavoráveis do meio acadêmico levam muitos antropólogos africanos aos ciclos de consultoria de curto prazo, por outro, esses pesquisadores têm igualmente muito a dizer sobre os desafios e injustiças que enfrentam no “mundo das consultorias” e que os efeitos até mesmo daquelas dificuldades destacadas (...), podem ser vistos como outros frutos, uma vez que o que foi omitido é trazido novamente em consideração”. Em resumo, a tese do autor é que “a economia política da produção de conhecimento no continente levou antropólogos africanos a avaliar criticamente as expectativas canônicas da disciplina, como trabalho de campo de longo prazo, pesquisa conjunta e formas de engajamento público (GONÇALVES, 2019, p. 416-417). Euclides Gonçalves argumenta que:

⁷⁵ Segundo Ribeiro & Escobar (2009, p. 49), “Mafeje sugere um número de ações a este respeito, incluindo o desenvolvimento de um enfoque desconstrucionista desde uma perspectiva africana: um enfoque não disciplinar - um tipo de empréstimo livre a partir de qualquer campo sem preocupar-se pelas regras disciplinares ou métodos - um enquadramento epistemológico, mais para lá da aderência a um “método discursivo” geral; uma prática nova de etnografia feita pelos próprios textos dos sujeitos; uma abordagem pós-etnológica à construção da teoria; uma que vá além dos imperativos objetivantes e classificações hierárquicas da Antropologia”. O debate de práticas novas como essas, para Mafeje poderia levar a “novos estilos de pensamento e novas formas de organização do conhecimento” (MAFEJE, 2001, p. 60).

Em última análise, revendo as possibilidades, e não apenas as limitações, que acompanharam o ressurgimento e a reinvenção da práxis antropológica africana na “era da ajuda”, sugiro que a experiência e as observações dos antropólogos africanos fornecem fundamentos importantes para interrogar criticamente as convenções que atualmente definem os cânones metodológicos da disciplina como mais um passo importante ainda a ser dado em direção a uma reflexão crítica mais decidida sobre as premissas epistemológicas da práxis disciplinar na própria África (idem, p. 432).

Concordo com os vários autores que defendem que a Antropologia tem futuro em África e que o futuro da disciplina é também dependente da África, não apenas por uma questão histórica, mas pelas mudanças e novas dinâmicas sociais que se observam no continente e pelo trabalho inovador que várias gerações de antropólogas e antropólogos mais velhos e novos vem desenvolvendo “em casa” (NKWI, 2009; 2015; NTARANGWI, 2005; 2019; GONÇALVES, 2019; JEGED, 2015). Essas transformações demandam igualmente a transformação e a invenção de novos instrumentos teóricos e metodológicos da disciplina que permitam desta forma renová-la. Nesse sentido, compartilho do argumento de Ntarangwi (2005; 2019) de que o futuro da Antropologia é o trabalho colaborativo (através das Associações de Antropologia, disponibilização da produção antropológica online etc.) que impulse os antropólogos e antropólogas a envolverem-se ou engajarem-se cada vez mais com a globalização gerando oportunidades de desenvolvimento profissional inter e nacionalmente.

Na mesma perspectiva de descolonização da Antropologia, Gustavo Lins Ribeiro (2006) e Gustavo Lins Ribeiro e Arturo Escobar (2009), defendem no contexto da Mundialização ou Globalização da Antropologia, que mais tarde deu origem e lugar ao projeto e constituição de uma rede de Antropologias Mundiais da qual fazem parte e estão envolvidos, que as diversas Antropologias, incluindo as do Sul, historicamente marginalizadas, tenham igualmente espaço e possam ser reconhecidas. Essa rede de Antropologias Mundiais, segundo Gustavo Lins Ribeiro,

(...) pretende contribuir para a articulação de uma antropologia diversificada mais consciente das condições sociais, epistemológicas e políticas de sua própria produção. A rede tem três objetivos principais: a) examinar criticamente a disseminação internacional da antropologia - como uma série de discursos e práticas ocidentais variáveis - dentro e através de campos de poder nacionais, assim como os processos mediante os quais essa disseminação acontece; b) contribuir para o desenvolvimento de paisagens plurais de antropologias que sejam menos formadas pelas hegemônias metropolitanas e mais abertas ao potencial heteroglóssico da globalização; e c) encorajar conversas entre antropólogos de diversas regiões do mundo a fim de avaliar a diversidade das relações entre antropologias regionais e nacionais e um discurso disciplinar, contestado, atravessado por relações de poder. Este projeto faz parte de uma antropologia crítica da antropologia, uma perspectiva que descentraliza, re-historiciza e pluraliza o que tem sido considerado “antropologia” até então. Ele

questiona não só os conteúdos, mas também os termos e as condições dos encontros antropológicos. (RIBEIRO, 2006, p. 148).

Quero terminar este capítulo lembrando com base em Gonçalves (2019, p. 431), que “a antropologia é uma das ciências sociais que passa por frequentes ondas de renovação. [E que] sua prática na África há tempos tem sido fundamental para o desenvolvimento e renovação da disciplina...”. É sobre a importância e o lugar da África e das antropólogas e antropólogos africanos, sobretudo, mas não só, que busquei tratar neste capítulo, um tema bastante amplo e que de nenhuma maneira tive a pretensão de esgotar, impossível de realizar.

Tentei trazer, ao longo dessas páginas, reflexões contemporâneas e desafios que se colocam em relação à produção do conhecimento nas Ciências Sociais em geral e Antropologia africana em particular. No contexto do enfrentamento aos desafios expostos, as novas tecnologias de comunicação têm sido vistas como instrumentos que podem favorecer à produção em vários níveis: intercâmbios, acesso a produções de outras paragens do mundo etc. Cardoso (2017) argumenta nesse sentido que, não restam dúvidas de que o desenvolvimento dessas tecnologias a escala global está a moldar o ambiente, as condições e práticas de pesquisa em Ciências Sociais. Pesquisas que se voltem à reflexão sobre como esse progresso ou desenvolvimento tecnológico estão a moldar o ambiente, as condições e as práticas de pesquisa ou produção de conhecimento em Ciências Sociais em contextos concretos da África seriam muito úteis para melhorar a situação atual.

Enfim, o que procurei visibilizar aqui é que apesar das críticas, a Antropologia continua sendo uma disciplina útil para a compreensão da África contemporânea. Mas, também mostro neste capítulo que o contexto do desenvolvimento da Antropologia, particularmente no pós-independência é condicionado pelas condições sociais e políticas concretas de produção de conhecimento marcadas pela necessidade de sobrevivência dos próprios praticantes dela nos seus países, o que levou a sua configuração como uma disciplina teórica e aplicada, impulsionada pelo neoliberalismo, mas igualmente crítica a ele. Assim, a Antropologia permanece sendo ambigualmente como o foi no período colonial, “uma faca poderosa de dois gumes” que, ora é usada como instrumento de dominação e reprodução das desigualdades sociais e do status quo, ora ela é usada como uma ferramenta de luta política pela sobrevivência e resistência dos subalternizados. Portanto, as ambiguidades nos usos da Antropologia não desapareceram com o colonialismo, pelo contrário, elas sobreviveram ao tempo e se apresentam hoje com nova roupagem.

3 A ANTROPOLOGIA NO CONTEXTO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE

(...) se quisermos derrotar os africanos, teremos que os conhecer melhor, teremos que penetrar no seu mundo e viver entre esses outros povos. (Ayres de Ornelas,⁷⁶ In: COUTO, 2016, p. 309).

No capítulo anterior abordei de forma geral os debates acadêmicos e políticos em torno do lugar da Antropologia em África, mas também o lugar da África nos estudos antropológicos, como uma forma de situar o leitor sobre esse debate no continente e algumas das tendências e controvérsias. O objetivo deste capítulo é apresentar um panorama da produção antropológica em Moçambique no contexto colonial, centrando-se no período entre a Conferência de Berlim e a Independência do país em 1975. Trata-se de uma produção que pode ser dividida grosso modo em duas linhas: uma de iniciativa e financiamento da administração colonial, portanto, oficial, e outra de iniciativa “independente”, realizadas por missionários, funcionários da administração colonial e residentes portugueses na colônia e por pesquisadores/as estrangeiros/as.

O colonialismo, mais do que um sistema de exploração econômica e de dominação política, é um modo de perceber o mundo e de enquadrar a vida social. Numa perspectiva mais ampla, o colonialismo pode ser entendido como “um evento que alcançou os domínios mais insólitos das práticas cotidianas, os mais recônditos cantos da vida social” (TRAJANO FILHO E DIAS, 2015, p. 9). Trata-se, então, de um sistema de dominação política, econômica, social e cultural - neste caso particular realizada por Portugal - sobre outros territórios, populações, sociedades e culturas situadas fora da matriz política e geográfica europeia, propiciada pela expansão ultramarina com início no século XV (PEREIRA, 2005b, p. 23). Enquanto projeto político, o colonialismo “perseguir um objetivo: a negação do direito à história pelos povos dominados, através da violenta usurpação do seu direito à autodeterminação” (MENESES, 2013, p. 184). A recusa da existência de uma história dos africanos, digna de registro, por parte dos historiadores e estudiosos outros, é reconhecida pelo pesquisador português António Rita-Ferreira num livro publicado nos anos 1980.⁷⁷

⁷⁶ Um dos personagens da Trilogia *As areias do Imperador* de autoria de Mia Couto.

⁷⁷ Considerado um dos grandes estudiosos da história e cultura de Moçambique, onde viveu mais de cinquenta anos. Rita-Ferreira nasceu em 1922 em Portugal e muito jovem foi viver em Moçambique, onde exerceu funções na administração colonial portuguesa, foi pesquisador independente e autodidata. No livro mencionado, Rita-Ferreira refuta uma visão que ele próprio defendeu no passado: “pela parte que nos cabe, esta obra representa, por

O colonialismo está diretamente relacionado ao histórico evento do capitalismo industrial e aos imperativos materiais da modernidade, atravessando simultaneamente o campo das representações, dos discursos e dos valores. Assim, “foi experienciado, pela pluralidade de sujeitos envolvidos, na totalidade da vida social e na própria definição dos termos em que essa realidade se apresentava à experiência, classificando-a e hierarquizando-a” (TRAJANO FILHO E DIAS, 2015, p. 9-10).

No contexto da colonização, a civilização dos chamados “outros” ou “indígenas”⁷⁸ tornou-se um dos principais projetos, não se tratando apenas de uma justificativa para outros fins. Como argumenta a antropóloga moçambicana Maria Paula Meneses (2010, p. 68), “civilizar”⁷⁹ tornou-se, a partir de meados do século XIX, a peça central da doutrina colonial europeia em relação aos territórios ultramarinos”. Entretanto, este projeto civilizatório imposto pelo colonialismo não se deu sem resistência por parte dos colonizados como muito bem ilustra o argumento do historiador português José Capela: “o colonialismo levado ao extremo da perversidade material e moral e prolongado no tempo para além de toda verossimilhança criara a melhor predisposição para a revolta que se diria instintiva” (CAPELA, 2010, p. 9).

Para levar a cabo tal projeto civilizatório, fazia-se necessário conhecer as terras colonizadas e as populações aí residentes. A Antropologia⁸⁰ jogou um papel fundamental na produção de conhecimento para legitimação do projeto colonial português (COSTA, 2015, p. 21). De acordo com Rui Pereira (2001, p. 2) “no contexto colonial português, a atenção em práticas antropológicas em Moçambique, ocuparam um lugar ímpar”. Porém, deixando de lado o “olhar colonial”, os portugueses prestaram pouca atenção à Antropologia e outras áreas de conhecimento social (linguística, arqueologia, história etc.), com algumas exceções. “Não existiam nenhuma revistas acadêmicas, e quase nenhuma atividade editorial em relação à

consequente, um repúdio consciente da abordagem que enformou o pequeno livro que publicámos em 1958” (RITA-FERREIRA, 1982, p. 21-22).

⁷⁸ Eram assim consideradas todas as pessoas que nascidas nas “colônias” ou “províncias ultramarinas” de pai e mãe “indígenas”, não se diferenciavam das pessoas comuns de sua raça, seja pela instrução ou pelos costumes (DHEUM, 2000, p. 203). Os que, sendo de pai e mãe “indígenas” que se distinguiam eram então considerados “assimilados”, ou seja, estariam mais próximos em termos de civilização e instrução europeias, por isso, dignos de um status social mais elevado. André Mindoso (2017, p. 13) argumenta e eu compartilho, que a condição indentária do “assimilado” moçambicano, ou melhor, essa categoria de pessoas assim identificadas, não podem ser pensadas como um conjunto homogêneo, tal como não podem ser pensadas do mesmo jeito as categorias “colonos” e “indígenas”.

⁷⁹ A missão política de civilização dos chamados povos “indígenas” por parte de Portugal, longe de ser monolítica, conheceu inúmeras transformações (MENESES, 2010), embora, muitas vezes a política colonial portuguesa seja tratada como “um todo integral, obedecendo a objetivos políticos, ideológicos e económicos muito bem definidos e claros, de tal forma que tende-se a estabelecer uma relação redutoramente determinista” (PEREIRA, 2001, p. 1).

⁸⁰ Mas, não só ela, como outras ciências, a geografia, a história etc.

publicação de monografias científicas” (DARCH, 2019, p. 7). Da produção antropológica dessa época, nem toda tinha como finalidade servir ao projeto colonial e, nem todos os pesquisadores/as de questões antropológicas estavam ligados (pelo menos diretamente) à administração colonial portuguesa, embora tais produções pudessem ser usadas ou recusadas por esta.⁸¹

Aliás, Patrícia Matos (2006, p. 58) numa perspectiva crítica e contrária à tese do pesquisador italiano Donato Gallo (1988) argumenta que “talvez seja mais correto dizer que primeiramente a antropologia, enquanto ciência emergente, não esteve ao serviço do colonialismo, mas sim que floresceu no seu meio”. Para Matos (2006, p. 58), “se a antropologia esteve ao serviço do colonialismo, esse fenómeno não ocorreu numa fase inicial, mas depois, quando o regime incorporou teses científicas no sentido de justificar a colonização de territórios habitados por populações consideradas carenciadas de civilização”. Portanto, reduzir a prática antropológica ao domínio instrumental do colonialismo é, como sugere o antropólogo português José Teixeira,⁸² simplificar a história nada homogênea da disciplina: “esta visão de um passado disciplinar algemado a poderes (ilegítimos) convoca e sedimenta a imagem da disciplina como meramente instrumental (TEIXEIRA, 2017, p. 18). Para este último autor, recusar a mácula colonial, não significa

(...) negar a influência dos conteúdos contextuais de expansão imperial-colonial no pensamento da antropologia filosófica, mas constatar uma reflexão sobre a sua riqueza não aprisionada por um discurso (proto) colonialista (...). Nem apenas reclamar uma autonomia para o “campo” intelectual, que o eximisse dos constrangimentos exercidos pelas realidades empíricas (idem, p. 17).

Antes pelo contrário, Teixeira (2017) argumenta que significa, isso sim, observar com detalhe o percurso da disciplina, focando nas suas formulações de pesquisa, seus limites, condicionantes e validades. Não para inocentá-la, mas para compreender as potencialidades que o legado da disciplina transmite, além da mácula colonial. Este problema, parece-me ligado em parte ao que o antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro (1995) já havia chamado atenção em relação ao perigo de “reduzir a Antropologia a uma história da Antropologia”. Nesse sentido, ele argumentou ser “mais cômodo, mais seguro e sobretudo, politicamente muito mais correto castigar os pecados colonialistas de nossos maiores que ir parar em algum lugar

⁸¹ Sobre isso veja-se adiante as polémicas entre Jorge Dias e Marvin Harris, para citar apenas um exemplo.

⁸² Com longa experiência em Moçambique no campo da pesquisa antropológica e da docência.

onde corremos o risco de ser classificados e tratados como eles o são por nós” (VIVEIROS DE CASTRO, 1995, p. 6).

Retornando, no que diz respeito à produção do conhecimento antropológico das populações dos territórios ultramarinos, pode-se afirmar que ela não existiu exatamente, antes do século XX (MATOS, 2006 p. 57). Segundo Matos (2006), no período entre os anos 70 do século XIX até aos anos 50 do século XX, apesar de Portugal se definir como uma potência colonial, “não tinha propriamente uma tradição de estudos realizados ao nível da Antropologia Social e Cultural sobre as ‘populações colonizadas’” (idem, p. 134).

O mesmo argumento é defendido por Maria da Conceição Lopes Rodrigues (1999) e também por Rui Pereira (2005). Segundo Rodrigues (1999, p. 265): “até aos anos 30 do século XX as províncias ultramarinas não tinham sido alvo de qualquer estudo e pesquisa sistemática, no âmbito da Antropologia ou no que respeitava a Pré-História ou Arqueologia, temas que haviam sido ignorados, muito embora nos países africanos vizinhos há muito se viessem a desenvolver”. Pereira (2005, p. 29), argumenta que: “a Antropologia Social e Cultural, de enquadramento académico, esteve praticamente ausente dos territórios coloniais portugueses até meados dos anos 50,⁸³ sobretudo porque, até então, o ‘poder central’ ignorou as potencialidades de uma Antropologia (Social e Cultural) aplicada”.

Como resultado de tal ausência, segundo Pereira (2005), a atenção antropológica antes de 1950 esteve voltada aos testemunhos locais dos agentes da colonização e missão, muitos desses com pouco valor analítico, mas com interesse informativo. Sobre este aspecto, a antropóloga moçambicana Ana Loforte (1987, p. 63), já havia igualmente argumentado que: “Não obstante as análises pouco aprofundadas que alguns dos estudos [nesse âmbito] contém, devido sobretudo a deficientes métodos de recolha [de dados] - estudos realizados fora da dinâmica da sociedade tornando-as estáticas e imutáveis - constituem hoje uma importante fonte de informação antropológica”.

Como disse, neste capítulo, pretendo descrever e analisar com base na literatura e, em linhas gerais, o desenvolvimento da Antropologia no contexto do colonialismo português em Moçambique. Farei esse exercício focando-me especialmente no período que vai da Conferência de Berlim à Independência do país (1975), sem desconsiderar elementos anteriores a esse período que sejam importantes para a compreensão do assunto aqui em questão.

⁸³ Quando surge o Instituto de Investigação Científica em Moçambique (IICM), o primeiro na colônia que se vai dedicar a pesquisa em Ciências Sociais como ver-se-á mais afrente.

Especificamente, os objetivos deste capítulo são: i) identificar as principais abordagens de produção antropológicas dominantes nesse período e alguns dos seus representantes, bem como, ii) identificar os assuntos tratados e os recursos metodológicos de pesquisa utilizados naquele contexto, ainda que de forma recortada e bastante resumida pelo espaço disponível para o efeito.

A análise deste tema e do período focalizado por si só, daria uma ou várias teses, um exemplo disso é o trabalho de doutorado desenvolvido pelo antropólogo português Rui Mateus Pereira, *Conhecer para Dominar: O Desenvolvimento do Conhecimento Antropológico na Política Colonial Portuguesa em Moçambique* (2005), a tese do antropólogo moçambicano José Luís Cabaço, *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação* (2007) e a dissertação de mestrado da antropóloga portuguesa Patrícia Ferraz Matos, *As Cores do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português* (2006). Este último trabalho, embora não seja específico sobre Moçambique, constitui um exemplo da quantidade de teses que o tema da Antropologia e Colonialismo permite desenvolver. Não procuro, portanto, dar conta de toda a complexidade deste período e campo, mas oferecer um panorama, sem o qual fica difícil compreender a produção antropológica no pós-independência em Moçambique, que procura, em certa medida, romper com a produção colonial oficial. Ao mesmo tempo, vê no material produzido nesse contexto - tanto dos estudos oficiais, quanto das ricas etnografias dos pesquisadores “independentes” - potencialidades para análise histórico-antropológica desse período na contemporaneidade.

Entender o desenvolvimento do conhecimento antropológico em Moçambique nesse período, passa antes por compreender que esta constitui uma fase específica e complexa do colonialismo, sendo importante, portanto conceber em primeiro lugar o colonialismo “como uma totalidade, e não um conjunto de processos independentes, resultantes de experiências sociais únicas e exclusivas” (PEREIRA, 2005, p. 21).

É sobre estes aspectos relativos a processos de produção dos “saberes coloniais” (SANTANA, 2017), no âmbito da Antropologia que me vou deter a seguir, começando pela abordagem da presença dos portugueses no território de Moçambique e a necessidade que tiveram de produzir conhecimento antropológico.

3.1 DA PRESENÇA COLONIAL PORTUGUESA À NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ANTROPOLÓGICO

A presença portuguesa na costa oriental africana, especialmente na região hoje conhecida como Moçambique, data do século XVI (ZAMPARONI, 1998; 2012; DHUEM, 2000). Entretanto, os primeiros contatos entre a África Oriental e Europa começaram pelos fins do século XV e início do XVI (CABAÇO, 2007; MONDLANE, 1975). Este contato inicial, foi marcado pela chegada à Moçambique (em princípios 1498) de estranhas e enormes embarcações jamais vistas antes, das quais desceram outros pequenos barcos transportando gente branca nunca antes vistas na região. Mesmo não compreendendo o que estas pessoas que chegavam diziam, a população local as acolheu sem hostilidade. Estes visitantes estrangeiros retornaram depois às embarcações e desapareceram mar adentro, sem que a população local soubesse quem eram e sequer imaginasse que presenciava um momento histórico, os primeiros contatos da África Oriental com a Europa, viabilizados por Vasco da Gama a caminho do Oriente (CABAÇO, 2007, p. 27).

Segundo António Rita-Ferreira (1982, p. 22) “os primeiros portugueses reconheceram, sem relutância ou ambiguidade, a existência de ‘reis’ e até mesmo de ‘imperadores’”, entretanto, estas observações foram mais tarde esquecidas ou menosprezadas por historiadores e outros estudiosos, incluindo o próprio Rita-Ferreira que se redime na obra publicada em 1982:

Esta obra representa, outrossim, uma abordagem algo diferente quer da anterior historiografia concentrada nos feitos heróicos da potência colonizadora, portadora dos elevados valores morais do cristianismo e da triunfante civilização da técnica e da ciência aplicada, quer da nova historiografia hipernacionalista que exalta o papel desempenhado pelas iniciativas africanas na marcha da História, a secular e patriótica resistência das massas contra a opressão colonialista e imperialista, finalmente esmagada pela justa guerra de libertação movida pelas forças armadas do partido da vanguarda, inspirado por ‘superiores’ idealismos e ideologias (RITA-FERREIRA, 1982, p. 22).

A presença portuguesa na costa oriental africana está relacionada à expansão para o Oriente em busca de especiarias. A mesma “assentou-se no sistema de feitorias e portos para abastecimento desta nova rota” (ZAMPARONI, 2012, p. 25). A expansão comercial europeia para o Oriente e depois para o Ocidente, marcou o nascimento de uma hegemonia planetária, conhecida hoje como “mundialização da economia ocidental” que proporcionou enormes ganhos às aristocracias dos países envolvidos e inaugurou o processo de acumulação de capital da classe burguesa que ascendia naquele continente (CABAÇO, 2007, p. 27).

Entretanto, antes da chegada dos portugueses à costa Oriental da África, as populações locais mantinham há séculos relações comerciais e culturais com outras populações islamizadas, que dominavam o Oceano Índico: os navegadores e mercantes *Swahili*, árabes e indianos.⁸⁴ Os portugueses integraram-se como um elemento a mais nesse espaço, combatendo as antigas embarcações que cruzavam tradicionalmente o Oceano, mas tendo igualmente reações do capital mercantil representado pelos comerciantes antes instalados, que contavam com uma forte e sólida retaguarda do capital indiano com sede em Zanzibar (CABAÇO, 2007; ZAMPARONI, 2012).

Valdemir Zamparoni (2012, p. 25-26) argumenta que “ali como quase em toda a parte em que estavam presentes, os portugueses não exerciam qualquer domínio real para além dos arredores das precárias feitorias semi-fortificadas construídas (...)”. Muitas destas feitorias, refere o autor, tinham sido construídas com a autorização dos potentados locais, por via de longas negociações diplomáticas e, apenas algumas, por pressão militar. Com os potentados locais, os portugueses procuravam manter relações cordiais para permitir a fluidez das mercadorias para os seus portos em detrimentos de seus concorrentes. Por esta razão, Zamparoni (2012, p. 26) defende que “tratava-se, pois, mais de um império imaginado *a posteriori* que uma realidade histórica”.

Durante muitos anos, os portugueses contentaram-se com os postos de abastecimento que estabeleceram ao longo da costa Oriental africana, deixando o interior intacto (MONDLANE, 1975, p. 25). “Das regiões do interior, o vale do Zambeze era a única parte do país que conservava a aparência de um mínimo domínio europeu” (MACAGNO, 2001, p. 63). Com a fixação inicial no litoral, particularmente em Sofala (1505) e Ilha de Moçambique (1507), os portugueses esperavam controlar as vias de escoamento do ouro e também, em menor escala, de marfim, que vinha do interior. Portanto, numa fase inicial, os portugueses eram mercadores e só mais tarde (século XIX) se tornaram efetivamente colonizadores, tendo sido o ouro que os atraiu para Moçambique (DHEUM, 2000, p. 55).

A partir de 1530, os portugueses procuraram controlar não só as vias de escoamento, mas o próprio acesso às zonas produtoras. Os Swahili-árabes que inicialmente intermediavam o comércio, foram gradualmente substituídos, ainda que com resistência. Na segunda metade

⁸⁴ *Swahilli* (ou Mouros como eram designados pelos portugueses) - é o nome atribuído a uma cultura supranacional que inclui pessoas de várias proveniências, desde o Sul do Sudão ao Norte de Moçambique que comercializavam na costa do Índico e realizavam trocas com o Norte da África e Oriente (ver CABAÇO, 2007; DHUEM, 2000).

do século XVIII, a procura de pessoas para escravizar ultrapassou a busca pelo ouro e marfim. Nesse contexto, não mais se tratava de adquirir matéria-prima de origem mineral (ouro) ou animal (marfim), mas de capturar as pessoas que da terra tiravam o ouro e prendiam os elefantes - tratava-se de comprar o próprio produtor - matéria prima humana (idem, p. 79).

A intensificação do tráfico de pessoas escravizadas em direção às Américas, especialmente ao Brasil, nas últimas décadas do século XVIII, impulsionou esta rede comercial, sem, contudo, alterar a sua característica básica: os portugueses como intermediários, integrados na ponta da extensa rede comercial, do interior às feitorias do litoral e daí pelos mares afora (ZAMPARONI, 2012, p. 27). Em trocas comerciais proveitosas, europeus e árabes recebiam escravos, marfim, tabaco, pontas de rinoceronte, dentes de hipopótamo, mel, cera, cobre e ouro e davam aguardente do Brasil, panos da Índia, ferro, vidros, espelhos, missangas, etc. (ZAMPARONI, 2012; RITA-FERREIRA, 1989). Numa primeira fase os escravizados eram levados para as plantações de açúcar nas colônias francesas (Haiti), de café nas Ilhas Mascarenhas, no índico, e depois, por solicitação de mão-de-obra dos sul-americanos (Brasil), passou a receber escravizados para assegurar a produção nas plantações de café, açúcar, algodão, cacau, etc. Numa terceira fase pós-abolição oficial (1836 e 1842), o tráfico clandestino continuou (DHUEM, 2000, p. 79). Entre 1770 e 1850, o tráfico constitui atividade econômica principal da colônia (ZAMPARONI, 2012, p. 28).

Embora a presença colonial portuguesa em Moçambique seja datada do século XVI, a ocupação efetiva dos territórios colonizados se realizou após a Conferência de Berlim (1884 a 1885), nos finais do século XIX e inícios do século XX. Nesta conferência, foram definidas de fato as possessões portuguesas, e um ano após seu término, os portugueses iniciaram formal e sistematicamente a ocupação militar de Moçambique, atacando os Estados que ali existiam, através do que ficou conhecido na historiografia como “campanhas de ocupação ou de pacificação” levadas a cabo por António Enes, Mouzinho de Albuquerque, Paiva Couceiro, Teixeira Pinto, etc.⁸⁵ Esta ficou conhecida como “geração de 95” (MACAGNO, 2001) ou dos “centuriões” (PEREIRA, 2005b) e, a ela:

⁸⁵ António Enes foi político e jornalista. Na década de 1890 exerceu o cargo de secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Depois é enviado a Moçambique para avaliar a situação e dessa viagem resulta o seu famoso relatório Moçambique, incontornável documento da colonização portuguesa. Nomeado Comissário Régio em Moçambique, inicia a ocupação efetiva do território (CABAÇO, 2007, p. 74). Mouzinho de Albuquerque, foi um soldado colonial que exerceu o cargo de Governador do distrito de Lourenço Marques em 1890, o cargo de Governador-Geral de Moçambique em 1896 e, em novembro do mesmo ano, lhe foram conferidos poderes adicionais, como comissário-régio, o mesmo cargo outrora ocupado por Enes (WHEELER, 1980; SAMPAIO, 2013). Henrique Paiva Couceiro

(...) foi encarregada de levar a ‘bom porto’ o processo de ocupação efetiva de Moçambique. Militares primeiro, administradores e governadores coloniais depois (...). Foi a ‘geração 95’ que, por meio da prática colonial, personificou o processo em virtude do qual o ‘poder de fato’ passou a ser ‘poder de direito’ e a força se converteu em ‘poder legítimo’. Imbuída das teorias evolucionistas da época, à medida que as exigências da administração o requeriam, os homens da ‘geração 95’ procuraram esboçar o saber sobre as colônias, proporcionando, assim, a matriz discursiva na qual o colonialismo português se apoiou durante décadas (MACAGNO, 2001, p. 63).

Assim, “um novo período da história colonial se encetava para os moçambicanos” (DHUEM, 2000, p. 129). Valdemir Zamparoni (2012, p. 36) refere que a partir das últimas duas décadas do século XIX se viu constituir em Moçambique “um novo tipo de colônia”, cuja base é sobretudo a prestação de serviços - portos, ferrovias, mas também, o fornecimento de força de trabalho migrante para as colônias vizinhas dos países do interior (*hinterland*) e para as *plantations*, em áreas sob o controle das companhias concessionárias capitalistas. É, a partir desse momento que, segundo Patrícia Matos (2006, p. 55) “podemos começar a falar de um colonialismo que racionaliza os meios naturais e humanos e que gere política, econômica e socialmente essas possessões”.

Entretanto, a necessidade da presença colonial portuguesa em África, foi antes como argumenta Matos (2006, p. 54), reforçada pelo desmembramento do império luso-brasileiro ocorrido entre 1808 a 1825, com o reconhecimento português da independência⁸⁶ daquele reino através de um tratado. Nesse contexto, a abolição⁸⁷ transoceânica do tráfico de escravos tinha por detrás um objetivo econômico que consistia em “aplicar os capitais empregues no tráfico em atividades produtivas e utilizar os trabalhadores em África, em vez de os exportar” (MATOS, 2006, p. 54).

Ou seja, o novo plano colonial português projetava a reconstrução da sua economia em África através da extinção do tráfico de escravos e utilização da sua mão-de-obra barata, argumento igualmente defendido por Valdemir Zamparoni (2012) e Maria do Rosário Pimentel (2013). De acordo com Zamparoni (2012, p. 29), o decreto de Sá da Bandeira, na verdade:

(...) proibia a exportação de escravos [escravizados] por terra ou mar, mas não abolia a escravatura. O objetivo era impedir a saída de braços principalmente para o Brasil, já independente, e abrir espaço para uma mais intensa utilização do trabalho escravo nas colônias portuguesas africanas.

e João Teixeira Pinto, foram militares, políticos e administradores coloniais portugueses seguidores da chamada “escola de Mousinho” (ver. WHEELER, 1980).

⁸⁶ Ocorrido em 7 de setembro de 1822.

⁸⁷ Ocorrida oficialmente em 10 de dezembro de 1836, por decreto do então ministro Sá da Bandeira.

Na mesma linha, Maria do Rosário Pimentel (2013, p. 51), argumenta que “a independência do Brasil provocou uma viragem na política colonial portuguesa; o Estado voltou-se para a África, com o intuito de encontrar um novo Brasil e tomou consciência da degradação dos espaços que aí possuía”. Segundo Pimentel:

Desde a segunda década do século XX que políticos e funcionários coloniais vinham alertando para a necessidade de desenvolvimento dos territórios africanos, aconselhando a reforma do sistema administrativo, a abolição do tráfico negreiro, o fomento de novas fontes de receita que viessem substituir o comércio de homens e promovessem a utilização da mão-de-obra livre (ibidem).⁸⁸

Nesse contexto, o projeto colonial, a identidade nacional, o campo científico e o desígnio político se ligam intimamente. Por isso, Patrícia Matos argumenta que se encontram nesse período “vários discursos simultaneamente políticos e científicos que definem a “nação” portuguesa como uma ‘nação colonial’” (MATOS, 2006, p. 55).

É assim que, começa o interesse pelo desenvolvimento de estudos sobre as terras colonizadas com vista a gerir as populações subjugadas. Nesse momento, como disse antes, os portugueses estabeleciam contato essencialmente com as populações próximas da costa, e não com as que estavam no interior. Quando estas relações existiam, eram de caráter mercantil, panorama que se manteve até finais do século XIX, quando se realiza a Conferência de Berlim (1884-1885) (MATOS, 2006, p. 54), contexto do qual passo a falar no item a seguir.

3.2 ENTRE A CONFERÊNCIA DE BERLIM E A IMPLANTAÇÃO DO ESTADO NOVO EM MOÇAMBIQUE (1884/1885-1930).⁸⁹ A PRODUÇÃO ANTROPOLÓGICA NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO CIENTÍFICA

⁸⁸ Pimentel (2013) e Matos (2006) argumentam que esses objetivos se tornam evidentes a partir de 1936 e foram impulsionados por Sá da Bandeira então Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, “militar, político e personalidade incontornável do século XIX português” (PIMENTEL & MONTEIRO, 2013, p. 8). Pimentel (2013, p. 51) descreve Sá da Bandeira como um “político de grandes ideais que, persistentemente, procurou em África a solução para o destino econômico de Portugal. Colonialista e abolicionista convicto, atento aos jogos da política internacional e às realidades nacionais, Sá da Bandeira defendia que, para uma acção colonial bem-sucedida, era necessária a extinção do comércio negreiro e a reforma da administração ultramarina”.

⁸⁹ Foi entre este período que se deu a conhecida agressão ou exploração imperialista. Três elementos conjugados possibilitaram essa exploração capitalista: i) o Estado colonial Português; ii) o capital internacional (no caso de Moçambique expresso nas companhias que ocuparam 2/3 do território) e iii) o capital mineiro sul-africano. Portanto, toda a legislação produzida e publicada neste período, entre o fim do século XIX e 1930, destinou-se a “amordaçar os moçambicanos no estreito e desumano perimetro de sua condição de ‘indígenas’ e de trabalhadores forçados. Por isso e para isso, o estado colonial usou mais os aparelhos repressivos e menos os aparelhos ideológicos. As vicissitudes políticas na metrópole colonizadora, o seu período monárquico e o seu período republicano, em nada lhe alteraram a essência” (DHUEM, 2000, p. 201).

As tentativas iniciais de criar em Moçambique um sistema de administração colonial, desenvolveram-se efetivamente após a Conferência de Berlim (DHUEM, 2000, p. 202). De acordo com o antropólogo moçambicano Johane Zonjo (2018),⁹⁰ é no período compreendido entre a Conferência de Berlim e a implantação do Estado Novo (primeira metade do século XX), que se assiste à emergência de duas linhas de produção antropológica em Moçambique: uma é oficial e a outra é “independente”.

A primeira, linha de produção oficial, congrega o conjunto de produções de interesse das autoridades coloniais portuguesas e são por estas encomendadas e financiadas. Os trabalhos realizados nesta perspectiva estiveram ao cargo dos Serviços de Negócios Indígenas e de Reconhecimentos e Exploração Científicos.⁹¹ A segunda, linha de produção “independente”, congrega o conjunto de trabalhos realizados por vontade e iniciativa próprias dos autores. Entretanto, os resultados e contribuições destas últimas produções, acabaram sendo aproveitados pela administração colonial portuguesa ora para aceitá-los e incorporá-los em suas políticas, ora para rejeitá-los, argumenta Zonjo (2018).

No conjunto desses trabalhos (da linha oficial e da linha “independente”) encontram-se produções de diversas figuras, entre elas antigos governantes, militares, exploradores, missionários (católicos e protestantes).

Se, por um lado, a distinção e agrupamento em linhas de produção antropológica - oficial e independente - teórica e metodologicamente facilita o entendimento das características de tais trabalhos, por outro, se pensada de forma rígida, pode simplificar a complexidade do contexto e da própria produção, pois nem sempre dá para distinguir nitidamente uma linha da outra. Uma separação rígida destas linhas perde de vista as ambiguidades, as nuances que o trabalho de leitura nas margens e fronteiras sugerido por James Clifford (1994) permite. Um exemplo ilustrativo desse argumento é o caso de Henri Alexander Junod,⁹² simultaneamente missionário (suíço) e etnógrafo/etnólogo crítico ao colonialismo português, mas também colonizador. O filósofo moçambicano Severino Ngoenha (2010, p. 109), argumenta que “Junod defendia a colonização dos africanos, ele veio para a África como colonizador”. Entretanto, o

⁹⁰ Entrevista de 02/ 04/2018 - Maputo/ Departamento de Arqueologia e Antropologia.

⁹¹ Estes Serviços transformaram-se depois em Secretaria dos Negócios Indígenas, foram criados em 1913 com o objetivo de “fazer o levantamento dos ‘usos e costumes indígenas’” (MATOS, 2006, p.61).

⁹² Junod nasceu em 1863 na Suíça e chega a Moçambique em 1889. Entre 1912 e 1913 publicou a sua principal obra etnográfica intitulada *Usos e costumes dos Bantu*. Sobre ele e parte da sua produção trataremos com um pouco mais de atenção no item sobre a produção antropológica “independente” (Para o conhecimento mais aprofundado do missionário veja-se GAJANINGO, 2006; HARRIES, 2007).

colonialismo da sua época (século XIX) era um conceito positivo, pois ser colonizador significava libertar o negro da escravatura, do islamismo, etc. Afirmar-se colonizador nesse contexto era o mesmo que se assumir filantropo, humanista. Assim, “se o missionário era tão colonizador como o militar e o mercante, eles diferiam, contudo, nos objetivos” (NGOENHA, 2010, p. 109). O colonialismo de Junod visava a libertação dos negros do que ele considerava como paganismo e ignorância, enquanto o dos portugueses visava a exploração: “a diferença específica do colonialismo de Junod era a missão cristã. Foi por razões de evangelização que ele deixa a Suíça, e atravessa fronteiras geográficas, linguísticas, culturais até chegar no que hoje é Moçambique” (ibidem).

Outro exemplo, é o de António Rita-Ferreira que, durante o tempo que foi funcionário da administração colonial - administrador de circunscrição⁹³ - às margens das suas ocupações profissionais desenvolveu notáveis atividades no âmbito da Antropologia e Sociologia, tendo sido convidado no pós-independência de Moçambique pelo primeiro Reitor da Universidade Eduardo Mondlane - Fernando Ganhão - para lecionar a disciplina História Pré-colonial. Uma leitura na perspectiva das margens permite ver as fronteiras como produtos de negociações constantes, portanto, não fixas ou estanques. Ainda assim, me aproprio das categorias de linha de produção antropológica oficial para me referir aos estudos encomendados e financiados pela administração portuguesa e “independentes” aqueles que surgem de interesses e iniciativas alheias ao colonialismo português.

3.2.1 A produção antropológica oficial: O protagonismo dos Serviços de Negócios Indígenas e a recolha de informações etnográficas

Na linha de produção antropológica oficial, foram os Serviços de Negócios Indígenas e Reconhecimento e Exploração Científicos (transformados depois em Secretaria dos Negócios Indígenas), criados em 1913, que assumiram o protagonismo, com o objetivo de realizar estudos ou levantamentos dos “usos e costumes” dos chamados “indígenas”. Nesse contexto, conciliou-se a necessidade ou missão de conquista com a produção antropológica e estudos científicos de forma geral (MATOS, 2006, p. 61). Mas, vale a pena recuar um pouco no tempo para que se possa compreender o processo que levou à criação dos Serviços de Negócios Indígenas.

⁹³ Divisão administrativa nas antigas colônias portuguesas em África.

A partir dos meados do século XIX, em resultado da dinâmica das correntes liberais, começou-se a perceber incompatibilidades entre o direito civil e penal português e a realização deste nas colônias, juntos às populações nativas (PEREIRA, 2005b, p. 188). Nesse contexto, em 1869, no âmbito de uma Carta de Lei aprovada em 1867, é emitido pelo poder metropolitano um decreto⁹⁴ ordenando a aplicação do Código Civil português no espaço da colônia, mas com ressalvas. Esta foi “a primeira disposição legislativa que em normas expressas reconhece a validade dos direitos privados consuetudinários das populações africanas sujeitas ao domínio colonial português” (idem, p. 189). Neste contexto, os súditos ou sujeitos colonizados teriam legalmente os mesmos direitos sociais que os brancos nascidos em Portugal, pois os vassallos se distinguiram pelos méritos e não pela cor da pele (ZAMPARONI, 2012, p. 48).

Entretanto, segundo Zamparoni (2012, p.50) a extensão da cidadania aos africanos, estava condicionada ao grau de inserção deles no restrito espaço político e cultural do dominador. Ou seja, os usos e costumes indígenas eram reconhecidos e tolerados até que não pusessem em causa a ordem moral ou pública metropolitana.⁹⁵ Um exemplo paradigmático de contemporização dos “usos e costumes” das populações “indígenas” no caso de Moçambique é o “Código dos Milandos” de Inhambane,⁹⁶ determinado a ser observado através de uma portaria de 1855, do Governador-Geral, mas que nunca foi publicado. Segundo Pereira (2005a, p. 190):

Tratava-se de um código de usos e costumes dos povos bitongas - população circundante de Inhambane - elaborado em 1852 por um conjunto de «*moradores versados nos usos e costumes cafreaes*» daquele distrito, «*com o auxílio dos régulos bitongas, Tembe e Inhamossa habitantes da villa, Inhampeta, Inhamotitima e Saranga habitantes da outra banda*».

⁹⁴ A Carta-Lei e o decreto estenderam às colônias o *Código Civil* da metrópole, a partir de 1870 (ZAMPARONI, 2012, p. 48). De acordo com Rui Pereira, o decreto “inaugura, pelo menos ao nível das disposições legislativas emanadas do poder central, uma nova fase de intervenção da política colonial portuguesa” (PEREIRA, 2005b, p. 193). Este último autor argumenta que, “o legislador do decreto de 1869 determinava que os governos coloniais procedessem, de imediato, «à *codificação dos usos e costumes indígenas*» (ibidem). No ano seguinte (1870), após a aplicação do decreto em Moçambique, o conselho governativo através da portaria n.º 73, de 21 de abril achou conveniente nomear uma comissão composta pelos cidadãos João da Costa Soares, José Vicente da Gama e João da Silva Carrão para reunir e codificar os “usos e costumes” da colônia da qual não proveio nenhuma realização (idem, p.194).

⁹⁵ Tratava-se de um reconhecimento para evitar resistência por parte das populações nativas. Como argumenta Pereira (2005b, p. 197-198) “não tendo chegado ainda o tempo da ocupação efectiva e com um débil dispositivo militar no terreno, à administração colonial portuguesa em Moçambique convinha essa complacência benevolente (...)”. Esta era a única via capaz de levar as populações colonizadas à submissão e obediência. Entretanto nos anos de campanhas militares e ocupação efetiva o cenário mudou, não havia mais complacência, “tornar-se-ia necessário esperar pelo governo de Freire de Andrade para que nova disposição legislativa viesse insistir na complacência com os costumes gentílicos (...)” (idem, p. 198). Freire de Andrade foi Governador Geral de Moçambique entre 1906 e 1910, mas antes disso chefiou o gabinete de António Enes e também dirigiu uma das colunas do exército que derrotou o império de Gaza (MACAGNO, 2001, p. 62).

⁹⁶ Uma das quatro atuais províncias (outrora distrito) localizada da região Sul de Moçambique.

Em 1884, o Código de Milandos chega a conhecimento do Governador-Geral da província, que o devolve ao Governador de Inhambane para que este último explicasse o motivo pelo qual o Código nunca foi enviado à Secretária-geral para aprovação. Assim escreve o Governador-Geral da província em despacho:

(...) continuando até hoje, as terras avassalladas á corôa no districto de Inhambane (...) a serem administradas por mero arbitrio do capitão-mór (...), sem regulamento algum (...), visto como o citado código cafreal de 1852 nunca obteve aprovação ou sanção superior. (...) o código dos usos e costumes formulado em 1852 não pode continuar a existir pello muito que ha n'elle de extravagante, de anachronico e immoral, sendo, portanto, um documento que nos envergonharia aos olhos d'aquelles que pretendessem emprega-lo como arma de combate para depreciar os incessantes esforços empenhados por Portugal no justo proposito de civilizar os povos que na Africa lhe são avassallados (CÓDIGO DOS MILANDOS apud PEREIRA, 2005b, p.190-191).

Rui Pereira argumenta que nesse despacho de 1884, nomeia-se uma nova comissão para o ordenamento de um novo Código que só viria a ser publicado em 1889 com a designação *Código dos Milandos Inhambenses (Litígios e Pleitos)*, este já “devidamente sancionado pela Portaria Provincial n.º 269, de 11 de maio de 1889” (PEREIRA, 2005b, p. 191). Ainda assim, essa não foi a última elaboração do Código, pois, uma nova versão mais completa aparece em 1908 sob a designação *Projecto de Regimento de Justiça Cafreal ou «Código de Milandos» do Distrito de Inhambane*. Para Pereira “todas estas vicissitudes do Código dão conta da forma titubeante, por vezes contraditória, em que se situava o pensamento e a ação colonial na segunda metade de Oitocentos” (ibidem). Não era apenas no domínio dos usos e costumes, mas em quase todos os outros, se reconhecia o “desfasamento entre as disposições emanadas pela Metrópole e a sua regulamentação e aplicação nas colónias portuguesas” (PEREIRA, 2005b, p. 193).

A manifestação desse desfasamento aparece mais evidente no estudo realizado por Joaquim d' Almenta Cunha,⁹⁷ publicado em 1885, com o título *Estudo Acerca dos Usos e Costumes dos Baniães, Bathiás, Parses, Mouros, Gentios e Indígenas. Para cumprimento do que dispõe o artigo 8.º, §1.º do decreto de 18 de novembro de 1869*. Pereira (2005b, p. 196), argumenta que o estudo de Joaquim d' Almenta Cunha foi a primeira realização objetiva em Moçambique na observância do disposto no decreto de 1869. Cunha estabeleceu “um primeiro

⁹⁷ Que na época era Secretário-Geral do Governo-Geral da Colônia, tarefa que lhe foi incumbida em 1883 pelo então Juiz Conselheiro Agostinho Coelho, Governador - Geral de Moçambique (PEREIRA, 2005b, p. 93).

quadro comparativo do direito consuetudinário de alguns, poucos, grupos étnicos de Moçambique: macua, maconde, swahili, bitonga, thonga, maganja, sena, wanhai e pouco mais” (idem, p. 197). Antes do estudo de Cunha, o desfasamento aparece também num relatório enviado à Metrópole (de 1875), acerca da inoperância da execução do decreto de 1869, no qual o juiz conselheiro José Guedes Carvalho e Meneses refere:

(...) esses diversos agentes não têm regimento; não ha atribuições definidas; nada ha escripto; não ha remuneração para esse pessoal; (...) não ha finalmente onde lêr a historia de todos esses póvos. (...) No meu relatorio do anno passado prometi a V. Ex.^a occupar-me d’esse estudo que principiei [mas] a execução de um novo código depende da existencia de entidades e instituições que, em grande parte, por emquanto, não existem aqui, ou sómente no papel podem existir; e assim acontece tambem a respeito de grande numero de leis, que não podem por esse facto ter litteral execução no ultramar, o que prova, para mim, que as provincias ultramarinas, e cada uma per si, carecem de leis especiais (apud PEREIRA, 2005b, p. 195).

Cunha estava avisado do insucesso das comissões designadas anteriormente, o que o levou a estabelecer uma nova metodologia baseada em questionários “circunstancialmente etnográficos” (idem, p. 196), remetidos a diferentes pessoas conhecidas, “(...) umas por valiosas informações que já nos haviam dado com referencia à materia sujeita, outras como funcionarios zelozos, que não hesitariam em coadjuvar- nos sem olhar aos incommodos que d’ahi lhes viessem” (CUNHA, 1885 apud PEREIRA, 2005b, p. 196).

Percebe-se com estas informações que o processo de mudança da política colonial e o interesse em desenvolver estudos que embasariam cientificamente as decisões tomadas pelo sistema colonial português ocorre muitos anos antes e durante a Conferência de Berlim. No entanto, como referi anteriormente, é só após a Conferência ou a partilha de África que “houve a necessidade de aumentar os conhecimentos geográficos, da fauna, flora, geologia e hidrografia e também relativos à saúde e higiene tropicais, à agropecuária, ao comércio e à etnologia colonial” (MATOS, 2006, p. 55).

Já no início do século XX, o nome de António Augusto Pereira Cabral é o que se vai destacar em Moçambique no que tange à condução dos “negócios indígenas” entre 1909 a 1914. Nessa época, Cabral desempenhava o cargo de Secretário Civil do Governo do Distrito de Inhambane e, depois, entre 1915 e 1935, ocupa o cargo de Secretário dos Negócios Indígenas junto do Governo-Geral de Lourenço Marques. A ação de maior relevo que ele realizou foi uma codificação dos “usos e costumes”, intitulada *Raças, Usos e Costumes dos Indígenas do Distrito de Inhambane*, publicado em 1910. Nesse trabalho, Cabral apresenta:

(...) uma síntese do ‘saber acumulado’ sobre a matéria. Nada de significativamente novo poderemos encontrar ao longo das suas páginas, a não ser algumas reflexões esparsas sobre o entendimento da política colonial, a administração dos «indígenas» e a imperiosidade dessa «contemporização» com os usos e costumes, essas sim, muito reveladoras dessa nova mentalidade colonial antiliberal (PEREIRA, 2005b, p. 202).

Nesse novo contexto, Rui Pereira argumenta que Cabral nos ajuda a compreender a dedicação das autoridades coloniais em codificar os “usos e costumes”. Já não se tratava “da contemporização ou da condescendência piedosa, algo filantrópica até, que (...) motivara os mentores liberais do início da segunda metade de Oitocentos”, pelo contrário, tratava-se, isso sim, de “(...) assegurar a manutenção de um estatuto permanente - e, se possível, perene - de inferioridade dos africanos colonizados (...)”, caso contrário, “(...) os africanos, enquanto cidadãos poderiam sentir-se tentados a reivindicar regalias, direitos e deveres inscritos no Direito Civil e Criminal dos europeus” (idem, p. 203). Aqui diferente do momento anterior, o desígnio não é apenas *evitar conflitos*, mas de criar condições para dominar - *conhecer para dominar* (PEREIRA, 2005b; 2016).

Cabral produziu e enviou a todos os administradores coloniais da circunscrição do distrito de Inhambane um inquérito etnográfico que se supõe ter sido usado em sua obra posterior *Raças, Usos e Costumes dos Indígenas da Província de Moçambique* (1925). Nesta obra, ele traça um quadro genérico e lacônico dos principais grupos étnicos da colônia. Seu trabalho é “repleto de lacunas e com vastas manchas do mapa em branco, além de perpassado por juízos de valor etnocêntricos absolutamente caricatos, não fora o caso de revelarem uma atitude discriminativa irreduzível, afinal a essência do próprio colonialismo” (PEREIRA, 2005b, p. 204).

O historiador alemão residente em Moçambique, Gerald Liesegang (2008, p. 314-315) argumenta que só com o fim do mandato de Cabral, em 1935, é que novos inquéritos foram feitos, sendo um deles sobre a escravidão em 1937. Além de Cunha e Cabral, outros exemplos de pesquisas oficiais de cunho etnográfico podem ser encontrados, como é o caso do trabalho de Francisco Alexandre Lobo Pimentel, *Relatório sobre os usos e costumes no Posto Administrativo de Chinga* (1927). Acredita-se que a realização deste trabalho tenha sido influenciada por Cabral. Uma obra semelhante à de Pimentel, de autoria de Gustavo Bívar Pinto Lopes⁹⁸ foi publicada em 1928 pela Companhia de Moçambique (LIESEGANG, 2008, p.

⁹⁸ Participante da guerra de ocupação.

314).⁹⁹ Intitulada *Respostas ao Questionário Etnográfico Apresentado pela Secretaria dos Negócios Indígenas em Lourenço Marques acerca da População Indígena da Província de Moçambique (parte referente ao território da Companhia de Moçambique)*,¹⁰⁰ este trabalho tinha como objetivo, assim como os outros que o antecederam “(...) abrir caminho para a codificação dos usos e costumes dos indígenas circunscritos ao território da Companhia, de forma a fazer prevalecer um direito dito consuetudinário” (PEREIRA, 2014, p. 41-42).

Antes mesmo da implantação do Estado Novo (1930) que abordo mais adiante, já estava preparado o terreno em matéria de política colonial, especialmente no que respeita aos “negócios indígenas”. Desse modo, “o Estado Novo nada inventou: apenas amplificou e reorganizou, por vezes obsessivamente, um ideário e um conjunto de práticas que já vinham de trás, numa síntese primitivamente elaborada pela ‘escola de António Enes’” (PEREIRA, 2005a, p. 206). Nesse contexto, cimentou-se um conhecimento etnográfico sobre as populações de Moçambique cujos dados predominantes apontavam para uma irreduzível diferença civilizacional (PEREIRA, 2016, p. 342).

3.2.2 Outros agentes de produção antropológica além da linha oficial portuguesa

Como referi, além da produção oficial existiam interesses antropológicos por parte de outros agentes que não estavam ligados à administração colonial portuguesa. Nesta vertente, dominam os trabalhos realizados por missionários protestantes, um pouco por toda a África, como verifica Patrick Harries (2007) em seu livro sobre *Junod e as Sociedades Africanas: Impacto dos Missionários Suíços na África Austral*, no qual examina “a forma como a inserção parcial desses missionários no campo os levou, e depois aos membros das suas congregações e a outros, a constituírem sistemas de conhecimento que deram significado ao seu mundo em mudança” (HARRIES, 2007, p. 2). Como o autor argumenta, não se trata, portanto, de “captar a experiência subalterna ou descobrir a ‘voz africana’”, mas, pelo contrário, “mostrar como, com o passar do tempo, um grupo específico de intelectuais europeus construiu tal ‘Voz africana’” (ibidem).

⁹⁹ A falta de condições financeiras de Portugal para administrar as suas colônias, obrigou a conceder parte do território a companhias privadas que usufruíam de poderes para instituir e cobrar impostos. Em Moçambique, isso consistiu na concessão por parte do governo português de privilégios comerciais sobre grandes fatias de terra. A Companhia de Moçambique é uma delas (ver. DHUEM, 2000).

¹⁰⁰ Que é uma cópia do elaborado por Cabral em 1916.

De acordo com Patrick Harries, tais missionários na Suíça pertenciam a classe média e eram altamente educados. Em suas viagens para África, estes levaram o conjunto de experiências e valores produzidos num contexto de convulsão social e política na Suíça. Assim, o autor argumenta:

Os missionários levaram esta experiência de rápida mudança para a África, onde eles usaram várias práticas estabelecidas para dar significado ao seu novo mundo. A sua propaganda descrevia África como um continente de escuridão para o qual os missionários levaram a luz da salvação espiritual e secular. Através da mistura de religião e ciência, eles prometeram, com ajuda dos seus apoiantes em casa, elevar a população de pagãos enigmáticos do estado de infância intelectual à maturidade responsável. Mas noutro género de literatura, virada para uma leitura secular e publicada por periódicos de sociedades científicas e geográficas bem como por revistas religiosas especializadas, os missionários descreviam uma África muito diferente. Na imagem do mundo produzida por esta literatura, os africanos contribuíram para a visão do missionário *Aufklärer* de diversas maneiras (HARRIES, 2007, p. 3).

Segundo a historiadora brasileira Marion Brepohl (2016), a presença de missionários/as protestantes em África, data dos finais do século XVIII (1790) - fase das missões não coloniais - resultantes da organização de movimentos religiosos dedicados à evangelização dentro e fora do mundo protestante. Estes movimentos com poucos recursos enviavam missionários à várias partes do mundo. Após a Conferência de Berlim inaugura-se a nova fase, das missões coloniais, patrocinadas por agentes do governo ou empresas comerciais. Esta presença só logrou sucesso pela capacidade dos missionários de negociar com as realidades locais e “os receptores da mensagem se apropriaram dos textos bíblicos para orientarem suas lutas de resistência à dominação colonial e por emancipação política” (BREPOHL, 2016, p. 171).

Patrick Harries (2007, p. 3) argumenta que esses missionários “aplicaram em África um conjunto de práticas científicas, enraizadas no Iluminismo, que rapidamente os classificaram, já em África, como peritos em ‘assuntos nativos’”. Entretanto, antropólogos há muito tempo são críticos em relação aos missionários analisando-os como agentes criadores de identidades coloniais e imperiais. De acordo com Patrick Harries e David Maxwell (2012), após leitura de Edward Said (1978) e Valentin Mudimbe (1988) é fácil ver o conhecimento produzido pelos missionários como um conjunto de preconceitos e pressões sobre as terras do interior de maneiras que reforçaram o progresso e a confiança da Europa imperial. Realmente, o fizeram, porém, também em colaboração com os seus informantes e assistentes nativos e em conjunto com os seus pares intelectuais nas colônias e em seus países, muitos missionários

desenvolveram novas formas de entender suas situações, e nesse processo elaboraram maneiras africanas de ordenar e compreender o ambiente humano e natural para a atenção do mundo (HARRIES E MAXWELL, 2012, p. 4).

Embora sejam pouco reconhecidos na história da disciplina antropológica, os missionários foram pioneiros na produção de conhecimento nesta e em várias outras áreas. No século XIX, o geógrafo Carl Ritter, declarava que a escrita da sua obra não seria possível sem o apoio de missionários. Os primeiros antropólogos evolucionistas como Johann Bachofen e James Frazer, eram igualmente dependentes de informações dos missionários para sustentar as suas teorias acerca da natureza e da evolução humana. Até os considerados fundadores da disciplina, de Émile Durkheim e Marcel Mauss à Alfred Radcliffe-Brown recorreram a escritos de missionários para localizar e entender as “leis” de regulação social do chamado mundo “primitivo”. Na década de 1930, missionários etnógrafos foram largamente marginalizados pelos antropólogos profissionais, mas as suas robustas produções monográficas serviram como uma grande base da disciplina (HARRIES E MAXWELL, 2012, p. 7-8).

No caso de Moçambique, destacam-se os trabalhos realizados pelo missionário suíço Henri-Alexandre Junod, que trabalhou no sul do país, em Rikathla, atual distrito de Marracuene (1889); Yohanna Barnabé Abdallah pastor anglicano da Missão de *Unangu* que trabalhou na atual província de Niassa sobre *Os Yao*¹⁰¹ (1983 [1919]);¹⁰² Emily Dora Earchy, missionária inglesa que escreveu sobre os *Ndaus* de Sofala e sobre as mulheres *Valenges* (1933), de Inhambane; Henri-Phillipe Junod, missionário suíço, filho de Henri-Alexandre Junod, que trabalhou sobre os *Chopes, Tsongas e Ndaus* e; Columbus Kamba Simango, protonacionalista moçambicano e missionário da *American Board*, que colaborou com Franz Boas e Melville Herskovits na pesquisa sobre os *Ndaus*.

Por questões de espaço, deter-me-ei brevemente nas trajetórias e trabalhos de apenas três: Henri-Alexandre Junod, Emily Dora Earchy e Columbus Kamba Simango. Em Junod, por ter sido um dos primeiros, e cujo trabalho realizado ocupa um lugar importante na história da

¹⁰¹ Grupo étnico-linguístico nas regiões de Moçambique (Província do Niassa), Tanzânia e Malawi.

¹⁰² Obra editada pela primeira vez no Malawi, em língua Yao, seguida de tradução em Inglês feita por um médico e antigo funcionário dos serviços de saúde do antigo protetorado de Nyassalandia, Meredith Sanderson. No pós-independência, o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), no âmbito da sua política de recolha, conservação e divulgação de documentos valiosos para a pesquisa na área, publicou em 1983 a tradução do texto da versão em inglês, reeditada em 1973. Abdallah escreve num contexto de destruição dos Estados e instituições socioculturais da sociedade Yao pela penetração colonial portuguesa e britânica. No exercício das suas atividades pastorais, o autor testemunhou as rivalidades entre os colonizadores e foi usado como intermediário entre o poder colonial e local. A correção da tradução foi realizada pelo professor e especialista em História de Moçambique, Gerhard Liesegang (AHM, 1983).

Antropologia na medida em que criou as bases desta disciplina na África Austral e, apesar das críticas que recebeu mais tarde pelos antropólogos profissionais, manteve-se o respeito pelo seu trabalho. Emily Dora Earthy porque ser uma mulher e missionária que igualmente desenvolveu um trabalho tão importante e pioneiro quanto Junod, embora o seu (re)conhecimento não seja tão popularizado quanto o do primeiro e, por isso mesmo, se justifica abordar o seu trabalho e contribuição aqui. E, Columbus Kamba Simango, por se tratar de um missionário, educador e ativista moçambicano.

Começo então por Henri-Alexandre Junod, uma figura incontornável na história da Antropologia e da Missão Cristã na região da África Austral. Foi pela importância de Junod que Max Gluckman, em 1936, ao chegar ao topo da parte mais baixa das montanhas que separam o extremo noroeste de Kwazulu Natal da Zona Sul de Moçambique e olhando para baixo, a partir dos Libombos, para a planície da costa, rendeu homenagem ao missionário suíço, considerando seu trabalho um clássico. Outros antropólogos de reconhecida reputação na história da disciplina também se curvaram diante do trabalho de Junod. Evans-Pritchard declarou o livro do missionário *The Life of South African*, cuja tradução portuguesa ficou *Usos e costumes dos Bantu* (Tomos I e II), como uma das melhores monografias já produzidas na história da disciplina; Adam Kuper se refere ao trabalho do Junod como magistral; Adrian Hastings como “obra-prima”; Hammond-Tooke usou as fotos de Junod como capa da sua reflexão sobre a história da Antropologia moderna na África do Sul; Malinowski, Haddon, Lévi-Bruhl, Victor Turner, registraram admiração pelo trabalho de Junod (HARRIES, 2007; GAJANINGO, 2006).

Num contexto em que a maioria dos missionários estava interessada apenas em acessar aos ‘dados primários’, Henri-Alexandre Junod se destaca, pois, “a sua curiosidade estendia-se às formas em que seus informantes organizavam e regulamentavam os seus conhecimentos e os usavam para inspirar o seu mundo com significado” (HARRIES, 2006, p. 3). Embora a perspectiva teórica de Henri-Alexandre Junod refletisse o seu tempo, conhecido na história da disciplina como evolucionista, influenciado por Frazer e adepto da “história conjectural”, como foi pejorativamente designada a sua abordagem (GAJANINGO, 2006, p. 3), “ele estava particularmente impressionado pelas estruturas gramaticais das línguas que ele estudava e padrões de música, folclore e graus de parentesco que observava” (HARRIES, 2006, p. 3). Isto significa que Junod levou a sério os sistemas nativos de pensamento (formas de moldar a informação e produzir significado). É por essa razão, mas também, pelos instrumentos

metodológicos que fez recurso, que antropólogos que vieram depois e, até hoje, o rendem homenagem. Como argumenta Severino Ngoenha (2010), é a sua abordagem, ao mesmo tempo universalista e particularista, que fez de Junod um dos poucos antropólogos missionários. Foi a ousadia de Junod, em não só responder aos questionários que lhe eram enviados desde a Europa por antropólogos que lá estavam para analisá-los (como era o caso do inglês Lord Brice), mas de ir para além de uma “antropologia de gabinete” e fazer de fato uma imersão na vida cotidiana, que faz das suas análises pertinentes até hoje. “Ele foi o trabalhador predestinado a ser pedreiro, mas que com a sua curiosidade e trabalho ousou projetar o seu próprio edifício (...)” (NGOENHA, 2010, p. 106).

A chegada de Junod a Moçambique em 1889 não foi tranquila. Logo que colocou seus pés em terra firme, sua esposa adoeceu, tendo que se ausentar várias vezes do trabalho para cuidar dela. Além disso, enfrentou duramente os missionários africanos que encontrou no território, conflito amenizado quando foi enviado a Rikathla para cuidar da recém-criada escola de formação de evangelistas em 1893, que lhe impôs o desafio da língua nativa como estratégia de fortalecimento da evangelização (o que significava traduzir a bíblia). Esta nova missão de Junod foi interrompida pela eclosão da guerra travada entre o governo português e o chefe do Estado de Gaza, Ngunguyane, entre 1894-1895. Esta guerra era cercada de acusações de que havia colaboração inglesa e as missões protestantes enfrentam igualmente acusações porque associadas aos interesses do capital estrangeiro, uma vez que a oposição entre Inglaterra e Portugal era extensiva a oposição entre protestantes e católicos. Junod aparece implicado nesse processo que recusa fazer parte, mas, como se sabe tanto a missão como ele próprio, eram críticos ao regime colonial português. Em 1895, Junod conhece o historiador britânico de Oxford, James Bryce, amigo de James Frazer, que desperta nele o interesse pela etnografia. Em 1913, Junod publica a sua grande e famosa etnografia *The Life of South African* ou *Usos e costumes dos Bantu* (Tomos I e II) (FELICIANO, 1996; GAJANINGO, 2006; HARRIES, 2007).

Tecidas as breves linhas sobre Junod, irei agora falar de Emily Dora Earthy,¹⁰³ que trabalhou como missionária da *Anglican Society for the Propagation of the Gospel* (SPG)¹⁰⁴ em Moçambique durante cerca de 13 anos, de 1917 a 1930 (HARRIES & MAXWELL, 2012, p.9).

¹⁰³ Nasceu em 1874 em Great Warley, Essex, no Reino Unido e torna-se missionária aos 35 anos de idade (GAITSKELL, 2000).

¹⁰⁴ Sociedade Anglicana de Propagação do Evangelho.

Dora Earthy como era mais conhecida, obteve uma concessão do Comitê de Pesquisa e Estudos Bantu da Universidade de Wits, na África do Sul, para realizar trabalho de campo sobre as mulheres Valenge de Moçambique. Durante seis meses, ela compilou matéria-prima que serviu de base para o seu livro *Valenge Women: Social and Economic Life of the Valenge Women of Portuguese East Africa: An ethnographic study* publicado em 1933 (ver. Archives Hub).¹⁰⁵ O trabalho de Dora Earthy permanece pouco conhecido e nunca chegou a ser traduzido para a língua portuguesa como ocorreu com Junod. É caso para nos perguntarmos porquê? Uma vez que ela inaugura os primeiros anos da Antropologia profissional na África Austral, como se fica a saber lendo o trabalho de Deborah Gaitskell (2012) em seu artigo *Dora Earthy's Mozambique Research and the Early Years of Professional Anthropology*.¹⁰⁶ Dora Earthy é seguidora da linhagem dos antropólogos de Cambridge (Haddon, Radcliffe-Brown e Hoernlé). Haddon¹⁰⁷ foi o primeiro a encorajar as pesquisas de Dora Earthy quando ela escreveu-lhe pedindo conselho, por volta de 1921 (GAITSKELL, 2012, p. 187). O interesse antropológico de Dora Earthy nasce da leitura de um artigo de Margaret Sinclair Stevenson (1920) sobre o trabalho antropológico no contexto da missão na revista *International Review of Missions* (IRM) (idem, p. 196).¹⁰⁸

Antes de renunciar o SPG em 1930, Dora Earth passou cerca de duas décadas, como uma talentosa missionária, fazendo trabalho de evangelização entre mulheres africanas. Os primeiros cinco anos (1911-1916), em contextos urbanos da África do Sul (Johannesburg e Potchefstroom), depois, transferida para Maciene, no contexto rural no sul de Moçambique (GAITSKELL, 2000, p. 69; GAITSKELL, 2011, p. 234). A sua transferência teve um papel importante na evangelização com base nas tradições culturais africanas e pesquisas antropológicas, mas também, na proteção e fortalecimento da autonomia das viúvas cristãs contra novos casamentos forçados (GAITSKELL, 2000, p. 68).

¹⁰⁵ *School of Oriental and African Studies (SOAS) Archives*, University of London: <https://archiveshub.jisc.ac.uk/search/archives/17d9ff4a-209a-379b-8b01-a4adb2c6fc3b>. O livro foi publicado pelo *International Institute of Languages and Cultures*, naquele momento uma das mais importantes editoras antropológicas do mundo, com subsídio de Universidades sul-africanas. A obra de Dora Earthy conta com uma breve introdução de Alfred Cort Haddon mentor da considerada mãe da Antropologia Social na África do Sul - Wnifred Hoernlé (GAITSKELL, 2012, p. 187). O livro recebeu uma boa revisão da notável antropóloga treinada em Cambridge, Monica Hunter (GAITSKELL, 2011, p. 236).

¹⁰⁶ *Argumento presente num texto da mesma autora* (GAITSKELL, 1983, p. 3).

¹⁰⁷ Teve um papel central na criação da Antropologia como disciplina na Inglaterra ao organizar a primeira expedição etnológica ao Estreito de Torres, em 1898.

¹⁰⁸ Nesse texto, intitulado *The Study of Anthropology on the Mission*, que serviu de inspiração a Dora Earth, Margaret Sinclair Stevenson, com formação em Oxford e que tinha trabalhado na Índia, encorajava o estudo minucioso da religião daqueles com quem os missionários trabalhavam, com o objetivo de alcançar uma compreensão que fosse mais efetiva (GAITSKELL 2012, p. 196-197).

Segundo Gaitskell (2012), a carreira de Dora Earth ofereceu evidência de seu conhecimento linguístico e do seu carácter simpático. Em relação a línguas, ela possuía uma extraordinária capacidade de aprendizagem se comparada a outras missionárias da sua congregação. Sua experiência de trabalho anterior de indexação e catalogação de documentos na *Royal Society* em Londres, expôs-lhe ao desafio de aprender a lidar com línguas, procurando então aprender Francês, Alemão, Latim, Português e Espanhol. Porém, foi mais proficiente em Espanhol, tendo estado na Espanha cerca de quatro vezes. Durante o período que esteve na África do Sul ela aprendeu *Dutch*, *Xhosa* e *Tswana* e depois, em Moçambique ela aprendeu o *Chope* e o *Shangana*. Além disso, buscou melhorar o seu português em Portugal no retorno a sua casa, por um ano. A sua simpatia facilitou imenso a sua inserção no seio das mulheres onde fez o seu trabalho missionário bem como a sua pesquisa antropológica (GAITSKELL, 2000, p. 73-76; GAITSKELL, 2012, p. 189-190).

Além das pesquisas sobre as mulheres *Valenge* e *Vacopi*, Dora Earth realizou investigações sobre os *Vandau*, populações localizadas na região central de Moçambique, concretamente na província de Sofala. A execução destes trabalhos contou com apoio de instituições como *South African Association for the Advancement of Science (SAAAS)* e a respectiva revista *South African Journal of Science (SAJS)*; *Transvaal Museum*; *International Institute of African Languages and Cultures* Universidade de Witswatersrand e *Department of Bantu Studies* que concederam bolsas para que Dora Earth expandisse e consolidasse as suas investigações. O ano de 1925 foi um marco em termos de publicação desta antropóloga missionária, em revistas como: *International Review of Missions*; *Bantu Studies*; *Annals of the Transvaal Museum*; *Journal of the International African Institute*, etc. Os artigos giravam em torno dos seguintes temas: ritos de iniciação de meninas, organização social e parentesco; vida econômica e social das mulheres; tabus alimentares, entre outros.

Sobre a principal obra de Dora Earth - *Valenge Women* (1933), Mónica Hunter (1934) comenta que se trata de trabalho que enfatiza o dia-a-dia das mulheres, os métodos que elas usam para preparar alimentos e bebidas, produzir utensílios domésticos, cestos e cerâmica. A descrição dessas actividades, argumenta Hunter é baseada numa observação cuidadosa e consciente - contos populares são cuidadosamente transcritos. Os desenhos que constam da ornamentação de utensílios domésticos, o tratamento do cabelo, as escarificações e tatuagens são também discutidas, e a autora oferece ótimas fotografias ilustrativas da cultura material (HUNTER, 1934, p. 110). Ainda de acordo com esta autora, na obra de Dora Earth há valiosas

informações relativas aos direitos e deveres das mulheres em relação aos filhos. Também é discutido, o papel especial do irmão da mãe, bastante abordado igualmente por Junod e Radcliffe-Brown. Entretanto, Hunter (1934, p.110), refere que pouca atenção tem sido dispensada ao papel paralelo desempenhado pela irmã do pai. A preciosidade da obra de Dora Earth é igualmente reconhecida também por Margaret Mead (1934).

A obra descreve ainda, o comportamento dos parentes nos ritos funerários, o modo como eles se agrupam na festa do funeral, as porções de carne que lhes são alocadas, demonstrando como o parentesco funciona. Descreve com pormenor rituais relacionados ao nascimento. Abundam informações sobre a educação inicial da criança se comparada a muitas outras monografias. Uma interessante descrição de jogos através do quais as mães ensinam as crianças a contar, assim como, o papel dos bonecos (HUNTER, 1934, p. 110).

Wilfrid Hambly (1934) destaca o valor do livro de Dora Earth, ao argumentar que o mesmo é útil para os alunos de etnologia africana e para todos os profissionais da Antropologia, não importando a área de concentração de estudo ou pesquisa. Para ele, a originalidade da pesquisa Dora Earth, reside no método de abordagem baseado no estudo compreensivo e íntimo da vida social, religiosa e econômica de mulheres, assuntos que profissionais da área do sexo masculino estariam em desvantagem em abordá-lo, pois, a pesquisadora trata de questões difíceis de acessar, como gravidez, parto, ritos secretos de iniciação para meninas, que do ponto de vista de Hambly são claramente vantajosos de serem pesquisados por uma mulher, considerando o relato de Dora Earth sobre o rito de iniciação para meninas, na época, provavelmente o mais completo já publicado sobre qualquer “tribo” negra Bantu (HAMBLY, 1934, p. 470). Em contraste com os historiadores da época, o estudo com foco nas mulheres, realizado por Dora Earth destaca-se por ser incomum - inclinação para as questões de sexo e gênero, apesar das desvantagens de uma pesquisadora de campo amadora (GAITSKELL, 1983, p. 3).

Dora Earth, reconhece, na introdução do seu livro, que o aspecto especializado da sua pesquisa se baseia na experiência e conhecimento geral presente na obra de Henri- Alexandre Junod, sobre os *Usos e costumes dos Bantu*, inaugurador dessa tradição de estudos (MEAD, 1934). Isso constitui, segundo Hambly (1934), uma vantagem ao proporcionar uma visão geográfica, histórica e etnológica geral, antes de se abordar a investigação de uma determinada cultura a partir de um determinado aspecto, como sexo, alimentação ou magia, sem a qual a abordagem especializada pode ser enganosa no tratamento de um ou mais traços.

Para Hambly (1934), Dora Earth enfatiza corretamente na introdução ao seu livro, a necessidade de uma abordagem dinâmica e menos formal nos estudos antropológicos. No livro, além dos aspectos da “vida tribal”, que somente uma mulher seria capaz de acessar pela investigação minuciosa, o autor argumenta, que outros elementos são bem descritos, por exemplo, os valiosos aspectos rituais das escarificações que devem, segundo ele, dissipar as suposições de que o corpo marcado é principalmente uma questão de ornamento pessoal. Trata-se assim de uma pesquisa equilibrada nos assuntos que se propõe a tratar, sem ênfase indevida em qualquer elemento, permitindo ao leitor julgar o que é para si crucial sem que haja previamente algum fator ‘funcional’ para ele escolhido (HAMBLY, 1934, p. 470). Ela deixa a África em 1930, pois, precisou voltar para seu país, para que sua irmã não ficasse sozinha, após a morte de sua mãe (GAITSKELL, 2011, p. 234). Assim, Dora Earth constitui-se como uma pioneira em pesquisa antropológica feminina na África Austral (GAITSKELL, 2000), deixando um importante legado, ainda que pouco reconhecido.

Finalizo abordando a trajetória e contribuição de Columbus Kamba Simango. Missionário moçambicano, educado entre os protestantes norte-americanos, Kamba Simango, nasceu em 1980, na Ilha de Chiloane, localizada próximo da cidade da Beira, na atual região centro de Moçambique. Sua trajetória, foi semelhante à de outros jovens africanos da sua geração, educados igualmente junto a missionários protestantes que atuavam no continente a partir do século XIX. Em 1905, desloca-se à Beira onde frequenta a escola do missionário Fred Bunker, da *American Board of Missions*. Nesse contexto, os territórios de Manica e Sofala, atuais províncias da região centro do país, encontravam-se sob a administração da Companhia de Moçambique.¹⁰⁹ “Em virtude dos conflitos com as autoridades locais, a escola é impedida de prosseguir com suas atividades. Por este motivo, Bunker envia seus alunos - dentre eles Kamba Simango - à escola que a Missão mantinha em *Mount Selinda*, Rodésia, localidade próxima à fronteira com Moçambique” (MACAGNO, 2012, p. 128-129).

Aos 23 anos de idade, em 1913, Kamba Simango estuda nas instituições da *American Board* na África do Sul. Por causa do seu bom desempenho, é apoiado pelos missionários para seguir os estudos nos EUA, no *Hampton Institute*,¹¹⁰ em Virginia, onde permanece até 1919. Nessa época, conhece a musicóloga e folclorista Natalie Curtis,¹¹¹ relação através da qual, pela

¹⁰⁹ De capital privado, que o Estado português concedera privilégios para a exploração de minérios, agricultura e pecuária.

¹¹⁰ Instituição onde estudantes afro-americanos e africanos aprendiam, além de disciplinas teóricas, artes e ofícios.

¹¹¹ Médica nova-iorquina formada em música clássica nos EUA e na Europa. Foi docente na no Hampton Institute.

primeira vez começa o seu interesse pela etnografia. Em colaboração com Kamba Simango, Natalie Curtis realiza um projeto de gravação e transcrição de músicas *ndau*.¹¹² Em 1919, Kamba Simango, segue para a Universidade de Columbia, onde se forma sob orientação de Mabel Carney, especialista em educação rural. Nesse mesmo ano, Natalie Curtis escreve uma carta apresentando Kamba Simango a Franz Boas: “Curtis descreve Kamba como alguém profundamente interessado no livro *The Mind of Primitive Man*, que Boas publicara em 1911. Em sua recomendação, Curtis não poupa adjetivos para elogiar Kamba, a quem apresenta como um ‘nativo puro da tribo *vandau*’” (MACAGNO, 2012, p. 132). É depois desta apresentação, em 1920, que Kamba Simango se encontra com Franz Boas e conversam acerca dos seus planos. No mesmo ano, ambos iniciam alguns trabalhos conjuntos, voltados especialmente a questões de gramática linguística:

Da colaboração antropológica entre Boas e Simango resultaram cinco artigos. Um deles foi assinado por ambos: *Tales and Proverbs of the Vandau of Portuguese South Africa* (1922). Os outros quatro artigos foram assinados por Boas: três deles foram publicados em alemão, e versam sobre religião, parentesco e vida cotidiana: *Der Seelenglaube der Vandau* (1920-21); *Das Verwandtschaftssystem der Vandau* (1922), e *Ethnographische Bemerkungen über die Vandau* (1923,); o outro foi publicado na *American Anthropologist: The Avunculate among the Vandau* (1922). Dos três artigos publicados em alemão, dois foram republicados em inglês no seu livro *Race, Language, and Culture* (1940) (MACAGNO, 2012, p. 135).

De acordo com Macagno (2012, p. 135), “essa colaboração teria outros desdobramentos, que seriam decisivos para o desenvolvimento da antropologia norte-americana e dos estudos africanos naquele país”. Em 1923, Franz Boas coloca em contato Melville J. Herskovits e Kamba Simango. Do diálogo entre os dois, resultara a tese do primeiro, *The Cattle Complex in East Africa* (1926) e um artigo, na *American Anthropologist* sobre os *vandau*: *Some Property Concepts and Marriage Customs of the Vandau* (1923). “A contribuição de Kamba Simango a essa etapa incipiente da antropologia da África não se limitará ao diálogo mantido com Boas e Herskovits. Alguns anos mais tarde, Henri-Philippe Junod (...)”¹¹³ obterá preciosas informações de Kamba, quando este já havia retornado a Moçambique” (ibidem). Desse diálogo, que segundo Macagno (2012), pouco sabemos, Junod filho publicara dois ensaios: *Les cas de Possession et l’Exorcisme Chez les Vandau* (1934) e *Coutumes Diverses des Vandau de l’Afrique* (1937). Esta é resumidamente a trajetória e contribuição de Kamba Simango, que encerra este tópico no qual apresentei em linhas gerais a

¹¹² Idioma falado por um grupo étnico que habita territórios entre Moçambique e Zimbabué.

¹¹³ Sobre este missionário e estudioso de Antropologia veja-se Eric Morier-Genoud (2011).

produção antropológica entre a Conferência de Berlim e a Implantação do Estado Novo. No item a seguir debruçar-me-ei sobre a Antropologia no período do Estado Novo até o marco da Independência de Moçambique.

3.3 DO ESTADO NOVO À INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE (1930-1975): O PODER COLONIAL E O SABER ANTROPOLÓGICO

Qualquer saber não se produz no abstrato, são necessárias condições materiais ou econômicas, institucionais, sociais e políticas para a sua existência. Por detrás da constituição dos chamados “saberes coloniais” (SANTANA, 2007) e, do seu fortalecimento estiveram envolvidas “instituições, escolas e museus que reuniram um vasto espólio de obras, trabalhos e coleções de objetos, financiaram e patrocinaram publicações, exposições, congressos e eventos similares ligados à divulgação dos saberes sobre as colónias” (MATOS, 2006, p. 55). É sobre alguns desses aspectos que irei me debruçar neste item ao abordar a produção do conhecimento antropológico na fase do Estado Novo ao marco da Independência de Moçambique.

O Estado Novo português foi implantado em 28 de maio de 1926, indo até 1974, marcado como um regime político e militar autoritário, autocrata e corporativista, com repercussões nas colônias de Portugal, chamadas de “províncias ultramarinas”. Este regime ditatorial foi atravessado por diversos projetos contraditórios, até a consolidação do autoritarismo no começo dos anos 1930, nesse momento sob a direção de António Salazar (SOUSA, 2009; PINTO, 2007).

Com a sua implantação, foi promulgado em 1930 o Acto Colonial, “peça jurídica fundamental, balizadora de toda política colonial do Estado Novo” (PEREIRA, 2001, p. 12). O Acto Colonial integrou as colônias à nação portuguesa, com o objetivo de gerir a “questão indígena”, dando desse modo seguimento à política colonial, legitimando o termo Império Colonial Português, no lugar de Ultramar (MENESES, 2010, p. 85). Em relação às funções deste Império, o artigo 2 do Acto definia que “é essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente” (ibidem). Pouco tempo depois da integração do Acto

Colonial à Constituição, lavrou-se a Carta Orgânica do Império Colonial Português, que no seu capítulo VII refere-se aos “indígenas”:¹¹⁴

(...) além de lhes conferir as «garantias» já presentes no Estatuto [do Indigenato]¹¹⁵ e consagradas no Acto Colonial, instituía a protecção dos «indígenas» como um dever, não só das autoridades administrativas, mas também, uma vez mais e em reforço do estipulado nas disposições anteriores, dos colonos que, em conjunto, «*deveriam velar pela conservação e desenvolvimento das populações*» (PEREIRA, 2001, p. 12).

Pablo Barbosa (2008, p. 1), argumenta que “a institucionalização do Estado Novo Português, em 1933, possibilitou, por um lado, que as técnicas etnográficas fossem reapropriadas pelos funcionários coloniais e, por outro, que o saber etnológico, como instrumento político, colaborasse na gestão das populações indígenas”. O mesmo argumento é apresentado por Ana Cristina Roque (2010, p. 84) quando refere que uns e outros “dados” produzidos, de natureza etnográfica ou arqueológica eram concebidos como fundamentais para o efetivo conhecimento das populações, com o pressuposto de que os mesmos constituiriam, “um poderoso instrumento ao serviço da ‘política indígena’ que se pretendia implementar”. A concepção de Antropologia de Santos Júnior, chefe da primeira Missão antropológica oficial portuguesa em Moçambique, ilustra muito bem essa visão instrumentalista da disciplina:

A Antropologia é um dos melhores, se não o melhor instrumento ao serviço da política indígena (...) A Antropologia Física estabelecendo as afinidades somáticas, procura descobrir parentescos ou definir com precisão, a natureza étnica das diferentes tribos. A Arqueologia ou melhor a Pré-História, descobrindo e estudando criteriosamente as velhas culturas, desvenda origens, fornece à Antropologia os rumos que a orientam no complexo estabelecimento de muitos problemas etnológicos de origens. A etnografia observando o viver diário dos negros, as suas necessidades materiais, as maneiras como os indígenas as conseguem satisfazer e, as manifestações de seus sentimentos de origem espiritual, dá-nos a chave indispensável para entrarmos com segurança no conhecimento da vida material e moral (SANTOS Jr, 1948a, apud ROQUE, 2015, p. 109).

Do ponto de vista antropológico, este período de vigência do Estado Novo em Moçambique é fortemente marcado pelo desenvolvimento de estudos locais, porém com grandes influências metropolitanas (LIESEGANG, 2008, p. 314-315). É importante lembrar

¹¹⁴ Promulgada em 1933, integrava todas as disposições referentes à divisão administrativa do Império Colonial; aos governos coloniais; aos Conselhos de Governo; aos princípios da administração geral; à organização e funcionamento dos serviços da administração; à administração financeira, judicial e econômica das colônias; às questões dos indígenas.

¹¹⁵ Referente aos direitos e deveres dos indígenas nas colônias portuguesas, expressos em diferentes diplomas legais. O primeiro foi o Estatuto Político Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, de 1926, o último o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias Ultramarinas, de 1954 (FERREIRA & VEIGA, 1957).

que, o desenvolvimento dos estudos antropológicos realizados em Moçambique, especialmente os da linha oficial se dão num contexto também de institucionalização da Antropologia enquanto disciplina científica em Portugal, inserida num amplo processo de desenvolvimento de instituições científicas e disciplinas, que tem seu início nos finais do século XIX (MATOS, 2012).

A preocupação crescente em conhecer os africanos para melhor dominar, particularmente a partir da segunda metade do século XX, conduziu ao aumento dos estudos antropológicos, levados a cabo pela administração colonial portuguesa. Dois momentos marcam esses estudos oficiais, desenvolvidos em Moçambique por investigadores portugueses, provenientes da Metrópole, e depois também pelos residentes na colônia: o primeiro, entre 1936-1956, encabeçado por Joaquim Rodrigues Santos Júnior, da Universidade do Porto. Este investigador levou a cabo um conjunto de pesquisas realizadas no âmbito da *Missão Antropológica de Moçambique*. O segundo momento, entre 1956-1974, foi da *Missão das Minorias Étnicas do Ultramar*, encabeçada pelo antropólogo português António Jorge Dias, do *Centro de Estudos Políticos e Sociais*. Paralelamente a estas duas Missões, o Governo Geral de Moçambique instituiu ao nível local, concretamente em 1941, a chamada *Missão Etnológica de Moçambique*. Passo na sequência a apresentar cada uma das missões.

3.3.1 Joaquim Rodrigues Santos Júnior e a Missão Antropológica de Moçambique (1936-1956)¹¹⁶

A Missão Antropológica de Moçambique (MAM)¹¹⁷ constituiu o primeiro momento em que a metrópole portuguesa envia oficialmente investigadores a fim de levarem a cabo pesquisas de natureza antropológica naquele território da África Austral. Esta Missão, “durante cerca de 20 anos procedeu ao levantamento antropométrico exaustivo das populações africanas nas colônias” (PEREIRA, 2001, p. 18). Criada em 1936, a MAM resultou das recomendações do *I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*,¹¹⁸ realizado em 1934 no Porto, em Portugal, tendo sido a única que funcionou regularmente até 1955 (PEREIRA, 2001, 2005a;

¹¹⁶ Esta designou-se inicialmente *Missão Etnográfica e Antropológica de Moçambique* e só em 1945, por Decreto-lei no 34.478 de 3 de abril, se passou a designar *Missão Antropológica de Moçambique* (ROQUE, 2010, p. 84).

¹¹⁷ A MAM sofreu diversas refunções e determinações legislativas.

¹¹⁸ Nesse congresso, “antropólogos físicos apostavam em colocar a investigação científica ao serviço da ‘revalorização das colônias’” (PEREIRA, 2005a, p.213). Portanto, este congresso revestia-se também de importância política para o regime do Estado Novo.

MATOS, 2006, 2012). “Os campos de ação e as tarefas que lhe foram cometidas tiveram como base as que foram consideradas prioritárias e haviam sido definidas de acordo com as teses defendidas e aprovadas no I Congresso Colonial” (RODRIGUES, 1999, p. 266). Os trabalhos desenvolvidos pela da MAM, consistiram em seis campanhas,¹¹⁹ chefiadas por Joaquim Rodrigues Santos Júnior,¹²⁰ sob orientação de Mendes Corrêa (RODRIGUES, 1999; MATOS, 2006; ROQUE, 2010, 2015).¹²¹ Estas primeiras missões dedicavam-se às práticas antropométricas (MATOS, 2006, p. 138). Segundo Ana Cristina Roque (2010, p. 84):

Inicialmente, todo o trabalho seria feito em articulação com a Missão Geográfica de Moçambique (MGM),¹²² à qual a MAM ficaria oficialmente agregada até a reestruturação de 1945, beneficiando Santos Júnior de uma bolsa do Instituto de Alta Cultura (IAC).¹²³ Ainda que não lhe garantindo autonomia financeira esta bolsa viabilizava a sua deslocação e estadia, permitia-lhe independência no contexto da ligação da MAM e a MGM.

Esta ligação entre a MAM e a MGM revelar-se-ia fundamental, não apenas pela experiência que as brigadas da MGM já tinham no terreno, mas, sobretudo pela maior facilidade de contatos locais que esta dispunha e de apoios que poderia prestar, já que, nas primeiras duas campanhas Santos Júnior era o único membro efetivo do que seria uma equipe (ROQUE, 2010).

O envio de missões antropológicas às colônias (inicialmente circunscritas a Moçambique), foram propostas pelo então Ministro das Colônias, Francisco Vieira Machado. De acordo com o decreto n° 34. 478, de 3 de abril de 1935, as missões tinham como objetivo principal o conhecimento dos grupos étnicos em cada um dos domínios ultramarinos e elaboração das respetivas cartas etnológicas (MATOS, 2006, p. 138). Estas missões estavam articuladas com a denominada *Escola de Antropologia do Porto* que “marcou decisivamente a orientação do pensamento antropológico português por toda a primeira metade do século [XX], quer essa Antropologia se referisse ao perímetro metropolitano, quer se reportasse aos territórios coloniais” (PEREIRA, 2005a, p. 211). No âmbito desta missão, a primeira campanha

¹¹⁹ Iniciadas nos anos de 1936, 1937, 1945, 1946, 1948, 1955.

¹²⁰ Médico e antropólogo, professor na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto na época. Rodrigues (1999, p. 266) refere que ele era considerado um investigador especializado e de reconhecida competência.

¹²¹ Presidente da Sociedade de Antropologia e Etnologia (SPAEE), criada em 1918 e uma das principais figuras da Antropologia portuguesa dos anos 1950 (MATOS, 2012, p. 1). Mendes Corrêa era médico e doutorado em Antropologia Física (PEREIRA, 2005a, p. 211) e, foi o fundador do Instituto de Investigação Científica de Antropologia da Universidade do Porto (MATOS, 2006, p. 137). Esta formação de Mendes Corrêa, explica a perspectiva antropobiológica da “Escola do Porto” que tutelou (PEREIRA, 2005a).

¹²² Chefiada por Baeta Neves, foi criada em julho de 1933 e reorganizada um ano depois, julho de 1934.

¹²³ Também da Junta de Missões Coloniais (MATOS, 2006, p. 138).

realizou-se em 1936¹²⁴ e, em 1937 por um novo decreto-lei n° 27 922, de Vieira Machado autorizou-se “a realização da segunda campanha de trabalhos para o seguimento das investigações antropológicas, arqueológicas e etnográficas em Moçambique” (MATOS, 2006, p. 138).

No contexto destas missões, Santos Júnior ministrou várias conferências e cursos. Em novembro de 1945, no contexto da terceira campanha, proporciona aos colonos residentes em Moçambique, concretamente na cidade da Beira, conhecimentos sobre “como se deve estudar um preto. Lição sobre o modo (exemplificando com um indígena) como se observam os caracteres descritivos e se tiram algumas medidas de maior interesse antropológico” (PEREIRA, 2005a, p. 211). Em agosto de 1946, na quarta campanha, ministra, perante a população europeia local, na cidade de Quelimane, região (Norte de Moçambique), uma palestra sobre os trabalhos que realizava naquela região e outras circunvizinhas. A lição realizada na Beira e repetida em Quelimane, sobre como estudar um preto do ponto de vista antropológico é novamente proferida em 1946, em Nampula, sob um novo título “Antropologia Colonial” (PEREIRA, 2005a, p. 211). As autoridades locais e populações europeias em geral residentes em Moçambique, poderiam “perceber o alcance e objetivos das visitas anuais daquele distinto médico e professor universitário da Metrópole que, desde há dez anos àquela parte, insistia em se embrenhar no mato para estudar os ‘indígenas’” (ibidem).

Para Ana Cristina Roque (2010), os apoios que Santos Júnior recebia do Instituto de Alta Cultura e da Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais (JMGIC), “reforçava o caráter oficial da Missão e sua ligação com o Ministério das Colônias”, cujo desejo era a produção do conhecimento científico (consciente, inteligente e metódico) sobre as colônias. Por outro, a orientação de Mendes Corrêa, mesmo à distância, ligava e circunscrevia a Missão no âmbito teórico e conceitual da “Escola do Porto”¹²⁵ da qual era mentor (ROQUE, 2010, p.84).

O provimento dos investigadores para as missões antropológicas processava-se, sobretudo por via da Faculdade de Ciências do Porto e do seu Instituto de Antropologia. Rui Pereira (2005a), considera que as campanhas realizadas no âmbito da MAM, constituem “sem dúvida a mais esforçada e sucedida das ‘missões antropológicas’ então criadas” (PEREIRA,

¹²⁴ No âmbito das determinações ministeriais foram enviadas missões antropológicas à Guiné, a Angola, a São Tomé e Príncipe, a Moçambique e a Timor Leste (MATOS, 2006; PEREIRA, 2005a).

¹²⁵ Fundada nos anos 1920, “a partir da estreita ligação entre duas instituições científicas da cidade: o Instituto de Investigação Científica de Antropologia (frequentemente designado na forma abreviada de ‘Instituto de Antropologia’) da Faculdade de Ciências Naturais da Universidade do Porto e a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAÉ), com sede na mesma faculdade” (PEREIRA, 2005, p. 214).

2005a, p. 211-212). Ao fim dessas campanhas, em 1955, “a Missão tinha já elaborado uma carta etnológica de Moçambique com cerca de 80 designações etnonímicas, os membros da equipa estavam sobretudo preocupados no levantamento de dados antropométricos, na boa tradição da escola antropológica do Porto” (idem, p. 212), que consistia na “apreciação somática das tribos e suas relações de similitude ou diversidade (SANTOS Jr., 1956 apud ROQUE, 2010, p.84).

É assim que o paradigma de raça, do sangue e da robustez física (PEREIRA, 2005a), bastante defendido pela Escola do Porto, encabeçada por Mendes Correa, entra em Moçambique, logo após a implantação do Estado Novo seguindo as recomendações do I Congresso Colonial de Antropologia. Dos 23 anos de ação das Missões Antropológicas de Moçambique, resultaram cerca de 44 trabalhos publicados. Destas, Rui Pereira (2005a, p. 212) destaca que:

(...) apenas 14 relevam dos desígnios da Etnografia. Prosperavam os estudos de antropometria, sobretudo aqueles que diziam respeito ao aproveitamento da força de trabalho e cujos objetivos são facilmente descortináveis, como, entre outros (e apenas para o caso de Moçambique), «Contribuição para o estudo das relações entre os grupos sanguíneos e os caracteres físicos dos negros de Moçambique (tribo Tonga-Changane)» (ALBERTO, 1954a) e, mais significativamente, «Contribuição para o estudo da robustez da raça Maconde» (REIS, 1954) ou «Variações da robustez dos trabalhadores Macondes» (REIS, 1955).

A persistência deste tipo de estudos antropológicos nos meados de 1950, “parece indicar um não alinhamento com o então propalado novo quadro ideológico da política colonial portuguesa” (PEREIRA, 2005a, p. 212). Esse novo quadro, consistia na substituição do termo “colonial” por “ultramar”, no contexto da crítica e denúncia do colonialismo e do racismo pós-guerra. Assim, Moçambique deixaria de ser uma colônia para se transformar numa província ultramarina, na lógica lusotropicalista, que assumia aparentemente a ideia de uma nação portuguesa em que os negros estivessem integrados, quando na realidade, a prática era contrária. Tal desalinhamento é perceptível nas reformas constitucionais de 1951 e junto, todas as disposições legislativas a elas associadas. As mesmas, “não tiveram qualquer correspondência no domínio da realidade social, política e económica das colónias” (PEREIRA, 2005a, p. 212). A permuta do termo “colonial” para “Ultramar”, nas palavras de Adriano Moreira (1960) “teve na base mais a preocupação de tomar uma atitude perante as tendências internacionais do que exprimir um novo sentido da política consagrada nos textos” (apud PEREIRA, 2005a, p. 212).

Durante a sua vigência, a MAM “percorreu praticamente todo o território da então colônia, procedendo-se a recolhas diversas, fundamentalmente no domínio da Antropobiologia,

mas também da Etnografia, Etnologia e Arqueologia” (ROQUE, 2015, p. 107). As seis campanhas foram realizadas nas atuais regiões: Sul (Inhambane), Centro (Tete, Zambézia, Manica e Sofala) e Norte (Nampula e Niassa) de Moçambique. O programa das missões, geralmente incluía, uma estadia de vários meses (cinco a seis) nos distritos e eventualmente, visitas às universidades (sul-africanas e europeias). O trabalho de campo que a MAM desenvolvia, obrigava, portanto, a deslocamentos mais ou menos longos para locais predefinidos para a sua execução. Nos locais de realização do trabalho, o mesmo era condicionado pela disponibilidade de instalações e apoios, providenciados pelas autoridades portuguesas presentes nos diferentes postos administrativos com os quais os trabalhos eram articulados, sendo esses postos espaços de recepção dos indígenas que eram reunidos como objetos de estudo (ROQUE, 2010, p. 84).

Ao reconhecimento geográfico, estas missões acrescentaram o reconhecimento científico. Segundo Rodrigues (1999, p. 267), embora, “a investigação fosse inicialmente vista como uma atividade do indivíduo em parte isolado, dado que o espírito de explorador do século XIX continuava a ter peso nos meios acadêmicos e científicos”, a MAM dispunha de uma equipa. Missões desta natureza, foram instituídas e enviadas para Moçambique, mas também, para outras colônias, com o objetivo de efetuar sínteses comparativas dos resultados. Os objetivos concretos que as missões antropológicas e etnológicas deveriam alcançar através da investigação das populações das colônias numa “perspectiva bio-étnica”, eram: 1) reconhecimento dos grupos étnicos de cada colónia, seus indivíduos, sistematização e definição das suas condições de vitalidade; 2) estudo das instituições tradicionais das populações indígenas e do seu direito consuetudinário (PEREIRA, 2005b, p. 297-298), com a intenção final de justificar a política colonial.

Durante as campanhas, além dos estudos psicométricos foram realizados estudos linguísticos. Para o efeito foram integrados no grupo de trabalho, oficiais da administração colonial, conhecedores das línguas locais. A observação e registo de carácter descrito; colheita de impressões dermatológicas quer dos dedos e palma das mãos quer da planta dos pés, forma, fundamentais. Rui Pereira (2005b), refere que no relatório da quinta campanha é perceptível uma clara mudança dos objetivos previamente definidos nas campanhas anteriores:

O plano de trabalho que Santos Júnior submeteu à aprovação da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais em 1947 conclamava por uma nova área de investigação, os «*estudos de deslocação de população indígena e seu aldeamento*», e estabelecia no programa de investigação prioridades explícitas no sentido de uma

rentabilização dos resultados a obter. Assim, os objetivos da investigação incluíam também a realização de pesquisas previstas no «Plano de valorização económica da colónia de Moçambique» da JMGIC de 1947 (PEREIRA, 2005b, p. 300).

Um dos principais objetivos, sobretudo da quinta campanha, era investigar os grupos étnicos em relação a sua origem, às suas características biológicas e capacidades, respondendo à pergunta central: se esses grupos seriam mais adequados para projetos que implicassem o deslocamento dos mesmos (PEREIRA, 2005b, p. 300). O projeto de deslocação de populações lançados em 1947, pelas autoridades coloniais em Moçambique, “estavam claramente relacionados com a política de cultivo obrigatório de algodão - a concentração da população dispersa em novas aldeias deveria permitir, não só uma produção e comercialização mais eficientes do algodão em bruto, como também uma supervisão mais apertada dos produtores” (idem, p. 302).

Na quinta campanha, foram introduzidas pela primeira vez no programa da MAM, instruções adicionais que “deveriam permitir a avaliação das possibilidades de concentrar em aldeias de maiores dimensões populações dispersas geograficamente, no sentido de uma utilização mais eficiente da mão-de-obra africana” (idem, p. 301). A Junta das Missões Geográficas e de Investigação Coloniais, estabeleceu novas prioridades, assumidas por Santos Júnior nesta quinta campanha da MAM. Para Pereira (2005b, p. 303), as novas prioridades, “revelam uma concepção de investigação onde não havia lugar para a dimensão cultural das sociedades africanas”. Neste contexto:

É significativo o facto de o estudo das instituições jurídicas, ainda previsto pelo decreto de 1945, ter sido excluído do programa de investigação de 1948. Esta exclusão, deverá ser sublinhado, não correspondia às pretensões de Santos Júnior, como demonstra o seu desejo em juntar mais colaboradores à equipa da Missão, sobretudo para os estudos etnográficos e linguísticos. Para a 5.^a campanha, Santos Júnior havia proposto à JMGIC o reforço da equipa de 5 para 16 elementos. Para a Etnografia e para a Antropologia Social, assim mencionada pela primeira vez, Santos Júnior propôs vários funcionários administrativos coloniais que considerava particularmente adequados para os estudos linguísticos e etnográficos. Para os estudos jurídico-etnológicos, propôs o jurista José Gonçalves Cota, o mesmo que havia elaborado, alguns anos antes e por ordem do Governador-Geral, várias propostas de lei no sentido de criar códigos de direito civil e penal para os indígenas, suportados no levantamento dos dados etnográficos. Contudo, o então novo Ministro das Colónias, Capitão Teófilo Duarte, através da Portaria n.º 12 215, de 27 de Dezembro de 1947, disponibilizou apenas seis colaboradores, entre os quais se encontravam António Augusto, antigo inspector escolar de Moçambique, Joaquim Norberto dos Santos Júnior, estudante de Antropologia Física no Porto e filho do chefe da Missão, e Luís dos Santos, chefe da polícia de trânsito em Moçambique (ibidem).

Nas primeiras cinco campanhas da MAM, “foram investigados e registados mais de 8000 africanos e calculados, com base nos dados obtidos, mais de 80 000 indicadores” (PEREIRA, 2005a, p.222). Esses dados incluem: características descritivas ou mensuráveis, grupos sanguíneos (serológica), impressões digitais (dermatoglíficos), tatuagens. Dos trabalhos publicados, produto destas campanhas, alguns referiam-se a determinadas características como anomalias físicas. Segundo Pereira (2005a) outros textos, entre os quais a tese de Santos Júnior apresentada à Universidade do Porto em 1944, abordavam a representação de diferentes grupos populacionais identificados como “tribos”. Ela, reconhecidamente, apoiou-se em informações produzidas nas duas primeiras campanhas da MAM. Dessas informações também, resultou uma grande obra editada pela própria JMGIC, na qual Santos Júnior caracterizava exaustivamente os aspectos físicos dos *Nhúngue*,¹²⁶ grupo no qual investigou um grande número de indivíduos (120 homens e 46 mulheres) (PEREIRA, 2005a, p. 222).

No final de 1958, toda a Missão de investigação foi dissolvida, prematura e definitivamente, por ordem superior e sem qualquer explicação, apesar dos protestos de Santos Júnior. Dentro do período dos seis anos definidos para levar a cabo a MAM, dever-se-ia não apenas estudar se possível todo o território, de norte ao sul, durante várias campanhas, a equipe da Missão estava incumbida da apresentação de conferências públicas que fossem “práticas” em cada capital de província. Estas conferências deveriam despertar o interesse de pesquisa dos funcionários e outras entidades (PEREIRA, 2005b, p. 299). Passo na sequência a apresentar a Missão das Minorias Étnicas encabeçada por Jorge Dias.

3.3.2 António Jorge Dias e a Missão das Minorias Étnicas do Ultramar (1956-1974)

A Missão das Minorias Étnicas do Ultramar constituiu o segundo momento em que a Metrópole envia antropólogos para realizar pesquisas em Moçambique, mas, desta vez encabeçadas por António Jorge Dias, um antropólogo português formado na Alemanha (Munique e Berlim) durante a Segunda Guerra Mundial.¹²⁷ Inicialmente foi próximo de Mendes

¹²⁶ Grupo étnico-linguístico situado na região centro de Moçambique, na província de Tete.

¹²⁷ Após retornar da Alemanha, permanece algum tempo em Coimbra. Se estabelece em Lisboa, integra o quadro do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU), a convite de Adriano Moreira, então diretor do Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS), ligado ISEU, da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, e posterior Ministro do Ultramar Português (MACAGNO, 2015, p.94). Pela sua formação académica e tudo quanto tinha feito no campo da Etnografia e Etnologia portuguesas, ele foi o primeiro a ser chamado a assumir responsabilidades de investigação nas instituições científicas coloniais (PEREIRA, 2005a, p. 233).

Corrêa, mas distancia-se do pensamento fascista do seu mestre no pós-guerra, por conta da influência da Antropologia Americana sobre o seu pensamento. Dias foi o fundador do Museu de Etnologia, cuja coleção se baseava fundamentalmente nos seus interesses anteriores (ruralistas portugueses), porém integrando outras coleções valiosas de todos os cantos do império português: da África, da Índia e do Extremo Oriente (VIEGAS E PINA-CABRAL, 2014, p. 319). Dias é considerado um expoente nos estudos de “carácter nacional” em Portugal passado (THOMAZ, 2001, p. 73). “É com Jorge Dias que a antropologia portuguesa se torna “profissional” e, ao mesmo tempo, aberta a um diálogo acadêmico com os grandes centros de formação da época” (MACAGNO, 2015, p. 93).

Em 1957, Jorge Dias é nomeado pelo Ministério do Ultramar e torna-se o grande responsável pela Missões para o Estudo das Minorias Étnicas dos Territórios Portugueses de Ultramar (MEMEUP). Sua esposa de origem alemã, senhora Margot Dias, e Manuel Viegas Guerreiro, foram um tempo depois nomeados seus assistentes. Um ano antes da sua nomeação, em 1956, Jorge Dias fora professor da Escola de Administração Colonial de Lisboa.¹²⁸ Em 1957, inicia o seu famoso trabalho de campo entre os Maconde de Moçambique, no contexto do MEMEUP. Mas, antes “já havia realizado vários trabalhos de campo em áreas rurais de Portugal e, inclusive, algumas incursões antropológicas no Brasil” (MACAGNO, 2015, p. 94).

O contexto de surgimento desta Missão, na década de 1950, é de grandes mudanças na arena política e científica internacional. No campo político e social há novas concertações, ao mesmo tempo que emergem no contexto dos países colonizados os movimentos anticoloniais. No campo científico, há um conjunto de colóquios organizados pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, entre 1949 e 1950, sobre os problemas da investigação científica colonial, ao mesmo tempo que há um realce da extrema importância de “assimilação científica dos territórios de Ultramar”. Há também uma crítica à ciência colonial portuguesa, por parte do geógrafo e professor da Universidade de Lisboa, Orlando Ribeiro, relativamente aos poucos resultados concretos que esta ciência apresentava para além dos lugares-comuns e retóricos recorrentemente apontados. Para este geógrafo, a ciência colonial portuguesa escondia o seu atraso por detrás de um discurso retórico quando tinha graves deficiências no reconhecimento dos territórios pertencentes a metrópole (PEREIRA, 2005a, p. 231). Observam-se igualmente, nesse contexto, transformações ao nível das instituições coloniais portuguesas, institutos de ciências coloniais sofrem uma mudança na sua

¹²⁸ Renomeada como Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, em 1961.

denominação, alinhadas com a revisão constitucional de 1951. Em 1953, a Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais mudou seu nome para Junta de Investigações do Ultramar e, em 1954, a Escola Superior Colonial passou a Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ibidem). Todo este cenário concorreu para a mudança de paradigma, de uma abordagem antropológica, física ou antropométrica (Santos Jr.) então dominante para uma outra, cultural (Jorge Dias).

O principal objetivo da Missão das Minorias Étnicas, consistia em “elaborar informes etnográficos sobre algumas das populações das colônias” (MACAGNO, 2002, p. 116). A esta Missão cabia, a elaboração de relatórios confidenciais acerca das condições políticas e sociais da vida “indígena” nas colônias. Nesse contexto, desenvolveram-se estudos etnográficos sobre os Chope do Sul de Moçambique e os Bosquímanos do Sul de Angola. Porém, o trabalho monográfico de vulto e mais completo do ultramar português é dedicado aos Macondes do Norte de Moçambique. No total, este último trabalho monográfico é composto por quatro volumes, sendo o primeiro relativo aos “aspectos históricos e econômicos” dos Macondes (DIAS, 1964a); o segundo volume relativo à “cultura material” (DIAS, 1964b); o terceiro à “vida social e ritual” (DIAS E DIAS, 1970) e finalmente o quarto à “sabedoria, língua, literatura e jogo” (GUERREIRO, 1966).

Em meados de 1950, verificou-se uma onda de criação de instituições de investigação sob o amparo da Junta de Investigações do Ultramar, três delas, foram relevantes no contexto da Etnologia e da Antropologia Física:

- Em 1954, o Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, fundado pelo Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, no qual a Antropologia Física encontrou uma base institucional sobretudo em Lisboa;
- Em 1955, o Instituto de Investigação Científica de Moçambique, fundado em Lourenço Marques, considerava todas as ciências coloniais, e também, entre outras, a Antropologia Física e a Etnologia, como subdomínios das “Ciências Humanas”;
- Em 1956, o Centro de Estudos Políticos e Sociais, fundado em Lisboa no âmbito da Junta de Investigações do Ultramar, assumia pela primeira vez como área de investigação prioritária a Etnologia na sua verdadeira dimensão, a cultural (PEREIRA, 2005a, p. 231-32).

A toda essa renovação institucional e redefinição conceitual, sugere o acréscimo do que Pereira (2005b) chama de “um novo fator na investigação científica colonial dos anos 50”, que é “a colaboração regional e internacional de Portugal com a Grã-Bretanha, a França, a

Bélgica e também a União Sul-Africana e a Rodésia em organizações científicas internacionais” (idem, p. 332). Nesse contexto, “foi sobretudo importante o Conselho Científico Africano (CSA), fundado em 1949 em Johannesburg, e a Missão de Cooperação Técnica em África ao Sul do Sara (CCTA), criada em Londres em 1950” (ibidem).

Em 1960, no âmbito de uma missão secreta, Jorge Dias convida o antropólogo estadunidense e professor na Universidade de Columbia, Charles Wagley,¹²⁹ com o qual realizara uma viagem¹³⁰ de reconhecimento dos territórios da Guiné portuguesa, de Moçambique e de Angola, como parte das atribuições desenvolvidas no âmbito da MEMEUP (MACAGNO, 2002; MACAGNO, 2015). Ao refletir sobre a história desta missão secreta de antropólogos na chamada “África portuguesa”, suas consequências políticas e acadêmicas, Lorenzo Macagno (2015) argumenta que a mesma, visava desfazer as críticas ao sistema colonial e imagem negativa deixada pelo antropólogo estadunidense e professor da Universidades de Columbia, Marvin Harris.

Marvin Harris,¹³¹ visitara Moçambique nos meados de 1950, com o objetivo de investigar a exploração da força de trabalho africana em Moçambique. Devido às duras críticas que teceu ao regime colonial é declarado *persona non grata* pelas autoridades coloniais sendo compulsoriamente obrigado a abandonar o país. Na tentativa de desfazer tais críticas denunciatórias, Jorge Dias orientando-se pelos rastros do lusotropicalismo, esperava que na sequência da viagem com Wagley, este último se posicionasse a favor da administração colonial portuguesa em territórios africanos e daí, apadrinhasse a criação de estudos superiores da “África portuguesa”. Tratava-se, portanto, de uma viagem com carácter persuasivo (MACAGNO, 2015, p. 89-91).

¹²⁹ Inicia sua carreira como antropólogo na Universidade de Columbia, onde faz a graduação e a pós, tendo como alguns dos seus mentores Franz Boas, Ruth Benedict e Ralph Linton. Por mais de vinte e cinco anos compõe o corpo docente da mesma Universidade. Em 1965 assume a Cátedra Franz Boas de Antropologia. Entre 1961 e 1969, funda e dirige o Instituto de Estudos Latino-Americanos em Columbia. Em 1971, é transferido para a Universidade da Flórida, onde se aposenta. Realizou pesquisas de campo na Guatemala e principalmente no Brasil, onde foi homenageado (em 1945) pelo governo com a medalha Cruzeiro do Sul, pelo seu trabalho em Saúde Pública, durante a II Guerra Mundial no país. Pelas suas contribuições aos estudos brasileiros recebe em 1962 o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Entre 1970 e 1971 foi presidente da Associação Americana de Antropologia (AAA) (MACAGNO, 2015, p. 90). Lorenzo Macagno apresenta no seu texto a faceta pouco conhecida de Wagley: a africanista.

¹³⁰ Esta viagem teve apoio do então Ministro do Ultramar português, Adriano Moreira, e constituía “uma tentativa de intercâmbio acadêmico entre o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU) de Lisboa e a Universidade de Columbia” (MACAGNO, 2015, p. 89).

¹³¹ Sua trajetória é resumida mais adiante, no último item deste capítulo.

Às tentativas de Jorge Dias e, do então Governador de Moçambique, de desfazer as críticas de Harris, Charles Wagley, optou pela diplomacia e prudência, não reagindo contra o entusiasmo lusotropicalista de seu anfitrião. Paralela e paradoxalmente a este entusiasmo, ocorria um movimento contrário, de consolidação dos movimentos anticolonialistas organizados por moçambicanos exilados. À medida que se gestava um ambiente favorável à descolonização, Portugal insistia, através de suas ações de reivindicação diplomática junto às Nações Unidas, na manutenção das “Províncias Ultramarinas” em sua posse até então (MACAGNO, 2015, p. 100).

Em 1971, Jorge Dias fora incumbido da coordenação da investigação antropológica na área a ser inundada na sequência da construção da barragem de Cahora-Bassa.¹³² Entretanto, devido a sua débil situação de saúde¹³³ e vigor para se deslocar ao terreno, sugere o nome do seu discípulo Carlos Ramos de Oliveira¹³⁴ do *Centro de Estudos de Antropologia Cultural* (CEAC), que de imediato aceitou “entusiasmado com a perspectiva de realizar trabalho de campo em África e viver uma experiência que tanto ambicionava” (OLIVEIRA, 2014, p. 309). No contexto do *Grupo de Missões Científicas do Zambeze* da JICM, em 1972, Carlos Ramos de Oliveira se encarregara por realizar a pesquisa etnológica que resultou no livro *Os Tauaras do Vale do Zambeze* (1976). Oliveira dedica o livro a Jorge Dias e sua equipe: “À inesquecível equipe de Jorge Dias. Em lembrança dos luminosos tempos partilhados” (OLIVEIRA, 1976, p. 8).

A pesquisa foi desenvolvida no contexto de guerra:¹³⁵ “a situação de guerra, que então ocorria já na região, dificultou bastante, sem, contudo, impedir totalmente, a realização da pesquisa de campo, que teve lugar durante duas permanências no terreno, num total de cerca de

¹³² A quarta maior de África, cuja construção iniciou em 1969 e o enchimento em 1974. Em 2006, o Estado moçambicano comprou de Portugal 85% da participação e, em 2012, uma empresa moçambicana e a agência Lusa (REN) compararam os restantes 15%.

¹³³ Jorge Dias morreu em 1973.

¹³⁴ Chega a Antropologia motivado pela possibilidade de viagem, conhecimento de outros mundos e vivências nos trópicos, na década 1960. Por via do professor João Pereira Neto, conhece de perto a equipe de Jorge Dias e integra o CEAC, quando Dias e sua esposa Margot Dias, concluíam a monumental obra sobre os Macondes de Moçambique. Descreve Jorge Dias como: “figura inspiradora... português do mundo e renovador dos estudos de antropologia em Portugal”, cativante, com “simplicidade e encanto pessoal” (OLIVEIRA, 2014, p. 308). Além das influências de Jorge Dias, foi também decisivo para a sua formação teórica o contato com Twig Johnson, antropólogo americano (discípulo de Marvin Harris), que realizara trabalho de campo para o seu doutorado em Cabanas de Tavira, Portugal. Em 1973, frequenta como bolseiro do *British Council*, a *London School of Economics*, “para realizar pesquisa e aprofundar conhecimentos na área da abordagem ecológica no estudo de populações humanas”. Experiência que foi decisiva “para perceber o que podia ser o funcionamento e a vida de um departamento de antropologia numa escola de referência”, onde o debate, a troca de ideias e experiências, a produção académica, era “vivo e fecundo” (idem, p.309-310). Oliveira deixa o CEAC em 1974.

¹³⁵ No contexto da luta armada pela independência dos moçambicanos, com início em 1964.

quatro meses, em 1972” (OLIVEIRA, 2014, p. 309). Nessas circunstâncias, a realização da observação participante tornou-se inviável, ganhando relevo o inquérito oral que em outras circunstâncias não teria. Ainda assim, o autor destaca que havia igualmente resistência por parte dos participantes da pesquisa, “em responder mesmo às questões mais simples” (OLIVEIRA, 1976, p. 10).

O objetivo da pesquisa era “dar uma imagem (ainda que esquemática, e na medida em que, dentro das circunstâncias, tal é possível) da sociedade e da cultura tauaras no seu contexto tradicional” (OLIVEIRA, 1976, p. 10). O estudo “ficou concluído em 1973, não sendo a sua publicação considerada oportuna, na altura, pela Junta de Investigações Científicas do Ultramar, razão por que apenas em 1976 veio a ter lugar” (OLIVEIRA, 2014, p. 309). O autor, destaca o papel dos conflitos na transformação social e se preocupa no seu estudo em apreender o significado das mudanças para o grupo envolvido. A investigação teve lugar em diferentes locais da região. A riqueza invulgar da etnohistória do Vale do Zambeze é reconhecida, embora não constitua parte do estudo, pois, segundo ele “teria requerido uma abordagem completamente diferente”. Ramos de Oliveira (1976, p. 10) resume seu trabalho como: “um registro, em moldes tradicionais de padrões básicos da cultura tauara, realizado predominantemente a partir de dados obtidos através da informação oral”.

3.3.3 José Gonçalves Cota e a Missão Etnológica de Moçambique (1941-1943)

Paralelamente ou entre as duas Missões anteriormente apresentadas, a Antropológica de Moçambique e a das Minorias Étnicas do Ultramar, é nomeada a Missão conhecida como Etnológica de Moçambique. A 28 de julho de 1941, José Gonçalves Cota¹³⁶ é incumbido por despacho, a tarefa de proceder ao estudo etnográfico das populações nativas da colônia, com o objetivo de elaborar os Códigos Penal e Civil dos “indígenas” (PINHO, 2015, p. 51). No mesmo ano, é fundada a Missão Etnológica de Moçambique, pelo então governador geral de Moçambique, general José Trintão de Bittencourt. O principal objetivo desta Missão era estudar “os usos e costumes” das populações africanas de Moçambique, apoiada nas investigações etnográficas na colônia (PEREIRA, 2001; PINHO, 2015; SANTANA, 2017). Como aponta o *Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*:

¹³⁶ Jurista e advogado da colônia. Sua nomeação foi sugerida por Furtado Montanha, então chefe da Repartição Central dos Negócios Indígenas.

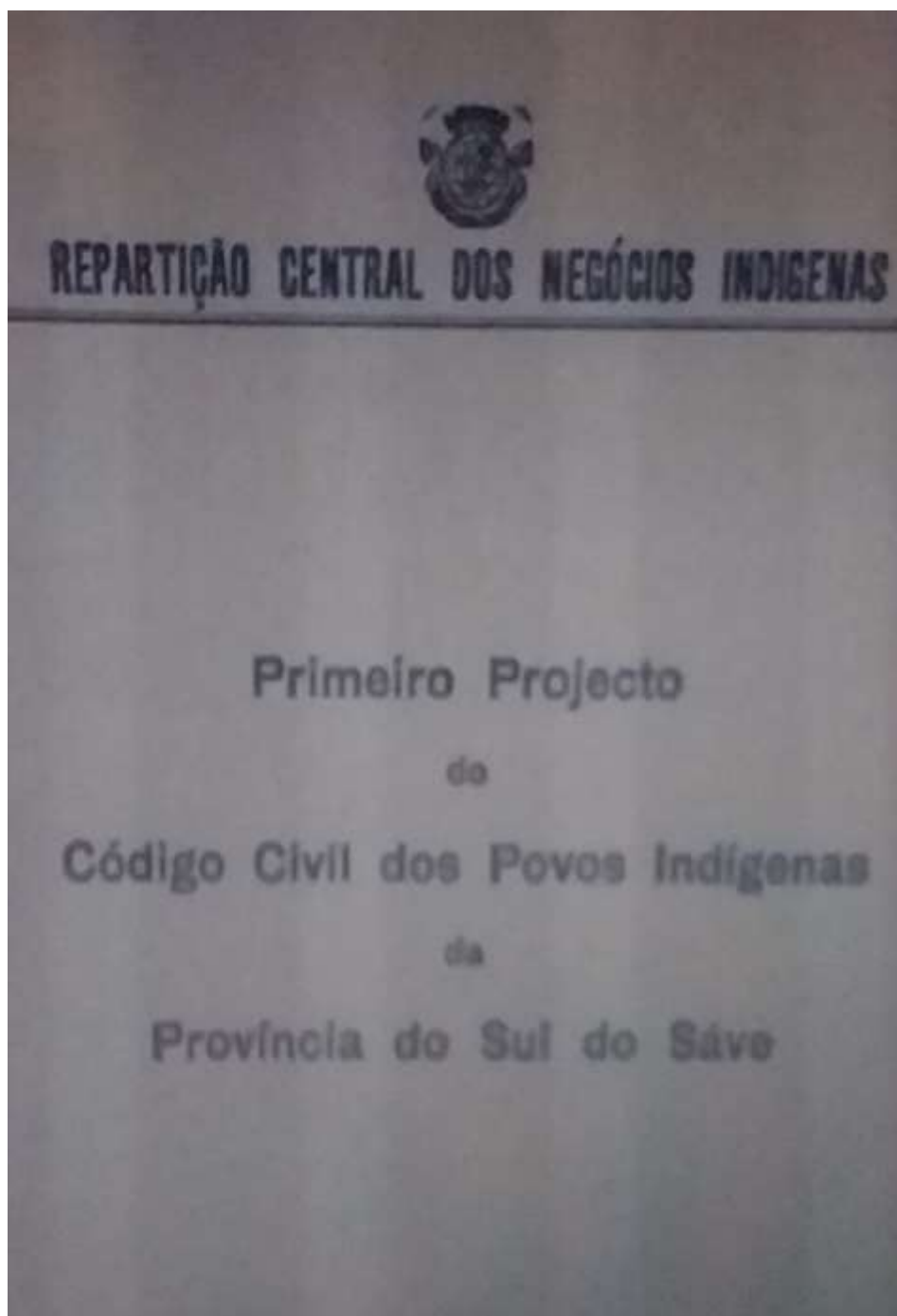
O facto de os nativos das províncias portuguesas da África continental se encontrarem ainda em determinado grau inferior de civilização implica a necessidade de se processar um ordenamento jurídico adequado a possibilidade de efetivação de poderes e deveres por parte desses nativos (FERREIRA E VEIGA, 1954, p. 11).

Entretanto, o estudo dos “usos e costumes dos indígenas” não era uma tarefa nova. A questão então que se coloca é: Qual é o alcance dessa “nova” Missão denominada *Etagnósica* encabeçada por Cota? “Lançar as bases jurídico-etnológicas para um direito civil e penal «indígena» adaptado aos «usos e costumes» e, desse modo, alcançar uma solução para um aspecto da política indígena que, (...) estava desde há muito em falta” (PEREIRA, 2001, p. 13). Contemporizar na medida do possível, os “usos e costumes” “ao mesmo tempo que tentamos ligeiros aperfeiçoamentos, eliminando o que se nos afigurou de tal modo iniquo e imoral que não podia justificar-se num Estatuto destinado a humanizar um povo pela aplicação da Justiça” (COTA, 1942, s.p). Tal aspecto tinha que ver com a insuficiência das instituições jurídicas que regessem relações dos indígenas do ponto de vista colonial (SANTANA, 2017, p. 104). Como argumenta Osmundo Pinho (2015, p.59):

O esforço decidido para a consolidação da administração - e do efetivo poder - colonial, seria o estabelecimento de uma nova normatividade jurídica para o exercício da função judicial colonial sobre os “indígenas” e, na verdade, a condição para a produção/ inscrição dos nativos no aparato político do Estado como atribuidor da legibilidade aos sujeitos coloniais.

No prefácio ao *Primeiro Projeto do Código Civil dos Povos Indígenas da Província do Sul do Save*, Gonçalves Cota (1942, s.p) escreve que, este trabalho representa uma tentativa de um código civil do Indigenato, que por não poder ser definitivo, está atento a “necessidade de prosseguir nas pesquisas etnográficas pelo resto da colônia que nos permitirão avaliar até onde será possível a convergência de alguma forma de direitos essenciais para uma pretendida uniformização”. Os estudos de Cota abrangiam três instituições fundamentais: família, sucessão e propriedade. As pesquisas etnográficas eram feitas nas assembleias (*bandlas*) de régulos, madodas e indunas (autoridades locais), “indispensáveis ao conhecimento das instituições jurídicas indígenas” (COTA, 1942, s.p).

Figura 2 - Primeiro Projeto de Código Civil dos Povos Indígenas da Província do Sul do Save



As investigações levadas a cabo por esta Missão, “a partir do levantamento das concepções morais e jurídicas das populações autóctones” (PEREIRA, 2001, p. 16), produziram paralelamente, mais do que códigos, três obras publicadas pela Imprensa Nacional de Moçambique, a saber: *Projecto definitivo do código penal dos indígenas da colônia de Moçambique* e com ele um relatório e um estudo sobre direito criminal indígena e o *Projecto*

definitivo do estatuto do direito privado dos indígenas da colônia de Moçambique antecipado por um estudo sumário do direito gentílico, isso em 1946.¹³⁷ Antes disso, Cota publicou em 1944 a obra *Mitologia e direito consuetudinário dos indígenas de Moçambique* (SANTANA, 2017, p. 19). A publicação deste último estudo etnológico, além dos Códigos, visava “transmitir aos funcionários coloniais uma ideia sobre a mentalidade das populações africanas” (PEREIRA, 2001, p. 16). Furtado Montanha (1944) argumenta no prefácio ao estudo etnológico de Cota (1944) que:

(...) sente-se, de há muito, a falta de uma obra em que, não só se tratasse da etnografia geral da Colônia, tomando por base aqueles usos e costumes que andam relacionados com as suas principais instituições sociais, mas também em que esses estudos e costumes fossem interpretados à luz da psicossociologia, de modo a permitir, aos funcionários do quadro administrativo (...), um juízo tão exato quanto possível da forma de ser e de sentir dos agregados indígenas, através das suas várias representações mentais (apud PEREIRA, 2001, p. 16).

A Missão encabeçada por Cota foi um processo marcado por dificuldades de natureza distinta: em encontrar intérpretes, falta de transporte, disputas de combustível, fofocas, disputas de poder e reclamações (PINHO, 2015; SANTANA, 2017). Iniciado em 1941, o trabalho conheceu o seu fim em 1946, portanto, com uma duração de cinco anos. O início do trabalho de Cota consta como inauguração de uma nova fase da administração colonial portuguesa em Moçambique, vista como aquela em que estariam reunidas as condições práticas e superestruturais para a efetiva administração colonial: as exposições, os congressos, as disposições e regulamentações legislativas (o Ato Colonial, a Carta Orgânica do Império Colonial Português, o Estatuto do Indigenato) (PEREIRA, 2001; PINHO, 2015).

O trabalho da Missão Etnológica foi realizado apenas por Cota, com o apoio do secretário da Missão, João Augusto da Silva (escritor, desenhista e decorador), o primeiro nomeado por despacho a 21 de agosto de 1941. A Silva coube a tarefa de acompanhar Cota nas viagens de estudo para a elaboração do Código Penal do Indigenato. O despacho solicitava a todas as autoridades e demais pessoas a facilitarem as condições para o bom desempenho da Missão, onde Silva permaneceu até dezembro do mesmo ano (SANTANA, 2017, p. 114).

¹³⁷ É importante referir que o *Projeto do Código Penal dos Indígenas* já estava pronto em 1944, entretanto, como aponta Pereira (2001, p.17) “o tribunal de mais alta instância da colônia, o Tribunal da Relação de Lourenço Marques, só o aceitou, numa versão melhorada, dois anos depois, data da sua publicação definitiva”. Para Pereira (idem, p. 18) “aquilo que parecia estar em causa (...) era a escala das penas e a sua especificidade na aplicação aos ‘indígenas’”. O objetivo do Tribunal era “manutenção de um sistema correccional que enquadrasse, que legitimasse formas de trabalho forçado” (ibidem). Só mediante o atendimento de esta e outras questões em jogo, o Projeto definitivo foi aceito e publicado (1946), antes mesmo da sua promulgação que nunca chegou a ocorrer.

Embora, os trabalhos desta Missão fossem desenvolvidos na década de 1940, sob a égide do funcionalismo (Malinowski) e estrutural-funcionalismo (Radcliffe-Brown e Evans-Pritchard), nos seus primeiros passos a linguagem de Cota permanecia anacrônica e evocava Lewis Morgan (PEREIRA, 2001; PINHO, 2015). “O fato de ser jurista e não antropólogo de formação, entretanto, o associa mais fortemente a genealogia evolucionista, e ao próprio Morgan, é claro, ele próprio também advogado” (PINHO, 2015, p. 60). Portanto, é “entre as prerrogativas do evolucionismo jurídico e o quadro de referências de funcionalismo colonial” que parece equilibrar-se então Cota (idem, p. 61). Poucos dados resultam da leitura do texto de Cota relativamente aos métodos de investigação da Missão Etognósica, deduzindo-se que teria realizado extensos inquéritos em todos os lugares de visitou, como as chamadas *bandlas* (PEREIRA, 2001).¹³⁸

Uma das diferenças fundamentais entre a Missão Antropológica e a Missão Etognósica de Moçambique reside no fato de a primeira, emanar do poder central e corresponder a uma fase específica do desenvolvimento econômico colonial português, entendido numa perspectiva global e independente das realizações locais. Esta Missão tinha como seu objetivo geral “proceder a uma taxinomia das características físicas dos «indígenas» de Moçambique” (PEREIRA, 2001, p. 19). Já a segunda, contrariamente à primeira, tinha uma orientação que visava “uma realização “local”, determinada pelo poder geral de Moçambique, em resposta a uma sugestão do Chefe da Repartição Central dos Negócios Indígenas. Corresponhia a uma necessidade efetiva de “gestão social” das populações dominadas” (ibidem). Nesta fase desenvolve-se então uma Antropologia que se pode chamar “local”, mas, com influências metropolitanas (ZONJO, entrevista 2018; LIESEGANG, 2008). Cota pareceria ter uma visão crítica em relação ao valor científico da Antropologia Física, na medida em que esta partia “do pressuposto absurdo de que seria possível filtrar, entre «amalgamas inextricáveis de cruzamentos entre indivíduos de grupos étnicos diferentes», a «raça» individual como objeto de pesquisa, a partir de uma investigação isolada de características físicas” (PEREIRA, 2001, p. 19).

¹³⁸ Espaços de encontro das autoridades tradicionais com os funcionários da administração colonial. Podem ser entendidos também como arenas de debate e resolução de problemas das comunidades locais.

Tabela 2 - Resumo de cada uma das Missões, seus representantes, objetivos e atividades

Momentos	Missão	Anos	Representantes	Objetivos	Atividades
<i>Primeiro</i>	<i>Missão Antropológica de Moçambique</i>	1936-1956/9	<i>Joaquim Rodrigues Santos Júnior</i>	Levantamento antropométrico exaustivo das populações africanas nas colônias	Seis campanhas etnográficas entre 1936 - 1956
<i>Segundo</i>	<i>Missão de Minorias Étnicas de Ultramar</i>	1956-1974	<i>António Jorge Dias; Margot Dias; Manuel Viegas Guerreiro e Carlos Ramos de Oliveira</i>	Elaborar informes etnográficos sobre algumas das populações das colônias	Estudos etnográficos para a elaboração de relatórios confidenciais acerca das condições políticas e sociais da vida “indígena” nas colônias
<i>Entre o primeiro e o segundo</i>	<i>Missão Etnológica de Moçambique</i>	1941-1943	<i>José Gonçalves Cota</i>	Elaborar os Códigos Penal e Civil dos indígenas	Estudos etnográficos sobre “os usos e costumes” das populações africanas de Moçambique com base nos quais se deveria proceder à elaboração dos códigos Penal e Civil das populações indígenas

3.3.4 Outros agentes de produção antropológica além da linha oficial portuguesa

Assim como no período anterior, além da produção oficial, também há nesse período o desenvolvimento de pesquisas de interesse “independente” do financiamento da administração colonial. Tais pesquisas foram levadas a cabo por cidadãos portugueses residentes e trabalhadores em Moçambique e estrangeiros outros que a este território se lançaram para fazer pesquisa. Manuel Simões Alberto, Antonio Rita-Ferreira,¹³⁹ Luís Polanah

¹³⁹ Apesar da ambiguidade, António Rita-Ferreira cabe nesta linha de produção, pois, como observou o historiador Francês Michel Cahen, quando no âmbito do anúncio da sua morte em 2014: “António Rita-Ferreira... foi dos pouquíssimos administradores coloniais que se tornaram verdadeiros pesquisadores de história e etnologia, sempre contra a vontade da sua hierarquia local. Deixou Moçambique em 1977, quando o seu empregado, que era Testemunho de Jeová, foi deportado pela Frelimo, mas continuou, até muito recentemente, pesquisar e publicar sobre Moçambique”. O antropólogo Lorenzo Macagno descreve Rita-Ferreira como uma figura fascinante e cujas “polêmicas com Marvin Harris e Ruth First já fazem parte da história política de Moçambique”. Rita-Ferreira estabeleceu entre as décadas de 1960 e 1970 intenso intercâmbio intelectual e amizade com grandes africanistas como, por exemplo, Edward Alpers (historiador); David Webster (o antropólogo sul-africano assassinado pelo *apartheid*) e Henry-Philippe Junod (filho do conhecido etnógrafo e missionário suíço Henry-Alexandre Junod),

e Maria Leonor Correia de Matos são exemplos de alguns cidadãos portugueses residentes em Moçambique que realizaram pesquisas antropológicas, cujos trabalhos aparecem publicados nos periódicos da época: *Boletim da Sociedade de Estudo de Moçambique*,¹⁴⁰ na revista *Memórias* e *Boletim* ambos do Instituto de Investigação Científica de Moçambique (IICM),¹⁴¹ na revista *Moçambique - Documentário Trimestral*,¹⁴² entre outras. Segue imagem do *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique* e duas capas de revistas (*Memórias* e *Moçambique-Documentário Trimestral*):

Martha Binford (antropóloga estadunidense), Jorge Dias e de Luís Polanah (antropólogos portugueses). Sobre algumas das produções de Rita-Ferreira veja-se: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_9579..

¹⁴⁰ A Sociedade de Estudos de Moçambique foi criada por importantes personalidades das esferas política, econômica e social da colônia de Moçambique fora das instituições oficiais que os mesmos representavam com o objetivo principal de promover e apoiar o estudo e levantamento dos problema as (geográficos, humanos e outros) da colônia, suas potencialidades econômicas para atrair o investimento dentro e fora dela, bem como, assegurar não só a extração de matérias-primas para alimentar a indústria metropolitana mas, igualmente, as possibilidades internas para o progresso econômico de Moçambique (MACHAVA, 1990).

¹⁴¹ O IICM foi criado em 1955 e estava sob tutela da Junta de Investigações Ultramarinas que o controlava a partir de Lisboa. Trata-se da única instituição existente na época em Moçambique que se dedicava a pesquisa em Ciências Sociais - considerada a catedral das Ciências Sociais coloniais. Nesse âmbito o IICM criou a revista *Memória* e um *Boletim*, plataformas de divulgação da sua produção científica não só nas áreas de ciências sociais, como das ciências biológicas e da terra (FERNANDES, 2011).

¹⁴² Este periódico, da responsabilidade do então Governo Geral de Moçambique, foi publicada entre janeiro de 1935 e junho de 1961. Todos os números publicados durante esse período encontram-se disponíveis online para consulta no site *Memórias de África e do Oriente*: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/MDT.aspx>.

Figura 3 - Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique

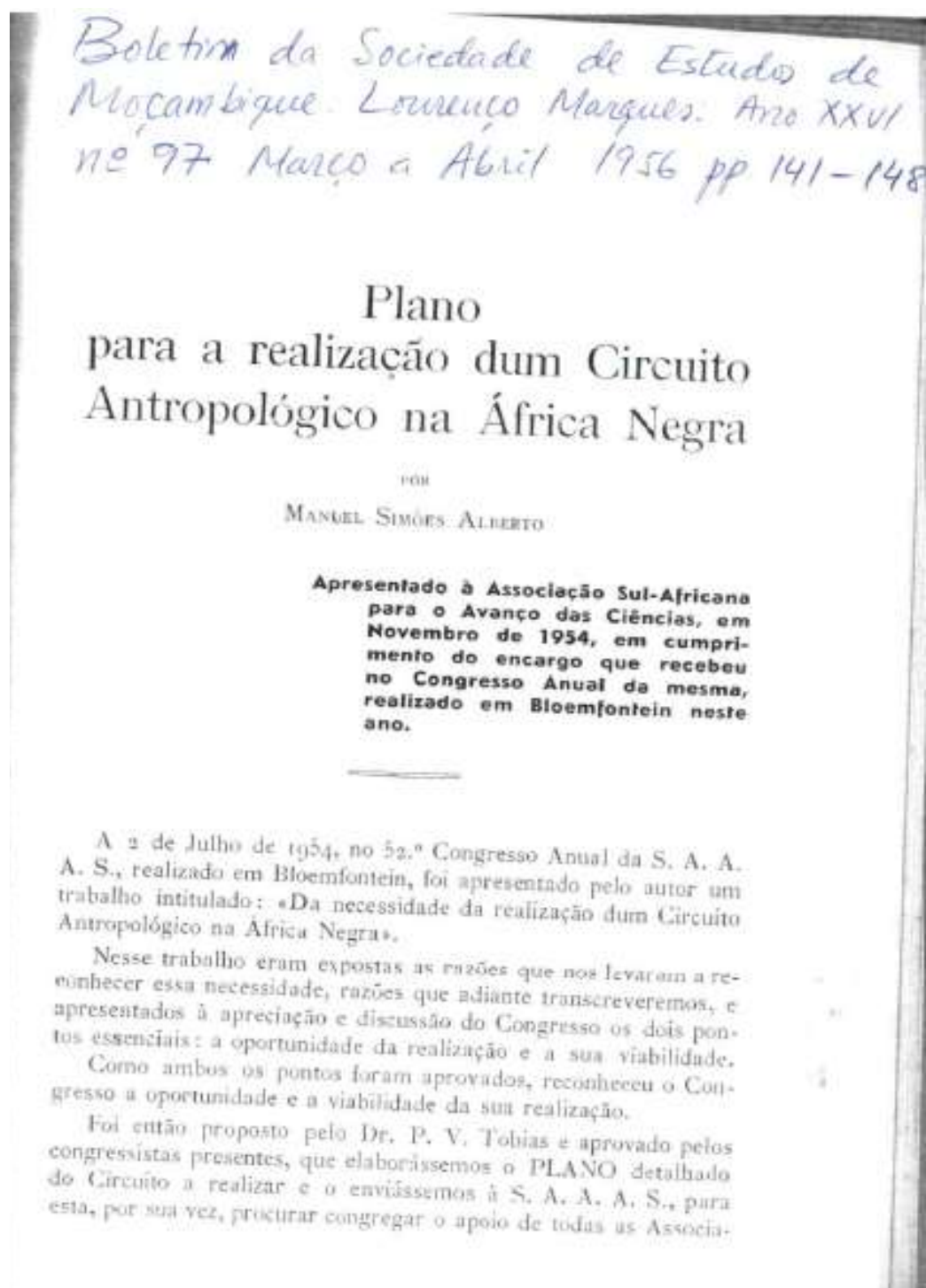


Figura 4 - Revista Memórias

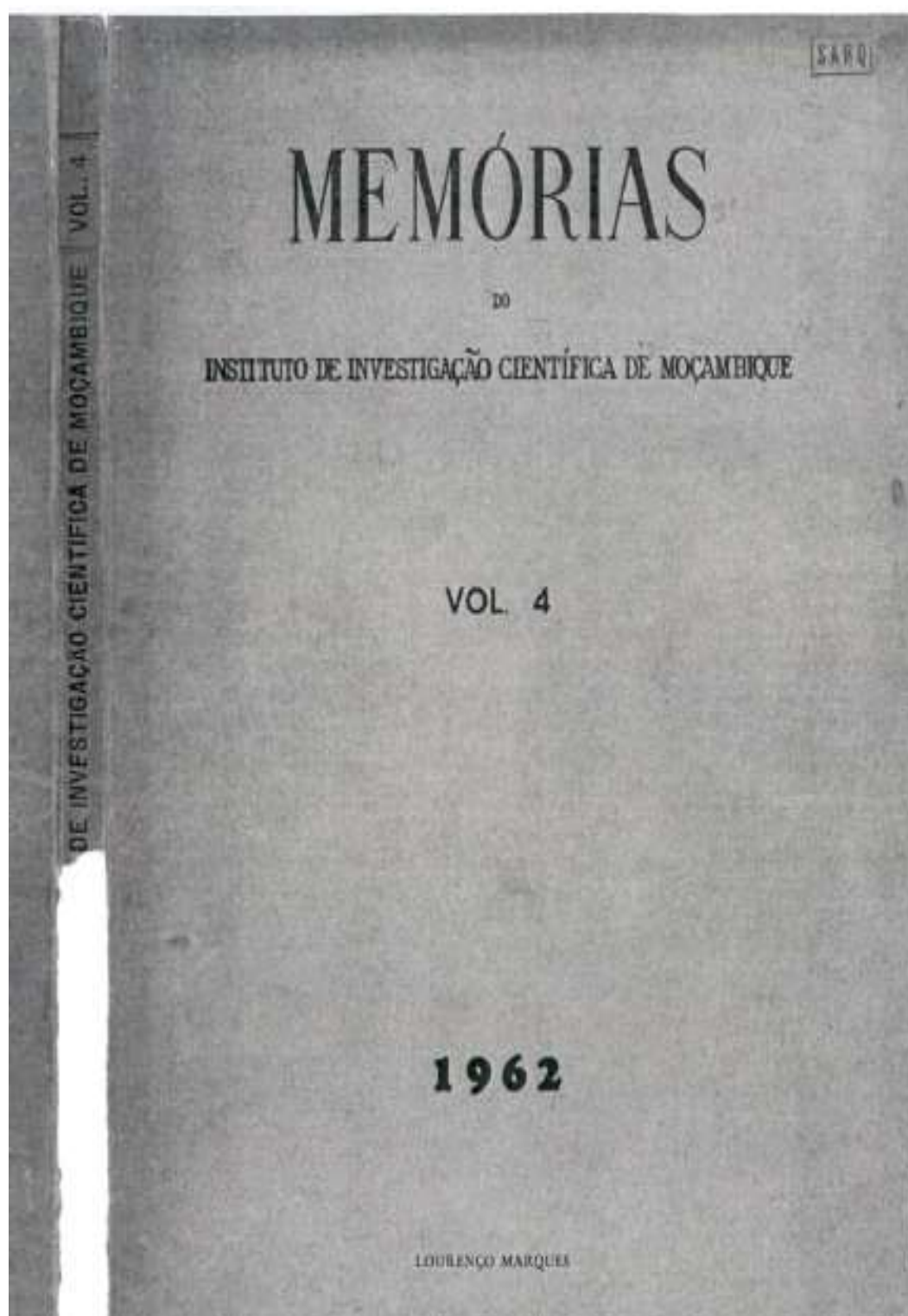
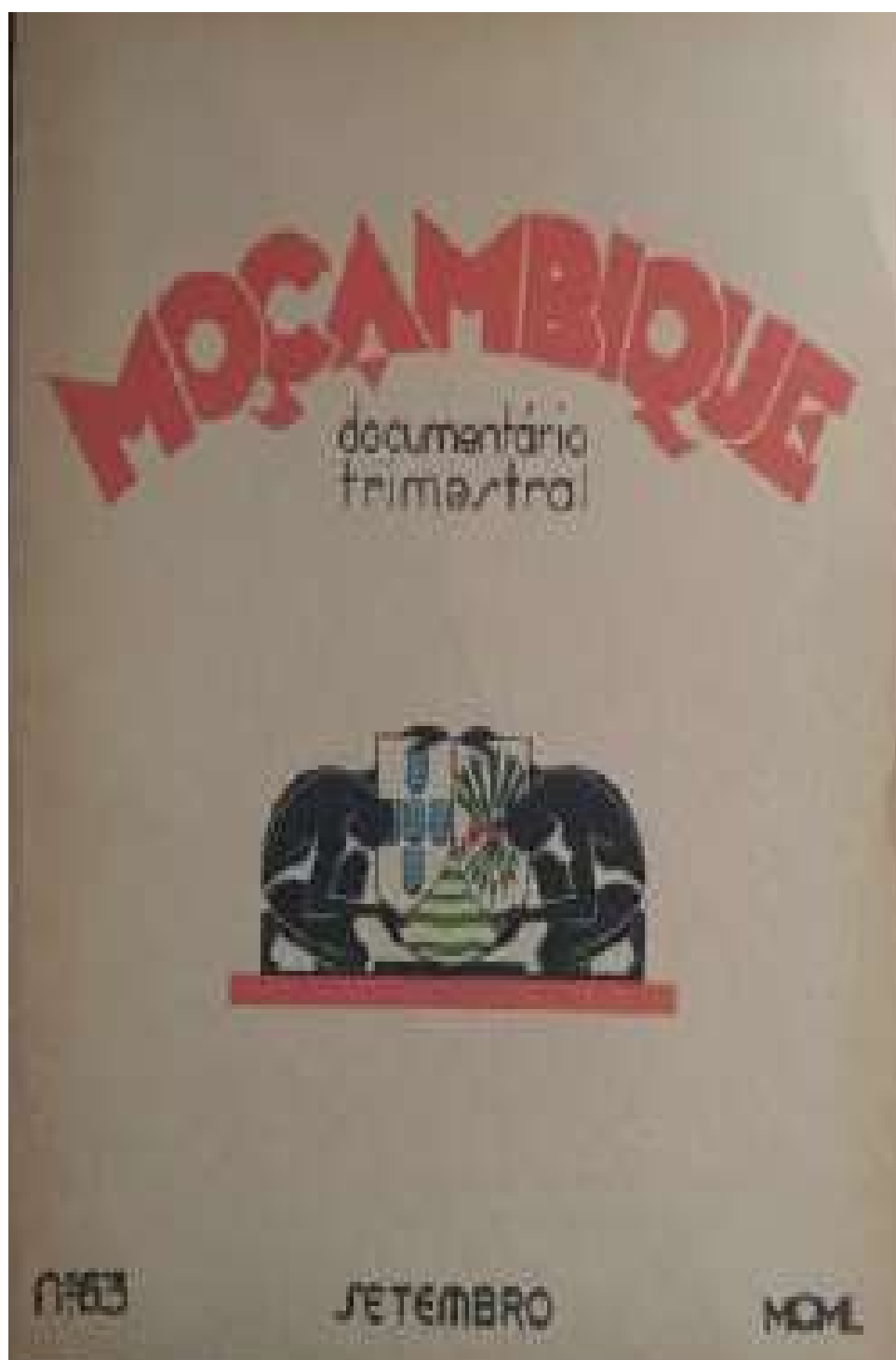


Figura 5 - Moçambique - Documentário Trimestral



Destaco aqui algumas das publicações realizadas em diferentes volumes¹⁴³ da série C (Ciências Humanas) da Revista Memórias, de 1960 a 1975: “Tradição Gnómica em Homóine de António Rita-Ferreira” (1960);¹⁴⁴ “Elementos de Estudo para organização da carta sero-antropológica da população negra de Moçambique (com base no sistema A B O)” de Manuel Simões Alberto (1962).¹⁴⁵ No âmbito do *Cinquentenário do Museu Dr. Álvaro de Castro 1913-1963*, foi publicada uma coletânea com os textos de Manuel Veiga Guerreiro, “contos Macondes”; António Rita-Ferreira, “Factores de cultura Thonga e trabalho migratório”; Manuel Simões Alberto, “Notas sobre algumas coleções etnográficas do Museu Dr. Álvaro de Castro”; Costa Freitas, “Notas para um estudo da dança Mapico”, no campo da etnologia e, Loreno Barradas, “Ensaio sobre a paleoclimatologia do Pafúri”; “Zimbábues do Báruè”; “Ruínas do grande Zimbabwe - Documentário fotográfico”, “A secção de pré-história do Museu Dr. Álvaro de Castro”, no campo da pré-história. Compõem o volume outras reflexões no campo da Zoologia.

Aqui vale uma breve interrupção na apresentação das publicações para fazer uma pequena nota acerca dos museus. Sabe-se pela história da Antropologia, do importante papel que, sobretudo, os museus, assumiram no processo de institucionalização da disciplina internacionalmente. Como argumentam o antropólogo brasileiro Manuel Ferreira Lima Filho e a antropóloga de mesma nacionalidade Regina Abreu: “A Antropologia nasceu nos museus e é marcada pela ideia de preservação desde o início, quando os primeiros pesquisadores da disciplina coletavam objetos e documentos em suas pesquisas de campo e depois os armazenavam nos laboratórios de pesquisa” (FILHO & ABREU, 2007, p.21). Em Moçambique, dois museus tiveram essa importância: o atual *Museu Nacional de Etnologia de Moçambique* (em Nampula),¹⁴⁶ no norte do país, inaugurado em agosto de 1956 na presença do Marechal Craveiro Lopes,¹⁴⁷ com o nome inicial *Museu Comandante Eugénio Ferreira de Almeida*¹⁴⁸ e, o atual *Museu de História Natural* (em Maputo)¹⁴⁹ inicialmente designado Museu

¹⁴³ São os volumes 2, 4, 5, 7 a 12.

¹⁴⁴ Disponível em: http://www.antoniorita-ferreira.com/index.php?option=com_content&view=article&id=65.

¹⁴⁵ Estudo do sangue dos seres humanos.

¹⁴⁶ É o único Museu Nacional não localizado na cidade de Maputo - a principal capital do país. Edifício projetado por Mário Oliveira arquiteto, urbanista, pintor e crítico de arte português. No período colonial o Museu era composto por secções de história, arqueologia, mineralogia, cinegética, numismática e em 1993 foi transformado no Museu Nacional com vocação, especialmente etnográfica.

¹⁴⁷ Então Presidente de Portugal em visita aos domínios coloniais de Moçambique (LEITE, 2010, p. 44).

¹⁴⁸ Em homenagem ao então Governador do Distrito de Moçambique.

¹⁴⁹ Nome designado após a independência - sob tutela da UEM.

Provincial e depois *Museu Dr. Álvaro Castro*¹⁵⁰ criado em 1913. Neste último museu, estabeleceu-se uma secção de material etnográfico recolhido no período colonial.¹⁵¹

O interesse pela fundação de museus em Moçambique, especialmente os acima destacados e seus respectivos acervos, segundo a historiadora social e antropóloga Lia Laranjeira argumenta (2016, p.32) “foram acompanhados pela produção dos estudos sobre os ‘Museus Africanos de História Natural’ desencadeada por Maria Corinta Ferreira (...) naturalista do primeiro museu”. E, José Teixeira (2020, p.13-14) refere que “no âmbito desse desenvolvimento estabeleceram-se desde logo interacções com instituições científicas vizinhas, em particular as sul-africanas”.

Retomando à apresentação dos trabalhos dos portugueses residentes em Moçambique, em 1965, são publicadas reflexões de Maria Leonor Correia de Matos, “Notas sobre o direito de propriedade de terra dos povos Angoni, Acheua e Ajaua da província de Moçambique”; António Rita-Ferreira, “Um interessante caso de sucessão entre os Changanes do Chibuto”; Manuel Simões Alberto, “Elementos para um vocabulário Etnológico e Linguístico de Moçambique”; “Elementos para um vocabulário Etnográfico de Moçambique”; “Madeiras de Moçambique (comerciais e comerciáveis) - coordenação de elementos toponómicos, tecnológicos e etnológicos”. Em 1966, um texto de António Rita-Ferreira, “Os Acheuas da Macanga”. Em 1967/68, um volume com textos de Luís Polanah, “Possessão e exorcismo em Moçambique”; Manuel Simões Alberto, “Os Angónis - elementos para uma monografia” e António Rita-Ferreira, “Os africanos de Lourenço Marques”. Em 1973, um texto de Maria Leonor Correia de Matos, “Origens do povo chope segundo a tradição oral”. Em 1974, António Rita-Ferreira, publica “Etno-história e cultura do tradicional do grupo Angune (Nguni)”. Em 1975, é republicado na versão portuguesa um texto de Henri Alexandre Junod, “Cantos e contos dos Ronga”,¹⁵² traduzido do por Maria Leonor Correia de Matos.

Dos nomes estrangeiros destacam-se alguns exemplos: o antropólogo estadunidense Marvin Harris e as suas pesquisas sobre as relações raciais, já mencionado acima; a antropóloga estadunidense Marta Binford e as suas pesquisas sobre os Ronga enfocando as dinâmicas da cultura (sobre as quais sabe-se muito pouco); o antropólogo sul-africano David Webster e sua pesquisa sobre a sociedade chope, cuja monografia foi traduzida para o português por Catarina

¹⁵⁰ Em homenagem ao político, militar português e Governador Geral de Moçambique entre 1915 e 1918.

¹⁵¹ A antropóloga portuguesa Tânia Madureira realiza uma pesquisa a volta do tema: *Entre coleções e museus: do colonial ao pós-colonial, um estudo a partir de Moçambique* (<http://cria.org.pt/wp/tania-madureira/>).

¹⁵² Originalmente publicado em 1897, com o título “Songs and Tales of the Barong”.

Mira e editada por João de Pina-Cabral (2009), com o título *A sociedade chope: indivíduo e aliança no Sul de Moçambique (1969-1976)* e Gerhald Liesegang (historiador alemão residente em Moçambique) e suas investigações etno-históricas sobre os *changana*, para citar alguns nomes.

Nas próximas linhas concentrar-me-ei, brevemente, nas trajetórias destes pesquisadores/a e no resumo de algumas das suas produções antropológicas referentes a Moçambique, seguindo a sequência nominal acima.

Começo com Marvin Harris, nascido em Brooklyn, Nova York em 1921 e falecido em 2001. Iniciou seus estudos na *Erasmus Hall High School*, antes de seguir para o *College of Columbia*, onde Charles Wegley ministrara um curso de Antropologia. Conclui seu doutorado em 1953 e tornou-se professor de Antropologia na Universidade de Columbia. No início da década de 1950, Marvin Harris viajara para o Brasil a fim de realizar pesquisas no âmbito do projeto entre a Universidade de Columbia e o Estado da Bahia sob os cuidados de Anísio Teixeira, com participação de Thales de Azevedo (Bahia) e Charles Wagley (Columbia) como os principais mentores (MACAGNO, 2016, p. 2). Como outros cientistas da sua geração, Harris “se somou às críticas contra o argumento lusotropicalista de Gilberto Freyre, especialmente contra aqueles postulados que enunciavam uma relação supostamente humanizada entre escravos e senhores, durante o passado colonial brasileiro” (MACAGNO, 1999, p. 144).

Entre 1956 e 1957, Harris visitara Moçambique como um pesquisador de campo experiente, como já referi, com o objetivo de investigar a exploração da força de trabalho africana naquela “Província Ultramarina”. Na então cidade de Lourenço Marques, estabelece seus primeiros diálogos¹⁵³ antropológicos com António Rita-Ferreira. “Devido, sobretudo, a divergências de caráter político, a incipiente amizade entre Marvin Harris e António Rita-Ferreira não duraria muito tempo” (MACAGNO, 2015, p. 95). A polémica entre ambos girou em torno das causas do trabalho migratório dos “indígenas” moçambicanos para as minas sul-africanas. Enquanto para Harris a principal causa da migração dos “nativos” de Moçambique para as minas sul-africanas era a fuga do *chibalo*,¹⁵⁴ Rita-Ferreira minimizava as consequências nefastas do trabalho forçado e defendia que a migração dos moçambicanos para trabalhar nas minas sul-africanas possibilitava uma integração econômica moderna positiva e o alcance de um nível de vida melhor para os “indígenas”. Profundo conhecedor da etno-história do

¹⁵³ Constituem um importante legado da sua estadia em Moçambique (Ver. MACAGNO, 2016, p. 2).

¹⁵⁴ Expressão *changana* do sul de Moçambique para se referir ao trabalho forçado.

Moçambique pré-colonial, Rita-Ferreira “argumentava que as causas dessas migrações deviam ser buscadas em processos anteriores à presença portuguesa” (idem, p. 96).

Segundo Rita-Ferreira “(...) Marvin Harris cometeu um erro que lhe foi fatal. Entrou em contacto com figuras da oposição ao regime [é o caso de António de Figueiredo]”.¹⁵⁵ Harris (assim como o historiador James Duffy) é um dos primeiros académicos internacionais a denunciar o colonialismo português. Devido às críticas ao sistema colonial português e desconforto deste último em relação às mesmas, Harris fora considerado *persona non grata* e expulso de Moçambique. Marvin Harris e o nacionalista moçambicano Eduardo Mondlane estreitaram grandes relações de amizade (até a morte deste último) e manifestou seu apoio e solidariedade à causa da FRELIMO (MACAGNO, 2016, p. 18).

Martha Binford, nasceu em 1939, em Washington, D.C. e recebeu educação na América Latina e EUA. Estudou na *Radcliffe College*. Obteve B.A. da *Portland State University* em Antropologia e Literatura, em 1965 e Ph.D. em Antropologia da *Michigan State University* em 1971. A sua tese sobre mudança de valores culturais, intitulada *Stalemate: A Study of Cultural Dynamic* baseou-se em dois anos de trabalho de campo como uma N.I.M.H. Fellow, entre os *Rongas* do Sul de Moçambique. Binford tornou-se Professora Assistente de Antropologia na *Wayne State University, Detroit, Michigan*, de 1971 a 1974 e, depois, Professora Assistente de Antropologia da *University of Michigan, Dearborn* (BHARATI, 1976, p. 507).

É bastante difícil achar escritos biográficos ou até pesquisas sobre a trajetória intelectual de Martha Binford, porém, o seu ex-marido Glenn Morris num livro que publicou, intitulado *Path Notes of an American Ninja Master* (1993),¹⁵⁶ apresenta uma breve descrição. Segundo ele, a antropóloga Martha Binford teve uma maravilhosa infância - cresceu entre os povos indígenas Quéchua do Peru, já que seu pai, William Howland Butler, foi um funcionário público profissional e embaixador em muitos países da América do Sul, após a Primeira Guerra Mundial. Glenn Morris (1993) conta que Binford ensinou-lhe a ser um observador participante:

Algumas das histórias que Martha me contou sobre ela foram verificadas por outros membros da família. O pai dela foi cirurgião geral da Índia e dos mares da China nos tempos da diplomacia de canhões, e a mãe de Martha conseguiu interagir com algumas pessoas muito estranhas quando ela estava crescendo. Essa abertura a fenômenos esotéricos levou Martha a fazer amizade com um feiticeiro ou xamã do sexo feminino

¹⁵⁵ Consultar <http://www.antoniorita-ferreira.com/pt/posfacio>.

¹⁵⁶ Que pode ser livremente traduzido como Notas do caminho de um mestre ninja americano.

quando estava fazendo sua pesquisa de campo antropológico em Moçambique para o doutorado (MORRIS, 1993, p. 212).¹⁵⁷

Lorenzo Macagno (2014)¹⁵⁸ baseado em relatos de António Rita-Ferreira refere que Martha Butler Binford ficou gravemente doente durante seu trabalho de campo em Moçambique. Mas ela terminou com sucesso sua tese. Após o casamento com Glenn Morris, nos anos 70, ela passou a assinar os seus trabalhos como Martha Binford Morris.

Embora não tenha acessado a monografia de Martha Binford Morris, é possível constatar, através do artigo *A Rjonga Curing Ritual: A Causal and Motivational Analysis* (1976), de sua autoria, que a pesquisa permitiu-lhe observar (finais dos anos 1960) que a cultura dos *Ronga* passava por rápidos processos de mudança, e que apesar disso, eles mantinham simultaneamente muitas de suas práticas vivas. Como ela argumenta, idealmente os *Ronga* mantinham linhagens e clãs patrilineares, observando a regra de residência patrilocal e a prática da exogamia na aldeia (BINFORD-MORRIS, 1976, p. 241). No âmbito especialmente religioso, ela percebeu que quase todos os rituais dos quais os *Ronga* participavam eram majoritariamente de cura. Entretanto, reconhece não ter conseguido discutir as maneiras e as razões pelas quais as crianças aprendem sobre as crenças de seus pais e como essas crenças são reforçadas. Porém, são esses processos em transformação que para ela explicam, em grande medida, um novo conjunto de necessidades que estão sendo apreendidas. Apesar dos *Ronga*, disporem de novos meios para satisfazerem os seus objetivos de segurança e prestígio, ela observou que as crianças são ainda consideradas as “maiores riquezas do africano” e o meio principal de obtenção de segurança e prestígio (idem, p. 259).

Assim como Emily Dora Earthy, Martha Binford Morris recorre a Junod em suas argumentações, ora para criticá-lo, por exemplo em relação ao uso inapropriado da categoria *Tsonga*, demasiado genérica, ora para concordar com ele em alguns dos aspectos abordados, como a prática dos diferentes rituais que observou. No seu trabalho é possível perceber também uma certa preocupação com as mulheres e crianças, o que revela uma sensibilidade etnográfica para temas ainda marginalizados no campo antropológico.

Passo agora a apresentar David Joseph Webster. Nasceu em 1944 e cresceu nas minas de cobre da Rodésia do Norte (atual Zâmbia), onde seu pai era mineiro. Mais tarde, sua família imigrou para a África do Sul, onde escolheu seguir a carreira em Antropologia. Ele se envolveu

¹⁵⁷ Tradução pessoal e livre do original em inglês.

¹⁵⁸ Disponível em: <https://networks.h-net.org/node/7926/discussions/24751/obit-antnio-rita-ferreira-1922-2014>.

ativamente na luta *anti-apartheid* e o seu primeiro ato foi um protesto em 1965 na *Rhodes University*, onde estudava. Tal manifestação foi nas escadas da biblioteca, contra a decisão do Conselho da Cidade, que impedia estudantes negros de assistir ao primeiro time de *rugby* da Universidade (SAHO, 2011).¹⁵⁹

Walter Felgate, professor de Antropologia na *Rhodes University* nos anos 1960, foi quem encorajou David Webster, um dos seus alunos de licenciatura na época, a desenvolver trabalho de campo em Moçambique, onde os estudos etnográficos eram escassos e dispersos no tempo. David Webster e sua jovem esposa Glenda, foram ao convite e companhia de Walter ao Sul de Moçambique a fim de estabelecerem contato com os responsáveis da administração local e autoridades tradicionais. Desta forma obtiveram autorização para desenvolvimento de um estudo antropológico na região, conhecida como Mucumbini, no interior de Inharrime (WEBSTER, 2009, p. 417).

Em 1969, David Webster iniciou a primeira de uma série de longas estadas de terreno entre os chopos. Esta primeira imersão ao campo, de onze meses em três povoações rurais da bacia inferior do Rio Inharrime foi prolongada por repetidas visitas mais curtas que realizou até 1972, totalizando quinze meses de trabalho de terreno. Realizou o seu trabalho de terreno, num contexto¹⁶⁰ em que se verificava um relativo abrandamento da violência inter-racial, o que facilitou as suas tentativas de estudar os *chopos*, vivendo sem grandes problemas entre as populações rurais. Na África do Sul, onde a agressividade inter-racial crescia em violência na época, teria encontrado dificuldades enormes (PINA-CABRAL, 2009, p. 21-22).

Webster fez um trabalho de campo com longa e intensa observação participante, com conhecimento da língua local e escrita à luz das correntes antropológicas mais sofisticadas da sua época.¹⁶¹ O detalhe e a sensibilidade com que estuda as instituições como as vicinalidades, os xarás ou as facções políticas continuam até hoje a ser modelares da prática etnográfica em qualquer lugar do mundo. Desde então, argumenta Pina-Cabral (2009), a guerra civil¹⁶² moçambicana veio alterar profundamente a sociedade rural, mas também as ocasiões para a realização de obras antropológicas deste calibre e profundidade ocorre com maiores

¹⁵⁹ Disponível em: <https://networks.h-net.org/node/7926/discussions/24751/obit-ant3nio-rita-ferreira-1922-2014>.

¹⁶⁰ Entre 1969 e 1976.

¹⁶¹ Embora Webster (2009a) argumente que na sua pesquisa não se baseia exclusivamente em determinada orientação te3rica, mas no recurso a v3rias fontes, h3 uma tend3ncia te3rica predominantemente estrutural-funcionalista (estudo da morfologia social). Ainda assim, reconhece a complexidade da vida social em rela33o aos modelos te3ricos que tendem a fixar e retratar as sociedades de forma equilibrada.

¹⁶² Entre 1977 e 1992.

dificuldades. O estudo detalhadíssimo da sociedade rural *chope*, desenvolvido por Webster assume um valor único como documento histórico de um período e de uma forma de vida que continuam a fazer parte do legado histórico moçambicano (PINA-CABRAL, 2009, p. 22-23).

A tese de doutorado de Webster enfocou o tópico antropológico tradicional do parentesco entre os *chopes*. Seu trabalho de campo, permitiu-lhe observar os efeitos do trabalho migrante, levando-o a explorar questões relacionadas com a história social da tuberculose e as causas sociais da desnutrição. Seu uso de métodos de pesquisa antropológica para conviver com o povo como pesquisador o expôs à exploração direta de trabalhadores negros pelo governo e empresas coloniais. É esta vivência que o possibilitou integrar a sua crítica acadêmica das políticas governamentais ao ativismo político anti-apartheid (SAHO, 2011).

Em 1970, David Webster ingressou na *Universidade de Witwatersrand* (WITS) como professor de Antropologia. A última tentativa de visitar Moçambique foi em 1976, ainda no calor do período da Independência (1975), que falhou por uma trágica falta de compreensão por parte das novas e inexperientes autoridades, que não souberam interpretar as motivações benévolas do jovem trio de acadêmicos brancos do qual David Webster fazia parte. Nesse contexto, foram presos e expulsos por fotografarem as mulheres que passavam pelas ruas vestidas com capulanas vistosas gravadas com a imagem de Samora Machel (PINA-CABRAL, 2009, p. 22).

A reputação de David como antropólogo cresceu rapidamente na África do Sul e no exterior. Em 1976, ele foi convidado a dar palestras por dois anos na Universidade de Manchester, retornando para WITS em 1978. A detenção de alguns de seus alunos em 1981, catapultou David para o papel que levou ao seu assassinato (SAHO, 2011). Além da comunidade Universitária, foi particularmente na arena do ativismo *anti-apartheid*, que Webster parece ter deixado sua marca mais significativa. O seu assassinato ocorreu nove meses antes de Nelson Mandela ser libertado da prisão (JAMES, 2009a; 2009b). Em 1992, a WITS nomeou um novo *Hall of Residence* para estudantes em sua homenagem (SAHO, 2011).

Finalmente apresento Gerhald Liesageng. Nascido em Bromberg/Bydgoszcz, uma cidade da Polônia, numa região presentemente chamada *Kujawy*, no ano de 1940. Bromberg é situada perto do pequeno rio Brahe, há 200 quilômetros a leste que Frankfurt, e tinha sido ocupado pela Alemanha Nazista em 1939, depois da divisão deste país conforme um tratado com a União Soviética. De 1959 até 1964 estudou em Colônia, Berlim-Oeste (Universidade Livre em Dahlem) e Londres, levando quatro anos para investigar e acabar de escrever a sua

tese de doutorado. Durante o seu período de formação, frequentou o seminário superior na Antropologia, estudou pré-história, sociologia entre outras áreas afins. Em Londres, de 1963-64, foi supervisionado por Isaac Schapera, na *London School of Economics*, que lhe orientou para Moçambique, uma área desconhecida. Frequentou também o seminário do antropólogo social Raymond Firth, teve aulas com Robin Fox, e aproveitou para passar por Paris no caminho, para fazer alguns contatos. No segundo semestre, aproveitou-se também do seminário da SOAS, aonde estava Phillip Gulliver entre os africanistas, e da *University College*, com Mary Douglas ainda e Daryll Forde, Diretor do *International African Institute* (IAI). Realizou trabalho de arquivo em Londres e Lisboa (de 1964 a 1966), escrevendo de 1964 a 1966 a tese na Alemanha. Sua primeira publicação saiu em 1966, baseada em trabalho de arquivo e interesses na História da Etnografia de Jorge Dias. Teve apoio de Maria Margarida Oliveira (sua amiga) na reformulação do texto em Português (LIESEGANG, 2012).

Seu primeiro trabalho de campo etnográfico-antropológico foi em 1968, em Guadalupe - Espanha, com um grupo de estudantes depois de excursões que lhe tinham levado à Iugoslávia (Croácia, Montenegro e Kosovo), Grécia (1960), Suécia e Noruega (1961), especialmente para ver Lapões e a arte rupestre escandinava da idade bronze, quando já havia barcos construídos de pranchas. O trabalho em Moçambique tinha sido preparado com visitas para estudar documentos de arquivo em 1968, em Genebra (Diários de Georges Louis Liengme) e Lisboa (Mapas do Centro de Estudos de Cartografia Antiga). Em Moçambique realizou investigação de campo e de arquivo em 1969 e 1971, viajando com o geólogo Rudolf Förster, em 1969, até Nova Sofala e à Ilha de Moçambique, passando por Morrua e Nampula. Em 1971 foi novamente até Nova Sofala, andando na zona costeira desde Inhambane e para Espungabera, Mapungwana e Mandlakazi, vindo de Salisbury (Harare) para aonde tinha viajado de carro através da África do Sul (LIESEGANG, 2012).

Em 1977, Gerhard Liesegang começa a trabalhar na Universidade Eduardo Mondlane, lecionando História de Moçambique e História de África nas Faculdades de Letras e Educação, História Econômica de Moçambique na Faculdade de Economia. Trabalho que não continuou porque a Faculdade decidiu cortar História e Geografia e concentrar-se no *core business*. Em 1978, pós-colonialismo, Liesegang efetuou visitas de campo à província de Gaza (Alto Changane) em contato com o antropólogo português José Fialho Feliciano. Desde então, a vida académica de Liesegang foi sempre caracterizada pela docência e investigação em Moçambique, entre a Faculdade de Letras (Departamento de História e Departamento de

Arqueologia e Antropologia) e o Arquivo Histórico de Moçambique. Em 2007 foi nomeado Diretor Adjunto para áreas de Investigação e Extensão da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM, em 2008 se tornou Diretor interino e depois adjunto do CAP (Centro de Avaliação de Políticas) da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (idem).¹⁶³

Neste capítulo procurei apresentar na medida do possível um panorama geral, embora bastante recortado dos estudos antropológicos realizados no Moçambique colonial, no período que abrange a Conferência de Berlim até a Independência do país, tanto no âmbito dos oficialmente financiados, quanto dos que por iniciativa própria foram desenvolvidos por residentes portugueses nas colônias, missionários e pesquisadores/as estrangeiros/as. Muitos desses estudos, permanecem interessantes, talvez não tanto pelas análises teóricas, mas pelo potencial etnográfico de alguns deles e de possibilidade de novas leituras a que esses materiais podem ser submetidos, os que considero aqui como sendo de uma linha de produção “independente” e os oficiais.

Os elementos aqui passados em revista revelam o lugar importante que Moçambique ocupa na história da Antropologia e as contribuições feitas a partir desta região etnográfica da África Austral de um modo geral, que se pode explicar pela presença de antropólogos de renome internacional que por aquela região transitaram e/ou permaneceram. Percebe-se, com base no período aqui analisado, a variedade de Antropologias ou de abordagens teóricas e metodológicas que os pesquisadores/as da época fizeram recurso para a produção das suas pesquisas, mas também, os usos diversos e ambíguos para os quais a Antropologia pode ser mobilizada, sendo equiparável a uma faca de gumes. A colonialidade do saber antropológico, desde então até ao presente, marcou decisivamente, “um quadro de segmentação, classificação e hierarquização das sociedades africanas, dramaticamente expresso nos anos da guerra (...) pós-independência e em parte do discurso que enforma a tensão política dos últimos anos em Moçambique (PEREIRA, 2016, p. 342).

No próximo capítulo abordo a produção antropológica no período pós-independência, central para compreensão das reflexões que apresento na sequência.

¹⁶³ Para mais detalhes sobre sua biografia ver Liesegang (2012) disponível em: https://www.academia.edu/10357417/Gerhard_Liesegang_autobiographical_sketch_and_publications. Também entrevista que concedeu ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil em 2008: <https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/gerhardliesegang>.

4 O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DE MOÇAMBIQUE APÓS A INDEPENDÊNCIA, O ENSINO SUPERIOR E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

A história recente de Moçambique é, genericamente, dividida em dois grandes momentos, tendo quase sempre como pressuposto a orientação político-econômica dominante: assim, teríamos um primeiro momento que iria de 1975 a inícios da década de 90 e um segundo momento desde essa altura até aos nossos dias. (NOA, 2011, p. 226)

No capítulo anterior abordei de um modo geral a produção antropológica em Moçambique no contexto da colonização portuguesa. Nele, aponte para as (des)continuidades dessa produção ainda que, aparentemente, dentro de um mesmo contexto político - o colonial - mostrando, por um lado, como esse contexto se apropriou da Antropologia e influenciou um certo modo de produção ou abordagem, mas por outro lado, como se fizeram “usos” distintos e até contraditórios da disciplina, tanto por parte de alguns funcionários da administração colonial, assim como, de outros/as agentes, especialmente missionários/as protestantes e pesquisadores/as estrangeiros/as. Isto mostra que, “uma disciplina pode ter o mesmo nome em diversos momentos sem que mantenha necessariamente o mesmo conteúdo ou mesmo objetivo” (PEIRANO, 1999, p. 3).

Neste capítulo apresento um panorama geral do contexto sociopolítico de Moçambique após a independência, uma breve trajetória do ensino superior no país, assim como da emergência das Ciências Sociais de um modo geral, com foco no papel do Centro dos Estudos Africanos (CEA) e nos desafios, tanto do ensino superior como das Ciências Sociais na contemporaneidade. Farei esse exercício estruturado em três itens. No primeiro, apresento o contexto pós-independência que vai de 1975 aos anos 1990, no segundo, apresento a trajetória do ensino superior e, no terceiro, a emergência das Ciências Sociais e seus desafios na atualidade.

4.1 O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DE MOÇAMBIQUE APÓS A INDEPENDÊNCIA, 1975 ATÉ 1990

Moçambique, nasce como um país independente do colonialismo português em 25 de junho de 1975. Junto com a nova nação, uma “nova economia moral” (FASSIN, 2016).¹⁶⁴ Dois

¹⁶⁴ Por economia moral, entende-se: “a produção, a reprodução, a circulação e a utilização de emoções e valores, de normas e de obrigações no espaço social” (FASSIN, 2016, p. 19). A economia moral está no nível macrossocial

processos estruturantes marcaram a história recente de Moçambique do ponto de vista social e político. O primeiro deles, foi a Luta de Libertação Nacional¹⁶⁵ encabeçada pela FRELIMO,¹⁶⁶ que assumiu a formação de confronto armado com o regime colonial vigente a partir de 1964.¹⁶⁷ Esse processo culminou com a declaração da independência, por Samora Moisés Machel¹⁶⁸ e a instauração de um regime político de partido único pela FRELIMO. O segundo foi a guerra civil que eclodiu imediatamente após a independência (1977), opondo a Frelimo e a RENAMO,¹⁶⁹ cujo prolongamento durou até 1992, quando as partes envolvidas no conflito, assinaram em Roma o Acordo Geral de Paz (BRITO, 2010a, p. 50-51).

A Luta Armada de Libertação Nacional (LALN) foi resultado das tentativas de diálogo político, inviabilizadas pelo governo colonial português, fazendo com que um grupo de moçambicanos de diferentes regiões da então colônia, mobilizados pelos seus sentimentos políticos e morais,¹⁷⁰ decidisse pelo recurso às armas para conquistar a sua liberdade (CABAÇO, 2002). Aqui é importante destacar que a decisão pelos processos de descolonização das colônias não foi profundamente influenciada pelas transformações dentro da potência colonial portuguesa como alguma literatura historiográfica hegemônica sugere, mas o contrário,

e, no nível microssocial está o que o autor chama de “subjektividades morais”. Esta última noção, entendida enquanto valores e afetos envolvidos nas questões e dilemas éticos concretos enfrentados pelos agentes na resolução dos problemas produzidos no âmbito macro, da economia moral (FASSIN, 2013, p. x). Nesse contexto, “a nova economia moral” visava como mostro a construção de uma sociedade nova.

¹⁶⁵ Que constitui hoje um importante campo de estudo da História de Moçambique (DARCH, 2019).

¹⁶⁶ Formalmente criada em 1962, no âmbito do Iº Congresso realizado em Dar-es-Salam, Tanzânia. A FRELIMO surgiu da unificação de diferentes organizações que, individualmente, haviam se mostrado incapazes de levar a diante um projeto político consequente e de âmbito nacional (CABAÇO, 2002, p. 385). Ao longo do texto uso a grafia FRELIMO, em letra maiúscula para me referir ao movimento (1962-1976) e Frelimo em minúscula para me referir ao partido, que se tornou após o seu IIIº Congresso, realizado em 1977.

¹⁶⁷ Esta guerra durou dez anos. A sua última etapa, consistiu nas negociações entre Portugal e a FRELIMO, resultando na assinatura dos Acordos de Lusaka, em 7 de setembro de 1974.

¹⁶⁸ Primeiro Presidente de Moçambique independente.

¹⁶⁹ Resistência Nacional de Moçambique, movimento que surge logo após a independência, em oposição ao poder da FRELIMO, financiado pelos regimes fascistas da então Rodésia e África do Sul. O seu objetivo era desestabilizar Moçambique, pelas suas posições políticas antirracistas e anticoloniais. Estas posições renderam ao Estado moçambicano, sanções econômicas e políticas em jeito de sabotagens às infraestruturas fundamentais como: estradas, hospitais, escolas, caminhos de ferro, edifícios governamentais, armazéns, aldeias rurais etc. e assassinatos de intelectuais e políticos (MOTA, 2016). Após os Acordos de Paz, em 1992, transformou-se no principal partido da oposição. A grafia da sigla em letras maiúsculas se refere ao movimento e em minúsculas ao partido.

¹⁷⁰ A noção de “sentimentos morais” é concebida aqui da mesma forma que é pelo antropólogo francês Didier Fassin, enquanto “as emoções que nos conduzem ao desconforto dos outros e nos fazem desejar corrigi-las” (FASSIN, 2016, p. 9). No contexto específico em que o autor se vale desta noção - análise do governo humanitário - diga-se muito diferente do contexto aqui analisado, os sentimentos morais “são uma energia essencial das políticas contemporâneas” (ibidem). Neste caso, trata-se de emoções que não só conduziram ao desconforto dos outros para corrigi-lo, como esse desconforto era dos próprios que procuravam a correção, que só se alcançaria com a libertação de Moçambique, ou seja, da terra e do povo moçambicano. Portanto, havia uma justificativa não só política, como também moral para seguir pela via da luta armada como um caminho justo.

foi a pressão para as independências nas colônias que forçou a mudança do regime em Portugal, reconhecendo, contudo, a natureza dialética dos processos históricos. Como argumenta Boaventura de Sousa Santos (2012, p.24) “no que respeita ao processo de descolonização de Moçambique, a turbulência própria da criação de um país novo sobre as ruínas do colonialismo ocorreu em paralelo com a turbulência da reconstrução da democracia num Portugal privado dela durante quase meio século pelo obscurantismo ditatorial de Salazar”.

O início da Luta Armada de Libertação Nacional em Moçambique é assinalado por vários/as autores/as (CABAÇO, 2007; JOÃO e CHONGO, 2015; GÓMEZ, 1999; CASTIANO e NGOENHA, 2013; MAZULA, 1995)¹⁷¹ como sendo igualmente o início do processo de construção da nação moçambicana e, portanto, também da moçambicanidade - uma identidade nacional - *Nation Building* (PEIRANO, 1999).¹⁷² Como afirmou o sociólogo moçambicano Luís de Brito, embora a Frelimo desde muito cedo, tenha desenvolvido um discurso revolucionário, de inspiração marxista, a sua luta pela independência, foi fundamentalmente nacionalista (BRITO, 2010a; 2019 [1992]; MACAGNO, 2009). Assim, o nascimento do projeto nacional em Moçambique está, como argumenta Severino Ngoenha, “indissociavelmente ligado aos nomes de Eduardo Mondlane e da Frelimo” (NGOENHA, 2010, p. 23).

A sociedade moçambicana sofreu com o cruel processo de exploração, com as brutalidades da chamada “guerra colonial” e da forte repressão, assim como, com os traumatismos de uma guerra de agressão, que nos meados dos anos 1980, assumiu os contornos de uma guerra civil. Também, foi com atormentada pela violência das rápidas e radicais transformações sociopolíticas que afetaram o país de forma profunda, deixando marcas indeléveis na vida do povo moçambicano (CABAÇO, 2002, p. 353).

A independência de Moçambique, constituiu um momento de viragem da anterior ordem política, econômica, social e cultural para uma nova. Como argumenta Maria Paula Meneses, “o fim da presença colonial portuguesa em Moçambique significou o reorganizar político e cultural do tecido social presente no território” (MENESES, 2013, p. 187). Nesse contexto, uma série de transformações vão marcar todas as esferas da sociedade moçambicana (CASTIANO e NGOENHA, 2013, p. 46). Uma nova estrutura governativa assente na

¹⁷¹ Para citar apenas alguns.

¹⁷² Este termo nomeia a forma como o processo de construção de estados-nação é conhecido na literatura antropológica inglesa, noção igualmente apropriada nos trabalhos de língua portuguesa.

orientação socialista é montada; a educação¹⁷³ e a saúde foram no âmbito dessa orientação nacionalizadas ou estatizadas; o novo Estado em construção reordenou os assentamentos territoriais rurais e era ele mesmo o centro dinamizador dos processos de desenvolvimento econômico (JOÃO e CHONGO, 2015; CASTIANO e NGOENHA, 2013; MAZULA, 1995; MATSINHE, 2005; MACUANE, 2001; NGOENHA e CASTIANO, 2010; CASTIANO, 2005). Estas iniciativas e medidas tinham como objetivo garantir que toda a população moçambicana tivesse acesso igualitário aos bens e serviços públicos e participassem na gestão da coisa pública, direitos que lhes tinham sido negados no período colonial.

Os primeiros quatro anos de liberdade em Moçambique (1974 - 1977), para o filósofo (da educação) moçambicano Brazão Mazula, “podem ser considerados como anos de afirmação de poder em quase todos os níveis” (MAZULA, 1995, p. 147). Entretanto, o autor argumenta que a elite dirigente da Frelimo e a população em geral compreendiam de forma diferente tal afirmação. Para a população expressava-se, imediatamente na forma de abertura de escolas, postos de saúde, retomada de terras férteis que tinham sido apropriadas pelos colonos. Mas, para a Frelimo, ela significava, sobretudo, a expansão de sua hegemonia política em todo o território nacional e na alteração profunda das relações sociais com implicações na mudança de mentalidade e de comportamento, articulada tanto na infra como na superestrutura.

O sucesso dessa mudança projetada pela Frelimo era dependente da participação de todo o povo, como argumentava o presidente Samora Machel: “Só com a participação de todos liquidaremos os vestígios coloniais, as sequelas coloniais, e criaremos a mentalidade revolucionária, a sociedade revolucionária, desenvolveremos a teoria revolucionária, tomando em consideração a prática” (MACHEL, 1975 apud MAZULA, 1995, p. 147). A euforia pela vitória da FRELIMO e a aclamação popular de que ela foi objeto logo após a independência, segundo o antropólogo moçambicano Cristiano Matsinhe, caracterizou a governação e contribuiu para a criação de um sentimento de onipotência “chamando para si a responsabilidade de governar o país através de estruturas altamente hierarquizadas e centralizadas, com amplo recurso à força e à violência para ‘corrigir’ o que eram considerados ‘diretrizes’ traçadas pelo Partido e pelo Governo (MATSINHE, 2005, p. 29-30).¹⁷⁴

¹⁷³ A “educação e justiça eram temas que despertavam grandes emoções e mobilizavam muitos pensadores, em vista do carácter exclusivista e reprodutor de estruturas excludentes que essas áreas possuíam no período colonial” (MOTA, 2016, p. 197). E, “foi, de fato, no campo da educação onde se desenvolveram grandes batalhas ideológicas de Moçambique independente” (MACAGNO, 2009, p. 19).

¹⁷⁴ Exemplos dessas estruturas altamente hierárquicas e centralizadas foram as políticas de desenvolvimento rural adotadas, que levaram à criação das *Aldeias Comunitárias* e das campanhas de *Operação Limpeza* (1974-1982) e

Nesse contexto, “a mobilização política situava-se na palavra de ordem de contato direto com as massas, para assegurar o seu enquadramento e engajamento políticos, no processo de transformação da realidade e da mudança social, e levar o Povo a assumir o projeto político, particularmente o educacional e, através dela, a ‘democracia política’” (MAZULA, 1995, p. 147). Dentro de um regime monopartidário, a Frelimo tentou criar uma nação socialista moderna e a todo custo romper com as heranças coloniais. O Estado desta Primeira República, defende o filósofo moçambicano Severino Ngoenha, “pecava pela sua *pan-presença*. Ele decidia pela educação, pela saúde, pela moral pública e individual, pela justiça, pelos valores individuais e coletivos. E para isso, combatia os alicerces individuais e culturais dos indivíduos e grupos” (NGOENHA, 2010, p. 17).

Após a independência, Moçambique herdou um aparelho de Estado cujas estruturas permaneciam coloniais e que o governo de transição não conseguiu transformar (GÓMEZ, 1999, p. 205).¹⁷⁵ Cristiano Matsinhe, argumenta que “as infraestruturas deixadas pelo colonialismo eram frágeis e essa deficiência terá sido agravada por atos de sabotagem perpetrados pelos vencidos colonizadores ocorridas no período de transição, que deixaram as poucas unidades industriais existentes no país quase inoperacionais” (MATSINHE, 2005, p. 29). No campo educacional, só para citar um exemplo, o país herdou um dos sistemas mais subdesenvolvidos da África: cerca de 98% da população moçambicana não sabia ler e escrever (CASTIANO e NGOENHA, 2013, p. 12). Essa herança é também evidente no campo da produção científica em todas as áreas do saber. No campo das Ciências Sociais de modo geral (e da Antropologia em particular) - que abordaremos na sequência deste capítulo - há uma flagrante ausência de produção científica após a independência do país. Por isso, Ana Loforte, num texto publicado em 1987, afirma o seguinte:

Operação Produção (1982-1988) (ver MACHAVA, 2018). As *Aldeias Comuns* consistiam em modos comunais de produção visando o desenvolvimento socialista das zonas rurais. A *Operação Limpeza* foi uma campanha de limpeza de pessoas consideradas antissociais e prostitutas - “dos degenerados” - das cidades, realizada no âmbito de um programa de “reeducação” desenhado pelo regime governativo da Frelimo (MACHAVA, 2018, p.85). A *Operação Produção* foi uma campanha, levada a cabo pelas autoridades policiais que consistiu na transferência, no deslocamento forçado e arbitrário, da cidade para o campo, de milhares de cidadãos que o regime Frelimista considerava como desempregados e improdutivos. Estes eram levados ao campo para cultivar a terra, entendida como forma de ocupação socialmente produtiva (HONWANA, 2002; QUEMBO, 2017; MACHAVA, 2018; BRITO, 2019). O trabalho como muito bem observou João Carlos Colaço (2001), constitui um elemento fundamental para a inserção ou integração dos moçambicanos, tanto no período colonial (assimilação e trabalho forçado) como pós-colonial (formação do homem novo - socialista).

¹⁷⁵ Governo provisório formado por dirigentes da FRELIMO e representantes do governo português, que tomou posse a 20 de setembro de 1974. Este governo visava garantir as condições para a transferência progressiva de poderes para a FRELIMO, conforme o estipulado nos Acordos de Lusaka (GÓMEZ, 1999, p. 197).

Tornou-se clara a necessidade de reunir esforços no campo da Antropologia, sociologia, economia, e outras ciências sociais, dada a falta de investigação sociológica em Moçambique. Os limitados recursos em termos de formação de quadros e investigação exigiam a definição de uma estratégia que sirva e garanta as necessidades de transformação socialista. O limitado quadro teórico de Antropologia clássica não fornece neste domínio informações relevantes (LOFORTE, 1987, p. 1).

O excerto que acabo de citar, evidencia outra herança do colonialismo: a ausência de quadros formados. Miguel Buendía Gómez, argumenta que o governo de transição, “tentou assegurar a permanência dos funcionários públicos, na sua maioria de origem portuguesa, pois a sua saída massiva ameaçava paralisar as instituições públicas e criar uma situação caótica” (GÓMEZ, 1999, p. 205). O governo português tinha igualmente interesse que estes funcionários permanecessem para evitar fluxo intensivo de pessoas para lá que não dispunham de condições de receber. Assim, como forma de evitar essa situação extrema, a FRELIMO fez um acordo com o governo português e criou condições favoráveis à permanência em Moçambique desses funcionários portugueses. Entretanto, a correlação de forças que caracterizava a conjuntura, não favorecia a FRELIMO e seu projeto de construção de uma sociedade fundada sob novas bases - socialistas - embora nesse período se usasse a palavra revolução e não se falasse ainda de socialismo. Esta última é oficializada dois anos após a independência, em 1977, no âmbito do III Congresso da FRELIMO. Moçambique contava com poucos recursos humanos e confrontou-se com uma grande resistência que os sectores coloniais ou a eles ligados oferecia, sem falar do próprio governo de transição que era misto, formado pela FRELIMO e Governo Português (idem, p. 206-207).

Assumido o poder do Estado em 1975, a FRELIMO herdou uma máquina burocrática cuja composição incluía funcionários estranhos ao projeto político e ideológico que se pretendia construir, portanto, contrária à democratização da sociedade moçambicana e ao plano de escangalhamento do aparelho de Estado colonial. Nesse novo contexto, muitos desses funcionários portugueses, por considerarem humilhante serem governados por moçambicanos pretos, abandonaram o país. Aqui é importante lembrar que na base do colonialismo está o racismo (GROSGUÉL, 2019; MALDONADO-TORRES, 2019; OYĚWÙMÍ, 2019 [2002]; CARVALHO, 2019). É este racismo que fez com que estes portugueses não aceitassem a ideia de serem dirigidos por aqueles que eles consideravam primitivos e inferiores e decidissem regressar à Portugal. Como consequência dessa saída, Moçambique viu-se sem quadros, sem profissionais capazes de assegurar o funcionamento das instituições em todas as áreas, especialmente nas consideradas básicas, como saúde, educação e agricultura, mas também, sem

recursos financeiros. Portanto, a falta de recursos humanos qualificados e financeiros para a operacionalização da economia e gestão do país, agravou o quadro (MATSINHE, 2005).

No momento da independência, de acordo com Brazão Mazula (1995), o país possuía (e ainda possui) contrastes¹⁷⁶ na sua composição social do ponto de vista demográfico, econômico, linguístico e religioso. Do ponto de vista demográfico, há províncias muito extensas e menos populosas como Niassa, por exemplo (no norte do país), que apesar de extensa tem uma menor densidade populacional. Em relação à economia encontram-se regiões onde, pela fertilidade das terras, as populações dedicam-se mais à prática da agricultura, enquanto em outras predomina a prática da criação de gado e pesca. Assim, Mazula argumenta que:

Em zonas de economia baseada em agricultura e gado, a participação das crianças em atividades agrícolas e de pastagem começa muito cedo, aos sete anos de idade. A essa participação está ligada à prática de ritos de iniciação à vida, mais rigorosa numas zonas que noutras. Há regiões não favoráveis à atividade agrícola extensiva, mas com potencialidades turísticas, pelas suas praias, como a província de Inhambane (MAZULA, 1995, p. 123).

Outros contrastes, identificados por Mazula nesse momento, resultaram da política de desenvolvimento colonial, produtora de desigualdades na distribuição de infraestruturas a nível do país. Nesse contexto, províncias havia, e mesmo dentro de uma mesma província, distritos, com mais infraestruturas econômicas (grandes cidades com fábricas, caminhos-de-ferro) e sociais (grandes escolas e hospitais) do que outras/os. Geralmente, essas infraestruturas eram construídas “no litoral e no Sul do país, que serviam também de muralha de defesa à penetração dos árabes do litoral para o interior, nos séculos XV a XVII e da expansão de ingleses e holandeses do Sul para o Norte, no século XIX” (idem, p. 124).

No âmbito da educação e saúde, essa desigualdade na distribuição de infraestruturas refletiu-se no maior número de escolas e hospitais ou centros de saúde nas cidades do que no meio rural. José Castiano e Severino Ngoenha (2013) argumentam que o acesso à educação e à formação, era mais difícil no campo do que nas cidades. Segundo eles, “em alguns casos, as escolas primárias do campo funcionam com uma só classe. Pelo contrário, encontramos nas

¹⁷⁶ Esses contrastes permanecem evidentes até hoje. O último Censo de 2017, por exemplo, aponta em termos demográficos que a maioria da população mora no meio rural, é composta por jovens e mulheres. Do ponto de vista religioso a maioria é cristã. As duas províncias (Zambézia e Nampula) mais populosas do país localizam-se nas regiões centro e norte do país. A taxa de analfabetismo é mais acentuada no meio rural, as mulheres são as que menos tem acesso à educação e também são as mais excluídas no âmbito da inclusão financeira etc. (INE, 2019). Ou seja, apesar dos grandes avanços, persistem ainda enormes desafios: o combate à pobreza, às desigualdades sociais e de gênero, às diversas formas de violência, a promoção da cidadania e do bem-estar da população de Moçambique.

idades escolas modernas, bem apetrechadas, em que frequentavam fundamentalmente os filhos da população branca e dos assimilados” (CASTIANO e NGOENHA, 2013, p. 54).¹⁷⁷ Infelizmente, essa realidade da distribuição desigual das infraestruturas persiste, apesar do contexto sociopolítico e os desafios serem outros na atualidade.

Em relação as línguas faladas no momento da independência, o universo era predominantemente Bantu (e continua), tendo sido identificados no censo de 1980, dezesseis grupos étnicos e vinte e quatro línguas. Dessas, sete eram faladas por metade da população. Nesse momento apenas 24,4% da população falava português (adotado como língua oficial, estrategicamente após a independência) e 1,1% a tinha como língua materna. A percentagem maior (47,5%) da população falante do português situa-se na faixa etária dos 15 e 24 anos de idade; a pequena percentagem de alunos entre os 7 e os 14 anos que ingressava no ensino primário se expressando em português correspondia a 32,0% (MAZULA, 1995, p. 124). Em relação a esta complexidade linguística do país, Brazão Mazula argumenta:

Trabalhos antropológicos e linguísticos de António Ribeiro, Pires de Prata (1960), G.M.M. Cuppen (1974), Francisco Lerma (1987), Iraê Lundin (1986), etc. e, sobretudo, os de Rita-Ferreira e C. Geffray (1987) confirmam esta complexidade. Iraê Batista Lundin verifica ainda que nos (...) grupos étnicos pesquisados, tanto são diferentes os usos e os hábitos alimentares, a organização social, o sistema de produção, a circulação de produtos e o consumo de bens, como variam de um grupo para o outro as formas de educação dos filhos, a estrutura política do grupo. As gramáticas changana e macua, de António Ribeiro e Pires Prata, respectivamente, põem-nos diante, não apenas de estruturas gramaticais diferentes, mas também da especificidade do meio cultural em que cada língua é falada. Vemos em Rita-Ferreira que a própria concepção de vida e de mundo varia por vezes de *nihimo*¹⁷⁸ para *nihimo* no grupo makhuwa, de *Lukosyo*¹⁷⁹ para *Lukosyo* no grupo Yao, de *xibongo*¹⁸⁰ para *xibongo* entre os tsonga (...). Apesar de ser um subgrupo makhuwa, Cuppen salienta a especificidade da religiosidade dos *metos*. Francisco Lerma Martinez analisa, em sua tese de doutoramento, as especificidades culturais do grupo makhuwa do distrito de Maúa, na província do Niassa. Yohanna Abdallah, na sua obra *Wa Yao' We*, em 1919, ressalta as especificidades culturais no interior da própria etnia Yao, quanto à organização do trabalho, ao modo de viver, ao comportamento, ao julgamento de questões e em outros aspectos (...). Pesquisa recente de C. Geffray sobre o processo de socialização do campo no distrito de Eráti-Nampula mostra como a não consideração das diferenças culturais pelas autoridades oficiais constitui, ela própria, a primeira dificuldade da organização social (MAZULA, 1995, p. 124-125).

¹⁷⁷ Sobre este aspecto ver também Castiano (2005).

¹⁷⁸ O termo *makhuwa* está ligado ao modo de organização social deste grupo. A organização consiste numa “comunidade exogâmica composta de mãe (pwiywenwe = matriarca), filhos, netos, bisnetos e demais ascendentes pela linha feminina” (RITA-FERREIRA, 1975 apud MAZULA, 1995, p. 257).

¹⁷⁹ O termo é correspondente ao *nihimo* em Ciyao.

¹⁸⁰ Termo changana que designa o nome de família ou comunidade que se estrutura à volta do pai (sistema de parentesco patrilinear).

Os excertos acima, mostram, além da diversidade e complexidade do universo cultural de Moçambique, que algumas pesquisas foram desenvolvidas no âmbito antropológico e linguístico procurando dar conta dessa riqueza e complexidade, ainda que muito poucas e a maioria delas no pós-independência. Entretanto, no final do último excerto é possível observar, o quanto as autoridades oficiais já no pós-independência (como aponta Mazula, citando Geffray) ignoravam esta mesma diversidade. Se por um lado, houve logo após a independência um discurso oficial de valorização da cultura, por outro lado e, paradoxalmente, pouco se investiu na compreensão do que esta significava ou o que se entendia por “cultura”, mesmo em pesquisas desse campo. Mais adiante e no capítulo seguinte aprofundo a discussão sobre este aspecto.

A “cultura”, ou a “tradição”, era vista como obstáculo à construção da sociedade moderna que se pretendia. Por isso, o estudo da sociedade tradicional (quando houvesse), visava o combate dos obstáculos que se colocavam à criação da mentalidade do chamado “Homem Novo”, como se pode observar no relatório da III Reunião Nacional do Ministério da Educação e Cultura (MEC)¹⁸¹ de Moçambique, realizada em 1979, na cidade de Maputo. O relatório argumenta, por exemplo, que:

A sociedade tradicional está imbuída duma visão mágico-religiosa do mundo. Perante fenômenos tais como a trovoadas, a chuva, a doença, a morte, que ultrapassam a capacidade de análise por meios empíricos, isto é, que o homem não consegue explicar a partir dos conhecimentos imediatos, fruto da observação directa da natureza, procura-se encontrar uma explicação pela razão dos espíritos. Isto é, considera-se que aqueles acontecimentos são provocados por forças sobrenaturais que estão aquém das forças do homem e da própria natureza. Isto acontece porque o homem não conhece a explicação científica desses fenômenos. (...) Ao homem da sociedade tradicional falta o conhecimento científico que permite compreender que a morte é a conclusão do processo biológico de desenvolvimento dum organismo que se desgasta e deixa de funcionar (MOÇAMBIQUE-MEC, 1979, p. 4-5).

Estes argumentos apresentados pelo Ministério da Educação e Cultura de Moçambique (1979), revelam justamente o não reconhecimento, desrespeito e desvalorização da diversidade e do conhecimento “tradicional” ao tentar impor uma visão única do mundo baseada na ciência moderna. Esta última, vista como a única via de construção de um Estado socialista e de uma

¹⁸¹ O MEC entrou em funcionamento pela primeira vez na história de Moçambique em 1976, mas a sua criação oficial data da publicação do Boletim da República Popular de Moçambique, em 1975. Sua missão era criar as condições para que a instrução, a educação e a cultura estivessem ao serviço das largas massas, “combatendo energética e sistematicamente a pesada herança que foi legada pelo colonialismo: analfabetismo, ignorância e o obscurantismo” (MOÇAMBIQUE, 1975, p. 58). Uma das tarefas atribuídas ao MEC era a promoção de todas as manifestações culturais do povo moçambicano, além da principal de difundir o conhecimento (ibidem).

sociedade nova (entenda-se moderna), sendo para isso necessária a intervenção de um “socialismo científico” (MATSINHE, 2005; CABAÇO, 2002). O MEC procurava explicar a sociedade “tradicional”, pela falta ou atraso, como o fizeram os evolucionistas do século XIX, numa perspectiva evidentemente colonizadora.

Um texto do antropólogo e historiador espanhol Albert Farré, intitulado “Vínculos de sangue e estruturas de papel: ritos e território na história de Quême (Inhambane - sul de Moçambique)”, analisa dinâmicas de poder num contexto de reconhecimento legal (anos 2000), por parte do Estado moçambicano, das chamadas autoridades tradicionais ou locais e de sobreposição à ordenação territorial existente, assente nos ritos sacrificiais e no parentesco - denominadas pelo autor como vínculos de sangue - pelas estruturas administrativas assentes na escrita e nos mapas - denominadas pelo autor como estruturas de papel. Ele argumenta criticamente sobre essa visão estatal das chamadas sociedades “tradicionalistas”, mostrando a complexidade das lógicas destas últimas e como essas mesmas escapam ao poder público ou estruturas burocráticas. Segundo o autor, “apesar das múltiplas mudanças experienciadas ao longo deste processo [de sobreposição, a pouco referido], o parentesco e o rito continuam a gerar mais confiança que a administração pública” (FARRÉ, 2008, p. 393).

Os vínculos de sangue assentes nos ritos sacrificiais e no parentesco são concebidos pelo autor como “formalismos característicos das sociedades africanas para ordenar a realidade e controlar as contingências”. Ou seja, “são sistemas formais que originam uma complexidade de natureza muito diferente das abstrações em que assentam a língua escrita e a cartografia”. E, nesse sentido, ele defende que embora seja um formalismo submetido (dominado), e muitas vezes menosprezado pelo poder público, dos detentores da hegemonia das estruturas de papel, “a capacidade que o rito tem para manter relações sociais com seres e forças que não tem presença física neste mundo continua a dar às relações de poder africanas dimensões que (...) escapam ao controle das estruturas burocráticas, tanto das igrejas como dos Estados” (FARRÉ, 2008, p. 401-402).

Nesta última perspectiva, diferente da apresentada no relatório do MEC, há um reconhecimento da existência de outras formas complexas de conceber o mundo pelas sociedades “tradicionalistas” que, após a independência e até nos dias atuais, o poder público se recusa a reconhecer. Ou, quando as reconhece, é para servir mais aos seus interesses do que das populações que desse conhecimento vivem e reproduzem a sua vida social ou continuidade histórica, como argumentou a antropóloga moçambicana Maria Paula Meneses, no texto onde

discute as relações entre os saberes locais e globais intitulado “Medicina Tradicional, Biodiversidade e Conhecimentos rivais em Moçambique” (MENESES, 2000).

Retornando aos contrastes apresentados por Mazula, e na senda da diversidade, do ponto de vista religioso, depois da independência “continuam predominantes as religiões tradicionais após quase oito séculos da presença do islamismo (século XII) e de cinco séculos de cristianismo que coincide com os da penetração do colonialismo português, no século XV” (MAZULA, 1995, p. 126). Contudo, o autor aponta que, “há um ligeiro crescimento do número de adeptos em todas as religiões, nos anos 70 e 80” (ibidem). E, nos anos 1990, em relação à década de 1970, os dados revelam que o número de católicos e protestantes quase duplicou, além de que estas religiões estão diferentemente distribuídas em todo o território nacional. Realidade parecida permanece, ainda que os números sejam diferentes e que o contexto atual tenha mudado muito, em termos políticos, socioculturais e econômicos (MOÇAMBIQUE-INE, 2019).

O islamismo, pela ligação histórica com a penetração árabe, estendeu-se pelas zonas litorâneas/ costeiras, predominando mais na região Norte do país. Não se interiorizou devido ao bloqueio que os portugueses imprimiram nas disputas pelas terras e riquezas. A rápida islamização da população nessa região está ligada à aliança que soube fazer com os chefes locais. Diferentemente, o cristianismo espalhou-se pelo interior de Moçambique, mais por via da igreja católica, que estava ligada à administração colonial, do que pela igreja protestante, que eram críticas ao colonialismo no modelo português, baseado na exploração das pessoas e dos recursos (como apontamos no capítulo 2). Estas igrejas predominam nas regiões Centro e Sul de Moçambique. A igreja católica conseguiu expandir-se no interior pela facilidade que tinha na abertura de escolas, centros educacionais e hospitais, atingindo os funcionários do aparelho do Estado colonial pelo processo de assimilação. Com o advento da independência, a FRELIMO declara o Estado laico, isso conduz à perda de hegemonia da igreja católica. As igrejas protestantes, particularmente a Anglicana, a Presbiteriana e a Metodista, expandiram-se mais no Sul do país, com pouca expressão no Centro e Norte. À semelhança da religião católica, as congregações protestantes também se desenvolveram graças à criação de escolas e centros de saúde com o apoio das igrejas centrais (MAZULA, 1995, p. 127).

Esta era mais ou menos a situação de Moçambique logo após a independência: um país com uma enorme diversidade cultural (que ainda prevalece), apesar do esforço colonial em destruir a cultura dos nativos para impor-se, seguida de um poder oficial moçambicano que a

ignora nos primeiros anos após a independência (e mesmo na atualidade), com enormes desafios a enfrentar no processo de sua reconstrução.

Em 1977, a Frelimo declara-se um partido de orientação marxista-leninista,¹⁸² o Estado moçambicano passa oficialmente a guiar-se por um conjunto de princípios gerais, que se compreendiam bem-sucedidos nos países socialistas, sendo um dos mais sagrados a garantia de acesso à educação a todos, especialmente às crianças, por via da nacionalização da escola (CASTIANO, 2005, p. 16). A adoção desta orientação político-ideológica pela Frelimo não foi apenas um tributo a todo o apoio recebido durante a fase da luta armada, dos países com tendências socialistas,¹⁸³ como algumas leituras historiográficas redutoras poderiam sugerir, mas pelo contrário, fruto da *prática*, resultado das contradições internas ao movimento de libertação durante a fase da luta armada. Portanto, esta é uma orientação que acompanha a Frelimo desde a sua fundação, ainda que de forma implícita (BRITO, 2019, p. 67). A sua assunção e declaração explícita se dá num contexto de agudização das tensões a nível internacional, com recrudescimento da guerra fria e o mundo dividido em dois blocos - o socialista e o capitalista (MATSINHE, 2005, p. 29).

Ao assumir esta orientação política e ideológica, a postura da Frelimo na ação governativa visou promover, com celeridade, o “desenvolvimento via socialismo científico”, com base numa “perspectiva utópica”, declarando por exemplo, o período de 1980 a 1990 como sendo de vitória sobre o desenvolvimento (ibidem). Nesse contexto, a Frelimo introduziu uma série de reformas políticas e econômicas para superar as carências herdadas do Estado colonial, com o objetivo de eliminar a miséria, a fome, o analfabetismo, a exploração. Além disso, visava introduzir novos valores, considerados positivos ao “Homem Novo” que se queria construir, que fosse livre de preconceitos, com conhecimentos baseados na ciência (e não na superstição) etc. Esse projeto preconizava a rejeição de tudo o que era herança colonial e “tradicional”, devia ser moderno.

No entanto, a tarefa de escangalhar o aparelho de Estado colonial e de edificar um novo aparelho centralizado (centralismo democrático), como vários autores argumentam

¹⁸² De acordo com o sociólogo moçambicano Luís de Brito (2010a, p. 50), a presença de um pequeno grupo de intelectuais influenciados pelo movimento comunista internacional na Frelimo, data da sua criação: “Esse grupo foi gradualmente alargando a sua influência no seio da organização e tornou-se hegemônico a partir de 1968. Ao mesmo tempo, o contexto internacional da época e a opção pela luta armada como forma de luta anticolonial reforçaram o papel da referência ao marxismo no discurso nacionalista moçambicano”.

¹⁸³ Por exemplo: Cuba, China, União Soviética, que enviaram assessores nos vários campos, especialmente nas áreas da educação e economia para Moçambique (PIEPIORKA, 2019, p. 263).

(CASTIANO, 2005; MAZULA, 1995; NGOENHA, 1992), não foi uma tarefa fácil e sem conflitos ou contradições. Em relação ao setor da educação, por exemplo, se colocavam questões de fundo como: “que lugar reservar aos elementos tradicionais-culturais de Moçambique num sistema de educação centralizado? Que métodos seriam adequados e qual tipo de administração seria adequado ao projeto socialista?” Estas perguntas, “dominavam o dia-a-dia da micro-política no setor da educação que tem à sua responsabilidade a implementação das “grandes” orientações da macro-política e viriam a aflorar na 3ª Reunião Nacional de Educação e Cultura que teve lugar em Maputo, em julho de 1979” (CASTIANO, 2005, p. 36). Essas questões são tratadas por Brazão Mazula (1995), ao refletir sobre a educação, cultura e ideologia em Moçambique. O autor se pergunta, se a desconsideração das tradições (culturas) existentes em Moçambique foi ou não a principal falha do sistema educativo colonial, e se é ou não a mesma que ainda paira no Sistema Nacional de Educação do país independente? (MAZULA, 1995, p. 139).

A tese de Mazula é afirmativa, embora ele reconheça que o novo sistema de educação, introduzido após a independência, operou importantes inovações no âmbito da coesão dos subsistemas e articulação a todos os níveis de ensino, a dimensão cultural ou antropológica na formação do aluno, não foi claramente equacionada, o que “entra em contradição com o discurso político que sempre destaca a importância da cultura na construção da sociedade nova e do socialismo” (idem, p. 205).¹⁸⁴

Na década de 1980, especialmente nos meados, o país encontrava-se mergulhado numa profunda guerra civil¹⁸⁵ e passava por uma grave crise econômica, consequência das estratégias políticas e econômicas socialistas. Além disso, era fustigado pela seca, que se fez sentir, sobretudo, no início da década de 1980, associada a derrocada do bloco soviético, que constituía o principal suporte político e econômico do regime socialista, o que agravou os problemas existentes (MACUANE, 2001; NGOENHA, 2010; CRUZ E SILVA, 2005; CASTELBRANCO e OSSEMANE, 2010; CRUZ E SILVA, 2002). Nesse cenário, argumenta Cristiano

¹⁸⁴ Reflexões aprofundadas à volta da política cultural da Frelimo após a independência em Moçambique podem ser encontradas em José Cabaço (2001); Edson Borges (2001) e Alcinda Honwana (2002).

¹⁸⁵ O prolongamento desta guerra só foi possível pela “continuidade do apoio logístico externo fornecido por aliados internacionais das duas partes beligerantes, contribuindo assim para manter e sustentar a guerra civil, também reflexo dos múltiplos campos de batalha em que a guerra fria encontrou forma e expressão” (MATSINHE, 2005, p. 33). Mas também, pelas bases sociais que a Renamo conquistou internamente, no contexto das sociedades rurais, descontentes em relação a ação do Estado (que desencadeou campanhas contra as autoridades tradicionais e líderes religiosos, acusados de colaborar com o regime colonial e impedir a construção de uma sociedade moderna) (GEFFRAY, 1990; FLORENCIO, 2002; BRITO, 2019).

Matsinhe, “já havia uma crescente consciência do equívoco que havia sido a política da Frelimo na relação com as autoridades tradicionais e outras lideranças espirituais” (MATSINHE, 2005, p. 32). O IV Congresso da Frelimo realizado em 1983, espelhou essa realidade.

Esta mudança, ou crescente consciência, é reconhecida igualmente por outros/as acadêmicos/as. A antropóloga moçambicana Alcinda Honwana, argumenta que: “em finais de 1980 e início de 1990, a Frelimo optou por uma linha mais moderada, tornando-se mais tolerante para com as instituições tradicionais” (HONWANA, 2002, p. 173). Esse despertar de consciência por parte da Frelimo, de acordo com Matsinhe, é exacerbado pela percepção que se tinha de que o sucesso inicial das ações levadas a cabo pela RENAMO teria resultado, em certa medida, da habilidade desta em manipular crenças e valores considerados tradicionais, promovendo mensagens que evidenciassem uma aprovação de tais ações pelos ancestrais “para pulverizar o imaginário nacional com diferentes narrativas de experiência de homens e mulheres invulnerável às balas, comandantes que podiam adivinhar os dias e locais de perigo, exércitos que teriam a capacidade de serem invisíveis aos olhos dos seus inimigos, entre outras imagens” (MATSINHE, 2005, p. 32).

Assim, mesmo sem anúncio público da mudança de política pela Frelimo, suas atitudes de poder estabelecidas em relação a essas questões tornaram-se nitidamente diferentes, pois “os praticantes de medicina tradicional, adivinhos e médiuns no contacto com os espíritos, por exemplo, foram encorajados pelo governo a criar uma associação nacional” - AMETRAMO (HONWANA, 2002, p. 174).¹⁸⁶ No Ministério da Administração Estatal, criou-se um grupo de pesquisa para estudar estratégias de integração dessas autoridades políticas tradicionais na administração do Estado e ao nível local. No período, a antropóloga moçambicana Iraê Lundin, “tomou a *liderança intelectual* de alguns desses debates científicos [e políticos sobre o desenvolvimento em Moçambique], tendo produzido uma gama de trabalhos académicos e atuou, de 1991 a 1995, como coordenadora do projecto intitulado *Autoridade e Poder Tradicional* (Lundin e Machava, 1995)” (LOURENÇO, 2009, p. 117).

O Ministério da Saúde abriu-se para a cooperação com sistemas outros ou “alternativos” de assistência médica. O Gabinete de Estudos da Medicina Tradicional (GEMTI) do Ministério da Saúde, criado em 1990, para estudar apenas plantas com valor terapêutico, assumia uma nova abordagem de investigação, onde a análise das plantas passou a incluir

¹⁸⁶ Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique, criada oficialmente em 1992, tendo estado intensamente envolvidos os Ministérios da Saúde e da Cultura (HONWANA, 2002, p. 176).

elementos simbólicos e ritualísticos. Em 1991, o então Ministro Leonardo Simão, declara publicamente que a atitude mais acertada do governo seria não criar antagonismos entre as diferentes formas alternativas de assistência médica. Segundo Honwana (2002, p. 174), em última análise, o Ministro afirmava que cabia ao doente a responsabilidade de escolher ou decidir onde pode procurar auxílio e para que tipo de problemas, tendo em conta suas crenças.

O estímulo para essa mudança nas linhas de orientação político-ideológica da Frelimo, teve uma vez mais o incentivo da comunidade internacional e do principal grupo de atores que cooperava com Moçambique (especialmente na área da saúde): OMS e UNICEF (MATSINHE, 2005, p. 34). Este posicionamento público do governo teve efeitos positivos na comunicação social e na vida cotidiana. Na comunicação social, o tema das crenças e valores considerados tradicionais tornaram-se mais frequentes e apresentados de forma mais isenta. Na vida cotidiana se deu início a uma abertura na abordagem pública do tema, cujas práticas e pronunciamentos eram anteriormente reprimidos. Esta abertura, é resultado da compreensão por parte do poder governativo da Frelimo de que “o seu projeto político deveria ser harmonizado com a ideologia e o sistema de valores tradicionais que governam a vida da grande maioria dos moçambicanos” (HONWANA, 2002, p. 174). Por isso mesmo, Luís Bernardo Honwana, antigo Ministro da Cultura, afirmou que:

Não vimos quão influentes eram as autoridades tradicionais, mesmo sem poder formal. É obvio que vamos ter que harmonizar as crenças tradicionais com o nosso projeto político. Doutra modo, iremos contra coisas em que a vasta maioria da nossa população acredita - seremos como estrangeiros no nosso próprio país... (FINNEGAN, 1989 apud HONWANA, 2002, p. 174).

Em meio a essa profunda crise, “a Frelimo começa a amadurecer a percepção de que a gestão do país nessas condições era praticamente inviável” (MATSINHE, 2005, p. 33). Assim, as mudanças apontadas em relação ao âmbito tradicional, ampliaram-se para outras esferas, como a gestão do Estado, instaurando métodos mais democráticos de governação - sistema multipartidário; boa governação; responsabilização e abertura para uma economia de mercado livre (HONWANA, 2002). Estas óbvias transformações na direção política da Frelimo:

Tiveram a ver com a crise económica e social generalizada do país, agravada pela guerra. A dificuldade da Frelimo em ganhar a guerra, a perda massiva de vidas, a ruptura social e o colapso económico contribuíram gradualmente para uma drástica redução do apoio popular. Para ganhar a guerra e reconquistar o mandato popular, visando reconstruir o país, a Frelimo necessitava de recuperar o apoio do campesinato e obter legitimidade através dos poderes ancestrais. Esta parecia ser a forma mais eficaz de confrontar a política tradicional da Renamo (HONWANA, 2002, p. 175).

Entretanto, no lugar da Frelimo, cuidadosamente redefinir a sua nova política em relação às instituições tradicionais, ela “aparentemente, agiu uma vez mais de forma impulsiva, pelo menos no tocante à criação da AMETRAMO” (HONWANA, 2002, p. 175). Segundo a autora, “a forma como foi criada e o seu funcionamento fizeram desta associação um instrumento ineficaz para os próprios *tiyanga*” (ibidem).¹⁸⁷

Na tentativa de aliviar a situação de crise, em 1982 o país inicia um movimento de inclinação à administração dos EUA em busca de apoio e mecanismos de mitigação do quadro, agravado pelo aumento da fome.¹⁸⁸ Além da guerra e da seca, que produziram insegurança e crise alimentar, somou-se: a queda dos preços dos produtos primários no mercado internacional - que constituíam (e constituem) a base e fonte de divisas da economia moçambicana¹⁸⁹ - impedindo o país de honrar os compromissos financeiros externos a partir de 1983 e a desindustrialização.¹⁹⁰ Moçambique, encontrava-se isolado internacionalmente, em decorrência das alianças que instauraram o modelo socialista no país e pelo apoio que dava ao Congresso Nacional Africano (ANC). Isso que criou um estado permanente de tensão com a África do Sul, condições que segundo o cientista político moçambicano Jaime Macuane, “foram

¹⁸⁷ Designação *tsonga* no plural para se referir aos médicos tradicionais e adivinhos, vulgarmente conhecidos como curandeiros (em português).

¹⁸⁸ A fome resultava da insegurança vivida nas zonas rurais devido à guerra e à seca, o que levou à drástica diminuição da produção agrícola e provocou graves problemas de falta de comida e subida de preços de bens de primeira necessidade agravada pela desvalorização da moeda nacional. A maior parte da população em Moçambique é composta por mulheres, vive no contexto rural e depende da agricultura - praticada majoritariamente por mulheres - para a subsistência delas e das suas famílias. Isto significa que a fome, a pobreza afetava (e ainda afeta) em primeiro lugar a elas, às crianças e velhos, muitas vezes sobre a responsabilidade e cuidado das mulheres (BRAGA, 2018), produzindo uma feminização da pobreza como alguns estudos apontam (PAULO, ROSÁRIO e TVEDTEN, 2007; MCCLINTOCK, 2010). Esta situação tanto em contextos rurais, como urbanos empurrou muitas pessoas para o sector informal em Moçambique (CRUZ E SILVA, 2002).

¹⁸⁹ Os economistas moçambicanos Carlos Nuno Castel-Branco e Rogério Ossemane denominam esse tipo de economia: extractiva. Entenda-se, por economia extractiva, “uma dinâmica e estrutura produtiva e comercial com as seguintes características: é especializada em produtos primários com baixo nível de processamento; é desarticulada, no sentido em que as ligações entre actividades, firmas e subsectores (a montante e jusante) são fracas e o mercado doméstico é pouco desenvolvido; as actividades extractivas (minerais, florestais, pescas e outras de puro aproveitamento não processado de recursos naturais) formam o núcleo do processo de acumulação” (CASTEL-BRANCO e OSSEMANE, 2010, p. 143). Segundo estes autores, “as classes capitalistas domésticas acumulam sobretudo com base em rendas da economia extractiva; e é profundamente dependente de fluxos externos de capital com tendência a gerarem, ciclicamente, fluxos negativos de capital (em que o capital exportado é superior ao importado)” (ibidem). (...) “a economia de Moçambique exporta o que extrai ou produz sem o processar (ou apenas com o processamento mais básico necessário para rentabilizar a exportação) e importa, em forma processada, o que consome” (ibidem). Essa característica da economia extrativa ou padrão de acumulação é historicamente, a responsável pelo “desenvolvimento desigual do capitalismo entre regiões de Moçambique” (ibidem).

¹⁹⁰ Nesse período de 1980 a 1990, parte da produção industrial desapareceu e as poucas indústrias sobreviventes registaram baixo nível de rendimento (BRITO, CHAIMITE, et al., 2017, p. 4).

responsáveis pelo fraco poder de negociação que o país possuía com as instituições internacionais de crédito e reduziram significativamente o leque de opções políticas e econômicas disponíveis” (MACUANE, 2001, p. 251-252).

No seu IV Congresso (1983), a Frelimo não vislumbrando outra saída, afirma sua posição de apelo à ajuda externa e de direcioná-la às necessidades da população como resposta à situação. Moçambique recomeça, assim, a caminhada internacional em busca de ajuda, apontando para o outro “bloco ideológico”: o capitalista. Nesse quadro, as administrações de Reagan e Thatcher, “simpatizaram-se com a atitude de Moçambique e aproveitaram a oportunidade para promover mudanças que aspiravam para a África Subsaariana, em favor dos interesses e linhas ideológicas ocidentais” (MATSINHE, 2005, p. 33). Sobre esse aparente paradoxo, Severino Ngoenha, explica e defende que:

A Frelimo não escolheu o comunismo: foi-lhe imposto por um processo histórico-político. Agora tristemente, tenho que defender que o liberalismo selvagem em curso não é também resultado de uma escolha, mas da derrota na segunda guerra. De fato, os objetivos libertários da primeira guerra foram derrotados na segunda guerra (NGOENHA, 2010, p. 20).

O Acordo de Nkomati, conhecido também como de não-agressão ou boa vizinhança, assinado em 1984 por Moçambique, no governo de Samora Machel, com o governo do regime do *apartheid* Sul-africano (Pieter Botha),¹⁹¹ é uma expressão dessa derrota. Constituiu um dos condicionalismos ao qual o país devia se conformar para receber a “ajuda”. Esse “acordo” tinha como intenção pôr fim à guerra civil desde que Moçambique deixasse de apoiar o Congresso Nacional Africano (ANC) e o governo sul-africano deixasse de apoiar a RENAMO. Outro condicionalismo foi a adesão de Moçambique às instituições de *Bretton Woods* (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional).¹⁹² Também obrigou o país a aceitar a entrada de Organizações Não Governamentais (ONGs) internacionais para realizar trabalhos de distribuição da “ajuda” tanto alimentar, como na implementação de programas e projetos desenvolvimentistas à margem do Estado (MATSINHE, 2005, p. 33). Essas medidas

¹⁹¹ “Regime de segregação racial implementado na África do Sul em 1948, que concedia direitos constitucionais diferenciados com base na raça e no racismo, privilegiando a minoria branca que comandou o país até 1994, quando se instituíram as eleições gerais e democráticas que levaram à vitória do líder de oposição Nelson Mandela” (MOUTINHO, 2019, p. 1).

¹⁹² Estas instituições financeiras, “consideram a fragilidade do Estado como a causa do insucesso das reformas econômicas até então postas em ação. O FMI e o Banco Mundial aceitaram que o país precisava de uma ajuda da comunidade internacional, em termos técnicos e financeiros, para levar a cabo o programa de ajuste estrutural” (MACUANE, 2001, p. 252).

pressupunham a mudança de uma política econômica planejada para uma economia de mercado (MACUANE, 2001).

Assim, em janeiro de 1987, Moçambique começou a implementar um Programa de Reformas Econômicas (PRE), cujo objetivo era resolver os desequilíbrios¹⁹³ macroeconômicos causados pela economia planejada e pela guerra. Este programa teve uma duração de três anos e estava dentro dos padrões exigidos pelas medidas de ajustamento estrutural do FMI e Banco Mundial. O PRE, foi acompanhado por um programa de emergência para fazer face à dramática carência alimentar, em especial nas zonas rurais, mas também, por projetos de assistência técnica para resolver os problemas de capacidade do Estado e por uma imensa abundância de recursos externos para financiamento de projetos econômicos, essenciais ao processo de implementação das reformas (MACUANE, 2001; MATSINHE, 2005).

O programa de emergência e assistência humanitária teve como uma de suas consequências o aumento de ONGs que passaram de 5 em 1981 a 130 em 1990 e mais de 40 agências governamentais e multilaterais (MACUANE, 2001, p. 255). Este programa enquadra-se no que Didier Fassin chamou de “governo humanitário” que se refere aos desdobramentos dos “sentimentos morais” nas políticas contemporâneas, ou seja, é “um conjunto de dispositivos estabelecidos e de ações realizadas para administrar, regular e favorecer a existência dos seres humanos” (FASSIN, 2016, p. 10). Os sentimentos morais estão na base do que o autor nomeou como “política da compaixão”,¹⁹⁴ que é simultânea e paradoxalmente uma política da desigualdade (direcionada principalmente aos indivíduos mais pobres, frágeis, aos miseráveis) e também da solidariedade. Os sentimentos morais têm geralmente como condição de possibilidade o reconhecimento de outros como semelhantes (FASSIN, 2016, p. 12).

A tensão paradoxal entre desigualdade e solidariedade, entre relação de dominação e relação de “ajuda”, é constitutiva de todo o governo humanitário. Ela explica a ambivalência observada geralmente entre os governantes, os doadores, os agentes que atuam pelo “bem” dos outros e dá conta da “fadiga compassiva” (quando o rendimento dos sentimentos morais se converte em indiferença, por vezes agressividade, aos miseráveis). Esta tensão explica de maneira recíproca, o mal-estar dos governados, dos assistidos, de todos aqueles/as que recebem esses “presentes”, ou dádivas, não apelando a nenhuma contraprestação, dá conta do

¹⁹³ Que consistiam na excessiva concentração de renda nas cidades que no campo, onde vivia (e vive) a maior parte da população (cerca de 80%) e cuja a base econômica era (ainda é) a agricultura e a queda do crescimento econômico a partir de 1981.

¹⁹⁴ A filósofa da ciência argentina Sandra Capone (2000) chamou “lógica da compaixão”.

ressentimento e, às vezes, da hostilidade, manifestadas pelos desprotegidos e dominados em relação àqueles que se assumem como seus benfeitores (FASSIN, 2016, p. 13).

O alcance desta relação assimétrica da compaixão, é minimizado por muitos filósofos e moralistas, que destacam a dimensão igualitária e valorizam-na como emoção fundamental da “comunidade humana”, como se um fizesse do outro, o outro de si mesmo, que um sente em sua presença simpatia e trata de atuar para o seu bem. Contrariando essa tendência que coloca o problema no plano psicológico, Didier Fassin defende que ele não é sempre psicológico, nem mesmo ético (como os filósofos e moralistas sugerem), mas estritamente sociológico (FASSIN, 2016, p. 13).

Em tal relação assimétrica, se espera daqueles/as que são objetos da atenção humanitária a humildade do agradecido, mais do que a reivindicação de um direito que lhe é próprio. A assimetria é mais política do que psicológica. Embora a colocação possa parecer denunciatória, Didier Fassin argumenta que não se trata de criticar a compaixão pela postura de superioridade que ela implica, se não porque ela supõe sempre uma relação de desigualdade (FASSIN, 2016, p. 13-14).

A razão humanitária governa em vidas precárias, vidas daqueles/as demandantes de emprego, de asilo, vidas dos estrangeiros enfermos de SIDA e outras enfermidades, vidas dos sinistrados por catástrofes e vítimas de conflitos etc., que o governo humanitário faz existir, protegendo-as e revelando-as. A compaixão, quando exercida, opera de cima para baixo, dos mais poderosos aos mais frágeis e vulneráveis. O governo humanitário se constitui enquanto uma política das vidas precárias (FASSIN, 2016, p. 14). Esta perspectiva serve perfeitamente para ler o novo contexto sociopolítico e econômico de Moçambique, marcado pela crise econômica, pela guerra, pelo combate à fome, à miséria, ao SIDA, à pobreza absoluta etc. O argumento de Jaime Macuane, ilustra muito bem como opera o governo humanitário em Moçambique:

Na verdade, são os doadores que decidem o quê e como canalizar os recursos, os investimentos e mesmo a ajuda alimentar, passando às vezes por cima do Governo. É hábito usarem as ONGs para distribuição da ajuda humanitária e mesmo para a execução de projetos de investimento, o que explica a proliferação destas entidades no país (MACUANE, 2001, p. 256).

Esse momento de implementação do PRE e dos programas de assistência humanitária, além de impulsionar a proliferação das ONGs e estimulou a revitalização da Antropologia em Moçambique. Esta última, chamada para compreender as razões do insucesso das políticas

socialistas e apoiar na construção de estratégias para superação dos obstáculos ao desenvolvimento, num contexto de rápidas transformações sociais, económicas, políticas e culturais. Este aspecto é melhor refletido no próximo capítulo.

Retornando ao PRE, no campo político, Jaime Macuane, argumenta que “à exceção da guerra, o Governo dispunha de condições adequadas ao lançamento de uma estratégia económica ortodoxa” (MACUANE, 2001, p. 253). Ou seja, se tratando de um regime de partido único e tendencialmente autoritário, o Estado possuía o espaço e poder suficiente para lidar com possíveis oposições às reformas.

Nos primeiros três anos, o programa foi parcialmente bem-sucedido (em termos de crescimento económico), no entanto, esse sucesso económico parcial não foi suficiente para resolver os graves problemas sociais que o país vivia (fome, pobreza, criminalidade, desemprego, exclusão social e assustador crescimento do setor informal). Não conseguiu transformar esse crescimento em desenvolvimento económico concreto, com potencial transformador da vida cotidiana das populações, colocando a sustentabilidade de tais reformas em questão. Associou-se a estes fatores a excessiva dependência do Estado em relação aos recursos externos e à boa vontade dos doadores, que abalaram a força do Estado em suas ações políticas e criação de alianças, bem como, a legitimidade do poder instituído e a soberania do próprio país (ibidem). A historiadora social moçambicana Tereza Cruz e Silva, ao analisar determinantes globais e locais para a emergência de solidariedades sociais, com base nos mercados informais em Maputo, argumenta que “a subordinação do Estado aos Programas de Reajustamento Estrutural e o conseqüente programa de reformas introduzido no país tiveram efeitos directos no peso das políticas sociais no orçamento do Estado e na sua capacidade de contrariar os impactos das políticas neoliberais” (CRUZ E SILVA, 2002, p. 76).

Uma das causas principais do não alcance dos objetivos dessas reformas foi, sem dúvida, a guerra prolongada entre o Governo da Frelimo e a RENAMO. Entretanto, Macuane avança outros motivos associados que devem ser explicitados: i) a inexistência de um ator central com autoridade e poder para conduzir o processo e coordenar as estratégias dos diferentes atores na implementação das reformas económicas; ii) a fraca capacidade burocrática, administrativa e técnica do Estado; iii) a maneira pela qual foi lançado e implementado o PRE (MACUANE, 2001, p. 253).

Estes e outros motivos estão na base do insucesso do PRE, na medida em que geram problemas de coordenação que se manifestaram (e manifestam) na dificuldade do Governo em

articular estratégias dos diferentes atores externos e internos na produção do bem coletivo. Assim, a solução do problema estaria não só no reforço da capacidade técnica do Estado, mas na criação de condições políticas que possibilitem ao Governo maior liberdade na produção de políticas públicas e, simultaneamente, articulação das alianças que sirvam de base para a continuidade dessas políticas. Além disso, é necessária criação de condições sociais apropriadas para a emergência de uma sociedade civil organizada e forte, que está em processo no país (ibidem).

Em 1989 a Frelimo, no seu V Congresso abandonou formalmente a sua ideologia marxista-leninista e se transforma num partido de frente mais ampla. O PRE chega ao fim em 1990¹⁹⁵ com alguns avanços (reversão da queda da produção e crescimento do PIB) e retrocessos (aumento da dependência externa e endividamento crônico, aumento da pobreza urbana, ondas de greve, aumento da criminalidade, dificuldades no acesso à educação para as populações mais pobres, de acesso à água, à eletricidade, ao transporte, ao saneamento básico etc.) que minam as perspectivas futuras de desenvolvimento (CRUZ E SILVA, 2002; MACUANE, 2001). Nesse contexto, emerge uma nova e pequena classe média urbana, que foi a principal beneficiária das reformas econômicas cuja a composição é feita por comerciantes, agricultores, empresários privados e chefes das estruturas familiares estatais e militares (MACUANE, 2001, p. 257-258).

Durante o governo socialista, na Primeira República (NGOENHA, 2010), o sistema social como um todo experimentou “um regime autoritário repressivo que impunha uma série de restrições às liberdades e diferentes formas de manifestação dos indivíduos” (MATSINHE, 2005, p. 34). O sistema repressivo montado,

Ancorava-se num jargão político discursivo amplamente traduzido em *slogans* “anti-imperialismo”, “contrarrevolucionário”, “antipatriótico” que impregnava diversas instâncias de socialização, cerceando liberdades de associativismo, liberdades de expressão, estilos de vida, procurando controlar e monitorar até as práticas sociais aparentemente menos lesivas ao Estado, como o alcoolismo, a prostituição, com múltiplas entradas para o domínio da cultura e da sexualidade (ibidem).¹⁹⁶

¹⁹⁵ Neste mesmo ano inicia o PRES - Programa de Reabilitação Económica e Social que se esforçava em enfatizar a área social do programa de reajustamento.

¹⁹⁶ A guerra civil, explica Matsinhe (2005, p. 34-35), contribuiu no agravamento deste cerceamento das liberdades, pois algumas dessas medidas restritivas e intrusivas na vida dos cidadãos eram tomadas e justificadas no espírito de “vigilância contra o inimigo”, “inteligência e contrainformação”, com o objetivo de garantir a segurança do Estado. Ou seja, em nome da segurança do Estado se cometiam, as mais absurdas violências contra o mesmo povo que se queria apoiador do projeto político-ideológico da Frelimo.

No contexto do socialismo, os membros do partido eram proibidos de possuir bens ou propriedades privadas, provocando descontentamento àqueles que quiseram sempre ser empresários. Com os ventos de mudança, abriam-se caminhos, finalmente, para adesão ao capitalismo, cuja entrada raras vezes se fazia pela porta de frente (MACUANE, 2001, p. 258). Como consequências dessa mudança, a corrupção e o abuso de poder público e o enriquecimento ilícito se impuseram com força.

Às reformas econômicas seguiu-se imediatamente a liberalização da política (MACUANE, 2001). Este período, da Segunda República (NGOENHA, 2010), foi marcado pelo processo democrático multipartidário (nova constituição em 1990 e primeiras eleições gerais em 1994), pela reconciliação (Acordos de Paz e fim da guerra civil em 1992) e liberalização da economia. Surgem as primeiras tentativas de construção de uma Sociedade Civil. Nascem novas formações políticas, especialmente organizações cívicas e sociais; igrejas participam de atividades de caráter cívico, educativo e sanitário; nascem organizações de jovens e mulheres (associações), surgem universidades privadas, imprensa independente e liberdade de opinião. Com o crescimento econômico, há o reestabelecimento de redes comerciais, lança-se também o programa de desminagem (especialmente em zonas rurais onde a guerra se fez sentir mais intensamente), reconstroem-se redes de comunicação e se fortifica o combate à chamada pobreza absoluta e à doença do século (SIDA) etc. (NGOENHA, 2010, p. 13).

Há dois problemas centrais, que segundo Ngoenha (2010) marcam este período: um de ordem econômica e outro de natureza política (organização dos poderes públicos). O primeiro resultou de uma mudança repentina da tendência econômica, de uma economia de natureza planificada e distributiva, para uma economia liberal selvagem, de orientação individualista, concorrencial, competitiva e violenta, esta mudança implicou na transformação da estrutura e das relações sociais. No âmbito político, a questão da representatividade (ausência de mecanismos que garantam a efetiva participação dos cidadãos na gestão do Estado) e a questão da soberania nacional diante da comunidade internacional (pela dependência do país dos recursos externos e imposições políticas que resultam a “ajuda” internacional).

De um dia para o outro as coisas mudaram. Era como se, de repente e sem aviso prévio, nos encontrássemos diante de uma passagem de nível sem guarda. Nesta mudança que corresponde à mudança das relações de força na política mundial, a sociedade moçambicana viu-se, de um dia para o outro, radicalmente mudada: de uma economia planificada para uma economia selvagem. Não digo liberal, digo selvagem, porque o liberalismo tem regras. Por exemplo, se o pressuposto é a livre iniciativa dos indivíduos e a possibilidade de concorrerem uns com os outros (Bentham), a situação moçambicana não se presta a isso, quer porque as populações não tinham formação e

informação, quer porque não tinham meios financeiros necessários para entrarem neste tipo de economia. Abandonar as populações de um momento para o outro ao volante de um *porsche* que vai a duzentos quilómetros à hora sem lhes terem previamente ensinado a conduzir, significava condená-las inevitavelmente ao fracasso (NGOENHA, 2010, p. 16).

Neste item, procurei apresentar de forma sucinta a trajetória e o contexto sociopolítico e econômico de Moçambique após a independência. Grosso modo, a trajetória do país nesse espaço temporal é marcada por dois regimes políticos e econômicos muito distintos - a Primeira República (socialista) e a Segunda República (capitalista). Num primeiro momento, logo após a independência, na Primeira República (cujo ícone é Samora Machel), o país assume uma orientação política e ideológica marxista-leninista para a construção de um novo Estado e Sociedade. Neste contexto, a direção do Estado (de natureza libertária, socialista e distributiva) era dada por um partido único (que se confundia com o Estado) como o principal ator político. Estabeleceu-se a chamada “democracia popular” e um programa de gestão do Estado ou economia planificada - centralismo democrático. Conhecia-se o lugar de cada um na execução da política estatal e o Estado era implacável em relação a tudo o que se parecia com a corrupção, desvio de bens públicos para benefícios individuais ou de pequeno grupo de moçambicanos - enriquecimento ilícito ou acumulação individual. Os moçambicanos contavam com as suas próprias forças e estar ao serviço do povo constituía um valor (NGOENHA, 2010). Se por um lado esta orientação tinha como seu prato forte garantir a justiça social, pelo menos ao nível do discurso, ela foi restritiva em relação às liberdades individuais e de grupos e, combateu fortemente as diversas formas de manifestação cultural e valores considerados tradicionais e retrógrados para a construção de uma sociedade moderna. Tentou-se edificar um Estado de justiça social, sem liberdade (NGOENHA, 2010; MOTA, 2016).

Num segundo momento já nos finais da década de 1980 e início de 1990, o país muda de orientação política e econômica, a Frelimo abandona o marxismo-leninismo e adere ao FMI e Banco Mundial. É-nos imposta a liberalização da economia, a democracia multipartidária atual. O centro da constituição é a liberdade e a democracia, entretanto, o Estado encontra-se ausente na vida cotidiana da população, colocando um grave problema de justiça social e violência do Estado ao nível distributivo e de sanção jurídica, levando as pessoas a optarem pela justiça com as próprias mãos (NGOENHA, 2010; CRUZ E SILVA, 2002; SERRA, 1996; MACAGNO, 2003). Nesta Segunda República há, como argumenta Ngoenha (2010), uma inversão dos valores da Primeira República, há liberdade sem justiça social, enquanto na

primeira havia justiça social sem liberdade. A Segunda República, “nasceu dos escombros da antiga União Soviética e do fim da guerra fria. Os valores que a ideologia vencedora apregoa são contrários ao espírito da Primeira República defendidos pela Frelimo” (NGOENHA, 2010, p. 33). Expandiram-se as liberdades individuais, porém, com alto custo social, político e crescente desigualdade (MOTA, 2016, p. 225).

No item a seguir apresento o processo de constituição do campo das instituições do ensino superior em Moçambique. E, na sequência a emergência das Ciências Sociais, bem como, alguns dos desafios que estas enfrentam na atualidade.

4.2 O ENSINO SUPERIOR NO PÓS-INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE

Logo após a independência de Moçambique em 1975, a única instituição de ensino superior que existia era a que conhecemos hoje, nomeada Universidade Eduardo Mondlane (UEM) em 1976, criada no contexto colonial (em 1962) com a designação inicial de Estudos Gerais Universitários de Moçambique (EGUM).¹⁹⁷ A sua criação surge em parte como resposta do regime colonial português às críticas dos movimentos nacionalistas que o acusavam de nada fazer em prol do desenvolvimento dos povos nativos nas chamadas “colônias”. Em dezembro de 1968, o então Conselho de Ministros nomeia por decreto a EGUM como Universidade de Lourenço Marques (ULM) (BEVERWIJK, 2005; LANGA, 2006; MOTA, 2016).

A EGUM foi a primeira instituição do ensino superior criada em Moçambique, com a finalidade de formar os filhos dos colonizadores (ROSÁRIO, 2012; MENESES, 2016). Um ano depois da independência de Moçambique, a ULM muda novamente de nome, passando a designar-se UEM, nome que se mantém até hoje, em homenagem a um dos maiores líderes nacionalistas moçambicanos: o primeiro Presidente da FRELIMO. O atual nome tem um significado simbólico, político e social profundo na medida em que é resultado das grandes transformações sociais e políticas que levaram a ascensão do país à independência (MÁRIO et al., 2003; BEVERWIJK, 2005; LANGA, 2006; TAIMO, 2010; OMAR, 2017). Com as transformações sociais e econômicas em curso na época, a UEM sofreu mudanças que a transformaram: “de uma pequena instituição encarregada de formar a elite colonial, tornou-se um instrumento da revolução, criando uma Faculdade de Marxismo-Leninismo” (FRY, 2001,

¹⁹⁷ Atualmente o país conta com 53 Instituições de Ensino Superior (IES's), entre Universidades, Institutos Superiores, Escolas Superiores e Academias, sendo 22 públicas e 31 privadas (MOÇAMBIQUE - MESCT, 2019).

p. 14). Carlos Fernandes (2011, p. 85), argumenta que estas mudanças, constituíram o marco simbólico da tentativa do poder político, romper completamente com o passado colonial e de impor¹⁹⁸ uma concepção de ensino superior de tipo novo. Ou seja, uma Universidade Popular que estivesse ao serviço da sociedade moçambicana, conforme a orientação de Samora Machel, em seu discurso:

Cremos não haver melhor nome para a nossa Universidade do que o daquele que testemunhou pela sua vida como havia compreendido profundamente que o combate pela educação e pela ciência constitui parte integrante do combate do povo pela libertação total, pelo progresso social e pela Revolução. (...). Não se trata aqui de homenagear Eduardo Mondlane, o universitário. Recordamos aqui o Eduardo Mondlane que soube sempre permanecer, não somente fiel, mas sobretudo profundamente ligado à sua origem popular que assumiu plenamente. O Eduardo Mondlane que jamais procurou ocultar a sua origem trabalhadora, os seus parentes analfabetos, as difíceis condições da sua vida. Não para daí tirar glória, através da valorização do seu esforço próprio, mas para manter sempre a sua identidade e fidelidade fundamental para com os pobres, os humilhados e os explorados do seu país e do mundo. Queremos recordar e homenagear o Eduardo Mondlane que tudo abandonou do que realizara, para vir estruturar, organizar e dirigir os militantes que, exprimindo o sentimento do povo, se erguiam contra o colonialismo português. O Eduardo Mondlane, primeiro Presidente da FRELIMO e organizador do desencadeamento da luta armada, garante consciente do seu carácter popular e revolucionário. Através deste acto não é pois Eduardo Mondlane que vem à Universidade, é a Universidade que vem a Eduardo Mondlane, o que vale dizer, é a Universidade que vem ao povo, não para o servir como entidade exterior mas para nele profunda e definitivamente se enraizar. É este o momento de nos dedicarmos a uma reflexão de conjunto, sobre o sistema de ensino em vigor no nosso País sob a dominação colonial. Não é na verdade possível falar sobre a Universidade e as suas tarefas sem recordar pelo menos nos seus traços gerais o que caracterizava o ensino colonial-burguês. De outro modo cairíamos na armadilha da “especificidade” da Universidade, segundo a qual esta é considerada como uma instituição de ensino autónoma em relação à vida do seu país e às contingências da vida social (MACHEL, 1976, p. 7).

Foi necessário passarem-se dez anos de independência para que Moçambique visse nascer uma segunda instituição do ensino superior pública, em 1985, o Instituto Superior Pedagógico (ISP),¹⁹⁹ convertida em Universidade Pedagógica (UP),²⁰⁰ em 1995 (LANGA,

¹⁹⁸ Tratou-se de uma imposição, pois, “o modelo educacional moçambicano, sob viés marxista-leninista, foi altamente autoritário” (MOTA, 2016, p. 191). Porém, enfrentou resistência por parte do movimento estudantil de 1982, conhecido como “os rebeldes do aquário” (sobre o qual pouco se fala). Este movimento, era crítico à política centralizadora e à ideologia socialista enquanto pressuposto científico. Os estudantes mobilizaram o corpo institucional da UEM através de cartazes e panfletos nos quais defendiam a liberdade de escolha dos cursos e profissões por eles realizados. Estas manifestações ocorreram num contexto em que, para responder às necessidades desenvolvimentistas do país, a Frelimo decidia autoritariamente qual deveria ser o curso e a profissão dos estudantes encaminhando-os para áreas que eram consideradas prioritárias naquele momento de acordo com a aptidão revelada por cada um no nível pré-universitário ou em cursos propedêuticos (MOTA, 2016, p. 213).

¹⁹⁹ Criada por despacho Ministerial n°73/85 do Ministério da Educação.

²⁰⁰ A UP foi a primeira Universidade Pública a estabelecer um campus fora da capital do país, em 1989. Em janeiro de 2019, o Conselho de Ministros extinguiu a Universidade Pedagógica de Moçambique e criou cinco

2014; 2013). O ISP surgiu da necessidade de elevação do número de estudantes que acessavam o ensino superior, aumento da duração dos cursos e principalmente da necessidade de formação de professores moçambicanos, que eram muito poucos para responder às demandas da época (OMAR, 2017). Esta necessidade continua presente até hoje.

Em 1986, a seguir ao ISP, nascia mais uma instituição pública do ensino superior, o Instituto de Relações Internacionais (ISR),²⁰¹ vocacionada para a formação de profissionais nas áreas de relações internacionais e diplomacia. De acordo com sociólogo moçambicano Patrício Langa (2006) estas duas instituições (ISP e ISRI), compreenderam o terreno do ensino superior até 1994. O autor considera esta fase de aumento do número de instituições do ensino superior como de “primeira onda”. Porém, ele argumenta que esta onda não foi em sua perspectiva forte, na medida em que surgiram apenas duas IES’s públicas no período de 1975 a 1994, somadas à UEM fundada em 1962 (LANGA, 2006, p. 1).

A criação das instituições do ensino superior em Moçambique baseou-se em Modelos estrangeiros. A UEM, a mais antiga e prestigiada do país, é numa “réplica mimética da universidade portuguesa colonial” (LANGA, 2014, p. 365). A antropóloga moçambicana Maria Paula Meneses, reforça esta afirmação, argumentando que a criação da UEM se inspirou na Universidade de Coimbra, possuindo, raízes eurocêntricas e herança colonial e o modelo da extinta de UP, influenciado pelo projeto socialista europeu (MENESES, 2016a, p. 358).

Devido ao crescimento da população estudantil no país e demanda, em 1991 através de um diploma ministerial, instituiu-se a realização de Exames de Admissão²⁰² e, em 1993, é aprovada pela Assembleia da República a Lei do Ensino Superior, criando-se desta forma o quadro legal, com base no qual se vão aprovar os estatutos orgânicos de cada instituição, assim como, para a criação do Conselho Nacional do Ensino Superior (CNES).

Com a introdução da economia de mercado em 1987, novos atores surgem no cenário socioeconômico e cultural moçambicano (OMAR, 2017). Nesse contexto, concretamente a partir de 1993, cria-se o espaço legal para a intervenção do setor privado no ensino superior, através da lei 1/1993 de 24 de junho.²⁰³ Esta fase de proliferação de instituições do ensino

universidades regionais: UniRovuma (sedeada na província de Nampula e cobrindo as delegações de Niassa e Cabo Delgado); UniLicungo (sedeada na província de Quelimane e cobrindo as delegações da mesma cidade e da Beira); UniPúngué (com sede em Manica abarcando as delegações da mesma cidade e de Tete); UniSave (com sede na Maxixe e incorporando a delegação de gaza) e UniMaputo (com sede em Maputo).

²⁰¹ Criada pelo decreto 1/1986, de 5 de fevereiro.

²⁰² Principal forma de ingresso às Universidades Públicas em Moçambique, que consiste em provas sobre conteúdos ligados à área de formação do candidato.

²⁰³ Lei do ensino superior que regula as instituições públicas e privadas.

superior, especialmente privadas, constitui a “segunda onda” (LANGA, 2006). Três fatores facilitaram a expansão e diversificação do ensino superior no país: a) a adoção de uma nova constituição de 1990, que levou a “transição política” do país para a democratização e realização de eleições multipartidárias; b) o ambiente de paz que resultou do fim da guerra dos 16 anos entre o Governo da Frelimo e a RENAMO; c) a entrada de Moçambique nas instituições de *Bretton Woods* que levou a adoção da economia de mercado (liberalização da economia) e abriu oportunidades para iniciativas privadas de serviço em várias áreas especialmente da saúde, segurança, educação (incluindo o ensino superior) etc. (LANGA, 2006, p. 1-2).

Estas mudanças tiveram impacto no campo formativo de quadros superiores moçambicanos. Se com o maciço abandono dos especialistas portugueses de Moçambique, a cooperação estrangeira proveniente de países socialistas foi bem-vinda, sobretudo, para fornecer apoio através do envio de professores, médicos e enfermeiros, entre outros profissionais que o país precisava. Mas, esses países (Cuba, União Soviética, RDA etc.), também receberam cidadãos moçambicanos para se formarem em diversas áreas. Com a mudança dos ventos do mundo, soprando para o Ocidente (processos de liberalização econômica e política em meados da década de 1980 e início de 1990), cidadãos moçambicanos passaram a formar-se em países considerados Ocidentais (COSTA, 2012, p. 134). “Junto com o destino dos estudantes, mudou o rumo do orçamento moçambicano. Há imensa disparidade nos recursos alocados na educação, antes e depois da participação do FMI e Banco Mundial, em 1985” (MOTA, 2016, p. 220).

A partir dos meados dos anos 1990 surgem as primeiras instituições de ensino superior privadas como a Universidade Católica de Moçambique (UCM)²⁰⁴ e o Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU)²⁰⁵ cujo funcionamento inicia em agosto de 1996. Em 1997 entra em funcionamento uma terceira instituição de ensino superior privada, o Instituto Superior de Ciência e Tecnologias de Moçambique (ISCTEM)²⁰⁶ (OMAR, 2017, p. 247-248). Além destas instituições privadas uma série de outras instituições públicas foram criadas. Contudo, o número de estudantes cresceu bastante entre 2006 a 2010, sobretudo, por conta da entrada em funcionamento de um considerável número de IES's privadas. Entretanto, neste mesmo período, não se verificou na mesma proporção o aumento de professores/as. Os poucos que

²⁰⁴ Pelo decreto 43/1995.

²⁰⁵ Pelo decreto 44/1995.

²⁰⁶ Pelo decreto 46/1996.

existiam se viram sobrecarregados e induzidos a se tornarem “docentes turbo” (OMAR, 2017).²⁰⁷

A existência de poucos docentes, “aliada a infraestruturas deficientes e laboratórios insuficientes, conduziu, conseqüentemente, ao decréscimo da qualidade do ensino superior” (OMAR, 2017, p. 248), em Moçambique, mas também, na chamada África subsaariana (MOHAMEDBHAI, 2011). Como forma de fazer face a esse e outros problemas, o Plano Estratégico do Ensino Superior (2012-2020) em Moçambique, definiu seis áreas prioritárias de ação para o ensino superior, a saber: a) melhoria da qualidade, expansão e acesso; b) gestão e democratização; c) financiamento e infraestruturas; d) governação, regulação e fiscalização; e) Ensino, investigação, extensão, serviços e ações transversais e f) Internacionalização e integração regional.

Mudanças importantes vêm recentemente ocorrendo com o objetivo de garantir uma melhor qualidade do ensino superior no país. São exemplos disso, a implementação de uma nova política de licenciamento das IES's, visando acabar com a expansão acriteriosa que se observava. Ao refletir criticamente sobre a expansão contínua e a qualidade das IES's, baseado na análise das estratégias políticas adotadas, o acadêmico moçambicano Lourenço do Rosário (2012), argumentou que:

(...) as estratégias seguidas relativas à expansão do ensino superior em Moçambique, e as medidas tomadas para a sua efetivação, não levaram em conta a defesa dos padrões que, em princípio, deviam ser considerados como fundamentais para que a educação superior se mantenha nos parâmetros adequados. Neste momento, não é possível estabelecer de uma forma objetiva qualquer avaliação comparativa com os centros universitários mais avançados da região e até internacionais (ROSÁRIO, 2012, p. 54).

Outra mudança igualmente importante é que os docentes das IES's devem ter, no mínimo, a titulação de Mestre para lecionar na graduação e Doutor para lecionar na pós-graduação. Projeta-se que até o ano de 2020, pelo menos 25% dos docentes das IES's possuam o título de Doutor. As medidas tomadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional, são vistas como determinantes para elevar a qualidade do ensino e como estratégia para minimizar o crônico problema dos ditos “docentes turbos”. Além disso, o governo aprovou um regulamento de inspeção que prevê penalizações às IES's que funcionam em condições inadequadas, abaixo do recomendado. Estas serão obrigadas a

²⁰⁷ Expressão que se refere aos professores que lecionam simultaneamente em várias instituições.

reorganizar-se e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para que voltem a abrir (OMAR, 2017, p. 249).

O ensino superior em Moçambique encontra-se em rápida expansão, ainda que de forma fragmentada, sem massificação,²⁰⁸ necessária diversificação e diferenciação funcional de instituições e programas de ensino (LANGA, 2014). Segundo o autor, “a evolução do número de estudantes no sistema, ainda que tenha sido a uma velocidade relativamente rápida, não se pode confundir com a massificação devido ainda à baixa taxa de participação” (LANGA, 2014, p. 376). O rápido crescimento do acesso, “não se traduz, pelo menos, a curto e médio prazo, num sistema massificado. Portanto, temos uma expansão sem massificação” (ibidem). Assim, constituem alguns desafios do ensino superior em Moçambique: (i) o des/conhecimento; (ii) a diferenciação nominal e funcional; (iii) a expansão fragmentaria e sem massificação; (iv) a qualidade do ensino superior (v) o financiamento do ensino superior; (vi) a ‘Indústria Extractiva’, (vii) a governação do ensino superior; e (viii) os estudos do ensino superior (idem, p. 368).²⁰⁹

Concordo com a defende a tese de que, “o fundamento do conhecimento do e sobre o ensino superior em Moçambique, desde a sua constituição, assenta mais numa base experiencial, normativa-regulativa e menos numa base académico-científica sobre a instituição social do ensino superior” (LANGA, 2014, p. 367).²¹⁰ Portanto, estudar as condições sociais em que o ensino superior se constitui em Moçambique e em que opera, é um dos principais desafios do campo (LANGA, 2014).

Traçado este breve panorama do ensino superior em Moçambique, apresentarei na sequência um quadro das Ciências Sociais no país após a independência e alguns dos seus desafios contemporâneos.

²⁰⁸ Considerando que Sistemas de Ensino Superior massificados são aqueles que atingem taxas de participação acima de 15% (TROW, 1973 apud LANGA, 2014, p. 367). Entretanto, a taxa de participação no ensino superior em Moçambique, até 2014, situava-se abaixo de 3%, inferior à taxa média na África Subsaariana (de 6%) (LANGA, 2014, p. 367).

²⁰⁹ Estes e outros desafios aparecem em trabalhos de académicos moçambicanos: Francisco Noa (2011); Lourenço do Rosário (2012); Tereza Cruz e Silva (2011); Arlindo Chilundo (2006); Lídia Brito (2003); Narciso Matos e João Mosca (2010); Maria Paula Meneses (2016); Hildizina Dias (2009; 2012); Ana Costa (2009); Aurélio Rocha (2012); Edgar Barroso (2017), Maomede Omar (2017); Terenciano & Natha (2016); Mussagy (2016); Salimo & Gouveia (2017); Cipriano Gonçalves (2018) etc. Algumas dessas reflexões apontam também para o desafio colocado pelo refluxo no investimento do ensino superior público por parte do Estado, sua privatização e consequente mercantilização do conhecimento (veja-se sobre este assunto LANGA, 2012; TAMBE, GOUVÊA e TASMERÃO, 2019).

²¹⁰ Ou seja, o conhecimento do ensino superior deriva mais de pessoas que vivenciaram os processos de sua constituição (decentes, investigadores e gestores universitários) e dos documentos normativos e orientadores do campo do que da aplicação de instrumentos teórico-conceituais e metodológicos de investigação.

4.3 AS CIÊNCIAS SOCIAIS²¹¹ NO MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE E ALGUNS DESAFIOS

De um modo geral, as Ciências Sociais em Moçambique, e a Antropologia, objeto particular desta tese, têm uma origem relativamente recente (LOFORTE, 1997; CASIMIRO, 2019). O desenvolvimento destas áreas de conhecimento no país acontece com vigor após a independência (FERNANDES, 2011, 2012; COSTA, 2015; SOARES & MUTZSENBERG, 2019a & 2019b; LOFORTE, 1997, 2012; LIBERMAN, 1993). Na era colonial, as Ciências Sociais, formalmente organizadas, foram pouco significativas, na medida em que a análise da sociedade era interdita. Moçambique, era forçosamente integrante do Estado português. A escassa investigação sobre a sociedade moçambicana desenvolvida na época colonial, era em grande parte de caráter etnográfico, com o objetivo de demonstrar a inferioridade das estruturas sociais africanas e criar um mapa ético²¹² cuja finalidade era a dominação e exploração, assim como a produção histórica era para justificar a ideia de um passado estagnado e de incivilidade que justificasse a colonização. As Ciências Políticas e Sociologia limitavam-se à descrição do aparelho do Estado colonial e das suas personalidades (GANHÃO, 1983; SOARES & MUTZENBERG, 2019b).

O sociólogo brasileiro Diego Costa (2015), argumenta que as Ciências Sociais propriamente ditas em Moçambique têm como marco de sua emergência o Movimento de Libertação Nacional, as guerras anticoloniais e os processos políticos de luta pela independência. As Ciências Sociais “...emergem nas situações em que os diferentes grupos e categorias que compõem a sociedade podem, em alguma medida, expressar suas concepções de mundo e disputar as verdades inerentes a suas posições ideológicas” (COSTA, 2015, p. 21). Maria Paula Meneses (2016a) argumenta igualmente que “em Moçambique, como noutros contextos africanos, as lutas nacionalistas integravam o repto do direito a outros saberes, subalternizados e suprimidos, a valorizar outras experiências, pelo direito a ser, a pensar pela

²¹¹ Diferente do Brasil, onde a concepção dominante das Ciências Sociais inclui fundamentalmente um diálogo entre a Antropologia, Ciência Política e Sociologia (TASSINARI, RIAL E GROSSI, 2006, p. 199), em Moçambique, além destas três áreas de conhecimento, elas incorporam igualmente o diálogo com a História, a Geografia, a Arqueologia, a Administração Pública e Economia. Dependendo da instituição de ensino e contextos históricos, esses diálogos foram ou são mais intensos com umas do que com outras disciplinas.

²¹² Resultante do estudo das diferenças e rivalidades entre os diferentes grupos para poder dividir e reinar e consequentemente impedir que houvesse uma unidade na resposta anticolonial.

sua cultura, desafiando a ditadura da leitura linear do tempo” (MENESES, 2016a, p. 357). Como desenvolve adiante, o Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane, criado após a independência, teve este papel (e continua a ter) de lutar “contra a persistência de uma leitura distorcida provocada pela hegemonia de uma produção acadêmica que se desenvolve no Norte global, em torno do eixo Europa-América” (MENESES, 2012, p. 85).

Afirmar, no entanto, que as Ciências Sociais surgem com as lutas anticoloniais, não significa, contudo, recusar a existência de um pensamento crítico anterior ao movimento independentista no Moçambique colonial (COSTA, 2015). O historiador brasileiro Valdemir Zamparoni, em seu livro sobre colonialismo e racismo em Moçambique, demonstra isso muito bem ao analisar os periódicos anteriores à criação da FRELIMO (1962): *O Africano e O Brado Africano* que, “além de expressarem diretamente e de forma militante os sentimentos da classe social que representavam, acabaram por trazer à tona, nas entrelinhas, a voz daqueles que não tinham outro canal de expressão e daqueles que sequer dominavam a língua portuguesa” (ZAMPARONI, 2012, p. 18).

As Ciências Sociais no contexto das lutas anticoloniais, deram suporte ao pensamento crítico que já existia em relação ao colonialismo. Lívio Sansone (2012), no texto sobre “Eduardo Mondlane e as Ciências Sociais” argumenta que a relação entre o pensamento anticolonial e as Ciências Sociais é complexa. Assim ele afirma:

Por um lado, as Ciências Sociais, sobretudo a Antropologia, cresceram e ganharam poder no meio acadêmico graças aos novos campos de investigação que a empreitada colonial proporcionou. Por outro lado, tem havido um processo de, digamos assim, crioulização das Ciências Sociais por parte de nativos de vários posicionamentos e classes sociais, desde os assistentes de campo - que logo depois da independência se tornaram os antropólogos da terra ganhando um espaço que a eles, tinha sido tradicionalmente negado nos centros de pesquisa como o Rhodes-Livingstone Institute (...) - até o aproveitamento da própria formação em Ciências Sociais por parte de jovens, que logo em seguida ou mesmo durante a formação universitária no Ocidente estavam se organizando para a independência de seus países e se tornariam seus líderes (entre outros, Kenyatta, Nkrumah e Mondlane) (SANSONE, 2012, p. 93).

Esses líderes nacionalistas, argumenta Sansone (2012, p. 93), aproveitaram-se dos discursos hegemônicos das Ciências Sociais ou de algumas das suas teorias populares, em suas narrativas anticoloniais. Assim foi o caso de Kenyatta e Nkrumah, por exemplo, que se valeram do relativismo cultural em seus escritos e discursos. Mas, também, de Mondlane, duas décadas depois, em relação à teoria do grupo de referência da psicologia social, que ele adotou no seu

discurso anticolonialista mantendo-se sempre fortemente humanista. Sansone defende a tese de que:

(...) a formação em Ciências Sociais foi determinante na “autoconstrução” desses líderes da independência e que esta formação, inclusive pelo próprio funcionamento da vida acadêmica na qual eles estiveram inseridos, proporcionou redes sociais, linguagem e algum tipo de capital cultural que mais tarde deixariam marcas na política e em sua prática. Curiosamente, essa formação acadêmica e o embasamento teórico que a acompanha não têm tido muito espaço na reconstrução das “biografias nacionais” desses líderes políticos (SANSONE, 2012, p. 94).

O desenvolvimento das Ciências Sociais e do trabalho científico de um modo geral, em Moçambique após a independência, está intimamente ligado aos processos sociais, econômicos, históricos e políticos pelos quais o país atravessou. Como argumenta Ana Loforte (1997, p. 76), a produção científica em Ciências Sociais, “é condicionada pelo contexto histórico em que emergiu (...), com os meios teóricos e práticos que tem que operar”. Na mesma linha de raciocínio, embora em outro contexto (brasileiro), Mariza Peirano (1999, p. 4) afirma: “uma disciplina acadêmica revela sua possível configuração no diálogo com as idéias e valores dominantes de uma sociedade”.

Tornando-se independente em 1975, Moçambique passou sucessivamente (como mostrei no capítulo II e nos itens anteriores) por processos radicais, pelo menos desde os anos 1950. De uma sociedade colonial, conquistou o *status* de Estado independente e soberano após mais de uma década de luta armada. No seu processo de transição política, experimentou uma tentativa de construção de Estado socialista em condições adversas, devido ao contexto político global da guerra fria, ao enfrentamento da violenta política do *apartheid* (sob égide do então governo África do Sul, no âmbito regional) e ao conflito armado interno, que durou 16 anos. Somado a isso, as dificuldades de construir uma nação sem o reconhecimento necessário da diversidade - sendo esta última vista como um obstáculo, símbolo do atraso ao desenvolvimento e da unidade nacional - assim como, pela abertura à economia do mercado por pressões do FMI e BM já nos anos 1980 (HONWANA, 2002; 2013; MATSINHE, 2005; SOARES & MUTZENBERG, 2019b).

No cenário logo após a independência de Moçambique, não se encontra nenhuma tradição de pesquisa antropológica (e das Ciências Sociais em geral) sólida, que pudesse oferecer diretrizes teórico-metodológicas para a condução de pesquisas sistemáticas da vida social (LOFORTE, 1997). O que se encontra, como também refere Ganhão (1983), mencionado acima e no capítulo II, são estudos etnográficos (relatórios de pesquisa e monografias)

realizados pela administração colonial com o objetivo de entender a vida social para administrá-la melhor (LOFORTE, 1997, p. 76).

Na mesma perspectiva, Glória Liberman (1993) argumenta que os estudos etnográficos e antropológicos do período colonial eram basicamente descrições sobre organização sociocultural das etnias que habitavam o país às quais se lhes dava uma aparência de racionalidade científica através do exotismo. As mulheres nesses estudos apareciam como componentes da família do grupo populacional “tribal” e descritas como objetos de curiosidade do que com finalidade científica e social.²¹³ Boa parte dos estudos que o colonialismo nos legou foram “(...) com o propósito de conhecer para “bem administrar”, para melhor colonizar e explorar. Muitas vezes, estes (...) tinham uma visão “paternalista” (...) interessava conhecer para provar que se tratava de povos sem História, atrasados (...) necessitados de ser estudados e governados” (LIBERMAN, 1993, p. 4).

Alcançada a independência, tornou-se necessário explicar as razões do subdesenvolvimento, mas também, compreender e explicar a própria luta de libertação nacional e a luta de classes em termos históricos para um país que passava pelas consequências imediatas do processo de descolonização: falta de quadros na universidade (professores/as e pesquisadores/as), inexistência de pesquisa que tivessem Moçambique contemporâneo como objeto e os desafios para desenvolvimento socialista do país. “Tornava-se assim, cada vez mais urgente, nesta fase “revolucionária” que Moçambique vivia, desenvolver algo em torno das Ciências Sociais, para colmatar o vazio deixado pela inglória herança colonial portuguesa” (FERNANDES, 2011, p. 87).

O contexto de descolonização levou à pesquisa de várias questões, entre elas: as causas econômicas da exploração e das soluções políticas e revolucionárias para eliminá-la; a experiência da luta armada, que produziu ensinamentos teóricos e metodológicos, considerados como uma das fontes de inspiração para o trabalho intelectual cujos objetivos eram revolucionários, populares e inovadores; as “zonas libertadas”,²¹⁴ onde as decisões iniciais para

²¹³ Eduardo Mondlane é um dos primeiros no seu livro *Lutar por Moçambique* a abordar excepcionalmente a mulher como sujeito ativo na luta contra o colonialismo e exploração de que era vítima. De forma criativa, Mondlane articula a investigação e participação ativa no processo de desenvolvimento da luta à qual ele próprio não estava alheio, sendo sujeito igualmente fundamental (LIBERMAN, 1993; MONDLANE, 1975).

²¹⁴ As primeiras regiões no Norte do país (Cabo-Delgado e Niassa) que se tornaram livres do colonialismo português à medida que a luta de libertação nacional avançava e a FRELIMO tomava o controle administrativo delas. Essas zonas constituíram-se em “*lugar, momento e espaço* de perspetivação de um projeto de uma sociedade nova e de exercício de poder, que por sua vez, exigiam mudança de mentalidades e de vida; de aprendizagem de novos valores para a formação de uma sociedade não baseada no racismo, no tribalismo, no regionalismo e outros tipos de preconceitos negativos” (MAZULA, 1995, p. 105). De acordo com Mazula, “o que

transformação revolucionária da sociedade moçambicana foram tomadas tendo como o objetivo central a libertação em todos os sentidos da palavra: a libertação da opressão colonial e a libertação de toda a capacidade criativa e potencial do povo. Fez-se um esforço consistente para estudar a luta armada, porque somente compreendendo o processo histórico que a tornou possível e seu desenvolvimento se poderia construir uma tradição de pesquisa e de trabalho que tivesse suas raízes próprias na vida moçambicana. Tal abordagem resumia-se à necessidade de vincular a teoria e a prática.²¹⁵ Mais significativa ainda, era a necessidade de desenvolver teorias com base na prática, que induzissem às mudanças sociais e, nesse processo o marxismo²¹⁶ desempenhou um papel dominante (DEPELCHIN, 1987; MAZULA, 1995; LOFORTE, 1997; GÓMEZ, 1999; BRITO, 2019). Apesar dos esforços, as Ciências Sociais continuavam marcadas por uma herança colonial “que se refletiu na reprodução das problemáticas e instrumentos de pesquisa que acabaram por reproduzir a ideologia dominante” (LIBERMAN, 1993, p. 4).

O CEA,²¹⁷ criado em 1976, transformou-se num Centro de Estudos da África Austral,²¹⁸ e teve um papel fundamental no processo de produção do conhecimento em Ciências

dava valor às zonas libertadas não era o seu desenvolvimento físico e territorial, mas o fato de elas serem a configuração dum campo de historicidade que ia delineando a moçambicanidade, a personalidade do povo nas personalidades pessoais” (ibidem). As zonas libertadas representavam para a FRELIMO “o embrião da nova sociedade a construir no futuro Moçambique independente. Essa realidade ia para além do seu significado geográfico, tratando-se de uma nova realidade social, política e cultural” (GÓMEZ, 1999, p. 113). O projeto educacional implantado em Moçambique após a independência iniciou no contexto das zonas libertadas, com as chamadas ‘Escolas da FRELIMO’. A FRELIMO concebia a educação como “uma fonte de produção para alimentar os soldados e como meio de libertação na luta contra o colonialismo português” (CASTIANO & NGOENHA, 2013, p. 46). Nesta perspectiva, a função da educação nas zonas libertadas era fornecer os elementos teóricos e ideológicos para continuar a Luta Armada e incentivar a produção nas povoações.

²¹⁵ Sobre este aspecto da necessidade de ligação da teoria e prática ver Fernando Ganhão (1983); Brazão Mazula (1995); Miguel Buendía Gómez (1999); Carlos Fernandes (2011) e José Castiano e Severino Ngoenha (2013).

²¹⁶ O marxismo para Ngoenha (2010) constitui o segundo paradoxo do governo da Frelimo após a independência, porque os pressupostos políticos de governação que se pretendiam teórica e historicamente legitimar respondiam a pressupostos europeus: “recordemo-nos, que o marxismo é filho de um debate histórico próprio da cultura ocidental” (NGOENHA, 2010, p. 27). Entretanto, Samora Machel, argumentava que o marxismo era produto da luta armada de libertação, ou seja, ele nasceu da prática, das lutas sociais (GANHÃO, 1998; BRITO, 2019). O primeiro paradoxo que já abordei acima era que “o governo legitimava o seu poder com base no povo, mas governava contra os pressupostos jurídicos das culturas nacionais” (NGOENHA, 2010, p. 27). Este foi, segundo Ngoenha (2010) o preço que as culturas nacionais tiveram que pagar em nome da construção de um Proto-Estado moçambicano.

²¹⁷ Segundo o historiador sul-africano Colin Darch (2017, p. 116), a literatura sobre o CEA divide-se em duas categorias: “A primeira é o que poderia ser denominado “narrativas privilegiadas” [focadas nas figuras de Aquino de Bragança e Ruth First, ambos precocemente assassinados de forma violenta pelo regime do *apartheid*], ou seja, textos escritos por pesquisadores que eram funcionários do Centro durante os “tempos heróicos” - enfrentando assim o perigo óbvio de privilegiar a experiência em vez da análise. A segunda categoria consiste num punhado de comentários mais críticos e ocasionalmente hostis, produzidos por estudiosos que nunca trabalharam no Centro [voltadas às práticas de pesquisa]”.

²¹⁸ Do ponto de vista do tipo de problemáticas e abordagens.

Sociais, numa perspectiva que partia da realidade concreta que se vivia no país e na região Austral. Representou, assim um marco de mudanças na história das Ciências Sociais em Moçambique e duas figuras foram fundamentais no processo de criar o Centro: Fernando Ganhão (primeiro Reitor da UEM)²¹⁹ e Aquino de Bragança (primeiro Diretor do CEA)²²⁰ (CRUZ E SILVA, 2019, p. 125), sendo a terceira figura importante Ruth First (Diretora Científica e Coordenadora de projetos de investigação do CEA).²²¹ De acordo com Colin Darch (2017, p.114), o CEA foi criado “para resolver o problema, de curto prazo, da ausência de capacidade adequada nas ciências sociais após a independência”.

A criação do CEA, esteve ligada por um lado, a um contexto mais global da revitalização das Ciências Sociais nas ex-colônias africanas, onde se procurou dar um novo rumo ao ensino e à pesquisa e onde estas eram chamadas a desempenhar o seu papel em prol da emancipação e justiça social, com grande enfoque na bipolarização do mundo através da “guerra fria”, da emergência das teorias marxistas no ocidente e da revolução estudantil de “Maio de 68” em Paris. Por outro lado, surgiu também num contexto mais local de revitalização da nova universidade sob liderança da FRELIMO que procurava, sob o impacto do grande êxodo de professores e estudantes, mudar radicalmente a face da universidade salvaguardando alguma coisa em termos de pesquisa em Ciências Sociais (FERNANDES, 2011, p. 89).

Ao CEA cabia a exigente tarefa de construir o autoconhecimento da sociedade moçambicana, um conhecimento que permitisse saber quem é e para onde vai, por que meios e com que recursos se iria reconstruir (SANTOS, 2012). Ou seja, cabia-lhe a missão de produzir conhecimento em Ciências Sociais sobre Moçambique no contexto da África Austral. Também, de formar quadros com habilidades para suprir a carência, agravada pelo abandono de profissionais portugueses que trabalhavam em Moçambique.

Os professores universitários no país, entre 1975 a 1978, eram menos de 10 (FERNANDES, 2011; MOTA, 2016). A situação dos professores era dramática e poucos alunos moçambicanos e africanos em geral frequentavam a Universidade (CASTIANO &

²¹⁹ A Fernando Ganhão coube a responsabilidade de realizar as mudanças de uma Universidade Colonial para a nova Universidade independente. A criação do CEA representava para Ganhão e sua geração a realização de um sonho, uma vez que os africanos que estudavam em Portugal haviam criado a Casa dos Estudantes do Império (CEI), mas também o CEA que foi depois encerrado pela Polícia Internacional de Defesa de Estado português (CRUZ & SILVA, 2019, p. 124).

²²⁰ Conselheiro direto do Presidente Samora Machel, era acadêmico, jornalista marxista e militante político pela libertação de Moçambique. Mentor da geração dos intelectuais do pós- independência no país, morreu em 1986 com a queda do avião, que vitimou igualmente o Presidente Samora Machel (CRUZ & SILVA et al, 2012).

²²¹ Era Comunista, Jornalista de profissão e militante política contra o *apartheid*. Ruth First teve um importante papel no desenvolvimento das ciências sociais no Moçambique independente. Em 1982 ela foi assassinada com recurso a uma carta-bomba, do regime do *apartheid* (BRAGANÇA e O’LAUGHLIN 1996; COSTA, 2015, DARCH, 2017). “Ela foi a alma do CEA” (GEFFRAY, 2009 [1988], p. 59).

NGOENHA, 2013).²²² Assim, teve que se improvisar uma saída convidando alunos-monitores (que estavam um pouco mais avançados que os outros na formação) para colaborarem na docência e investigação sob a orientação direta de um professor (FERNANDES, 2011). A narrativa da acadêmica moçambicana Tereza Cruz & Silva ilustra a situação vivenciada por ela própria e por colegas da sua geração:

A universidade era portuguesa e as pessoas, os professores da então Faculdade de Letras eram portugueses, estudantes havia poucos moçambicanos, contavam-se pelos dedos, como as estatísticas dizem.²²³ Portanto, nós chegamos à independência com uma universidade - e aqui só estou a falar das Ciências Sociais - vazia de professores e vazia de estudantes. Não era só um problema de falta de professores, era também um problema de falta de estudantes pela simples razão de que o próprio sistema educacional português afunilava a entrada dos moçambicanos até à escola secundária. Digamos que as pessoas que chegavam à universidade ou pertenciam às pequenas burguesias negras ou eram pessoas privilegiadas, indianos, mulatos/mestiços etc., que conseguiram uma situação em que era possível chegar à universidade. A maior parte da população moçambicana tinha muito mais dificuldades em chegar à universidade, mesmo depois da década de 1960, quando há a abolição do Estatuto do Indigenato e toda a população deixa de ser indígena e passa a cidadão, quer dizer, é uma falsa mudança. Do ponto de vista teórico é uma coisa, ou [do ponto de vista] da legislação, mas a prática é muito mais complicada. (...) o professor Fernando Ganhão, (...) decidiu que não iria fechar a universidade só porque não tinha professores e não tinha estudantes. Ele era militante da Frelimo e foi enviado, no período de transição, para ver a situação da universidade. (...). Não é só transição política, mas é transição da própria universidade. Então, o que ele decidiu foi convidar os jovens que tinham apenas o bacharelado, que era de três anos, para trabalharem na universidade. Foi assim que ele fundou o Centro de Estudos Africanos, com um grupo de jovens que eram seus estudantes do último ano do bacharelado que ele convidou para trabalhar no Centro de Estudos Africanos e para garantir que a universidade não fechasse. Estou aqui a falar das Ciências Sociais. Ou seja, um estudante que tivesse bacharelado podia ensinar no primeiro ano da graduação. Enquanto isso, eram contratados professores estrangeiros, que eram chamados cooperantes, para garantir o funcionamento dos cursos e a formação e os jovens que tinham a primeira graduação trabalhavam com esses professores (In: SOARES & MUTZSENBERG, 2019a, p. 125-126).

Logo após a independência, o ensino das Ciências Sociais não mudou muito. Ofereciam-se os mesmos cursos que no período colonial. Os cursos de Ciências Sociais e Humanas ministrados pela Faculdade de Letras, “mantiveram por um período relativamente longo, a estrutura anterior do Bacharelato com a duração de três anos, não obstante terem iniciado transformações curriculares de forma a adequar os seus objectivos e conteúdo à realidade política, social e económica do país” (FERNANDES, 2011, p. 85). No âmbito das

²²² Estimam-se que os estudantes de origem africana eram cerca de 40 nos primeiros anos após a independência (CASTIANO e NGOENHA, 2013, p. 54).

²²³ No período colonial, o ensino para os nativos de forma geral e o superior em particular eram bastante controlados e, neste último nível de ensino, “os únicos cursos que funcionavam eram nas letras, em um sentido mais amplo, geografia, história, a área das literaturas...” (CRUZ & SILVA In: SOARES & MUTZSENBERG, 2019a, p. 121).

mudanças curriculares, introduziram-se algumas disciplinas novas, no curso de História, como História de Moçambique e de África e o curso de Letras Românicas passou a designar-se Letras Modernas.

Um dos marcos que conduziram à formação e investigação em Ciências Sociais em Moçambique foi a *Conferência de Peritos sobre as Ciências Sociais na África Austral*, realizada na UEM, em agosto de 1982. Esta Conferência foi patrocinada pela UNESCO e nela estabeleceram-se as primeiras ideias sobre o ensino e formação em Ciências Sociais, que enquadrar-se-iam no processo geral de revisão curricular iniciado naquele ano com a previsão de culminar em 1985, criando-se diversos cursos e novos currículos. Entretanto, razões circunstâncias impediram que o projeto fosse levado a cabo. A Faculdade de Letras foi fechada em 1982 e, em seu lugar, foi aberta a Faculdade dos Antigos Combatentes e Trabalhadores da Vanguarda (FACOTRAV).²²⁴ Só dez anos mais tarde (1992), um grupo de docentes da UEM retomou o processo de discussão que culminou num seminário realizado em março de 1993. Na ocasião, decidiu-se pela criação da Unidade de Formação em Ciências Sociais (UFICS),²²⁵ cuja abertura se deu em 1995, com bacharelato na área,²²⁶ que seria seguida mais tarde em 1997/98 pela criação de licenciaturas²²⁷ especializadas como previsto nos planos iniciais (PCBCS-UFICS, 1998).²²⁸ Mas, até esse momento (meados dos anos 1990), “não há uma ciência social moçambicana, os fundamentos são universais, mas (...) virados para a realidade moçambicana” (BRITO, 2010b, p. 7-8). A UFICS constitui, portanto, a primeira Escola de formação em Ciências Sociais no país. Segundo o sociólogo moçambicano Luís de Brito os professores nessa época:

(...) com grande dedicação e generosidade, colocaram em segundo plano os seus interesses materiais e tornaram possível, nos anos 1990, criar a primeira escola

²²⁴ Durante quase dez anos (1981-1989) a Faculdade de Letras permaneceu fechada e os cursos de Ciências Sociais e Humanas interrompidos. Os escassos recursos humanos existentes foram orientados para as áreas consideradas prioritárias - atividades pedagógicas (FL-UEM, 1990). É nesse contexto que a FACOTRAV foi aberta, em 1983 coincidindo com o colapso econômico de Moçambique e encerrada em 1992. A FACOTRAV tinha como objetivos: i) no plano econômico - compensar a escassez de quadros em empresas públicas e administração do governo; ii) no plano político - oferecer aos trabalhadores e antigos combatentes de libertação a oportunidade de estudar na Universidade e promover a orientação socialista da UEM consciencializando os discentes em relação às questões de classe; iii) no plano social - educar trabalhadores e camponeses para que pudessem contribuir como “novas pessoas” para um desenvolvimento autônomo e socialista do Estado moçambicano (PIEPIORKA, 2019, p. 284). O ensino das Ciências Sociais e Humanas recomeçou no início da década de 1990 (WILSON, 2001, p. 12).

²²⁵ Nos anos 2000 essa unidade foi extinta e a Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, passa a incluir também as Ciências Sociais, designando-se Faculdade de Letras e Ciências Sociais.

²²⁶ Consistia numa formação de base com a duração de três anos. Fora da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane.

²²⁷ Mais dois anos de especialização para completar a graduação.

²²⁸ Antropologia, Administração Pública e Ciência Política.

moçambicana de cientistas sociais, a UFICS. É verdade, que a UFICS desapareceu muito jovem, poderíamos mesmo dizer que foi “apagada”, mas felizmente, durante a sua curta vida, foi possível formar algumas dezenas de jovens cientistas sociais, o que deixa alguma esperança em relação ao futuro das ciências sociais em Moçambique (BRITO, 2011, p. 15).

Carlos Fernandes (2011) explica que houve por parte da Frelimo, um grande interesse político em transformar de forma radical a Universidade e os seus conteúdos de ensino. Assim, os conteúdos do curso de História, teriam que ser, em primeiro lugar, voltados à História da opressão colonial nas suas diversas formas; História da resistência africana ao colonialismo. Uma História que “pudesse reafirmar a experiência histórica do sujeito africano silenciado pela historiografia colonial, restaurando os valores culturais e a dignidade africana e que também pudesse ajudar nas aspirações da Frelimo de construir a nação moçambicana” (FERNANDES, 2011, p. 85). Desta maneira, logo depois da independência nacional, se planeja a produção de uma “História de Moçambique”, que anos mais tarde, é concretizada pelo Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane. Fernando Ganhão (1975) afirmara numa entrevista ao Jornal Notícias que:

Transformar a Universidade de Lourenço Marques desde sempre ao serviço do poder colonial numa instituição educativa ao serviço do poder popular exige orientação, pela vanguarda organizada do povo - a FRELIMO - e na participação de todos os elementos na sua gestão, segundo os princípios da democracia popular e ainda na identificação de todos os universitários com a causa popular (...) A integração dos estudantes no processo revolucionário da eliminação das classes, se fará com a mesma atitude com que vencemos a guerra, vamos procurar vencer na paz, precisamente inspirando-nos nessa experiência (apud FERNANDES, 2011, p. 86).

O cientista social era, nesse contexto, fortemente obrigado a estudar o marxismo e constantemente usá-lo como uma ferramenta e método para analisar a sociedade (LOFORTE, 1997). Fernando Ganhão (1983), ao se interrogar sobre o papel das Ciências Sociais e do cientista social na construção do novo Estado, da nova Sociedade e da Liberdade em Moçambique e na África Austral, defendia severamente que não se devia distinguir o papel do cientista social, do político ou ativista. Assim, ele argumentava:

Numa Universidade como a nossa pretende ser, numa sociedade em transição para o socialismo, os problemas das Ciências Sociais são bastante diferentes. A Universidade é uma estrutura organizada para produzir conhecimento; para a formação de estudantes e professores em métodos científicos; para a produção de intelectuais que estejam decididos a engajar-se no processo prático de transformação social. No caso de Moçambique, capazes de construir e consolidar, em aliança com outras classes e grupos, as bases de uma sociedade socialista. (...). A solução para uma Universidade que reconhece a necessidade de uma análise de classes e procura utilizá-la, consistirá em assegurar que os engenheiros e os planificadores, os cientistas em todos os ramos

de conhecimento não só estudam formalmente o Marxismo-Leninismo, mas o utilizam constantemente como instrumento e método para analisar as condições da sua realidade. (...). Ela torna necessário que todos os dirigentes, professores universitários concebam formas de ensinar, formas de pensar e teorizar que estabeleçam uma ruptura com o sistema colonial de educação que assentava no dogma, na repetição e reprodução de textos pelos estudantes. Temos de aplicar métodos de ensino que ajudem o estudante (...) a pensar, a enfrentar os problemas que estão em permanente alteração na sociedade e no mundo em Mudança. (...). No caso do cientista social, deve eliminar-se qualquer distinção que se pretenda estabelecer entre o que se define como ciência social, por um lado, e o marxismo, por outro. (...). Em devida altura, quaisquer artificiais distinções entre o marxismo, por exemplo, e o ensino da História ou Ciências Sociais, serão eliminadas (GANHÃO, 1983, p. 12-14)

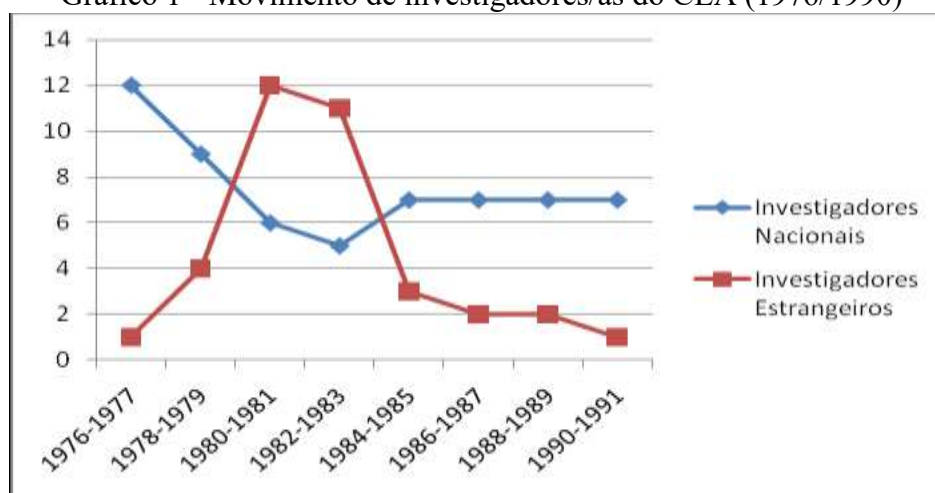
Havia, portanto, uma pressão para que os cientistas sociais²²⁹ demonstrassem a relevância e utilidade do seu trabalho, privilegiando-se um paradigma aplicado desta área de conhecimento, significando uma estreita ligação com os fazedores de política (FERNANDES, 2011, p. 87-88). A pesquisa social, desenvolvida sistematicamente no CEA/UEM em final dos anos 1970, desempenhou um papel ativo e direto no processo de transformação socialista. A estratégia de transição para uma sociedade socialista, baseada numa aliança entre camponeses e trabalhadores, tal como definida pela Frelimo, afetou a investigação acadêmica de duas formas principais: primeiro, na escolha dos temas e objetos de investigação e, segundo, no ensino e aplicação das pesquisas realizadas (LOFORTE, 1997; FERNANDES, 2011; GEFFRAY, 2009 [1988]). Como refere Mariza Peirano abordando o contexto brasileiro, “teoria e política, passavam a fazer parte da agenda das Ciências Sociais no país” (PEIRANO, 1999, p. 4).

No início, o CEA era constituído majoritariamente por investigadores moçambicanos e Carlos Fernandes (2011) sugere que esta pode ser considerada a fase moçambicana do CEA. Da equipe de investigação, faziam parte jovens pesquisadores/as moçambicanos/as como: Luís de Brito, Eulália de Brito, Miguel da Cruz, Ana Loforte, Teresa Cruz e Silva, Salomão Nhantumbo, Amélia Muge, Nogueira da Costa, João Morais, Ricardo Teixeira e António Pacheco, que tinham sido recrutados do Bacharelato em História na UEM. É com estes que o CEA deu os primeiros passos de vida na pesquisa em Ciências Sociais (FERNANDES, 2011, p. 90).

²²⁹ Estes, segundo Peter Fry consistiam “numa burguesia radicalizada composta quase exclusivamente por brancos, mestiços e indianos e de alguns - militantes sul africanos em luta contra o apartheid” que mantiveram sua sede no CEA e que os mesmos detinham “um virtual monopólio da pesquisa e teoria” (FRY, 2001, p. 14). Enquanto Faculdades e Departamentos da UEM enfrentavam sérias dificuldades operacionais, o CEA (entre 1976 a 1984) “foi de longe o mais rico e animado” (GEFFRAY, 2009 [1988], p. 59).

O CEA esteve nesta fase exclusivamente ligada à pesquisa da História colonial de Moçambique. Dividido em secções, alguns pesquisadores/as pertenciam ao grupo da África Austral (Luís de Brito, Eulália de Brito, António Pacheco e Aquino de Bragança), outros ao grupo de História do século XIX (Miguel da Cruz e Nogueira da Costa); outros ainda ao grupo da Antropologia (Ana Loforte, Salomão Nhantumbo, Amélia Muge) e os restantes ao grupo de Arqueologia (João Morais, Ricardo Teixeira). A pesquisa nesse momento era, sobretudo, de tipo documental com muito poucas saídas para o trabalho de campo empírico. Gradualmente, a partir de 1978, decresce a predominância dos pesquisadores/as nacionais no CEA, como resultado de transferências ou alocações destes em outros centros ou instituições de ensino e pesquisa. Por exemplo, para o Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA), que surge nos anos 1980, para ocupar vagas de professores/as em função do abandono dos quadros portugueses. Assim, novos investigadores *cooperantes*,²³⁰ desta vez estrangeiros, aparecem a partir de 1979. Em 1984, superam os nacionais, especialmente com a entrada de Ruth First que contrata e forma a sua equipe com investigadores/as expatriados dos seus países de origem. Nomes como: Kurt Mandorin, Barry Munslow, Marc Wuyts e David Wield, surgem a fazer pesquisa sobre a história de Moçambique em transformação “rumo ao socialismo” (FERNANDES, 2011, p. 90-91). O gráfico abaixo ilustra esse movimento dos pesquisadores/as do CEA:

Gráfico 1 - Movimento de investigadores/as do CEA (1976/1990)



Fonte: Carlos Fernandes, (2011, p. 91).

²³⁰ Termo usado pela Frelimo para designar aos estrangeiros que simpatizavam com os seus objetivos socialistas e que se prontificavam a ajudar e a implementá-los (FERNANDES, 2011; MOTA, 2016). Muitos destes vinham dos países do Leste, mas outros havia que, “eram recrutados nos meios intelectuais marxistas ocidentais (de várias tendências, mas com predominância dos membros ou simpatizantes dos partidos comunistas)” (BRITO, 2019, p. 88).

O historiador sul-africano Colin Darch (2017), no texto “Transversalidade no Centro de Estudos Africanos em Moçambique, 1976-1986: a construção de uma nova visão nas ciências sociais”, teorizando sobre sua própria vida intelectual com base na experiência no CEA, argumenta que entre 1976 e o desastre de Mbuzini em 1986,²³¹ este Centro de Pesquisa, sob a liderança de Aquino de Bragança, e mais diretamente de Ruth First, “desenvolveu rapidamente um conjunto de práticas metodológicas e uma perspectiva crítica - trabalho coletivo, integração entre investigação e ensino, ênfase em problemas práticos de produção, e um reconhecimento do carácter estreitamente conectado das economias da África Austral como um único sistema” (DARCH, 2017, p. 119). A pesquisa e as práticas pedagógicas utilizadas no Centro de Estudos Africanos, segundo Darch, “eram inovadoras e fora da prática normal acadêmica da época” (idem, p. 112). O carácter inovador da pesquisa é reconhecido por outros/as pesquisadores/as que, como Darch, vivenciaram a experiência do CEA dos “tempos heróicos” (THOMAS, 2012),²³² como a estudiosa italiana Anna Maria Gentili, a antropóloga moçambicana Maria Paula Meneses, a socióloga Isabel Casimiro, a historiadora Teresa Cruz e Silva, o sociólogo Luís de Brito, mas também por outros/as, que não viveram diretamente essa experiência, como os sociólogos Elísio Macamo, Carlos Fernandes etc.

Anna Gentili, argumenta que:

No Centro investiu-se em novas abordagens metodológicas, experimentou-se um novo género de formação, desenvolveram-se categorias analíticas e argumentações teóricas para interpretar condições históricas concretas de trabalho e produção em Moçambique, no contexto regional. Investigou-se sobre os aspectos problemáticos da questão rodesiana e sobre o significativo impacto do factor migratório sobre as sociedades de proveniência dos migrantes. Aprendeu-se a dar valor à prática da reciprocidade, à responsabilidade para com as pessoas que participavam no trabalho de pesquisa, incorporando estudantes, camponeses, migrantes, trabalhadores, mulheres e jovens no processo de teorização, levando a que as pessoas não fossem reduzidas a meras informadoras sobre dados e factos, mas antes levadas a sério ao nível conceptual (GENTILI, 2012, p. xxv).

Para Luís de Brito, o trabalho, o rigor e a criatividade, foram as características que marcaram o CEA dos anos 1970 e 1980 (BRITO, 2011, p. 14). Segundo o historiador francês Michel Cahen (2015, p. 22) “não há dúvida alguma de que o «CEA marxista» foi uma matriz fundamental de produção da nova intelectualidade progressista de Moçambique”. Mas, também teve um enorme valor formativo para os investigadores estrangeiros que chegavam com

²³¹ No qual morreu o Presidente Samora Machel e Aquino de Bragança.

²³² Tempo de construção do Estado socialista no pós-independência.

limitado conhecimento sobre a história do país (FERNANDES, 2011). Colin Darch (2017, p. 112) reconhece isso no seu texto, quando afirma: “cheguei a Moçambique em 1979 incapaz de falar português ou distinguir na vida quotidiana as características locais daquelas herdadas do poder colonial, uma vez que ambas me eram alheias”. O economista belga, Marc Wuyts, igualmente:

Foi aqui [no CEA] onde eu aprendi muito sobre Moçambique, indo aos seminários, apresentações de trabalhos dados por esses jovens graduados e por vários outros pesquisadores visitantes (Historiadores, Arqueólogos, Antropólogos) - dentre os quais, mas não somente, um número de pesquisadores franceses famosos - que trabalharam sobre Moçambique ou de uma forma geral, sobre África (apud FERNANDES, 2011, p. 91).

O CEA, para “onde afluíam pesquisadores de muitas partes da África e do mundo, era um espaço poliglota de especialistas em disciplinas e tendências intelectuais diversas, mas politicamente empenhados” (GENTILI, 2012, p. xxiv). De acordo com Christian Geffray, “foi o pólo, a referência obrigatória, de toda estratégia de pesquisa e formação universitária (...)” (GEFFRAY, 2009 [1988], p. 63). Entretanto, embora também tenha trabalhado no Centro, “entusiasmado pela revolução socialista” (FRY, 2001, p.14), Geffray elaborou uma severa crítica ao CEA (e aos seus colegas pesquisadores/as). Segundo ele, o Centro ocupou um lugar privilegiado no sistema de poder (da Frelimo) e do saber e, por isso, conseguiu se impor, polarizar e dominar dentro da UEM (GEFFRAY, 2009 [1988], p.59). A definição dos objetos de pesquisa sociológica do Centro, argumenta, estavam submissas às prioridades estabelecidas pela linha política do partido no poder. Assim, o CEA “reivindicou ser a voz da ciência (marxista), muito além dos muros da Universidade; seus membros sabiam apaixonadamente e melhor que ninguém o que convinha pesquisar (nas Ciências Sociais) e o que não passava de reminiscência da etnologia colonial reacionária” (GEFFRAY, 2009 [1988], p. 63). Para Geffray a adoção acrítica da abordagem marxista (edifício ideológico em que a intervenção do poder foi concebida) por parte do CEA, baseada numa linguagem universal (das classes; dos camponeses e dos operários) (FRY, 2001, p. 15), foi responsável por negar a diversidade dos sistemas sociais e históricos da população sobrevivente:

Essa negação das realidades do país foi correlata à invenção de um país imaginário e fictício, onde uma aliança de operários e camponeses delegou sua autoridade ao partido Frelimo para exercer em seu nome sua ditadura contra os seus inimigos, os inimigos do povo. A ideologia “marxista-leninista” se tornou um corpo dogmático, o instrumento conceitual da invenção do país imaginário e garante da coerência interna da ficção na qual se apoiou o projeto nacionalista de poder (GEFFRAY, 2009 [1988], p. 69).

As críticas de Christian Geffray, apontando que as pesquisas do CEA eram instrumentalizadas pelo partido político no poder (Frelimo), são até hoje rebatidas por outros/as pesquisadores/as do Centro. Colin Darch é um deles. Segundo Darch, o argumento de Geffray baseia-se: i) “num pressuposto implícito de que a totalidade das atividades do Centro consistia no Curso de Desenvolvimento²³³ e os trabalhos do campo associados” e, ii) “[n]uma implícita concepção positivista de uma subjetividade tendenciosa na nossa pesquisa, como se os resultados (...) dependessem dos preconceitos do pesquisador e não de uma interação entre teoria, evidência e a reavaliação constante das questões iniciais de pesquisa” (DARCH, 2017, p. 124-125). Darch, critica Geffray por tratar a relação do CEA com os objetivos estratégicos da Frelimo “como um processo linear de implementação de ordens” e defende que “as pesquisas do CEA mostraram, em diversas ocasiões, atitudes reprovadoras em relação a determinados aspectos da política” (ibidem).

Ana Maria Gentili, é outra pesquisadora que se posiciona contra os que, segundo ela objetivaram fazer acreditar que o CEA fosse um espaço de pensamento único e braço do partido no poder. Desse modo, ela defende que o Centro:

(...) nunca foi transformado num espaço de pensamento único. Foi antes, (...) um espaço onde espíritos inquietos enfrentavam as suas diversidades, ainda que solidários na finalidade de contribuir para remover ou ultrapassar as limitações impostas pela subordinação colonial, e para apoiar o crescimento de uma capacidade de desenvolvimento autónoma. O Centro não era um ‘mundo à parte’ no contexto académico e de Moçambique; antes contribuiu para transformar esse contexto e torná-lo conhecido através daqueles que ali foram formados e que, em seguida, tiveram a oportunidade de se integrar com sucesso em outros ambientes culturais, muitas vezes elaborando mesmo, neste percurso, posições críticas a respeito daquela fase por que passaram (GENTILI, 2012, p. xxiv-xxv).

Segundo Gentili (2012), Aquino de Bragança não admitia clichés, nem dogmas. Para ele, a análise revolucionária não se compadecia com o apego à formulas prontas: “Não acreditava num marxismo tornado ‘credo’ (...) O pensamento único não era traço marcante seu, e por isso aconteceu-lhe muitas vezes ser firme opositor de exaltadores de autoproclamadas versões da ortodoxia marxista-leninista, tal como hoje aconteceria em relação a quem, da

²³³ Primeiro curso de pós-graduação em Moçambique, idealizado por Ruth First e oferecido pelo CEA. Este curso marcou profundamente a história do Centro (FERNANDES, 2011). O mesmo “fundou-se na recolha e na análise dos dados sobre a estrutura e a dinâmica da mudança numa situação concreta, a moçambicana, com as suas características locais, nacionais e de contexto regional, identificando as suas tendências específicas, contraditórias e, por vezes, antagónicas, que a ideologia não reconhecia ou até demonizava, com o fim de elaborar e discutir prioridades e possíveis soluções” (GENTILI, 2012, p. xxii).

mesma forma acrítica, aderiu ao fundamentalismo liberal” (ibidem). Na mesma perspectiva defende o sociólogo moçambicano Luís de Brito (2011, p. 3):

Não havia (...) o entendimento que a ciência tivesse como função confortar e ilustrar uma concepção ideológica da sociedade, fosse ela o marxismo. Pelo contrário, o marxismo era aqui entendido principalmente como um método de interrogação do social, como um conjunto de conceitos e ferramentas de análise capazes de produzir conhecimento novo, e não como uma receita acabada, um conjunto de dogmas sobre o que a sociedade teria sido no passado, era no presente, ou viria a ser no futuro.

Estas críticas e contra críticas, revelam que “abordar o contexto político e ideológico da produção intelectual na I República moçambicana ainda convoca reações negativas, como se essa atenção comporte uma qualquer hostilidade ao processo nacionalista inicial” (TEIXEIRA, 2020, p. 21). Segundo o antropólogo português José Teixeira, é como se:

(..) o elidir dos condicionamentos da investigação fosse necessário à salvaguarda da pertinência e qualidade do trabalho realizado. Referir a sua autonomia reduzida é, por muitos, encarada como a mera reificação da invectiva de Geffray (1988) à influência da militância política no trabalho científico naquela era. (...) é usual que as leituras deste processo intelectual se reduzam a uma mescla de memorialismo e posicionamento político (ibidem).

Retomando a história e importância do CEA, Maria Paula Meneses, afirma que a aposta do Centro ao longo dos anos, esteve sempre centrada na constituição de campo interdisciplinar, entrelaçando as humanidades e as Ciências Sociais. Segundo ela, o CEA sempre se alinhou com as tendências solidárias e libertárias, com a produção de amplos espaços de debate sobre o presente e futuro de África e do mundo. No CEA, “vários momentos e tendências conheceram (...) no seu conjunto, uma aposta contínua com a economia política da produção de conhecimento, por uma epistemologia refinada e cosmopolita que refletisse as especificidades do país e da região no mundo. A importância deste repto, na raiz da constituição do CEA, revela-se fulcral” (MENESES, 2012, p. 98). Pode-se dizer que o CEA, constitui uma “nova escola moçambicana de historiadores” (FIRST, 1980, p. 5) e de Ciências Sociais. Como defende Colin Darch:

(...) acho possível afirmar que existiu nas décadas de 1970 e 1980 algo que se pode chamar de uma “escola moçambicana” nas ciências sociais africanas, manifestando-se tanto nos métodos de pesquisa como no engajamento político, e até a escolha de um público-leitor essencialmente moçambicano pela publicação dos relatórios de pesquisa somente na língua portuguesa e em edições policopiadas (DARCH, 2017, p. 119).

O legado principal desta “escola moçambicana” foi sem dúvida a inovação ao nível da pesquisa, do ensino e do engajamento político coletivo de pesquisadores/as comprometidos/as

com a transformação social da realidade, desde o contexto de construção do socialismo. Carlos Fernandes, sugere que os investigadores do CEA, podem ser considerados “intelectuais orgânicos” na medida em que “eles se constituíam como produtores de um conhecimento que não só iria ajudar o poder a alcançar os seus objectivos como também justificar as suas opções perante o público” (FERNANDES, 2012, p. 20). Esse legado intelectual do CEA pode ser observado hoje no atual Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), fundado por docentes e pesquisadores saídos do CEA em 2007. Como argumenta Cahen (2015, p. 21) “o IESE não nasceu do nada”, reconhecendo as heranças do CEA. Igualmente, Carlos Fernandes argumenta que não se pode compreender o trabalho do IESE como instituição de pesquisa crítica, independente do Estado, partidos políticos e orientada para as políticas públicas, olhando apenas para o atual contexto sociopolítico e económico (de democratização e economia de mercado), sem considerar a dinâmica histórica do passado socialista de Moçambique, especialmente o trabalho profícuo e intelectualmente vibrante do CEA (FERNANDES, 2020, p. 2).

Ana Maria Gentili argumenta, por sua vez e com razão, que o modelo de formação do CEA intimamente ligado à pesquisa é incompreensível na sua essência caso não se reconheça previamente “a sua pertença, e mais tarde a sua contribuição, ao vasto movimento internacional africano e pan-africano, voltado a redefinir radicalmente o ensino da história e das ciências sociais como instrumento de resgate e de soberania” (GENTILI, 2012, p. xxii).

O CEA teve também um papel importante na construção do campo dos estudos da Mulher e de gênero em Moçambique. A socióloga moçambicana Isabel Casimiro, uma das pioneiras desse campo no país, ao descrever a sua trajetória afirma que o seu envolvimento com a temática das relações de gênero iniciou dos anos 1980, na *Oficina de História*²³⁴ do CEA, quando Aquino de Bragança “dinamizou o projecto de investigação ‘O Poder Popular nas antigas Zonas Libertadas da FRELIMO’ e onde, por sua sugestão, decidi trabalhar sobre a participação da mulher na Luta Armada, tema da minha tese de licenciatura defendida em 1986” (CASIMIRO, 2012, p. 211). A investigadora chilena Glória Liberman²³⁵ ao falar do CEA, reconhece o seu papel importante nos estudos da mulher e de gênero:

Depois da independência o Centro de Estudos Africanos adquire um papel fundamental no estudo socioeconómico. Ao estudar a economia política de

²³⁴ Núcleo de pesquisa do CEA criado por Aquino de Bragança cujo objetivo era “resgatar (através das fontes orais) e reescrever a história da luta de libertação nacional em Moçambique” (FERNANDES, 2011, p. 20).

²³⁵ Viveu em Moçambique por alguns anos na década de 1980.

Moçambique, no contexto da África Austral e no sentido de transformação dos sistemas de produção herdados, o CEA ligava-se ao processo de desenvolvimento, sendo dele um participante activo. Nos diversos estudos o CEA contribuiu também para uma análise da situação da mulher, não retirada do seu contexto, mas enquanto relação social Mulher/Homem, numa sociedade concreta (LIBERMAN, 1993, p. 5).

Liberman (1993) explica que numa primeira fase, os estudos sobre a mulher em Moçambique, eram voltados ao combate das práticas socioculturais consideradas retrógradas pela Frelimo (como a poligamia, os ritos de iniciação etc.), do que ao estudo científico da posição social da mulher, do seu papel e das suas necessidades, na relação que ela estabelecia com o homem, sua família, comunidade num contexto social concreto e processo histórico determinado. Outros estudos, analisavam a participação da mulher na luta armada numa perspectiva acrítica vitoriosa, marcada por uma concepção gloriosa e idealista da história. Só nos anos 1980 é que de fato são realizados estudos envolvendo a mulher em outras áreas temáticas, na Faculdade de Letras, pelos Departamentos de Arqueologia e Antropologia e Geografia da UEM, além do CEA e outras instituições governamentais e não-governamentais.

A pesquisa recente da socióloga brasileira Vera Gasparetto destaca igualmente o papel importante do CEA na investigação sobre a temática do gênero ao argumentar (baseada nas reflexões de Isabel Casimiro e Ximena Andrade, 2007), que os estudos sobre as relações entre homens e mulheres em Moçambique iniciaram na década de 1980, mas sua consolidação se deu nos anos 1990, cabendo ao CEA (no âmbito desse novo campo acadêmico) a realização de pesquisas e visibilização das mulheres na ótica feminista e de gênero. É nesse contexto de finais de 1980 e início de 1990 que nasce o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM, 1989) e depois o Projeto *Women and Law in Southern Africa Research Trust* (WLSA, 1990/2) no CEA cujo objetivo era produzir e visibilizar o conhecimento sobre as mulheres na área de Ciências Sociais e Humanas, assim como, contribuir para a transformação social das mesmas (GASPARETTO, 2019, p. 220-221).

As análises de gênero em Moçambique e na África de modo geral florescem, portanto, no bojo das correntes teóricas pós-coloniais, ainda que, como argumenta José Teixeira (2020), a elas não se restrinjam, pois, a mesma logo muito cedo²³⁶ foi tratada no país, de modo autónomo, inscrita no projeto nacionalista de modernização e sucedendo numa perspectiva

²³⁶ “O Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) foi concebido em 1988 no Centro de Estudos Africanos, como forma de visibilizar uma dimensão do conhecimento que até àquele momento não tinha ainda sido tida em conta. A UEM começara já, a partir da década de 1980 a dedicar a sua atenção aos estudos da mulher, por parte de docentes e investigadores nacionais formados sobretudo na área de Ciências Sociais e Humanas” (CASIMIRO & ANDRADE, 2007, p. 6).

teórica marxista.²³⁷ Como argumentou Cristiano Matsinhe (2005, p.31) “(...) a Organização da Mulher Moçambicana, vulgo OMM, tinha a tarefa “vanguardista” de promover a equidade de gênero, sendo guardiã da defesa dos direitos da mulher e denunciando todas as práticas consideradas lesivas aos seus direitos”.

A integração progressiva da temática de gênero nas novas linhas teóricas pós-coloniais ocorreu por “desilusão com as grandes teorias” (TEIXEIRA, 2020, p. 31), como argumentou Isabel Casimiro “(...) as feministas lançaram-se na construção duma teoria capaz de quebrar a ordem existente, partindo das experiências quotidianas das mulheres”, e desse modo, “criaram novas categorias teóricas e instrumentos metodológicos com o objectivo de explicar como se constituíram diferenças hierárquicas entre mulheres e homens, ao longo da história e em diversas culturas” (CASIMIRO, 2012, p. 213), desvendando o carácter sempre situado e parcial do conhecimento, produzido no contexto de relações de poder, sacudindo assim as grandes narrativas universalistas em Moçambique. Os estudos iniciais nesse âmbito foram realizados por Ana Loforte e Isabel Casimiro entre outras pesquisadoras com interesse na temática.

Tendo apresentado, ainda que de forma rápida, este panorama do contexto complexo de emergência das Ciências Sociais em Moçambique, na sequência apresento alguns dos desafios que elas enfrentam na atualidade, que estão estreitamente atreladas a todo o contexto histórico e político do país. Um dos desafios, e talvez o maior de todos, do qual derivam tantos outros, é a atual crise da Universidade pública resultante do neoliberalismo, do capitalismo global e do esgotamento do modelo acadêmico de ambição universal e colonial, portanto, modelo importado, ou melhor, imposto de fora para dentro. Este modelo de formação é baseado em referências eurocêntricas e se recusa a reconhecer a existência de “saberes e experiências próprios da diversidade de culturas que compõem Moçambique” (MENESES, 2016a, p. 339). Ana Loforte já apontava para esse desafio em 1997, ao argumentar que:

O modelo utilizado para formação nas disciplinas das ciências sociais em Moçambique, especialmente na Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, desenvolveu-se no âmbito da formação académica clássica. Cada um de seus componentes é uma unidade discreta e rígida. Esse modelo é bastante inadequado para atender às necessidades do país em relação às pessoas qualificadas que ele exige. Além disso, não consegue lidar com o aumento da demanda social, dado o número muito baixo de novas vagas. (...). A formação em ciências sociais nesta universidade

²³⁷ Como argumentam Casimiro e Andrade (1992, p. 107) “a nossa aproximação de gênero, ao nível da investigação que realizamos, tem em conta a totalidade da organização social - vida econômica, política, cultural e social - no sentido de um entendimento dialético e dinâmico dos aspectos particulares da sociedade”.

não parece seguir a abordagem interdisciplinar que é a marca da grande família das ciências sociais (LOFORTE, 1997, p. 81).²³⁸

Ana Loforte faz essa reflexão crítica num momento em que estava já em curso um processo de mudanças curriculares na UEM: “actualmente, estão a ser feitos esforços para introduzir um novo conceito na formação de cientistas sociais na Universidade Eduardo Mondlane, iniciando simultaneamente novas disciplinas que, até há pouco tempo, não existiam. Estas são ciência política e sociologia”. A compartimentação, se mostrava “improdutiva no plano científico, impraticáveis em termos de ensino e instrução e onerosas em termos de recursos” (ibidem).

A pesquisa em Ciências Sociais continua dependente da divisão internacional e intelectual do trabalho, além das condições sociais e materiais sob as quais é realizada tanto em Moçambique, como em África de modo geral (LOFORTE, 1997; MARIANO, 2017; CARDOSO, 2017; GONÇALVES, 2019). Ainda assim, José Castiano defende que existem sinais e tendências de superação do estatuto periférico para um estatuto de paradigma dos saberes produzidos pelos investigadores africanos (moçambicanos) (CASTIANO, 2010, p. 145). A ausência de políticas de pesquisa e de financiamento destas é uma realidade com a qual os cientistas sociais moçambicanos têm que se defrontar. E este constitui um dos grandes desafios para a sobrevivência das Ciências Sociais. Apesar deste cenário, não se pode afirmar que não haja uma tradição nesta área de conhecimento no país e no continente (LOFORTE, 1997).

Apesar de todas as dificuldades, há avanços, especialmente no que se refere à reformulação curricular nos cursos de Ciências Sociais em Moçambique, porém, os desafios da descolonização da matriz eurocêntrica do modelo de formação persistem (MENESES, 2016). Assim, passo uma lista de alguns desafios que se colocam: i) questionar a centralidade da Universidade enquanto único espaço de produção de pensamento crítico e com potencial transformador - descolonizar a hierarquia de saberes; ii) democratizar o acesso ao ensino superior e a permanência; iii) questionar o modelo de educação tradicional baseado em relações fortemente hierarquizadas; iv) apostar em pedagogias que encontram nas línguas africanas recursos de aprendizagem; v) desconstruir as “bibliotecas coloniais” como referências centrais de ensino nas Universidades moçambicanas (e africanas), que recusam qualquer possibilidade de racionalidade dos africanos ou de histórias plurais - recuperar a oralidade; vi) ultrapassar a

²³⁸ Tradução livre e pessoal do original em inglês.

persistência colonial nas formas contemporâneas de pensar e escrever o continente - continuamos a repetir o conhecimento colonial; vii) ampliar o papel do convívio e trabalho colaborativo e interdisciplinar na produção de conhecimento; viii) aumentar a capacidade de realizar pesquisas qualitativas e quantitativas ; ix) melhorar o ensino acadêmico por meio da transferência e desenvolvimento do conhecimento; x) diversificar os espaços ou fóruns de discussão e publicação de resultados; xi) construir redes consistentes de pesquisa; xii) apetrechar as bibliotecas existentes; xiii) ampliar as possibilidades de circulação e preservação de conhecimento (MENESES, 2016; DARCH, 2017; 2019; LOFORTE, 1997; CHAVES, 2009; BRITO, 2011).

Além dos desafios que se colocam dentro da academia e/ou da produção intelectual, há outros no campo das políticas públicas, centrais no contexto das sociedades contemporâneas, na medida em que elas constituem “ferramentas de intervenção e ação para a administrar, regular e mudar a sociedade” (SHORE, 2010, p. 32). Estas políticas públicas, como observou o antropólogo guineense, Carlos Cardoso, “precisam de ser elucidadas pelos resultados e contribuições do ramo das ciências que mais directa e imediatamente afetam a vida da sociedade, as ciências sociais e humanas” (CARDOSO, 2012, p. 142). Muito bem também argumentou o sociólogo camaronês Jean-Marc Ela, a esse respeito: “(...) não há sociedades economicamente desenvolvidas sem o aporte das Ciências Sociais” (ELA, 2013, p. 12).

As Ciências Sociais em Moçambique, se transformaram e popularizaram (WILSON, 2001). Se “no passado, os estudiosos de Moçambique - principalmente estrangeiros - se preocupavam em traçar, descrever e detalhar uma trajetória heroica unificadora para o país (ou mesmo as falhas dessa trajetória)”, concentrando “em desvendar verdades universais sobre lideranças de vanguarda, bem como a viabilidade do socialismo”, no presente, a investigação sociológica transformou-se numa “descrição - ao mesmo tempo difícil de se entender e totalmente fascinante - dos particularismos e dissonâncias que caracterizam esse país (...) ao mesmo tempo imenso, diverso e precariamente integrado” (WILSON, 2001, p. 11). De acordo com Ken Wilson, Moçambique está sendo hoje estudado “a partir das mais diversas experiências locais e específicas, por jovens de uma nova geração de moçambicanos formados dentro e fora do país (...)” (ibidem).

Apresentei este panorama sociopolítico do país, o processo de constituição do ensino superior e a emergência das Ciências Sociais no âmbito mais geral do Moçambique independente, de modo a contextualizar as condições de produção da Antropologia, objeto de

reflexão dos próximos capítulos. Na sequência abordo a crise e a marginalização da Antropologia nos primeiros anos pós-independência.

5 CRISE E RELATIVA MARGINALIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA NO CONTEXTO PÓS-INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE

A timidez da disciplina antropológica em Moçambique, o seu carácter discreto, domínio ainda mal conhecido, só pode ser compreendido se tivermos em conta o percurso histórico do seu surgimento depois da independência. Severamente banida,²³⁹ porque conotada como arma de arremesso do poder colonial (...). (JOSSIAS, MARIANO, 2008, p. 7).

No capítulo anterior abordei o contexto geral de Moçambique independente, a trajetória do ensino superior e a emergência das Ciências Sociais.²⁴⁰ Neste capítulo abordo, especificamente o desenvolvimento da Antropologia nos primeiros anos logo após-independência do país: um contexto caracterizado pela crise e relativa marginalização da disciplina porque conotada redutoramente como instrumento de dominação colonial.

Para compreender os processos de produção e legitimação (ou não) do saber antropológico em Moçambique é preciso, como sugere a antropóloga moçambicana Kátia Taela (2000, p. 19), recuar no tempo, analisar o contexto histórico da emergência da disciplina como uma Ciência Social (análise já contemplada anteriormente) e situar o seu surgimento no país em análise. Assim, traçar o percurso da Antropologia e sua produção no contexto pós-independência em Moçambique, implica considerar dois grandes momentos pelos quais ela atravessou. O primeiro, *de crise e sua relativa marginalização*, logo a seguir a independência em 1975 até meados de 1980. Tal crise, traduziu-se na recusa da disciplina, dos valores e práticas sociais “tradicionalistas”.

O segundo momento, é de *revitalização da Antropologia*, particularmente a partir dos meados dos anos 1980 em diante (objeto do próximo capítulo - V). Este traduziu-se na instrumentalização da disciplina, inicialmente ao serviço do projeto de reconstrução nacional e desenvolvimento socialista na época já em crise e, depois, a partir de 1990 em diante ao serviço do projeto de desenvolvimento, já num contexto de democratização e liberalização da economia (capitalista), com a proliferação de ONGs no país e, mais recentemente, com crescimento da indústria extrativa, em especial da mineração. Esta última, se por um lado tem indicado

²³⁹ No caso de Moçambique, as informações mostram que a Antropologia não foi severamente banida, mas, relativamente marginalizada no pós-independência.

²⁴⁰ Estas foram abordadas tendo em conta o argumento de Mariza Peirano, segundo o qual “não é possível falar sobre a história de uma disciplina [Antropologia no caso desta tese] sem levar em conta o desenvolvimento de disciplinas vizinhas — quer estas sejam modelos ou rivais da primeira”. E, “mesmo quando se define um enfoque dominante para uma disciplina, este nem sempre é desenvolvido só por especialistas da área” (PEIRANO, 1999, p. 3).

perspectivas de crescimento econômico, por outro, é responsável pelos deslocamentos forçados das populações dos seus tradicionais locais de habitação para novos, sem as condições mínimas de reprodução social e, também, pela geração de conflitos e violências diversas (EUSÉBIO, 2017).

Como se sabe pela história da Antropologia e os dois primeiros capítulos deste trabalho apontam para isso, essa disciplina nunca foi uma ciência neutra. O antropólogo americano Lee Baker argumenta que “a Antropologia sempre articulou como ciência social um discurso autorizado sobre raça, racismo e cultura; e os políticos, filantropos e ativistas sempre apelaram à Antropologia em busca de apoio para projetos específicos” (BAKER, 2015, p. 151). Assim, “às vezes a Antropologia foi usada para promover a igualdade e obter justiça, mas outras vezes foi chamada a defender a segregação e manter a opressão” (ibidem). É por essa razão, que Fernando Manuel (1988)²⁴¹ considerou a Antropologia “uma poderosa faca de dois gumes”. Portanto, “a produção do conhecimento antropológico é sempre atrelada à sociedade em que se produz esse conhecimento e, como todas as outras ciências sociais, ela nunca foi nem objetiva nem desinteressada” (BAKER, 2015, p. 151). Nesse sentido, no final dos anos 1980, havia antropólogas/os em Moçambique que defendiam que se a Antropologia tinha sido no passado instrumentalizada para oprimir poderia ser igualmente apropriada para libertar. Iraê Lundin, por exemplo, defendeu: “uma ciência que fez tão mal também pode ser utilizada de modo positivo, favorecendo a melhoria da vida”. E, Ezequiel Gwembe, por sua vez, chamando atenção para a necessidade de se valorizar a ciência antropológica e referindo-se ao seu poder, sustentou que este campo disciplinar poderia “orientar para a opressão como igualmente o pode ser para o desenvolvimento” (In: MANUEL, 1988; JOSSIAS; MARIANO, 2008).

Os posicionamentos de Lundin e Gwembe, estão alinhados com o argumento do antropólogo inglês Michel Herzfeld, segundo o qual a Antropologia é uma disciplina que “desenvolveu um sentido irônico do seu próprio contexto social e cultural, [e] está particularmente bem equipada para desafiar a separação entre modernidade e tradição e entre racionalidade e superstição - talvez ironicamente, em parte, porque ela desempenhou um papel enormemente influente na criação desta antinomia” (HERZFED, 2014, p. 18).

²⁴¹ Homem de muitas profissões. Foi professor de História, é Jornalista e escritor. Escreveu o texto “Antropologia: uma poderosa faca de dois gumes” na época em que estava como redator da Revista Tempo. O mesmo foi baseado em conversas com o padre e antropólogo moçambicano Ezequiel Gwembe e a antropóloga sueco-moçambicana, nascida no Brasil Iraê Lundin.

Neste capítulo, centrar-me-ei na análise da situação da Antropologia no momento logo após a independência, caracterizado pela crise e relativa marginalização da Antropologia e nos primeiros sinais de sua revitalização, em inícios de 1980, com a criação do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA), a realização do Primeiro seminário Interdisciplinar e algumas das publicações realizadas. As descrições e análises apresentadas neste, assim como no próximo capítulo, são baseadas, além das referências bibliográficas, em entrevistas.

5.1 DA CRISE DA ANTROPOLOGIA E SUA RELATIVA MARGINALIZAÇÃO NO PÓS-INDEPENDÊNCIA

O antropólogo sul africano John Comaroff (2010), defende que a Antropologia esteve sempre em crise e o seu fim foi muitas vezes previsto por diversas razões. No caso de Moçambique e da África de forma geral, especificamente no período aqui em análise, a *crise da Antropologia*, foi caracterizada pela enraizada convicção de que ela era instrumento de arremesso do poder colonial, concebida como ciência filha do colonialismo. Por via disso, em alguns contextos foi severamente combatida e em outros, como em Moçambique relativamente marginalizada pelo poder oficial. Essa caracterização se construiu mesmo sem um documento formal que oficialmente assim a estabelecesse, sendo também defendida por alguns acadêmicos e investigadores, como em seguida narra a antropóloga Ana Loforte:

Havia todo um posicionamento contra a Antropologia em Moçambique, pelo fato de ser uma disciplina muito ligada à colonização e havia, quer da parte mesmo de alguns docentes e investigadores da nossa universidade, mas mesmo em termos do próprio poder político, uma certa rejeição da ciência antropológica porque muito ligada ao colonialismo então havia todo um posicionamento no sentido de esta é uma ciência que serviu a administração colonial e não podemos imaginar como é que este tipo de ciência se pode consolidar em Moçambique tendo em conta toda uma série de pressupostos, toda uma série de contributos que a Antropologia foi dando à própria empresa colonial. Portanto, era digamos assim uma posição de muita tensão, de muito antagonismo relativamente à Antropologia quando nós pretendíamos afirmar a disciplina em Moçambique, em termos de investigação, em termos de formação nesta área (Ana Loforte, entrevista 2017).

O antropólogo português José Fialho Feliciano, sugere que “a própria história da Antropologia deve ter contribuído para tal desinteresse dos poderes” (FELICIANO, 1996, p. 19). Para fundamentar o seu argumento, ele afirma que, nos anos 1950, distintas modalidades de dominação política utilizaram-se de instrumentos teóricos da disciplina (conceitos, metodologias e teorias) e muitos antropólogos, envolveram-se em projetos do de administração colonial. Então, com o alcance das independências: “a Antropologia foi responsabilizada como

a “ideologia colonial”, ficando, por isso, confinada aos espaços universitários dos antigos países colonizadores, quase sem presença e sem eco nas universidades africanas, tanto no ensino como na investigação. Um vazio de trinta anos (ibidem).

Assim, como Ana Loforte, José Fialho Feliciano argumenta que havia em Moçambique, logo após a independência os que defendiam a utilidade da Antropologia e os que, contrariamente defendiam a sua inutilidade (FELICIANO, 1987, p. 15). Os que assumiam a primeira posição, de defesa da Antropologia, procuraram, no entanto, exorcizar (afugentar) os vieses ideológicos e etnocêntricos desta disciplina que atingiu a sua maturidade (como vimos no capítulo I) no contexto do projeto colonial e contribui para implantação e manutenção deste (GONÇALVES, 2019, p. 4). Assim, a produção antropológica nos primeiros anos após a independência, espelha o esforço empreendido pelos que realizavam pesquisa antropológica em demonstrar a sua pertinência para o desenvolvimento socialista (TAELA, 2000, p. 23).

As críticas à Antropologia em Moçambique e a sua relativa marginalização não eram um caso isolado do resto do continente e do mundo, como já aponte. O antropólogo congolês-brasileiro, Kabengele Munanga, argumenta nesse sentido que, com a independência da maioria dos países africanos nos anos 1960, “a antropologia foi uma das disciplinas científicas mais criticadas, por ter se colocado a serviço da Missão Civilizadora enquanto “*corpus*” científico justificador e legitimador da ideologia colonial” (MUNANGA, 2013, p. 488). Tais críticas estão estreitamente ligadas à crescente influência da perspectiva marxista nas Ciências Sociais dos anos 1970, que estabeleceu o hábito de criticar a Antropologia pela sua proximidade com o sistema colonial (MACAMO, 2002, p. 12). Nessa onda crítica, o antropólogo marxista francês Jean Copans, argumentou que “não se pode separar a antropologia da história colonial, como também é necessário admitir que foi esta última que a tornou possível e que a antropologia a recompensou, participando na elaboração da ideologia colonial” (COPANS, 1981, p. 111). Em outro texto ele argumenta que “a história da etnologia é também a história das relações entre as sociedades europeias e as sociedades não europeias”, portanto, a história da “exploração e da dominação dos países subdesenvolvidos (o Terceiro Mundo) pelos países desenvolvidos ocidentais” (COPANS, 1989, p. 39). Nesse contexto, o autor considera que os antropólogos são culpados por terem contribuído direta ou indiretamente para a manutenção de práticas coloniais. Por esta razão:

Naqueles anos [década de 60/70], era bastante dificultada aos antropólogos ocidentais, por causa dessa postura, a pesquisa de campo em terreno africano. Alguns se fizeram passar por sociólogos do desenvolvimento para poderem realizar suas pesquisas nos

países africanos recém-independentes. Foi por isso que diversos antropólogos ocidentais, em seus textos críticos, qualificaram sua própria disciplina de “filha do imperialismo e do colonialismo”, pois foi justamente no espaço geográfico do colonialismo e do imperialismo que a antropologia encontrou as condições propícias para seu desenvolvimento empírico e teórico (MUNANGA, 2013, p. 488).

Kabengele Munanga, argumenta ainda que uma disciplina como a Antropologia, que cresceu nas condições históricas acima apontadas, infelizmente, estava impossibilitada de “evitar relações íntimas e sub-reptícias com os pensadores e organizadores da conquista colonial. Foi justamente por causa dessas relações que a antropologia foi objeto de virulentas críticas tanto dos africanos como dos europeus, principalmente os da geração pós-colonial” (MUNANGA, 2013, p. 488). Deste modo, para Jean Copans, a recuperação das culturas nacionais seria possível apenas “pela morte da Antropologia que não soube respeitar os direitos dos outros nem criticar as colonizações nem as explorações” (COPANS, 1981, p. 112). Embora a crítica à Antropologia seja justa em muitos aspectos, o sociólogo moçambicano Elísio Macamo argumenta que ela “sempre pecou por confundir a disciplina como um método com as práticas coloniais e o oportunismo de alguns antropólogos” (MACAMO, 2002, p. 12). O fato da Antropologia muito cedo ter se especializado como uma disciplina que estuda tipos de sociedades, frequentemente encontradas no continente africano, fez com que “os seus métodos e algumas das suas predisposições epistemológicas exercessem uma certa atração sobre os regimes coloniais. Estes com efeito instrumentalizaram a antropologia para fins coloniais” (ibidem). Contudo, ele destaca (e eu igualmente me refiro a esse aspecto no capítulo II, deste trabalho):

Há vários exemplos de antropólogos que utilizam a sua ciência para questionar algumas premissas dos regimes coloniais, muitas vezes arriscando mais do que a sua reputação acadêmica. Em Moçambique, por exemplo, Marvin Harris, o conhecido antropólogo americano atraiu a antipatia do governo colonial português com as suas críticas à administração portuguesa que obrigava muitos a procurarem refúgio no trabalho migratório (Harris, 1959). Marvin Harris foi hostilizado pelo regime colonial português e severamente criticado por António Rita-Ferreira que não era propriamente um antropólogo (Rita-Ferreira, 1960) (MACAMO, 2002, p. 12-13).

Este cuidado crítico apontado por Macamo (2002), não inocenta ou purifica a Antropologia do contexto imperial e colonial de seu surgimento, como ele próprio argumenta: “o que não se pode negar, contudo, é que a definição da disciplina durante o período colonial tornou-a aliado natural do colonialismo” (idem, p. 13). Kátia Taela (2000, p. 20) também argumenta que “a Antropologia teve o seu conhecimento condicionado pelas suas origens (...) o que teve repercussões na sua institucionalização e no seu desenvolvimento na maioria dos

países africanos e em particular em Moçambique”. Logo após a independência, a grande questão que se colocava em relação a Antropologia era, portanto, de saber: se poderia ou deveria uma disciplina que foi legitimamente percebida como serva do colonialismo ter futuro na África independente? (GONÇALVES, 2019, p. 419). Este e outros questionamentos à disciplina, além da sua convivência com o colonialismo, tinham a ver com o fato das estruturas teóricas dominantes no interior da disciplina, após a independência, não oferecerem modelos para os tipos de mudança sociocultural, política e econômica que vivamente animavam as lideranças africanas com visão revolucionária, tendo como objetivo construir sociedades, nações, Estados novos (GONÇALVES, 2019; LOFORTE, 1987). Assim, os líderes africanos que conduziram os processos de libertação de seus países do jugo colonial apelam pouco para a Antropologia logo após as independências (GONÇALVES, 2019).

Nesse contexto, o Centro dos Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane, importante centro de investigação e formação de quadros com competências em Ciências Sociais, criado em 1976 na única instituição pública de ensino superior existente na época, por razões políticas e ideológicas, internas e externas, vigentes no momento, não incluiu a Antropologia nas suas disciplinas ou abordagens (MARIANO, 2017; 2018; LOFORTE, 2008; 2017; TEIXEIRA, 2017; ZONJO, 2018; TAELA, 2000; GONÇALVES, 20019). A esse respeito, Ana Loforte (2008) e Ana Loforte e Alexandre Mate (1993), argumentam:

Na altura, muitas das investigações no domínio das ciências sociais concentravam-se no CEA, sendo as áreas de pesquisa bem definidas e ligadas ao trabalho migratório, a problemática do desemprego, das cooperativas, a questão da Rodésia, deixando à margem as pesquisas antropológicas. Durante algum tempo realmente a antropologia foi marginalizada (LOFORTE, 2008, p. 9).

O CEA, não incluiu na sua linha de trabalho a Antropologia, ‘devido a superstição em relação às análises da Antropologia sobre a África’. O CEA apresentou uma opção focando a transição da economia colonial para uma economia socialista, bem como a correlação das forças regionais para a luta contra o apartheid e o colonialismo (LOFORTE E MATE, 1993, p. 10).

O privilegiado discurso e a práxis política do marxismo-leninismo não tolerava outras *démarches* metodológicas na abordagem das Ciências Sociais. Assim, a Antropologia no pós-independência em Moçambique, transportou com ela “as fragilidades provenientes dos compromissos com a administração colonial, e a sua análise foi, nos primeiros anos da independência incompatível com as concepções ligadas ao desenvolvimento, quase só ligado à economia e à produção da identidade nacional, que exigia a anulação das diferenças” (LOFORTE E MATE, 1993, p. 10). O posicionamento crítico em relação à exclusão da

Antropologia no CEA aparece, pela primeira vez, de forma um tanto irônica nas reflexões do antropólogo francês Christian Geffray (1988),²⁴² já apresentadas no capítulo anterior. O condicionalismo ideológico, tornou-se obstáculo para as ciências sociais e os seus efeitos reverberaram nos recursos disponibilizados às instituições para colocar a pesquisa e o conhecimento científico ao serviço do desenvolvimento nacional (LOFORTE E MATE, 1993; FERNANDES, 2003).

Embora houvesse uma suposta abertura para as Ciências Sociais e Humanas de um modo geral, a visão que se tinha da Antropologia em especial era negativa, porque conotada com o colonialismo. Tal abertura às Ciências Sociais, por parte do poder político, é visível no discurso de Samora Machel, no qual afirmava que: “é tarefa da Universidade mergulhar as suas raízes na realidade nacional, procedendo de forma sistemática e organizada à investigação e recolha do nosso património histórico, cultural, artístico, científico e técnico” (MACHEL, 1976, p. 19).²⁴³ A produção de conhecimento nas várias áreas, incluindo as Ciências Sociais, sobre a realidade social moçambicana, capaz de contribuir para a transformação socialista, constituía o grande desafio que o país enfrentava, razão pela qual o CEA foi criado.

Ainda a respeito da conotação negativa da Antropologia, José Fialho (1987) argumentou que historicamente, a Antropologia no contexto de Moçambique esteve “comprometida com o colonialismo português, de forma mais permanente e decisiva, com o regime do Apartheid na África Austral” (FIALHO, 1987, p. 14). Assim, e considerando também, que historicamente a Antropologia teve como seu objeto privilegiado os chamados “povos primitivos”, a questão central que se colocava e se devia enfrentar após a independência no país era a de saber: ‘para quê’ estudar relações tradicionais, se o projeto moçambicano visava

²⁴² Nascido em 1954, falecido em 2001. Realizou seu primeiro trabalho de campo em Moçambique, entre 1982 - 1986, entre populações Macua, no Distrito de Eráti, província de Nampula. Produziu uma vasta obra bibliográfica sobre Moçambique e o Brasil, com influências nitidamente marxistas. Na primeira fase de suas pesquisas Geffray estudou a relação entre o parentesco e a organização social, centrado no modelo clássico da Antropologia. Das suas pesquisas em Moçambique resultou: *Travail et Symbole en Pays Makhuwa*, sua tese de doutorado (1987), sob orientação de Georges Balandier, e posteriormente a obra *Ni Père, ni Mère: Critique de la Parenté Chez les Makhuwa* (1991), publicada mais tarde em português com o título *Nem Pai, Nem Mãe- Crítica do parentesco: O caso Macua*. Durante o trabalho de campo Geffray confrontou-se com a questão da Guerra Civil, tendo publicado vários artigos e o livro *La Cause des Armes au Mozambique: Anthropologie d'une Guerre Civile*, traduzido também para o português com o título *A causa das armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Sobre esta última obra no âmbito das preocupações da Antropologia Geral veja-se o artigo de Fernando Florêncio (2002). Geffray e seu orientador, Claude Meillassoux, entre outros antropólogos franceses, influenciaram antropólogos/os moçambicanos/as e a Antropologia em Moçambique, como aponto mais adiante.

²⁴³ Proferido no âmbito da comemoração do dia internacional do trabalhador (1º de maio) e de atribuição de novo nome à então Universidade de Lourenço Marques, passando a designar-se Universidade Eduardo Mondlane, em 1976.

construir relações novas (idem, p. 15). Como argumenta o antropólogo moçambicano, Euclides Gonçalves:

(...) a insistência da antropologia em estudar a mudança principalmente investigando o “tribalismo” - e sua transformação - em contextos urbanos, também corria diretamente contra o grão aspiracional da liderança recém-independente da África. Ele não apenas parece colocar ênfase no poder da tradição de impor freios indesejáveis às formas de transformações econômicas modernistas que inspiraram os revolucionários (tanto das convicções socialistas quanto capitalistas). Também sugeriu uma vida futura para formas de política identitária que muitos procuraram avidamente exorcizar de seus corpos políticos, com base na firme convicção de que o “tribalismo” forneceu simultaneamente às potências coloniais um mecanismo pelo qual se dividir e assim governar, mas também como uma ameaça óbvia para novos projetos de construção nacional (GONÇALVES, 2019, p. 420).

É este olhar à Antropologia como uma ciência colonialista articulado com adoção de uma estratégia de desenvolvimento e economia moral e política socialista, de orientação marxista-leninista pela Frelimo, que tinha como lema “matar a tribo para fazer nascer a nação”, que levou a uma relativa marginalização da Antropologia no pós-independência. Trata-se, pois de uma relativa marginalização, porque apesar da negação da disciplina pela sua associação ao colonialismo e de uma orientação político-ideológico, que contraditoriamente reconhecia e simultaneamente negava a diversidade cultural, havia indivíduos e instituições que realizavam pesquisa antropológica, ainda que poucas, tais como o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades (SNM), o Arquivo Histórico, o Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação (INDE), a Direcção Nacional de Habitação (DNH). Algumas das investigações foram realizadas pelos antropólogos portugueses Joaquim Segurado, José Fialho Feliciano e Eduardo Medeiros (LOFORTE, 1987, p. 64).

Como defende a antropóloga moçambicana Alcinda Honwana (2002, p. 183), é esta orientação marxista da Frelimo, baseada numa visão materialista da realidade, que “favorecia a rejeição dos valores sociais e culturais da sociedade tradicional”, uma vez que o projeto da Frelimo era a construção de uma sociedade nova, de um homem novo, de relações novas e modernas, portanto, sem discriminação racial, regional, tribal etc., em oposição ao colonialismo, capitalismo e tradicionalismo.

Na mesma linha de pensamento, Eduardo Medeiros argumentou que “com a tomada do poder pela Frelimo, a estrutura dos regulados foi abolida. Os régulos, cabos e capitães foram marginalizados e as suas funções prescritas” (MEDEIROS, 1984, p. 15). Cristiano Matsinhe (2005), analisa que no contexto de um sistema político monopartidário daquela altura, onde quaisquer margens de diferença de opiniões eram intoleráveis e, na ambição de construção do

que a Frelimo considerava ser uma nação socialista moderna, erradicando todos os “ismos” acima apontados:

(...) embarcou-se em políticas de ostracização e aniquilamento de todos os aspectos que pudessem representar resquícios de “um passado colonial” e “tradicional” com o qual se queria, a todo o custo, romper, uma perspectiva que aspirava dismantelar as estruturas de funcionamento do sistema colonial e tradicional “retrógrado” para implantar o “novo” sistema socialista (MATSINHE, 2005, p. 30).

Ainda nesta perspectiva, o filósofo moçambicano Severino Ngoenha, argumenta que a Frelimo “assumia a colonização portuguesa, assumia a imposição histórica, assumia a Conferência de Berlim, e, sobretudo assumia as fronteiras coloniais que constituíam, talvez a única ligação verdadeira entre os povos de Moçambique; mas não assumia a realidade das nossas diferenças e das nossas controvérsias históricas” (NGOENHA, 1992, p. 52). A tradição²⁴⁴ era vista pela Frelimo como estática/estagnada, não-dinâmica e imutável, consequentemente adversária da modernidade (HONWANA, 2002). O antropólogo moçambicano Johane Zonjo (Entrevista, 2018), refere que não chega a haver uma proibição formal da Antropologia em Moçambique, mas, igualmente reconhece que é esta orientação que a Frelimo assume, assim como a conotação negativa da disciplina, associada ao colonialismo, que vai justificar uma certa negação da Antropologia no pós-independência.

Em nenhum lugar estas correntes de modernidade e de progresso, que frequentemente produziram um planeamento de desenvolvimento “altamente esquemático”, abertamente hostis à tradição e de fervor nacionalista, decidido de forma explícita a transcender o tribalismo e a opressão colonial a que ele servira, convergem mais vigorosamente do que no Moçambique pós-independência, sob o governo da Frelimo e seu líder revolucionário, e primeiro Presidente, Samora Moisés Machel (GONÇALVES, 2019, p. 420).

Enquanto a Antropologia era rejeitada, outras disciplinas como a Ciência Política, a História, a Economia etc., eram vistas como teoricamente não ligadas ao colonialismo. O fato de não operarem com noções suspeitas como a de “tribo” pareciam oferecer paradigmas que reverberavam nas visões modernistas e nacionalistas da época. Isso explica o porquê de estas não terem sido rejeitadas como foi a Antropologia e, mais do que isso, terem recebido apoio para a pesquisa. Nesse cenário, a Antropologia não era bem-quista nas Universidades africanas logo após as independências, o que não surpreende que poucos antropólogos tenham nesse

²⁴⁴ Que incluía os valores e práticas nativas como *lobolo* - “preço da noiva”/ compensação matrimonial; ritos de iniciação, “medicina tradicional”, poligamia, casamentos prematuros, forçados e herdados entre outras, que foram desencorajadas e até reprimidas (HONWANA, 2002; LIBERMAN, 1993).

contexto recebido formação na área e alguns dos que tiveram formação fossem céticos em relação a própria disciplina, permanecendo hesitantes em identificar-se com ela, nomeando-se como sociólogos, historiadores e indo trabalhar para tais departamentos ou junto com equipes de pesquisa econômica (GONÇALVES, 2019; NKWI, 2009; NTARANGWI, 2005).

No início dos anos 1980 foram dados sinais de abertura à Antropologia e ao seu reconhecimento como uma ciência que pudesse ser importante nos processos de desenvolvimento, inicialmente pela via de “descolonização da história” e contribuições para a “construção de uma identidade nacional”. Ainda assim, foram limitadas as oportunidades para que os poucos estudiosos africanos com formação em Antropologia implementassem métodos etnográficos. Quando usados, era largamente em projetos de “recuperação histórica” e “inventário de folclore” como os desenvolvidos pelo Arquivo do Patrimônio Cultural, atual Instituto de Investigação Sociocultural (ARPAC), em Moçambique, apresentados no próximo item (GONÇALVES, 2019, p. 421).

Apresentadas de forma bastante sintética as razões da crise da Antropologia e sua relativa marginalização em Moçambique no pós-independência, passo no próximo item à descrição do processo de nascimento do principal e mais antigo centro de pesquisa antropológica no país, o Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane.

5.2 DA SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA (SARQ) AO DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA (DAA)

Por razões históricas, a Antropologia no pós-independência em Moçambique, está vinculada ao Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) criado no início de 1980.²⁴⁵ Como argumentam os editores do *Gazeta de Antropologia* de 2008, “a história da disciplina em Moçambique confunde-se com a história do Departamento de Arqueologia e Antropologia sem, contudo, menosprezar outros centros

²⁴⁵ O DAA surge num contexto de criação de vários outros Departamentos e instituições (p.ex. Serviço Nacional de Museus e Antiguidades; reabertura do Arquivo Histórico, etc.) cujo objetivo principal era a preservação do Patrimônio Histórico-Cultural e da Memória. Esta é uma questão central que se colocou antes e depois da independência. Houve nesse sentido, todo um esforço de consciencialização e educação popular para os valores do passado, prática que se traduziu na aplicação aos mais diversos níveis de ensino e de conhecimentos sobre origem e evolução humana, História de África e de Moçambique e investigação dos vestígios do passado através da Arqueologia, História Oral e Documentação (DAA, 1980, p. 1).

interessados em Antropologia, como é o caso da Universidade Pedagógica” (JOSSIAS E MARIANO, 2008, p.7). Só depois do DAA é que surgem outros centros interessados na pesquisa antropológica, com a criação, em 1983, fora da Universidade, do ARPAC e da Universidade Pedagógica (UP) criada em 1985, entre outros, já no contexto de 1990 em diante.

Antes de avançar em relação ao DAA, vale um parêntese em relação ao ARPAC. Esta é uma instituição vinculada e sob tutela do Ministério da Cultura e Turismo de Moçambique. Ela surgiu em 1983, inicialmente como um projeto que visava recolher, registrar, preservar e valorizar o patrimônio cultural moçambicano e assegurar o destino dos documentos recolhidos durante a Campanha Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural,²⁴⁶ que antecedeu a sua criação, realizada entre 1978 a 1982. Esta última ligada ao Serviço Nacional de Museus e Antiguidades e que culminou com o depósito museológico desse material em todas as províncias, enriquecendo as coleções dos mesmos. O ARPAC surge pela necessidade de tratamento desse material. Em julho de 1983, é assinado um acordo entre o governo de Moçambique e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com vista a implementação do Projeto MOZ/82/004. O ARPAC deveria “contribuir para informar as políticas públicas nacionais de governação e desenvolvimento” (ARPAC, s/d.).

Este projeto contou com a colaboração da Cooperação Francesa que assegurou a ida a Moçambique em 1984 do antropólogo Michel Samuel, da Universidade de Paris 8. A este cabia, como uma das suas missões, a formação de moçambicanos, habilitando-os à tarefa de investigação histórica, antropológica e sociológica (DUNDURO, 2009, p. 44). Dez anos depois da sua criação, em 1993, por via de um decreto 26/93 de 16 de novembro, o ARPAC deixa de ser um projeto e se torna numa instituição pública com existência legal e autônoma tendo como objetivo a pesquisa, o arquivo e divulgação sistemática da sua produção sobre cultura e patrimônio histórico moçambicano com a finalidade de estudo, educação e lazer.

Em 2002, devido à confusão que criava a designação “arquivo”, decidiu-se modificar o nome da instituição, passando a chamar-se oficialmente Instituto de Investigação Sócio-cultural,²⁴⁷ conservando-se o nome histórico ARPAC, adequou-se às suas reais atribuições. No âmbito nacional, o ARPAC tem acordo com diversas instituições acadêmicas e de comunicação

²⁴⁶ Este esforço institucionalizado de preservação cultural, “envolveu a mobilização de servidores públicos no setor educacional e no Ministério da Cultura, que foram treinados para liderar equipes que percorriam distritos rurais em todo o país fazendo pesquisas e organização de eventos comunitários em que danças e apresentações musicais, provérbios e importantes rituais de passagem da vida foram registrados” (GONÇALVES, 2019, p. 421).

²⁴⁷ Pelo decreto 25/2002 de 22 de outubro.

social públicas, e a nível internacional com a UNESCO, o PNUD, a Cooperação Francesa, a Fundação Ford e a Agência Norueguesa para o Desenvolvimento (NORAD).

Alguns antropólogos/as da primeira geração após a independência saíram do ARPAC, como por exemplo, Alcinda Honwana e Rafael da Conceição e seus temas de pesquisa surgiram das experiências durante o período em que lá trabalharam. Alcinda Honwana refere que em 1985/1986, quando trabalhava como pesquisadora no ARPAC, ao recolher dados sobre a herança cultural moçambicana, apercebeu-se da importância que muitos dos seus entrevistados atribuíam ao fenómeno da possessão pelos espíritos “enquanto elo crítico entre os vivos, os mortos e a natureza” (HONWANA, 2002, p. 9). De acordo com a autora, “nessa época a Antropologia ainda se caracterizava, em grande medida, por representar o estudo das sociedades “alheias” e “exóticas”, conduzido por investigadores maioritariamente externos a essas culturas”. Assim, movida pelo entusiasmo de subverter tal tradição de investigação, Honwana selecionou a possessão pelos espíritos no sul de Moçambique para tema de licenciatura em Antropologia, lhe seduzindo a ideia de “fazer Antropologia e etnografia a partir de dentro”, examinando elementos da cultura da qual é oriunda, “para vencer a habitual distância entre o objeto de análise e o observador” e, ao mesmo tempo satisfazer uma curiosidade que lhe atraía pelo “domínio fascinante, simultaneamente mágico e real, da possessão pelos espíritos” (ibidem). Como argumenta:

Cedo me dei conta que, embora consubstanciada pela minha vivência de moçambicana, a minha abordagem ao tema era essencialmente prisioneira de uma filosofia, de uma visão de mundo desenvolvidas no Norte global, radicalmente distintos da filosofia, do discurso e do sistema de valores da maioria dos atores da possessão pelos espíritos. Além disso, e apesar da relativa fluidez entre as classes sociais em Moçambique, nos anos 80, a minha condição de assimilada e a minha afinidade com a ideologia dominante naqueles tempos de fim da revolução na nossa república, ainda popular, estabeleciam limites claros ao meu contacto com o universo que pretendia estudar. Não foi fácil, pois, penetrar no ambiente dos “curandeiros” que eram alvos de severa repressão por parte das autoridades governamentais e muitas vezes tinham que operar na clandestinidade. Isto explica a estranheza e suspeição com que os praticantes reagiram aos meus contactos iniciais, já que não era comum serem visitados por alguém que não os procurava para resolver algum problema ou buscar a cura para alguma doença, mas apenas para fazer intermináveis perguntas. Eventualmente o recurso a pessoas conhecidas com contactos no mundo dos *tinyanga* permitiu criar confiança necessária da qual resultou a riqueza da informação recolhida neste volume (HONWANA, 2002, p. 9).

Tal volume é a sua tese de doutorado, defendida em 1996 no Reino Unido, e editada em livro em Moçambique, intitulado em português *Espíritos vivos e tradições modernas: possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no sul de Moçambique* (2002), no qual defende que “os espíritos vivem em íntima coabitação com muitos moçambicanos, sobre quem

exercem uma influência determinante” (HONWANA, 2002, p. 279). Assim, “a tradição e a modernidade se interpenetram, coexistindo num mesmo espaço e tempo em que os atores sociais navegam entre as duas, sintetizando-as harmoniosamente e estabelecendo a continuidade no seu passado histórico” (ibidem). A tese de Honwana, evidencia que o fenômeno da possessão não é uma sobrevivência de um passado retrógrado como o discurso do regime político da Frelimo vigente na época tendia fazer acreditar.

Rafael da Conceição refere na introdução ao livro *Entre o Mar e a Terra: Situações identitárias do Norte de Moçambique* (2006), resultante da sua tese de doutorado na França que, “este estudo sobre identidades das populações costeiras de Cabo Delgado é, na sua origem, resultado de um programa de pesquisas definido coletivamente pelo pessoal do ARPAC. Foi durante a nossa estadia na província de Cabo Delgado (1984-1986) que tomaram forma algumas interrogações que aqui desenvolvemos” (CONCEIÇÃO, 2006, p. 31).

O autor refere ainda que, “a equipa no terreno constituída, nessa altura, por uma dezena de pesquisadores estagiários, tinha a seu cargo a condução de quatro projetos de pesquisa histórica e antropológica concernentes aos três principais grupos étnicos e sociolinguísticos de Cabo Delgado: os Macondes, os Macuas e os Quimuanes” (ibidem). Com base nessa experiência, Rafael da Conceição retomou algumas ideias iniciais desses projetos²⁴⁸ e transformou-as em um projeto individual de pesquisa e enriqueceu a problemática no doutorado. A tese de Rafael da Conceição, mostra entre outras coisas que, a construção do Estado no Moçambique independente (que começa a ser desenhado no contexto colonial), inspirada no marxismo-leninismo, cuja referência é camponesa, ignorou e marginalizou as sociedades costeiras no país e, estas por sua vez, construíram suas identidades às margens e em oposição ao Estado. A sua tese oferece uma contribuição para o conhecimento das especificidades das sociedades costeiras da região Norte de Moçambique (Cabo Delgado) e das problemáticas relativas à própria formação do Estado e identidade nacional moçambicana, bem como, à Antropologia em Moçambique.

Dito isto, retorno ao DAA, que nasce ligado ao extinto Instituto de Investigação Científica de Moçambique (IICM), criado em 1955, cujo funcionamento iniciou dois anos depois, em 1957. O IICM, era a única instituição que realizava pesquisa empírica nas áreas de Antropologia, História e Linguística, voltada à realidade moçambicana, pois, como aponte no

²⁴⁸ Estes, apesar de limitados e focados na inventariação cultural ou folclórica permitiram a emergência do primeiro grupo de moçambicanos formados em Antropologia em Moçambique pós-colonial (GONÇALVES, 2019, p. 422).

capítulo II, e Carlos Fernandes (2011, p. 49) sublinha, não havia até finais dos anos 1950 instituições viradas exclusivamente para a pesquisa em Ciências Sociais no país. E, como se sabe, “as Universidades modernas e centros de pesquisa avançada eram uma raridade durante a fase colonial na história africana”, portanto, “elas são uma criação do período pós-colonial, um projeto nacionalista de construção nacional e desenvolvimento que dominou a agenda africana no período depois dos finais dos anos 1950” (CARDOSO, 2012, p. 127). Portanto, o DAA/UEM herdou a tradição antropológica do então IICM.

Em 1973, foi criado no IICM o Centro de Arqueologia e Pré-História, que dependia do Departamento de Ciências da Terra (DCT). Após a independência o IICM é integrado a UEM. Nesse novo contexto, a investigação em Ciências Sociais se dissolve no IICM e, é integrada ao Centro de Estudos Africanos (CEA), criado em 1976 (FERNANDES, 2011, p. 45). O Centro de Arqueologia e Pré-História ficou subordinado ao CEA/UEM, com o nome Secção de Arqueologia (SARQ). Posteriormente transportado para a Faculdade de Letras da UEM, na sequência de processos de reestruturação interna, passando assim a designar-se, em 1980, Departamento de Arqueologia e Antropologia (MORAIS, 1987; DUARTE, 1988; LOFORTE E MATE, 1993). O arqueólogo moçambicano João Morais, resume muito bem essa história em sua tese de doutorado:

De 1974 a 1976, uma Seção de Arqueologia fez parte do Departamento de Ciências da Terra do Instituto de Investigação Científica de Moçambique (I.I.C.M.), que, até 1975, era um organismo de pesquisa multidisciplinar, sob a responsabilidade diretamente do Governo Provincial de Moçambique, e vinculado à Junta de Investigação Científica do Ultramar (J.I.C.U.) em Lisboa. Logo após a independência em 1975, o I.I.C.M. foi incorporado à estrutura administrativa da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, e de 1976 a 1978 a Secção de Arqueologia foi associada ao Centro de Estudos Africanos dentro do I.I.C.M. O Centro foi criado, entre outros recém-implementados centros de pesquisa no I.I.C.M., para desenvolver programas de pesquisa histórica e de economia política relacionados à África Austral. Em 1978, a Secção de Arqueologia foi colocada diretamente sob o I.I.C.M. e, devido à natureza específica e ao desenvolvimento de programas de pesquisa implementados pela Secção, foi dado maior grau de autonomia administrativa e financeira. Mais tarde, em 1980, a Secção foi incorporada à faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, como Departamento de Arqueologia e Antropologia (MORAIS, 1987, p. 45-46).

Nos primeiros anos, logo após a independência, entre 1975 a 1980, “praticamente não se falava da necessidade de realizar estudos (...) antropológicos por parte dos moçambicanos, embora tivesse havido algumas pesquisas anteriormente feitas, sobretudo, no contexto da administração colonial” (LOFORTE, 2008, p. 8). Inicialmente, as pesquisas eram mais de cunho arqueológico, por isso, o arqueólogo moçambicano Teixeira Duarte argumenta que o

DAA resultou do desenvolvimento da pesquisa arqueológica no IICM e na UEM, a partir de 1974. Segundo Duarte (1988, p.57), “após 1978, o financiamento da investigação realizada neste Departamento pela organização sueca SAREC,²⁴⁹ veio possibilitar um maior incremento dos trabalhos de pesquisa” na Arqueologia, sobretudo. A arqueologia²⁵⁰ foi de fato a área de pesquisa fundadora do DAA, o campo da Antropologia, mesmo depois, já em finais dos anos 1980 e início de 1990, permanecia um domínio mal conhecido, como se pode compreender pelos argumentos apresentados a seguir por Fernando Manuel (1988) e Iraê Lundin (1991):

A Antropologia é um domínio cujas implicações, nas sociedades, continuam mal conhecidas pelo grande público. Considerada uma ciência cuja aplicabilidade é polêmica pelo seu passado [colonial], esta poderia revelar-se de uma utilidade fundamental para o desenvolvimento, pela profundidade de conhecimento que permite com relação ao Homem e às linhas de força que regem a sua vida em comunidade (MANUEL, 1988, p. 49).

Com quinze anos de independência, em uma colonização pouco interessada, por várias razões, em realizar estudos sérios sobre os diferentes universos culturais dos diferentes grupos populacionais, encontramos-nos hoje, em um semi-vácuo. Vácuo sobre o conhecimento da identidade - ego e personalidade - do próprio Homem Moçambicano. Para o preenchimento desse vácuo faz-se necessário, entre outras medidas, a formação de cientistas sociais na área de antropologia (social), para levar a cabo investigações que façam florescer informações importantes, apresentadas de maneira sistematizada, para o reconhecimento da realidade do país, do ponto de vista do conhecimento do homem enquanto ser social. Falamos, portanto, do estudo das diferentes organizações sociais dos grupos populacionais que habitam o território moçambicano, e que compõem a totalidade de sua população (LUNDIN, 1991, p. 1).

²⁴⁹ *Swedish Agency for Research Cooperation with Developing Countries* (Agência Sueca para a Cooperação na Pesquisa com os Países em Desenvolvimento). A SAREC foi durante os primeiros anos de vida do DAA a principal e única fonte de financiamento. Só mais tarde, nos anos 1990, surgiram outras formas de financiamento, através de concursos ou acordos com a Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD), a Fundação Ford, a Cooperação Francesa e, também a Cooperação Portuguesa através da Fundação Calouste Gulbenkian. Estas financiaram ainda hoje projetos de pesquisa e formação. A Cooperação Portuguesa, nos anos 2000, permitiu o intercâmbio de professores do ISCTE e do DAA no formato de visitantes lecionando disciplinas e participando de seminários e palestras. Além desta forma de financiamento o Estado moçambicano criou um pequeno subsídio de investigação pago mensalmente aos pesquisadores (TAECLA, 2000, p. 25).

²⁵⁰ Segundo o Relatório de Arqueologia (1985) referente ao projeto 04- SAREC- Arqueologia, produzido pelo DAA e financiado pela agência sueca, “desde 1978 que no âmbito dos programas da Universidade Eduardo Mondlane - Departamento de Arqueologia e Antropologia, se tem desenvolvido o projecto de levantamento arqueológico do país” (DAA, 1985, p. 2). O DAA nessa altura era o único e continua sendo, que realiza trabalhos de investigação no domínio da arqueologia em Moçambique. Assim como a Antropologia, “durante o período colonial, embora tivessem sido efetuados alguns trabalhos de investigação arqueológica, o desenvolvimento desta ciência não fazia parte dos interesses da administração portuguesa, aparecendo até a bem poucos anos o território moçambicano como um espaço em branco em todas as tentativas de reconstituição global de uma história de África, da parte Austral, deste continente, ou de uma compreensão dos contactos entre os diversos povos do Oceano Índico” (DAA, 1985, p. 4). Os poucos trabalhos realizados tanto na Antropologia, quanto na Arqueologia estavam voltados, mais aos interesses do poder e administração colonial que justificassem a inferioridade dos africanos e a colonização, do que no conhecimento de fato da realidade social local. Entretanto, só em 2011, o DAA abriu o primeiro curso de graduação em Arqueologia no país (GAZETA/ DAA, 2011).

A emergência do DAA como unidade de investigação nos anos 1980, permitiu o desenvolvimento de várias atividades de pesquisa no campo antropológico, voltadas sobretudo, ao estudo dos processos de formação social das comunidades rurais e organização social dos diferentes grupos populacionais em Moçambique (LUNDIN, 1986; 1991; LOFORTE E MATE, 1993). O nascimento do DAA representava o início da sistematização institucional do conhecimento antropológico no Moçambique independente. Como argumentou Lundin (1991, p. 1), “a necessidade de um melhor conhecimento da nossa própria realidade é real, e sentimos-la no dia-a-dia com fatos concretos - fatos reais que vão formando a nossa história”. A preocupação com a produção de conhecimento relativo ao comportamento sociocultural das populações moçambicanas, tendo em conta as transformações socioeconômicas e políticas, bem como, suas consequências para o cotidiano das mesmas, constituía o centro das atenções de pesquisa do DAA (LOFORTE E MATE, 1993, p.17). Segundo Iraê Lundin:

O Departamento de Arqueologia e Antropologia, na sua secção de Antropologia, tem realizado (...) trabalhos de pesquisa que acreditamos ter bastante valor para Moçambique no seu processo de construção de uma nação. Trabalhamos, mas somos poucos. Nossa aspiração é a formação de cientistas sociais moçambicanos, para que possam estudar seu próprio meio sociocultural, socioeconômico e sociopolítico, apreciando assim nossa sociedade nos seus mais diferentes aspectos. A necessidade existe e lançamos o desafio da formação como meta, como nosso grande projeto para os próximos anos (LUNDIN, 1991, p. 2).

Lundin (1991) refere que ao DAA chegavam inúmeros pedidos de apoio para a realização de estudos, análises e formulação de problemáticas, elaboração de estudos e avaliação de projetos, isto, já nos meados dos anos 1980. Tais solicitações, testemunhavam, de acordo com a autora “a necessidade deste conhecimento de maneira sistematizada e bem elaborada, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista metodológico” (LUNDIN, 1991, p. 1). Argumento similar é apresentado por Ana Loforte e Alexandre Mate:

A necessidade de um melhor conhecimento da nossa realidade foi manifesta nos inúmeros pedidos de apoio em consultorias formuladas ao DAA. Com efeito, diversos estudos, análises, formulação de hipóteses, ligadas a diferentes problemáticas no nosso meio social, e avaliações de projetos foram realizados pelo DAA (LOFORTE E MATE, 1993, p. 17).²⁵¹

Retrocedendo um pouco na história, João Morais (1987) aponta que, ao longo de 1974 e 1975, a SARQ esteve sob a direção do Prof. Gaspar Soares de Carvalho,²⁵² um dos membros

²⁵¹ Mais adiante trato com algum detalhe sobre alguns desses trabalhos realizados no âmbito da Antropologia em Moçambique, pelo DAA.

²⁵² Geólogo português de vasta experiência de campo, passada não só em Portugal, mas também além mar. Foi geólogo-chefe da Divisão de Cartas Geológicas dos Serviços de Geologia e Minas de Angola de 1954 a 1958 e

fundadores, juntamente com o arqueólogo Ricardo Teixeira Duarte, a historiadora social Teresa Cruz e Silva, o arqueólogo João Carlos Senna-Martinez e Maria da Luz Prata Dias. Em 1976, Carvalho é nomeado chefe da Secção quando Teixeira Duarte e Maria da Luz Prata Dias deixam a Secção para organizar o novo Serviço Nacional de Museus e Antiguidades.²⁵³ Nesse contexto, João Carlos Senna-Martinez vai para Portugal²⁵⁴ e Teresa Cruz e Silva é designada docente a tempo integral no Departamento de História. Em 1980, Carvalho é nomeado Chefe do DAA, antes de ir para Oxford por um ano académico. Durante esse período, o programa de pesquisa foi dirigido pelo arqueólogo Paul Sinclair,²⁵⁵ e o DAA é chefiado pela antropóloga Ana Loforte, que assumiu o cargo, praticamente desde os anos 1980 até início dos anos 1990. No final de 1983, Ricardo Teixeira Duarte retorna ao DAA e se torna, em 1986, o responsável pelo programa de pesquisa da arqueológica, além de realizar ativamente trabalhos de pesquisa no litoral do Norte do país (MORAIS, 1987, p. 46-47). Dos antropólogos que lideraram o DAA seguiu depois de Ana Loforte, Rafael da Conceição (entre 1997 e 2000) e Alexandre Mate (entre 2000 e 2017). Atualmente é o arqueólogo Hilário Madiquida quem está na chefia, desde 2017.

Segundo Morais (1987), o fato do programa de pesquisa ter sido financiado de forma independente por meio de cooperação internacional, recaiu muito no conselho de pesquisa da universidade, através do qual os fundos foram canalizados. Nesse período (finais de 1970 e início de 1980), boa parte da pesquisa era realizada coletivamente, mas, cada indivíduo era responsável por um subprojeto específico. As entrevistas narrativas que efetuei em campo, apontam que o trabalho de pesquisa coletivo durou até meados dos anos 1990, e que mesmo antes não se realizou sem tensões a nível interno. Ana Loforte argumenta que a componente

investigador da Junta Nacional de Investigação do Ultramar com missões na Guiné-Bissau (1959), na União Indiana-Goa (1960) e Angola (1960). Em Moçambique, foi Chefe do Departamento de Ciências da Terra do Instituto de Investigação Científica de Moçambique (1975-1976). De 1975 a 1976 foi diretor deste Instituto. Como professor, trabalhou na Universidade de Coimbra (1944-1954), Universidade do Porto (1961-1970) e Universidade do Minho (1976-1990) onde foi um dos fundadores do Departamento de Ciências da Terra. Faleceu em 2016 aos 96 anos. Disponível em: <https://macareu.org/2019/03/09/sala-professor-g-soares-de-carvalho-arquivo-e-biblioteca-de-ciencias-da-terra/>.

²⁵³ A este Serviço competia a Campanha de Preservação e valorização dos monumentos (DAA, 1980, p. 1).

²⁵⁴ Onde trabalha como docente do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, de 1979 até 2012 quando se aposentou. Senna-Martinez, ensinou sobre Pré-História (Geral, de África e de Portugal), Sociedades da Idade do Bronze na Península Ibérica, Arqueologia do Território, Património Arqueológico e Arqueologia de África, tanto ao nível de Graduação como de Pós-Graduação. Disponível em: <https://www.uniarc.net/joatildeo-carlos-senna-martinez-cv.html>.

²⁵⁵ Atualmente professor emérito de Arqueologia e História Antiga na Universidade de Uppsala - Suécia.

mais importante do DAA era a Arqueologia,²⁵⁶ com financiamento da SAREC, que incidia principalmente sobre esta área e que havia uma intensa ligação entre as secções de Arqueologia e Antropologia. Nas palavras da antropóloga:

Os antropólogos eram uma minoria,²⁵⁷ houve uma tentativa de realizar pesquisas conjuntas: no âmbito do projecto sobre as origens urbanas em África, conduzido na zona Norte de Cabo Delgado e em Inhambane no distrito de Vilanculos - Chibuenne. Na altura foi intensa a ligação entre as duas áreas (Arqueologia e Antropologia) durante o funcionamento deste projecto. Mais tarde, nos anos 90 desenvolveram-se outros projetos conjuntos também com financiamento SAREC virados aos estudos das comunidades costeiras de Moçambique, sobre a utilização do espaço marítimo e costeiro com pesquisas arqueológicas e inquéritos às populações em relação a utilização desses mesmos espaços, seu impacto em termos de nutrição, estratégias de sobrevivência e o papel das mulheres na produção pesqueira de pequena escala (LOFORTE, 2008, p. 9).

Hilário Madiquida, ao contar-me sua trajetória de formação e como ingressou para o DAA, refere que quando entrou para o Departamento em 1993 havia pouca gente, corroborando com o argumento de Ana Loforte, no excerto há pouco citado, e do anterior chefe do DAA, Alexandre Mate, que afirma o mesmo: “...este Departamento teve sempre pouca gente, muito poucas pessoas. Na Antropologia andou sempre a Doutora Ana Loforte e depois estive a Iraê Lundin, que lá para 1992 saiu,²⁵⁸ por divergências internas aqui conosco. Depois veio a Doutora Maria José Arthur, e mais tarde o Doutor Rafael da Conceição...” (Entrevista, 2018). Segundo Madiquida, à sua entrada para o DAA, na Antropologia estava: Alexandre Mate, Maria José Arthur, Rafael da Conceição e Ana Loforte. Na Arqueologia: Ricardo Teixeira Duarte, Maria Paula Meneses e Solange Macamo. Assim, como Ana Loforte e João Morais, Hilário Madiquida argumenta que nessa altura, o DAA funcionava de forma colaborativa:

(...) uma coisa interessante é que o Departamento funcionava assim, como posso dizer, tudo o que nós fazíamos era de uma forma conjunta, mesmo os processos de formação eram conjuntos. Eu recorro que quando eu entrei, em 1993, em 1994 tivemos uma consultoria do Ministério da Agricultura, contrataram-nos para estudar o arquivo memorial do Ministério, devíamos fazer uma investigação em todo o país para ver como os documentos do Ministério da Agricultura estavam arquivados, memória institucional. Essa consultoria que nós fizemos, foi geral, de todos nós, arqueólogos e antropólogos. E quando fomos pagos o dinheiro que recebemos dessa consultoria não foi dividido entre nós, resolvemos comprar equipamentos. Então, a primeira coisa que fizemos foi pagar o centro de informática para fazer a instalação da internet e depois disso compramos um computador e uma impressora e pusemos lá no último gabinete porque ali trabalhava a professora Ana Loforte, então pusemos lá. E, haviam aqui

²⁵⁶ Por esta razão, o nome do Departamento coloca Arqueologia em primeiro plano e depois Antropologia. Esta sequência reflete o modo como cada uma das duas disciplinas se desenvolveu historicamente no país.

²⁵⁷ Esse quadro reverteu-se ao longo dos anos, atualmente os antropólogos no DAA são a maioria.

²⁵⁸ Iraê Lundin passou a trabalhar para o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI) até a sua morte em 2018.

poucos gabinetes onde as pessoas trabalhavam... tudo o que nós fazíamos, mesmo os projetos de investigação eram submetidos juntos. Recordo que em termos de formação, por exemplo, esses projetos da SIDA-SAREC sempre submetíamos juntos. Os projetos era Arqueologia e Antropologia juntos e toda a pesquisa que era feita, era feita em conjunto, eram arqueólogos e antropólogos (Entrevista, 2018).

Da narrativa do arqueólogo Hilário Madiquida, assim como das outras, percebe-se o quanto era de fato forte o trabalho colaborativo no DAA e há até uma certa nostalgia em relação a esse período. Quase todos os pesquisadores entrevistados da primeira geração e alguns da geração mais jovens, ressaltam em narrativas e argumentos textuais o carácter coletivo das pesquisas que se realizavam no DAA. Tal carácter coletivo se mantém, embora como menor intensidade e, muito mais no interior de cada uma das secções (Arqueologia e Antropologia). Além disso, aparece em evidência nas narrativas a dependência do DAA em relação ao apoio estrangeiro em matéria de financiamento para a pesquisa e formação de pesquisadores, que logo após a independência eram muito poucos. Os desafios se colocavam a todos os níveis, desde os recursos humanos, infraestruturas, até os financeiros. No âmbito do financiamento à pesquisa e formação, a SIDA-SAREC surge nas narrativas como aquela que historicamente apoiou e ainda apoia.

Mais tarde, a partir dos meados dos anos 1990, essa forma de trabalhar conjunta ou colaborativamente, da qual muito se orgulham os pesquisadores entrevistados e constitui um legado histórico do DAA à Antropologia nacional, deixou de funcionar. Cada área passou a trabalhar de forma independente nos seus projetos, tanto de pesquisa como de formação. Esta separação é explicada por Hilário Madiquida da seguinte forma:

(...) depois começou aquela separação. Como aparece a separação? Aparece como resultado de projetos de pesquisa. Mas, esses projetos de pesquisa estavam mais voltados para a questão da mulher e gênero. Esses eram projetos muito fortes e bem financiados (Entrevista, 2018).

Para Madiquida a razão da divisão de águas ou cisão entre a Arqueologia e Antropologia no âmbito dos projetos de pesquisa e de formação, que no passado vinham trabalhando de mãos dadas, encontra-se no formato do financiamento que se inaugura com o advento dos projetos no âmbito dos estudos da mulher e gênero. Os financiamentos disponibilizados pelas agências internacionais e ONGs, segundo Madiquida, passaram a privilegiar os estudos da mulher e gênero em detrimento de outras áreas de conhecimento:

(...) Maria José Arthur e Ana Loforte foram integradas nesses programas de pesquisa de gênero, então aí começa o problema entre a Arqueologia e Antropologia, porque todos aqueles projetos que eram construídos em conjunto, a partir dessa altura,

começam a tomar rumos completamente diferentes, apesar de alguma coisa continuar em termos de equipamentos e dos programas, mas já não era a mesma coisa. E, também, se começou já nos meados dos anos 1990 a submeter documentos separados para obter financiamento da SIDA-SAREC (Entrevista, 2018).

É importante destacar aqui, que não se trata de uma crítica aos estudos da mulher e do gênero que Madiquida apresenta, mas à forma como essa agenda e o financiamento a ela, entrou nas instituições do ensino superior em Moçambique, no caso concreto do DAA/UEM. Um exame crítico desse processo, de entrada da agenda dos estudos da mulher e gênero nas instituições de ensino superior em África é feito, inclusivamente por feministas africanas, Amina Mama é um exemplo, no seu texto *What does it mean to do feminist research in African contexts?* (2011). Retomarei essa questão nos próximos parágrafos.

A separação dos projetos conjuntos de investigação e formação no DAA, constitui uma preocupação dos seus membros e, é objeto de debate interno com vista a desenhar estratégias de superação do problema, merecendo destaque em reuniões de trabalho pedagógico. No âmbito da preparação de uma reunião de planeamento, em 2007, o DAA manifesta tal preocupação (com esta separação), expressas nas seguintes perguntas: “como garantir uma ligação tangível entre as duas não apenas em termos de partilha de espaços comuns, como na continuidade que deve existir entre as cadeiras leccionadas por uma e outra secções? Que nível de entrosamento é pretendido?” (DAA, 2007, p. 4).

Além do trabalho colaborativo, Madiquida destaca em sua narrativa, a importância histórica da rotatividade na chefia do DAA, por pesquisadoras/es de ambas as áreas, Arqueologia e Antropologia: “(...) uma das coisas que nós tínhamos aqui era troca do Chefe do Departamento, que podia ser um/a antropólogo/a”. Os mandatos eram e continuam sendo intercalados entre uma área e outra: “(...) depois de terminar o mandato de um/a arqueólogo/a, este/a tinha que passar para um/a antropólogo/a, assim sucessivamente (...). Então essas missões todas eram conjuntas, mas quando começam a aparecer esses projetos aí, prontos, começa já a haver problemas e, nessa altura, a UFICS introduz o curso de Antropologia (...)” (Entrevista, 2018).

Hoje, as secções continuam dividindo o mesmo espaço e fazendo a rotação da chefia, embora cada uma delas realize suas atividades de forma independente da outra. Apesar das separações no âmbito dos projetos e uma preocupação para reconectar as áreas, a partilha dos poderes na gestão do Departamento, segundo a narrativa acima, permanece.

Retomando a questão da entrada dos estudos da mulher e gênero, bem como, do financiamento a essa agenda de pesquisa, é importante situar o contexto em que isso se dá. De fato, o campo dos estudos da mulher e de gênero surge em Moçambique, e em África de modo geral, nos anos 1980. Contudo, ele só floresce e se consolida nos anos 1990 (ANDRADE E CASIMIRO, 2017; MAMA, 2011).

O florescimento deste campo dos estudos da mulher e de gênero, acontece num cenário de mudanças sociopolíticas e econômicas de tipo neoliberal no continente africano, com imposições de diferentes agendas (políticas, econômicas, culturais e de conhecimento ou investigação) financiadas pelo FMI, BM e ONGs cuja a proliferação foi facilitada por esse contexto, como apontei no capítulo anterior. O avanço de políticas neoliberais, obrigou a introdução de reformas nos sistemas do ensino superior em países africanos, para responder as exigências do mercado. Assim, os estudos da mulher e de gênero, acabaram, de alguma maneira emergindo ligados à “indústria ou mundo das consultorias”, de mãos dadas com o advento do “desenvolvimento centrado nas ONGs”, no contexto da ajuda internacional (GONÇALVES, 2019).

Como argumenta Glória Liberman (1993), os estudos sobre a mulher em Moçambique multiplicaram-se depois da realização da Conferência Extraordinária da Mulher em 1984, e da introdução do Programa de Reabilitação Econômica - PRE, entre 1987 e 1990: “A economia de mercado origina também uma abertura ao nível da investigação, uma vez que o capital investido impõe certas condições. Organizações governamentais e não-governamentais intensificaram os seus estudos sobre a Mulher, existindo em muitos projetos a preocupação de introduzir a componente Mulher” (LIBERMAN, 1993, p. 5).

Nesse ambiente, vão surgir novos domínios temáticos - em que mulher e gênero é um deles - no âmbito das Ciências Sociais e Antropologia em particular. Emerge também uma demanda pelo chamado “conhecimento local” para sustentar os projetos desenvolvimentistas:

Embora o gênero ao longo do tempo tenha se tornado uma dimensão necessária da maioria das pesquisas de informação prática na África, a demanda por conhecimento local sobre relações de gênero tem sido particularmente forte em saúde global, um campo de assistência internacional que experimentou um crescimento explosivo nas últimas três décadas. No caso da África, o crescimento neste campo girou predominantemente em torno da crise do HIV/SIDA (GONÇALVES, 2019, p. 424).

Entretanto, Cristiano Matsinhe (2005), ao refletir sobre as dinâmicas da resposta moçambicana ao HIV/SIDA e sobre como esta pandemia constitui um agente importante no processo de construção do país como nação, mobilizando diferentes atores e instituições

nacionais e internacionais, defende que se por um lado, as cosmologias, valores sociais e culturais dos moçambicanos, foram discursivamente considerados importantes para a produção conhecimento, que servisse de base para resposta nacional ao HIV/SIDA,²⁵⁹ por outro, apesar destes estudos, “as políticas e estratégias refletem mais os enfoques que circulam globalmente sobre as formas, metodologias de combate ao HIV/SIDA e menos sobre formas de diálogo com os múltiplos estereótipos e representações que circulam sobre o HIV/SIDA entre os diversos grupos populacionais em Moçambique” (MATSINHE, 2005, p. 186).

O avanço das políticas neoliberais em África, as demandas por pesquisadores/as e “conhecimento local”, introduziram reformas, que segundo Amina Mama (2011), tiveram efeitos contraditórios sobre o ensino superior, sobre as mulheres, as políticas públicas e sobre os estudos de gênero em África. Se por um lado, injetaram financiamento para pesquisa em determinadas áreas como a de gênero em detrimento de outras, por outro, enfraqueceram os Estados africanos e desestimularam por parte destes o investimento no ensino superior. A perda dos recursos provenientes do Estado teve como um dos efeitos negativos, o empobrecimento de alunas/os e professoras/res, assim como prejudicaram a qualidade e inclusão no ensino superior. Contudo, se reconhece que houve também ganhos nessas reformas, que se traduziram em financiamento disponibilizado por doadores para apoiar mulheres individualmente ou em grupo a estudar ciências, o campo de gênero e estudo das mulheres que conseguiram atrair uma quantidade, ainda que limitada, de recursos (MAMA, 2011).²⁶⁰ A outra grave e contraditória consequência dessas políticas foi a fuga de pesquisadores/as para trabalhar em ONGs, onde as propostas salariais são mais atrativas que em instituições estatais (GONÇALVES, 2019).

No caso do DAA, o financiamento dos doadores potencializou as pesquisas antropológicas que incluíssem uma perspectiva de gênero nas várias áreas (saúde e doença, sexualidade, educação, desenvolvimento, etc.), mas a narrativa de Madiquida aponta para um efeito negativo do formato desse financiamento, que foi a desestruturação de modos de trabalho coletivo no âmbito do departamento como um todo. O modelo de financiamentos estimulou disputas por recursos no interior dos departamentos e a produção de exclusões.

²⁵⁹ Nesse âmbito, foram promovidas pesquisas sobre Comportamentos, Atitudes e Práticas dos moçambicanos e incentivado um olhar etnográfico sobre diferentes grupos populacionais, particularmente em relação à sexualidade. A maior parte dos resultados produzidos com base nesses estudos, de natureza quantitativa, “contribuem para alimentar o repositório de representações que caracterizam a sociedade moçambicana” (MATSINHE, 2005, p. 186).

²⁶⁰ Embora um dos efeitos fosse o surgimento de uma percepção errônea por parte de alguns administradores universitários de que as unidades de estudos de gênero e das mulheres pudessem servir para atrair recursos financeiros para as instituições carentes destes.

Hoje o DAA inverteu o quadro, pois aparenta estar mais forte no campo da Antropologia. As pesquisas realizadas giram em torno das questões nas áreas de desenvolvimento, família, gênero e poder, e mudança organizacional ao nível das políticas públicas, representações e práticas sobre saúde e doença, democratização, sociedade civil e política, identidades sociais, práticas alimentares e segurança alimentar, saúde da mulher, saúde sexual e reprodutiva, fertilidade etc. No campo da Arqueologia área de pesquisa fundadora do DAA, as pesquisas desenvolvidas continuam ao nível de todo o território voltadas para o paleolítico, primeiras comunidades agrícolas, patrimônio cultural, museologia, entre outras (JOSSIAS; MARIANO, 2008).

Neste item, trouxe o contexto de surgimento do DAA, seu processo de consolidação, e apontei alguns dos desafios que se colocam ao mesmo.²⁶¹ No item que segue, abordo o Primeiro Seminário Interdisciplinar de Antropologia e as publicações antropológicas realizadas pelo DAA através da *Revista Trabalho de Arqueologia e Antropologia*, editada entre 1980 a 1989.

5.3 O I SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR DE ANTROPOLOGIA DO DAA: O INÍCIO DA SISTEMATIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DO SABER ANTROPOLÓGICO PRODUZIDO EM E SOBRE MOÇAMBIQUE

O I Seminário Interdisciplinar de Antropologia, organizado pelo DAA e realizado de 03 a 09 de março de 1982, na UEM, em Maputo, foi um importante marco na constituição da Antropologia no Moçambique independente e na consolidação do Departamento. Ele demarcou o início da reflexão do papel da disciplina no país (JOSSIAS; MARIANO, 2008; PAULO, 2010). O evento decorreu num contexto em que as atenções estavam voltadas para o desenvolvimento educacional e de todas as forças produtivas da sociedade (DOG, 1987, p. 146).²⁶² A antropóloga moçambicana Ana Maria Loforte colocou a importância deste seminário nos seguintes termos:

(...) foi um marco em termos da criação do Departamento de Arqueologia e Antropologia, porque a Arqueologia já existia, mas, a componente antropológica surgiu depois deste seminário. E, foi um seminário também com muito debate, muita polémica, porque alguns dos participantes não concordavam com a importância da

²⁶¹ Melhor desenvolvimento sobre este ponto ver no item “Antropologia no contexto da democratização e indústria do desenvolvimento”.

²⁶² Documento de Orientação Geral elaborado no âmbito do seminário.

Antropologia, pela sua associação ao colonialismo, à ciência colonial que contribuía para a opressão dos povos e que inclusivamente, havia um investigador que dizia, pois é, estes antropólogos vêm para cá e tentam etnografar a população moçambicana e, portanto, havia uma crítica séria em relação à Antropologia (Entrevista, 2017).

Este evento tem lugar num ambiente em que o país estava mergulhado numa crise profunda, de redução da atividade econômica, com taxas negativas de crescimento (CASTELBRANCO, 2017, p. 108), crise no abastecimento de bens de consumo (CRUZ E SILVA, 2005, p. 1). Um país fustigado pelas calamidades naturais (seca e cheias), sendo um dos maiores desafios que se colocava ao país, além da produção de comida:

Colmatar as grandes lacunas da herança colonial, pondo a funcionar a única universidade existente no país [UEM], massificar o acesso da população africana à educação e formar, com os pouquíssimos quadros disponíveis, a grande maioria dos que nunca tinham tido acesso ao ensino formal. Por outro lado, houve também uma grande campanha de solidariedade internacional a partir da qual quadros de todas as áreas vieram a Moçambique para ajudar na reconstrução nacional do país (FERNANDES, 2011, p. 58).

No mesmo ano em que ocorreu este Seminário, teve igualmente lugar, em agosto de 1982, a *Conferência de Peritos sobre as Ciências Sociais na África Austral*, realizada na UEM. A ocorrência destes dois eventos aponta para a importância e espaço que as Ciências Sociais, de forma geral, e a Antropologia, em particular, começavam a ganhar no contexto de Moçambique.

Assim como o CEA, o DAA beneficiou-se do grande número de professores e pesquisadores internacionais que foram apoiar o país no pós-independência. O Primeiro Seminário Interdisciplinar de Antropologia surgiu “como resposta aos mais diversos sectores interessados nos problemas de desenvolvimento nacional, apoiando a transformação rural, introdução de novas técnicas de cultivo no campo com um mínimo de investimentos, e acompanhando os trabalhos de dinamização cultural” (DOG, 1987, p. 146).

A realização deste seminário, constituiu um meio para alcançar os seguintes objetivos:

- i) Permitir às diversas entidades nele envolvidas uma análise da situação, das atitudes e das preocupações de uma Antropologia numa sociedade em vias de desenvolvimento;
- ii) Integrar o seminário num plano mais geral de análise de aspectos globais, como a posição da Antropologia nas Ciências Sociais e Económicas; a dialética das transformações sociais na perspectiva antropológica; aplicação da investigação antropológica na prática revolucionária, servindo as necessidades concretas de Moçambique no domínio da organização social, cultural, económica e desenvolvimento do ensino;
- iii) Definir com clareza e rigor científico alguns conceitos

fornecidos por cientistas, o que até aquele momento não tinha sido possível obter, e impulsionar uma ação mais fecunda no domínio da Antropologia; iv) Encontrar uma linha de investigação em que se pudessem basear os futuros trabalhos de Antropologia em Moçambique (DOG,1987, p. 145).

No âmbito de ação, o seminário propunha-se a efetuar: a) Um balanço dos trabalhos já elaborados em Moçambique por diversos investigadores (sociólogos, linguistas, arqueólogos, historiadores, etnólogos e antropólogos; b) Uma discussão acerca da metodologia de investigação interdisciplinar no domínio da Antropologia; c) Uma coordenação dos vários trabalhos realizados por investigadores ou instituições, com o objetivo de criar um Centro de Informação e Arquivo em Antropologia. O Núcleo de Informação e Documentação em Antropologia a ser criado tinha como objetivo a recolha, arquivo e divulgação de material de teor antropológico, etnográfico e arqueológico, fornecido por indivíduos ou instituições. Este núcleo seria o elo de ligação entre investigadores interessados neste campo de trabalhos e dinamizaria a circulação de informações, realização de debates, bem como a proposta da publicação regular de manuscritos para uma ampla divulgação; e d) Contatos internacionais com instituições de pesquisa antropológica (idem, p. 146).

A observação da lista de participantes e das instituições/locais de proveniência revela que o objetivo de o seminário ser aberto foi alcançado. A ideia é que o seminário constituísse uma possibilidade de interação eficaz entre pesquisadores das mais diversas áreas das Ciências Sociais, entre instituições e projetos que realizassem pesquisas de caráter antropológico, como era o caso da antiga Direção Nacional da Habitação, do Serviço Nacional de Museus e Antiguidade, do Arquivo Histórico e outras instituições que se dedicavam à recolha e análise de tradições orais ou informações de teor histórico-antropológico.

O evento juntou pesquisadores moçambicanos e especialistas de diversos cantos do mundo, interessados em pesquisa socioantropológica no país (JOSSIAS; MARIANO, 2008, p. 7). Participaram mais de 70 pessoas, entre pesquisadores e representantes de diversas estruturas do aparelho estatal/governo, organizações democráticas de massa, órgãos de informação, corpo diplomático e universidades estrangeiras, assim como observadores, interessados no tema em debate, conforme ilustra a tabela abaixo:

Tabela 3 - Nomes dos participantes do I Seminário Interdisciplinar de Antropologia e instituições ou locais de proveniência

Nº	Nome	Serviço / Instituição / Local de Proveniência
1	Adam, Yussuf	Centro de Estudos Africanos, UEM
2	Adamowicz, Leonardo	Departamento de Arqueologia e Antropologia, UEM
3	Afonso, Boaventura	Secretário Nacional da OJM
4	Alcântara, João	Centro de Estudos Culturais, DNC
5	Alexandre, Pierre	Universidade de Sorbonne
6	Andrade, Ximena	Departamento de Geografia, UEM
7	Antinao, Fernando	Direção Nacional de Geografia e Cadastro
8	Baldo, Mariella	Faculdade de Educação, UEM
9	Banze, Z.G.	Universidade Eduardo Mondlane
10	Barnes, Nancy	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
11	Coelho, João Paulo	Faculdade Marxismo Leninismo, UEM
12	Bougnoi, Gilbert	Embaixada da França em Maputo
13	Bouillon, Antoine	Comité Anti-Apartheid em Maputo
14	Bowen, Merie	Projecto CO-1, Ministério da Agricultura
15	Braga, Manuela	Jornal “Notícias”
16	Bragança, Aquino de	Centro dos Estudos Africanos, UEM
17	Brito, Luís de	Faculdade Marxismo Leninismo, UEM
18	Casimiro, Isabel	Centro dos Estudos Africanos, UEM
19	Canale, Dario	Faculdade Marxismo Leninismo, UEM
20	Carvalho, Sol de	Revista “Tempo”
21	Cruz, Miguel da	Departamento de História, UEM
22	Cruz e Silva, Teresa	Faculdade de Letras, UEM
23	Depelchin, Jaques	Centro dos Estudos Africanos, UEM
24	Feliciano, José Fialho	ISCTE- Lisboa
25	First, Ruth	Centro dos Estudos Africanos, UEM
26	Floor, Vivien	Direção Nacional de Cultura
27	Fuchs, Elsa	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
28	Garcia, Pablo	Faculdade de Letras, UEM
29	Geffray, Christian	Departamento de Arqueologia e Antropologia, UEM
30	Ginette, Pigeon	Agência de Informação de Moçambique
31	Helgesson, Alf	Seminário de Ricatla
32	Hernandez, Sylvia	CEDIMO
33	Janeiro, Lúdia	Gabinete de Comunicação Social, Min. da Informação

34	Koziorowska, Yolanda	Serviço Nacional de Museus e Antiguidade
35	Loforte, Ana	Departamento de Arqueologia e Antropologia, UEM
36	Lopes, Mota	Direcção Nacional de Informação e ONP
37	Carlos, Machili	Comissão Nacional para a UNESCO
38	Marinis, Hélène	Departamento de Letras Modernas
39	Marleyn, Oscar	Comissão Nacional das Aldeias Comunas
40	Martins, J. Soares	Embaixada de Portugal em Maputo
41	Mazula, Brazão	Direção Nacional de Educação
42	Medeiros, Eduardo	Departamento de História, UEM
43	Melo, José de	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
44	Miquet, Marcelo	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
45	Miquet, Verônica	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
46	Morais, João	Departamento de Arqueologia e Antropologia
47	Muge, Amélia	Faculdade de Educação, UEM
48	Muzava, Wilfred	Universidade Eduardo Mondlane
49	Myfal, J. René	Ministério da Agricultura
50	Navais, M. Colarinho	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
51	Negrão, J. Guilherme	Faculdade Marxismo-Leninismo, UEM
52	Nogueira da Costa, Inês	Arquivo Histórico de Moçambique, UEM
53	Nunes, Helena	
54	Oliveira, Teresa	Arquivo Histórico de Moçambique, UEM
55	Paul, Leandro	Jornal “Notícias”
56	Pereira, L. Filipe	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
57	Pililão, Agostinho	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
58	Pires, Daniel	Ministério da Educação e Cultura
59	Pottier, Johan	School of Oriental and African Studies, Londres
60	Prata, A. Pires	Angoche
61	Quadros, António	Direção Nacional de Habitação
62	Ralha, Ivone	Centro de Estudos Culturais, DNC
63	Rey, Pierre P.	Universidade de Paris VIII
64	Rocha, Aurélio	Departamento de História, UEM
65	Roesch, Otto	Direção Nacional de Habitação
66	Roxo, Leão António	Direção Nacional de Habitação
67	Rzewuski, Eugeniusz	Departamento de Línguas Modernas, UEM
68	Saul, John	Faculdade Marxismo-Leninismo, UEM
69	Sílvia, F.	CEDIMO
70	Soares, Paulo	Faculdade de Educação, UEM

71	Souto, António	Jornal “Notícias”
72	Teixeira Duarte, M. da Luz	Serviço Nacional de Museus e Antiguidade
73	Tinga, Felisberto	Revista “Tempo”
74	Verschuur, Christine	Comissão Nacional das Aldeias Comunais
75	Wuyts, Marc	Centro dos Estudos Africanos, UEM
76	Yushen, Maud	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
77	Zampanoni, Valdemir	Centro dos Estudos Africanos, UEM

Fonte: *Revista Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*. Nº 2, Maputo: DAA/UEM, p. 151-153, 1987.

A presença dessas entidades evidencia a concepção de desenvolvimento socialista vigente na época. Como vimos anteriormente, através dos discursos de Samora, a Universidade devia estar ao serviço do desenvolvimento e da sociedade moçambicana. Isso significava uma articulação entre as diferentes instituições e individualidades, tanto nacionais, quanto internacionais que apoiassem a causa revolucionária. No contexto de realização do seminário, havia expectativas em relação à contribuição que a Antropologia poderia dar às diferentes áreas, por isso a presença de instituições do governo de áreas consideradas prioritárias, como educação, produção, comunicação, habitação, cultura, mas também, instituições de pesquisa (Universidades, Departamentos, Centros e Institutos).

O quadro de participantes permite ver que estavam representados pelo menos 3 países Europeus: França (através da embaixada e Universidades de Sorbonne e Paris VIII); Portugal (através da embaixada e Instituto Universitário de Lisboa-ISCTE) e Reino Unido/ Inglaterra (através da Escola de Estudos Africanos e Orientais de Londres). Estes países, tiveram uma grande influência no campo antropológico em Moçambique, através de seus pesquisadores. Franceses como Pierre P. Rey; Christian Geffray; Michel Samuel, Jean Copans e Claude Meillassoux, portugueses como Eduardo Medeiros,²⁶³ Adolfo Yáñez Casal,²⁶⁴ José Fialho Feliciano²⁶⁵ e ingleses como Johan P. J. Pottier. Investigadores destes e outros países foram à

²⁶³ Foi docente e pesquisador da UEM e da UP em Maputo-Moçambique de 1978 a 1998. É docente no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora desde 1998.

²⁶⁴ Que desenvolveu estudos para a então Direção Nacional de Habitação, sobre questões relativas à organização do espaço (físicos e simbólicos) das populações em Moçambique com foco nas aldeias comunais do norte da província de Inhambane - Sul de Moçambique (GAZETA/DAA, 2010, p.13).

²⁶⁵ Orientador de tese de Ana Loforte sobre *Gênero e poder entre os tsonga de Moçambique* defendida em 1996 e, posteriormente publicada em livro em 2003, no qual a autora apresenta os resultados de uma pesquisa realizada num bairro periférico da cidade de Maputo (Laulane). Nesse trabalho, Ana Loforte defende a tese de que “não há uma matriz única nas relações de gênero e poder no bairro. Estas diversificam-se de acordo com as diferentes conjunturas econômicas e sociais” (LOFORTE, 2003, p.25). No seu trabalho, Loforte, inova ao mostrar que “embora as relações [no contexto do seu estudo] sejam dispersas, assimétricas e constitutivas de uma desigualdade, as mulheres detêm lugares de poder” (idem, p.20). Desta forma, ela distancia-se das/dos autoras/es que

Moçambique, assim como moçambicanos/as igualmente beneficiaram-se de formações nesses mesmos países.

Nos capítulos subsequentes, onde abordo sobre as gerações de antropólogos/as moçambicanos/as e as formações acadêmicas destes, Portugal (ISCTE e UNL), França (Universidades de Paris 8 e Sorbonne) e Inglaterra (Universidade de Londres), aparecem como alguns dos países/Universidades nos/as quais esses acadêmicos realizaram suas formações antropológicas. Fica evidente que, apesar do discurso de rompimento com o colonialismo no contexto de construção do socialismo, este não significou a ausência de relações com os países que tinham sido colonizadores. Houve rupturas, mas também continuidades, tanto nas relações de Moçambique com esses países, como no campo da produção do conhecimento.

O quadro indica a presença de apenas quatro pesquisadores do DAA (a antropóloga moçambicana Ana Loforte, o antropólogo francês Christian Geffray e dois arqueólogos moçambicanos, João Morais e Leonardo Adamowicz),²⁶⁶ apontando para a escassez²⁶⁷ de pesquisadores/as no campo da Antropologia no país. Na ocasião, antropólogas/os da primeira geração (chamada por Johane Zonjo de “formadores dos formadores”), como Rafael da Conceição, Maria José Arthur, Alcinda Honwana, encontravam-se em formação no exterior (França, Portugal e Inglaterra), assim como outros foram nos anos subsequentes.

Um mapeamento da formação de antropólogos moçambicanos da primeira geração evidencia a predominância de países como França, Portugal e Reino Unido/Inglaterra nos primórdios da Antropologia no Moçambique pós-independência. Rafael da Conceição fez toda sua formação na França (Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais na Universidade de Paris VIII), da graduação ao doutorado em Ciências Sociais (Etnologia, Sociologia e Antropologia) entre 1981 a 1993, sob a direção dos antropólogos marxistas franceses Jean Copans (na

acredita(va)m num patriarcado absoluto e defende que “a posição subalterna [da mulher], em certas instâncias, não significa ausência de poder” (ibidem).

²⁶⁶ Este último nasceu na Polónia e naturalizado moçambicano.

²⁶⁷ Ana Loforte refere que o número de participantes moçambicanos era menor comparativamente aos estrangeiros (GAZETA/DAA, 2008, p. 8).

graduação em Ciências Sociais) e Pierre Philip Rey e Claude Meillassoux²⁶⁸ (no mestrado e doutorado em Antropologia e Sociologia do Político).²⁶⁹

Maria José Arthur fez o bacharelato em História pela UEM (1980), a graduação em Sociologia menção em Antropologia (1988), o mestrado na mesma área (1998) pela Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais da Universidade de Paris 8 - França. Alcinda Honwana igualmente fez sua graduação em História e Geografia (anos 1980) na UEM, o mestrado em Sociologia na Universidade de Paris 8 - França, mestrado e doutorado em Antropologia Social na Universidade de Londres, Reino Unido/ Inglaterra (1996), durante o período da sua formação passou também por Lisboa - Portugal.

Alexandre Mate fez sua graduação em História (1989/90) na UP de Moçambique, mestrado em Antropologia no Reino Unido/ Inglaterra, Universidade de Manchester (1997). Maria Paula Meneses fez sua graduação e mestrado em História na União Soviética, Universidade São Petersburgo (1980 a 1987) e doutorado em Antropologia nos EUA, Universidade de Rutgers (1991/2 a 1999).²⁷⁰ Ana Loforte²⁷¹ fez o bacharelato (1975) e graduação (1983) em História na UEM, especialização em Antropologia Social na Universidade

²⁶⁸ Estes antropólogos que se inscrevem numa linha teórica do marxismo estrutural francês (junto com Balandier) defendiam uma forma de análise histórico-crítica ao colonialismo, capaz de compreender e engajar-se na superação dos desafios da época. Tiveram influência no CEA e DAA. Meillassoux, foi incluído na bibliografia de treinamento de cientistas sociais, mas sua influência entrou através de Christian Geffray, que fortaleceu e fomentou a perspectiva de seu mestre. Por exemplo, o conceito de corpo social criado por Meillassoux e aplicado por Geffray para analisar a causa das armas/ da guerra civil em Moçambique nos finais de 1980 e início de 1990 (GONÇALVES, 2019; MACAMO, 2002; GAZETA/DAA, 2010). Outro antropólogo francês influente é Michel Samuel, da Universidade de Paris 8, que formou gerações de antropólogos em Moçambique, além de ser coordenador da cooperação interuniversitária entre a Paris 8 e a UP. Esses pesquisadores, legaram a abordagem marxista aos pesquisadores moçambicanos e à Antropologia em Moçambique, influenciando também a construção de projetos na área da Cultural, como é o caso do ARPAC, no âmbito do apoio técnico e formativo.

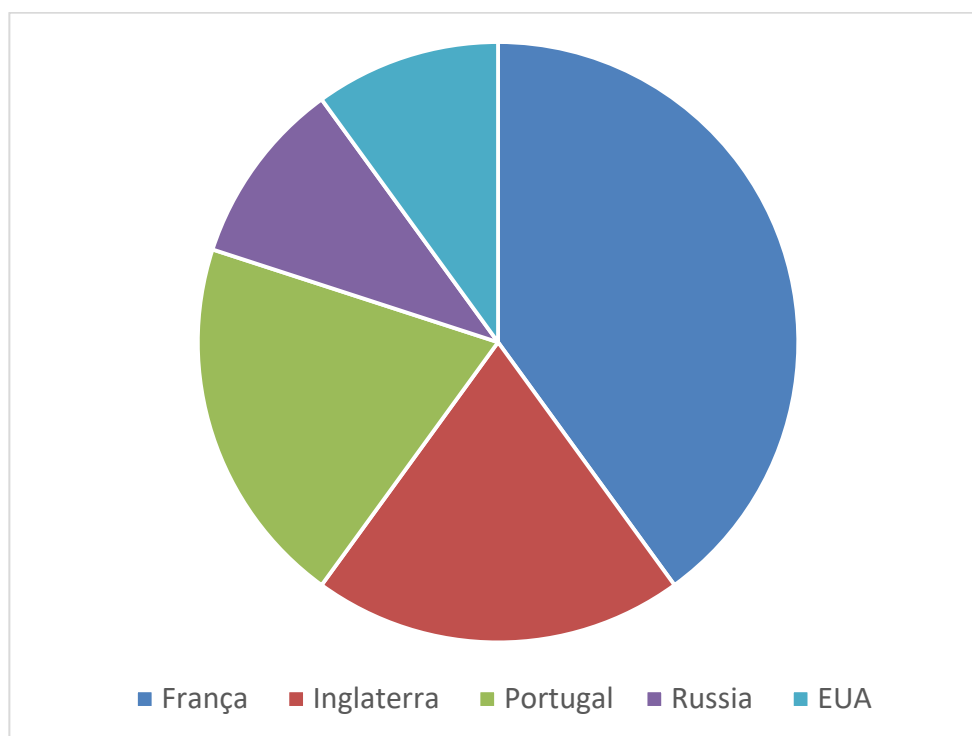
²⁶⁹ Rafael da Conceição reconhece a influência dos antropólogos franceses marxistas em sua formação. No seu livro sobre as situações identitárias no Norte de Moçambique agradece a Pierre Philippe Rey e Claude Meillassoux que orientaram e presta homenagem a Geffray e Meillassoux: “que me seja permitido aqui, manifestar a título póstumo, o meu profundo reconhecimento aos malogrados Christian Geffray (falecido em 2001) e Claude Meillassoux (falecido no início de 2005) que me acompanharam sempre na minha trajetória de estudante e a quem eu muito devo. (...) Devo reconhecer que para a escolha deste tema fui influenciado por Claude Meillassoux, que me convenceu sobre a sua pertinência” (CONCEIÇÃO, 2006, p.12-13).

²⁷⁰ Teve aceite em Universidade francesa para qual havia igualmente se candidatado.

²⁷¹ Ana Loforte, assim como Rafael da conceição foi influenciada pelo antropólogo francês Christian Geffray com quem fez pesquisa de campo no contexto da guerra civil em Moçambique: “Durante a realização do meu trabalho de licenciatura tive a grande oportunidade de trabalhar no terreno com Christian Geffray. Infelizmente foi um período bastante difícil, era o início da guerra de desestabilização e, portanto, fizemos em Vilanculos um trabalho de recolha de dados que, à determinada altura, teve que ser interrompido. Geffray era extremamente metódico e rigoroso (...) com ele aprendi bastante sobre os aspectos ligados à antropologia económica, muito importantes naquela altura, para análise da ligação entre os modos de produção e as estruturas de parentesco aliás, matérias amplamente abordadas na altura por Claude Meillassoux nas suas obras” (GAZETA/DAA, 2008, p. 8).

de Pari 8 - França (entre 1983-84) e, o doutorado em Antropologia Social pelo Instituto Superior de Ciências, de Trabalho e da Empresa (ISCTE) em Lisboa- Portugal (1996).²⁷²

Gráfico 2 - Países de formação dos/as antropólogos/as da primeira geração acima



Fonte: Informações acima mencionadas referentes aos níveis de mestrado e doutorado.

Os dados sobre a formação da primeira geração de antropólogos/os moçambicanos revelam algumas redes de países para nos quais se formaram. Logo após a independência, até praticamente meados de 1980, muitos eram enviados para estudar em países do leste europeu e do bloco socialista (União Soviética, República Democrática da Alemanha, Cuba, China, etc.). Com a reorientação política e econômica do país para o liberalismo, o cenário mudou, vai-se também para outros países, considerados ocidentais (África do Sul, Brasil, Portugal, Reino Unido, Estados Unidos, Austrália, etc. (COSTA, 2009, 2012). Entretanto, a França predomina na formação dessa geração, o que sinaliza a sua significativa influência sobre a Antropologia produzida em Moçambique no contexto dos anos 1980 a 1990.

²⁷² O envolvimento de todos estes pesquisadores com as Ciências Sociais deve ser entendido no contexto sociopolítico e econômico do país do que por vontade própria destes. Maria Paula Meneses, ao responder sobre sua graduação, diz: “O que acontece em Moçambique é que os nossos destinos passam a ser controlados pelo Estado. Portanto, nós deixamos de ter a opção de escolha” (MENESES, 2011, p. 11).

A Suécia está explicitamente presente no Seminário e na influência do DAA, ainda que não na lista, pois financiou os projetos, especialmente na componente da Arqueologia, como evidencia João Morais:

Em 1978, o programa de levantamento arqueológico já estava bem elegível para uma bolsa de pesquisa de três anos da Agência Sueca de Cooperação em Pesquisa (SAREC), que desde então foi renovado. Esta assistência financeira tornou possível expandir o programa de pesquisa para incorporar desde 1982, um acordo de cooperação direta com o Conselho Sueco de Antiguidades (RAA), envolvendo suporte técnico e pessoal, este último participando de projetos de campo até 1985. Desde os estágios iniciais desta cooperação, vários recursos se tornaram acessíveis, como radiocronologia, análise de fosfato e osteologia. Além disso, as instalações de computação do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane foram disponibilizadas a partir de 1983, o que permitiu o desenvolvimento de um número de recuperação de dados e aplicativos estatísticos atualmente sendo testado (MORIAIS, 1987, p. 50-51).

Mais recentemente, arqueólogos e antropólogos moçambicanos vem se beneficiando de formação no âmbito da cooperação com a Suécia, ao nível do mestrado e doutorado, além de instituições de vários outros países. Na nota inicial que Ana Loforte faz em seu livro *Género e poder entre os tsonga de Moçambique*, as agências de financiamento e países, incluindo a Suécia aparecem: “relativamente às instituições e pessoas delas responsáveis quero salientar o Arquivo histórico de Moçambique, a Faculdade de Letras e o Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa [ISCTE- Lisboa - Portugal]. Agradeço ainda à Fundação Calouste Gulbenkian, à Fundação Ford e *Swedish Agency for Research and Cooperation* (SAREC) pelo apoio cedido para a realização deste estudo” (LOFORTE, 2003, p. 7). O Brasil, entra depois, no apoio à formação de cientistas sociais moçambicanos em geral, e antropólogos em particular, em finais dos anos 1980 e início de 1990. Estas informações sustentam o argumento de que “em meados dos anos 80, e de forma progressiva com a formação de quadros moçambicanos no exterior (...) a Antropologia começou a conquistar o seu espaço e a ser convidada a dar a sua contribuição. A própria conjuntura assim o requeria” (MARIANO In: PIMEINTA E MOUNTINHO, 2017, p. 20).

Retornando ao Seminário, nele foram apresentados e discutidos vários *papers*, por pesquisadores de diferentes áreas, nomeadamente: historiadores, economistas, sociólogos, linguistas, antropólogos etc. Os trabalhos apresentados foram publicação na *Revista de Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* (1987), cinco anos depois da realização do evento. Segundo Ana Loforte (1987, p. 1), a publicação tardia destes trabalhos deveu-se às circunstâncias de ordem diversa. Entretanto, tais circunstâncias não são pontadas na publicação.

Pode-se imaginar a indisponibilidade de recursos financeiros que viabilizassem o desejo de publicar as comunicações.

Os *papers* apresentados giraram à volta de algumas questões no âmbito das políticas públicas para o desenvolvimento do país e em torno do papel da Antropologia nesse processo: a questão da produção e produtividade agrícola/ alimentação, a questão da habitação, água e saneamento, saúde e educação, línguas, bem como a própria contribuição teórica da disciplina e a necessidade de sua reformulação para atender aos desafios do momento. As reflexões científicas deviam estar ao serviço da transformação socialista, como apresento nesse breve panorama.

Christian Geffray apresentou uma reflexão intitulada “Para um estudo da família como unidade de produção”. Nela abordou algumas das orientações metodológicas que permitiriam analisar de uma maneira sistemática os problemas postos pela família camponesa (GEFFRAY, 1987, p. 3). O seu principal objetivo era oferecer elementos teórico-metodológicos para compreender a persistência das estruturas de produção camponesa em Moçambique, apesar das transformações na base econômica das comunidades. Segundo ele, justificavam-se porque quase todos os recursos alimentares do campesinato eram produzidos sempre no interior das estruturas de produção familiares.

José Fialho Feliciano, interveio com uma comunicação designada “Alguns dados sobre a Antropologia em Moçambique”, cujo objetivo principal era fazer o ponto da situação dos trabalhos realizados na área e, concomitantemente, avaliar o seu interesse e o seu desenvolvimento em Moçambique, no âmbito da investigação e do ensino (FELICIANO, 1987, p. 14).

O historiador congolês Jacques Depelchin abordou sobre “A Antropologia e a História Africana à luz da História da Frelimo”, onde criticou a Antropologia partindo das lições da Luta Armada de Libertação de Moçambique e defendeu que “a Luta Armada, a sua conceptualização, e sua implementação, contêm lições metodológicas que podem contribuir para a transformação (e por vezes ruptura) das problemáticas existentes, não só para a Antropologia, mas também para as outras disciplinas académicas” (DEPELCHIN, 1987, p. 37).

Ana Loforte apresentou a reflexão denominada “Trabalhos realizados no âmbito da Antropologia em Moçambique”, defendendo que “existia efetivamente uma contradição entre a política de assimilação que tentava eliminar todo o património cultural moçambicano e a Antropologia que visava a defesa desse mesmo património” (LOFORTE, 1987, p. 61). Para ela,

apesar do papel que a Antropologia jogou no colonialismo, os estudos antropológicos no pós-independência importavam justamente pela sua capacidade de transformar a sociedade, mas para libertar, para o bem-estar:

A prática da Antropologia e de outras Ciências Sociais (...) não só deverá ser exterior ao processo revolucionário, mas sim inserida nela e guiada pelas próprias transformações. Deste modo as Ciências Sociais, não só fornecerão alguns elementos de análise como participarão no processo de engajamento das populações (idem, p. 64).

Pierre Alexandre com a comunicação sob o título “Não à Antropologia sem Linguística, não à Linguística sem Antropologia”, baseou-se numa perspectiva marxista para defender a necessidade de uma relação interdisciplinar dos fenômenos linguísticos, fazendo uma crítica à ideia de uma linguística “pura”, que estaria mais próxima da filosofia que da Antropologia. Nesse sentido, argumentou:

(...) a linguística de que será tema aqui não é a tal linguística “pura” no sentido de ser imaterial. Vamos encará-la como uma ciência da linguagem e da fala entanto que instituição social, ao mesmo tempo manifestação de uma cultura e elemento dessa mesma cultura, com a particularidade de fazer parte, simultaneamente da infra e superestrutura (ALEXANDRE, 1987, p. 67).

Nessa perspectiva António Pires Prata interveio com uma “Análise etno-linguística do Xecado de Sangage”, abordando os processos de transformação linguístico-social, os contatos entre povos, os empréstimos e estruturas linguísticas, assim como a importância desses aspetos no contexto de formulação de políticas em Moçambique.

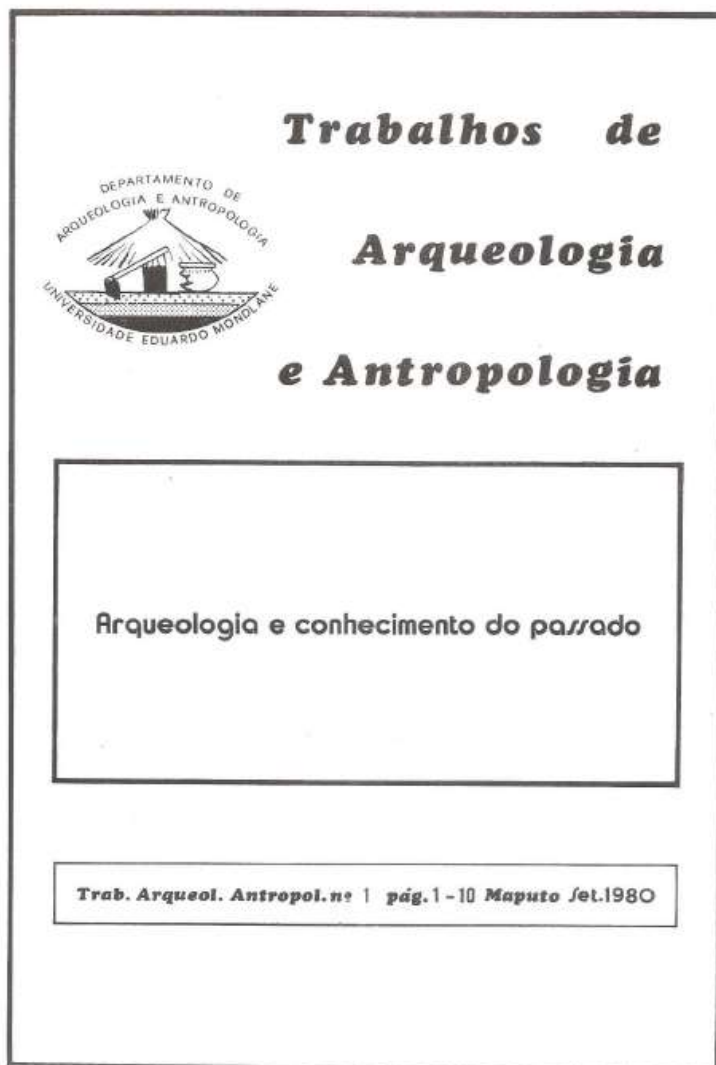
Ainda na sequência das intervenções, o CEA/UEM apresentou a sua política de investigação social, o antropólogo inglês Pottier Johan P. sobre “O papel de uma Antropologia Social no Planeamento de uma melhor nutrição” e a Direção Nacional da Habitação sobre “A investigação do Habitat em Moçambique”. A primeira intervenção abordou o papel da investigação social no contexto de construção de um país socialista (Moçambique), que deveria estar ao serviço da transformação social (formulação e implementação de políticas de desenvolvimento). A segunda analisou o papel da Antropologia Social no melhoramento da nutrição em Moçambique. Johan defendeu que a Antropologia ao lado de outras Ciências Sociais, deveria ter um papel de apoio na compreensão dos processos que estavam na base da precária situação alimentar do país e na transformação (JOHAN, 1987, p. 121). Nessa perspectiva, deveria caber à disciplina apontar alternativas do ponto de vista alimentar, superando a ideia pré-concebida de que, o que é de Moçambique é inferior em relação ao que

vem de fora, transformando o conceito que as populações tinham de si próprias, as ideias que circulavam naquele contexto e auxiliar na “descolonização das mentes” - palavra de ordem no regime do socialismo. A terceira analisou os trabalhos de investigação realizados pela Direção Nacional da Habitação (DNH), sugerindo uma articulação entre as diversas estruturas que se debruçavam sobre a problemática do homem no processo de transformação social (DNH, 1987, p. 136). O DNH propôs nessa ocasião, um trabalho colaborativo e interdisciplinar junto de outras instituições com os mesmos interesses.

Junto destas intervenções publicadas em texto constam no final da Revista, documentos orientadores para a constituição de Núcleos de Informação e Documentação de Antropologia, propostas de estratégias de investigação, relatório do Seminário e a lista dos participantes e suas respectivas instituições de proveniência (acima reproduzida). Esses documentos visavam dar continuidade ao trabalho que se iniciava com a realização deste I Seminário, que sinalizava o renascimento da Antropologia, num contexto em que o país se encontrava na fase de transição para o socialismo.

Os manuscritos publicados fizeram parte do número 2 da série da *Revista Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*, criada com base numa política regular de publicações departamentais estabelecida na UEM (MORAIS, 1987, p. 52), com o objetivo de disseminar a produção do saber antropológico para um público acadêmico, mas também para auxiliar os fazedores de políticas na compreensão dos problemas presentes no cotidiano das populações moçambicanas. Esta Revista publicou seis números, sendo o primeiro número dedicado à Arqueologia em Moçambique, com texto único intitulado “Arqueologia e conhecimento do passado”:

Figura 6 - Revista Trabalhos de Arqueologia e Antropologia Nº 1



Fonte: Departamento de Antropologia e Arqueologia (1980).

Este número, foi assinado coletivamente pelo DAA e no final do texto o editor deixa uma nota referente a importância desta publicação que vale a reprodução:

O primeiro número da revista Seriada “Trabalhos de Arqueologia e Antropologia” inicia uma actividade editorial que se enquadra num número essencial do trabalho académico: a produção de conhecimentos. Esta produção, nem sempre visível, é o fruto dum processo coletivo de trabalho que procede por etapas: da formulação da interrogação à sua resposta, esteja o educador rodeado de alunos, em actividades de campo ou em grupo de trabalho, é dominante a necessidade de comunicar e agir na transformação do saber. Igualmente como qualquer realização material, é esta produção reflexo do nível de conhecimentos que até então fomos capazes de dominar. A Arqueologia e a Antropologia são duas disciplinas relativamente recentes no domínio das ciências, e ambas particularmente influenciadas pela ideologia da

colonização, que delas apenas procurava aprender a “Sociedade Tradicional” de um passado sem História, ou o exótico folclórico do primitivo. É dentro destes princípios críticos que, abertos a participação e ao debate, procuramos orientar esta iniciativa (DAA, 1980, p. 10).

A Revista número 2 publicou o conjunto das intervenções do I Seminário. O número 3 abordou a Arqueologia em Moçambique, apresentando uma síntese das pesquisas realizadas no Norte do país: “é assim nosso objetivo apresentar uma visão das investigações arqueológicas que se encontram em curso nesta região do país, durante tantos anos ignorada neste domínio” (DAA, 1987, p. 1). Compuseram este número os textos de Ricardo Teixeira Duarte sobre “Moçambique e o Índico” onde apresenta evidências arqueológicas do passado do país relacionando com a história dos contatos e das trocas comerciais entre diversos povos do Oceano Índico. Estas evidências careciam de aprofundamentos com base em investigações. O outro texto é de autoria de Paul Sinclair “Um reconhecimento arqueológico do norte de Moçambique: Província de Cabo Delgado” no qual apresenta o relatório de uma pesquisa realizada em conjunto com Tereza Cruz e Silva, que constituía uma continuidade dos balanços que o DAA realizava sobre a Arqueologia no país, com o objetivo principal de através de prospecções iniciais (exploratórias), “localizar estações arqueológicas e preparar um programa mais detalhado de pesquisas e escavação” (SINCLAIR, 1987, p. 23). O terceiro e último texto é de Leonardo Adamowicz, que apresenta um Projeto de pesquisa denominado “CIPRIANA”. Segundo o autor, trata-se do primeiro projeto com objetivo de investigar de forma sistemática as estações arqueológicas no Norte de Moçambique - Nampula (ADAMOWICZ, 1987, p. 48).

Os números 2,3 e 4 da Revista foram todos publicados no ano 1987, num contexto em que os ventos de mudança em relação à orientação política e econômica do país se tornam cada vez mais evidentes, assim como cresce a consciência da importância das Ciências Sociais e da Antropologia em especial, sobretudo, para auxiliar nos processos de desenvolvimento. Esta parece-me uma explicação possível, mas a outra é o fato de as pesquisas, especialmente em Arqueologia, já estarem nessa altura um pouco mais avançadas, ao mesmo tempo que se iniciavam reflexões e projetos no âmbito da Antropologia, bem como, esta última era solicitada para ajudar na compreensão das problemáticas de desenvolvimento e formulação de estratégias para superação de obstáculos.

O número 4 da Revista é dedicado à Antropologia. Compõem este número cinco textos e uma introdução: colaborações das antropólogas Iraê Lundin e Ana Loforte que abordam a problemática da Antropologia Urbana e das Migrações no contexto da cidade de Maputo, com

alcance à toda a região Sul do país. Contudo, a primeira envereda por uma linha de reflexão metodológica ao tratar dos aspectos metodológicos da elaboração e desenvolvimento do projeto “Migrantes e sua relação com o meio Rural” (um dos projetos de pesquisa do DAA) e a segunda por uma linha de reflexão dos resultados da pesquisa do mesmo projeto; o texto do arqueólogo Ricardo Teixeira Duarte em torno das “Contribuições para o Estudo dos grupos populacionais em Moçambique”, no qual descreve esses grupos e faz uma revisão dos estudos publicados à volta da temática; o texto do antropólogo Christian Geffray sobre “A condição Servil no país Makhuwa”, no qual apresenta os resultados de sua pesquisa de campo no norte de Moçambique - Província de Nampula; e, por último, o texto do antropólogo e padre Ezequiel Pedro Gwembe Mlauzi sobre “A Arte Negro-Africana”. O editor da revista sugere que a publicação destes artigos é de carácter informativo, de socialização dos resultados das pesquisas realizadas no país e pedagógico-metodológico (formativo): “...pois pretendemos usá-los como apoio na formação dentro da formação no campo antropológico” (EDITOR, 1987, p. 1).

O penúltimo número (5), foi publicado em 1988, dedicado à investigação arqueológica em Moçambique. O último desta série (6) foi em 1989, dedicado a temas de interesse político e de investigação antropológica referentes à questão da construção do Estado e Unidade Nacional em Moçambique, entre outros correlatos em voga, como desenvolvimento desigual, Estado, nação em África, Tribalismo, Religião, Raça, etc.

Compuseram o número 5, textos da Maria Paula Meneses sobre “Idade da pedra em Moçambique (os primórdios da sociedade)”, no qual apresenta um balanço dos trabalhos que tinham sido efetuados até o momento no campo da arqueologia sob uma perspectiva teórico-metodológica e elabora bases para o desenvolvimento em Moçambique de futuras pesquisas, visando o estudo das evidências arqueológicas sobre os primórdios da sociedade humana. Ricardo Teixeira Duarte aborda a “Arqueologia da idade do ferro em Moçambique (retrospectiva do trabalho realizado)”. Em outro texto, em coautoria com Maria da Luz Teixeira Duarte, abordam a “Arte Rupestre em Moçambique (sobre cinco dos mais belos painéis)”. Por fim, Leonardo Adamowicz aborda a “Contribuição para o registro computadorizado das estações arqueológicas em Moçambique (idade da pedra superior e idade do ferro).

O número 6 é composto pelos textos de Inocêncio Pereira “Moçambique: desenvolvimento desigual”; Vitorino Ferreira Sambo “Algumas considerações sobre o conceito de Estado-nação”; Ana Loforte sobre “A persistência dos valores tradicionais nas comunidades urbanas e etnicidade”; Ricardo Teixeira Duarte sobre “Os conceitos de ‘tribo’, ‘tribalismo’ e

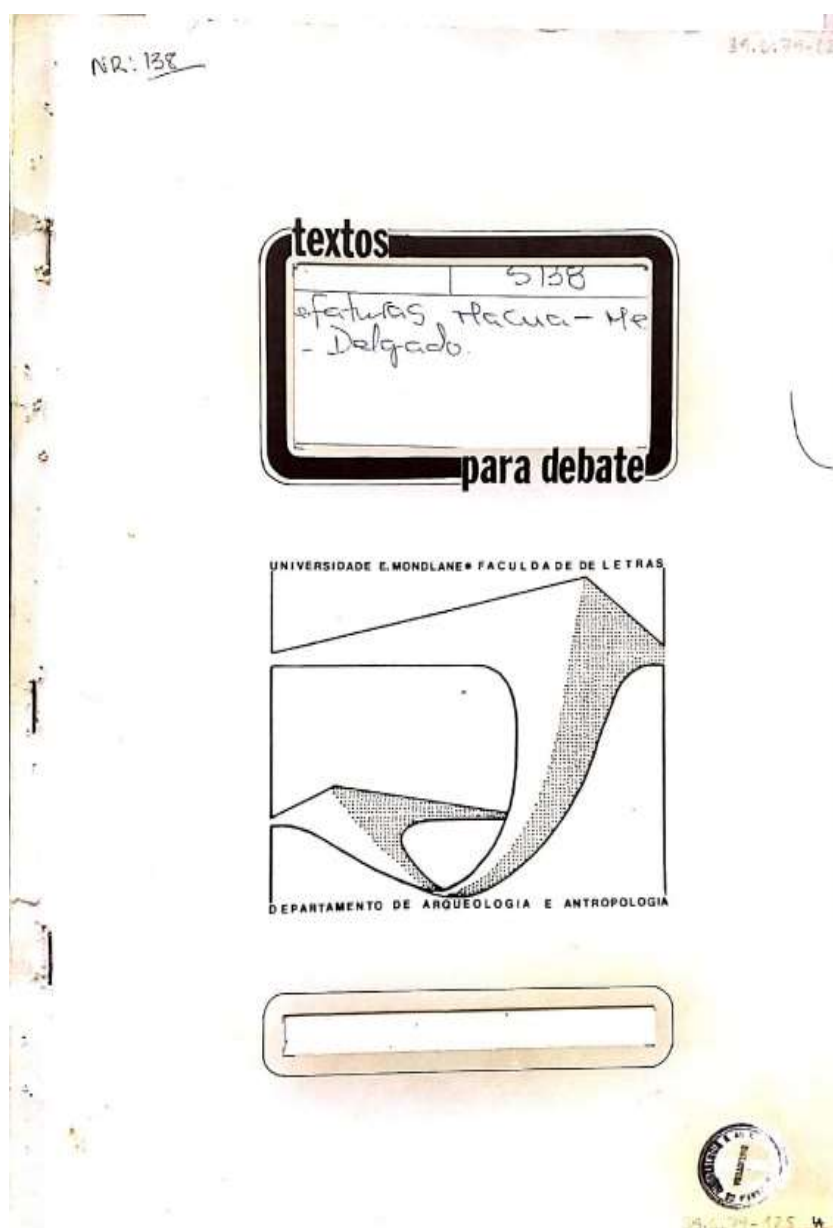
‘sociedade tradicional’ e as realidades que com eles estão relacionadas”; Iraê Lundin “Algumas reflexões sobre o conceito de religião”; Maria Paula Meneses “O pecado original ou o conceito de raça” e por fim Leonardo Adamowicz “Etnicidade, desenvolvimento e arqueologia adaptada”.

Por questões de recursos e outras razões de ordem organizacional, a *Revista Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* deixou de ser editada em 1989. Entretanto, da observação dos números da revista aqui expostos, é possível ver o que os vários entrevistados narram nas entrevistas que realizei: o trabalho colaborativo, a rotatividade não só da chefia do DAA de que fala Hilário Madiquida, mas também, na publicação dos números, há uma intercalação entre os dedicados à Arqueologia (números ímpares) e à Antropologia (números pares). Percebo também alguns movimentos nestas publicações: i) o exercício de fazer um estado da arte das pesquisas realizadas e informações publicadas; ii) o exercício de elaborar instrumentos teóricos, metodológicos e conceituais que fossem mais adequados para a análise do contexto moçambicano e, iii) a realização de pesquisas em contextos concretos, sistematização dos resultados e disponibilização para o público em geral e para os fazedores de políticas públicas em especial, como base para orientar e sustentar as suas decisões. Esta última questão será de alguma forma retomada no próximo capítulo, onde abordo sobre a revitalização da Antropologia, chamada para compreender as razões do insucesso das políticas socialistas e apoiar na construção de estratégias para superação dos obstáculos ao desenvolvimento, num contexto de rápidas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais.

No entanto, os poucos títulos que aparecem nestas séries, como argumenta João Morais (1987, p. 52), devem-se à considerável flutuação na disponibilidade de pesquisadores no programa de pesquisa do DAA (embora a pesquisa fosse a sua principal atividade), que desde 1978 incluía apenas um Arqueólogo moçambicano. Isso explica-se pelo baixo número de estudantes universitários e prioridades acadêmicas que existiam naquela altura, situação que só se alteraria muito tempo depois, quando se começa a oferecer oportunidades de estudos ao nível de graduação e pós-graduação pela primeira vez. Mas, também, além de poucos recursos humanos haviam poucos recursos financeiros e institucionais, embora os discursos destacassem a importância da investigação. Na prática, a realidade era outra, tanto para Arqueologia e, sobretudo, para Antropologia cuja atividade é afetada por todos estes fatores (TAELA, 2000, p. 26).

Além dessa Revista, existiu a publicação *Textos para Debate*, que consistia na apresentação de projetos de investigação e reflexões feitas em seminários, que eram disponibilizados para o debate. A imagem a seguir retrata o sétimo número, que reúne um projeto de investigação elaborado pelo antropólogo Eduardo Medeiros sobre “As chefaturas Macua-Meto do sul de Cabo-Delgado”:

Figura 7 - Publicação Texto para Debate



Fonte: Departamento de Arqueologia e Antropologia / UEM (1984).

Textos de investigadores do DAA eram também publicados na *Revista Estudos Moçambicanos*, do CEA, criada em 1980, ou em periódicos internacionais no estrangeiro.

No âmbito dos intercâmbios internacionais, o DAA manteve correspondência com importantes centros de pesquisa, como é o caso do *Centre de Recherche et d'Etude sur les Pays d'Afrique Orientale* (CREPAO)²⁷³ da Universidade do Pau, na França, do qual, por via de contatos estabelecidos por Michel Samuel, recebia revistas e publicações da *L'Homme* e *Cahiers d'Etudes Africaines*. Durante o trabalho de campo encontrei vários números dessas revistas e publicações. Em troca, o DAA oferecia os relatórios de investigação produzidos e as poucas e irregulares publicações da *Revista Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*. Abaixo seguem as correspondências entre o CREPAO e o DAA, mediadas por Michel Samuel:

²⁷³ Criado em 1977, o Centro de Pesquisa e Estudo dos Países da África Oriental tinha como objetivo a pesquisa científica em Ciências Sociais e Humanas em países da África Oriental e Austral, falantes de português e inglês como línguas oficiais.

Figura 8 - Carta de François Constantin à Michel Samuel

UNIVERSITÉ de PAU et des PAYS de l'ADOUR

FACULTÉ DE DROIT
ET DES SCIENCES ÉCONOMIQUESCENTRE DE RECHERCHE ET D'ÉTUDE
SUR LES PAYS D'AFRIQUE ORIENTALE

Le Directeur

Avenue du Doyen Poplawski
64000 PAU (France)

Tél. : 02.86.40

PAU, le 10 février 1985

M. Michel SAMUEL
C.P. 2050
MAPUTO (Mozambique)

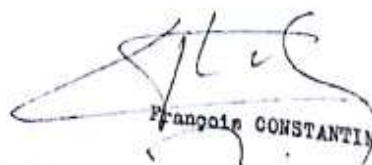
Cher Ami,

J'ai eu le plaisir d'avoir de vos nouvelles par l'intermédiaire des services de M. Guillemin aux Relations extérieures. J'ai ainsi pu constater que vous poursuiviez activement votre rôle de relais efficace entre les deux communautés universitaires, complétant ainsi les fonctions du CREDU.

C'est ainsi que l'on m'a fait part de la demande de souscription d'abonnements à "L'Homme" et aux "Cahiers d'études africaines" que vous aviez formulée; pratiquant déjà ce genre d'opérations avec d'autres bibliothèques universitaires est-africaines, le CREPAO va se charger de ces abonnements; il conviendra simplement de m'indiquer quel doit être le destinataire (le C.E.A.?). En contrepartie du service rendu, le CREPAO souhaiterait recevoir "Estudios Moçambicanos" et, éventuellement d'autres rapports ou communications scientifiques réalisés à Maputo. Profitant de ce courrier, je vous signale que j'ai à deux ou trois reprises adressé au C.E.A. des exemplaires de "Politique Africaine"; je ne sais s'ils sont effectivement parvenus à destination et s'ils intéressent nos correspondants. Dans l'affirmative, je peux continuer les envois; sinon, je les orienterai vers d'autres destinataires.

Dans l'espoir d'avoir bientôt directement de vos nouvelles,

Recevez, cher Ami, l'expression de mes sentiments dévoués



François CONSTANTIN

Fonte: DAA.

Figura 9 - Carta do DAA ao Centre de Recherche et d'Etude sur les Pays d'Afrique Orientale

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

AO
CENTRE DE RECHERCHE
ET D'ETUDE SUR LES
PAYS D'AFRIQUE
ORIENTALE

Ao senhor François Constantin

Após contactos estabelecidos com o senhor Michel SAMUEL tive conhecimento que havia sido concedida ao nosso Departamento, uma assinatura das revistas L'Homme e Cahiers d'Etudes Africaines através do CREPAC.

Deste modo gostaria de formular os meus agradecimentos e indicar que as mesmas revistas devem ser endereçadas a:

Departamento de Arqueologia e Antropologia
Faculdade de Letras
Universidade Eduardo Mondlane
C. Postal nº.257
Maputo Moçambique

Em troca só podemos enviar relatórios de investigações feitas no âmbito do Departamento uma vez que não temos ainda publicações regulares. Envio-lhe contudo o nº.1 da revista trabalhos de Arqueologia e Antropologia, é o único nº. que temos caso esteja interessado nos relatórios de investigação informe-me por favor, que prontamente ser-lhe-ão enviados.

Grato pela atenção dispensada

Subscrevo-me com os meus melhores cumprimentos

Maputo, 28 de Fevereiro de 1985

O Chefe do Departamento


Ana Laferte

AL/AAP

Fonte: DAA.

Neste capítulo, analisei a situação da Antropologia no momento logo após a independência, caracterizado pela crise e relativa marginalização da Antropologia e, os primeiros sinais de sua revitalização, em inícios de 1980, com a criação do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA), a realização do I Seminário Interdisciplinar e algumas das publicações realizadas. As descrições e análises basearam-se em entrevistas e referências bibliográficas. Alguns dos fatores que contribuíram para a marginalização da Antropologia foram, de fato, a sua conotação negativa por associação ao colonialismo; a ideia de que a Antropologia reavivaria o tribalismo, o tradicionalismo e o divisionismo num contexto em que se pretendia construir uma nação moderna e a ideia de que os chefes tradicionais eram aliados ao regime colonial. A criação do DAA e a realização do I Seminário constituíram espaços para repensar o papel que a disciplina poderia ter no contexto de transição para o socialismo, adotando uma abordagem marxista.

No próximo capítulo abordo alguns dos fatores que impulsionaram a revitalização da Antropologia, especialmente em meado dos anos 1980, depois de concluir-se, no início dessa mesma década que “os projetos de desenvolvimento desenhados desde a independência haviam falhado” (PAULO, 2010, p. 14).

6 DA CRISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIALISTA À REVITALIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA: PESQUISA, ENSINO E FORMAÇÃO

(...) revitalizada com o falhanço dos projetos sociais e econômicos no mundo rural, [a Antropologia] torna-se hoje uma área importante quando se pretende compreender a realidade social do nosso país, fundamental quando se procura a todo o custo, por via da engenharia social, introduzir novas lógicas (JOSSIAS & MARIANO, 2008, p. 7).

A crise do desenvolvimento socialista, marcou o início do segundo grande momento do desenvolvimento da Antropologia em Moçambique após a independência. Neste capítulo, foco nos fatores que impulsionaram a *revitalização* da disciplina (a partir dos meados e finais da década de 1980), na guinada que se dá para os processos de ensino e formação na área e faço referência à algumas produções (especialmente relatórios) realizadas neste período (entre 1985 a 1990), além das publicações da *Revista Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* já abordadas no capítulo anterior.

6.1 A REVITALIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA PELA JANELA DO DESENVOLVIMENTO SOCIALISTA

Este segundo momento é caracterizado pela crise econômica acentuada e fracasso dos projetos de desenvolvimento socialista em Moçambique. A Antropologia é, nesse contexto, “resgatada” para dar suporte a tais projetos de reconstrução nacional e desenvolvimento socialista do país. O poder público apela à disciplina para o apoiar no entendimento dos obstáculos colocados diante dos projetos de desenvolvimento, assim como no desenho de melhores estratégias a serem levadas a cabo, tendo em conta as realidades socioculturais outrora negligenciadas²⁷⁴ no contexto da implementação. Como argumentou José Feliciano (1996, p. 19), a situação da Antropologia se altera novamente, no final da década de 1980, “quando diferentes organizações, apelaram à “africanização” dos projetos e programas de desenvolvimento, ouvindo mais as populações e estimulando a sua participação no seu próprio desenvolvimento”.

²⁷⁴ Esta é uma realidade de vários países africanos. Jean-Marc Ela, sociólogo camaronês argumenta em seu livro *Restituir as histórias às sociedades africanas, promover as ciências sociais na África*: “as dinâmicas específicas das formas de organização social e cultural dos países africanos foram durante muito tempo negligenciadas pela investigação”. Ele sugere que as reflexões dos antropólogos e sociólogos africanos devem “insistir sobre a necessidade de uma abordagem mais “dinâmica” dos campos de análise que fazem da África actual um verdadeiro laboratório das Ciências Sociais” (ELA, 2013, p. 15).

A esse respeito, Ana Loforte igualmente argumenta que “o salto relativamente a uma certa aceitação da Antropologia em Moçambique, surgiu por parte de um certo insucesso, de um malogro de alguns projetos de desenvolvimento” (Entrevista, 2017). Loforte refere-se, nomeadamente, aos projetos ligados às Aldeias Comunais e Desenvolvimento Rural, que não conseguiram atingir os resultados pretendidos, os objetivos preconizados, porque desconheciam profundamente os hábitos culturais das populações que, de fato, eram e deveriam ser sujeitos centrais dos mesmos: “havia um desconhecimento total sobre a própria visão de mundo destes grupos étnicos, as suas próprias concepções sobre o que poderia ser um determinado projeto a ser implantado no local onde estavam” (Entrevista, 2017). Desta forma, ela defende:

Então, podemos dizer que foi um pouco este reconhecimento de que, havia alguns aspectos que deveriam ter sido acautelados na altura da implementação desses mesmos projetos (melhor conhecimento sobre o modo de vida destas populações), que de certa maneira despertou a atenção sobre a necessidade de realizar esses mesmos estudos. E, houve exemplos muito concretos, de projetos que foram realizados, por exemplo, pelo professor Adolfo Yáñez Casal²⁷⁵ nas Aldeias Comunais. Ele esteve durante algum tempo a trabalhar junto da Comissão Nacional das Aldeias Comunais que demonstraram a necessidade de realizar de fato estudos antropológicos junto dessas comunidades, antes de desenhar e implementar determinados tipos de projetos. Então, foi um pouco, de fato, fruto desta situação que se começou a reconhecer a importância da investigação antropológica (Entrevista, 2017).

Nesta mesma linha de argumentação, Ana Loforte (2008) sustentou, em outra entrevista, que nestes projetos de desenvolvimento implementados pelo Estado moçambicano após a independência, “não se teve em consideração os problemas multifacetados que os projetos de desenvolvimento acarretam, suscitando questões de formulação delicadas e soluções atentas à realidade sociocultural”. Segundo ela, “de fato, na implementação de determinados projetos não foi tida suficientemente em consideração a maneira de estar e de viver, os hábitos e costumes das populações, a diversidade das suas formas mentais, sociais e políticas”. Por via disso, defende que: “foi o insucesso desses projetos que nos apoiou, de certa maneira, e evidenciou o papel da Antropologia e da própria Sociologia em relação às questões do desenvolvimento”. Paralelamente a esse processo, Loforte observa, “é verdade que íamos fazendo algum trabalho, dávamos algumas aulas, mas éramos vistos um pouco como esses

²⁷⁵ Outros intelectuais foram convidados pelo Estado a desenvolver pesquisas antropológicas nesses anos, como Christian Geffray, sobre as origens e o processo da chamada guerra civil em Moçambique e as consequências da política agrícola do governo a oeste da província de Nampula, no Norte do país (HALKES E OPPPEWAL, 1989, p. 14). Em relação ao processo de socialização do campo/produção no distrito de Eráti na província de Nampula, Geffray mostrou como a não consideração das diferenças culturais pelas autoridades oficiais constituía em si a própria dificuldade da organização social (MAZULA, 1995, p. 126).

“bichos raros” à procura do “exótico”, que se interessavam por questões que realmente não faziam muito sentido em Moçambique” (LOFORTE, 2008, p. 9).

Com o fracasso dos projetos de desenvolvimento e a perda do apoio popular por parte do governo da Frelimo, num contexto de intensificação da guerra²⁷⁶ interna e crise, mudou-se de abordagem em relação às tradições e, conseqüentemente, em relação à Antropologia em Moçambique. Estavam assim criadas as condições para entrada em cena dos antropólogos na intervenção sociopolítica e cultural, mas era ainda necessário justificar a sua importância. Assim, em 1985, Iraê Lundin e Claes Josefsson escrevem um texto intitulado “Algumas considerações a respeito da disciplina e formação de antropólogos em Moçambique”, no qual justificam a importância da disciplina para o país:

Deve estar bem claro, então, que o que torna a Antropologia um instrumento necessário para o desenvolvimento social e cultural é a informação. Ela é unicamente qualificada para fornecer dados sobre o que se passa nas diferentes camadas de uma sociedade. (...). Para um país como Moçambique, que escolheu o caminho do desenvolvimento e da modernização na via do socialismo, é vital que fontes seguras forneçam informações sobre, por exemplo, condições prévias e conseqüências de projetos de desenvolvimento e/ ou reorganização económica (LUNDIN E JOSEFSSON, 1985, p. 75).

Nesse contexto, começam a surgir solicitações no âmbito de pesquisa antropológica por parte de algumas instituições do Estado, ligadas às mais diversas áreas: produção, organização social e do Estado, identidades sociais, memória, patrimônio cultural e linguístico, guerra, terra, etc. Com o advento do HIV/SIDA, surge a necessidade de melhor conhecimento sobre as concepções de saúde e doença, mas também de gênero, sexualidade e corpo por parte das populações, como explica Ana Loforte na sequência:

Era necessário saber como é que as populações interpretavam a causa das doenças e como é que se aplicaria determinados tipos de terapias, determinados tipos de itinerários terapêuticos. Para isso, era necessário conhecer para garantir as formas de tratamento e abordagem das próprias populações e dos curandeiros, dos praticantes da medicina tradicional face ao HIV. Então começaram a surgir também, essas necessidades de ter antropólogos com algum tipo de conhecimento. Esta Antropologia do Desenvolvimento também impulsionou a diversificação das áreas de conhecimento no âmbito da Antropologia e trouxe a necessidade de haver este contato com outras escolas do pensamento antropológico e que os poucos moçambicanos que se formavam pudessem se interessar e abraçar outras áreas científicas, no âmbito da própria Antropologia. Esta [área da saúde e doença] é uma, entre Antropologia do Desenvolvimento e Antropologia Aplicada (Entrevista, 2017).

²⁷⁶ A guerra era entendida em certos contextos locais de Moçambique, como na aldeia Mazuwa, província de Nampula, como um efeito da recusa das práticas locais pelo regime marxista-leninista da Frelimo (GEFFRAY apud HALKES E OPPPEWAL, 1989, p. 14).

É esta tradição histórica de pesquisa antropológica ligada à construção do Estado moçambicano e desenvolvimento que nos permite compreender as linhas de pesquisa desenvolvidas pelo DAA e pelo ARPAC, que se refletem nas disciplinas oferecidas no curso de graduação e, nas atuais linhas de especialização da pós-graduação em Antropologia Social da UEM. Se antes dos meados de 1980, a Arqueologia era a componente mais explorada do DAA, depois (e até a atualidade) a Antropologia sobrepôs-se, na medida em que os projetos de pesquisa nesta área se multiplicaram devido ao financiamento, demandas sociais ou solicitações institucionais. Katia Taela (2000, p. 25), argumenta que os pesquisadores que antes se dedicavam exclusivamente a estudos arqueológicos, introduzem a componente antropológica em suas pesquisas e especializam-se em Antropologia, Maria Paula Meneses é um exemplo nessa direção.

6.2 A VIRADA PARA O ENSINO E A FORMAÇÃO: ANTROPOLOGIA NA ESCOLA DO ESTADO E DIREITO, NA UEM E OUTRAS INSTITUIÇÕES

Após a independência, várias medidas foram tomadas no sentido de modernizar o setor público para responder aos desafios do desenvolvimento socialista. A formação e capacitação dos funcionários e quadros deste setor assumiu um lugar central na estratégia de reforma, condição sem a qual o desenvolvimento seria inviável. Assim, em 1977 criou-se o Centro 1º de Maio, a primeira iniciativa institucional no campo da formação em administração pública em Moçambique, com o objetivo de conferir consistência necessária para a afirmação deste setor. Este centro formou quadros para as unidades territoriais de base e funcionou até 1980, sucedido pela Escola de Estado e Direito, que visava a formação de Diretores Provinciais e Administradores de Distrito, bem como criar as bases para a instalação de cursos básicos e médios regulares em Direção e Administração do Estado (OMAR, 2006, p. 94).

No final de 1985 a Escola do Estado e Direito entrou em contato com o DAA/UEM e solicitou a elaboração de um curso sobre questões socioculturais, relativas aos povos moçambicanos. O DAA estava ainda mais voltado para a investigação do que para o ensino ou formação, embora prestasse serviços de formação em cursos dentro e fora da Universidade (TAELA, 2000). O curso solicitado pela Escola de Estado e Direito seria ministrado aos quadros em formação ou em processo de reciclagem no interior da Administração Pública. A disciplina ministrada, em matérias de Antropologia, denominada “Educação Cultural e Noções de

Antropologia”, iniciou em 1986, com uma carga de 36 horas durante um semestre, integrando o currículo da Escola, que tinha ainda um carácter experimental (LUNDIN, 1986).

Em termos gerais a disciplina visava capacitar os discentes em matérias básicas sobre a diversidade sociocultural dos grupos populacionais existentes no país, tendo como ponto de partida os conceitos teóricos básicos para compreensão dos mesmos. Em termos educativos objetivava: i) a valorização do património cultural moçambicano e compreensão dos valores e mosaico cultural como riquezas nacionais e, ii) a compreensão de que as práticas de gestão pública no contexto de um país diverso deveriam incidir sobre a vida concreta de forma realista e criadora. As aulas eram ministradas combinando metodologias diversas: seminários, aulas teórico-expositivas, aulas práticas e trabalhos em grupo, que consistiam na descrição empírica das comunidades e aplicação de esquemas teóricos para a compreensão das diversas formas de organização social. Estes trabalhos eram posteriormente apresentados e discutidos na turma com orientação da/o docente. Ana Loforte argumenta que esta escola se inspirou na tradição colonial dos administradores:

(...) muitos deles eram antropólogos e tinham a necessidade de conhecimento sobre as populações nos locais onde exerciam a atividade de administração colonial. O próprio Jorge Dias é uma referência grande em termos do conhecimento sobre os Macondes [grupo étnico do Norte do país], para o qual a administração colonial encomendou esse estudo para melhorar sua penetração no território, melhorar o conhecimento desta população, numa altura em que estava surgindo a luta armada. A partir do debate reconheceu-se a necessidade de conhecer as populações que iriam administrar e governar e, portanto, começou a surgir a Antropologia Cultural na Escola de Estado e Direito. Surgiram necessidades ou demandas dos Ministérios, também ligadas a projetos. Alguns estudos antropológicos foram feitos para a antiga Direção Nacional da Habitação, e tinham a ver com a implantação das Aldeias Comunais em diferentes zonas do país (Entrevista, 2017).

Ana Loforte aponta para a continuidade de aspectos da Antropologia feita no contexto colonial, no outro contexto, de Moçambique independente. Como procuro mostrar ao longo deste trabalho, a leitura do desenvolvimento da Antropologia em Moçambique não pode ser vista de forma simplista e linear, como se esta logo após a independência pudesse abandonar tudo quanto se parecesse com as suas práticas no contexto colonial. Assim como o próprio país não conseguiu romper com as lógicas coloniais na educação, na saúde, etc. que permanecem até hoje, na Antropologia também não.

Por isso, essa é minha opinião, é preciso ler sempre na chave da complexidade das dinâmicas sociais moçambicanas, com suas contradições, rupturas e continuidades que, neste caso, se expressam também na formação em Administração pública no país nos meados de

1980, que a Antropologia vai ajudar a construir. Deste modo, uma visão dicotômica ou binária entre o colonial e “pós-colonial” (entendido neste caso específico como ruptura com o anterior momento), portanto, como contrários, prejudica a compreensão da complexidade das relações, das continuidades e “mimetismos entre lógicas e períodos” distintos (ROQUE, 2016). Levanta-se, porém a questão: o que explica esses paradoxos, se não a constituição ambivalente dos sujeitos e nações, neste caso colonizadas?

Além da Escola do Estado e Direito,²⁷⁷ com a reabertura da Faculdade de Letras, em 1989, a Antropologia é ministrada como disciplina na UEM, nos cursos de História (três semestres),²⁷⁸ Linguística (dois semestres), no curso de Direito (um semestre) e de Medicina (um semestre). Antes disso, o DAA organizou e realizou um curso experimental em Antropologia Social, com a duração de três semestres (entre 1988 e 1989), ampliado em 1991, como um projeto de formação complementar.²⁷⁹ O objetivo deste curso era testar o programa e avaliar a metodologia, que posteriormente entraria em vigor no curso de História. A culminação do curso fez-se com a apresentação de trabalhos de pesquisa simples combinando teoria e prática (LUNDIN, 1991, p. 1). Como se pode observar, no curso de História, a Antropologia era ministrada por mais tempo, pois incidia num dos quatro direcionamentos previstos dentro de uma mesma formação global. Os direcionamentos eram: Arqueologia, Documentação e História.

O ensino sistemático e global da Antropologia Social na UEM começa em agosto de 1990, no curso de História. Devido à demanda dos estudantes pelo aprofundamento do conhecimento da disciplina, com vista a uma possível especialização no futuro, em setembro do mesmo ano, o DAA formula um “Projeto de Formação Básica para Estudantes do Curso de História, dentro da área específica de Antropologia Social” (encabeçado preparado e encabeçado por Iraê Lundin). Este é enviado ao Diretor da Faculdade de Letras, pedindo autorização para trabalhar com os estudantes que demonstravam interesse, em regime

²⁷⁷ Onde no início de 1990 já havia um estudante preparado e indicado para assumir as tarefas da docência que até então eram desempenhadas pelos docentes e investigadores do DAA.

²⁷⁸ Dois semestres no segundo ano e no primeiro semestre do quinto ano. Neste último visava o direcionamento para o trabalho de conclusão do curso.

²⁷⁹ O complementar aqui significa, uma formação fora da grade curricular dos cursos estabelecidos na Universidade, mas que permite ao formando ampliar os conhecimentos, habilidades e competências. No âmbito deste projeto complementar participariam em primeira mão os assistentes de pesquisa que tinham sido contratados para o DAA: Luciano Pequenino Peres Norte e José da Silva. Ambos participaram do curso experimental (1988-89). E, Fernando Pequenino e Mário Francisco, em processo de contratação. Também foram envolvidos estudantes do segundo ano do curso de História e ligados a várias instituições além da Escola do Estado e Direito, ao Ministério da Cultura, da Educação, etc. (LUNDIN, 1991, p. 8).

extracurricular. Tal projeto teria como metodologia de trabalho o formato de seminários, palestras e pesquisas no terreno:

Nossa ideia era, cobrir o período do segundo semestre do segundo ano de frequência, para preencher o vazio que se fazia sentir em relação a disciplina neste período. Este trabalho extracurricular não visa conferir nenhum grau acadêmico extra, para além daquele que o próprio curso se propõe, mas somente um **mérito de frequência** (LUNDIN, 1991, p. 3, destaque da autora).

O diretor da Faculdade aprovou o projeto, que arrancou com cerca de dez estudantes do curso de História, integrados em um trabalho de campo na zona peri-urbana da cidade de Maputo. O número dos estudantes interessados pelo curso foi aumentado, como aponta Iraê Lundin: “nas três reuniões que realizei com os estudantes, para um diálogo sobre a disciplina, e para avaliar o tipo de interesse deles sobre a disciplina, tive a presença de cerca de quinze estudantes do segundo ano, em um total de vinte e um que frequentam a disciplina” (LUNDIN, 1991, p. 3). Portanto, a necessidade de formação na área e a crescente demanda pela disciplina por parte de estudantes e profissionais de setores públicos impulsionaram o lançamento deste projeto de formação complementar.

É nesse contexto de demanda por formação em várias frentes, que a Fundação Ford e o Ministério da Educação brasileiro respondem a essa necessidade e desejo do Estado moçambicano, com o financiamento de um programa de formação (através de bolsas de estudo), oportunizando a vinte jovens moçambicanos cursar o Bacharelato em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (FRY, 2001, p. 16). A Fundação Ford estabeleceu contato com o DAA para que o projeto fosse o ponto acadêmico fixo para estes bolseiros em Moçambique (LUNDIN, 1991, p. 5).

Neste processo tiveram papel fundamental a antropóloga brasileira Yvonne Maggie, o antropólogo brasileiro Marco Antônio Gonçalves e o antropólogo inglês Peter Fry (FRY, 2005, p.6).²⁸⁰ Yvonne Maggie em entrevista ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), em 2009, relata que este projeto tem a ver com o crescimento do IFSC e a relação (de amizade) com Peter Fry (que se tornou representante da Fundação Ford no Rio de Janeiro por volta de 1987, mas que já tinha estado no Brasil como

²⁸⁰ O reconhecimento do papel fundamental que Maggie e Fry tiveram na formação de cientistas sociais moçambicanos aparece expresso nos agradecimentos do livro publicado por Cristiano Matsinhe que resultou da sua tese de doutorado *TÁBULA RASA: Dinâmicas da Resposta Moçambicana ao HIV/SIDA* (MAT SINHE, 2005, p. 10).

professor visitante). Em 1988, participaram de um evento de pesquisa sobre comemorações e críticas aos 100 anos da abolição da escravatura, que teve o financiamento da Fundação Ford.

Assim, Peter Fry estabelece uma relação intensa com o IFCS numa em que a instituição era bastante desprivilegiada no cenário brasileiro, além de criticada por não conseguir organizar uma pós-graduação “mais competente”. Peter Fry encontra no IFCS e na sua equipe, um interesse em melhorar o programa de graduação e pós, mas sem verba: “a gente tinha que fazer alguma ligação da pesquisa com o ensino. Porque aqueles alunos estavam lá, ficavam vendo o que é que era Weber, Durkheim, Marx e na verdade não tinham nenhuma relação, assim com a vida deles. E, a pesquisa poderia ser um link. Eles não sabiam nem o que é que a gente fazia” (MAGGIE, 2009, p. 58-59).

É assim que nasce o Laboratório de Pesquisa Social (LPS), apoiado por Peter Fry. Yvonne Maggie e seus colegas elaboraram um projeto, financiado por 10 anos pela Fundação Ford, que visava incluir pessoas menos favorecidas no acesso à educação superior. É em 1988, quando Peter Fry passa a representante da Fundação Ford em Harare (Zimbabuê), que a ligação com Moçambique começa. Em 1989, quando ainda não havia um curso de Ciências Sociais, Yvonne Maggie vai pela primeira vez a Moçambique, volta e desenha com seus colegas um projeto de formação de professores, ou seja, de estudantes na área, que pudessem mais tarde fundar um curso de Ciências Sociais no país:

(...) foi muito incrível porque eu embarquei nesse projeto primeiro porque eu achava que se encaixava totalmente dentro do programa e do próprio laboratório, que eles podiam se integrar em vários núcleos. E nós usamos para fazer essa relação, todos os instrumentos que o Ministério da Educação já tinha estabelecido (...). Porque você sabe que a independência dos países de língua portuguesa na África teve uma participação muito importante dos embaixadores brasileiros. (...). Os embaixadores brasileiros, não só foram importantes nisso, como no estabelecimento de uma rede no Brasil com instrumentos para a facilitação da vinda de africanos para estudar aqui. Então o MEC, nos anos 60, final dos anos 60, depois início dos anos 70 e, aprofundando depois do processo da independência, em 1975, eles estabeleceram, então, um convênio de cooperação que foi Programa de Estudante-convênio, que depois da independência foi muito importante na troca de estudantes, sobretudo na vinda de estudantes para cá. Mas esse programa era muito interessante porque na verdade o Brasil tinha um certo controle sobre quem vinha, mas normalmente eram os governos locais que enviavam os filhos dos seus... A elite, mesmo depois da independência, mesmo com o socialismo, todos os que vinham eram filhos dos presidentes, dos ministros e tal. Primeiro porque o aporte econômico que o Ministério da Educação e do Itamaraty aqui davam era muito pequeno. E segundo por que... enfim, apesar do socialismo, o clientelismo ainda era forte e então eu considerei, junto com o Peter, que o importante seria a gente fazer uma prova de seleção, fazer entrevistas com [os estudantes] (MAGGIE, 2009, p. 59-60)

Em 1989 foram selecionados, em concurso aberto,²⁸¹ os primeiros cinco bolsistas do programa da Fundação Ford, em cinco escolas pré-universitárias de Moçambique. Dois deles de Maputo, um da Beira, um de Quelimane e uma de Nampula. Esta primeira turma foi composta pelos estudantes: Cristiano Matsinhe,²⁸² João Carlos Colaço,²⁸³ José Jaime Macuane,²⁸⁴ Manuel Macia²⁸⁵ e Fátima Nordine Mussá²⁸⁶ (LUNDIN, 1991; FRY, 2001; SUBUHANA, 2009). Ao olhar numa perspectiva de gênero para essa turma, é perceptível o desequilíbrio entre homens (que são a maioria), e apenas uma mulher. Este desequilíbrio de gênero, é estrutural em Moçambique e reflete-se em outros âmbitos da vida social. Aqui em Florianópolis, por exemplo, há mais presença de homens que mulheres estudantes. Apesar das mulheres comporem estatisticamente a maioria da população moçambicana e haver, por parte do Estado, um esforço para reverter o quadro de desigualdade de gênero, desenhando e implementando políticas nessa direção.

A turma mencionada iniciou os estudos em 1990. Peter Fry (2001), aponta que de 1991 a 1993 vieram para o Brasil mais de cinco bolsistas por ano, chegando a vinte no total. Cada um destes estudantes no IFCS, vinculou-se a um grupo de pesquisa do LPS, com o objetivo de “incorporar os alunos de graduação do Instituto nos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos professores de Sociologia, Ciência Política e Antropologia” (FRY, 2001, p. 16). Esta nova geração de cientistas sociais moçambicanos, como argumenta Ken Wilson (2001, p. 11):

(...) é frequentemente de origem rural ou das províncias do interior, mais frequentemente falantes de línguas africanas, pessoas jovens demais para poderem ter sido líderes no período da caminhada para o socialismo, entre 1975 e meados da década de 1980. São, com maior frequência, pessoas cujo sentido de engajamento com a ideologia daqueles tempos iria sofrer com a percepção de seu vazio, sua incoerência e suas indignidades, intencionais e não-intencionais.

Peter Fry (2001), argumenta igualmente que todos os estudantes moçambicanos desta geração, nasceram um pouco antes da independência e viveram suas adolescências no período socialista pós-colonial. Entretanto, “mesmo tendo se beneficiado das oportunidades educacionais abertas nesse período, não deixaram de ter uma visão crítica desses anos, visão esta compartilhada pela maioria da sua geração”. Estes, “sentiram enorme vontade de entender

²⁸¹ A comissão de seleção era composta por representantes do Ministério da Educação Brasileiro e do corpo docente do IFCS-UFRJ.

²⁸² Antropólogo, atualmente Diretor para a área de Investigação do CEA/UEM.

²⁸³ Sociólogo e docente no Departamento de Sociologia da UEM.

²⁸⁴ Cientista Político e docente no Departamento de Ciência Política da UEM.

²⁸⁵ Sociólogo e docente no Departamento de Sociologia da UEM.

²⁸⁶ Antropóloga, pesquisadora na Population Services International (PSI), em Moçambique e docente na UEM.

melhor o que havia acontecido após a Independência e porquê, mas se preocuparam, sobretudo, em contribuir para o conhecimento necessário a um pensar mais adequado para o futuro” (FRY, 2001, p. 17). A mudança de percepção em relação a experiência socialista por parte desta geração, afetou as Ciências Sociais em Moçambique. Essa mudança está associada entre vários fatores, à entrada em África do pós-modernismo em voga nos anos 1980; à desintegração do país por consequência da guerra e crise econômica e sua reconstrução atravessada por alarmantes contradições e desigualdades (WILSON, 2001, p. 11).

Aqui importante lembrar que no contexto logo após a independência dos países africanos, até praticamente os primeiros anos da década de 1990, no caso específico de Moçambique, como os trabalhos socioantropológicos e históricos produzidos nesse momento o demonstram, dominavam perspectivas teóricas “centradas na economia política e correlatas teorias da dependência - nacionalismo anticolonialista, marxismos e pan-africanismo” (TEIXEIRA, 2020, p. 30). Estas teorias, explica José Teixeira, foram se mostraram insuficientes para a leitura analítica dos conflitos que emergiram nas novas formações nacionais, estimulando a aceitação de novas e plurais formulações teórico-analíticas que, “se podem sumarizar como um pós-estruturalismo de pendor pós-colonial, tantas vezes ditas pós-marxistas e cuja pujança internacional se sedimentou nesse período” (TEIXEIRA, 2020, p. 30-31). Portanto, as transformações do país impulsionaram igualmente a transformação e pluralização das “Ciências Sociais moçambicanas” (WILSON, 2001).

O historiador francês Michel Cahen (2015, p. 21), argumenta que o pós-colonial como conceito e teoria em contextos ditos lusófonos, seja português, brasileiro ou africano penetrou tardiamente, “começou pelas “margens””. O antropólogo português José Teixeira (2020), argumenta no caso de Moçambique, que a entrada tardia das teorias pós-coloniais foi influenciada pelo contexto de então, caracterizado pela: i) dependência face ao poder político; ii) o predomínio do marxismo e sua temática classista, iii) o auto-centramento nacional implicado pela guerra civil durante as primeiras décadas de construção da nação e iv) a vontade de estabelecer uma unicidade nacionalista que coibiu olhares sobre as pluralidades identitárias referidas de modo geral como “culturais”. Esses temas segundo o autor, caros à teoria pós-colonial, foram vistos, porém, como contraproducentes à luz do discurso oficial unitário (TEIXEIRA, 2020, p. 31).

A absorção destas novas correntes²⁸⁷ e seu amadurecimento, explica José Teixeira (2020) foi instigada por investigadores estrangeiros residentes e visitantes em Moçambique, mesmo que na sua maioria privilegiassem o materialismo histórico, mas sobretudo, pelos investigadores moçambicanos em processos formativos no âmbito da pós-graduação académica no estrangeiro com outros contatos, influências e ambientes de menor ligação com militâncias políticas. Às correntes pós-coloniais, ele argumenta que lhes foi relevante a atenção aos “saberes autóctones”, como conhecimentos alternativos à “ciência eurocêntrica”, recusando-se assim a universalidade estabelecida por esta última (TEIXEIRA, 2020, p. 32). Na mesma linha argumentativa, Ken Wilson referiu que “se no início, se proclamou autoritariamente um universalismo ao mesmo tempo que se passava por cima do hiato entre a ideia e a prática local e real. Em seguida defendeu-se democraticamente a diversidade, enquanto lutava-se para administrar satisfatoriamente, mas nem sempre com sucesso, um pluralismo que ainda hoje ameaça destroçar o país” (WILSON, 2001, p. 12).

Os estudantes moçambicanos que beneficiam das bolsas da Fundação Ford no início dos anos 1990 se formam neste contexto. No decurso da graduação, estes estudantes adquiriam gosto pela pesquisa (SUBUHANA, 2009, p. 108) e aproveitaram as férias anuais em Moçambique para “levantar dados que pudessem compartilhar com seus professores e colegas brasileiros” (FRY, 2001, p. 16). Durante a estadia em Moçambique estava previsto, no âmbito do projeto de formação antropológica complementar do DAA (acima referido), o apoio académico a estes estudantes que fossem visitar “academicamente” o país e suas respectivas províncias de proveniência. Estas visitas anuais estavam previstas no programa de formação, “uma vez que a bolsa compreende e incentiva, a necessidade de um ponto fixo académico no país de origem” (LUNDIN, 1991, p.5). O apoio académico era sobretudo, logístico, pois do projeto do DAA sairia o seguimento da viagem para as províncias além de Maputo. “O apoio académico, é o seguimento dos cursos e trabalhos relativos aos mesmos” e, “o apoio logístico, é a administração do fundo para as suas passagens para as províncias de origem” (LUNDIN, 1991, p. 5).

²⁸⁷ Na linha dessas correntes teóricas Teixeira identifica em Moçambique alguns trabalhos notáveis, como por exemplo do etnomatemático Paulus Gerdes, ainda que “sem explicitar qualquer refutação de teor multiculturalista”. O trabalho de Francisco Noa no âmbito dos estudos culturais, “inscrito no núcleo original dessa problematização (...), mas sendo explícito que não recusa o primado analítico do cânone científico”. E, o trabalho do filósofo Severino Ngoenha, “a reflexão pós-colonial mais acerada no país, que afronta a abordagem à alteridade na tradição ocidental, e que se estabeleceu no país como referência intelectual desde finais de XX” (TEIXEIRA, 2020, p. 32).

Todos os estudantes envolvidos no programa, foram dedicados e de seriedade ímpares, se formando no prazo de quatro anos ou menos. Destes, treze imediatamente voltaram à Moçambique após formação, outros sete prestaram concurso para a pós-graduação e terminaram o mestrado. Destes sete, três seguiram para o doutorado (FRY, 2001, p. 17). Entretanto, o programa não foi de mão única (no sentido de beneficiar apenas os estudantes moçambicanos), pois por via do apoio da Fundação Ford, estudantes brasileiros deslocaram-se a Moçambique para desenvolver pesquisas. Entre eles, Edson Borges (Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Católica Cândido Mendes), cuja dissertação tratou da política cultural em Moçambique após a Independência (1975); Omar Thomaz, que pesquisou diversos temas e cuja tese, defendida na USP tratou das relações entre cultura e colonialismo no Terceiro Império Português; Lorenzo Macagno, cuja tese versou sobre a política educacional em Moçambique no período colonial e pós-independência, entre tantos outros. Eu mesmo, ao longo da minha graduação em Moçambique, estudei com alguns colegas brasileiros/as, que foram estudar no âmbito do programa.

Peter Fry argumenta que as questões levantadas pelos jovens estudantes ou pesquisadores africanos, e isso é válido também para o meu caso, “surgiram tanto do debate acadêmico e político no Brasil e em Moçambique, quanto da sua própria experiência cultural e social” (FRY, 2001, p. 17).

Neste item procurei abordar a virada para o ensino e formação em Antropologia a partir dos meados dos anos 1980 na Escola do Estado e Direito, na UEM através do DAA e a articulação deste com o processo de formação em Ciências Sociais no Brasil. No entanto, não posso deixar de referir que, no âmbito das instituições públicas de ensino superior, além da Escola do Estado e Direito e da UEM, a Antropologia é ministrada no final dos anos 1980 e início de 1990, na UP e no Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI) como disciplina. No caso da UP nos cursos de História e Geografia e mais tarde também de Filosofia, estando hoje presente em todos cursos como disciplina obrigatória e, também como curso desde 2017 (ver o próximo item sobre o ensino da Antropologia e criação da graduação na área). No ISRI nos cursos de Relações Internacionais e também de Administração Pública. Com o advento das instituições privadas em meados dos anos 1990 e a proliferação de instituições do ensino superior públicas, a Antropologia passa também a ser lecionada nessas instituições.²⁸⁸

²⁸⁸ Um projeto de pesquisa futuro, abrangendo esta dimensão, seria útil para compreender como a disciplina está estruturada no contexto das instituições privadas (e também públicas) e os processos de sua transmissão (quem ensina, o que se ensina e como?), para quem não vai ser antropólogo (SARTORI, 2010; 2012).

No item que segue, abordo rapidamente algumas produções antropológicas deste período, especialmente entre 1984 e 1990, sobretudo, alguns relatórios e projetos desenvolvidos pelo DAA.

6.3 ALGUMAS PRODUÇÕES EM JEITO DE PROJETOS, RELATÓRIOS DE PESQUISA ANTROPOLÓGICA DO DAA E SEMINÁRIOS / CONFERÊNCIA

Como se pode perceber pelo escrito até aqui, o DAA foi e ainda é o centro de pesquisa e referência na produção antropológica em Moçambique. Porém, não foi a única instituição a realizar pesquisas nesse âmbito, como já argumentei, outras instituições o faziam fora da Universidade, é o caso do Serviço Nacional de Museus e Antiguidades (SNMA), o Arquivo do Património Cultural (ARPAC), ligado ao Ministério da Cultura, o Arquivo Histórico, o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE), Direção Nacional de Habitação (DNH), etc. Neste item, centrar-me-ei apenas em alguns trabalhos desenvolvidos pelo DAA como ilustração do tipo de preocupações demandadas naquele contexto e às quais o Departamento era solicitado a responder. Argumentei anteriormente também que, além dos projetos de investigação académica, iniciou uma demanda por avaliação de projetos institucionais ou consultorias, nos finais anos 1980, que se intensificaram mais tarde, a partir dos anos 1990 com a proliferação das ONGs.

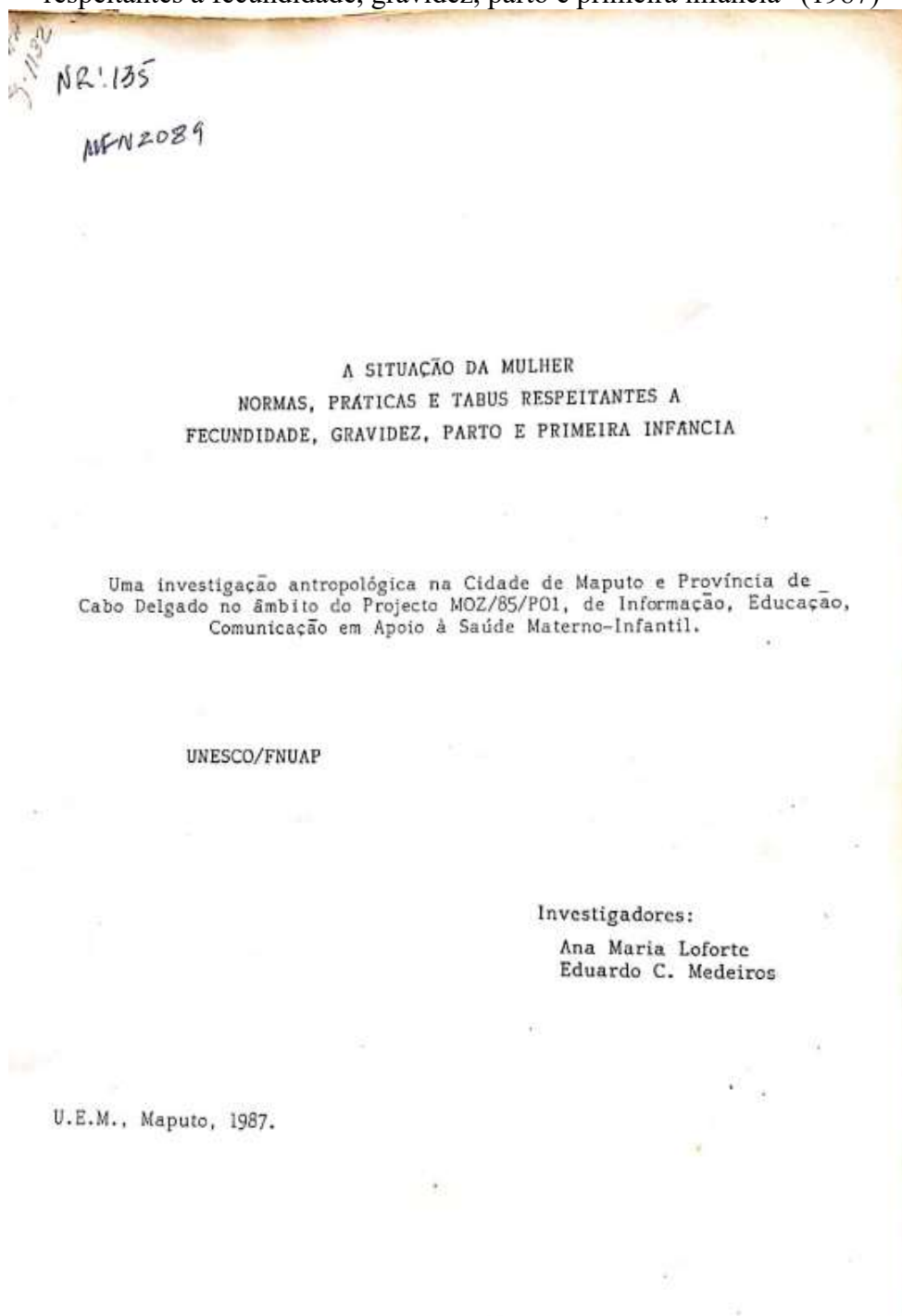
Durante a minha pesquisa documental, no âmbito dos projetos e relatórios de investigação em Antropologia do DAA, encontrei vários materiais. Um deles, é o projeto encabeçado por Eduardo Medeiros sobre as “Chefaturas Macua-Meto do sul de Cabo-Delgado” (1984), que visava analisar as formas sociais desta sociedade do Norte do país no período de 1890-1975, com base num levantamento de referências bibliográficas. Uma região que tinha sido pouco estudada do ponto de vista antropológico e cuja única obra de referência até àquela altura continuava sendo a de Jorge Dias sobre “Os Macondes de Moçambique”.

Encontrei também, o projeto e o relatório de pesquisa, realizado por Ana Loforte e Eduardo Medeiros sobre “A situação da Mulher: Normas, práticas e tabus respeitantes a fecundidade, gravidez, parto e primeira infância” (1984-1987), uma investigação conduzida na cidade de Maputo e na província de Cabo-Delgado, no âmbito do Projeto de informação, educação e comunicação social em apoio à saúde Materno-infantil. A realização desta pesquisa foi solicitada pelo Ministério da Saúde para apoiar o Programa de Saúde Materno-infantil e de

Planeamento familiar. O DAA recolheu e sistematizou informações básicas sobre os comportamentos culturais e modos de vida das populações tendo em conta a sua vida familiar e saúde materno-infantil (LOFORTE E MEDEIROS, 1987, p. 1).

Os recursos metodológicos para esta pesquisa foram: entrevistas individuais e coletivas, observação participante, revisão da literatura de Moçambique e dos países vizinhos, com práticas culturais semelhantes. Aplicados junto dos agregados familiares, homens e mulheres em idade reprodutiva; anciãs; curandeiras/os e membros e responsáveis pela Organização da Mulher Moçambicana (OMM). O estudo observou semelhanças em relação aos cuidados materno-infantis nos lugares estudados; evidenciou a importância e influência dos sistemas sociais tradicionais sobre a vida familiar e a saúde. Concluiu também que os sistemas sociais são controlados pelos homens, com incidência particular nos grupos de parentesco patrilinear. Por isso, o relatório sugere que a educação de saúde e atividades de mobilização devem ser dirigidas também aos homens, assim como os comportamentos, atitudes e práticas tradicionais deviam ser levadas em conta nos trabalhos de mobilização e de planeamento da saúde.

Figura 10 - Relatório de pesquisa sobre “A situação da Mulher: Normas, práticas e tabus respeitantes a fecundidade, gravidez, parto e primeira infância” (1987)



Fonte: DAA/UEM.

O DAA acordou com o Ministério da Saúde que, na primeira fase desse projeto, faria uma pesquisa sobre “hábitos e costumes” relacionados à gravidez, parto, aleitamento e primeira infância e, só na segunda fase, se fariam estudos mais detalhados dos comportamentos sexuais

dos pais de crianças em baixa idade. Além da pesquisa, participaria da implementação dos programas de saúde relacionados ao projeto.

Fica aqui evidente o papel que o DAA e a Antropologia, teve e tem na intervenção ou engenharia social ao nível nacional no que respeita à construção de políticas públicas no campo da saúde, mas também, no campo da educação, que eram consideradas áreas prioritárias e continuam sendo.

Sobre a pesquisa do DAA no campo educacional, Brazão Mazula (1995, p. 24),²⁸⁹ refere que em 1982, quando é transferido para os serviços centrais no Ministério da Educação, como chefe do Núcleo de Planificação da Direção Nacional de Educação, recebeu um convite do DAA para compor o Núcleo de Pesquisas e Projetos. Nesse âmbito é encorajado a sistematizar os resultados das pesquisas relacionadas à problemática educacional no âmbito formal, com base em “dados” que vinha produzindo (desde os anos 1970), sobre formas de educação no cotidiano das famílias (rituais de iniciação de meninas e meninos), suas formas de organização social e econômica, etc. Isto mostra que o DAA esteve desde o início engajado em pesquisas neste campo. Infelizmente muitos documentos encontram-se dispersos, alguns entrevistados falaram sobre eles, mas não cheguei a acessar, é o caso dos relatórios de pesquisa sobre o campo educacional e outros. A dispersão de documentos importantes e que compõem a memória institucional, é um problema estrutural em Moçambique. Há um sério problema de apagamento intencional ou não da memória das instituições e uma evidente ausência de política de acervo e conservação de documentação institucional, o que coloca graves dificuldades na realização de pesquisas sobre a história das instituições de ensino e outras.

Retomando os temas dos projetos e relatórios de pesquisa, além da saúde e educação, outro assunto prioritário era a produção de comida e criação de condições de bem-estar, diretamente ligados aos dois primeiros. Nesse âmbito, demandaram-se também pesquisas, como a evidenciada pelo relatório que encontrei, relativo à Avaliação do Projeto ARO-NAMUNO,²⁹⁰ dirigido pela antropóloga Iraê Lundin (1989). Este estudo ou “missão técnica” (para usar o termo do contrato), solicitado pela AGRICOM - Empresa (estatal) de

²⁸⁹ Com vista a aprofundar as suas pesquisas do ponto de vista teórico e também aprimorar a sua formação como quadro superior da Educação em Moçambique, necessária para voltar e auxiliar na formação de outros, em 1987, Mazula ganha uma bolsa de estudos para cursar a pós-graduação em educação no âmbito da cooperação científico-cultural entre Moçambique e Brasil. Ele afirma ter aceite por “convicção pessoal da necessidade de maior cooperação entre os países do Terceiro Mundo e porque me parecia haver afinidades culturais entre os povos brasileiro e moçambicano” (MAZULA, 1995, p. 24).

²⁹⁰ Basicamente um projeto solidário, voltado e centrado no apoio à comercialização agrícola e desenvolvimento socioeconômico.

Comercialização Agrícola, na época dirigida por José Carlos Trindade, visava analisar o impacto do projeto sobre as comunidades beneficiárias nas zonas em questão. O estudo consistiu na análise de aspetos socioeconômicos e socioculturais nos distritos de Namuno e Balama (na província de Cabo Delgado, Norte do país), com recurso a metodologias de pesquisa antropológica. A metodologia aplicada para este estudo foi a inquirição, observação e participação (LUNDIN, 1989, p. 1).

O relatório analisou o impacto do projeto nos agregados familiares em várias dimensões: uso da terra e sistema de produção e circulação da mesma; padrão de consumo; processo de socialização no âmbito da educação formal e serviços de saúde. Constatou-se que o impacto significativo do projeto foi nestas duas últimas áreas (educação e saúde). No campo da produção, houve muita, mas pouca comercialização, sobretudo, pela falta de infraestruturas - estradas e transporte - para o escoamento, problema que se verifica até hoje. Como sugestões para o futuro do projeto destacou-se: i) a melhoria da gestão do projeto evitando atos ilícitos no processo; ii) o equilíbrio da comercialização com o desenvolvimento social concentrando-se numa ideia de desenvolvimento rural integrado de benefícios generalizados para toda a população; iii) a integração do projeto nos vários níveis de planificação regional (LUNDIN, 1989).

Figura 11 - Relatório de Avaliação de Projeto ARO-NAMUNO (1989)

PROJETO ARO-NAMUNO

Relatório de Avaliação do Projeto

(um breve estudo da zona dos Distritos de Namuno e Balema: nos seus aspectos sócio-econômicos e sócio-culturais, usando a metodologia do trabalho antropológico)

AA-1598

U. E. M.

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA
E ANTHROPOLOGIA

Data 23/02/90

Refer. 39 (679) LUNP

MFR-103

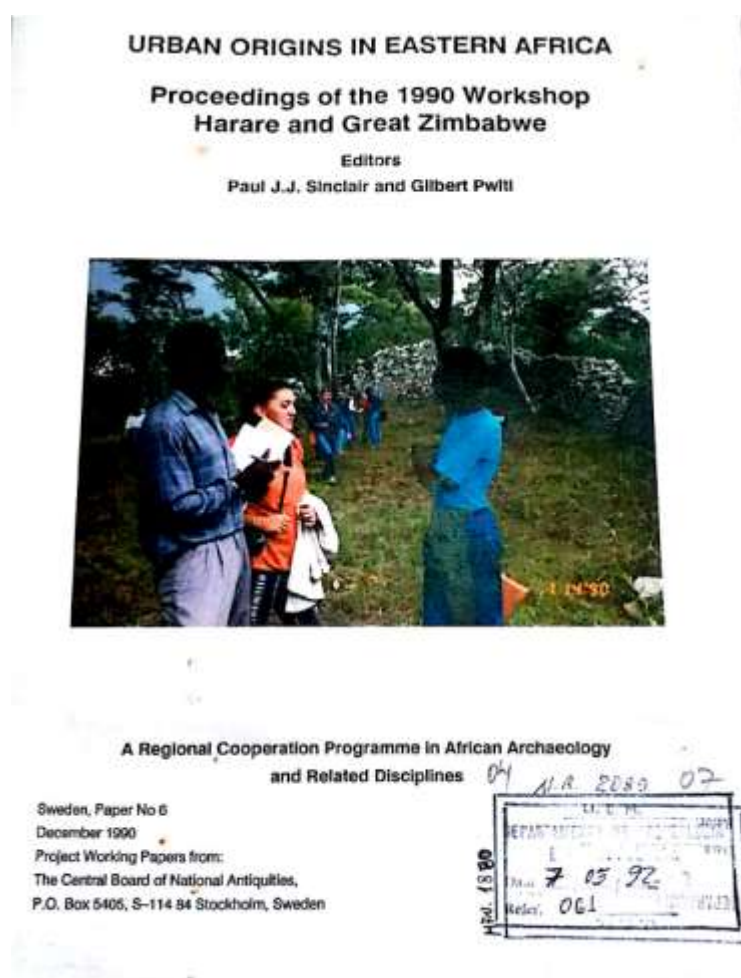
Iraê Baptista Lundin
Departamento de Arqueologia e Antropologia
Faculdade de Letras
Universidade Eduardo Mondlane
Maputo, agosto de 1989.

Fonte: DAA/UEM.

Além destas demandas, haviam projetos de investigação e relatórios de âmbito mais acadêmico. Nesse sentido, o DAA realizou pesquisas, seminários e publicações. O projeto investigativo de natureza arqueológico-antropológica, iniciado em 1983, sobre “Moçambique e a História do Oceano Índico”, é um exemplo cujos desdobramentos desembocariam na Licenciatura em Arqueologia. Outros exemplos: o projeto “Origens Urbanas na África

Oriental”;²⁹¹ o Projeto arqueológico sobre “Os Padrões de Assentamento da Idade da Pedra Superior e Ferro Inferior, na Zona Norte de Moçambique- Província de Nampula” (1983-1990) e também sobre “Distribuição Espaço/Tempo nas Estações do Paleolítico Inferior ao Sul do Rio Save” (1989-1990)”; o Projeto antropológico sobre a “Dissociação Cultural - Um estudo do perfil Sociocultural dos Estudantes das Escolas Primárias do Grande Maputo” (1990-1991), entre outros. Alguns desses projetos tinham o financiamento da agência Sueca SIDA-SAREC, outros da NORAD (Noruega), da UNICEF, entre outros países e instituições (FL-UEM, 1990).

Figura 12 - Projeto “Origens Urbanas na África Oriental” (1990)



Fonte: DAA/UEM.

²⁹¹ Este projeto tinha um carácter regional. Sobre ele, o DAA organizou de 21 a 24 de agosto de 1990 um Seminário na Faculdade de Letras da UEM, onde participaram investigadores de vários países: Comores, Tanzânia, Quênia, Zimbabwe e Madagascar. O principal objetivo deste seminário era discutir o papel da Antropologia e outras Ciências Sociais no projeto. Os temas foram: tipos de povoamento, organização social, cultura material, sistemas de produção etc. A metodologia usada foi de sessões plenárias com apresentações, cobrindo manhã e tarde, as línguas de debate foram o Inglês e Francês, com tradução em Português (DAA, 1990).

A nível internacional o DAA participou de vários seminários, conferências e publicações. Alguns exemplos: Conferências dos antropólogos africanos²⁹² em Yaundé-Camarões (1989); I Reunião sobre Arqueologia e Pré-história Colonial em Lisboa- Portugal (1989); Seminário sobre Grupos de Solidariedade Suecos e Desenvolvimento Rural onde apresentou o estudo do impacto do Projeto ARO-NAMUNO, em Gotemburgo na Suécia (1989); Reunião Anual do Projeto Regional “Origens Urbanas na África Oriental”, em Harare-Zimbabwe (1989); no Seminário sobre “Transformações Rurais, Movimentos Sociais e Organizações Não-Governamentais”, em Kadoma-Zimbabwe (1989); Seminário sobre Metodologia de Investigação em Ciências Sociais do Projeto “Situação Legal da Mulher na África Austral”, em Harare-Zimbabwe (março de 1990) e em Maputo (maio de 1990), entre outros (FL-UEM, 1990).

No item que segue abordo a Antropologia já no contexto do Moçambique democrático e da “indústria do desenvolvimento” capitalista.

6.4 DA ANTROPOLOGIA NO CONTEXTO DA DEMOCRATIZAÇÃO, DE 1990 À ATUALIDADE: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO, ENSINO E FORMAÇÃO

Nos últimos anos da guerra civil (finais de 1980), havia crescido entre os intelectuais em Moçambique o consenso de que a luta da Frelimo contra a heterogeneidade das línguas e da cultura, tinha surtido efeitos perversos, fortalecendo a RENAMO. Essa visão produziu interpretações que fugiam da ortodoxia marxista (FRY, 2001). A mudança de visão da Frelimo, se expressa na Constituição de 1990, no seu artigo 5, número 2), por exemplo, lê-se: “O Estado valoriza as línguas nacionais e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares e na educação dos cidadãos” e, no artigo 53, número 1): “O Estado promove o desenvolvimento da cultura e personalidade nacionais e garante a livre expressão das tradições e valores da sociedade moçambicana” (CONSTITUIÇÃO DE MOÇAMBIQUE, 1990). A nova constituição, sinaliza evidentemente a mudança de paradigma governativo no país, a cedência do regime socialista à imposição da democracia.

Assim, surgia igualmente a vontade de fortalecer as Ciências Sociais no país, entretanto, havia poucas pessoas formadas nas diversas áreas: Antropologia, Sociologia,

²⁹² Que visava a constituição da Associação Pan-Africana de Antropologia.

Ciência Política, etc., e não havia ainda uma Faculdade de Ciências Sociais na mais antiga Universidade pública do país - UEM (FRY, 2001). Portanto, havia uma grande demanda por formação de professores, pesquisadores e gestores etc., nas várias áreas incluindo as Ciências Sociais e Humanas.

A partir dos anos 1990 em diante, a produção em Ciências Sociais em geral e, em particular em Antropologia, feita tanto por nacionais, quanto por estrangeiros, floresce e os temas são diversificados virando-se para questões como: desenvolvimento, culturas e identidades, autoridades tradicionais e religiosas, saúde e doença, educação, família e parentesco, economia, organização social e política, gênero, corpo e sexualidade, questões ambientais e ecológicas, rural e urbano, posse de terra, etc. Nos anos 2000 entram em cena as questões dos grandes projetos de mineração. “Pode-se dizer que o campo da antropologia cobre uma gama de áreas de políticas públicas em implementação no país” (MARIANO in: PIMENTA E MOUTINHO, 2017, p. 20).

A necessidade de formar cientistas sociais para sustentar o projeto de desenvolvimento do país, num contexto de caminhada para a democratização e liberalização da economia, justifica a reabertura da Faculdade de Letras nos finais dos anos 1980 e início de 1990 (que, como apontei no capítulo 3, permaneceu encerrada de 1978/1981 a 1988/1989²⁹³ para atividades pedagógicas, formação de professores fundamentalmente) e a transformação da Faculdade de História e Geografia da UP (criada em 1986), em Faculdade de Ciências Sociais (em 1991), com quatro Departamentos: História, Antropologia,²⁹⁴ Geografia e Filosofia. Nesta ocasião, ela oferecia um curso bivalente de Bacharelato e Licenciatura em História e Geografia. Entre 1997 e 1998, introduz uma Licenciatura em Filosofia. Em 2014, sua designação é novamente alterada para Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia (FCSF), agora com três Departamentos: Ciências Sociais (alberga as áreas de Antropologia, História e Sociologia), Ciências Filosóficas (alberga a área de Filosofia)²⁹⁵ e Ciências Jurídicas (áreas de concentração

²⁹³ Dependendo dos autores as datas alteram-se, mas dão conta de um mesmo contexto.

²⁹⁴ O Departamento de Antropologia da UP teve pouco protagonismo e visibilidade se comparado com o DAA. Este último é historicamente a referência em termos de pesquisa e ensino no campo da Antropologia em Moçambique. O Departamento de Antropologia da UP foi criado e chefiado por muito tempo pelo antropólogo português Eduardo Medeiros, que trabalhou em Moçambique, na UP e UEM, realizando pesquisas com pesquisadoras/es do DAA. O mais antigo docente moçambicano de Antropologia da UP - Alípio Siquisse, foi orientado por Medeiros e, se tornou seu assistente, entre 1995 e 1998. Quando Medeiros deixa o país, Siquisse assume o lugar como professor efetivo da UP.

²⁹⁵ Constitui a primeira Escola de Filosofia universitária em Moçambique. Foi nela que nasceu o projeto de introdução de Filosofia como disciplina a ser ensinada no ensino secundário geral no país.

do Direito).²⁹⁶ A necessidade de formação justifica mais tarde a criação, em 1993, da Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS), após retomada em 1992²⁹⁷ do projeto e discussão de ideias de unificação do ensino e formação em Ciências Sociais que tinham sido colocadas na *Conferência de Peritos sobre as Ciências Sociais na África Austral*, realizada na UEM, em 1982.

Em 1989, quando a Faculdade de Letras reabre o exercício de suas atividades, são oferecidos os cursos de Licenciatura em História e Linguística. Em 1990 reabre o curso de geografia. O Relatório das atividades pedagógicas e científicas da Faculdade de Letras, refere nesse contexto que, “não há previsões para a abertura de cursos em Arqueologia e Antropologia, apesar de já haver um currículo elaborado para a Licenciatura nesta última disciplina” (1990, p. 1). O currículo de Antropologia e outros cursos no âmbito das Ciências Sociais tinha sido elaborado já em 1985, mas por razões circunstanciais (apontadas no capítulo 3) não foi implementado (LUNDIN, 1991; CCBCS, 1998).

Embora a UFICS tenha sido criada em 1993, só em 1995 é que foi efetivamente aberto o ano letivo e teve início o Bacharelato em Ciências Sociais, que consistia em três anos de formação básica nesta área, prevendo a abertura (entre 1997 e 1999) dos cursos de licenciatura (graduação) em disciplinas específicas como Antropologia, Sociologia e Ciência Política,²⁹⁸ com a duração de dois anos. A duração de uma Licenciatura neste primeiro modelo era de cinco anos. Depois de várias reformas, pelas quais as Universidades passaram, que implicaram na revisão curricular dos diferentes cursos, incluindo o campo das Ciências Sociais e mais concretamente da Antropologia, hoje uma Licenciatura²⁹⁹ tem a duração de quatro anos.

O florescimento da Antropologia em Moçambique a partir dos anos 1990 em termos de pesquisa é fruto da formação neste campo científico que resultou da própria dinâmica sociopolítica e econômica do país. No subitem que segue abordo os processos que culminaram

²⁹⁶ Sobre a história da FCSF ver: <https://www.fcsf.up.ac.mz/pt/a-fcsf/breve-historial..>

²⁹⁷ Aliás, 1992 foi também o ano em que se aprovou a Lei 6/92 com o objetivo de reajustar o quadro geral do Sistema Nacional da Educação (SNE) e adequar as disposições contidas na Lei 4/83 (que criou o SNE) às condições sociais e econômicas do país, no âmbito pedagógico e organizativo. O artigo número 3 desta nova lei, alínea f) define formar cientistas e especialistas devidamente qualificados que permitam o desenvolvimento da produção e da investigação científica como um dos objetivos gerais do SNE (LEI N° 6/92 BR-MOZ).

²⁹⁸ Veja-se que aqui o modelo curricular previsto coincide com o modelo brasileiro, mas na prática acabou sendo diferente.

²⁹⁹ Diferente do Brasil, em Moçambique a Licenciatura é referente ao ciclo de formação completo (antes de 5 anos, atualmente de 4 anos) para obtenção da graduação, para quem vai seguir carreira docente ou de investigador/a. O Bacharelato era o primeiro ciclo básico de formação (de 3 anos) no antigo modelo de formação de 5 anos de Licenciatura, abolido com a introdução do novo modelo de 4 anos.

com a criação do curso de graduação em Antropologia na UEM, sem perder de vista outras instituições.

6.4.1 Do ensino da Antropologia em diferentes cursos até a criação da graduação na área

Abordo aqui a criação do Curso de Licenciatura em Antropologia da UEM e as reformas curriculares ao longo dos anos, até o atual modelo. Apesar do reconhecimento que a Antropologia começava a ganhar enquanto ciência social importante para o desenvolvimento no e do país, Ana Loforte (Entrevista, 2017) argumenta que para fazer investigação era necessário formar quadros moçambicanos que fossem sensíveis às questões sociais. Não só que pudessem levar a cabo esses mesmos projetos de desenvolvimento, mas também, que se produzisse um maior conhecimento sobre as realidades socioculturais.

Assim começou a haver por parte de algumas instituições do Estado a preocupação em ter em conta o trabalho dos antropólogos/as e a formação antropológica. Nesse sentido, narra Ana Loforte: “mesmo antes do ensino da Antropologia nas Universidades (...) nós lecionamos alguns módulos na então Escola de Estado e Direito, que era uma escola que fazia a formação dos administradores distritais, uma escola que pertencia ao Ministério da Administração Estatal, lecionávamos, portanto, Antropologia Cultural, sobretudo” (Entrevista, 2017). Fica evidente a importância da formação antropológica, não só para antropólogos/as, mas também, para outras áreas como a administração públicos, a saúde e educação. A Antropologia começou a ser reconhecida como uma habilidade importante para as várias áreas profissionais.

Mais tarde, começou-se (..) a institucionalizar o ensino de Antropologia em algumas instituições do ensino superior. Portanto, ao nível da UEM, na Faculdade de Letras, como uma cadeira em cursos como Linguística e Literatura, História. Na Faculdade de Direito também tínhamos disciplina de Antropologia.³⁰⁰ Na Faculdade de Medicina e outras instituições do ensino superior, como por exemplo a UP, em instituições do ensino privado, como o ISCTEM³⁰¹ e, também, na Universidade Politécnica. A pouco e pouco, foi se desenvolvendo o ensino da Antropologia, numa primeira fase como uma disciplina nos diferentes cursos, segundo os próprios planos de estudo desses mesmos cursos. A determinada altura e também fruto da própria formação que começou a surgir por parte de alguns quadros, alguns docentes do DAA, que fizeram formação em França, Portugal, Reino Unido e também a vinda de alguns antropólogos³⁰² que realizavam estudos em Moçambique, no âmbito da Antropologia,

³⁰⁰ Foi retirada no âmbito da reforma universitária conforme se pode observar no catálogo dos cursos de graduação da UEM (disponível em: https://admissao.uem.mz/images/documentos/Catalogo_dos_Cursos_2016.pdf).

³⁰¹ Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique.

³⁰² Vários antropólogos estrangeiros foram professores visitantes e apoiaram a formação de antropólogos em Moçambique após meados de 1990. Cito nomes como o português Paulo Granjo, ligado a Moçambique pelas pesquisas que desenvolve no país e por ter orientado vários moçambicanos, formados em Portugal. O português

começou-se a desenvolver a ideia da criação de uma Licenciatura em Antropologia. Isso coincidiu também com a extinção da UFICS³⁰³ e o surgimento da FLCS.³⁰⁴ Começa a surgir um curso de Antropologia, paralelamente aos cursos de Ciência Política, Administração Pública etc. É a partir da criação dessa Licenciatura em Antropologia que, digamos assim, começa também a ser reconhecida a necessidade de formar antropólogos para ter um corpo docente para estes mesmos cursos, mas também, realizar uma investigação antropológica nesta área da Antropologia (Ana Loforte, Entrevista, 2017).

Um parêntese, no âmbito das revisões curriculares realizadas na UEM, a Antropologia foi sendo sucessivamente retirada dos cursos de Licenciatura em Direito e Medicina. O antropólogo moçambicano, Hélder Nhamaze, lamenta o fato: “nós reparamos com alguma mágoa e talvez alguma desilusão...”, e também, questiona: “como é que, enquanto universidade, as sucessivas revisões curriculares que nós vamos fazendo tiramos, cada vez mais, a Antropologia fora de outras áreas da Faculdade de Letras e Ciências Sociais?” Prossegue e se posiciona:

Nós tínhamos uma cadeira de Antropologia no Direito e depois da revisão curricular não foi considerada relevante, tínhamos uma cadeira de Saúde e Doença na Medicina, que não sei como ficou, mas acho que foi retirada. Para mim este ensino é fundamental, porque nós estamos num problema identitário permanente e grave, que só a Antropologia é que pode situar este debate e pode ajudar a manter o diálogo entre as várias identidades. O curso de Introdução à Antropologia na Faculdade de Direito não era calha, é porque eles estão a usar um Código Penal português, que é preciso ter uma noção de Antropologia, das culturas locais para ver como aplicar” (Hélder Nhamaze, Entrevista, 2018).

Aqui são perceptíveis pelo menos duas questões: 1) a persistente ignorância em relação ao papel relevante da Antropologia e das Ciências Sociais em geral na formação curricular de outras áreas do saber e; 2) as tensões e relações de poder que atravessam as decisões de manter ou não determinadas disciplinas (no caso das Ciências Sociais), na grade curricular de um determinado curso. De um modo geral, as Ciências Sociais foram e continuam sendo vistas no país e no continente como um conhecimento menor, com pouco contribuição a fazer ou utilidade, além de dispendiosas: As Ciências Sociais estão a ser postas em causa pela classe

João de Pina-Cabral; o francês Filipe Reis, o brasileiro-congolês Kabengele Munanga, a norte-americana Nanette L. Barkey, que lecionou Antropologia da Saúde e orientou projetos de fim do curso, a portuguesa Cristina Padez, da Universidade de Coimbra, que lecionou a disciplina de Antropologia I e tantos outros/as.

³⁰³ A extinção da UFICS nos anos 2000, está entre várias razões, ligada a crise que se instalou na UEM relacionada a questões organizacionais e políticas, que resultaram em conflitos opondo a Faculdade de Letras/DAA e a UFICS. Desacordos em relação a gestão do curso de Ciências Sociais (incluindo Antropologia), a política de contratação de docentes, condições de trabalho docente e discente, etc. A situação se agravou com a assunção de uma direção interina na UFICS, levando o corpo docente a declarar greve. Membros da Seção de Antropologia do DAA aderiram à greve, na qualidade de responsáveis pelo curso de Antropologia naquela unidade de formação.

³⁰⁴ Faculdade de Letras e Ciências Sociais.

política, estão a colocar que nós precisamos é de engenheiros” (MACAMO in: MUTZENBERG E SOARES, 2009, p. 22). Essa visão dominante constitui ainda um dos desafios a desconstruir ou desmistificar por parte das Ciências Sociais (MACAMO, 2020). O outro problema a enfrentar é a prerrogativa do poder político sobre o saber. A relação do poder com o saber em Moçambique é complicada. Como defende o sociólogo moçambicano Patrício Langa (2020), “o adágio segundo o qual o saber é poder tem outro sentido. Poder é saber, e essa tem sido a nossa perdição”.

Na mesma linha de argumentação o acadêmico moçambicano Francisco Noa, argumentara que há um desequilíbrio dos poderes em relação ao ensino superior em Moçambique, identificando “o carácter impositivo das políticas e das posturas governamentais” em relação à autonomia universitária, assim como, o papel do mercado de trabalho, interesses individuais e da sociedade. Segundo ele, esse (des) equilíbrio será responsável pelo que de melhor ou pior as IES fizerem: o perfil dos graduados e a qualidade da sua prestação no mercado de trabalho e sociedade, assegurando uma cidadania responsável, crítica e criadora, bem como, o desenvolvimento consistente e contínuo do país (NOA, 2011, p. 237).

Retomando o ensino da Antropologia, enquanto curso regular ao nível da graduação, vai ser pela primeira vez estabelecido no país, em 1998/9, na então UFISC/UEM, sendo o DAA responsável pela contratação e gestão de docente e currículo (CCA, 1999; 2009; 2010). O primeiro grupo de estudantes formados em Antropologia, saiu nos anos 2000/1, totalizando nove graduados. Destes dois são docentes no DAA/UEM e um na UP. A implantação da Licenciatura em Antropologia, coincidiu com a extinção da UFICS e a agregação do Curso de Ciências Sociais à Faculdade de Letras tornando-se então, Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) (Ana Loforte, Entrevista, 2017).

Assiste-se igualmente nesse momento, a introdução da disciplina em várias instituições do ensino superior, em diferentes regiões do país. A relevância do conhecimento antropológico foi gradativamente sendo reconhecida, tanto por instituições e agências do setor público, quanto da sociedade civil e setor privado (MARIANO in: PIMENTA E MOUTINHO, 2017, p. 20). É importante destacar que, embora antes não existisse um curso de Antropologia, ao nível do bacharelato e licenciatura em História realizavam-se trabalhos com uma perspectiva ou orientação antropológica, na UEM assim como na UP. Na sua maioria esses trabalhos são de culminação de estudos de graduação (LUNDIN, 1991; TAELA, 2000).³⁰⁵

³⁰⁵ Por exemplo, os trabalhos de Carla Braga, Johane Zonjo, Alípio Siquisse, tinham esse perfil.

As mudanças acima mencionadas ocorrem também, num amplo contexto de reformas em que as Universidades africanas de modo geral foram submetidas a partir da década de 1990, com a virada neoliberal. Nesse contexto, como argumenta o acadêmico ugandês Mahmood Mamdani (2008), o Banco Mundial tentou marginalizar o ensino superior em África, argumentando que este era uma preocupação elitista nos países africanos e que não constituiria prioridade. Na contramão desse argumento, Mamdani defendeu que o ensino superior é o coração estratégico da educação e que aqueles que desejam transformar o ensino em geral devem começar por este nível. O autor, defendeu que é no ensino superior onde os professores são treinados e os currículos desenvolvidos, onde as lideranças de qualquer país independente são cultivadas e a produção do conhecimento elaborada. A introdução da Licenciatura em Antropologia visava justamente responder aos aspectos sugeridos por Mamdani, como aparece na introdução do primeiro Plano Curricular do Curso:

A abertura da licenciatura em Antropologia pretende responder a dois tipos de inquietação: uma de ordem científica que procura aumentar a qualidade e quantidade da produção científica no campo antropológico, e outra de ordem social, que pretende preencher o vazio existente actualmente, na análise e na tomada de decisões nos sectores que a nível da realidade do país carecem de suficiente conhecimento para uma actuação mais correcta (CCA, 1999, p. 2).

A licenciatura em Antropologia foi criada no intuito de “formar graduados em curto espaço de tempo que pudessem responder eficazmente às solicitações da realidade social” (CCA, 1999, p. 2). Percebe-se, a partir da contextualização histórica que fui fazendo ao longo deste trabalho, a ligação que a emergência da Antropologia em Moçambique tem com o processo de reconstrução nacional e também da “ajuda” internacional. Há aqui, uma explicitação do comprometimento que a Antropologia e a formação na área devem ter com a realidade do país. Essa ligação, como todas as informações mostram, independem do contexto sociopolítico pelos quais o país atravessou (embora diferentes e com objetivos distintos), pois tanto no contexto de construção do socialismo e agora, no contexto democrático, há apelos a Antropologia para sustentar os projetos desenhados.

Desde o plano curricular do curso de Antropologia de 1999, e todos os subsequentes, é evidente a preocupação em responder às demandas da realidade social. Os planos possuem um foco voltado para a formação combinada e consistente entre a teórica e prática em relação à pesquisa. Está visivelmente presente a preocupação com uma formação multi, inter e transdisciplinar, mas também, o diálogo entre escolas de pensamento e campos teóricos internos

à Antropologia. Tal diversificação tem a ver certamente com o fato de que, dentro do corpo docente do DAA, especialmente os primeiros a serem contratados, possuem formação de base (graduação) em História e as suas formações antropológicas em países e tradições de pensamento distintas. Esta foi sempre uma preocupação do DAA, como ilustra o antropólogo Rafael da Conceição (2010)³⁰⁶ em entrevista à Gazeta de Antropologia, ao ser questionado pelo antropólogo Elísio Jossias sobre o tipo de antropólogos que se pretendia formar com a abertura do curso de licenciatura em Antropologia:

RC [Rafael da Conceição]: Tínhamos que criar um consenso ao nível do DAA que era o seguinte: somos moçambicanos, os nossos estudantes são moçambicanos, o terreno vai ser fundamentalmente Moçambique, mas a perspectiva deve ser a mais universalista possível. Isto implicava, entre várias coisas, colaborar com outras instituições, com outros antropólogos fora de Moçambique. Foi isso que nós tentámos e até um certo ponto funcionou e continua a funcionar, talvez com menos ímpeto, com uma dinâmica mais frouxa por causa de outros motivos, outras dificuldades. Decidimos diversificar as escolas, quer dizer, não nos limitarmos a enviar todos antropólogos para fazerem formação num só país mas tentar diversificar ao máximo, que era uma forma de nós termos na prática de cada um, no comportamento de cada um, a expressão de que havia ideias diferentes sobre a Antropologia e que essas deveriam ser importantes na formação dos nossos estudantes (CONCEIÇÃO, 2010, p. 15).

Quando o curso de Licenciatura em Antropologia abriu, já existia o curso de Bacharelato em Ciências Sociais na UFICS, que consistia em três anos de formação em fundamentos teóricos e metodológicos básicos nesta área. O plano de estudos do Bacharelato refletia os princípios epistemológicos, metodológicos e didáticos do currículo, estruturado em três categorias. A primeira composta por um conjunto de disciplinas denominadas de “tronco-comum”, que os estudantes de qualquer das Licenciaturas (Antropologia, Administração Pública, Ciência Política ou Sociologia) faziam juntos. Estas disciplinas visavam assegurar o desenvolvimento de conhecimentos teórico-metodológico e capacidades fundamentais da formação (análises pluridimensionais dos comportamentos humanos; construção de objetos de investigação/formulação de problemáticas, elaboração de relatórios, etc.).

A segunda composta por três blocos de disciplinas opcionais com objetivo de promover diferentes perspectivas de conhecimento da vida social, que simultaneamente constituíam uma orientação de formação (não especializada) nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política. A terceira e última categoria composta por disciplinas complementares com objetivo de: exemplificar as diferentes perspectivas teóricas e

³⁰⁶ Professor (aposentado) de Antropologia do DAA/UEM.

metodológicas de análise social; aprofundar abordagens de carácter interdisciplinar e integradas; e preparar os estudantes para o acesso às Licenciaturas nas áreas de conhecimento dos diferentes “blocos opcionais” (CBCS, 1998, p. 3-6).

Esta formação, deveria permitir o desenvolvimento de capacidades necessárias para o acesso multifacetado a Licenciaturas em Antropologia, Administração Pública, Sociologia, Ciência Política, Comunicação Social, Estudos de Desenvolvimento, Relações Internacionais, Serviço Social etc. (CCBCS, 1998, p. 3). A realização de cada uma destas Licenciaturas exigiria mais dois anos de formação na área específica, totalizando cinco anos de formação. No âmbito da Antropologia, nesse modelo de cinco anos, Elísio Jossias argumentou “(...) a formação metodológica não era muito forte... não tínhamos uma disciplina específica, em termos de, por exemplo, Etnografia, como temos agora [no último reajuste curricular de 2012]” (Entrevista, 2018). Apesar disso, todos os entrevistados que se formaram nessa época defenderam que o contexto de formação era muito bom e intenso: “O contexto de formação era muito bom... não podíamos ir à sala de aulas sem ler... as aulas eram de debate e muito intensas... muitos professores vinham de fora (...)”, argumentou Hélder Nhamaze (Entrevista, 2018). Por sua vez, Elísio Jossias disse:

(...) tínhamos bons professores (...) na altura ainda recebíamos professores [de fora], além dos professores internos, tínhamos professores de Portugal, Pina-Cabral um deles, Paulo Granjo, tínhamos uma professora americana na área da Antropologia da Saúde, Nanette Barkey (...), havia aqui um ambiente académico muito intenso, a UFICS tinha criado uma escola, quase multidisciplinar, interdisciplinar (Entrevista, 2018).

Cinco anos depois da criação do curso de Licenciatura em Antropologia (em 2004), iniciaram-se novas e sucessivas transformações curriculares. Estas reformas conduziram a redução do tempo de formação: passou-se de cinco para quatro anos, que eliminou o Bacharelato e adotou o acesso direto à Licenciatura (CCA, 2004, p. 8). Depois da aprovação do novo currículo, continuaram sendo feitas pequenas revisões e ajustes nos anos subsequentes, que visaram responder a uma demanda social e do mercado, colocando o desafio de “combinar uma aprendizagem de alto nível de exigência científica com a necessidade de formar graduandos em um curto espaço de tempo que possam responder eficazmente as solicitações da realidade social e do mercado” (CCA, 2007, p. 4). O Plano curricular adverte, no entanto, que mais do que responder as exigências do mercado, mantém o compromisso de formar pessoas com capacidades para questionar e problematizar a realidade, assim como produzir

respostas criativas para os problemas que o país enfrenta; formar antropólogos críticos, com rigor científico e postura ética e profissional no cumprimento das suas atividades (CCA, 2007).

A redução do tempo de formação teve efeitos para o curso, levantaram-se questões sobre como formar antropólogos/as com a qualidade que se pretendia, no período de quatro anos? As preocupações relativas a isso aparecem expressas no termo de referência do encontro de planificação estratégica do DAA, no qual pode se ler o seguinte:

Há uma necessidade de se aflorar os desafios enfrentados pelo DAA em face da mudança do currículo de cinco para quatro anos de duração dos cursos de licenciatura. (...) Discussões anteriores ressaltam a necessidade de uma maior concentração de esforços nos primeiros anos, mas há que definir como isso se operacionaliza no dia-a-dia. Mas algumas questões ressaltam, de entre elas as seguintes, tratar-se-á de colocar os professores mais experimentados nesses anos? Estruturar de modo conjunto e mais sistemático a cadeira de “Introdução à Antropologia? Ter um conjunto de professores a colaborar na cadeira como uma forma de contacto com várias nuances da disciplina, por parte dos estudantes? Ou talvez seja o caso de fazer uma revisão sobre todos os conteúdos temáticos transmitidos não apenas na cadeira de “Introdução”, mas em todas as outras de modo a poder-se visualizar as diversas interligações entre elas? (DAA, 2007, p. 1-2).

No novo modelo adotado, as disciplinas do curso continuaram subdivididas em três categorias, com algumas modificações. A primeira de “tronco-comum” na área das Ciências Sociais, a segunda de disciplinas nucleares em Antropologia (bases teórico-metodológicas na área) e a terceira das disciplinas complementares de dois tipos: i) as recomendáveis (consideradas relevantes para completar as capacidades e habilidades dos estudantes) e ii) as de escolha livre/opcionais (de interesse dos estudantes para o seu currículo).

Porém, as revisões curriculares não terminaram por aí. No final da década de 2000, novas reformas são “vendidas” e impostas às Universidades públicas africanas e Moçambique não fica de fora. Surge nesse contexto o famoso Processo de Bologna³⁰⁷ “como um meio incontornável para fazer face às exigências de integração nos processos mais globais dos sistemas de educação” (CRUZ E SILVA, 2010, p. 219). Em relação a esse modelo de formação, Hélder Nhamaze criticamente argumentou: “(...) foi-se para Bologna num processo que eu considero precipitado (...). Face a degradação das condições do ensino universitário foi totalmente um erro... se Bologna está a fazer que faça... Bologna tem Erasmus... tem estudantes

³⁰⁷ O Processo de Bologna “é um modelo de reforma do ensino superior com origem na Europa, desenhado a princípio com o objetivo de permitir a circulação de estudantes e professores e para a criação de um sistema europeu de educação unificado. O modelo foi depois ‘importado’ por vários países não europeus, incluindo Moçambique. Pela sua não adequação ao sistema de ensino superior no país, foi largamente contestado, sendo objeto de reestruturação para novas reformas” (CRUZ E SILVA, 2010, p. 219).

de nível médio que já tem cadeiras de Filosofia, Ciências Sociais, Sociologia” (Entrevista, 2018). A respeito ainda do debate em torno destas reformas, Francisco Noa argumentou que:

O ano de 2009 terá sido, seguramente, na recente história de Moçambique aquele em que a discussão sobre o ensino superior não só conseguiu atrair a atenção de quase todos os quadrantes da sociedade, como também levou a que essa mesma discussão fosse, em alguns momentos, particularmente confrangedora³⁰⁸ (NOA, 2011, p. 23).

Tereza Cruz e Silva (2010, p. 219) argumenta que “estas reformas foram, entretanto, marcadas por uma marginalização dos agentes sociais locais, onde a consulta pública foi insignificante”. E de fato foi. Eu pude testemunhar esse processo (de imposição) como estudante do curso de Antropologia, pois, à minha entrada no curso em 2009 estava ainda em vigência o modelo de quatro anos, quando de repente a UEM “aceitou” implantar o modelo de Bologna e rapidamente ocorreram mudanças, reduzindo o curso para três anos, resultando num novo currículo (CCA, 2009; 2010). Entretanto, nossa posição como estudantes dessa geração, foi de contestação à imposição desse modelo. Devido à essa contestação dos estudantes, dos professores e outros sectores da Universidade e da sociedade, o Conselho Universitário da UEM foi obrigado a recuar, o que implicou na reposição do modelo de quatro anos novamente, como aponta o site de “Moçambique para Todos”:

AS QUINZE faculdades e escolas superiores da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) deverão apresentar formalmente à Reitoria daquela instituição de ensino, propostas de ajustamento dos seus currículos face à recente decisão do Conselho Universitário de retornar, a partir do próximo ano, aos cursos de licenciatura com duração de quatro anos, no lugar do regime de três anos introduzido em 2009 no âmbito do Processo de Bologna (outubro de 2011).³⁰⁹

Em 2011 e 2012 foram novamente feitos reajustes curriculares, desta vez envolvendo os estudantes e docentes para garantir que não houvesse “prejuízo” para os primeiros, e voltou-se ao modelo de formação de quatro anos. No âmbito desses últimos ajustes, houve mudanças importantes como a decisão do Conselho Universitário, em 2012, de destinar 5% das vagas do processo seletivo para serem preenchidas por mulheres, como estratégia para redução da desigualdade de gênero no acesso ao ensino superior.

³⁰⁸ Inquietante.

³⁰⁹ Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/10/uem-abandona-processo-de-bolonha-faculdades-propõem-ajustamento-curricular.html.

No curso de Antropologia, introduziu-se o Método Etnográfico como uma disciplina nuclear do plano curricular. Este modelo vigora atualmente vigora, como se pode visualizar no Plano de Estudos na tabela a seguir:

é depositada também a responsabilidade pela sua trajetória formativa e de aquisição de conhecimento, através do investimento em trabalhos práticos de âmbito individual e coletivo, nos quais devem se engajar. Além disso, gozam de liberdade ao longo do curso para escolherem as disciplinas que julgarem relevantes para o seu currículo, assim como, no que se refere a modalidade de culminação dos estudos, podendo optar por realizar um Projeto de Pesquisa ou um relatório de estágio profissional.

Em termos de modalidade de ingresso, os critérios são: ter o nível médio ou equivalente concluído e passar no exame de admissão, cujas provas são prestadas nas disciplinas de Filosofia e História. Nas provas de admissão também se realizou uma mudança, na época em que me candidatei os exames eram de Português (no lugar de filosofia) e História que se manteve.

O curso de Licenciatura em Antropologia na UEM, foi o primeiro no país e em uma instituição de ensino superior pública, mas não é o único. Existe, o curso de Licenciatura em Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento³¹⁰ na Universidade Católica de Moçambique (UCM),³¹¹ aberto em 2009. Mas também, muito recentemente, a UP através do Departamento de Antropologia e Sociologia (DAS), abriu em 2017 um curso de Licenciatura em Antropologia, com habilitação em Estudos Étnicos e Africanos. Abaixo segue o plano de estudos:

Tabela 5 - Plano de estudos do Curso de Licenciatura em Antropologia com habilitações em Estudos Étnicos e Africanos na UP-Maputo

PRIMEIRO ANO	
1º Semestre	2º Semestre
Métodos de Estudo e Investigação Científica	Técnicas de Expressão em Língua Portuguesa
História Social e Econômica do Mundo	Temas Transversal I
Introdução às Ciências Sociais	Introdução à Filosofia
Introdução à Antropologia	Introdução à Sociologia
Moçambique Contemporâneo	História da Antropologia
	Métodos de Investigação em Ciências Sociais

³¹⁰

<http://www.euni.de/tools/jobpopup.php?lang=en&option=showJobs&jobid=633949&jobtyp=5&jtyp=1&university=Universidade+Católica+de+Moçambique&country=MZ&sid=4011&name=Licenciatura+em+Antropologia+Aplicada+ao+Desenvolvimento>. Infelizmente não consegui acessar o plano curricular deste curso oferecido na UCM.

³¹¹ A UCM é uma das primeiras Universidades privadas que surge em Moçambique a partir de 1995.

	Prática Profissional I (Metodologia de Investigação Antropológica I: O trabalho de campo)
SEGUNDO ANO	
1º Semestre	2º Semestre
Inglês	Antropologia Cultural
Estudos da População e Demografia	Tema Transversal II
Antropologia da Família e do Parentesco	Psicologia Social
Antropologia Filosófica	Estatística para as Ciências Sociais
Teorias Sociológicas	Antropologia do Ambiente
Prática Profissional (Metodologias de Investigação Antropológica II)	Antropologia do Económico
	Antropologia da Saúde e da Doença
TERCEIRO ANO	
1º Semestre	2º Semestre
Informática (SPSS)	Estudos Africanos
Tema Transversal III	Antropologia Linguística
Cultura, Sexualidade e Género	Antropologia das Sociedades Rurais
Antropologia da Educação e Cultura	Tradições Africanas e Identidades Sociais
Problemáticas Teórico-Epistemológicas da Antropologia	Governança e Poder local
Antropologia do Desenvolvimento	Prática Profissional III (Prática sócio-antropológica II)
Teoria da Etnicidade	
QUARTO ANO	
1º Semestre	2º Semestre
Francês	Línguas e Identidades étnicas
Tema Transversal	Interculturalismo e Cidadania
Antropologia do Simbólico	Pensamento Africano
Relações Étnico-Raciais	Antropologia Urbana
Religiões Tradicionais Africanas	Antropologia do Político
Música, Cultura e Identidade	Trabalho de Culminação do Curso
Estágio Técnico Profissional	

Fonte: Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Pedagógica:

<https://www.fcsf.up.ac.mz/pt/cursos/graduacao/licenciatura-em-ensino-de-historia-2>

Antes da abertura da Licenciatura em Antropologia na UP, a disciplina era lecionada desde meados de 1980, quando surgiu a Faculdade de História e Geografia e dentro dela o Departamento de Antropologia no antigo Instituto Superior Pedagógico (atual Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia e Departamento de Antropologia e Sociologia) - com o nome de Antropologia Cultural. Apesar da antiguidade da Antropologia em relação à Sociologia na

UP,³¹² esta última área foi, no entanto, a primeira a introduzir a Licenciatura em 2010. A Antropologia constitui uma das habilitações do curso para responder a demanda por docentes da Antropologia Cultural como disciplina de tronco-comum nos cursos que a tinham na sua matriz curricular. Nas reformas recentes, a UP tornou obrigatória a integração da disciplina de Antropologia Cultural como unidade curricular para todos os outros cursos. Esta decisão é uma das responsáveis pela demanda de abertura do curso, para responder a falta de docentes da disciplina na própria UP e em outras instituições, associada a antigas demandas, como necessidade de formação de pessoal qualificado para responder aos desafios do desenvolvimento do país (DAS-UP, 2015).³¹³

O curso de Licenciatura em Antropologia da UCM, quanto o da UP, surge das demandas sociais e do mercado por profissionais em Antropologia, que por muito tempo foram formados e ofertado pela UEM para responder a todo o país. Se o Curso da UCM tem foco específico nas questões de “Desenvolvimento”, o Curso da UP tem foco nos “Estudos Éticos e Africanos e docência”, enquanto o da UEM, se propõe abrangente à todas as temáticas referentes à Antropologia no âmbito geral, nos fundamentos teóricos e metodológicos do fazer antropológico e com a preocupação com a formação de pesquisadores críticos.

Comparando o plano de estudos da Licenciatura em Antropologia da UP e da UEM, (ambas instituições públicas de ensino superior e foco deste trabalho), algumas diferenças sobressaem, para além do enfoque dos cursos. A Licenciatura da UEM aparenta ser mais flexível no que diz respeito à possibilidade dos estudantes, escolherem outras disciplinas que julguem úteis para a sua formação, além das disciplinas nucleares e complementárias que são obrigatórias. O plano da UP parece não oferecer muito espaço nesse sentido. A outra diferença entre os cursos da UP e da UEM está na modalidade de ingresso em termos de disciplinas de exame, que no caso da primeira instituição é Português e História,³¹⁴ que já foi modalidade da UEM, até muito recentemente, antes dos últimos reajustes curriculares aos quais fiz menção acima, mas que agora, os exames são em Filosofia e História.³¹⁵

³¹² Não deixa de ser curioso que tanto na UP, como na UEM, o Departamento de Antropologia seja mais antigo que o Departamento de Sociologia. Isto tem um sentido histórico da própria origem das disciplinas, a Sociologia vem depois da Antropologia porque esta última era tida como a mais adequada para estudar as sociedades africanas, vistas como estagnadas no tempo e espaço e não dinâmicas, contrariamente a Sociologia e a História que estudavam as sociedades ocidentais (ELA, 2013; FABIAN, 2013).

³¹³ Departamento de Antropologia e Sociologia da Universidade Pedagógica.

³¹⁴ Veja-se o edital de exames: <https://comissao.up.ac.mz/docs/EditalExamesAdmissao2020.pdf>.

³¹⁵ Veja-se o edital de exames: https://admissao.uem.mz/images/Editais/Edital_UEM_2020_.pdf.

Em relação ao regime de oferta da Licenciatura em Antropologia, tanto a UEM, quanto a UP, o fazem apenas em regime laboral (diurno). No caso da UEM o curso de Antropologia, há alguns anos, era oferecido também em regime pós-laboral (noturno), mas, por razões organizativas e sobrecarga do próprio Departamento, com a abertura do Mestrado, esse regime foi abolido. Para ambas Universidades o requisito básico de ingresso é ter concluído o nível médio ou equivalente de escolaridade.

Em termos teórico-metodológicos ou de abordagens analítica dos cursos, não disponho de material e espaço para estabelecer comparações, posso apenas falar da UEM (da qual disponho dos vários planos curriculares que pude estudar, mas, porque fui aluno do DAA e docente colaborador), que prima, como os meus interlocutores sempre apontaram, pela exposição dos alunos à uma diversidade de escolas de pensamento, de métodos de análise e abordagens teóricas, como forma de enriquecer a bagagem intelectual e habilidade de manejo prático destas ferramentas pelos estudantes. A formação em Antropologia na UEM pende, sobretudo, para a pesquisa acadêmica (crítica), embora os graduandos atuem depois em outros âmbitos profissionais.

6.4.2 Da graduação à pós-graduação no âmbito da Antropologia em Moçambique³¹⁶

Como procurei mostrar, a Antropologia como curso em Moçambique está em franca expansão (com a abertura de novos cursos), numa dinâmica aparentemente lenta, mas que só se compreender tendo em conta a história do país. Se a formação ao nível da graduação nesta área é recente, tendo o primeiro curso sido implantado em 1999 (21 anos de existência), o que dizer da pós-graduação? Ao nível do ensino superior privado, ela existe desde 2009, com abertura na Universidade Católica de Moçambique (junto com a graduação) de um Mestrado em Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento.³¹⁷ Mas, no âmbito do ensino superior público, o primeiro curso de pós-graduação (também ao nível de Mestrado) em Antropologia Social, foi

³¹⁶ Se no Brasil, a institucionalização da Antropologia se deu por vinculação direta do campo antropológico com a pós-graduação, decorrente da inserção da Antropologia nos cursos de graduação em Ciências Sociais ou Sociologia e Política, e a ausência da graduação em Antropologia até recentemente, como nos mostram as antropólogas Bela Feldman-Bianco (2018, p. 29) e Miriam Pillar Grossi (2006, p. 7-8), no caso de Moçambique a institucionalização da Antropologia se dá, no contexto pós-colonial, por via da graduação (1999) e só recentemente foi criada a pós-graduação (2015) no ensino superior público (UEM).

³¹⁷ Disponível em: <http://www.ucm.ac.mz/cms/node/158>.

lançado em 2015 e entrou em funcionamento no ano 2016, na UEM. Neste item, irei me deter apenas no Mestrado em Antropologia Social da UEM sobre o qual disponho de informações.

Os cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), particularmente em Ciências Sociais tem uma história muito recente em Moçambique (CRUZ E SILVA, 2015, p. 272), e esta introdução “tardia” do Mestrado em Antropologia Social não constitui um aspecto isolado na própria história do ensino superior no país, pelo contrário, é fruto desta mesma dinâmica.

Mas porquê e para quê formar antropólogos ao nível da pós-graduação em Moçambique? A resposta a essa pergunta pode ser encontrada no Plano Curricular do Mestrado em Antropologia Social, nas próprias narrativas dos antropólogos/as entrevistados/as e através da observação de editais de emprego especialmente em ONGs, que demandam por antropólogos/cientistas sociais como gestores de projetos de desenvolvimento e pesquisadores/as, mas também, pela oferta da disciplina de Antropologia em instituições do ensino superior, que demanda a contratação de professores/as para assegurar o seu ensino.

Um dos meus interlocutores, explicou-me que o projeto de criação do Mestrado em Antropologia na UEM começou a ser gestado mais ou menos no final da década de 2000:

Acho que nós começamos a desenhar o Mestrado em 2009, 2010. Eu na altura era Diretor do Curso de Licenciatura, criou-se um grupo (...) para desenhar o Mestrado. Sentíamos que tínhamos que avançar para a pós-graduação, que se quiséssemos construir um Departamento sólido, ao nível da Antropologia, tínhamos que ter a coragem de ir para a pós-graduação, porque a graduação tinha nos esgotado, estava a começar a entrar na rotina de fazer do mesmo (Elísio Jossias, Entrevista, 2018).³¹⁸

Entretanto, lendo os vários documentos que levantei durante a pesquisa de campo, encontrei uma carta do DAA dirigida à Faculdade de Letras da UEM, redigida em agosto de 2000, retratando a situação da Licenciatura em Antropologia na então UFICS, na qual solicita que a mesma passe a ser ministrada na Faculdade de Letras. Nessa carta, o DAA expressa: “pensamos que existem também condições para em seguida se poder conceber uma formação de nível de mestrado” (DAA, 2000). Até essa altura, porém, o DAA possuía no seu quadro de pessoal com formação em Antropologia, três docentes³¹⁹ com o nível de doutorado (Ana Loforte, Rafael da Conceição e Maria Paula Meneses), o que significa que contaria com

³¹⁸ Professor de Antropologia e até a data da entrevista assumia o cargo de coordenador da pós-graduação (Mestrado) em Antropologia Social da UEM.

³¹⁹ Diferentemente da tendência mundial, onde cada vez mais mulheres se tornam antropólogas, em Moçambique, apesar de crescer o número de antropólogas, a presença masculina predomina no curso e no corpo docente. Isso se explica pela assimetria de gênero no acesso ao ensino superior de forma geral. Contudo, há uma preocupação e esforço do próprio DAA/UEM em estimular as poucas mulheres a seguir carreira na investigação e na docência.

docentes estrangeiros para assegurar esse nível de formação, como era com a Licenciatura. Depois dessa manifestação, o curso esperou quinze anos para ser aberto. Contudo, o que quero apontar aqui é que, essa ideia de abertura do curso ao nível do mestrado é antiga no DAA, mas como aponta Elísio Jossias, ela ganha corpo no final da década de 2000, num contexto em que vários outros cursos na Universidade também introduzem, por vontade institucional, programas a esse nível e também de doutorado.

No caso da Antropologia, o debate sobre a criação do programa de mestrado e sobre as condições de realização deste projeto, durante algum tempo, decorreu apenas ao nível interno do DAA. Mais tarde é que ele foi socializado com outras instâncias da Universidade, tendo sido aprovado em 2015 pelo Conselho Universitário.

A narrativa de Elísio Jossias, aponta para alguns dos vários elementos internos ao DAA que motivaram a realização deste projeto de formação em Antropologia Social ao nível da pós-graduação na UEM: a) a necessidade de solidificar o Departamento; b) o esgotamento da graduação pelo trabalho rotineiro de reprodução da Antropologia através do ensino (no regime laboral e pós-laboral), o que consumia muito tempo e impedia a realização de pesquisa); c) a insatisfação com a dinâmica do trabalho no Departamento e a necessidade de levar professores e estudantes a engajarem-se na realização de pesquisa consistente, desafio que a licenciatura sozinha não conseguia responder (Entrevista, 2018).

Havia, segundo Jossias, uma grande vontade de sair do conforto à luz das experiências mundiais da Antropologia, além do impulso dos/as jovens antropólogos/as que faziam parte do Departamento como docentes, bem como a pressão da nova geração de antropólogos/as que se formavam ao nível da graduação pela continuidade do curso ao nível do segundo ciclo (mestrado) (Entrevista, 2018). Este último aspecto, da demanda por formação na área em solo pátrio, constitui um dos argumentos justificativos do DAA para a implementação do programa:

Num contexto em que o país forma antropólogos sobretudo a nível da graduação, [e] parte considerável dos licenciados fica impossibilitada de prosseguir os seus estudos a nível da Pós-graduação, fazendo-o maioritariamente no estrangeiro. Se por um lado a formação no estrangeiro se traduz na exposição dos formandos a diversas escolas de pensamento, devendo, portanto, ser estimulada, por outro lado ela acarreta custos elevados, tornando-se inacessível para muitos moçambicanos (PCMAS³²⁰/DAA-UEM, 2015, p. 3).

³²⁰ Plano Curricular do Mestrado em Antropologia Social.

Às motivações internas ao DAA apresentadas, juntam-se outras de âmbito institucional de topo que foram decisivas: a Política do Ensino Superior em Moçambique e o Plano Estratégico da UEM (2018-2028), cujo objetivo é transformar a UEM numa Universidade de Investigação.³²¹ Sobre esse aspecto, a antropóloga moçambicana Sandra Manuel³²² argumenta que havia igualmente uma pressão por parte da própria Universidade para que o DAA se engajasse na criação do mestrado:

(...) a UEM está a demarcar-se das outras instituições do ensino superior enfatizando a pós-graduação. Ela quer se tornar uma Universidade de Investigação.³²³ Com graduação não é possível, por isso, o investimento na pós-graduação. Também há muita pressão porque todos os outros Departamentos da FLCS³²⁴ já tinham mestrado. Antropologia era o único que ainda não tinha (...) (Entrevista, 2018).

Sandra Manuel salienta que há um espírito saudável do DAA, problematizado e explicado nos seguintes termos: “Não é criar só por criar, porque todo mundo já tem, (...) ele fez, nós também vamos fazer, mas quais são as condições, o que tens para dar, qual é a tua filosofia?” O DAA, argumenta Manuel “nisso é muito focado, não temos condições, não vamos abrir. Não temos pessoal docente. É para licenciados darem aulas no mestrado ou outros mestres darem no mestrado? Ou virem docentes de fora para dar, Não! Vamos nos organizar”. Assim foi, e continua a explicação:

(...) fomos a formação, estamos a voltar, quando tivermos pessoal havemos de avançar. Não tem salas, não tem material didático, não tem bibliotecas para fazermos um mestrado de qualidade, não tem acesso à base de dados para os estudantes estarem a par do que se produz hoje, 2018, não artigos que produzidos em 1965 para nós escrevermos hoje em 2018. Então foi passando, mas chegou. De fato, acho que estávamos minimamente preparados. Já tinha um pessoal doutorado de volta e foi em 2016, que abriu (...). Então, sim o mestrado emergiu nessas circunstâncias, acho que é um mestrado que apesar de tudo, nós queríamos (Entrevista, 2018).

Fica evidente que o movimento decisivo para a criação do mestrado veio de cima (Reitoria) para baixo (DAA). O antropólogo moçambicano Euclides Gonçalves (2019, p. 415), confirma essa percepção ao argumentar que, “embora a equipe do Departamento há muito

³²¹ A esse respeito ver o Informe Anual do Reitor da UEM-2018: <http://www.uem.mz/images/pdfs/informe-reitor-2018.pdf>.

³²² Professora de Antropologia do DAA e assessora do Reitor da Universidade Eduardo Mondlane e pesquisadora da Kaleidoscópio - uma instituição de investigação interdisciplinar criada por moçambicanos em 2012 e dirigida pelo antropólogo moçambicano Euclides Gonçalves. A instituição está voltada à pesquisa em Políticas Públicas e Cultura: <http://www.kaleidoscopio.co.mz/sobre-nos/nossa-abordagem/>.

³²³ Como defende Patrício Langa (2014, p. 373) “não temos ainda no país uma instituição que se possa afirmar de orientação para a investigação e que tenha um perfil correspondente”.

³²⁴ Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM.

planejasse introduzir um diploma de nível de mestrado, o empurrão final veio do escritório do Reitor”. Ou seja, no final das contas foi uma decisão vertical, imposta de cima para baixo, como é geralmente de praxis na implementação de políticas no país. Euclides Gonçalves, argumenta ainda que:

O número mínimo de doutorados exigido pela política universitária para abrir um programa de mestrado não foi atendido, em parte porque alguns recém-doutores e recém-retornados à Moçambique buscaram oportunidades melhor remuneradas, em cargos gerenciais e comitês dentro da própria universidade, ou envolveram-se em pesquisa de consultoria. Finalmente, o gabinete do Reitor estava disposto a substituir esse requisito, a fim de lançar o programa visto como uma nova fonte atraente de receita (GONÇALVES, 2019, p. 415).

Gonçalves fez parte da equipe de elaboração do programa de mestrado em Antropologia - finalmente implantado - enquanto docente e investigador do DAA. Trata-se aqui, portanto, de uma autorreflexão bastante profunda e crítica. Seguindo adiante, ele argumenta que o mestrado foi construído tendo em mente os servidores públicos e pessoal de ONGs locais, baseado no interesse destes em adquirir um grau de mestrado para tornar seus currículos impressionantes e eventualmente levar a aumentos salariais (GONÇALVES, 2019, p. 416). O público alvo, segundo o autor, influenciou de diversas formas a concepção do programa, por exemplo na definição das especializações,³²⁵ orientadas para o mercado profissional e, num currículo projetado, sobretudo, para habilitar os formandos na abordagem de temas de preocupação imediata para os formuladores de políticas e profissionais de desenvolvimento. Afirma ainda que: “nada disso parecia problemático para o Departamento ou para os professores, dado que em suas próprias pesquisa de doutorado a maioria havia passado por treinamento e investigado tópicos que giravam em torno do desenvolvimento baseado na ajuda” (GONÇALVES, 2019, p. 416).

Portanto, segundo Gonçalves (2019) foi tendo em mente tais públicos acima apontados e suas preocupações profissionais práticas, que os cursos foram agendados em regime pós-laboral (noturno), não sendo a Antropologia uma exceção no contexto dos programas de pós-graduação nas Universidades públicas. As elevadas taxas mensais que os estudantes pagam, mostraram-se proibitivas para recém-formados, muitas vezes desempregados. Estes ainda que pudessem pagar, na maioria teria preferido buscar uma opção profissional imediatamente remunerada, no lugar de cursar uma pós-graduação, que os lançaria em uma carreira acadêmica,

³²⁵ Em: 1. Antropologia e Desenvolvimento; 2. Corpo, Género e Sexualidade; 3. Estado e Organizações; 4. Memória, Património Cultural e Identidades; 5. Saúde, Doença e Tratamento; 6. Territorialidade e Práticas fundiárias Contemporâneas (DAA/UEM, 2015, p. 2).

pois os graduados com sorte de conseguir emprego em ONGs ganharão provavelmente um salário inicial comparável ao de um professor em todas as universidades públicas de Moçambique (ibidem).

Um argumento semelhante ao de Gonçalves (2019), emerge na entrevista com o antropólogo moçambicano Aurélio Miambo, ao abordar o perfil e motivações dos estudantes que decidem cursar Ciências Sociais ou Antropologia:

(...) as pessoas acreditam que elas podem ter um emprego nas ONGs, podem ter emprego para fazer estudos sociais, quer dizer as motivações variam, contudo, poucos falam de pesquisa: - Ah porque eu quero aprender, me especializar na pesquisa, quero contribuir para engrossar o grupo das pessoas que lê o social em Moçambique, não! Está tudo ligado à possibilidade de emprego. - Ah, deve ser um curso que dá emprego facilmente (...). Então penso que é tudo ligado a expectativas de emprego. As pessoas acreditam que facilmente podem encontrar emprego (Entrevista, 2018).

Tanto Gonçalves, quanto Miambo apontam para uma questão abrangente ao ensino superior em Moçambique (em África e no mundo): a preocupação dos jovens com o acesso ao emprego/mercado de trabalho. Esta preocupação dos jovens em relação ao emprego e ao seu futuro, constitui o centro de reflexão da antropóloga moçambicana Alcinda Honwana (2013) em seu livro *O tempo da Juventude: Emprego, política e mudanças sociais em África* e também em seu artigo “*Juventude, Waithood e protestos sociais em África*” (2014). Tanto num, quanto noutro Alcinda Honwana argumenta que grande parte dos jovens africanos se confrontam com os desafios socioeconômicos para sobreviverem num contexto de extrema escassez e dificuldades de conseguir um emprego. Há, portanto, “uma crescente camada social de jovens excluídos do mercado de trabalho tradicional” (CARDOSO, 2012, p.x), fruto dos modelos de desenvolvimento e governação neoliberais. O antropólogo e historiador espanhol Albert Farré no seu texto “Assimilados, régulos, Homens Novos, moçambicanos genuínos: a persistência da exclusão em Moçambique”, defende que, “independentemente do regime político, a exclusão social tem sido uma constante em Moçambique” (FARRÉ, 2015, p. 229). O mesmo argumento aparece também exposto no texto do antropólogo brasileiro Omar Ribeiro Thomaz, “Raça, nação e *status*: histórias de guerra e ‘relações raciais’ em Moçambique”, segundo o qual, “a herança colonial se expressa em Moçambique, e em outros países africanos, na forma de exclusão” (THOMAZ, 2012, p. 267).

A exclusão social, política e econômica faz com que a transição dos jovens para a vida adulta se torne cada vez mais incerta e, o “número crescente de jovens, rapazes e raparigas, vê se obrigado a improvisar formas de subsistência e relações interpessoais fora das estruturas

económicas e familiares dominantes” (HONWANA, 2014, p. 399). A esse fenômeno de espera prolongada, Alcinda Honwana sugere o conceito *Whaithood* como “mais adequado para descreve este interregno entre a fase da juventude e a idade adulta” (HONWANA, 2013, p. 5). Entretanto, ela adverte que este não é apenas um fenômeno africano, ele ocorre em outras regiões do mundo.

Nesse cenário, muitos estudantes buscam no ensino superior cursos que lhes permitirão um acesso mais rápido ao mercado de emprego, sendo o gosto pela área de conhecimento, pela pesquisa e a relação destes estudantes com o saber, secundarizado. O sociólogo moçambicano Patrício Langa, no texto “A mercantilização do ensino superior e sua relação com o saber: a questão da qualidade”, sugere que esta subalternização do saber em detrimento do emprego é um dos efeitos da liberalização ou mercantilização do ensino superior. Ele defende que a liberalização do ensino superior e a introdução de cursos orientados para o mercado (particularmente em regime pós-laboral) contribuem para a ampliação do acesso ao ensino superior, mas por outro lado, deslocam a relação com o saber para um lugar subalterno (LANGA, 2012, p. 21). Na mesma perspectiva argumenta a antropóloga portuguesa Ana Bénard da Costa (2009, p. 143), ao defender que:

O mundo globalizado, está subordinado ao “mercado do desenvolvimento” e àquilo que se designa, também, por “economia do conhecimento”. A responsabilidade das organizações internacionais e dos países doadores na condução deste mercado é (...) indiscutível. Pouco poderá ser efectivamente realizado se não se alterarem as políticas por que se regem estas organizações. Estas, para além de condicionarem as cooperações internacionais e as ajudas bilaterais, condicionam também as teorias e as metodologias dos estudos que se realizam nos países em desenvolvimento e que procuram compreender os efeitos dessas mesmas políticas na evolução dos sistemas de ensino que ajudaram a criar.

Retomando à Euclides Gonçalves (2019), ainda que parte da sua narrativa sobre a Antropologia na África e Moçambique em particular vislumbre um cenário pessimista, ele argumenta que esse é apenas um lado da realidade, e não a sua totalidade. A representação ou caricatura, segundo o autor, ajuda-nos a pensar nos desafios particulares que se colocam à prática da disciplina no país e continente de forma geral. Gonçalves, aponta justamente para outra direção: a de refletir sobre as possibilidades da prática antropológica, diante dos problemas estruturais existentes. A tese central é de que as condições sociais, políticas e econômicas da prática antropológica em África - a economia política da produção de conhecimento antropológico no continente - levou seus praticantes africanos a reinventarem a disciplina e avaliar criticamente os seus pressupostos canônicos, tais como o trabalho de campo

de longo prazo, o trabalho conjunto, o engajamento político e o planejamento. Gonçalves (2019) chamou a esse movimento de uma “nova ética da audiência”, que consiste na promoção de um engajamento ativo dos sujeitos pesquisados, em que eles próprios são reconhecidos como autores por direito próprio.

6.5 PRODUÇÃO ANTROPOLÓGICA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA ERA DA DEMOCRATIZAÇÃO E DA “INDÚSTRIA DO DESENVOLVIMENTO”³²⁶

A produção antropológica e divulgação científica da mesma em Moçambique, como se pode perceber pelo exposto até ao momento enfrenta ainda grandes desafios, em vários níveis: políticos (política de investigação), socioculturais (refiro-me a uma cultura académico-científica), económicos (políticas de financiamento) e técnicos (no âmbito editorial), etc. Apesar desses desafios, tentei demonstrar ao longo deste capítulo que a Antropologia como disciplina e a sua produção em Moçambique, feita desde o início, por nacionais e estrangeiros, vem ganhando cada vez mais espaço e se diversificando em termos de temáticas de pesquisa, de abordagens teórico-metodológicas, enfim de escolas de pensamento (com a formação de novas gerações de antropólogos/as no país e fora dele). Nesse sentido, a crescente demanda pelo conhecimento antropológico em Moçambique e sua contribuição em diferentes setores da sociedade, possibilita essa diversidade de temas abordados e sua consolidação como uma área importante para o desenvolvimento no país:

Há um crescente interesse e demanda pela contribuição antropológica em diferentes sectores da sociedade, permitindo uma maior consolidação da nossa posição em termos da importância da própria antropologia. A antropologia aplicada aos problemas de desenvolvimento, tem se revelado nos estudos efetuados em relação à pobreza e género, a SIDA, educação; agora vai se fazer um estudo junto dos centros de reassentamento das populações assoladas pelas cheias. Tudo isto penso que capitaliza um pouco o conhecimento, mas também é uma forma de potenciar o próprio DAA, os docentes, etc., e chamar a atenção e dar uma certa visibilidade a antropologia. As nossas pesquisas cada vez mais passam a ser diversificadas e

³²⁶ Por ‘indústria do desenvolvimento’ quero me referir ao tipo de governo contemporâneo de carácter transnacional profundamente enraizado nos países “periféricos” (africanos, particularmente), cuja lógica a ela subjacente é “humanitária” ou da “ajuda” que no lugar de atenuar as desigualdades sociais contribuiu, paradoxalmente, para a manutenção do status quo e “governo da precariedade” (FASSIN, 2013), em nome de uma suposta salvação dos carenciados e construção de um mundo melhor. Trata-se, portanto, de um sistema normativo cuja ideia de desenvolvimento assenta fundamentalmente em três pressupostos: i) o mundo é justo e recompensa aquele que faz tudo certo; ii) a técnica é a solução para todos os tipos de problema (político, económico e social) que os países em desenvolvimento enfrentam; iii) a História que tem um fim, alcançado por meio de intervenção para o desenvolvimento. Estes pressupostos constituem simultaneamente os três equívocos do desenvolvimento (MACAMO, 2014).

diretamente ligadas aos problemas do desenvolvimento do país (LOFORTE, 2008, p. 11).

A Antropologia realizada em Moçambique, está em constante (des)construção por nacionais e não-nacionais, sendo uma das características da produção nesse âmbito, a porosidade e busca pela sua identidade/lugar no contexto regional e mundial, não possuindo ainda uma definição conceitual e teórica, que se possa considerar hegemônica e consolidada (MARIANO in: PIMENTA E MOUTINHO, 2017; JOSSIAS; MARIANO, 2008; PAULO, 2010). A diversidade das Antropologias produzidas em/ e/ sobre/com Moçambique é reflexo não só das demandas sociais e preocupações teóricas dos/as antropólogos/as que realizam pesquisas, mas também, das diferentes instituições envolvidas nesse processo produtivo da disciplina no país (diga-se de passagem, são ainda muito poucas com esse perfil)³²⁷ e instituições internacionais (muitas em articulação com instituições ou pesquisadores nacionais).

Fica evidente pelas inúmeras informações que trouxe ao longo deste trabalho, que a mais importante contribuição da Antropologia em Moçambique tem sido no âmbito dos projetos ligados ao desenvolvimento, ou seja, o seu lado aplicado:

A contribuição mais importante da antropologia é o seu lado aplicado, ligado aos projetos de desenvolvimento, onde se julga que o papel dos atores sociais do desenvolvimento trouxe realmente um contributo importante. Uma antropologia virada para o estudo e análise das sociedades africanas e também para entender os aspectos ligados ao desenvolvimento. Isso pode ser verificado por um lado, pelo interesse que começou a surgir em relação a leccionação de cadeiras de antropologia a vários níveis e instituições não só na UEM. No início dos anos 80 éramos solicitados para dar aulas por exemplo, no Ministério da Administração Estatal, leccionamos vários cursos aos Administradores na chamada Escola de Estado e Direito. As aulas eram estruturadas em módulos, com a finalidade de ensinar aos administradores a importância dos aspectos culturais para a sua formação e actividade prática no contexto da boa governação e administração pública (LOFORTE, 2008, p. 10).

Como argumenta Euclides Gonçalves (2019) analisando a prática antropológica na “era da ajuda”, as intervenções de assistência internacional, inicialmente nórdicas, em formato de uma “política de solidariedade”, depois neoliberal, aos países africanos, plantaram sementes que fizeram renascer a prática antropológica entre os estudiosos do continente. Se por um lado,

³²⁷ São algumas das instituições nacionais que realizam pesquisas antropológicas (ou se valem de metodologias antropológicas para estudos de consultoria) a nível das Universidades/ Institutos Superiores Públicas/os: a UEM (DAA e CEA); a UP (Departamento de Antropologia e Sociologia); o Instituto Superior de Artes e Cultura (ISARC). Ao nível de instituições do Estado não Universitárias: o ARPAC- Instituto de Investigação Sociocultural. Ao nível das instituições de pesquisa independente do Estado: Kaleidoscópico - Pesquisa em Cultura e Políticas Públicas; a KULA - Estudos e Pesquisas Aplicadas (que realiza consultorias com recurso à métodos antropológicos de investigação), entre outras.

o fracasso dos projetos de desenvolvimento e a violência política (guerra civil), agravaram as dificuldades dos estudiosos e colocaram em questão a sua própria sobrevivência, paradoxalmente, foram essas condições e a “ajuda” responsáveis por um novo ímpeto para a pesquisa antropológica (e ciências sociais) feita por estudiosos nacionais.

A necessidade desesperada por soluções para a subsistência nesse contexto, levou os acadêmicos nacionais às primeiras incursões em consultorias com as organizações internacionais, cuja presença crescente em Moçambique, durante a guerra, se transformaria em um dilúvio com as suas consequências que persistem, como o aumento das desigualdades sociais, pobreza extrema, enfraquecimento do Estado, a baixa qualidade na prestação de serviços públicos, o aumento da corrupção e da criminalidade urbana, etc. A austeridade imposta pelos ajustes estruturais às instituições públicas, forçou um número crescente de acadêmicos africanos à posição de consultores. Contraditoriamente, as mesmas lógicas que minaram o financiamento público reforçaram as novas oportunidades de consultoria individual no universo das famigeradas ONGs, cuja expansão exponencial foi um dos resultados mais notáveis das novas prioridades de financiamento da comunidade internacional, que em grande parte evitou o Estado, visto como incompetente e incapaz de resolver os problemas que elas próprias (as organizações humanitárias e doadoras internacionais) ajudaram a criar (GONÇALVES, 2019; CABAÇO, 2018; NKWI, 2009).

Tais intervenções tiveram como um dos efeitos o surgimento do mercado e crescimento da demanda pelos chamados “conhecimentos locais”. O treinamento antropológico e o corpo de ferramentas (conceituais e metodológicas) da disciplina, visto como melhor posicionado para prover esses conhecimentos, encontrou espaço para florescer. É, portanto, com as preocupações dessas organizações profissionais e doadoras em relação aos “problemas africanos” (deslocados de guerra ou refugiados, fome, pobreza, etc.) que se vão discutir e criar oportunidades de participação em pesquisa de campo de toda uma geração de acadêmicos africanos - particularmente com formação antropológica, como Alcinda Honwana, Ana Loforte, Francisco Machava, Iraê Lundin, Jovito Nunes, Rafael da Conceição e Victor Igreja, no caso de Moçambique (GONÇALVES, 2019).

No âmbito da divulgação científica do conhecimento antropológico no Moçambique atual, os seminários, palestras, aulas, trabalhos de fim do curso (de graduação e pós) e livros (na sua maioria resultantes de trabalhos de conclusão de mestrados e ou doutorados fora do país), têm sido as formas mais dominantes de compartilhamento de saber nesta área.

Recentemente, também as dissertações de mestrado, realizadas no âmbito do programa de mestrado na UEM. A única revista especializada na área socioantropológica é *Embondeiro*³²⁸ do ARPAC, que teve o seu primeiro número editado em 2017 e o segundo em 2018. Algumas publicações de antropólogas/os nacionais encontram-se em revistas como *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*; *Textos e Debates*, editadas pelo DAA (especializadas em Arqueologia e Antropologia) e *Estudos Moçambicanos* (revista interdisciplinar do CEA), que foram extintas. Outras encontram-se eventualmente publicadas em livros do Instituto de Estudos Socioeconômicos (IESE) - *Desafios para Moçambique*, uma publicação interdisciplinar, mas com uma forte vertente para a economia e ciência política (MACAMO, 2014).

Por fim, há vários desafios relativos à produção de conhecimento antropológico e sua divulgação em Moçambique que gostaria de fazer referência, mas pela exiguidade de espaço vou apenas trazer alguns exemplos, que os meus próprios interlocutores em campo apontaram e outros acadêmicos, também referem em entrevistas já publicadas: i) a criação de condições dignas de trabalho dos docentes e investigadores (melhorar o salário e financiamento para a pesquisa) e ii) a superação da falta de articulação entre os diferentes docentes, entre os diferentes investigadores da mesma ou diferentes universidades. As narrativas que apresento a seguir apontam para esses desafios.

Ana Loforte relata que, “os desafios são muitos (...). O grande desafio que se colocava e eu acho que ainda se coloca (...), é relativamente às condições de trabalho que são criadas para estes docentes e investigadores (...)”. Outro grande problema, ela argumenta, “é (...) a interação entre os antropólogos, organização conjunta de trabalhos, de determinado tipo de conferências, de debate para discutir questões ou tendências mais atuais da Antropologia. Segundo Loforte, as condições de trabalho que a Universidade cria, não permitem que os docentes e pesquisadores se dediquem inteiramente a ela, aos Departamentos, ao ensino, pois, os mesmos têm que se dividir por várias outras instituições e atividades para aumentar o seu orçamento familiar, a sua renda. “Criam as suas próprias empresas, porque as condições de trabalho na Universidade não são muito aliciantes, não são muito compensatórias, relativamente ao esforço que é desenvolvido (...)” (Entrevista 2017).

Ao mesmo tempo que as condições de trabalho são difíceis nas Universidade, Loforte reconhece que, a licenciatura em Antropologia, permitiu um aumento salarial, para aqueles

³²⁸ https://www.researchgate.net/publication/328686109_Revista_Imbondeiro.

estudantes formados, que já estavam ligados a determinados locais de trabalho, “porque tem a formação, tem o canudo”. Entretanto, lamenta que esses não se tenham empenhado para fortalecer o Departamento e o ensino de Antropologia em Moçambique.

O outro grande problema, segundo Loforte é relativo à Associação de Antropologia,³²⁹ criada, que tinha como um dos seus objetivos “agregar não só os antropólogos da UEM, mas também, de outras Universidades”, porém, ela argumenta “a criação desta Associação não criou as condições para que pudesse haver uma maior interação entre os antropólogos (...), de aprofundar o conhecimento entre as pessoas, desenvolver conjuntamente determinado tipo de pesquisa”. Assim, “...eu sinto que há uma certa dispersão ainda por parte dos antropólogos e não há esta possibilidade, de uma forma conjunta, enriquecer o debate sobre a Antropologia em Moçambique, sobre o papel que a Antropologia pode ter, hoje e no futuro e desenvolver a própria Antropologia” (Entrevista, 2017).

Se quisermos comparar, por exemplo, com a Associação dos Economistas, vemos frequentemente que há debates que a própria Associação dos Economistas organiza ou dos Engenheiros, etc., (talvez não sejam todos, mas alguns). Isso permite que haja interação, debate entre eles, que se conheçam inclusivamente, porque há uma geração mais velha, outra mais nova, mas em relação a Antropologia não há (...). Isto é um pouco como eu vejo (...) (Entrevista, 2017).

No âmbito ainda desta reflexão relativa à interação e cooperação entre antropólogos, a entrevista com outro interlocutor, o antropólogo moçambicano Aurélio Miambo³³⁰ é elucidativa do problema (permanente), colocado por Loforte:

Eu acho que poucos de nós fazemos uma auto-reflexão sobre o que fazemos, há duas ou três semanas atrás eu estive com (...) eu dizia olha, o que é que nós podemos fazer em comum em prol da Antropologia, seja a dada na UP, seja a dada na UEM? (...) O que é que há, que pode aproximar esses dois domínios? A UP abriu o curso de Antropologia, disse-lhe, quero eu estar extremamente, muito enganado... que me lembre ninguém da UP foi conversar com a UEM (...) para troca de experiências... sobre a melhor forma de montar o curso (...). Nós somos Universidades públicas, não somos adversários, não somos concorrentes, somos complementares, estamos todos a perseguir os mesmos objectivos, os dois somos Universidades públicas (...) (Entrevista, 2018).

³²⁹ Criada oficialmente em 2010. Ainda a propósito desta Associação de Antropologia de Moçambique (AAM), Euclides Gonçalves (2019, p. 416), argumentou ironicamente que: “Os graduados em antropologia formados em Moçambique e no estrangeiro estão a tentar ressuscitar a longa e moribunda Associação de Antropólogos de Moçambique. Até agora, o melhor que conseguiram foi criar um grupo do WhatsApp que fosse usado para partilhar questões de tendências nas mídias sociais e, ocasionalmente, oportunidades de emprego, muitas vezes fora da antropologia”.

³³⁰ Professor de Antropologia na UP.

Na mesma linha de reflexão crítica que Ana Loforte, o sociólogo moçambicano Luís de Brito (2008),³³¹ colocara em uma entrevista alguns desafios parecidos no âmbito das Ciências Sociais em geral. Assim ele argumentou, quando questionado sobre os fatores por detrás das dificuldades na produção de conhecimento no campo das Ciências Sociais:

“Eu diria que há vários fatores. O primeiro é que o contexto [hoje] é completamente diferente. Nós tivemos uma situação privilegiada: nós não tínhamos problema de salários etc. (...) vivíamos modestamente, mas (...) convencidos que estávamos a fazer a revolução etc. [logo após a independência]”. As condições eram difíceis, lembra Luís de Brito, “mas, (...) não era difícil a pessoa casar-se e ter casa. A pessoa vivia do seu salário. Hoje, a situação é completamente diferente. Este é um fator louco que faz a diferença”.

Segundo Brito (2010b), as condições da Universidade hoje são bastante críticas, “se você (...) quer alugar uma casa, tem que pensar vinte vezes, ou seja, é obrigado a fazer atividades extras - normalmente, consultorias, pequenos trabalhos, ou dar aula em mais de três universidades privadas etc.” O dispêndio de energia que se dedica a essa corrida, “nós podíamos consagrar à tarefa de ensinar e pesquisar”. Os jovens de hoje, argumenta: “não têm a mesma oportunidade. (...) as pessoas têm que sobreviver e, logicamente, vão mais facilmente fazer consultorias, que são bem pagas, do que ficar com um salário que lhes permite sobreviver em condições muito difíceis e ficar a fazer pesquisas”.

Os poucos que fazem pesquisa séria no país, é à custa de um grande sacrifício. Além dos problemas de condições materiais de existência, Luís de Brito (2010b), levanta um outro lado problemático ligado ao processo formativo: “(...) nós nos beneficiamos (...) no Centro de Estudos Africanos, da presença de gente como a Ruth First e outros que vieram de fora que tinham já experiência de pesquisa, da organização da pesquisa”. Nesse ambiente, refere: “nós aprendemos (...) daquelas equipes coletivas, com pessoas já muito experientes”. Entretanto:

Hoje, os jovens não têm muitas chances de trabalhar com as pessoas mais experientes. Não só têm aquelas dificuldades, porque têm que andar à procura da sua sobrevivência, como não têm muitas oportunidades, porque os próprios, dentro da minha geração, os próprios mais velhos, que hoje poderiam talvez transmitir os aspectos práticos da profissão da pesquisa, estão muito ocupados, também eles próprios, com consultorias (BRITO, 2010b, s.p).

Para Brito (2010b) estes são alguns dos fatores que justificam a dificuldade de produção de conhecimento científico e estimula que, “a maior parte dos jovens faça e produza

³³¹ Sociólogo moçambicano, pesquisador do IESE e docente da UEM.

até o nível do doutoramento, mas (...) imediatamente depois (...) dependendo dos casos, vão começar a fazer consultorias e, evidentemente, em geral isso não dá para publicar”. Os reflexos dessas condições são visíveis posteriores à primeira geração da qual fazem parte Ana Loforte e Luís de Brito. Euclides Gonçalves, que foi estdante dessa primeira geração, largou a docência por conta de ausência das condições materiais acima arroladas e também formativas:

(...) a minha saída da UEM deu-se porque lá não encontrei condições para fazer pesquisa de campo ou de arquivo que eu desejava fazer. Os estudantes eram vítimas de um sistema que eu também ajudava a reproduzir (...). Esse reduzido interesse dos estudantes era “culpa” nossa. Na semana passada encontrei a Prof. (...) corrigindo provas e ela corrigia o cabeçalho da avaliação porque estudantes não escrevem corretamente seus próprios nomes, os nomes dos docentes ou os nomes das disciplinas. Fiquei triste por saber que a situação continua a agravar-se - a avaliação de conteúdos está a ser secundarizada aos poucos. Então, enquanto o ensino continuava a ser uma porta para a transmissão de conhecimento ele oferecia poucas para que eu continuasse a aprender. Tudo tem a ver com problemas mais complexos da universidade, mas da educação no país também. Em última instância também preferi abandonar a Universidade porque não encontrei nela espaço suficiente para experimentar um projecto alternativo para a Antropologia (...) (Euclides Gonçalves, E-mail, 2018).

Nas narrativas apresentadas é evidente o problema da falta de condições materiais e incentivos político-institucionais que são cruciais para o ensino e pesquisa em instituições cuja missão é a produção de conhecimento no país. Entretanto, a falta de interação e colaboração entre os pesquisadores aparece bastante presente também e, isso remetem-me à reflexão desenvolvida por Mwenda Ntarangwi (2005). Nela ele sugere que o futuro da Antropologia em África está no trabalho colaborativo, ou no que ele chama de uma “colaboração significativa”, que consiste na troca de ideias e recursos que permitam o aprimoramento e globalização da disciplina no continente. Portanto, além das condições materiais e financeiras que são fundamentais, o trabalho colaborativo é igualmente para mim, um dos grandes desafios que se colocam para os/as antropólogos/as e para a Antropologia em Moçambique e em África de um modo geral: conseguir estabelecer uma plataforma comum de diálogo para pensar a disciplina e as condições de sua (Im) possibilidade (GUNE, 2009), no nosso contexto.

Entretanto, todas essas questões não podem ser equacionadas fora do contexto da “indústria do desenvolvimento”, entendida como um sistema normativo no qual a ideia de desenvolvimento assenta fundamentalmente em três pressupostos: i) o mundo é justo e recompensa aquele que faz tudo certo; ii) a técnica é a solução para todos os tipos de problema (político, econômico e social) que os países em desenvolvimento enfrentam; iii) a História tem um fim alcançado por meio de intervenção para o desenvolvimento. Estes pressupostos constituem

simltaneamente os três equívocos do desenvolvimento (MACAMO, 2014). Esse sistema opera num contexto governativo contemporâneo de carácter transnacional profundamente enraizado nos países “periféricos” (africanos, particularmente), cuja lógica a ela subjacente é “humanitária” ou da “ajuda” que no lugar de atenuar as desigualdades sociais contribuiu, paradoxalmente, para a manutenção do status quo e “governo da precariedade” (FASSIN, 2013), em nome de uma suposta salvação dos carenciados e construção de um mundo melhor.

Como defende Macamo (2020) “o efeito perverso e nefasto da indústria do desenvolvimento faz com que em África não haja espaço para um tipo de produção de conhecimento virado para a clarificação conceitual”. A indústria do desenvolvimento define a priori o tipo de conhecimento que é ou não relevante e digno de produção: “conhecimento que produz a África como um espaço de intervenção” (MACAMO, 2016, p. 262). Trata-se de uma abordagem cujo centro das atenções são os problemas tidos como práticos e imediatos da vida aos quais o conhecimento produzido deveria engajar-se na resolução.

Neste capítulo apresentei as condições que permitiram o florescimento da pesquisa antropológica em Moçambique, nomeadamente: o fracasso dos projetos de desenvolvimento rural socialista; a abertura para a democracia, economia de mercado e conseqüente entrada crescente de ONGs no país, que enfraqueceram o papel do Estado e a necessidade de “conhecimento local” para alimentar a agenda desenvolvimentista. Apresentei algumas pesquisas desenvolvidas no âmbito da Antropologia feita no DAA, abordei o processo de constituição dos cursos de Antropologia, com foco particular na UEM e UP, nos níveis de graduação e pós-graduação (mestrado), bem como, nos processos de ensino e formação de antropólogos, mas também, o ensino de Antropologia para não antropólogos: formação de gestores, educadores e agentes de saúde. Finalmente apontei alguns desafios que se colocam para à produção do conhecimento nas Ciências Sociais em geral e particularmente na Antropologia e sua divulgação em Moçambique.

Nos dois capítulos finais que se seguem abordo as duas primeiras gerações de antropólogos/as moçambicanos/as, suas trajetórias de vida, formação e produção acadêmica. No primeiro com foco na “geração da independência” ou “dos formadores dos formadores” e no segundo na geração “intermediária”.

7 GERAÇÕES DE ANTROPÓLOGAS E ANTROPÓLOGOS MOÇAMBICANOS, TRAJETÓRIAS DE VIDA, DE FORMAÇÃO E PRODUÇÕES ACADÊMICAS: OS “FORMADORES DOS FORMADORES”

Na minha geração, o pós-independência foi uma efervescência que é muito difícil de reproduzir, de contar, há ideais, há utopias que é mais do que se calhar alguma geração pode dizer, que foi extremamente importante para criar esta vontade de se investir, de se doar, de fazer parte de uma coisa que era maior do que nós próprios. (Maria José Arthur, Entrevista, 2018)

Nos capítulos anteriores, abordei especificamente a Antropologia no contexto pós-colonial em Moçambique. Neste capítulo e no próximo, detenho-me às gerações de antropólogas e antropólogos moçambicanos no contexto pós-colonial, às trajetórias de vida, à formação de algumas dessas gerações e produções académicas.

É importante sempre lembrar que os conceitos são ferramentas teóricas e metodológicas que nos permitem ou ajudam a compreender determinadas realidades e ou processos socioculturais (no caso particular do campo das Ciências das Sociedades), por isso, não são auto evidentes, precisando de ser sempre explicitados. Mas, também lembrar que eles procuram captar realidades que pela dinâmica e complexidade, muitas vezes escapam aos mesmos, não sendo, todavia, estáveis e com um único sentido, adquirindo novos ou outros sentidos, de acordo com os distintos contextos específicos e interesses de quem os mobiliza.

Os conceitos presentes no título deste capítulo - geração e ou gerações de antropólogos e antropólogas; trajetórias de vida; formação e produção académica - ajudar-me-ão a compreender teoricamente uma realidade dinâmica que é a institucionalização da disciplina no país. Assim, os mesmos precisam ser explicitamente definidos para que o leitor possa acompanhar-me na tentativa de captar com eles tal dinâmica.

Desse modo, começo então por explicitar o sentido do conceito de geração e gerações de antropólogos. Mas, antes disso, vale um pouco de história deste conceito, embora não aprofundada. O conceito de geração esteve inicialmente ligado ao campo da História e, os primeiros estudos que nas Ciências Humanas trataram sobre ele datam do século XIX. Nos seus primórdios, a noção foi entendida como “um instrumento metodológico para medir o tempo histórico e compreender os seus movimentos” (TOMIZAKI, 2010, p. 330). Nas Ciências Sociais, só no século XX é que a noção foi introduzida. O ensaio *Das problem der generationen* (1928), de Karl Mannheim, é considerado uma das mais completas referências no tratamento sociológico do assunto. Para Mannheim, “o fenómeno geracional deveria ser concebido como

um tipo particular de situação social, e, portanto, somente a abordagem sociológica poderia dar conta de interpretá-lo em sua complexidade” (TOMIZAKI, 2010, p. 330).

A necessidade de definição do conceito de geração ou gerações, como nos lembra a socióloga brasileira Alda Motta (2010), sempre constituiu uma preocupação dos estudiosos desde o começo dos estudos sociológicos. A sua utilização sempre foi teoricamente instável dado carácter polissêmico do conceito, e “mesmo quando alcançado um grau de estruturação teórica alta, com Mannheim, também acompanhou a instabilidade inicial da aceitação teórica desse autor em alguns meios acadêmicos” (MOTTA, 2010, p. 225). A polissemia prevalece, e com ela, uma escassa atenção às posições sociais, geracionais e à dinâmica das relações entre as gerações, responsáveis por causar determinados prejuízos analíticos (MOTTA, 2010, p. 225).

O conceito de geração coloca problemas complexos e multifacetados (TOMIZAKI, 2010). Realizar um estudo geracional, para a socióloga brasileira Kimi Tomizaki (2010, p. 328) “significa estar preparado para analisar disputas, alianças, rupturas e continuidades de uma geração a outra”. Porém, ela afirma que eventualmente, mais do que “precisar os pontos de ruptura, superação ou morte de um grupo e ascensão de outro”, seja mais, importante “*dimensionar de maneira cuidadosa e profunda as formas e intensidades assumidas pelas relações que unem e, ao mesmo tempo, distanciam as gerações*” (TOMIZAKI, 2010, p. 329, grifo da autora). Assim como Motta (2010), Tomizaki (2010, p. 330) defende que “a noção de geração sofre um problema crônico de imprecisão conceitual, sendo utilizada, muitas vezes, de maneira excessivamente fluida e perigosamente influenciada pelo uso cotidiano”. Estas autoras mostram o quanto não se trata de um conceito fácil e simples de definir ou operacionalizar, mas de um fenômeno complexo.

Na Antropologia, o conceito de geração têm sido uma lente produtiva através da qual se estudam muitas facetas da vida sociocultural. Ao longo da história da disciplina, antropólogas/os utilizaram-se do conceito para compreender e explicar as mudanças sociais no tempo, bem como, examinar as maneiras pelas quais as pessoas organizam e visualizam laços intergeracionais dentro da família; explorar princípios de organização social além da família e identificar diferenças entre os membros de uma sociedade. A noção de geração na Antropologia está atrelado a outro conceito central na disciplina: cultura - entendida como “trangeracional” na medida em que ela implica a transmissão de valores, conhecimentos, práticas entre outros elementos, de uma geração à outra, ao mesmo tempo que está aberta à modificações ou revisões (LAMB, 2015; BANDEH-AHMADI, 2018).

A noção de geração, do ponto de vista antropológico possui pelo menos três sentidos, não se restringindo a eles: i) experiência vivida e compartilhada - referente a um grupo de pessoas que vive uma experiência (identitária, prática, crenças) compartilhada num determinado período de tempo histórico; ii) genealógico - relacionado ao parentesco (pai e filho) ou formas de prestígio (posição de alguém no sistema de descendência de parentesco) (LAMB, 2015); iii) classificações etárias - referente a definição das experiências de grupos por meio do critério idade cronológica. Contudo, a antropóloga brasileira Guita Debert (1997, s.p.) argumenta que “pessoas de idades cronológicas muito distintas podem ter uma experiência similar (...)”, constituindo, portanto, uma geração.

A noção de geração é uma variável social, como são também as noções de gênero, classe, raça, idade entre outras. Neste trabalho a geração é entendida no sentido de experiência vivida e compartilhada de um grupo de pessoas em um mesmo tempo histórico e de atuação - antropológica. Assim, considero da mesma geração, pessoas que compartilham “uma mesma situação *sócio histórica* ou uma mesma condição de existência” (MOTTA, 2010, p. 333), neste caso referente especificamente à formação antropológica, seja de forma direta ou indireta.

O conceito de trajetórias³³² (e biografias/ histórias de vida) é entendido neste trabalho na mesma perspectiva do antropólogo brasileiro Gilberto Velho (1994, p. 40) “enquanto expressão de um quadro *sócio-histórico*, sem esvaziá-la arbitrariamente de suas particularidades e singularidades” [grifo meu]. A descrição das trajetórias de vida das entrevistadas/os será feita com recurso ao que Lila Abu-Lughod (2018 [1991], p. 210), chamou de “etnografias narrativas do particular” ou “uma escrita baseada no campo”, que busca enfatizar as particularidades da vida dos indivíduos (cruciais para a constituição das suas experiências) - sem com isso perder de vista ou ignorar os contextos socioculturais, econômicos e políticos nos quais estão inseridos - resgatando a história³³³ como esses próprios sujeitos contam sobre os seus percursos e como os compreendem recusando logo a partida generalizações. Na mesma linha, Gilberto Velho também argumentou que “um *projeto coletivo* não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem

³³² Para uma reflexão crítica sobre este conceito veja-se o capítulo 3 da tese do antropólogo cubano Alexandre A. C. Santiesteban (2017).

³³³ Uma história que não é linear, que resulta de acontecimentos *significativos* selecionados pelos entrevistados/as, cujo sentido ou lógica é estabelecida *a posterior e não a priori* (BOURDIEU, 1986), ainda que na descrição por mim feita das histórias/ trajetórias, aparente uma certa linearidade dos acontecimentos.

diferenças de interpretação devido a particularidade de *status*, trajetória, e, no caso de uma família [de antropólogas/os], de *gênero e geração*” (VELHO, 1994, p. 41, grifos meus).

Paulo Renato Guérios (2011), reforça igualmente a relevância do estudo das trajetórias de vida nas Ciências Sociais ao defender “ser um *locus* rico para complexificar nossa compreensão acerca da dinâmica de funcionamento de diferentes configurações [e redes] sociais em diferentes níveis de análise [micro e macrosociais]” (GUÉRIOS, 2011, p. 24, grifo meu) e, também, rico por confrontar os sujeitos com a experiência do seu tempo (OLIVEIRA, 2017, p. 433). Sobre esse último aspecto, de confrontação do sujeito com o seu próprio tempo ou sua experiência, a antropóloga Carla Braga, por exemplo, disse-me ao longo da nossa conversa: “Olha, estas a fazer-me pensar sobre coisas que não tinha pensado antes!” (Entrevista, 2018).

Por formação entenda-se não só o processo formal de aquisição de conhecimentos e habilidades em determinada área de saber (no caso da Antropologia), mas também a aquisição não-formal desses conhecimentos e habilidades, através da exposição dos sujeitos, de forma direta e indireta à área de conhecimento. Assim, por exemplo, nem todos os antropólogos que considero como sendo da primeira geração tiveram logo no início acesso formal e direto à disciplina, na verdade, a maioria, como o leitor poderá observar, teve essa exposição ao conhecimento antropológico formal depois, mas indiretamente já estavam envolvidos com problemáticas da mesma.

Finalmente, entendo por produção acadêmica todo o trabalho resultante da pesquisa científica, ou seja, da aplicação de instrumentos teórico-conceituais e metodológicos para a compreensão das realidades ou processos sociais, econômicos, culturais e políticos, estes sempre dinâmicos e complexos, implicando por vezes na atualização desses mesmos instrumentos utilizados para captá-las.

A abordagem destes assuntos é feita baseada fundamentalmente nos “dados” obtidos das entrevistas narrativas, concedidas presencialmente pelas pessoas envolvidas na pesquisa, embora recorra também a entrevistas que os mesmos sujeitos ou outros tenham concedido em outros momentos e para outros pesquisadores, textos em blog e página web, como fontes importantes de informação e aos trabalhos produzidos, além da literatura relevante para o efeito.

O texto segue como informo abaixo, uma abordagem (inter) geracional (TOMIZAKI, 2010; MOTTA, 2010) e dos *marcadores sociais da diferença* (SAGGESE et al., 2018).³³⁴

A abordagem segundo Tomizaki (2010, p. 323), “pode potencializar as pesquisas que assumem como objeto de investigação a educação, especialmente as análises sociológicas dos fenômenos educativos”. Neste caso, como se poderá ver pelas trajetórias de vida, de formação e profissionais dos entrevistados, há processos de transmissão da cultura antropológica (formal e/ou informalmente) que ocorrem não só de uma geração à outra como dentro de uma mesma geração. A trajetória de Alexandre Mate é, nesse sentido, exemplar, na medida em que faz parte da primeira geração, mas também aprendeu a fazer pesquisa antropológica pelas mãos de sua colega Ana Loforte e entrou para o Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane como docente por sugestão da sua colega, a antropóloga Maria Paula Meneses.

Já a abordagem dos *marcadores sociais da diferença* (geração, idade, gênero, raça, regionalidade, nação, etnia, classe, língua, etc.), permite ver como os mesmos “afetam as experiências das pessoas e os modos de interpretar” (ALMEIDA et al, 2018, p. 25) as suas próprias vidas e a dos outros, respondendo aos “limites identificados na produção acadêmica, que tendia a analisar separadamente esses marcadores, construídos como problemas teóricos estanques” (SAGGESE, MARINI & LORENZO, 2018, p. 31).

A escrita deste capítulo encontra inspiração na descrição e análise das gerações de intelectuais africanos feita por Thandika Mkandawire (1995), cuja síntese apresentei no capítulo I, mas que vale a pena retomar aqui. Mkandawire (1995) identifica e descreve três gerações de intelectuais africanos após a independência: a primeira destas gerações é a que se formou no exterior (Europa e EUA) e depois voltou no contexto imediatamente após às independências para ajudar na construção dos novos Estados-Nação, através da edificação de instituições de ensino e pesquisa, por exemplo. A segunda geração é a que fez a graduação nos seus países e depois, como a primeira se formou no exterior ao nível da pós-graduação, mas não voltou para os seus países e os que voltaram foi por um curto período de tempo e retornaram novamente à Europa e/ou EUA. E, finalmente, a terceira geração é a que se formou inteiramente em África

³³⁴ Entendidos enquanto “uma maneira de designar como as diferenças são socialmente instituídas e podem conter implicações em termos de hierarquia, assimetria, discriminação e desigualdade” (ALMEIDA et al., 2018, p.19). Segundo estas autoras/es, “a problemática dos marcadores remete à tradicional preocupação da antropologia com a “diferença” e com a relatividade: não como atributo inerente a humanos e não-humanos, mas como efeito da operação de complexos sistemas de conhecimento e de relações sociais” (ibidem).

e que assegura com todas as dificuldades a continuação das instituições de ensino e pesquisa criadas pela primeira geração de intelectuais em aposentadoria ou em processo de se aposentar.

Este modelo, embora útil para compreender as gerações de intelectuais em África de um modo geral, não coincide necessariamente com as gerações de antropólogos/as em Moçambique, havendo, contudo, alguns pontos de convergência, constituindo, desse modo um bom ponto de partida para a identificação, descrição e análise que farei na sequência.

Algumas das perguntas que este capítulo procura responder são as seguintes: quem são essas pessoas que se tornaram antropólogas/os moçambicanas/os? Como se tornaram tais profissionais e em que contextos se formaram? Quais são as características das gerações a que pertencem? Assim, o objetivo central deste capítulo é identificar gerações, descrever as suas características e analisar as trajetórias de formação pessoal e académica das/os antropólogas/os entrevistadas/os ao longo da minha pesquisa em Moçambique. Abordo a partir das suas narrativas, as influências do contexto social em que cresceram e se formaram, influências de amigos/as e colegas nos seus processos formativos. De tais narrativas, destaco descritivamente os marcadores sociais da diferença como relações sociais de género, geração, classe, regionalidade e as subjetividades envolvidas nas suas constituições pessoais e profissionais.

Um dos desafios metodológicos que enfrentei na construção deste capítulo foi definir a melhor estratégia narrativa para articular as entrevistas realizadas, tentando dar conta da quantidade e diversidade de informações sem simplificar, apresentando os aspectos comuns encontrados, sem perder de vista o foco argumentativo que pretendia imprimir aqui. Argumento que no pós-independência é possível identificar pelo menos quatro gerações de antropólogas/os: 1) a primeira que eu chamarei “geração da independência”³³⁵ / “geração dos formadores/as dos/as formadores/as” (esta última denominação dada por um dos meus entrevistados, o antropólogo Johane Zonjo da qual me aproprio); 2) a segunda geração é extensiva desta primeira geração, por isso denominei-a “intermediária”; 3) a terceira geração denominei “UFICS” - Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais”; e 4) a quarta geração “FLCS” - Faculdade de Letras e Ciências Sociais”. Contudo, a terceira geração e esta última da qual me considero parte, não constituirão objeto de reflexão do trabalho neste momento, havendo nas primeiras duas gerações materiais suficientes para a demonstração do argumento geral do trabalho, focado no processo de transição da marginalização da Antropologia à sua

³³⁵ Porque, como argumenta Isabel Casimiro no prefácio do seu livro *Paz na terra, guerra em casa...*: “Pertencem à geração da independência de Moçambique que abandonou os estudos universitários ou secundários para “abraçar as tarefas da revolução” (CASIMIRO, 2004, p. 8, grifo da autora).

revitalização em Moçambique e na diversidade de redes de relações envolvidas na produção de antropólogos/os e da Antropologia no país. Embora não tenha desenvolvido uma análise da terceira geração como faço com as duas primeiras, entrevistei-os e apresentei no decorrer da tese, algumas experiências e análises de alguns antropólogos e antropólogas que a compõem.

A primeira geração de antropólogos/as moçambicanos contempla aqueles/as que nasceram antes da independência, vivenciaram o processo de transição do colonialismo para a independência e participaram de forma ativa no processo de reconstrução do país após a independência. Esta foi a geração responsável por edificar as primeiras instituições de ensino e de pesquisa no país. Alguns destes antropólogos/as fizeram sua formação toda no exterior e outra parte fez a graduação no país e a pós-graduação no exterior. Uma das características principais desta geração é que quase todos têm uma formação inicial ou de base em História e/ou Ciências Sociais e só depois se especializaram em Antropologia fora do país, alguns retornam ao país e outros seguiram carreira no exterior. Fazem parte dessa geração nomes como: Ana Loforte, Rafael da Conceição, Alexandre Mate, Alcinda Honwana, Maria José Arthur, Ezequiel Gwembe; Maria Paula Meneses, Iraê Lundin³³⁶ entre outros. Estes são alguns dos responsáveis moçambicanos por fundar e/ ou consolidar o Departamento de Arqueologia e Antropologia.

A segunda geração de antropólogos/as moçambicanos/as que denomino “intermediária” (que é na verdade extensão ainda da primeira, mas que se situa entre a primeira e a segunda) é composta por pessoas que na sua maioria nasce um pouco antes e/ou depois da independência (com algumas exceções). Estas, na sua maioria, vivenciam sua infância e juventude no contexto de construção do projeto socialista em Moçambique e a virada neoliberal, este último que coincide com o início das suas formações de nível superior no começo e/ou

³³⁶ Nasceu em 1951 no Brasil e, aos 16 anos de idade esteve presa pelo seu ativismo, num contexto de vigência de ditadura militar no país (anos 60). Exilou-se na Rússia por seis meses e depois seguiu para a Suécia onde estudou Antropologia Social e Geografia Política e Humana, com especialização em Desenvolvimento e processos de formação do Estado e teve dois filhos. Em 1984, segue para Moçambique numa missão pedagógica, país com o qual se identificou e adquiriu nacionalidade. Nesse âmbito Iraê trabalhou no Departamento de Arqueologia e Antropologia, compondo o quadro de docentes e pesquisadores e teve papel fundamental no processo de institucionalização da disciplina, formação de quadros e pesquisa no país. Trabalhou no DAA até 1993, quando saiu por divergências internas. Tornou-se depois professora e investigadora do Instituto Superior de Relações Internacionais de Moçambique, onde trabalhou até a sua morte em 2018. Lundin dedicou sua vida à educação e à defesa da democracia, tendo neste último aspecto participado dos processos de paz em Moçambique, realizando pesquisas sobre o papel da cultura como forma de compreender melhor a base sociocultural interna que sustentou o conflito que opôs o governo da Frelimo e a Renamo de 1977 a 1992. (Fontes: <https://www.wook.pt/autor/irae-baptista-lundin/3689570>; <http://opais.sapo.mz/irae-lundin-uma-vida-de-batalhas-pelas-liberdades-do-homem>). No capítulo anterior fiz referência à alguns dos trabalhos de pesquisa e formação por ela realizados no âmbito da institucionalização da Antropologia. Infelizmente não fui a tempo de poder entrevistá-la.

meados dos anos 1990, uns dentro e outros fora do país. Assim como a geração anterior, os que se inscrevem neste grupo tem sua formação de base em História e/ou em Ciências Sociais e, depois, se especializaram em Antropologia. Fazem parte desta geração nomes como: Cristiano Matsinhe, Carla Braga, Johane Zonjo; Margarida Paulo, Victor Igreja, Esmeralda Mariano, Alípio Siquisse, entre outros.

A terceira geração de antropólogos/as “UFICS” é composta pelos primeiros formados no campo da Antropologia no país, entre os anos 1995 a 2004/5, período em que durou o modelo de formação de cinco anos. Este grupo contempla as pessoas que nascem especialmente no momento de transição para ou da independência, ou mesmo depois. Fazem parte desta geração antropólogos/as como: Hélder Nhamaze, Adriano Biza, Emídio Gune, Euclides Gonçalves, Kátia Taela, Sandra Manuel, Aurélio Miambo, entre outros. Alguns dos formados nesta geração se tornam docentes na UEM e outros na UP (tendo sido formados pelos antropólogos da primeira geração e alguns da geração “intermediária”), outros seguiram carreiras profissionais em ONGs ou Instituições do Estado. Os que se tornam docentes seguiram depois para a formação ao nível do mestrado e doutorado fora do país. Esta geração marca um momento de virada em termos formativos na área em Moçambique. Considero como sendo desta geração pessoas que, não tendo se formado na UFICS, estavam no igual período em formação na área fora do país.

A quarta geração de antropólogos moçambicanos é composta por pessoas que nascem na sua maioria nas décadas de 1980 e 1990. Estas, assim como a terceira geração, fazem igualmente a sua formação ao nível da graduação em Antropologia no país, mas já no atual modelo dos quatro anos, pós-reforma curricular. Estes têm como professores antropólogos/as da primeira, segunda e terceira geração, num contexto em que os/as antropólogos/as da primeira geração (como por exemplo: Ana Loforte, Rafael da Conceição, Alexandre Mate) se preparam para aposentar ou se aposentam e quando assumem a vanguarda os/as antropólogos/as da segunda e terceira geração. Alguns desta quarta geração se tornaram igualmente docentes do ensino superior e outros seguram carreira em ONGs. Uma parte desta geração, como é o meu caso, completa ainda o mestrado e o doutorado fora do país e, alguns, com a introdução recente do mestrado na área, fazem também este nível no país, aspirando o doutorado fora, enquanto internamente não se criam condições de formação neste último nível.

Neste capítulo, o objetivo central é apresentar a primeira geração de antropólogas/os moçambicanos, suas características, trajetórias de vida, formativa e produção acadêmica. O

próximo capítulo irá abordar a segunda geração. A terceira e a quarta não constituirão objeto de análise deste trabalho.

Tratarei da primeira geração de antropólogas e antropólogos (cientistas sociais no geral) moçambicanos no pós-independência. Esta é a geração que, como descreve a socióloga e feminista moçambicana Isabel Casimiro (2012, p. 211),³³⁷ “sonhou e (...) também teve o privilégio de acompanhar de perto e de participar na edificação de um Moçambique diferente, um país de princípios, dignidade, ética e independência”. Alguns dos antropólogos e antropólogas desta geração, beneficiaram da formação oferecida por Aquino de Bragança em parceria com Ruth First, participaram da criação do Centro dos Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (p.ex. Ana Loforte) e das mudanças sofridas pelas Ciências Sociais em Moçambique a partir dos meados dos anos 1970, tornando-se parte dos primeiros professores e investigadores da Faculdade de Letras do país. Duas características principais marcam esta geração: 1) o contexto de nascimento e crescimento e; 2) o contexto de formação inicial e de iniciação como docentes e pesquisadores. Mais detalhadamente constituem marcas desta geração: “a generosidade e entusiasmo da sua entrega à causa da construção nacional a níveis muito altos”; “uma geração que formou cidadãos, mas protelou os seus estudos”; uma geração que assumiu uma multiplicidade de tarefas e responsabilidades mal completasse uma pequena parte da sua formação ou durante os seus estudos, sendo simultaneamente estudantes e docentes uns dos outros e que muito cedo tornou -se responsável por dirigir instituições e organizações ou mesmo tomou parte importante nos processos decisórios do país; uma geração que acumulou experiências de vida, “aprendeu fazendo, criando e inventado” (CASIMIRO, 2004, p. 7-8).

Em termos etários, compõem esta geração pessoas nascidas entre a década de 1950 e 1960. A formação inicial desta geração ocorre entre os anos de 1970 e 1980, inicialmente em História, reconhecendo sempre exceções. Alguns destes fizeram essa primeira formação no país e depois se especializaram ou completam o nível de pós-graduação em Antropologia fora do país. Outros fizeram toda a formação, da graduação ao doutorado fora do país (é o caso de Rafael da Conceição e Maria Paula Meneses). Após a formação no exterior, alguns destes pesquisadores retornaram ao país e nele se mantiveram até se aposentarem como docentes e pesquisadores e, outros seguiram carreira internacional como professores e pesquisadores no estrangeiro (p.ex. Alcinda Honwana e Maria Paula Meneses). Esta geração (junto com a

³³⁷ Ela própria faz parte dessa geração de cientistas sociais.

segunda que considero extensão desta primeira) foram responsáveis pela formação dos primeiros antropólogos (e cientistas sociais de um modo geral) em Moçambique que se tornaram igualmente pesquisadores e docentes das gerações subseqüentes.

Feita esta breve caracterização da geração dos “formadores dos formadores”, irei na sequênciã apresentar as trajetórias de vida, de formação e produção acadêmica de algumas das antropólogas e antropólogos. Serão apresentadas quatro trajetórias: duas antropólogas (Ana Loforte e Maria José Arthur) e dois antropólogos (Alexandre Mate e Rafael da Conceição). O nosso nessas trajetórias e não a de outros nomes mencionados justifica-se pelo fato de com elas e eles ter realizado entrevistas para o efeito e não com os outros.

Nos próximos itens irei discorrer sobre as trajetórias de vida, formação e produções acadêmicas de alguns dos antropólogos e antropólogas desta geração, buscando visibilizar redes³³⁸ de influências intelectuais e profissionais, de amizade e afetivas na produção destes sujeitos como antropólogas e antropólogos e da Antropologia no país. Desta geração entrevistei, como disse, Ana Maria Loforte, Alexandre Mate, Rafael da Conceição, Maria José Arthur. Portanto, é a esses que irei me concentrar, sem, contudo, perder de vista dados relevantes de outras antropólogas e antropólogos que não participaram diretamente da pesquisa.

Ana Loforte foi a primeira antropóloga com quem conversei no início da pesquisa de campo, porque reconhecida como uma das figuras incontornáveis no âmbito da história da disciplina no país. A conversa com ela sobre sua trajetória e da disciplina em Moçambique teve lugar em duas ocasiões: primeira em meados de 2017 e, a segunda em finais do mesmo ano e no mesmo local: WLSA-Moçambique.³³⁹

³³⁸ Entendidas enquanto “conexões entre agentes heterogêneos” (BARBOSA, 2007, p. 10). No caso deste trabalho esses agentes incluem fundamentalmente, pessoas e instituições.

³³⁹ “A WLSA (*Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust*) é uma organização não governamental regional (ONG), que faz pesquisa sobre a situação dos direitos das mulheres, em sete países da África Austral: Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabwe. A WLSA Moçambique define-se como uma organização feminista, o que significa que: Reconhece que existe presentemente na sociedade uma situação de injustiça, na qual as mulheres têm menos possibilidades de usufruir dos seus direitos de cidadania, menos acesso aos recursos e às instâncias de decisão. Explica essa situação de desigualdade através de uma teoria das relações sociais de género que toma em consideração a dimensão de poder nas relações entre mulheres e homens, estruturadas no âmbito de sistemas de dominação patriarcais. Procura agir em defesa da igualdade de género, tendo em conta que a mudança só pode ser efectiva se se abalarem as estruturas de poder patriarcais que garantem e reproduzem a subordinação das mulheres. Sendo assim a WLSA define como sua visão uma sociedade com mais justiça social e igualdade, estando comprometida com a defesa dos direitos humanos em geral. Pretende-se contribuir para a construção de um mundo com menos assimetrias, onde ninguém seja excluído em função do sexo, da raça, da etnia ou da religião, e em que cada indivíduo tenha acesso ao usufruto dos seus direitos como cidadão ou cidadã”. Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/visao-e-missao-da-wlsa/>.

7.1 ANA LOFORTE

(...) Maria Leonor Corrêa de Mattos (...) convidou-me para trabalhar com ela (...). Foi assim (...) que me iniciei nestes estudos sobre os aspectos culturais (...)

Ana Loforte é uma antropóloga e ativista feminista moçambicana, casada e mãe de uma filha e um filho. Nasceu em 1953, na província de Inhambane, no Sul de Moçambique. Trabalhou na UEM de 1976 até 2012, ano em que se aposentou como Professora Associada. Foram, cerca de 36 anos dedicados à Universidade, ao ensino, à pesquisa e extensão. Ela é uma das fundadoras do Departamento de Arqueologia e Antropologia, do qual também foi chefe entre os anos 1980 e 1990. Além de professora e investigadora, foi também gestora. Como argumentado pelos editores do Boletim Gazeta de Antropologia do DAA, Elísio Jossias e Esmeralda Mariano (2008, p. 7) “trata-se de uma investigadora cujo percurso biográfico se confunde com a história do DAA e da Antropologia em Moçambique”. Na altura em que esta pesquisa foi realizada, Ana Loforte exercia a função de coordenadora para a área de formação da WLSA.

No que diz respeito à formação académica, Ana Loforte, concluiu o seu bacharelato em História nos meados dos anos 1970, na UEM, e logo foi chamada para compor o quadro de docentes e investigadores da Universidade, num contexto de escassez de quadros formados para assumir tais funções. Completou a graduação em História nos finais dos anos 1970. Nos anos 1980, realizou uma especialização em Antropologia na Universidade de Paris 8, na França e concluiu o mestrado em Estudos do Desenvolvimento pela Universidade de Dar es Salaam, na Tanzânia e o doutorado em Antropologia em 1996, pelo Instituto Universitário de Lisboa em Portugal. Sua tese de doutorado abordou a questão de *Gênero e poder entre os Tsonga de Moçambique* e foi publicada em livro em 2003, constituindo uma referência obrigatória tanto para a Antropologia, quanto para os estudos de gênero em Moçambique.

No seu trabalho de tese, Ana Loforte analisa as relações de gênero em um contexto periurbano de Maputo numa perspectiva que poder-se-ia designar interseccional (CRENSHAW, 2004; 2002; McCLINTOCK, 2010; AKOTIRENE, 2019; GASPARETTO E AMÂNCIO, 2017), na medida em que articula variadas categorias - gênero, classe, poder, Estado, etnia, idade entre outras - ainda que ela não use o conceito de interseccionalidades. Loforte procura “valorizar a diferença, apontar os poderes das mulheres, evitando

sobreenfatizar, somente, o poder masculino” (LOFORTE, 2003, p. 10). Assim, ela mostra que as mulheres detêm o que ela denomina como “lugares de poder” (LOFORTE, 2003, p. 20).

Além das questões de gênero que constituem o núcleo central das suas investigações, outras preocupações estão bastantes presentes em seus trabalhos, como por exemplo as dinâmicas urbanas, as migrações,³⁴⁰ parentesco,³⁴¹ etnicidade e identidades sociais, poder e gestão de recursos pelas mulheres, saúde e doença, saúde sexual e reprodutiva, feminismos, direitos das mulheres e violência contra a mulher em Moçambique.

Dos quatro filhos que os pais tiveram - três filhas e um filho, o mais velho - Ana Loforte é a mais nova. Como ela própria narra em entrevista, a sua infância não foi muito fácil, tendo em conta o contexto em que nasceu de exacerbação do colonialismo em África e em Moçambique, em particular (como reação aos movimentos independentistas africanos que se organizavam para enfrentar e derrubar o regime), mas também, como a maioria das pessoas provenientes de famílias, digamos assim, de origem popular³⁴² e não assimiladas:³⁴³

(...) infelizmente no período em que eu nasci foi de vida difícil para a minha família, para o meu pai que estava desempregado. Então, foi muitas vezes a minha mãe que dentro das próprias estratégias de sobrevivência que as mulheres desenvolvem para fazer face ao dia-a-dia, aos problemas, fazia negócios, fazia bolos. A determinada altura o meu pai foi para uma tentativa de emprego no Xai-Xai³⁴⁴ e mandava determinados produtos, que na província onde eu nasci, Inhambane, careciam. Era muitas vezes o negócio que a minha mãe fazia que permitia alguma renda para a compra de produtos alimentares e para podermos inclusivamente pagar os estudos, meus e dos meus irmãos mais velhos. Portanto, os primeiros anos da minha infância foram muito difíceis, de muita luta, muita batalha. Foi um pouco a inspiração que eu tive desta luta desenvolvida pela minha mãe, que me levou anos mais tarde, talvez ainda não de forma muito consciente, a valorizar a contribuição das mulheres para a economia familiar e a luta que elas desenvolvem no dia-a-dia para criar os seus próprios filhos (Entrevista, 2017).

³⁴⁰ Os processos de migração, são para Loforte (2003, p. 20) indutores de mudanças, “quer para os próprios migrantes, quer para os locais de origem ou destino: afetam-se as estruturas demográficas, a vida social, cultural e econômica das populações”. Por isso constitui um aspecto importante de suas análises, uma vez que suas reflexões procuram dar conta de processos de transformação social.

³⁴¹ Esta constitui uma categoria analítica central de análise de famílias e outras pluridimensões da vida social em Moçambique (ANDRADE *et al.*, 1998; LOFORTE, 2003). Como observou Andrade *et al.* (1998, p. 24) “em Moçambique, onde o fenómeno da guerra e a gravidade da crise econômica atingiram a estabilidade das estruturas familiares, o parentesco cumpre uma função de absorção e readaptação, tanto ao nível da proteção “simbólica” (conselhos, socialização das crianças, etc.) como ao nível da proteção material (através da ajuda direta em bens, apoio aos familiares emigrantes e emprego) ”.

³⁴² Por *famílias de origem popular* refiro-me aqui àquelas econômica e materialmente empobrecidas e que enfrentam dificuldades cotidianas para a sua reprodução social.

³⁴³ Lembrando que esta é uma categoria jurídica colonial, criada para distinguir os nativos considerados educados e próximos da cultura portuguesa dos considerados não educados, tribais e atrasados que precisavam ser civilizados pelos brancos europeus.

³⁴⁴ Cidade capital da Província de Gaza, no Sul de Moçambique.

Fica evidente neste fragmento, não só o contexto sociocultural, econômico e familiar no qual a antropóloga Ana Loforte cresceu, mas também, o quanto a experiência de sofrimento por ausência de condições condignas, econômicas ou materiais e as lutas da sua mãe pela sobrevivência familiar, marcaram subjetivamente e de forma profunda a sua trajetória de vida e de formação acadêmica, ainda que, como ela própria informa, a tomada dessa consciente seja uma construção posterior. Apesar do lugar central que as mulheres ocupam no cotidiano, na reprodução social e econômica da vida familiar, sendo elas muitas vezes que garantem o sustento das famílias, persiste ainda hoje, uma invisibilização desta centralidade, como os trabalhos da própria Ana Loforte, da socióloga Isabel Casimiro³⁴⁵ e outras acadêmicas e acadêmicos moçambicanos muito bem mostram.

As dificuldades da família de Loforte, acima apontadas, duraram até aos seus 10 ou 11 anos, altura em que seu pai conseguiu um emprego na cidade de Maputo, na então cidade Lourenço Marques e toda a família migra de Inhambane para a capital do país. Essa situação melhorou razoavelmente a condição anterior e levou os pais a incentivarem seus filhos a estudar como estratégia para superar a pobreza: “Eu e os meus irmãos viemos viver para Maputo e, aqui as coisas melhoraram um pouco. Os meus pais sempre incentivaram a estudar, não só a mim como aos meus irmãos” (Entrevista, 2017). Loforte explica que os seus pais “não eram pessoas que ao nível da educação familiar tivessem tido muitos estudos”, mesmo assim, “o meu pai dizia-nos sempre que o mais importante é estudarmos, fazer o curso para que pudéssemos brilhar na vida” (Entrevista, 2017).

As migrações na história do país³⁴⁶ e de muitas famílias moçambicanas são um fenómeno comum. Elas ocorreram e ainda ocorrem nos dias de hoje por motivações diversas. Mas, um aspecto recorrente é que muitas vezes as pessoas ou famílias são forçadas a migrar por motivações econômicas, o caso da família de Ana Loforte, outras vezes, motivadas por conflitos familiares ou guerras provocadas por instabilidades políticas, entre outras razões.

Os incentivos dos pais de Ana Loforte não foram suficientes para fazer com que seu irmão mais velho e suas irmãs igualmente mais velhas se formassem. Assim, ela foi a única na

³⁴⁵ Ambas pioneiras dos estudos de gênero em Moçambique.

³⁴⁶ Ana Loforte observou no contexto da sua pesquisa de doutorado que no período entre 1970 e 1987, por exemplo, “a mudança do campo para a cidade significou, para a maioria dos habitantes do bairro [no qual realizou a pesquisa], a participação num novo sistema económico, a utilização de novas práticas de trabalho, como lugar de estratégias familiares ou individuais para a produção de bens destinados à sobrevivência. Ao invés de apenas explorarem os recursos agrícolas e os existentes na mata envolvente, foi-lhes necessário encontrar outro tipo de recursos, outro tipo de situação social, outras redes e outros saberes” (LOFORTE, 2003, p. 138).

sua família que conseguiu se formar ao nível do ensino superior, como é também comum acontecer em muitas das famílias em Moçambique:

O meu irmão mais velho frequentou o ensino superior, mas depois não concluiu, porque, entretanto, decidiu que queria casar e ter filhos, contra a vontade dos meus pais, mas lá seguiu aquilo que ele queria fazer. As minhas outras irmãs ficaram no nível secundário e digamos que eu fui a pessoa que teve a oportunidade, mas também, sempre o apoio dos pais para poder ingressar no ensino superior e depois ter uma carreira académica. Sempre com muito incentivo, com muito apoio, com muito elogio por parte da minha família, que de fato considerava que era o mais importante na vida, ainda que sendo uma mulher, e tendo em atenção que naquela altura, bem antes da independência, ainda havia muita esta ideia de que o lugar da mulher é em casa, a mulher tem que se preparar é para ficar em casa, ser uma boa esposa, ser uma boa mãe, mas felizmente eu tive este ambiente que incentivava a formação, considerando que eu era a porta de entrada para uma vida melhor (Entrevista, 2017).

A importância da família, as questões de género e subjetividade aparecem com bastante evidência na narrativa de Ana Loforte. Em meio a um contexto de dificuldades e de pobreza material, havia também, como a narrativa mostra, estímulos familiares para que pudesse estudar e se formar com sucesso. Concluído o bacharelato e integrada já na Universidade Eduardo Mondlane, concretamente no Centro de Estudos Africanos, Ana Loforte trabalhou com a etnóloga portuguesa Maria Leonor Corrêa de Mattos, que como apontei no capítulo II deste trabalho, realizou uma série de pesquisas etnográficas e publicações acerca dos *Chopi* (um grupo étnico do Sul de Moçambique). Segundo Loforte, essa pesquisadora:

(...) considerava que tinha chegado a altura de integrar também alguns moçambicanos, alguns investigadores, nesta tarefa que ela fazia no campo, da investigação no terreno, e convidou-me para trabalhar com ela na província de Inhambane onde ela fazia recolha de tradições orais, também etnografia que ela desenvolvia na zona. Foi assim, através desse convite, que me iniciei nestes estudos sobre os aspectos culturais, as questões da tradição oral, mais ligado à História dos povos de Moçambique (Entrevista, 2017).

Passados dois anos de trabalho conjunto, Corrêa de Mattos volta para Portugal, mas a semente da curiosidade de fazer trabalho de campo e conhecer um pouco mais sobre as tradições culturais, sobre os modos de vida das populações, estava plantada em Ana Loforte. Desejando continuar os seus estudos ao nível da licenciatura e tendo que fazer uma monografia, Loforte precisou fazer trabalho de campo, que lhe abriu uma oportunidade de bolsa de estudos para França, na Universidade de Paris 8, onde realizou uma especialização ligada à Antropologia. Assim, faz depois o trabalho de campo na zona norte de Inhambane, sobre a migração dos trabalhadores moçambicanos para as minas da África do Sul e o impacto sobre as mulheres. Ela analisa no seu trabalho sobre as mulheres (desses homens migrantes) que ficavam em

Moçambique com uma série de responsabilidades e atividades, que iam desde a educação dos filhos, a tomada de decisões no dia-a-dia, na ausência dos maridos, assim como, a utilização dos bens que seus maridos migrantes enviavam ou traziam quando viessem de férias e o impacto que tudo isto tinha sobre o modo de vida dessas mesmas mulheres.

Estes foram os primeiros trabalhos de caráter etnográfico que Ana Loforte começava a desenvolver, muito influenciada pelo aprendizado com Maria Leonor Corrêa de Mattos. Loforte aponta duas motivações que a levaram a pesquisar sobre a migração desses homens e o impacto no modo de vida das mulheres em Inhambane. Primeiro, porque se tratava de realizar um trabalho de campo na província em que nasceu e por influência do antropólogo francês Christian Geffray com o qual fez pesquisa de campo e, segundo, porque o trabalho de campo fez emergir essa problemática como evidencia a sua própria narrativa:

Inhambane é a província onde eu nasci e conhecia, entendia, embora não fluentemente, mas falava a língua, portanto, era fácil conseguir dialogar com os meus informantes. Por outro lado, através da influência que eu tive do antropólogo Christian Geffray,³⁴⁷ que a partir dos anos 1980 vem trabalhar para Moçambique. Fizemos conjuntamente um trabalho de campo³⁴⁸ neste mesmo local, em Vilanculo, e parte do material que eu pude recolher e analisar também decorreu deste trabalho de campo que eu realizei com ele. E, porque os migrantes? Porque este trabalho, inicialmente nem era tanto sobre processos migratórios, mas, verificamos que havia uma influência muito marcante da ausência dos homens nos agregados familiares e todo um desenvolvimento de estratégias de sobrevivência diárias por parte das mulheres, para fazer face a esta ida dos homens para as minas da África do Sul. Do ponto de vista do estatuto destas mesmas famílias, notava-se uma diferenciação grande, relativamente àquelas famílias cujos chefes de agregados permaneciam no local, numa zona de atividade econômica pesqueira, com pouca prática da agricultura (devido as secas constantes), portanto, a vida das famílias era difícil. Enquanto que aquelas que tinham o rendimento proveniente dos migrantes tinham, em termos econômicos, um estatuto mais elevado (Entrevista, 2017).

Foi assim que os estudos de gênero entraram na trajetória de Ana Loforte. Este excerto mostra como a sua trajetória de formação acadêmica não se resume aos estudos nas Universidades por onde passou, mas o quanto foi influenciada por colegas antropólogos/as vindos tanto de Portugal como da França, que com ela trabalharam em pesquisas de campo em Moçambique, e pela realidade social concreta em sua própria vida, assim como em campo de pesquisa. Também, fica evidente nesta narrativa o quanto o contexto social de sua vivência marca sua constituição subjetiva e influência de maneira profunda a sua trajetória de formação

³⁴⁷ Antropólogo Francês que realizou pesquisas antropológicas no norte de Moçambique voltadas às questões sobre família, parentesco, guerra e política. Geffray assim como Ana Loforte, trabalhou com Eduardo Medeiros no início das suas pesquisas em Moçambique dos anos 80 (CONCEIÇÃO, 2007, p. 95).

³⁴⁸ Na análise da vida e obra de Christian Geffray, Rafael da Conceição (2007, p. 95), refere-se a esse trabalho conjunto que tanto Ana Loforte, como ele, como próprio realizaram com Geffray nos anos 80.

antropológica. Porém, outras experiências além das expostas acima vão influenciar decisivamente seu percurso:

Para além desses trabalhos, eu participei numa pesquisa do próprio Centro de Estudos Africanos sobre “O Mineiro Moçambicano”.³⁴⁹ Como eu disse, nós fazíamos parte de antigos estudantes do professor Ganhão, primeiro Reitor da Universidade [Eduardo Mondlane] depois da independência. Eu estive também na província de Inhambane, em Homóine, onde pude obter alguma informação sobre a temática da migração para a África do Sul. Sempre interessada em ver o papel que as mulheres tinham a nível dos agregados familiares, no sistema de parentesco patrilinear, onde é marcante a presença dos membros da família do marido, uma vez que as mulheres ao casarem vão viver junto da família do marido. Que margem de manobra, no dia-a-dia, as mulheres tinham para tomar decisões, vivendo em agregados patrilocais, com forte presença da sogra, das cunhadas? Como é que isto, em termos das próprias relações de poder se manifestava e que influência é que isto tinha em termos de poder que pudesse ser exercido pelas próprias mulheres? Então, pouco a pouco, começou a surgir esta inquietação [risos], sobre as relações de poder ao nível da família, o papel das mulheres (...) depois outras influências surgiram, outros estudos, outros trabalhos de consultoria. Trabalhei com a professora Isabel Casimiro em muitas consultorias [solicitadas] por parte da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), interessada em ter informações sobre a situação das mulheres em Moçambique (situação atual e econômica). Uma série de trabalhos que fomos desenvolvendo de investigação e de consultorias. Era necessário desenvolver, numa altura em que se considerava importante ter maior conhecimento sobre estas matérias (Entrevista, 2017).

Como se pode notar, há várias redes de influências na trajetória de Ana Loforte, de colegas e pesquisadores/as nacionais, do então reitor da UEM que foi igualmente seu professor e colegas como Isabel Casimiro, instituições, entre outros/as, com os/as quais trabalhou e/ou continua trabalhando. Durante a pesquisa de campo no Arquivo Histórico de Moçambique, que realizei com Vera Gasparetto, encontramos vários trabalhos/ textos que Ana Loforte referiu em sua narrativa, assinados por ela, por Isabel Casimiro e outros/as pesquisadores/as ainda nos primeiros anos da independência, voltados ao estudo da mulher moçambicana naquele contexto. Ao perguntamos-lhe como Ana Loforte olha hoje para a sua trajetória e avalia sua contribuição para o campo dos estudos de gênero em Moçambique, respondeu o seguinte: “Bom, se eu quiser fazer uma avaliação eu poderei [riso] (...) sem dizer que é uma falsa modéstia, digamos assim [risos], eu acho que acabamos sendo as pioneiras, não é. Eu, a Isabel e outras colegas que também realizaram esses mesmos estudos” (Entrevista, 2017).

Loforte considera que ela e outras colegas da sua geração, em seus trabalhos coletivos, conseguiram, “pelo menos, trazer ao de cima e dar uma certa visibilidade ao papel desempenhado pelas mulheres ao nível das famílias”. Porque, nessa altura: “havia a ideia, a

³⁴⁹ Luís de Brito (2011, p. 2) considera o livro resultante desta pesquisa, com o mesmo nome, “obra-mãe das Ciências Sociais em Moçambique”.

percepção de que as mulheres deviam participar no desenvolvimento do país. Isto era o slogan do dia-a-dia e dava a ideia de que toda esta contribuição que ela já dava não era considerada realmente uma participação grande a nível do desenvolvimento do país”. Assim, ela defende:

(...) penso que a contribuição que nós fomos dando, os estudos que fomos realizando, os resultados desses estudos, trouxeram muita informação no sentido de dizer que a mulher já participa neste desenvolvimento de forma bastante ativa. O que não existe é um reconhecimento dessa mesma participação, desse mesmo trabalho. Não há uma partilha dos benefícios do próprio processo com as mulheres. Muitas vezes o discurso ao nível do próprio partido, da Frelimo era de fato da emancipação da mulher, participação da mulher que vinha desde a luta. Mas não havia este reconhecimento e em termos de partilha dos benefícios desta mesma participação, não existia a parte das mulheres.³⁵⁰ Eu penso que foi importante o que nós fizemos, como entrevistas com as mulheres das cooperativas que existiam na periferia da cidade de Maputo, onde pudemos trazer muita informação sobre a participação destas mulheres na produção agrícola na periferia, que alimentava de fato a cidade de Maputo e outras cidades. E como essa presença das mulheres nas cooperativas permitia inclusivamente os estudos dos próprios filhos, porque havia creches, havia escolinhas para as crianças, como é que isto também contribuía para a própria educação das crianças e a ocupação por parte da mulher de espaços que traziam alguma renda, algum benefício para a família, embora seja uma atividade agrícola que existe, que elas já exerciam e exercem, mas que trazia outros tipos de proveitos e benefícios e uma certa liderança por parte das mulheres (Entrevista, 2017).

Através desta tentativa de reconstrução da trajetória de vida, formação e produção acadêmica de Ana Loforte, que procurei sintetizar aqui, não restam dúvidas do porquê de ela ser considerada uma referência histórica no campo da Antropologia e dos estudos de gênero em Moçambique. O percurso de Loforte também permite compreender, de onde vem os interesses temáticos que ela aborda em suas pesquisas, as questões da migração urbana, de gênero, de poder, de gestão de recursos, entre outros, que estão bastante ligados à história da sua própria família e trajetória pessoal.

A importância de Ana Loforte no cenário da Antropologia nacional e particularmente da UEM foi visível em 2012, aquando da sua “última lição” intitulada *Antropologia em Moçambique: notas de um percurso*, na qual foi homenageada e da qual participei. Loforte falou nessa ocasião do seu percurso e contribuição para a Antropologia nacional. O reconhecimento do seu trabalho pôde ser observado na expressão dos seus colegas de Departamento e antigos alunos. José Teixeira (2014),³⁵¹ escreveu e reconheceu num breve texto

³⁵⁰ Sobre este aspecto Isabel Casimiro defende na introdução ao seu livro *Paz na terra, Guerra em casa...*, que “a cidadania que os homens nacionalistas outorgaram às mulheres, como ‘recompensa’ pela sua participação na luta armada, foi uma cidadania incompleta, ‘fragmentada’ e ‘mínima’” (CASIMIRO, 2004, p. 23).

³⁵¹ Antropólogo português que por muitos anos trabalhou em Moçambique e no DAA, colaborando na formação de novas gerações de antropólogos moçambicanos, na consolidação do curso e da disciplina no país e do qual fui aluno.

publicado em seu *blog ma-schamba*, intitulado “Ana Loforte e a Antropologia em Moçambique”,³⁵² o pioneirismo e incontornável referência que é Ana Loforte para a história da Antropologia nacional, ainda que como ele próprio sublinhou, “nela não se esgote”. Emídio Gune, ex-aluno e igualmente colega de departamento de Ana Loforte, proferiu em nome do coletivo de colegas as seguintes palavras: “queremos que o mundo saiba que a professora é uma excelente profissional”.³⁵³ Este trabalho de reconstituição de percursos de antropólogas e antropólogos desta e das gerações subsequentes de moçambicanos, é uma tentativa de contribuir para tal visibilidade das suas produções.

Assim como Ana Loforte, outras figuras importantes no processo de afirmação e consolidação da Antropologia em Moçambique: Alexandre Mate, Maria José Arthur e Rafael da Conceição, são algumas delas. Na sequência apresento a trajetória de Alexandre Mate, depois Maria José Arthur e finalizarei com Rafael da Conceição e uma reflexão analítico-sistemática de alguns elementos que vejo como comuns e diferentes entre os componentes desta geração.

7.2 ALEXANDRE MATE

Quem me mobilizou a vir para aqui foi a Doutora (...) Paula Meneses, aconselhando-me a trabalhar com a Doutora Ana Loforte.

Alexandre Mate nasceu em 1956 na localidade de Nhacutse, província de Gaza, também situada na região Sul de Moçambique. No mesmo ano, passa a viver com uma tia no bairro Luís Cabral (conhecido como *Xinhembanine* no tempo colonial), na periferia da então cidade de Lourenço Marques, atual Maputo. Mate é filho de pai mineiro e mãe camponesa. Nasce numa altura em que seu pai trabalhava como mineiro na África do Sul. Como a narrativa (e os estudos iniciais) de Ana Loforte acima descrita aponta e, igualmente, os estudos realizados por outros pesquisadores,³⁵⁴ era (e continua) comum, os homens do contexto rural do Sul de Moçambique, sobretudo, migrarem para as minas daquele país vizinho ou para as cidades, e as mulheres permanecerem no local de origem (PAULO, 2018, p. 4) e assumirem as

³⁵² In: <https://ma-schamba.blogs.sapo.pt/tag/ana+loforte>.

³⁵³ In: <https://ma-schamba.blogs.sapo.pt/tag/ana+loforte>.

³⁵⁴ O clássico trabalho realizado pelo CEA - O Mineiro Moçambicano, referência nessa matéria.

responsabilidades sociais e econômicas da família, ou seja, tornavam-se *chefes* do agregado familiar, cabendo a elas a tomar decisões sobre o cotidiano.

A migração interna de Alexandre Mate, da localidade em que nasceu para Lourenço Marques, está associada a razões econômicas e familiares. Assim como Ana Loforte, Mate, é proveniente de uma família que chamei de origem popular. Todo o processo de sua escolarização, do ensino primário ao superior ocorreu em Maputo. Mate fez parte da chamada “geração 8 de março” que surgiu de uma decisão tomada no III Congresso da Frelimo em 1977, da “necessidade de formação rápida de quadros para todos os sectores da vida social e económica, como forma de assegurar a normalização da vida em todo o país” (GUEBUZA, 2004).³⁵⁵ A falta de quadros formados, tinha sido agravada pelo abandono forçado dos portugueses, que ocupavam as várias instituições e funções. É na sequência desses acontecimentos que um grupo de jovens moçambicanos foi instado a responder ao chamado da pátria para a reconstrução nacional.

Ainda sobre o assunto da “geração 8 de março”, Alípio Siquisse, um dos meus entrevistados que aparece como parte da segunda geração de antropólogos na sequência, fez igualmente parte desta geração e, refere sobre esta questão, que “com o Presidente Samora o que contava muitas das vezes não era a área de preferência, mas a área para a resolução dos problemas que haviam nessa altura” - que consistiam na falta de professores, gestores, entre outros. Siquisse argumenta que, o 8 de março (diferente da geração 25 de setembro de 1964),³⁵⁶ não foi voluntário, não foi coisa pacífica, foi um recrutamento obrigatório, uma imposição, uma emergência que levou a reorientação desses jovens para áreas que eram consideradas naquele momento do país prioritárias, independentemente dos seus desejos e vontades (Entrevista, 2018).

A formação desta geração foi condicionada pelo governo, sem qualquer possibilidade de escolha (COSTA, 2007; 2012). Sobre isso também referiu Maria Paula Meneses no capítulo III, deste trabalho. Alguns jovens dessa geração, assumiram cargos e responsabilidades políticas, econômicas e sociais a vários níveis, imbuídos de um sentido patriótico, com o objetivo de conduzir o país ao desenvolvimento e bem-estar dos moçambicanos.

³⁵⁵ <http://www.macua.org/Geracaode8deMarco.htm>.

³⁵⁶ Início oficial da guerra de libertação de Moçambique.

Depois do 8 de março, Mate faz o curso de Geografia³⁵⁷ na UEM e na sequência é designado para trabalhar na província de Nampula, no distrito de Eráti-Namapa, Norte do país, durante um ano (1978-1979). No ano seguinte, na cidade de Nampula (1979-1980). Retorna a Maputo e à UEM onde faz o bacharelato em História e Geografia. Segundo Mate, estudar na Universidade nessa altura era muito diferente da atualidade: “havia muito pouca gente, as turmas eram menos numerosas que agora, a maioria dos professores eram russos e poucos moçambicanos” (Entrevista, 2018).³⁵⁸

Concluído o bacharelato, fica como docente de História primeiro na Faculdade de Educação da UEM e depois, na Faculdade de Antigos Combatentes e Trabalhadores da Vanguarda (FACOTRAV). Faz a sua Licenciatura em História no então Instituto Superior Pedagógico (atual Universidade Pedagógica), com um trabalho de fim do curso sobre a problemática da alimentação e agricultura em Moçambique: *A Transformação dos Sistemas Alimentares em Moçambique: o caso do distrito do Eráti, 1930-1960* (1990). Sobre a escolha do tema do trabalho de conclusão do curso, Mate refere que o seu orientador: “(...) achou que o que eu queria escrever estava muito ligado à Antropologia, então ele reorientou-me a escrever uma tese sobre as transformações alimentares em Moçambique”. Ele queria, diz Mate, “que eu fizesse o caso de Nampula Oriental, mas eu achei muito grande, nunca tinha estado lá, então achei melhor trabalhar sobre o Eráti-Namapa, eu conhecia a zona e tinha estado lá” (Entrevista, 2018).

A ideia de escrever sobre o tema, emergiu igualmente da experiência pessoal de Alexandre Mate, resultante do seu desagrado com a situação social de Eráti-Namapa no período em que lá esteve como professor. Assim ele narra: “Aquele era um distrito na altura muitíssimo pobre, as pessoas andavam seminuas, comia-se muito mal, a base da alimentação era a mandioca”. Entretanto, “é um distrito que é um grande produtor de algodão, mas no meio daquilo tudo, tinha-se uma situação de nudez que era um caso concreto, então isso comoveu-me muito a escrever sobre aquilo” (Entrevista, 2018).

Concluído o curso, passa a trabalhar no Departamento de Arqueologia e Antropologia a partir de 1991/2. Nessa altura, não tinha ainda feito nenhum curso ligado à Antropologia, mas,

³⁵⁷ A formação nessa área (como professor do ensino básico), como entrevistado conta, não foi sua escolha, mas condicionada pelas circunstâncias do momento histórico em que o país vivia.

³⁵⁸ Alguns dos professores citados por Mate que estavam já na Universidade: Carlos Serra, Ana Loforte, Miguel da Cruz são alguns nomes.

o seu trabalho teve orientação do antropólogo português Eduardo Medeiros,³⁵⁹ que foi de 1976 a 1998³⁶⁰ docente e investigador na UEM, UP e no Centro Regional de Desenvolvimento Sanitário em Moçambique.³⁶¹

Mate entra para o DAA mobilizado pela antropóloga Maria Paula Meneses:³⁶² “Quem me mobilizou a vir para aqui foi a Doutora, conheces, a Paula Meneses, aconselhando-me a trabalhar com a Doutora Ana Loforte”. Mate conhecera-se com Maria Paula Meneses no então Liceu Salazar, tendo o bom relacionamento e amizade que desenvolveram desde então influenciado para a sua entrada no DAA. Na homenagem que lhe fizeram em 2017, pelo DAA e FLCS/UEM, no âmbito da sua aposentadoria, Alexandre Mate profere as seguintes palavras: “(...) por mim, quem deveria merecer esta homenagem neste preciso momento é (...) a minha colega e grande amiga Maria Paula Meneses, que foi uma das minhas integradoras dentro do departamento e a quem devo muito o trabalho que acabei fazendo com os outros que comigo caminharam até aqui”.³⁶³

Após sua entrada no DAA, Alexandre Mate realiza os seus primeiros trabalhos de pesquisa de campo com Ana Loforte no bairro de Laulane na periferia de Maputo.³⁶⁴ Fica aqui evidente a importância que as colegas tiveram em sua trajetória, que uma leitura comprometida com uma perspectiva de gênero, como esta, não poderia deixar de atentar. As mulheres na Antropologia em Moçambique, ainda que em menor número tiveram um papel fundamental na constituição da história da disciplina.

No âmbito do ensino de Antropologia, Mate iniciou-se como assistente de Ezequiel Gwembe: “(...) comecei a dar aulas aqui como assistente do Doutor Gwembe (que era padre), na Faculdade de Direito,³⁶⁵ isso em 1992”. Mas, quando Gwembe saiu do DAA, conta: “(...) tive que ficar sozinho. Então, daí para frente tinha que dar aulas sozinho [Riso] (...). Dei aulas no Direito até mais ou menos lá para 2000. Porque nós tínhamos uma cadeira de Antropologia no Direito”. Da experiência como assistente: “gostei de trabalhar com padre Gwembe. Aprendi

³⁵⁹ Segundo Mate (2018), Medeiros era quase que “dono” da disciplina de Antropologia no então ISP: “Ele dava Antropologia a todos os cursos, porque a instituição estava ligada à educação (...)”. Aqui fica também evidente o papel da Antropologia na formação de professores ou educadores no país.

³⁶⁰ Deste ano é docente na Universidade de Évora, Portugal.

³⁶¹ <https://www.wook.pt/autor/eduardo-medeiros/43367>.

³⁶² Atualmente investigadora coordenadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Portugal.

³⁶³ Do meu arquivo pessoal com gravações da homenagem.

³⁶⁴ Que resultou na tese de doutorado de Ana Loforte.

³⁶⁵ Nessa altura, o ensino da Antropologia ocorria apenas nos cursos de graduação em Direito e, também em História. Não havia ainda graduação em Antropologia.

os meus primeiros passos dentro da Antropologia com ele, da mesma forma que gostei de trabalhar com a prof. Ana Loforte no domínio da pesquisa (...)” (Entrevista, 2018). Além de assistente de Gwembe, Mate assistiu a outros antropólogos estrangeiros que contribuíram para a formação de novas gerações de antropólogos (e cientistas sociais) em Moçambique, nos primeiros anos, como por exemplo, a antropóloga brasileira Yvonne Maggie.

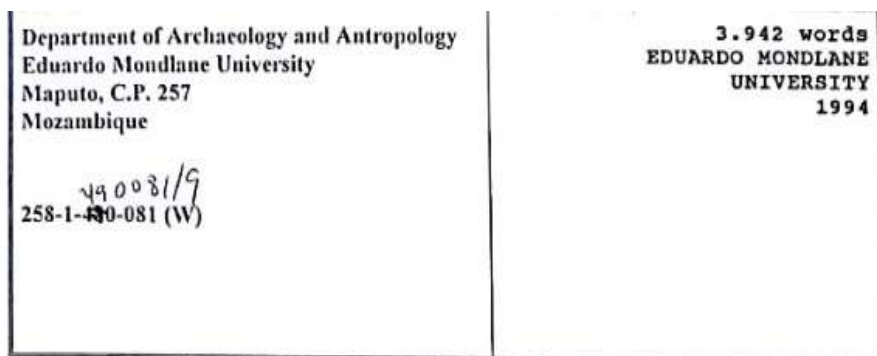
Em 1997, Mate concluiu o mestrado em Antropologia pela Universidade de Manchester, no Reino Unido, com uma dissertação sobre *Cotton Plantation and its Impact on Rural Livelihood in Mozambique. The Case of Nampula Province*,³⁶⁶ sob a orientação de Maia Green. A produção acadêmica (e no âmbito das consultorias) de Mate, como todos os colegas da sua geração, foi inicialmente condicionada pelo contexto de revitalização da disciplina (nos meados de 1980) em Moçambique (ZONJO, 2017).

Em razão desse contexto, a sua atenção voltou-se a dois campos de investigação: o primeiro relativo às questões do comportamento sociocultural das populações no país, bem como, à necessidade prover conhecimentos aprofundados sobre a realidade moçambicana, tendo em conta as rápidas transformações sociais, econômicas e políticas que o país conhecia e as consequências destas para as populações. Assim, as suas pesquisas giraram em torno das sociedades costeiras, da alimentação, dos processos de inserção da escola na comunidade, sobre a pobreza, sobre o vale do Zambeze, entre outros. O seu segundo campo de intervenção e contribuição voltou-se às questões históricas e metodológicas das Ciências Sociais, da Antropologia em particular (ZONJO, 2017).³⁶⁷ Abaixo segue a capa de um dos projetos de pesquisa realizado por Alexandre Mate e seus colegas do DAA (Ana Loforte, Maria José Arthur e Rafael da Conceição):

³⁶⁶ Que pode ser traduzida como: *Plantação de algodão e o seu impacto no sustento rural em Moçambique: O caso da província de Nampula*.

³⁶⁷ Intervenção no âmbito da homenagem à Alexandre Mate em 2017: <http://www.flcs.uem.mz/index.php/noticias/84-departamento-de-arqueologia-e-antropologia-homenageia-alexandre-mate>.

Figura 13 - Sistema de Produção Costeira: Gestão e acesso a recursos da costa e marítimos



COASTAL PRODUCTION SYSTEM:

MANAGEMENT AND ACCESS TO THE COASTAL AND MARITIMES RESOURCES

PROJECT OF THE ANTHROPOLOGICAL RESEARCH FOR THE BINARY 1995 & 1996

Participants:

Alexandre Mate
Ana Loforte
Maria José Arthur
Rafael da Conceição

MAPUTO, 1994

Fonte: Departamento de Arqueologia e Antropologia.

Mate dedicou cerca de 35 anos de trabalho à Universidade. Além de professor e investigador, assumiu também funções de gestão, tendo chefiado a Secção de Antropologia do DAA de 1994 a 2000 e, depois, o próprio departamento durante 17 anos, de 2000 a 2017. Nesse percurso, tornou-se também membro do Conselho Acadêmico e do Conselho de Direção da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, o que evidencia sua capacidade e experiência no âmbito da gestão universitária.

Desde o período em que entrou para o departamento e, também da gestão do mesmo, Mate contribui não só para a consolidação da Antropologia na UEM, mas também, da Arqueologia. Foi durante a sua gestão que se introduziu o curso de graduação nesta última área, fruto de um trabalho coletivo, sob a sua gestão. Em 2017, Mate se aposentou, atuando agora como colaborador. Em entrevistas de colegas do departamento, Alexandre Mate é descrito como um profissional exemplar, especialmente no que respeita à gestão. A antropóloga Sandra Manuel, por exemplo, refere nesse âmbito: “o professor Mate (...) é um ótimo líder, no sentido de gestão de expectativas, gestão de oportunidades. É uma pessoa bastante apaziguadora e com espírito de reunir e não dividir. Então, é daquelas pessoas que se sacrifica, ele próprio, pela causa do outro (...) ele fazia e acho que fez para toda gente” (Entrevista, 2018).

As qualidades de Mate são igualmente reconhecidas pela antropóloga Esmeralda Mariano, que relatando sobre o processo da sua entrada no DAA, refere: “as portas foram abertas pelo Professor Alexandre Mate, que carinhosamente me acolheu e prontamente fez as diligências para minha contratação como docente na categoria de assistente estagiária” (PIMENTA E MOUTINHO, 2017, p. 17).

No âmbito da última lição de Alexandre Mate, realizada em novembro de 2017, marcando simbolicamente o ritual de passagem para a sua aposentadoria, evento no qual foi homenageado e do qual tive a honra de participar, o antropólogo Johane Zonjo, na sua intervenção, na qualidade de ex-aluno e colega, referiu que o professor Alexandre Mate deixa como legado às gerações mais jovens de antropólogos e à comunidade académica no geral, lições gratificantes de gestão universitária, construção, implantação do curso de Antropologia e formação de gerações de profissionais na área em Moçambique, que deve ser continuada, lega também, a riqueza da calma, a capacidade de escuta, humildade, sabedoria, apoio ao próximo, valorização e reconhecimento do trabalho coletivo, “sem abocanhar indevidamente autorias, nem falas, mas repartindo-as como produto colectivo mesmo quando o mérito seja exclusivamente dele”, “deixa nos lições de respeito pelo outro, sem distinção de cor de pele, grau académico, categoria profissional, afinal somos todos apenas pessoas, somos todos humanos e mortais” (ZONJO, 2017).³⁶⁸

Ainda nesta ocasião, Sandra Manuel, leu as notas de homenagem escritas e enviadas por José Teixeira. Nas suas notas, Teixeira reconhece igualmente a personalidade excêntrica de

³⁶⁸ Gravações em arquivo pessoal e também disponível em: <http://www.flcs.uem.mz/index.php/noticias/84-departamento-de-arqueologia-e-antropologia-homenageia-alexandre-mate>.

Mate: “...nunca egocêntrico sempre foi o reforço institucional, a defesa da nossa autonomia universitária, intelectual e assim também política”, “e na sua aparente gentileza, Mate nem é homem de dizer vão lá ler o que fiz, mas sempre de dizer vão lá fazer que eu lerei”, “Ele é uma grande personagem apesar de nunca o querer parecer” (TEIXEIRA, 2017).³⁶⁹ Alexandre Mate, assim como Ana Loforte e outros antropólogos/as desta geração, como muito bem observou Johane Zonjo, faz parte do primeiro momento dos “formadores dos formadores”, a “nata fina” (ZONJO, 2017).

7.3 MARIA JOSÉ ARTHUR

Para mim ficou sempre claro (...) que a igualdade ou ela é total ou não é! (...) Acho que daí vem muito do meu compromisso e do meu investimento com a questão dos direitos das mulheres.

Maria José Arthur é uma antropóloga feminista moçambicana e, assim como Ana Loforte, é também casada e mãe. Nasceu em 1960, na cidade de Quelimane, província da Zambézia, região central de Moçambique. Das cinco filhas de sua mãe e seu pai, é a terceira e a única formada em Ciências Sociais, as outras formaram-se nas áreas de engenharia mecânica e eletrotécnica, silvicultura e veterinária. Formou-se em História ao nível do bacharelato na UEM, em 1980 e realizou a graduação (1988) e o mestrado (1998) na Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais da Universidade de Paris 8 (França), na área de Sociologia (menção em Antropologia), considerando-se antropóloga.

Seu percurso como docente começa nos finais nos anos 1970. De 1977 a 1980, trabalhou como professora de História ao nível do ensino secundário em Maputo. Sua trajetória como docente do ensino superior teve início na década de 1980, na Faculdade de Educação da UEM, onde permaneceu de 1981 a 1983 como assistente-estagiária. Naquela altura, conta Arthur, esta Faculdade tinha como missão “formar de maneira acelerada professores de História e Geografia, Física e Química, etc.” (Entrevista, 2018). Portanto, não existia ainda nesse contexto a Universidade Pedagógica que depois assumiu essa missão. A UEM, como já relatei era a única Universidade para todo o país e a ela cabia a tarefa de responder aos desafios que

³⁶⁹ Gravações em arquivo pessoal e também disponível em: <http://www.flcs.uem.mz/index.php/noticias/84-departamento-de-arqueologia-e-antropologia-homenageia-alexandre-mate>.

se colocavam, especialmente em relação à formação de quadros para a educação do nível básica e secundário.

Em 1984 vai trabalhar na cidade da Beira, como professora do ensino pré-universitário e no ano seguinte é indicada para dirigir o então Núcleo do Projeto ARPAC (Arquivo do Património Cultural) ao nível da província de Sofala, vinculado ao então Ministério da Cultura (atual da Ministério da Cultura e Turismo). Nesta província trabalha de 1985 a 1987. Em 1988, é indicada para cumprir a mesma função em Maputo, trabalho que assumiu até 1990. De 1990 a 1992 assume a direção do Departamento de Investigação do Projeto ARPAC ainda em Maputo e concomitantemente a co-coordenação e execução de projetos de pesquisa em colaboração com o Programa Nacional de Controle do AIDS/DTS. Em 1993 retorna à UEM, contratada como docente, mas desta vez da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), afeta concretamente ao Departamento de Arqueologia e Antropologia, na categoria de professora assistente. De 1993 a 1996 lecionou Antropologia não só na FLCS, mas também, na Faculdade de Medicina. Neste mesmo período, colabora no projeto de pesquisa *Famílias em contextos de mudança* do CEA, que resultou inicialmente numa revisão de literatura em coautoria com Ana Loforte (1995) e depois, também num livro publicado em 1998 pela WLSA-Moçambique e Departamento de Estudos da Mulher e Gênero do Centro de Estudos Africanos da UEM.³⁷⁰

Entre 1996 e 1997, Maria José Arthur realiza o mestrado na França, com um projeto de pesquisa sobre a questão de *Género e cidadania: a emergência de um discurso feminino nos sindicatos em Moçambique. O caso dos Comitês da Mulher Trabalhadora na OTM e no SLIM*. Narrando sobre as suas experiências de deslocamento de Moçambique para a França nos meados de 1980 e, de vivência no contexto francês durante os períodos de seus estudos, Maria Arthur refere que encarou vários choques: “um dos maiores choques foi sair de Moçambique em 1986, no meio da maior carência, chegar na França e encontrar pacotes de arroz quebrado que lá chamavam - comida de cão - e em Moçambique era o que se comia” (Entrevista, 2018). Apesar desse e outros choques, diz Arthur:

³⁷⁰ Tendo como autoras Ximena Andrade, Ana Loforte, Conceição Osório, Lúcia Ribeiro e Eulália Temba. O grupo de investigação era coordenado por Eulália Temba (a nível nacional) e Ximena Andrade (era investigadora principal), Conceição Osório, Ana Loforte e Lúcia Ribeiro participaram como investigadoras associadas. Além disso, o projeto recebeu importantes contribuições de Isabel Casimiro, Maria José Arthur, Maria do Céu Reis, Terezinha Silva, Jaime Ganales, Luísa Chadraca, Osvaldo Joana e a participação de assistentes de investigação: Elisa Muianga, Agostinho Manganhela, Maria da Graça Natividade, Mateus Mutemba e António Matusse. Portanto, envolveu uma vasta equipe multidisciplinar de pesquisadores, como é habitual em muitos dos projetos nos quais antropólogas e antropólogos moçambicanos participam.

Tive uma experiência interessantíssima das duas vezes que eu morei lá, que foi de chegar e de apanhar greves estudantis. Então, eu passava metade do tempo na rua a protestar etc. Porque a gente entrava também, íamos para as assembleias de greve, vinham os professores falar, vinham os estudantes, vinham os sindicalistas e não era a única, tinham outros moçambicanos e para mim isto foi a vivência que mais me marcou para além das aulas. Esta vivência foi importantíssima. A gente chegou lá e havia um ministro francês (...) que queria qualquer coisa pagante nas Universidades e os estudantes saíram à rua, os professores saíram atrás dos estudantes e apoiaram, as pessoas nas ruas enquanto passava a manifestação tiravam panos pelas janelas, outros desciam e diziam é isso, força aí, foi uma experiência que eu não queria imaginar, do pessoal achar que não era só concordarem que a lei que o tal ministro queria passar era injusta, mas concordarem que os jovens, os estudantes tem direito à greve e a solidariedade que se criou imediatamente com todos (...) nesse aspecto tive uma experiência absolutamente incrível (Entrevista, 2018).

Já no âmbito do debate intelectual, a entrevistada lembra dos seminários que frequentou tanto na Escola de Altos Estudos, quando na Paris 8 onde estava inscrita como estudante. Na Escola de Altos Estudos, Arthur conta que havia um seminário fundado e orientado por Claude Meillassoux, que conhecera em Moçambique durante as visitas³⁷¹ de trabalho que o mesmo realizara no âmbito do projeto ARPAC. Mas que também, na Universidade de Paris 8: “havia muitos seminários, então foi um momento impressionante, a nível da Universidade foi esse espírito de debate (...) e foi e a possibilidade de participar nesses movimentos todos de rua (...)” (Entrevista, 2018).

Sobre as ligações do antropólogo Claude Meillassoux (e outros intelectuais, especialmente franceses com Moçambique), Arthur refere que:

No pós-independência, houve uma série de intelectuais de esquerda muito interessados com o projeto da Frelimo em Moçambique. Um deles foi esse antropólogo Claude Meillassoux, que era um indivíduo muito interessante na área de Antropologia Económica e que escreveu aquele livro - *Mulheres, Celeiros e Capitais* - onde discutia as trocas de mulheres, trocas de bens, muito interessante, muito esquemático. Hoje em dia há muita crítica ao Claude Meillassoux, mas penso eu que ele foi o arranque para pensar as coisas a partir de uma outra perspectiva. Esteve aqui também, por exemplo, a Catherine Coquery-Vidrovitch que era uma historiadora francesa também, que apareceu aqui interessada em ver e tal (...)! Olha, eu lembro que em 1977, o primeiro ano que eu estive na Universidade, conheci essas pessoas todas, conheci no sentido de que assistia as palestras, pessoas que eu ainda nem tinha ideia de quem eram, mais tarde é que eu disse ôh (...)! Por exemplo, Jean Suret-Canale é uma outra cabeça da Antropologia da Simbologia (...) foram momentos muito interessantes não é! (Entrevista, 2018).

Arthur argumenta em relação à Claude Meillassoux, que a sua ligação direta com Moçambique rapidamente se cortou por conta dos reassentamentos forçados das Aldeias Comunais/ operação produção: “(...) quando ele percebe aquele projeto todo ele cortou. Não

³⁷¹ Efetuadas três vezes ao país entre 1977 e 1985 (TEIXEIRA, 2020; CONCEIÇÃO, 2007).

escreveu (...)! Pela pessoa que ele era podia ter publicado,³⁷² ele ainda deu o benefício da dúvida porque deixou a coisa assim, mas manteve a ligação com Moçambique a partir, sobretudo, da Associação de Amizade Franco-Moçambicana” (Entrevista, 2018). Arthur relata ainda em relação à Meillassoux:

Então de alguma maneira, ele era o nosso patrono quando fomos estudar para Paris, mas eu conheci-o cá, em trabalho de campo, em estágios quando já estava no ARPAC. E depois, trabalhamos [isso ainda no âmbito do ARPAC] com Pierre Philippe Rey, que também é antropólogo social, com grande experiência em África. Claude Meillassoux era uma pessoa muito generosa e foi ele que fundou na Escola de Altos Estudos o Seminário sobre a África Austral. Esse seminário juntava todos os investigadores que estavam a estudar sobre a África Austral: África do Sul, Moçambique, Angola (...). Então apareciam pessoas de várias nacionalidades e que faziam parte deste seminário. Não era exatamente um seminário para estudantes, era mais um seminário de pesquisa e nós éramos convidados porque éramos estudantes de Moçambique, etc. Eram seminários semanais (Entrevista, 2018).

Ainda sobre a ida destes intelectuais à Moçambique, o antropólogo moçambicano Rafael da Conceição (2010) argumentou que, se Pierre-Philippe Rey, Claude Meillassoux, Jean Copans e Christian Geffray foram para Moçambique é porque havia um espaço de diálogo, embora houvesse conflitos entre a Antropologia e o poder naquele contexto. Rafael da Conceição continua sua argumentação afirmando que:

Os anos 1980 são o momento em que o marxismo se impõe nas ciências sociais, então todos os outros professores com quem nós tivemos relação muito mais longa, podíamos dizer também Georges Balandier e Emmanuel Terray, são desta escola. Era muito difícil de escapar. Não se tratava de uma influência ideológica porque havia uma diferença entre o que era o marxismo científico e o marxismo ideológico, e os franceses sempre fizeram esta distinção (In: JOSSIAS/DAA, 2010, p.13-14).

Retornando à Maria Arthur, em 1998 ela termina o mestrado e, no ano seguinte retorna à docência na FLCS/DAA onde trabalhou até 2003, quando se desliga da docência para se

³⁷² Na verdade, Claude Meillassoux (junto com Christine Vershuur na época cooperante em Moçambique) escreveu e denunciou a política adotada pela Frelimo revolucionária (ver CONCEIÇÃO, 2007, p. 88), sobretudo, em relação ao campesinato, como se pode ler no curto texto “*Les paysans ignorés du Mozambique*” In: **Le Monde Diplomatique**. p. 14-15, Outubro 1985. De acordo com José Teixeira (2020, p. 38) a denúncia de Meillassoux e Vershuur em relação ao rumo estatal moçambicano foi “de modo mais acirrado do que qualquer crítica avançada pela elite dos investigadores residentes, estrangeiros ou nacionais”. Esta elite fora criticada por Geffray (1988), “por seguidíssimo ao poder, produção e reprodução da versão oficial sobre os conteúdos do movimento nacionalista, e na afirmação de uma osmose entre partido governamental e a realidade social que reduzia o espectro da política à ligação entre população e o Frelimo” (TEIXEIRA, 2020, p. 38; ver também sobre esta crítica FRY, 2001; MACEDO, 2016). No referido texto de Geffray (1988, p. 59) pode se ler o seguinte em relação aos pesquisadores do CEA: “Deve-se prestar homenagem à coragem e a integridade de ativistas e pesquisadores cuja jornada pessoal frequentemente se confunde com a história dos movimentos nacionalistas, no acordar ou a serviço do qual eles trabalhavam. Além disso, enquanto as outras faculdades e departamentos da UEM [Universidade E. Mondlane] estavam enfrentando sérias dificuldades operacionais, não há dúvida de que a atividade científica do CEA durante esse período foi de longe a mais rica e animada” [tradução livre e pessoal do original em francês].

dedicar à pesquisa e ao ativismo na área dos direitos da mulher na WLSA-Moçambique, onde trabalha a tempo inteiro. Arthur conta em entrevista que, no caso das pessoas da sua geração e idade, foi muito importante todo o processo do pós-independência, pois, é: “onde se desafia uma série de ideias de posturas e também, como adolescente que era do sexo feminino, algumas das ideias sobre o que é ser mulher, sobre como é que as mulheres se deviam comportar, etc.” (Entrevista, 2018).

Como Ana Loforte, Maria Arthur lembra que antes da independência (e mesmo depois) dominava (e continua dominante) a ideia de que o lugar da mulher é em casa, no casamento ou lar e, na cozinha. Ideia que vem sendo cada vez mais tencionada, por diferentes organizações da sociedade civil e jovens moçambicanas/os. Um pouco antes da independência, refere Arthur: “Pós 25 de abril de 1974,³⁷³ há todo um período de muita discussão, muita aberta inclusivamente. Mais tarde, as coisas começam a afunilar (...) porque começa a ideia de que sim, emancipação, não se falava em igualdade (...), mas nada dessa loucura burguesa em que as mulheres perdem de vista qual é o seu papel, etc.” (Entrevista, 2018).

Para Arthur, houve um curto período de abertura, seguido de outro mais longo de fechamento. O primeiro diz ela: “vai desde a efervescência normal de um período pós-colonial até a imposição de um discurso padrão”, logo após a independência. O segundo período: “é claramente visível com o discurso de Samora Machel de 1973, com a criação do Destacamento Feminino”.³⁷⁴ Nesse discurso, afirma Arthur, Samora Machel apresentou vários enunciados que: “perpassam, atravessam o tempo e persistem em contextos muito diferentes daqueles que lhe deram origem e sentido” (Entrevista, 2018).

No trabalho de pesquisa que realizou ao nível do mestrado à volta das questões das cidadanias, das mulheres sindicalistas e discursos dos vários partidos, Arthur observou que esse discurso padrão comum e dominante continua reproduzindo os seus enunciados. Trata-se de

³⁷³ Data da chamada *Revolução dos cravos* resultante do movimento político e social que depôs o regime ditatorial do Estado Novo em Portugal, vigente desde a década de 1930, a partir da qual inicia-se a implantação de um regime democrático marcada por uma orientação socialista a partir de 1976 naquele país. Este processo de mudanças é resultado das pressões para as independências ocorridas nas colônias e não o contrário como alguma literatura historiográfica hegemônica sugere. Ou seja, foram as pressões pelas independências nos países africanos colonizados que obrigaram a deposição do regime fascista em Portugal. Nesse contexto, “vagas de moçambicanos resolveram dedicar-se à grandiosa e exaltante tarefa de participar na *Revolução moçambicana, do Rovuma ao Maputo*. Muitos estudavam fora do país e regressaram; outros que se encontravam em Moçambique desviaram temporariamente o curso das suas vidas e foram-se ocupando das diversas tarefas que a revolução engendrava” (CASIMIRO, 2004, p. 8).

³⁷⁴ Movimento criado formalmente em 1966 constituído por mulheres guerrilheiras (ver CASIMIRO, 2004. JACIMARA, 2009; SANTANA, 2016).

um discurso que, segundo ela: “não se compromete com a mudança”, mas pelo contrário, “justifica e pretende mostrar que está a investir nisso”. Toda a trajetória da questão dos direitos das mulheres no país, argumenta Arthur, é marcada por esse discurso, o que faz com que se assinem um conjunto de acordos internacionais e regionais, que depois não se aplicam no país. Tudo isto, evidencia para Arthur uma dicotomia: “de um lado é o Moçambique que se apresenta como o país que defende a igualdade, muito avançado, nós assinamos muito mais instrumentos legais que uma série de países que têm uma democracia mais antiga etc., mas depois a aplicação é propositadamente deficitária” (Entrevista, 2018).

A imposição de tal discurso padrão comum, defende Arthur permanece dominante e hostil à verdadeira liberdade das mulheres e não favorável aos seus direitos: “a gente pode encontrar isso claramente num discurso da mulher devendo ser emancipada, mas não subvertendo completamente todos os papéis do doméstico, a mulher devendo merecer a emancipação”. Desse modo, “esses direitos eram dados como merecimento porque a mulher mostrou que era possível envolver-se e contribuiu durante a luta armada. Então tudo isso perpassa depois” (Entrevista, 2018).

Portanto, é no contexto de efervescência pós-independência que Maria Arthur vive a sua adolescência e juventude como descreve: “Eu tinha 15 anos na altura da independência né, então isto foi assim, um desabrochar com todo este entusiasmo. Para mim ficou sempre claro e é uma herança desse período, que a igualdade ou ela é total ou não é! (...). Ou temos igualdade plena ou não temos, temos outra coisa qualquer! Então, eu acho que daí vem muito do meu compromisso e do meu investimento com a questão dos direitos das mulheres” (Entrevista, 2018). Mas, antes mesmo de chegar aos direitos das mulheres, explica:

(...) é a consciência de que eu tenho direitos (...) que depois me leva a dizer que não, a nós mulheres estão a cortar direitos! Então para eu ter direitos é preciso lutar como mulher, etc. Foi muito interessante, começar a ler inclusivamente! Hoje em dia a gente não acredita né, vai a net e tem tudo, naquela altura alguém que conseguia um livro, dizia uhuuu... tenho aqui! E, o livro desfazia-se porque passava de mão em mão, e depois como o livro não dava para toda a gente fazíamos sessões de leitura. Foi assim com a Betty Friedan que a gente começou a ler, foi assim com a Simone de Beauvoir, apanhamos o volume número 1, mas naquela altura não lemos o segundo. Portanto, era ao sabor do que aparecia e do que havia. Prontos, para mim isso é importante! (Entrevista, 2018).

O desejo de Maria José Arthur, até essa altura, era ser veterinária: “porque eu adoro animais, eu achava que isso era o máximo e foi aí que comecei a me interessar por questões mais sociais”. O interesse pelo social desperta-lhe a vontade de se formar em Sociologia ou Direito, mas como nenhum destes cursos existia em Moçambique, optou pela História ao nível

do bacharelato: “eu fui para a História porque era aquilo que se aproximava mais”. Concluída a formação e já no mercado de trabalho, constitui família e na sequência da oportunidade que lhe surge vai para a França estudar Sociologia (menção em Antropologia): “ de fato, para os franceses essa separação rígida entre Sociologia e Antropologia é muito artificial (...) o que eu fiz foi Sociologia menção em Antropologia, é assim que eles consideram (...) e pronto! ” (Entrevista, 2018). Mais tarde retorna para o mestrado na mesma área e país.

No âmbito do ensino de Antropologia, Maria Arthur entra como docente da FLCS e DAA, numa altura em que ainda não existia o curso de Antropologia e a disciplina era lecionada em outros cursos, História, Medicina, Direito entre outros: “basicamente nós dávamos Antropologia para outros cursos, não havia um curso de Antropologia”. Entretanto, já se estava a organizar a implantação da UFICS,³⁷⁵ processo que Arthur acompanhou e participou, do qual nasceu pela primeira vez, um curso de Antropologia: “foi um investimento bastante grande e interessante, com uma filosofia muito diferente, a ideia era, os melhores professores, os professores com muito mais experiência, eles tinham que estar nos três primeiros anos (...). Eu ao entrar fui dar aulas ao quarto e quinto (...)”. Segundo Arthur, pretendia-se formar pessoas com consciência do país, que pensassem contracorrente e não como os professores, pelo contrário, que o sucesso dessa formação seria quando os estudantes contestassem o professor e o ultrapassassem, pessoas que tivessem “*um pensamento independente*”, que fossem “*capazes de dar um contributo para o país*”. (...) *a ideia era de fato investir, ter uma base forte, sólida, foi um projeto muito interessante...*”, explica Arthur. É nesse contexto, que o curso de Antropologia foi pensado, mas adverte:

(...) não a Antropologia como teias de aranha, da etnografia, mas uma Antropologia capaz de se pensar, de se reinventar e capaz de ter pernas para andar num contexto [sociopolítico, econômico e cultural] diferente. Portanto, renegando um pouco a ideia e o legado da Antropologia do colonialismo, de uma Antropologia servil e subserviente, para passar a ter uma Antropologia que fosse realmente capaz de abrir a cabeça das pessoas, que fosse capaz de trazer para as Ciências Sociais outros pontos de vista, mas não o ponto de vista dos “indígenas”- porque eles não são capazes de mais - mas a valorização de fato do que as pessoas são capazes de fazer e investir em contextos novos, que fosse uma *perspectiva libertadora das pessoas* e não que acantonasse as pessoas em determinados estereótipos e que conduzisse em última instância a tirar direitos (Entrevista, 2018).

Nesse sentido, a Antropologia visava a transformação social, comprometida com a justiça social. Assim, Arthur explica que era fundamental um formato que incluísse: “(...) a

³⁷⁵ Processo abordado no capítulo anterior.

Antropologia dos direitos, uma Antropologia do campo e da cidade. Acabar com o acantonamento da Antropologia no campo e da Sociologia na cidade e mostrar que a Antropologia tem contributos metodológicos e conceitos interessantíssimos a trazer para as Ciências Sociais”. Para Arthur, não fazia sentido “continuar a demarcar feudos e a excluir coisas que podem ser importantíssimas” como era o caso da abordagem antropológica para as Ciências Sociais contemporâneas:

Então basicamente esta foi a ideia (...), num país em que não tínhamos gente formada, porque não havia, foi preciso fazer escolhas de cooperação e pessoas a falarem português. Então foi, sobretudo, uma cooperação com o Brasil e com Portugal para trazer professores, num sistema que realmente não era bom, não era o ideal - que era, as pessoas não podiam vir aqui e dar um semestre inteiro, então fazia-se uma cadeira condensada de não sei quantas horas por semana para a pessoa poder vir dar e depois ficava com o assistente que continuava. Não é a maneira ideal, mas eu penso que a dada altura era o que era possível fazer e pronto! (Entrevista, 2018).

Como abordei no capítulo III, o projeto UFICS foi extinto no início dos anos 2000. A extinção foi impulsionada pela greve dos professores, na qual Maria José Arthur esteve envolvida e daí resultara o seu afastamento “voluntário” da Universidade. Na sua versão da história da greve, Arthur argumenta que a mesma não era por salários, mas por colegialidade: “Aquela greve, foi um pouco complicada porque nós não estávamos a reclamar por salários e, isso é muito interessante porque as pessoas não entendem! Nós estávamos a reclamar por uma colegialidade que estavam a querer tirar”. Ela explica:

Quando o Reitor decide tirar uma Diretora contra a vontade de 97% do corpo docente, isso numa Universidade é completamente inconcebível não é! Nós sabíamos que havia corrupção etc. (...). Numa Universidade destas é muito complicado contestar um poder que se tornou tão hierárquico, tão prepotente. Isso caiu muito mal (...)! É interessante que até para os estudantes. Porque os estudantes acham que os professores têm que dar aulas, Universidade é isso! Quer dizer, nós começamos com um projeto de Universidade que depois muda, portanto, a ideia que nós tínhamos do que é Universidade estava já completamente desfasada depois daqueles anos todos. Nós temos estudantes com um ensino secundário em Moçambique tão autoritário, que de fato não ensina as pessoas a pensarem e a andarem contracorrente e depois entram numa Universidade onde também a cultura é essa não é, então de fato isto foi muito duro. Depois pagava-se a imprensa para não aceitar artigos nossos, inventavam-se nomes para fazer cartas de opinião, e houve uma lista de nomes que diziam que nós éramos o veneno da nação! Bom, nunca me tinham chamado isso, mas também nunca mais me vieram a chamar. Mas eu também depois disso já estou preparada para tudo. Cada vez que eu exprimo posições que eu sei que não são simpáticas, eu sempre penso, pior que o veneno da nação não pode ser não é! O que vier eu tenho costas para isso não é! [Risos] (Entrevista, 2018).

É perceptível na narrativa acima, uma certa desilusão de Arthur em relação ao projeto de país e de Universidade cujo rumo inicial que se pretendia mudou radicalmente. De um a

Universidade para a liberdade construiu-se uma Universidade que limita liberdades. Vemos isso hoje, com a intimidação e até morte de acadêmicos críticos ao regime do partido no poder. Retornando ao ensino, o envolvimento de Arthur com o DAA tem a ver com período de início de 1990, que ela descreve como “muito interessante, de construção pela primeira vez, de um curso próprio de Antropologia e com um projeto também muito interessante”, do qual participa nessa fase, até ao início dos anos 2000: “fiquei digamos assim mais algum tempo e depois a partir de 2002 e 2003, eu saí de vez da Universidade”. Durante o período em que esteve como docente da FLCS e do DAA, Arthur conta que a sua relação com os estudantes foi muito interessante. Porém, ela argumenta que o problema do ensino da Antropologia:

(...) é que a gente mexe com temas que toda a gente acha que conhece. Então a gente vai, por exemplo, falar sobre família ao nível da Antropologia - Antropologia da Família e etc.: - ah *lobolo*, ah está bem, isso a gente conhece, não é preciso estudar! Então, com os estudantes sempre é preciso ao nível da Antropologia, trabalhar a motivação e trabalhar a importância de olhar para as coisas com olhar de fora estando dentro, mas de fora. Como aquele antropólogo, Marc Augé diz, isso dá esquizofrenia né, porque uma pessoa é de dentro, mas olha de fora, quer dizer, anda ali numa ginga-joga. Mas, portanto, basicamente é que é um desafio. As pessoas, os estudantes acabam por gostar. É muito interessante, mas é um desafio trabalhar isto não é! Trabalhar com as pessoas de maneira a poder tocar, levar as pessoas a tratar com respeito temas que são familiares, temas com os quais as pessoas convivem, tem uma certa familiaridade, mas trabalha-los a outro nível. Mas é interessante, eu tive experiências muito interessantes com os meus estudantes (Entrevista, 2018).

Falando da influência do feminismo em sua carreira científica, Arthur referiu que durante o tempo em que trabalhou no DAA, houve pouco espaço nesse sentido e nunca chegou a dar como disciplina nada ligado à Antropologia e Feminismo: “essa minha parte era toda de trabalho na WLSA”. A WLSA foi, em contrapartida o lugar, a escola que permitiu tal desenvolvimento: “Nós na Antropologia tivemos sempre muito pouco campo para isso, mas a WLSA foi um catalizador importantíssimo (...)”. As disciplinas com as quais trabalhou foram: Introdução à Antropologia e Antropologia Urbana. Esta última, concretamente quando abriu a UFICS. Da Antropologia Urbana, diz Arthur:

(...) sempre gostei exatamente porque é contestar (...) as ideias fixas que as pessoas têm da Antropologia e começar a tratar de fenômenos sociais contemporâneos com as mesmas ferramentas que a Antropologia já desenvolveu em outros contextos. Com os estudantes foi interessante porque eu acho que eles foram capazes de pensar as realidades em que estão a partir das problemáticas da Antropologia, por exemplo, pensar a cidade como continuidade, pensar a cidade como ruptura e pensar a cidade como extensão do campo. Eu penso que estas três dimensões foram importantes (Entrevista, 2018).

Antes de ser integralmente da WLSA, Arthur já colaborava com a instituição essencialmente desde 1989. Ela explica que a WLSA na região Austral da África, surgiu dentro das Universidades como atividade de extensão, criando “um grupo de mulheres da academia que não encontravam espaços para fazer pesquisas sobre as desigualdades, sobre as relações de poder entre homens e mulheres etc.”. A sua criação na UEM foi uma janela para o florescimento dos estudos feministas e de gênero: “todas nós trabalhávamos e colaborávamos com a WLSA. Tinha vários projetos de pesquisa, fazíamos em equipes etc. Trabalhei muito com a WLSA, mas não numa posição de liderança, mas como colaboradora. Penso que a WLSA foi uma escola, uma aprendizagem e foi muito importante”. O projeto WLSA funcionou na UEM de 1990 a março de 2001 e foi: “um dos projectos que em muito contribuiu para o desenvolvimento dos estudos de Género no CEA” (CASIMIRO³⁷⁶ E ANDRADE, 2007, p. 10).

A saída³⁷⁷ da WLSA da UEM, segundo Arthur, tem que ver com a lógica do desenvolvimento da organização e com o fato de a Universidade, “sendo uma instituição estatal, controlar muita qualquer ação pública, o que não dava. Nós como WLSA, estávamos de fato a ficar muito limitadas”. Assim, “era importante que nós passássemos para uma segunda fase”, pois, havia-se recolhido ao longo dos anos, bastante informação e se colocava a questão “o que fazer com esta informação que recolhemos?” A resposta era: “tem que ser aplicada, tem que servir para mudar leis que são injustas, para questionar políticas públicas discriminatórias, porque a gente tinha o diagnóstico, tínhamos os meios e precisávamos de usar”. É assim que: “a partir do ano 2000 nós registamos, criamos nossa própria personalidade jurídica, não vinculada à Universidade e, portanto, tornamo-nos independentes”, explicar Arthur.

Para Maria José Arthur a WLSA é uma escola, porque lhe mostrou a importância de estudar e pesquisar. Embora trabalhe a tempo inteiro na WLSA, Arthur continua a lecionar em outras circunstâncias, mas agora, diretamente sobre a questão dos direitos, no Centro de Formação Jurídico-Judiciário para candidatos a Juizes e procuradores: “então nós temos um módulo de 16 horas do Gênero no Judiciário. Porque eu gosto de dar aulas, realmente eu gosto, então por ano eu costumo ter 10 horas de aulas que preparo com prazer!” (Entrevista, 2018).

³⁷⁶ A socióloga moçambicana Isabel Casimiro é uma das fundadoras da WLSA em Moçambique.

³⁷⁷ Foi concomitante ao fim da greve da UFICS e à saída também da Universidade docentes que estavam na greve e simultaneamente na WLSA, p.ex.: Conceição Osório e Maria José Arthur. Segundo Arthur, a Terezinha da Silva que era diretora contestada pelo Reitor não estava na WLSA, mas acaba por se juntar à equipe, tendo depois se tornado a Coordenadora Nacional desta organização em Moçambique.

Arthur, considera que a transformação da sociedade não se pode operar por via de um pragmatismo e imediatismo, pois, a longo prazo pode ser danoso: “muitas vezes a gente encontra discursos, claramente com contribuições que vem da academia, mas se eles congelarem no tempo porque as pessoas não estudam daqui a pouco vamos ter situações terríveis não é! Como mudar se nós não temos um diagnóstico?” A corrente do imediatismo é para Arthur algo que emerge e mina o processo transformativo. Ela observa que um exemplo demonstrativo disso, é a separação entre o feminismo acadêmico e o ativismo: “Para mim não é possível haver ativismo sem academia. E, a academia (...), estudos na perspectiva de gênero e relações sociais de poder, também não faz sentido se não tiver a motivação do ativismo”. Este último, argumenta Arthur “é que nos leva a dar enfoque nas áreas que a gente acha que são deficitárias em termos dos direitos humanos das mulheres e que nos permite analisar” (Entrevista, 2018).

A trajetória de Maria José Arthur é como mostra a descrição, atravessada pela academia e pelo ativismo: “Esta é a minha trajetória. A minha trajetória passa pela academia e realmente, se há uma coisa que eu aprendi, eu sinto que não poderia ser a ativista que eu sou, se eu não estudasse! Eu estudo todos os dias, leio, me informo e sinceramente, eu acho que não é possível de outra maneira!”. Entretanto, Arthur reconhece, contudo, que existem vários níveis de estudo: “nós temos ativistas que não têm muita capacidade para ir muito mais longe, mas naquele nível as pessoas têm que estudar, têm que discutir, (...) a capacidade de discutir e de ser aberto, (...) não consigo conceber que nós avançamos para um feminismo que nos põem todos a marchar com um pensamento único”. O feminismo é para Arthur: “exatamente para permitir sermos quem nós quisermos. (...). Um feminismo (...) têm que aceitar as pessoas nas diferenças (...) não colocar as pessoas em etiquetas, este é um feminismo acadêmico, aquele é (...), a gente tem que encontrar um ponto de conciliação (Entrevista, 2018).

7.4 ANTÓNIO RAFAEL DA CONCEIÇÃO

Fui influenciado pelos colegas e, sobretudo, professores da Escola Superior de Altos Estudos (...) com uma componente bastante crítica das Ciências Sociais.

É antropólogo aposentado da Universidade Eduardo Mondlane, mas como ele próprio referiu: “eu estou reformado, mas isso não quer dizer que eu não trabalho naturalmente não é!”. Atualmente Rafael da Conceição está a fazer um balanço dos trabalhos que realizou ao longo

dos anos da sua carreira acadêmica, especialmente baseado em textos seus que nunca foram publicados, participações em conferências, em workshops, relatórios que julga terem valor para o efeito: “neste momento o que me leva mais tempo é esse projeto”. Sua intenção, é retrabalhar esse material, que provisoriamente denomina *escritos de circunstância*, com o objetivo de devolvê-lo à comunidade. Tais escritos, segundo Rafael da Conceição, não tem um carácter linear, mas consistirão num texto para cada circunstância de sua vida acadêmica é “uma espécie de mantas de retalhos” (Entrevista, 2017).

Rafael da Conceição nasceu em 1958, na província de Cabo Delgado, na região Norte de Moçambique. Frequentou a Escola Primária de Porto Amélia³⁷⁸ entre 1964 e 1968 e depois, o ensino secundário na mesma cidade e em Nampula, entre 1968 e 1976. Nesta última cidade iniciou sua carreira como professor e pesquisador. Fez toda a sua formação superior no exterior (de 1981 a 1993), na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais e na Universidade de Paris 8 - França, com uma especialização em Sociologia e Antropologia do Político. Ele conta que a sua formação na EHESS: “era multidisciplinar desde o início, desde o primeiro ano, tínhamos aulas de tudo, História, Sociologia, Antropologia, Etnologia, Economia (...)”. As suas pesquisas estiveram, como mencionei em capítulo anterior sob a direção dos antropólogos marxistas franceses³⁷⁹ Jean Copans (na graduação - 1984 em Ciências Sociais) e Pierre Philip Rey e Claude Meillassoux (no mestrado - 1988 e doutorado - 1993 em Sociologia e Antropologia do Político). No doutorado, Rafael da Conceição foi convencido por Claude Meillassoux a estudar o tema que resultou em sua tese depois publicado em livro em 2006, com o título: *Entre o Mar e a Terra: Situações Identitárias do Norte de Moçambique*.

Inicia-se no campo da pesquisa no “círculo de interesse de História Popular”, na Escola Secundária de Nampula, onde foi professor de História entre 1977 a 1979: “criamos os ‘círculos de interesse de História Popular’. Juntamos professores de história e estudantes das classes mais avançadas para fazer investigação empírica durante as férias escolares, com a intenção de criar neles o interesse pela pesquisa” (CONCEIÇÃO In: JOSSIAS/DAA, 2010, p. 12). Em 1979,

³⁷⁸ Nome que a atual cidade portuária de Pemba capital da província de Cabo Delgado ostentava até 1976.

³⁷⁹ Rafael da Conceição (2007, p. 99) escreve no seu livro *Lied para Yonnis-Fred e Maëlle* que na EHESS, nos anos 1980-1990, “nós os estudantes, referíamos-nos a Meillassoux, Godelier, Balandier e Terray, como se tratando de uma ‘banda dos quatro’ da antropologia marxista. Claro que ficavam de lado, Jean COPANS e Pierre-Philippe REY que com aqueles formavam a banda dos seis. Sempre em contração teórica uns contra os outros, mas também muito solidários e cordiais entre si, muito amigos nas relações do dia a dia. Foi das minhas maiores aprendizagens da vida. Compreendi que podemos estar em desacordo de um ponto de vista teórico, mas sem pôr em causa, determinantemente, a amizade e respeitarmo-nos mutuamente. Tive o privilégio de os ter como meus professores (à exceção de GODELIER e BALANDIER)”.

pede para deixar o ensino em Nampula e segue para Maputo onde se integra no Serviço Nacional de Museus e Antiguidades (SNM). Nesse âmbito, participa no início dos anos 1980, das campanhas de preservação e valorização cultural, que incluía também, a componente da pesquisa.

Rafael da Conceição, participou também do Primeiro Festival de Nacional de Canto e Dança, realizado em 1980, onde teve o privilégio de integrar uma equipe de investigação composta por pessoas como Martinho Lutero (museólogo) e Martins Pereira (Jornalista), cabendo-lhe o papel de administrar questionários em quatro províncias do país. Durante o período de 1979 a 1980, Rafael da Conceição fica ligado SNM, com Ricardo Teixeira Duarte que trabalhava na UEM junto com José Morais, Ana Loforte e Teresa Cruz e Silva que faziam fundamentalmente expedições arqueológicas. Nesse contexto, é designado enquanto funcionário do SNM, comissário de uma exposição de arte moçambicana em Amsterdão, na Holanda. Segundo Rafael da Conceição: “era a primeira vez que saía do país, sempre me lembro disso, isso foi um choque e a responsabilidade de representar o país” (In: JOSSIAS/DAA, 2010, p. 13).

É em Amsterdã que se conhece com o antropólogo francês e professor universitário Michel Samuel, então Presidente da Associação de Amizade Franco-Moçambicana, a quem exprime o desejo de continuar os estudos. Ainda no âmbito da exposição vai para Londres e de lá, passa por Paris onde é alojado na casa do antropólogo francês Christian Geffray igualmente membro da associação acima mencionada, que depois iria trabalhar para Moçambique, no DAA e no CEA/UEM.

Enquanto Geffray tratava da sua inscrição na Universidade, Michel Samuel trava da bolsa de estudos. É assim que, em 1981 beneficia da bolsa do Comité Católico contra a Fome e para o Desenvolvimento. Depois de dois estágios num programa conhecido como FRAN (*Formation à la Recherche en Afrique Noire*), Rafael da Conceição torna-se, no segundo ano, aluno titular e inicia a preparação para o diploma. Durante as férias, aproveitava a sua ida à Moçambique para realizar pesquisas e ao terceiro ano termina o primeiro ciclo de formação (1983).

Retorna à Moçambique e ao Ministério da Cultura em 1984, num momento em que se desenhava o Projeto de Arquivos do Patrimônio Cultural (ARPAC) com a participação de Michel Samuel que era na altura cooperante e, nesse contexto, é designado para abrir o primeiro Centro Regional em Cabo Delgado, onde fica dois anos. Assim narra Rafael da Conceição: “O

centro do ARPAC tinha uma componente de formação com equipas de investigação em três locais da província, nomeadamente em Chiúre, Mocímboa da Praia e uma terceira em Mueda. Em Mueda trabalhámos mais sobre olaria, em Mocímboa da Praia mais sobre barcos e sobre técnicas de fabrico de barcos, de pesca e economia marítima” (In: JOSSIAS/DAA, 2010, p. 13).³⁸⁰

Como Ana Loforte, Alexandre Mate e Maria José Arthur, Rafael da Conceição migrou internamente da província em que nasceu - Cabo Delgado para Maputo. Sobre o processo migratório, ele conta: “Eu viajei muito durante a minha fase mais ativa. Nasci em Cabo Delgado, estudei em Nampula, vim cá para Maputo, depois fui para Paris, voltei para Maputo, fui para Matola e eu estou ‘nacionalizado como matolense’ [risos] (...)” (Entrevista, 2017).³⁸¹ Essas viagens marcaram de forma profunda a trajetória de Rafael da Conceição como pessoa e também como pesquisador. Como o leitor poderá perceber mais adiante tiveram impacto sobre as pesquisas do antropólogo, particularmente às voltadas para as questões identitárias.

No âmbito do seu doutorado, Rafael da Conceição escolheu trabalhar no programa sobre a economia marítima, construções identitárias e do Estado. Apesar de ter se formado numa escola antropológica de orientação marxista, não se considera marxista: “Não me considero marxista e nunca me considerei (...), mas eu utilizava (...) a contribuição do marxismo na análise das relações entre o primeiro (...) e o terceiro mundo, o problema das classes sociais, o problema da exploração. Esses é que eram os temas fundamentais da prática da antropologia marxista” (In: JOSSIAS/DAA, 2010, p. 14).

Rafael da Conceição reconhece, contudo, a influência que teve de seus colegas e professores: “fui influenciado pelos colegas e sobretudo professores da Escola Superior de Altos Estudos, que é uma escola com uma componente bastante crítica das ciências sociais. Desde o início foi-se criando em mim, como paradigma para o exercício das ciências sociais e muito em particular da investigação, este sentido crítico”. O legado da escola marxista nos trabalhos de Rafael da Conceição se expressa, como ele próprio argumenta, na tensão entre

³⁸⁰ Abc.

³⁸¹ Esta descrição que Rafael da Conceição faz de seu deslocamento (e nas outras trajetórias isso também aparece), lembra a reflexão que Mariza Corrêa faz em seu texto que se tornou clássico sobre “Traficantes do excêntrico” no qual ela argumenta logo no início do texto: “talvez seja uma ironia uma disciplina que se quer uma *ciência do outro* que ela tenha criado, em quase toda parte tradições antropológicas nacionais fundadas por estrangeiros: Franz Boas nos Estados Unidos, Curt Nimuendaju no Brasil, Bronislaw Malinowski na Inglaterra. **Seja como for que o estrangeiro é definido, de certa maneira, integrantes dessa tribo, somos todos estrangeiros** (o que não é o mesmo que dizer, como Clifford Geertz, que ‘somos todos nativos’). **Cada antropólogo que conta a sua história pessoal lembra como veio de outro campo de saber, de outra região de seu país, ou de outro país, ou como perdeu qualquer outra referência que possuía**” (CORRÊA, 2013, p. 35).

“unidade e diversidade”, “dominação e resistência” presente em seus trabalhos: “(...) trago nos meus trabalhos esta tensão entre ‘unidade na diversidade’ e a opressão, dominação e exploração de uns grupos sobre outros. Para mim a conflitualidade é um elemento chave para analisar qualquer sociedade” (ibidem).

Após a defesa de tese, Rafael da Conceição retornou a Moçambique e reintegrou o Ministério da Cultura, Juventude e Desportos, como diretor de estudos e projetos, onde trabalhou até 1998. Em 1993 ingressa para o DAA/UEM como professor a tempo parcial, dando aulas de Antropologia Geral no curso de História e mais tarde nas Ciências Sociais na UFICS. Rafael da Conceição, lembra também (como seus colegas acima) que antes da introdução do curso de Ciências Sociais e da Antropologia, os docentes do DAA lecionavam em cursos de além da História, Direito e Medicina, etc. e que o ensino de Antropologia era bastante limitado. No DAA assumiu também funções de gestão como chefe de Departamento entre 1997 e 2000. Rafael da Conceição, foi igualmente um dos fundadores do curso das Ciências Sociais e de Antropologia na UEM.

As suas funções como docente e pesquisador foram sempre atravessadas por outras missões. Entre 1995 e 1996 trabalhou para as Nações Unidas num Programa de Promoção Social junto da Unidade de Coordenação para Assistência Comunitária em Angola. Foi investigador-convidado de várias instituições de ensino superior no exterior: em 2000 do Centro de Estudos de África Negra (CEAN) de Bordeaux- França, em 2001 do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa (ICS) - Portugal, em 2002 Professor-convidado da Universidade Autónoma de Barcelona (UAB) - Espanha, onde lecionou na Escola de Doutorado e de Formação Contínua. Participou igualmente de pesquisas em várias outras instituições como, por exemplo, a Cruzeiro do Sul, entre 2000 a 2002 e do projeto da *Casa-Velha e Espace-Afrique - Ilha da Reunião* sobre as oleiras de Inhambane.

As experiências que constituíram a sua trajetória de vida, nem sempre foram opções conscientes, mas “(...) fruto de processos que eu não controlava. Sejam eles, políticos, sociais e outros” (Entrevista, 2017). O seu processo de inscrição no ensino superior em Paris, mostra bem o quanto, de fato as suas opções foram na verdade contingenciais, como também foi igualmente para os outros colegas da mesma geração, embora de modos diferentes.

Rafael da Conceição, afirmou também ser um grande advogado do multiculturalismo, porque: “foi a vida que me levou a ter que aceitar (...)”. Seus interesses à volta das questões identitárias resultam também das suas experiências de deslocamento e relacionamento com

peças de diferentes quadrantes do mundo. Perguntas do gênero: “(...) aqueles meus filhos que foram feitos aqui [na Matola-Moçambique], que viveram aqui alguns anos, cuja mãe é francesa (...) quando vierem um dia de férias as pessoas vão tratá-los como o quê? Como estrangeiros ou como matolenses?” Outro exemplo, ainda na linha destas preocupações é apresentado pelo antropólogo: “(...) eu tenho uma meia irmão que é ma-ronga, Fumo [apelido] - de Maputo, esta minha irmã (...) casou com um americano da Flórida, estão juntos a mais de quarenta anos, tem uma filha que nasceu em Luanda (...), o que é essa menina? ”. Ele argumenta que: “esses são processos sociais complexos que nós vivemos e (...) não são exceções”. Os mesmos conduziram-lhe à Antropologia: “Para dizer com tudo isto que foi a Antropologia que me escolheu” (Entrevista, 2017).

No âmbito desta “escolha” da Antropologia pelo Rafael da Conceição e vice-versa, ele conta que tinha uma relação muito complexa com seu pai: “(...) quando ele vinha a Maputo conversávamos muito e, quando eu acabei por escolher a formação em Antropologia, ele fez um comentário: - mas a Antropologia dá dinheiro? Eu disse não pai! Eu sei que não dá. E, ele disse-me assim: (...) - escolha aquilo que tu julgas gostar, porque sei que aí não é preciso nenhuma pressão para você atingir os objetivos” (Entrevista, 2017). As lições que Rafael da Conceição aprendeu com seu pai e ao longo da sua experiência de vida, não as guarda para si, ele também procura compartilhar e transmitir aos outros:

(...) eu dizia muitas vezes quando dava aulas aos meus estudantes de Antropologia, alguns vinham e pediam ideias sobre temas de investigação e eu dizia: - primeira coisa vocês devem ter a capacidade de saber o que querem (...) a parte de elaboração, teorização, isto é uma coisa que aparece depois, mas, sobretudo, creio é preciso escolher algo que a gente goste, que nos dê vida, dê sentido a nossa própria vida (...). Então certas opções também podem ser influenciadas pelas conversas não é, pelos nossos professores (...), o meu tema de doutorado foi um dos professores meus lá na França que me convenceu que era um tema interessante e talvez útil dizia ele na altura. Portanto, há vários níveis de processamento daquilo que é o material que nos leva a determinadas decisões. Mas sobretudo, para os mais jovens eu gostaria de lembrar, tem que haver capacidade de optar e responsabilizar-se pela sua própria decisão, penso que é fundamental isso. Porque isso, é como se fosse o combustível (...) é importante decidir, nem que seja mal, mas é preciso decidir em determinado momento, têm que se decidir. Mais tarde a pessoa pode dizer, afinal tomei uma má decisão, mas sem decisão é que não podemos viver não é! (Entrevista, 2017).

Esta é um pouco da trajetória pessoal e profissional de Rafael da Conceição. As suas pesquisas giram em torno de problemáticas diversas: sociedades costeiras, processos identitários, democracia, cidadania, construção do Estado, entre outras: “maior parte das minhas publicações são exercícios muito claros de aprendizagem, sobretudo metodológica, apesar da

diversidade dos temas” (In: JOSSIAS/DAA, 2010, p. 17). Tais pesquisas e publicações, como ele próprio descreve surgiram de distintas experiências e também sugestões que teve ao longo do seu percurso.

Para finalizar este capítulo, valem algumas considerações. Comparando as características desta geração com as do modelo apresentado por Mkandawire (1993), são notáveis diferenças e também semelhanças. Em relação às diferenças, uma delas é que a primeira geração descrita pelo autor acima, ter entre várias características feito os seus estudos superiores no exterior e depois retornado aos seus países para edificar as primeiras instituições do ensino superior no contexto independente. A geração por mim descrita mescla elementos característicos da primeira e segunda geração descrita por ele, como por exemplo: alguns fizeram a graduação no país e depois saíram para a fazer a pós-graduação no exterior e outros fizeram toda a sua formação fora e depois retornaram ao país. A outra diferença é que nem todos/as desta geração retornou. Para alguns, tal retorno foi por pouco tempo e depois seguiram novamente para Europa ou EUA onde construíram suas carreiras profissionais como docentes e pesquisadores, ainda que de alguma maneira vinculados a Moçambique através da prática de pesquisa, do retorno como professores/ pesquisadores visitantes em seus países, assumindo um papel relevante na formação de nova geração de pesquisadores, mesmo que fisicamente distantes e trabalhando em outras Universidades, onde também criam oportunidades para a formação de jovens pesquisadores dos seus países.

Em termos de semelhanças, é notável que tanto os que voltaram, quanto os que seguiram carreira no exterior contribuíram direta ou indiretamente para a edificação do ensino superior em Moçambique. E uma segunda característica é que esta geração está já a entrar para a aposentadora ou a caminho dela.

Das trajetórias apresentadas acima, o meu objetivo principal foi oferecer para a(o) leitor(a) algumas das experiências sociais conjunturais e também específicas que conduziram antropólogas/os desta geração à formação em Antropologia/ Ciências Sociais. Destacam-se acima algumas das redes intelectuais, pessoais e institucionais envolvidas nesse processo, assim como, as influências dessas experiências e redes de relações na definição ou escolhas temáticas de pesquisa no âmbito formativo e depois como antropólogas/os profissionais. A influência das escolas antropológicas francesa e portuguesa, especialmente a primeira nos primeiros anos da constituição da disciplina no país pós-independência é bastante visível ao longo das trajetórias descritas. Fica também evidente o carácter interdisciplinar e cosmopolita da formação destes

profissionais e igualmente das suas pesquisas pela pluralidade temática e diversidade de objetos.

Ana Loforte por exemplo, narra como a experiência das dificuldades pelas quais a sua família passou e o papel que sua mãe teve na reprodução social familiar foram marcantes e decisivas para estudar gênero e os *lugares de poder* das mulheres. Alexandre Mate decidiu pesquisar sobre transformação alimentares na graduação e depois plantação de algodão por conta da sua experiência de trabalho em Nampula. Maria José Arthur pesquisa gênero e cidadania por conta das suas experiências desde os tempos da adolescência tanto de acompanhamento do debate sobre a emancipação da mulher no pós-independência, quanto das leituras que foi fazendo na sua juventude de livros da Betty Friedman e Simone de Beauvoir, etc. E, Rafael da Conceição também por conta das suas experiências de pesquisa no ARPAC, vivência no Norte de Moçambique e da sua trajetória de viagem e relações que o conduziram aos temas das identidades sociais, cidadania e outros. Fica evidente na trajetória de cada um o quanto as suas experiências sociais e o contexto de vivência influenciaram as suas formações e vida.

Além disso, há outros aspectos importantes que se observam nas descrições das trajetórias acima: as diferenças de idade (intergeracionais), de gênero, a diversidade de proveniência regional (Norte, Centro e Sul do país)³⁸² que implicam em distinções étnico-linguísticas e para alguns também fica evidente a origem social de proveniência: no caso de Ana Loforte e Alexandre Mate, por exemplo, a sua proveniência de “famílias de classe popular” nas entrevistas aparece bastante marcante e de diferentes formas se comparadas as entrevistas conduzidas com Maria José Arthur e Rafael da Conceição. Entretanto é visível no conjunto das trajetórias o quanto ações e desejos dos sujeitos envolvidos na pesquisa foram não só mediados, mas sobretudo condicionados pelas instituições de poder (MCCLINTOCK, 2010, p. 37) e situações sociais (GLUCKMAN, 1987, p. 238) ou contexto geracional específico, anterior e posterior à independência de Moçambique.

Como se pode perceber, gênero, geração, região e classe, aparecem como *marcadores sociais da diferença* que explicita ou implicitamente atravessam e influenciam de diferentes maneiras as trajetórias das/os entrevistadas/os. É especialmente marcante e isso chamou-me bastante atenção, a forma como recorrentemente nas narrativas das antropólogas o ser mãe e a

³⁸² Que refletem também pertencimentos étnico-linguísticos ainda que nenhum dos entrevistados tenha expressado de forma evidente isso.

figura da mãe e de outras mulheres como influência significativa aparece mais do que nas narrativas dos homens. No caso de Rafael, da Conceição a sua relação complexa com o pai apareceu de forma importante.

Deste grupo de antropólogas/os entrevistadas/os, Ana Loforte foi a única que fez parte da constituição do CEA nos meados dos anos 1970. Os outros juntaram-se como corpo constitutivo do DAA no início dos anos 90: Mate em 1991/; Rafael da Conceição e Maria José Arthur em 1993.

No próximo e último capítulo, abordo a segunda geração de antropólogas/os moçambicanos.

8 GERAÇÃO “INTERMEDIÁRIA”: TRAJETÓRIAS DE VIDA, DE FORMAÇÃO E PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Esta nova geração é frequentemente de origem rural ou das províncias do interior, mais frequentemente falantes de línguas africanas, [alguns] jovens demais para poderem ter sido líderes no período da caminhada para o socialismo, entre 1975 e 1980. São com frequência, pessoas cujo sentido de engajamento com a ideologia daqueles tempos iria sofrer com a percepção de seu vazio, sua incoerência e suas indignidades, intencionais e não-intencionais (WILSON, 2001, p. 11).

Neste capítulo, debruço-me sobre a segunda geração de antropólogas/os moçambicanos, suas características e trajetórias de vida, formação e produções acadêmicas. Compõem esta geração, as antropólogas e os antropólogos nascidos majoritariamente nos meados das décadas de 1960 e 1970, incluindo excepcionalmente algumas antropólogas e antropólogos nascidos nos finais da década de 1950,³⁸³ cuja formação foi por variadas razões - pessoais, familiares ou conjuntura sociopolítica - tardia se comparada aos da primeira geração. Na verdade, os nascidos na década de 1950 poderiam muito bem, considerando apenas a idade e não a formação ou envolvimento ainda que indireto com a Antropologia, fazer parte da primeira geração.

Grosso modo, estes antropólogos e antropólogas, acompanharam ainda crianças o processo de transição de Moçambique para a independência e, vivenciaram as suas adolescências e juventudes no período de construção do socialismo pós-independência - I República e a virada para o liberalismo econômico, bem como, os ventos de democratização do país nos finais dos anos 1980 e início de 1990 - II República.

Diferentemente da primeira geração, a formação superior desta segunda geração, inicia nos anos 1990, quando alguns da primeira geração estavam já em processo de culminação de estudos ao nível de doutorado (p.ex. Rafael da Conceição em 1993) ou no início de estudos a esse nível (p.ex. Ana Loforte, Maria Paula Meneses e Alcinda Honwana, que concluíram em 1996). Esta segunda geração constitui, na verdade, uma extensão da primeira geração de antropólogas e antropólogos moçambicanos, por isso, a denomino “intermediária”, entre a primeira e a terceira geração.

³⁸³ Carla Braga e Alípio Siquisse pertenceriam a esta geração em termos etários e vivência dos processos sociopolíticos. Carla Braga refere que entrou tardiamente para a Universidade, aos trinta e poucos anos. Esse foi igualmente o caso de Alípio Siquisse.

Esta geração de jovens moçambicanos formados dentro e fora do país ao longo dos anos 1990, junto com a primeira, foi responsável, como argumentou Ken Wilson,³⁸⁴ por dinamizar o estudo de Moçambique “a partir das mais diversas experiências locais e específicas” (WILSON, 2001, p. 11). Portanto, por transformar e pluralizar o que ele chamou de “Ciências Sociais moçambicanas”. E as razões para esta mudança na abordagem deste campo científico, são várias, entretanto, o autor avança as seguintes: i) a penetração do pós-modernismo³⁸⁵ no continente africano em voga na época;³⁸⁶ ii) a visível desintegração de Moçambique pela guerra; iii) o desmoronamento econômico nos anos 1980, seguida de gritantes contradições como efeitos do mesmo e iv) a mudança significativa na experiência social dos próprios cientistas sociais moçambicanos (WILSON, 2001, p. 11).

Ken Wilson (2001) caracteriza essa geração de jovens cientistas como frequentemente de origem rural ou das províncias do interior, falantes de línguas africanas, muito jovens para terem sido líderes no contexto de construção do socialismo (entre 1975 e 1980) e com maior frequência, são pessoas cujo sentido de engajamento com a ideologia daqueles tempos iria sofrer significativas mudanças, pela percepção de vazio, incoerência e indignidades das mesmas, fossem estas provocadas intencionalmente ou não. E, apesar de terem sido de alguma maneira marginalizados no processo de transição para o socialismo, estes igualmente se beneficiaram do processo revolucionário, através do acesso à educação do nível primário ao universitário graças à Frelimo e aos intelectuais e doadores que com a causa da independência de Moçambique se solidarizaram.

Estas pessoas cuja vida inteira foi transformada pela exaltação, pela confusão e pela dor da história recente de Moçambique, mas cuja experiência pessoal daquela história foi também a de observador. (...), elas têm ressaltado essa experiência sem maiores censuras ao formular suas perguntas e coletar seus dados, manuseando com frescor e elegância a teoria social e a experiência comparada que ganham, a partir de seus estudos, em suas próprias instituições em Moçambique (onde o ensino de ciências sociais e humanidades recomeçou no início da década de 1990) bem como, no Brasil, na África do Sul, na Europa e em tantas outras regiões do mundo (WILSON, 2001, p. 12).

Fazem parte deste grupo nomes como: Cristiano Matsinhe, Victor Igreja, Carlos Subuhana, Carla Braga, Alípio Siquisse, Johane Zonjo, Margarida Paulo, Esmeralda Mariano, entre outros. Deste grupo de antropólogos e antropólogas, pude entrevistar os últimos cinco

³⁸⁴ Abordei isso no capítulo III, mas é importante retomar.

³⁸⁵ Incluem-se aqui os seus derivados pós-estruturalismo, pós-colonialismo, pós-marxismo, etc.

³⁸⁶ Sobre isso ver também Casimiro (2012).

nomes mencionados.³⁸⁷ Alguns nomes desta geração, junto com a primeira, instituíram o primeiro curso de Licenciatura em Antropologia no país, sediado na Universidade Eduardo Mondlane em 1999: Cristiano Matsinhe e Margarida Paulo contratados como docentes em 1997; Johane Zonjo e Carla Braga em 1999 e Esmeralda Mariano em 2002. E, Alípio Siquisse tornou-se em 1998, professor efetivo de Antropologia Cultural na Universidade Pedagógica, com a saída do seu mestre, o antropólogo português Eduardo Medeiros que igualmente foi orientador de Alexandre Mate.

Assim como a primeira geração de antropólogas e antropólogos, desta segunda geração, alguns fizeram sua formação inicial em Moçambique e outros realizaram-na toda no estrangeiro. Dos nomes acima citados, os que se formaram inicialmente em Moçambique foram, por exemplo, Alípio Siquisse que fez a graduação em História e Geografia na Universidade Pedagógica - antigo Instituto Superior Pedagógico culminada em 1997 sob orientação do antropólogo Eduardo Medeiros, tendo escrito sobre *Transformações sócio-políticas e econômicas na circunscrição de Massinga c.1933-1964: Fundamentos Etno-Históricos para uma História Local*; Carla Braga e Johane Zonjo que fizeram a graduação em História na UEM concluíram em 1999. Victor Igreja³⁸⁸ fez a graduação em Psicologia e Pedagogia na Universidade Pedagógica culminada em 1998. Estes seguiram depois para a formação em Antropologia³⁸⁹ ao nível do mestrado e doutorado fora do país. Zonjo realizou o mestrado na University of Cape Town (UCT) - África do Sul, concluído em 2004, sob orientação de Andrew Spiegel e Owen Schichone, com um trabalho de pesquisa à volta da problemática da terra, do seu acesso e posse, bem como, da sua legislação e regulamentação em Moçambique, dando continuidade ao trabalho da graduação que tinha sido sobre *Acesso, posse e conflitos de terra: o caso do Distrito do Buzi, de 1975 à atualidade* (1999).

Carla Braga, fez o mestrado nos anos 2000 e doutorado em 2012 na State University of New York (SUNY), EUA. Depois de escrever um trabalho de graduação sobre questões à volta da matrilinearidade no Niassa³⁹⁰ e acesso à recursos, no mestrado disserta sobre concepções de corpo entre os chamados “médicos tradicionais” na província da Zambézia³⁹¹ e

³⁸⁷ Apenas sobre estes é que irei oferecer detalhes em relação às suas trajetórias de vida, não tendo acessado dos restantes.

³⁸⁸ Investigador sênior na *University of Southern Queensland* - Austrália desde 2009. Sobre sua produção académica ver em: <https://social-science.uq.edu.au/profile/564/victor-igreja>.

³⁸⁹ Com exceção de um Alípio Siquisse cujo mestrado foi em Educação com orientação antropológica em termos de abordagem.

³⁹⁰ Província da região Norte de Moçambique.

³⁹¹ Província da região Centro de Moçambique.

no doutorado defende uma tese intitulada: “*Death is destiny*”: *Sovereign decisions and the lived experience of HIV/Aids and biomedical treatment in central Mozambique*,³⁹² orientada por um comitê composto por Donald Pollock, Mariella Bacigalupo, Ann McElroy e James Bono.

Victor Igreja fez o mestrado em Antropologia Médica na University of Amsterdam-Holanda em 2001 e o doutorado na mesma área pela University Leiden- Holanda em 2006. Neste último nível, defendeu uma tese com título: *The Monkeys’ Sworn Oath Cultures of Engagement for Reconciliation and Healing in the Aftermath of the Civil War in Mozambique*, trabalho orientado por Annemiek Richters com coorientação de Ria Reis da University of Amsterdam - Holanda e Iraê Lundin do Instituto Superior de Relações Internacionais - Maputo.

E, Alípio Siquisse, fez o mestrado em Educação e Currículo em 2006 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo do Brasil em convênio com a Universidade Pedagógica de Moçambique, com uma dissertação sobre *Estudos de elementos socioculturais e econômicos dos Vathswa em Inhambane (Um subsídio etno-histórico para o ensino básico)*, que é até certo ponto uma continuação dos seus interesses desde a graduação, embora este último se possa vincular a preocupações próximas, a meu ver, a uma Antropologia dos processos educativos (PELISSIER, 1991). O trabalho de dissertação foi orientado por Antônio Chizzotti e coorientação de Abdul carimo Ismael da Universidade Pedagógica.

Os restantes nomes indicados acima, realizaram toda a sua formação no estrangeiro. Cristiano Matsinhe e Margarida Paulo realizaram a graduação em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro no Brasil. Cristiano Matsinhe,³⁹³ como referi no capítulo IV, fez parte do primeiro grupo³⁹⁴ de estudantes moçambicanos financiados pela Fundação Ford para estudar Ciências Sociais no Brasil, que iniciaram os estudos nos princípios dos anos de 1990. Concluiu a graduação em 1994 sob orientação de Yvonne Maggie e seguiu para o mestrado em Antropologia concluído em 1997 sob orientação de Gilberto Velho com uma dissertação sobre *Biografias e Heróis no Imaginário Nacionalista Moçambicano*. Retornou a Moçambique, onde vincula-se institucionalmente à Universidade Eduardo Mondlane como docente e investigador em 1997. Dois anos depois, isto

³⁹² Que pode ser traduzido como: “*Morte é destino*”: *Decisões soberanas e a experiência viva do HIV /AIDS e tratamento biomédico no Centro de Moçambique*.

³⁹³ Além de docente e investigador, assume a função de diretor adjunto para a investigação do Centro dos Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.

³⁹⁴ Deste grupo fizeram parte também: João Carlos Colaço, José Jaime Macuane, Manuel Macia e Fátima Mussá. E, do segundo grupo nomes como: Adriano Maurício, Dulce João, Maria Teresa Rufai Mendes, Sérgio Baleira e Sónia Nhamtumbo (SUBUHANA, 2009; FRY, 2001).

é, em 1999, volta ao Brasil e dá continuidade aos estudos ao nível do doutorado na mesma área, culminando em 2005, sob orientação de Peter Fry e Yvonne Maggie com uma tese intitulada *Tábua Rasa: Dinâmica da Resposta Moçambicana contra o HIV/SIDA*.

Margarida Paulo, fez parte do terceiro grupo ou turma de estudantes moçambicanos³⁹⁵ que beneficiou da mesma bolsa que Cristiano Matsinhe, tendo feito apenas a graduação no Brasil que culminou em 1996 e retornado a Moçambique, onde igualmente se vinculou, assim como Matsinhe e no mesmo ano à Universidade Eduardo Mondlane e ao Departamento de Arqueologia e Antropologia. Margarida Paulo seguiu depois para o mestrado em Antropologia na África do Sul - Universidade de Cape Town, culminando em 2004 com um trabalho intitulado *Fertility, sexuality and HIV/AIDS prevention camping in Mafalala bairro, Maputo-Moçambique*, orientado por Lesley Fordred Green. Em 2014, iniciou os estudos de doutorado em Antropologia na Suécia - Universidade de Gotemburgo - *School of Global Studies*, concluído em 2018 com uma tese *Everyday struggles with HIV/AIDS in Mafalala, Maputo (Mozambique)*, orientada por Lisa Åkesson e Johan Wedel.³⁹⁶

Carlos Subuhana, assim como Cristiano Matsinhe e Margarida Paulo, beneficiou-se da bolsa de estudos da Fundação Ford para estudar Ciências Sociais no Brasil. Fez parte do quarto grupo de estudantes moçambicanos que veio cá estudar. Formou-se em Ciências Sociais de 1994 a 1997 na Universidade Federal do Rio de Janeiro. De 1999 a 2001 realizou o mestrado em Sociologia com orientação em Antropologia sob supervisão do antropólogo Marco Antonio Gonçalves e de 2001 a 2005, fez o doutorado em Serviço Social com orientação de uma antropóloga Myriam Moraes Lins de Barros, igualmente na UFRJ. No mestrado pesquisou sobre *A Circuncisão Como Rito de Passagem na Problemática da Cultura Moçambicana: Os casos da cultura Yao e da Igreja Católica* e no doutorado sobre *Estudar no Brasil: Imigração temporária de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro*. Além disso, de 2006 a 2007, realizou um estágio de pós-doutoramento em Antropologia na Universidade Federal de São Paulo sob orientação do antropólogo congolês-brasileiro Kabengele Munanga e, de 2012 a 2016 outro estágio pós-doutoral em Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

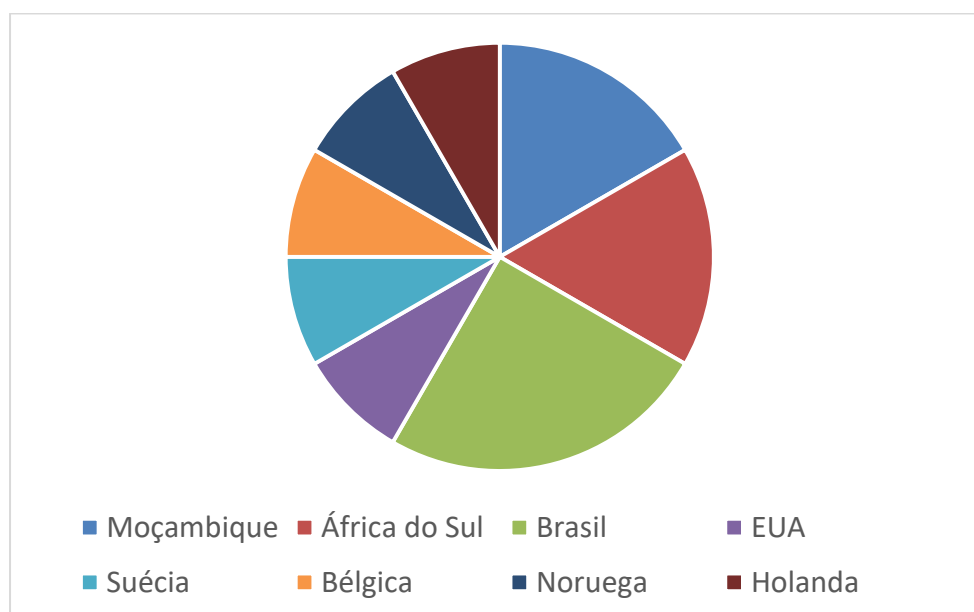
³⁹⁵ Deste grupo fizeram parte também: Garciano Langa; Joaquim Miguel Castigo Fumo, Máximo Bonifácio e Pedro Inglês. E, do quarto grupo nomes como: Alcinda Salvador, André Alfredo Zanqueu Wandela, Carlos Subuhana, Ludovico José Chuquela e Sérgio Nipaquela (SUBUHANA, 2009; FRY, 2001).

³⁹⁶ No início do doutorado de Margarida Paulo, Ana Loforte aceitou fazer a coorientação, sendo incapaz de continuar depois que se aposentou.

Esmeralda Mariano, faz igualmente parte desta segunda geração, tendo iniciado os seus estudos superiores, ao nível da graduação no início dos anos 1990 na Itália - Universidade de Gênova, em Letras e Filosofia com orientação em Etnoantropologia, que concluiu em 1998. Em 2002 conclui o mestrado em Antropologia Social com orientações em Ecologia Humana na Noruega - Universidade de Bergen e em 2014 defendeu a tese de doutorado, igualmente em Antropologia Social e Cultural na Bélgica - Universidade Católica de Leuven. Na graduação escreveu sobre simbologia, mulher, terra e fertilidade baseada em pesquisa de campo em Moçambique. No mestrado deu continuidade à essa problematização escrevendo sobre representações simbólicas e práticas de cura entre os changana do sul de Moçambique, com dissertação *Childlessness: whom to blame and who to cope - symbolic representation and healing practices among the shangana of Sothorn Mozambique*, sob orientação de Gunnar Haaland e no doutorado escreveu sobre experiência de incapacidade reprodutiva, com uma tese *Understanding experiences of reproductive inability in various medical systems in Maputo and Gaza Provinces, Mozambique*, trabalho orientado por Ann Cassiman e coorientação de Patrick Meurs.

O rápido panorama da rede institucional e de linhagem em termos de supervisão antropológica de alguns antropólogos/as moçambicanos permite ver a diversidade de escolas e de orientações a que estes estão expostos e reforça a dimensão cosmopolita e interdisciplinar da formação destes profissionais e da Antropologia em Moçambique. É possível notar aqui uma mudança em termos de países de formação em relação à primeira geração. Há um ampliar de opções como se pode ver no gráfico a baixo, verificando-se uma ênfase no Brasil e África do Sul, Moçambique e depois outros países, especialmente europeus:

Gráfico 3 - Países de formação dos/as antropólogos/as da segunda geração



Fonte: Baseado nas informações dos países de formação acima representados.

Desta geração entrevistei: Carla Braga, Alípio Siquisse, Johane Zonjo, Margarida Paulo, Esmeralda Mariano. Então, será sobre estes que nas próximas linhas tentarei descrever as trajetórias de vida e os caminhos que os permitiram tornarem-se profissionais da Antropologia em Moçambique. Tal descrição, como no capítulo anterior levará em conta os diversos marcadores sociais de diferença: de origens sociais, de idade, de gênero, região, formação, além de experiências de cada um destes.

As trajetórias de vida, formativas e de produção acadêmica deste grupo são, como se pôde observar igualmente no caso das antropólogas/os da primeira geração, bastante heterogêneas, mas também possuem pontos de encontro. Uma das diferenças notáveis é a idade, estando uns mais próximos que os outros, por exemplo: Carla Braga, Alípio Siquisse e Esmeralda Mariano, estão em termos etários, como se poderá ver, mais próximos que Margarida Paulo e Johane Zonjo. Essa diferença de idade diz muito também sobre as distintas trajetórias e experiências que a vida que cada um destes assumiu, como iremos ver na sequência. A outra diferença significativa é a proveniência regional: norte, centro e sul. Nesse aspecto, pode-se dizer que há um certo equilíbrio. Mas também, há diferenças em termos de origens sociais. Em termos de origens sociais, uns são provenientes de famílias de classe média e outros de famílias de classe popular. Além destas há diferenças também de gênero. Todos esses marcadores, de

idade, classe, cor, regionalidade, gênero e sexualidade e entre outros, certamente impactaram de formas diferentes as trajetórias de cada um dos interlocutores que passo a apresentar em seguida.

Optei por apresentar as trajetórias de vida, formação e produções acadêmicas a partir de cada pessoa entrevistada, como fiz no caso da primeira geração. Isto porque, a meu ver permite explorar melhor as especificidades dos percursos individuais, visibilizar redes, tanto institucionais, como pessoais e intelectuais, conectadas com a macroestrutura que as condiciona, permitido assim ao leitor uma observação da diversidade e também dos elementos em comum que atravessam as experiências destes sujeitos. Igualmente como o fiz para a primeira geração, nesta irei apresentar as trajetórias de forma intercalada - uma mulher e um homem, buscando sempre conexões, que no final serão retomadas. Começarei então com a trajetória da antropóloga Carla Braga e na sequência, Johane Zonjo, Margarida Paulo, Alípio Siquisse e, por fim, Esmeralda Mariano.

8.1 CARLA BRAGA

Sou muito grata a Ana Loforte e Maria José Arthur por me apresentarem à Antropologia e por me desafiarem a fazer estudos de pós-graduação no exterior.

Até o momento da pesquisa, Carla Braga assumia a posição de Diretora Adjunta para Investigação e Extensão da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM. Braga nasceu em 1956 na cidade de Maputo, mas cresceu, como ela própria conta: “ao longo de todo o Moçambique”, por conta da profissão do seu pai que era na altura funcionário dos caminhos de ferro.³⁹⁷ Inicia o seu processo de escolarização primária em Maputo, onde frequente os primeiros dois anos, continua na cidade de Pemba, na província de Cabo Delgado, região Norte de Moçambique.

Carla Braga viveu a sua adolescência na cidade da Beira, província de Sofala, região Centro e também na cidade de Nacala, na província de Nampula, localizada no Norte do país e só retorna a Maputo depois da independência. No diz respeito a sua origem familiar, ela conta:

³⁹⁷ Ferrovia no Brasil. É bom lembrar aqui que Moçambique, se constitui nas últimas duas décadas do século XIX, essencialmente como uma colônia de prestação de serviços que incluíam os portos, as **ferrovias** e o fornecimento de força de trabalho para as colônias vizinhas. Como se poderá ver também na trajetória de Esmeralda Mariano, e ela própria se refere a isso, era comum para pessoas que nascessem em famílias de assimilados (de nativos considerados mais próximas da civilização portuguesa) naquela época, que seus pais migrassem com frequência em missão de trabalho no interior do país.

A minha família é uma *mistura* muito grande e acho que isso é uma riqueza. Nós temos familiares da parte do Sul de Moçambique. A minha bisavó era da família Fumo (...) e tenho uma outra parte do Norte de Moçambique, um bisavô que era Macua (...). Eu sou mulata, mista como quiserem chamar, portanto, eu sou uma mistura. E, contrariamente `aquilo que o meu apelido pode indicar, a mistura vem com indianos, portanto, é um avô, bisavô, eu já não sei de que geração, que é da Índia e parece que essa coisa da miscigenação, sobretudo no período colonial sabe-se pouco não é. E, parece, volto a dizer parece que haveria um bisavô francês não sei, porque tu já não consegues destrinchar aquilo que pode ser até mito ou não. O que eu sei, isso sim, é que, por exemplo, a certidão do meu avô paterno indica somente -vê bem isto tem que ver com história - filho de Maria, não tinha apelido e pai não se menciona. Ele é filho de Maria. Para mim, esta certidão é tão emblemática! Então eu cresci por todo lado, e tenho a nível familiar influências de vários lados (Entrevista, 2018).

Neste fragmento de narrativa, Carla Braga aponta para um processo de miscigenação étnico e racial presente no período colonial e, por vezes, incentivado pela política colonial lusotropicalista e civilizacionista, que visava embranquecer a população residente nas colônias, já que os negros eram vistos como uma raça inferior. Esta história está marcada na trajetória de Carla Braga e de sua da família. Mas, além das misturas no âmbito racial, fica evidente a mistura no âmbito étnico: “A minha bisavó era da família *Fumo* (...) e tenho uma outra parte do Norte de Moçambique, um bisavô que era *Macua* (...)”. O apelido Fumo é geralmente de pessoas ou famílias do Sul de Moçambique, especialmente do grupo Ronga, enquanto os Macuas são de um grupo étnico do Norte de Moçambique. A mistura a que Carla Braga se refere tem esse duplo significado: étnico (Fumos e Macuas) e racial (indianos e brancos) e é resultado de processos migratórios internos e externos. Os racialmente misturados, no período colonial, gozavam de um *status* superior em relação aos negros de pele mais escura.

Abrindo parênteses, parece-me importante referir que essa hierarquização racial permanece em Moçambique como legado colonial, embora pouco discutida. Pessoas com tons de pele mais claro, mulatas ou brancas, por vezes gozam de maior vantagem de emprego em relação a pessoas de tons de pele mais escuros no país, especialmente em bancos, mas não só. Polêmicas em relação a casos dessa natureza aparecem de forma aparentemente isolada nas redes sociais e outros espaços. Mas, pouco espaço de debate público ou de investigação é dado a questão. A questão racial virou um tema tabu no pós-independência, afinal tínhamos que ser todos moçambicanos/as, deixando de lado as nossas diferenças de cor, raça, religião, etnia, regionalidade, etc. Como muito bem destaca Carla Braga, parece que sabemos pouco sobre os processos de miscigenação no contexto colonial, mas também falamos pouco no Moçambique atual sobre a questão racial, embora a questão não seja de todo irrelevante, apesar de se mostrar com maior veemência à superfície o privilégio de classe.

Retomando à trajetória de Carla Braga, ela faz, portanto, parte de uma família de assimilados. Frequentou a escola primária e secundária no período colonial, num contexto em que o modelo de ensino era português, o que, assim como outras pessoas da sua geração, lhe privou em certa medida de vivenciar processos culturais e identitários que lhe eram também familiares, do seu contexto de nascimento e que como ele própria explica, essa privação está relacionada às técnicas coloniais de assimilação, de disciplinarização dos corpos, entre outras. Em 1974 vai a Portugal para estudar Psicopedagogia no Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), onde fica por muito pouco tempo e não chega a concluir o curso por conta do intenso contexto histórico e político em se vivia tanto em Portugal, assim como em Moçambique. Em Portugal integra-se na então Casa de Moçambique, onde estavam algumas figuras que se tornaram importantes no país como Hermenegildo Gamito³⁹⁸ e muitos outros nomes.³⁹⁹

Entre mais ou menos 1983 e 1990/1, Carla Braga viveu no Chile, porque contraíra matrimônio com um chileno que esteve exilado em Moçambique⁴⁰⁰ por conta da ditadura⁴⁰¹ militar de Augusto Pinochet em seu país. Durante esses anos participou de forma bastante ativa no movimento de mulheres no Chile, foi integrante do corpo diretivo de uma organização de mulheres que se chamava *Memes* que era contra a ditadura e a favor dos direitos humanos. A sua entrada para Universidade (Eduardo Mondlane) como estudante se dá numa fase já adulta, aos trinta e poucos anos, entre 1992/3, após retornar à Moçambique. Carla refere que sempre quis e gostou de estudar, mas por forças das circunstâncias, que se prendem em parte com o trabalho para ajudar no sustento familiar e cuidado com suas duas filhas, não pôde seguir mais cedo para o ensino superior.

Embora sua formação inicial tenha sido em História, Carla Braga acredita que já andasse à procura do caminho da Antropologia sem saber, portanto, inconscientemente, porque seu trabalho de fim do curso, já citado acima, escapava se pensado dentro duma visão engessada da História, aproximando-se mais da Antropologia. Nesse sentido, ela argumenta: “essa fronteira entre História e Antropologia para mim é (...), elas são mais complementares que outra

³⁹⁸ Atual presidente do Conselho Constitucional.

³⁹⁹ De moçambicanos que estavam a estudar nessa época em Portugal.

⁴⁰⁰ Moçambique no contexto da construção do socialismo além de receber apoio de países com a mesma orientação político-ideológica, ofereceu asilo à perseguidor por regimes ditatoriais em seus países.

⁴⁰¹ De 1993 a 1990.

coisa, como todas as outras Ciências das Humanidades, Ciências Sociais, etc.” (Entrevista, 2018).

O seu interesse pelas questões antropológicas, refere Carla Braga, tem assim algo de furtivo, do acaso,⁴⁰² do circunstancial, mas também tem a ver com a sua história de vida: “o meu interesse de estudo, antes mesmo de entrar para a Universidade: um, tinha que ver com saúde e, o outro tinha e tem que ver com a minha própria história, com a miscigenação e sexualidade”. O tema inicial de seu trabalho de fim do curso ao nível da graduação seria então à volta do colonato do Limpopo e sobre os casamentos: “a lei colonial sobre os casamentos, quem podia casar com quem, como eram as relações entre homens e mulheres no período colonial e tinha uma série de informação muito interessante”. Entretanto, ela não chegou a escrever sobre esse assunto porque o seu orientador na época, o historiador David Hedges⁴⁰³ questionou-lhe: “- Carla, quem é que está em condições de poder orientar-te nessa matéria em História?” Apesar do trabalho de campo que havia realizado sobre essa temática inicial, acabou por escrever sobre a questão do acesso a recursos (terra, especialmente) e matrilinearidade no Niassa, pelo seu envolvimento e trabalho como oficial do programa no então Núcleo de Estudos de Terra da Faculdade de Letras da UEM. É daí que vem o seu interesse pelas questões da terra: “a terra, ou aquilo que o acesso ou o controle sobre ela possibilita ou impossibilita passou a ser um dos meus objetos de estudo” (Entrevista, 2018).

Assim, Carla Braga vai fazer a sua pesquisa em Niassa no contexto da instalação de um polémico projeto denominado Mozagres. Nesse âmbito, depara-se com uma realidade específica relacionada à residência pós-casamento: *uxorilocalidade*, *virilocalidade* - mas cujos conceitos desconhecia. Foi a curiosidade e interesse por essa realidade que lhe motivou a desenvolver a sua pesquisa na graduação. Daí chegou a matrilinearidade, relações de gênero e

⁴⁰² Aqui vale lembrar Mariza Peirano (1992), em seu texto “Artimanhas do acaso”, quando refere que ao fazer uma série de entrevistas com cientistas sociais brasileiros sobre o campo, observou um fenômeno curioso: “surpreendi-me ao ouvir com frequência a expressão ‘foi por acaso’ ou ‘tratou-se de um fenômeno ocasional’ para explicar a mudança de rumo em determinado momento de suas carreiras. Todos lançaram mão do acaso nas conversas que mantivemos” (PEIRANO, 1992, p. 9). A razão da sua surpresa residia no seu pressuposto sociológico: “Minha suposição era de que eles provavelmente já teriam explicito o que o antropólogo geralmente constrói a partir das formulações vagas, muitas vezes confusas ou implícitas do que ouve durante a pesquisa de campo. Não errei totalmente. Todos os entrevistados já tinham um discurso elaborado para contar a sua trajetória intelectual. No entanto, em determinados momentos críticos, face talvez a uma pergunta inesperada, a resposta era: ‘Ah, foi por acaso’” (idem, p. 9-10). Ela sugere ver “nos acasos o resíduo permissível de ‘irracionalidade’ do nosso mundo acadêmico; ou em outras palavras, os ‘imponderáveis da vida real’, que não invalidam, mas, ao contrário, enriquecem e dão aquela dimensão humana essencial à compreensão dos fenômenos sociológicos” (idem, 1992, p. 19).

⁴⁰³ Professor do Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane e editor de importantes produções sobre a História de Moçambique.

acesso à terra, que tem sido até hoje de seu interesse, além das questões da saúde, doença e sexualidade.

Apesar de seu interesse por questões de saúde, Carla Braga nunca se imaginou uma profissional de saúde, mas, sempre se imaginou professora de diferentes áreas de conhecimento: “num momento pensei que pudesse ser professora de línguas, porque gosto de línguas, mas sempre para o lado das Ciências Sociais, professora de História, mudava o assunto, mas sempre imaginei ser professora e mesmo investigadora foi muito mais tarde (...), mas sempre desde o social”. É nesse seu gosto pela docência e também pela história que de certa maneira encontra a explicação para a sua formação superior inicial nesse último campo. Carla Braga considera a História como um importante pilar da sua formação que lhe permite, como ela argumenta: “ter uma perspectiva sobre os fatos que não seria possível sem meu background em História” (Entrevista, 2018).

Para ela, a Antropologia e História estão muito juntas e se complementam muito bem: “(...) podemos ir aos Comaroff⁴⁰⁴ que são talvez os primeiros a alertamos para essa dupla dimensão”. Dentro da História, Carla refere que o que lhe atraía não era tanto a história política, mas a história das ideias, dos movimentos sociais, mas que nessa altura não formulava dessa maneira as questões como o faz hoje, olhando para a sua trajetória. Esta é uma leitura que faz a partir do presente. Então a sua opção pela História, talvez tenha sido porque, como ela argumenta não havia na época um curso de Antropologia, nem Sociologia, que eventualmente teriam sido sua formação inicial.

Carla Braga reconhece também que certamente, algo da sua vivência no Chile terá influenciado aquilo que lhe interessava em História, porém argumenta: “(...) não posso dizer que fui para a História porque eu estava interessada em estudar os movimentos sociais, isso seria falso”. Entretanto, quando olha para trás, identifica nos temas que escolhia para os trabalhos de História essa influência. Por exemplo, seu interesse sobre a revolução dos camponeses na Alemanha, a sua preocupação com dados (que pouco havia) sobre a participação das mulheres nos diferentes movimentos, entre outras preocupações. Ainda sobre influência da vida no Chile, Carla refere:

Outro dia encontrei um dos meus trabalhos - na altura não falávamos de trabalho sexual, a designação era prostituição - sobre a prostituição no período colonial e depois vejo também que além do estudo que incluía toda uma questão legal - eu fiz a pesquisa no arquivo histórico, recorri a poesia de Craveirinha, por exemplo, para

⁴⁰⁴ Em referência a(o) antropólogo(a) John Comaroff e à antropóloga Jean Comaroff.

conseguir analisar e ver o que havia de relações sociais naquele contexto - mas, também saúde, as inspeções de saúde a que as trabalhadoras de sexo no período colonial eram sujeitas, etc. Quer dizer estava ali já algum DNA (Entrevista, 2018).

No contexto da Universidade, ao nível da graduação, Carla teve Antropologia no terceiro ano e como professora da disciplina Maria José Arthur, que a descreve como uma das mais exigentes docentes que teve, que motivava e desafiava sempre os alunos. Maria José Arthur, foi segundo Carla Braga uma das pessoas que influenciou decisivamente a sua trajetória antropológica: “foi uma professora incrível e sem dúvida que influenciou e marcou a minha escolha pela Antropologia (...)”. Esse reconhecimento à Maria Arthur é extensivo a outros antropólogos/as da mesma geração que ela, como Ana Loforte e Alexandre Mate. Tal reconhecimento aparece expresso nos agradecimentos de sua tese:

I am grateful to my colleagues at the Anthropology Department of Eduardo Mondlane University in Mozambique who kept doing my work for long time while I was abroad. A special thanks goes to Alexandre Mate. I am greatly indebted to Ana Loforte and Maria José Arthur for introducing me to Anthropology and challenging me to pursue graduate studies abroad (BRAGA, 2012, p. iv).⁴⁰⁵

Fica evidente aqui nesse excerto uma dimensão que é fundamental no processo formativo e de produção acadêmica, muitas vezes negligenciados nas análises sobre a temática que é o afeto.⁴⁰⁶ Visivelmente, os agradecimentos de Carla Braga ultrapassam a dimensão meramente formal e mostra o quanto o afeto é constitutivo e central na constituição de trajetórias pessoais, profissionais e acadêmicas.

Carla Braga entra para o DAA junto com Johane Zonjo, em 1999: “olha isso foi no mesmo processo eu e o Zonjo”. Tanto Carla Braga, quanto Johane Zonjo, contam que, por serem bons estudantes, Ana Loforte e Maria José Arthur integram-nos inicialmente como assistentes-estagiários. Segundo Braga, “aquilo que é o DAA hoje foi fruto de uma estratégia muito bem pensada e elaborada”. Na altura em que ela e Zonjo entram, havia como ela explica, um plano que visava: “fortalecer a secção de Antropologia, que era de fato diminuta e isso implicava formação (...) escolher aqueles que seriam os melhores estudantes”. Fazia parte dessa estratégia, a diversidade enquanto princípio básico e fundamental da própria Antropologia,

⁴⁰⁵ Sou grata aos meus colegas do Departamento de Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique, que continuaram trabalhando durante muito tempo enquanto eu estava no exterior. Um agradecimento especial a Alexandre Mate. Sou muito grata a Ana Loforte e Maria José Arthur por me apresentarem à Antropologia e por me desafiarem a fazer estudos de pós-graduação no exterior (tradução pessoal e livre).

⁴⁰⁶ Entendida aqui na sua dimensão não apenas psicológica (ou individual), mas relacional (ou social), portanto, como um modo de relação constitutiva do profissional.

portanto, a integração de pessoas formadas em diferentes escolas, de diferentes tradições acadêmicas para fortalecer o Departamento:

E hoje o DAA é isso! Tu tens pessoas que se formaram em Portugal, outros na Inglaterra, nos Estados Unidos, em França, na Suécia (...), quer dizer, eu acho que isso é das maiores riquezas que o DAA tem e do pouco que eu conheço de outros Departamentos de Antropologia, de outros sítios, estou a pensar concretamente nos Estados Unidos, estou a pensar no caso da Suécias. As Universidades suecas que eu conheço, tu vais ver as histórias de quem são os docentes e muitas vezes são pessoas que fizeram as licenciaturas, mestrados, doutoramentos naquele mesmo departamento ou pessoas que fizeram o doutoramento naquele departamento e que depois ficam. Isto pode ter os seus lados positivos ou negativos que não me corresponde analisar neste momento, mas eu acho que essa diversidade é a força do DAA (Entrevista, 2018).

Carla Braga lembra também de que: “na altura se falava em dar visibilidade à Antropologia. (...) Maria José Arthur e Ana Loforte em particular diziam que, para se dar visibilidade à Antropologia nós temos que ter muito bons quadros (...) a questão também de gênero pesava (...)”. Sobre a questão de gênero Braga dá um exemplo:

Se tu reparares, nós neste momento temos quatro PhDs e três são mulheres. Agora eu não sei se isso vai se manter assim, mas isso foi fruto de algo consciente, procurado, etc. E, se nós quisermos manter é preciso pensar nisso quando formos pensar em termos de contratações, etc., é preciso ter esse mesmo tipo de visão que eles tiveram,⁴⁰⁷ ter uma visão daqui a vinte anos o que é que vai ser o DAA, se calhar mesmo daqui a vinte anos é pensar a curto prazo! (Entrevista, 2018).

Quando lhe solicitaram para integrar o DAA, Carla Braga não se imaginava como docente universitária e daquela Universidade especialmente: “Para mim era uma coisa de outro mundo, pensar que eu podia vir a lecionar na UEM”. Nessa altura, segundo Braga, pelo imperativo que se colocava ao DAA em relação à formação do quadro docente, a reitoria abria exceções para que os novos ingressantes, assistentes-estagiários, no lugar de trabalharem obrigatoriamente por um período inicial de dois, antes de continuarem com os estudos, o fizessem de imediato, havendo oportunidades de bolsas para o efeito, em qualquer parte do mundo: “(...) era uma possibilidade incrível que eu não imaginava. Nem me imaginava a dar aulas. Porque repara, éramos estudantes do terceiro ano na UEM. Muito menos iria imaginar que eu iria dar aulas nos Estados Unidos na qualidade de assistente a duzentos estudantes como o que me aconteceu nalgum momento. Quer dizer estava longe das minhas expectativas” (Entrevista, 2018).

⁴⁰⁷ Referindo-se a primeira geração de antropólogas/os.

Assim, Carla Braga inicia-se no campo da docência no ensino superior na UEM, primeiro como monitora de Maria José Arthur e depois de Alexandre Mate e só mais tarde é que assume sozinha a direção das disciplinas que dava: Introdução à Antropologia na Faculdade de Direito e depois, Introdução à Antropologia na Faculdade de Letras e na UFICS. Na UFICS tinha como seu monitor Danúbio Lihaha.⁴⁰⁸ Um comentário importante, feito por Carla Braga para compreensão destes processos de ensino e aprendizagem na UEM, extensivo a outras instituições do país: “outro dia estava a falar com alguém e eu dizia, nesta Universidade, quer dizer a história, pela questão do contexto colonial, a falta de quadros, etc. todos nós em algum momento fomos professores e estudantes de todos nós. De fato, esta história repete-se (...) todos nós fomos estudantes e professores em diferentes etapas (...)” (Entrevista, 2018).

Esta narrativa e prática contínua, de que todos foram em algum momento ou são professores e estudantes uns dos outros é recorrente em entrevistas e textos de outras académicas/os desta geração. A socióloga Isabel Casimiro conta, por exemplo, que com a saída de muitos professores portugueses, no contexto da independência de Moçambique, de repente se viu professora de Língua Portuguesa: “tendo sido colega duma antiga professora minha!” (CASIMIRO, 2004, p. 8). Nos agradecimentos do seu livro, Isabel Casimiro afirma: “todos nós fomos estudantes e professores em diferentes etapas” e ao agradecer a historiadora moçambicana Teresa Cruz e Silva, diz: “A minha muito querida *amiga, colega e professora* Tereza Cruz e Silva, que teve uma enorme paciência para escutar os meus lamentos, mas firmeza para me pôr a trabalhar” (CASIMIRO, 2004, p. 13, grifo meu).

8.2 JOHANE ZONJO

O professor Alexandre Mate foi meu tutor, ele é que praticamente me introduz à Antropologia nesse campo da docência (...).

Johane Zonjo, é docente efetivo do DAA desde 1999. Nasceu na cidade da Beira, província de Sofala, centro de Moçambique em 1974, no período de transição para a independência. Realizou seus estudos primários e secundários na sua cidade natal. Os seus estudos ocorrem, portanto, no período revolucionário e no contexto de introdução do primeiro sistema nacional de educação no país. Embora criança na altura, acompanhou o processo da guerra civil: “(...) nós éramos crianças, mas conseguíamos nos aperceber que o país estava em

⁴⁰⁸ Docente efetivo no DAA/UEM.

guerra, por causa da própria localização do meu bairro (...). Nós víamos os movimentos das viaturas militares, as colunas. Já conhecíamos o som das viaturas militares quando passavam (...)" (Entrevista, 2018).

Zonjo refere que existiam poucas escolas secundárias de nível médio no país, naquele contexto. Assim, haviam moçambicanos que saíam das suas províncias ou cidades para Beira. A Escola Secundária da Beira, ele explica, tinha cotas para estudantes provenientes de outras províncias da região Centro:⁴⁰⁹ “era um pouco esse cenário que nós vivíamos e foi bom, porque nós acabamos tendo experiências com estudantes que eram de diferentes províncias. Nós começamos essa experiência de interagir, conviver (...)" (Entrevista, 2018).

Conclui o ensino pré-universitário em 1992, migra para Maputo com objetivo de cursar o nível superior na Universidade Eduardo Mondlane, onde se forma em História de 1993 a 1999. Nesse âmbito, conta como o ambiente que encontrou na Universidade, assim como fora dela, nas bibliotecas de Maputo era de instigantes debates. Após a graduação é convidado a integrar o quadro de docentes como assistente do DAA, junto com sua colega Carla Braga. Mas, antes da sua contratação formal, já desde 1997 trabalhava como monitor, passando dois anos depois para o quadro dos docentes permanentes. Desde então, dedica-se à pesquisa e docência naquela instituição de ensino e simultaneamente assume funções no Gabinete de Estudos da Presidência da República de Moçambique.

Zonjo conta que sempre gostou de História, porém, sua opção por essa área, ocorreu depois de ter ficado em segundo lugar, como suplente no concurso das bolsas da Fundação Ford para cursar Ciências Sociais no Brasil. Nesse concurso realizado na cidade da Beira, ficou em primeiro lugar o seu amigo e colega de turma Pedro Inglês, que faz parte do terceiro grupo de estudantes, que junto com a antropóloga Margarida Paulo vieram ao Brasil estudar Ciências Sociais no âmbito deste programa de bolsas (FRY, 2001, p. 285). Assim, em 1993, ingressa no curso de História que mais se aproximava das Ciências Sociais (inexistente até então no país), havendo apenas cursos na área das Letras como já exposto no capítulo III. Zonjo recorda que nesse ano, na cidade da Beira apenas duas pessoas passaram no exame de admissão da UEM. Ele foi uma delas:

É assim que de um momento para o outro estava com aqueles professores que via apenas no livro, no manual de História de Moçambique. Na ficha técnica a gente via lá Gerhard Liesegang, David Hedges, Aurélio Rocha, Arlindo Chilundo. Todos de um

⁴⁰⁹ O mesmo sucedia também com as Escolas Secundárias de Maputo para a região Sul e Nampula para a região Norte.

momento para o outro já eram meus professores na Universidade. Foi uma boa experiência. Naquela altura em que nós estudamos, havia uma grande exigência e tive a oportunidade de trabalhar com quase todos esses professores. É assim que dou de caras com o curso de História. Até hoje está lá presente nas minhas abordagens [risos] (Entrevista, 2018).⁴¹⁰

Zonjo explica o seu gosto pela História da seguinte maneira: “Talvez porque a História leva-nos a fazer grandes viagens para explicar vários processos, mas se calhar também porque tive muitos bons professores de História, então, por isso, ainda hoje, nas outras áreas esse elemento da História está lá presente”. Baseado na área da História, em suas reflexões antropológicas, interessa-lhe sempre perceber, por um lado, como os processos sociais analisados foram se constituindo ao longo do tempo. Ao mesmo tempo que procura combinar isso com outros elementos para melhor explicar o fenômeno específico em análise. Entretanto, confessa que lhe é difícil explicar como exatamente nasce essa inclinação para os processos históricos: “não sei, não consigo explicar como exatamente nasce, se calhar é influência de casa” (Entrevista, 2018).

Zonjo conta que seu pai colecionava Revistas Tempo:⁴¹¹ “fazia questão depois de encadernar aquela coleção das coletâneas que eram publicadas pelo partido Frelimo, sobre palavras de ordem, estudos e orientações, coleção de documentos (...). Tudo isto, estava lá na minha casa, aquelas coletâneas das canções revolucionárias, estava lá”, explica e continua: “Muitas vezes eu entrava em contato com essa realidade ainda em casa. Em caso de dúvidas, meu pai começa a explicar. Se calhar isso criou-me muito esse interesse depois pela História e por aí em diante” (Entrevista, 2018).

⁴¹⁰ Todos os excertos de entrevistas subsequentes na descrição desta trajetória não citados são resultantes da mesma entrevista realizada em 02/04/2018.

⁴¹¹ Revista de notícias ilustrada criada na década de 1970.

Figura 14 - Exemplar da Revista Tempo



Fonte: <http://www.verdade.co.mz>

Por outro lado, Zonjo conta que seu pai também gostava de contar histórias do tempo colonial e da família, que tinham a ver com a própria dinâmica do colonialismo. Inclusivamente, o seu pai aparece como entrevistado num dos números especiais publicado pelo Arquivo Histórico de Moçambique, produzido especialmente no âmbito da comemoração dos cem anos da cidade da Beira. Seu pai é uma das pessoas que aparece dando depoimento. Para Zonjo, provavelmente a influência tenha sido por esse lado de seu pai, de contador de histórias dos processos históricos: “provavelmente isso pode ter influenciado em parte, de forma

inconsciente (...)”. Ainda nesse âmbito, Zonjo lembra que houve também um momento em que se criou um concurso nacional denominado Moçambique e sua história, no qual a cidade da Beira teve dois vencedores, um deles foi João Candido Pereira (atualmente professor na UEM), que nessa época estimulou-lhe e igualmente a outros jovens beirenses a seguir pela História: “era um ambiente em que havia um clima familiar, favorável à aprendizagem” (Entrevista, 2018).

Segundo Zonjo, seu pai e irmão mais velho também tinham sido exemplos no âmbito escolar para o nível que tinham na época, o que lhes permitiu depois conseguir bons postos de trabalho: “então, havia um clima em casa mesmo favorável ao estudo e nós, nesse aspeto não tivemos dificuldades, estudamos com relativa tranquilidade, porque não se exigia outra coisa que não fosse estudar. Procuramos aproveitar no máximo as oportunidades que havia!” Tais incentivos continuaram por via dos seus irmãos até a Universidade. Zonjo é o quarto dos cinco filhos que seus pais tiveram e o primeiro a entrar para a Universidade. Além dele, outros dois irmãos seguiram para o ensino superior e os três tornaram-se docentes: “Então diria que é um ambiente familiar de incentivo para que a gente continue a estudar e a trabalhar, no sentido de que, só a escola é que pode vencer, a melhor resposta das nossas preocupações e os meus pais isso conseguiram nos transmitir!” (Entrevista, 2018).

Da sua experiência de Universidade enquanto estudante, Zonjo refere que os ‘miúdos’⁴¹² eram poucos. A maior parte dos estudantes era também de trabalhadores, pessoas adultas e chefes de família. Hoje o cenário é diferente. O ambiente e as bibliotecas para o estudo, segundo ele eram melhores na cidade de Maputo que na Beira, o que evidencia as desigualdades históricas que existiam e continuam em termos regionais em Moçambique, neste caso particular no que diz respeito ao acesso a infraestruturas educacionais de qualidade e, por via disso também a um capital cultural (BOURDIEU, 1998). Assim, Zonjo descreve as condições que encontrou em Maputo:

A informática ainda era um luxo, mas havia sala de computadores já nessa altura. Então podias datilografar os nossos trabalhos (...). Comparando com a cidade da Beira donde eu vinha, aqui havia uma grande diferença, porque aqui havia mais oportunidades e, é uma das coisas que me fez compreender porque ao nível dos Exames de Admissão havia poucos estudantes de fora de Maputo que podiam passar. Porque os estudantes que estavam na cidade de Maputo tinham melhores recursos para se preparar. Os professores nas escolas da cidade de Maputo, alguns eram estudantes universitários. E, as pessoas que elaboravam os Exames de Admissão eram seus professores. O Exame de História era elaborado pelo Departamento de História. As pessoas que elaboravam eram os meus professores. Obviamente que, o estudante de

⁴¹² Termo usado pelo entrevistado para se referir aos mais jovens.

História que eu desse explicação e indicava os livros que estavam disponíveis para ele puder consultar, era diferente do nível de preparação que tinha nas províncias. A diferença estava nos meios que permitia ter uma melhor preparação. Tudo isso faz parte das diferenças que eu constatei (Entrevista, 2018).

No terceiro ano de faculdade, Zonjo assim como Carla Braga, têm a disciplina de Antropologia lecionada por Maria José Arthur. Segundo Zonjo, é Maria José Arthur que lhe fala pela primeira vez do programa que havia de, a médio prazo, abrir-se a licenciatura em Antropologia e que estavam a recrutar estudantes que o DAA entendia poderem responder ao desafio depois, de se tornarem antropólogos/as. Nesse âmbito, ele diz: “eu fui contactado, para além de mim, tinha havido um primeiro grupo que era o Mateus Mutemba, a Ana Graça, o Agostinho Manganhela. Desses só o Manganhela ficou no departamento. Depois há um segundo grupo onde estou eu e a Carla Braga para reforçar” (Entrevista, 2018). É assim que ele entra para o DAA.

Num momento inicial, Zonjo é integrado para acompanhar os projetos de pesquisa em curso como assistente de investigação. Nesse âmbito, trabalha com Maria José Arthur apenas como assistente de pesquisa, inserido no projeto sobre as questões de género nos transportes rodoviários. Nesse contexto, participa de vários seminários, especialmente de investigação. Num segundo momento, passa a acompanhar as aulas como monitor de Alexandre Mate em Introdução à Antropologia, entre em 1997 e 1998, que era uma disciplina de tronco comum do bacharelato em Ciências Sociais na UFICS e depois também, de Kabengele Munanga em Antropologia do Simbólico em 1999. Sobre a experiência de trabalho com Alexandre Mate Zonjo declara:

O professor Alexandre Mate foi meu tutor, ele é que praticamente me introduz à Antropologia nesse campo da docência, ele é que tinha que verificar e corrigir toda a minha atuação e nesse aspecto ele foi uma pessoa espetacular. E como ele verificou que eu não era natural de Maputo, apresentou-me a família dele e eu era lá uma espécie de irmão dele. Aos finais de semana saímos juntos para passear. Ele estava mesmo interessado em que eu progredisse. Ele contribuiu muito para a minha formação como profissional. E, havia uma vantagem, ele acabava de voltar da Inglaterra, foi uma das pessoas que me fez ver a importância de conhecer bem o inglês. Ele tinha muitos livros em inglês. Ele dizia: - queres aprender as coisas vais ter que ler isto, vais ter que andar com um dicionário, aprende (...). Eu tive que desenvolver muito nesse aspeto (...). Quando houve o projeto de formação dentro do departamento, foi ele que, apercebendo-se que eu queria me inscrever para frequentar um curso de inglês, ele disse que não precisava porque o departamento podia pagar essa formação. Então ele orienta o departamento para fazer a minha inscrição e começo a aprender inglês (...). Terminou essa fase, surgiu uma outra, quando houve recursos, mandou-me para a África do Sul por dois meses para consolidar (...) tudo isso! Já lia a literatura sem problemas. Ele me incentivava e sempre que houvesse oportunidade eu estava lá, incluía-me (...) (Entrevista, 2018).

Como no caso de Carla Braga, fica evidente igualmente no excerto acima a centralidade do afeto e amizade, das relações de intimidade na construção das trajetórias pessoais e profissionais de antropólogos/as. O acolhimento que Zonjo recebera de Alexandre Mate, não só como colega, mas como um integrante da família, “um irmão”, ultrapassa a dimensão dos limites formalmente imaginados da academia e mostra a importância e lugar do afeto no âmbito formativo e de produção do conhecimento. O afeto e as relações de intimidade ou familiaridade não só participam como são constitutivas do espaço acadêmico, ainda que essa constatação não seja generalizável, uma vez que nem todas as pessoas vivenciam a mesma experiência. Penso que os estudos que tomam as trajetórias acadêmicas como objeto de reflexão sairiam a ganhar se atentando para as dimensões da intimidade e do afeto na construção profissional dos sujeitos, na medida em que, elas revelam que as relações profissionais podem ser igualmente afetivas e estas últimas podem ou influenciam e moldam sobre maneira as primeiras.

Em relação à experiência com Kabengele Munanga, Zonjo lembra:

Com o prof. Kabengele (...) ele esteve cá por dois meses, mas foi uma grande escola porque nós estávamos perante um guru da Antropologia ali e eu a carregar a pasta com os textos dele, que trouxe do Brasil. Ele dizia, depois levas estes textos, são para ti e se quiseres vir estudar no Brasil, meu e-mail está aqui (...). Recordo que numa das vezes, ele disse na sala: - próxima aula quem vai dar é o Zonjo. E eu acabei recusando perante os estudantes e ele perguntou: - Porque? Eu disse, não são todos os dias que nós temos um professor da Universidade de São Paulo que vem dispende dois meses aqui! (...). Entre os meus colegas moçambicanos ouvirem a mim na próxima aula e ouvirem o professor, eu acho que nós saímos a ganhar, tanto eu como os colegas vamos sair a ganhar em ter mais uma aula consigo, não vamos perder esse minuto ouvindo a mim, posso ficar a falar depois do professor regressar ao Brasil. Então prontos, ele entendeu, e continuou (Entrevista, 2018).

Nesse contexto, Zonjo ficou então responsável por coordenar a turma. Era ele quem recebia os textos de Kabengele em primeira mão e orientava os estudantes sobre o que seria discutido em cada aula:

Era a primeira turma de licenciatura em Antropologia, que tinha nove estudantes: o Hélder Nhamaze, o Adriano Biza (...) e era uma turma fantástica (...). Eles eram muito próximos, muito amigos, mas quando começavam a debater, era impressionante ver como eles discutiam, com um grau de profundidade! Naquela turma, se tu não estavas preparado não te metias com eles. Mas, foi uma grande aprendizagem, aprendi muito com o professor Kabengele, deixou-nos uma pilha de textos, sabia que nos fazia falta, tínhamos uma literatura fresca. Hoje me pergunto quantos profs nós podemos conseguir ter no âmbito da cooperação que esteja cá por dois meses, professores da estatura de Kabengele. (...) Kabengele não vinha sozinho, vinha com César

Gnaccarini. Kabengele chegou na altura em que estava cá o professor Cristiano Matsinhe (...) foi uma experiência muito boa! (Entrevista, 2018).

Atualmente, Zonjo tem trabalhado nas disciplinas de Antropologia em Moçambique, Antropologia das Políticas Públicas, Introdução à Antropologia e Teorias Antropológicas Clássicas. No âmbito dos seus interesses pelas políticas públicas, defendeu recentemente (2018) uma dissertação no Mestrado em Governança e Administração Pública da UEM, intitulada *Discurso como Política Pública: A Construção do Discurso de Combate à Pobreza em Moçambique - Mudanças e Continuidades*, sob orientação de Eduardo Siteo. Na questão de pesquisa que se propôs responder nesse trabalho, transparece o cruzamento entre a sua abordagem histórica e a perspectiva antropológica: “como é que se constrói o discurso de combate à pobreza ao longo do tempo e que significados vai adoptando em cada momento histórico da sua vigência” (ZONJO, 2018, p. 2), conforme afirmado acima.

8.3 MARGARIDA PAULO

O primeiro dia da minha aula foi com o prof. Rafael da Conceição (...).

Margarida Paulo, é antropóloga e docente do DAA desde 1997. Assim como Johane Zonjo nasceu em 1974, porém, diferente dele, ela é da cidade de Nampula, província com mesmo nome, localizada na região Norte do país. E como Carla Braga e Esmeralda Mariano, esta última cuja trajetória é descrita mais adiante, também nasceu numa família que ela considera de “mistura” no sentido étnico: “minha mãe era de Nampula e meu pai de Quelimane”. Margarida é a primeira filha dos seis filhos que seus pais tiveram. Sua mãe era professora e chegou a ser diretora de uma escola e seu pai trabalhava nos serviços de registos e notariado. Ela considera que eventualmente, o caminho que lhe permitiu depois seguir carreira como antropóloga tenha iniciado na escola pré-universitária em sua cidade natal:

Da minha trajetória como antropóloga, eu posso dizer que comecei na escola pré-universitária (...). Naquela altura havia duas secções, de ciências exatas e ciências sociais e, eu estava na secção de ciências sociais e gostava muito de ler. Não só estórias em quadrinho, mais simples, mas também, sobre a História de África e de Moçambique e tinha uma curiosidade de falar com alguns professores que eu admirava (...). Então, eu acho que a minha veia de pesquisa começou na Escola Pré-universitária 1º de Maio em Nampula, quando eu ia às bibliotecas, ficava lá a conversar com os professores e eles perceberam que aqui tinha algum potencial que podia ser aproveitado (Entrevista, 2018).

Quando termina o nível médio, Margarida concorre à bolsa de estudos da Fundação Ford para cursar Ciências Sociais no Brasil, por incentivo de um de seus professores, que era também diretor da escola e que via nela uma inclinação para a pesquisa nessa área. Na época, diz Margarida: “eu nem sabia o que era isso de Ciências Sociais, eu queria era só possibilidade de continuar a estudar (...) e aliviar os meus pais desta tarefa”. Nesse concurso é a primeira colocada, com dezessete anos de idade. Margarida conta que depois de tomar conhecimento da seleção, um dos grandes desafios foi convencer a sua mãe sobre seu deslocamento, o que conseguiu com ajuda de seu professor. É assim que vai parar no IFCS/UFRJ.

Margarida Paulo fez parte do terceiro grupo que beneficiou de bolsas da Fundação Ford. No IFICS/UFRJ, ela conta: “Todo o estudante deveria se integrar num núcleo de pesquisa, e eu escolhi o núcleo de pesquisa da cor”. Entretanto, ela explica que a escolha por esse núcleo, nada tinha a ver com interesse em relação a temática das questões raciais: “mas porque a coordenadora era muito simples e explicava de uma maneira que não usava palavras muito elaboradas. E não tinha necessariamente que fazer pesquisa sobre cor e raça, tinha que fazer pesquisa. Então eu escolhi fazer sobre a mulher em Moçambique. E, no primeiro ano, fiz sobre a emancipação da mulher moçambicana” (Entrevista, 2018).

Margarida relata que o programa da Fundação Ford, envolvia estudantes selecionados de todas as grandes províncias do país. Assim, sempre que retornassem de férias no final de cada ano, tinham que desenvolver uma pesquisa que posteriormente seria apresentada em jornadas científicas no retorno ao Brasil: “Todos os quatro anos que fiquei lá, apresentei quatro trabalhos diferentes relacionados com a mulher. E todos os meus colegas fizeram a mesma coisa, que era para dar possibilidade para quem quisesse continuar ao nível do mestrado ter alguma coisa já feita e treinar os estudantes a terem um senso crítico sobre a realidade” (Entrevista, 2018).

Em 1996, Margarida Paulo termina o seu curso e retorna a Moçambique, concretamente a sua província natal (Nampula), para informar aos pais da conclusão dos estudos. Sua mãe queria que ela ficasse em Nampula e arranjasse um emprego, porque a situação estava difícil, mas seu pai contrariamente aconselhou-a a seguir carreira em outro lugar, argumentando ele, que ali Margarida não cresceria, porém, lembrou-lhe um segredo: “(...) onde fores lembra de nós, mande-nos alguma coisinha, não precisa se sentir presa, mas tens que fazer esse retorno para que nós também aproveitemos alguma coisa e você se sinta bem”. Aqui fica evidente a teoria maussiana da dádiva e da reciprocidade ou troca (MAUSS, 2003), fundada

no pressuposto de que: “a dádiva produz aliança” e no “entendimento da vida social por um constante dar - e - receber [e retribuir]” (LANNA, 2000, p. 175). Mas também, esse gesto pode ser entendido como uma forma de fazer com que Margarida não se sentisse culpada por seguir a vida e carreira em outro lugar distante da família.

Nesse contexto, ela retorna a Maputo onde é recebida por um tio que cursava direito na UEM e trabalhava da Televisão de Moçambique. É ele quem lhe estimula a concorrer para a docência na UEM. Margarida conta que um dia, ao retornar do trabalho, seu tio lhe trouxe um jornal onde estava publicado um edital para candidatura à docência em Ciências Sociais na UEM, mas ela não se enxergava nessa posição de docente universitária: “Eu disse não posso e ele disse: - E queres fazer o quê? Eu não estou a ver outra coisa que você possa fazer e é melhor fazer porque é para ti. Aqui estão a dizer pessoas de Ciências Sociais. Quem é em Moçambique que fez Ciências Sociais? É você!” Margarida argumenta que naquele momento, em 1996, não tinham muitos cientistas sociais, “era eu, o professor Matsinhe, o professor Adriano, Sérgio Baleira, Sónia Nhamthumbo, Fátima Mussá (...), éramos nós que estávamos a chegar, mais ou menos vinte, posso dizer”. Então, seu tio disse: “- eu acho que esse é para ti. E eu disse está bem, vou para lá! Fiz o currículo, ele ajudou-me a corrigir e vim submeter. Na altura era a UFICS” (Entrevista, 2018).

Semanas depois é submetida a uma entrevista cujo júri era composto por Fernando Ganhão e Luís de Brito. Segundo Margarida, eles gostaram do currículo e precisavam de docentes que na época eram escassos. Nesse âmbito, eles perguntaram-lhe: “Estás à vontade em dar que cadeira?” Ela respondeu: “- como vêm no meu currículo, durante os meus quatro anos no Brasil fiz o curso de Ciência Política, Sociologia e Antropologia. Digam-me vocês qual é a área que precisam mais e eu vou me empenhar”. Eles disseram, reproduz Margarida: “- Antropologia nós precisamos (...), estamos a pensar depois em abrir um curso e achamos que os quadros ainda não são suficientes, porque a maioria dos professores vem de fora. Isso é bom, mas eles ficam pouco tempo, então nós queremos nacionais que possam pegar esta área e continuar junto com os outros colegas do Departamento que estão lá a fazer o trabalho!” (Entrevista, 2018). É assim que começa a trabalhar no DAA e na UFCS.

A iniciação de Margarida Paulo no campo da docência na UEM, foi com Rafael da Conceição: “o primeiro dia da minha aula foi com o prof. Rafael da Conceição (...)”. Mas, ela também trabalhou com Maria José Arthur e, com professores estrangeiros como João de Pina-Cabral, Kabengele Munanga e Cesar Gnaccarini. O primeiro de Portugal e os dois últimos do

Brasil. Na UFICS, conta Margarida, os estudantes tinham a oportunidade de serem introduzidos na pesquisa pelos professores: “o professor escolhia uma área, os estudantes que estavam no fim e ia treiná-los no terreno. Então eu comecei a levar alguns para Mafalala⁴¹³ e o meu tema foi sempre migrações e a vida em Mafalala” (Entrevista, 2018). No âmbito deste último assunto, relativo à iniciação dos alunos à pesquisa, Adriano Biza, outro dos meus interlocutores (da terceira geração), também docente do DAA, ao contar-me sobre a sua trajetória formativa refere igualmente: “(...) participei num projeto de Tereza Cruz e Silva. O nosso bacharelato tinha uma cadeira chamada Seminário de Pesquisa e no último ano, nós éramos alocados a diferentes professores que tivessem um projeto de pesquisa em andamento para nos ensinar a partir da prática como é que se faz uma pesquisa, desde a formulação da pergunta, revisão da literatura, depois ir ao terreno e produzir o relatório” (Entrevista, 2018).

Depois de cerca de cinco anos de trabalho, em 2001, Margarida decide continuar os estudos e começa a preparar-se nesse sentido. Almejando continuar os estudos num país de língua inglesa, iniciou cursos de inglês e depois concorreu para várias Universidades sul-africanas e a primeira que lhe respondeu e onde ficou admitida foi a Universidade de Cape Town (UCT). Embora sem bolsa seguiu para os estudos com o apoio do marido. Segundo Margarida, é aí onde a pesquisa a sério começou porque no Brasil, ela argumenta que não tinham feito um trabalho de conclusão de estudos na graduação: “um trabalho que seria totalmente dirigido por mim foi no mestrado, que eu senti a responsabilidade e sensibilidade nesta área” (Entrevista, 2018).

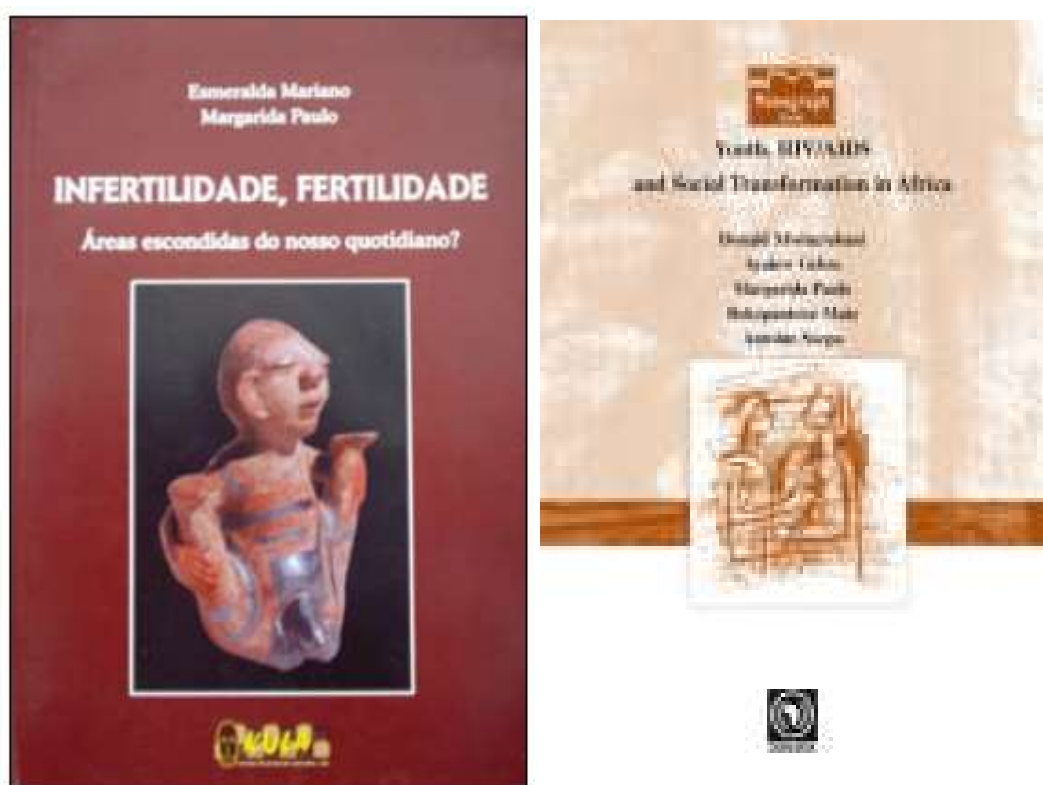
Nesse âmbito, decidiu retornar a Mafalala para realizar a pesquisa de campo, onde já tinha estabelecido contatos para investigar as campanhas de HIV, sobre como as pessoas percebem as mesmas. Sua orientadora sugeriu-lhe então que analisasse a questão explorando outros aspectos relacionados, tais como: fertilidade e sexualidade. Assim, em 2003, participa de um concurso internacional para selecionar os melhores pesquisadores jovens da África Austral. Entre os doze, é uma das selecionadas, representando a UCT, uma vez estudante daquela Universidade. Com este prémio ganha uma bolsa para fazer duas formações:⁴¹⁴ o primeiro na sede do CODESRIA em Dakar-Senegal, sobre metodologia e teorização de jovens, sexualidade e HIV e o segundo em Pretória, na África do Sul, sobre como usar várias teorias que se ligam aos temas nos quais o grupo trabalhava. Dessa experiência resultou um capítulo

⁴¹³ Bairro periurbanos da cidade de Maputo.

⁴¹⁴ Workshop: *African Youth and Global Transformation*.

publicado posteriormente no livro *Youth, HIV/AIDS and Social Transformations in Africa*⁴¹⁵ pelo CODESRIA (2009). Nesse mesmo ano (2009), publica junto com Esmeralda Mariano e com apoio de Cristiano Matsinhe e da KULA⁴¹⁶ o livro intitulado *Infertilidade, fertilidade: áreas escondidas do nosso quotidiano?*⁴¹⁷

Figura 15 - Capas dos livros



Fonte: DAA, 2010 e <https://www.codesria.org>.

Findo o mestrado em 2004, Margarida retorna a Moçambique e publica em português o livro *Jovens, Sexualidade e o VIH/SIDA no Bairro da Mafalala* como forma de facilitar o acesso aos resultados da sua pesquisa de mestrado, fundamentalmente aos estudantes. Além da docência, Margarida continua fazendo pesquisas de consultoria, mas ligadas sobretudo às áreas da pobreza e do gênero. As consultorias ela argumentou, são uma forma de garantir um

⁴¹⁵ <https://www.amazon.com/Youth-AIDS-Social-Transformations-Africa/dp/2869782551>.

⁴¹⁶ <https://www.amazon.com/Youth-AIDS-Social-Transformations-Africa/dp/2869782551>.

⁴¹⁷ <https://www.amazon.com/Youth-AIDS-Social-Transformations-Africa/dp/2869782551>.

equilíbrio financeiro, uma vez que o salário da Universidade é insuficiente para cobrir as necessidades da vida cotidiana.

As experiências de consultorias segundo Margarida, permitiram-lhe conhecer a realidade da maioria das províncias do país e alguns distritos, bem como, perceber a diferença entre pesquisa e consultoria, ter contato com outros antropólogos/as nacionais e estrangeiros/as: “comecei a ver que há várias possibilidades e várias maneiras de fazer ciência”. Nessas experiências de pesquisas aplicadas, Margarida tem trabalhado com pessoas formadas em várias áreas e publicado também relatórios de pesquisa e artigos com base nos dados produzidos, por exemplo, sobre pequenos operadores no sector informal com economistas; análise multidimensional da pobreza com geógrafos e investigadores de outras áreas. Isto evidencia o carácter multi e interdisciplinar do trabalho desenvolvido, não só por Margarida Paulo, mas por outras antropólogas/os moçambicanos.

Em 2010, por estímulo de Elísio Jossias, Margarida escreve um projeto de pesquisa e inicia o processo de candidatura para o doutorado na Universidade de Gotemburgo, na Suécia. Após admissão, conhece por intermédio de Isabel Casimiro uma professora Sueca no Instituto José Negirão. Esta última é que lhe ajuda depois no processo de viagem, integração na cidade e Universidade, como se pode ler em seus agradecimentos de tese:

I thank Professor Dra. Isabel Maria Casimiro who connected me with Maj-Lis Follér and morally supported me to continue my studies. Maj-Lis Follér connected me to Marita Eastmond, my former supervisor, who negotiated with SAREC regarding the terms of my studies at the School of Global Studies, University of Gothenburg. Marita Eastmond also organized several meetings with an anthropologist in Gothenburg to discuss my research project. Maj-Lis Follér helped me to find an accommodation for my two first stays in Gothenburg before the SGS administration took over the process. She introduced me to some women outside of the university, for example, Eina Hagberg, Nelida Becerra, Margareta Lundgren, and Petronella Ljungberd who shared with me their experiences about living in Gothenburg. Together, we also had several book club meetings in Portuguese that I will miss (PAULO, 2018, p. xii).⁴¹⁸

Em relação a experiência do doutorado, Margarida refere: “aí também fui ver que há outro nível de pesquisa, há outra exigência. Aquilo que eu sabia não estava ok para alguém que

⁴¹⁸ “Agradeço a professora Dra. Isabel Maria Casimiro, que me conectou com Maj-Lis Follér e me apoiou moralmente para continuar meus estudos. Maj-Lis Follér me ligou a Marita Eastmond, minha ex- supervisora, que negociou com a SAREC sobre os termos de meus estudos na Escola de Estudos Globais da Universidade de Gotemburgo. Marita Eastmond também organizou várias reuniões com uma antropóloga em Gotemburgo para discutir meu projeto de pesquisa. Maj-Lis Follér me ajudou a encontrar uma acomodação para minhas duas primeiras estadias em Gotemburgo antes da administração da SGS assumir o processo. Ela me apresentou a algumas mulheres fora de a Universidade, por exemplo, Eina Hagberg, Nelida Becerra, Margareta Lundgren, e Petronella Ljungberd, que compartilharam comigo suas experiências sobre viver em Gotemburgo. Juntas, também tivemos várias reuniões no clube do livro em português que eu vou sentir falta” (tradução pessoal e livre).

está a dar aulas na Universidade, mas era o que eu tinha” (Entrevista, 2018). Nesse âmbito, ela observou muita coisa que faz diferente em Moçambique e Suécia onde esteve a estudar, ao nível das formas de ensino, das relações com os colegas, da seriedade que se tem com o trabalho, do cumprimento de horários e prazos, do planeamento entre outros. No doutorado também continuou a sua pesquisa na Mafalala e sobre o tema do HIV/SIDA, no campo da saúde e doença, onde investigou: “como algumas das pessoas mais vulneráveis de Moçambique, os pobres urbanos, experimentam e compreendem a epidemia de HIV/AIDS e os esforços do governo para controlá-lo” (PAULO, 2018, p. 2).⁴¹⁹

8.4 ALÍPIO SIQUISSE

(...) Eduardo Medeiros diz assim: o senhor veio aqui fazer História e Geografia, mas hoje ponto final com isso! Você vai tratar de Antropologia, eu quero que você passe para a Antropologia, eu sei como é que vamos fazer isso!

Alípio Siquisse foi outro entrevistado desta geração de antropólogos/as. É docente efetivo de Antropologia na Universidade Pedagógica de Maputo desde 1998. Alípio nasceu em 1958, no distrito de Massinga, província de Inhambane na região Sul de Moçambique. Considerando o critério idade, Siquisse (assim como Carla Braga), poderia pertencer à primeira geração “da independência/ dos formadores dos formadores”, mas em termos de formação antropológica enquadrá-lo nesta segunda geração.

Alípio Siquisse inicia-se na docência em 1977. Como ele próprio conta: “comecei a dar aulas num percurso muito complicado”. Siquisse, tinha nessa altura dezanove anos e fazia o curso técnico de eletricidade, quando foi recrutado do curso que havia escolhido para a docência, situação que foi muito difícil de aceitar, mas como contava o bom desempenho escolar para o recrutamento, tornou-se obrigatoriamente professor. Como ele refere “com o Presidente Samora, o que contava muitas das vezes não era a área de preferência, era área para a resolução dos problemas que havia naquela altura” (Entrevista, 2018). Assim, como havia o problema da falta de professores para os distritos e localidades onde já havia escolas, o Presidente Samora entendia que aqueles/as que estavam mais avançados nos estudos deviam ser professores das pessoas que ainda não tinham acesso à educação escolar.

⁴¹⁹ No original: “(...) *to inquire into how some of the most vulnerable people in Mozambique, the urban poor, experience and understand the HIV/AIDS epidemic and the government’s efforts to control it*”.

Siquisse conta que o Presidente Samora, em um ano e meio (pós-independência) tinha feito um grande esforço de abertura de escolas primárias e secundárias em zonas muito recônditas: “Então, não tinha professores para colocar lá, porque os únicos professores restantes do tempo colonial, estavam nas capitais provinciais ou aqui em Maputo, Lourenço Marques na altura”. Nessa situação, o Presidente Samora, explica Siquisse “teve esta necessidade de fazer esse recrutamento, teve a necessidade de criar o famoso 8 de Março de 1977, onde agente se enquadra para depois dar uma formação psicopedagógica a muitos desses que vieram para a educação” (Entrevista, 2018).

O seu recrutamento foi simultâneo com figuras como Alcídio Ngoenha,⁴²⁰ Paulino Macaringue⁴²¹ e muitos outros. Este grupo teve inicialmente uma formação de educação política e passou a ensinar nessa área. Siquisse explica, “a tarefa era, nós chegarmos nas escolas e ensinarmos a ideologia que a Frelimo tinha naquele momento, que era a construção do socialismo, como antecâmara, como se dizia, para o comunismo (...) como vingança ao sistema colonial português que era capitalista”. Nesse âmbito, ele afirma: Uma das coisas que aprendi, logo no princípio em 1977, foi quem era Marx, a teoria do Marx, a economia de Marx (...) foi nos metido aquilo na cabeça”. Nessa altura, muitos foram enviados para países do bloco socialista, alguns foram para Cuba. Segundo Siquisse: “Cuba para Samora era a retaguarda segura de formação de pessoas que viessem ser dóceis (...) para executar sem contemplações todo o programa da criação do homem novo, que é o homem socialista (...)” (Entrevista, 2018).

Em 1978, aos vinte anos, Siquisse é indicado diretor de uma grande escola na Maxixe, na província de Inhambane: “era uma escola, que em 1978 já tinha três mil e quinhentos alunos, com curso noturno. Eu com vinte anos como diretor da escola, só no tempo de Samora é que se pode explicar isso!”. Em 1981 é enviado para a província de Tete, no Centro do país, para abrir uma Escola Industrial, sabendo-se da sua formação no campo do ensino técnico-industrial: “lá ministrávamos cursos de eletricidade, de alta e baixa tensão, e cursos de mineiros e soldadores, por causa das minas da Carbomoc nessa altura. Tudo bem pensado, bem orquestrado” (Entrevista, 2018).

Durante muito tempo Siquisse permaneceu como um professor de nível básico. Só em 1988, é enviado a Maputo para se formar como professor de nível médio. Pelo trabalho que desenvolvia na linha da Educação Política, envereda pela formação em Ciências Sociais,

⁴²⁰ Que mais tarde assumiu o cargo de Ministro da Educação.

⁴²¹ Que foi depois Chefe do Estado Maior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

concretamente em História e Geografia. Devido ao bom desempenho no Instituto Médio de Formação de professores, ganha uma bolsa para ingressar diretamente no então Instituto Superior Pedagógico (atual Universidade Pedagógica) no início dos anos 1990. É no segundo ano do ensino superior que entra em contato com a Antropologia, cujo docente e fundador da disciplina era Eduardo Medeiros.

Novamente, o seu bom desempenho na disciplina, já no terceiro ano, leva o docente sugerir seu nome a um Instituto ligado à educação de meninas e interessado em realizar pesquisas nessa área em sua província natal. A sua competência investigativa surpreendeu o docente que lhe convida a aprofundar-se na Antropologia e a ser seu monitor na UP e na UEM, trabalho que começa a partir de 1995 como expressa a sua narrativa:

Este português,⁴²² observou coisas estranhas no bom sentido da palavra. Até aquele momento tinham passado pelas mãos dele tantas pessoas, nunca tinham conseguido um 14 na aula dele, na disciplina dele e o Siquisse foi ter 14. Então para me testar, havia um Instituto chamado EDULANDIA que era ligado à educação da rapariga.⁴²³ Ele foi dizer que tem um aluno *matswa*⁴²⁴ espetacular, como vocês estão interessados em fazer um trabalho sobre a rapariga em Massinga, mandem este estudante, queremos ver o que ele é capaz de fazer, prontos! Deram-me lá as entrevistas. Fui fazer 130 entrevistas, em um mês. Trouxe as entrevistas todas, arrumei tudo, fiz uma interligação das coisas, fiz essa pequena análise. Surpreendi os tipos e disseram: - até fez coisas que não eram da tarefa dele, nós só mandamos fazer entrevistas e trazer cá, ele foi fazer até um quadro comparativo! Não foi de todas as 130, eu escolhi umas 50 pessoas para fazer essa amostra. Vim entregar e eles disseram sim senhora! Então é quando o Medeiros vê que esse aqui veio sim fazer História e Geografia, mas não, temos que aproveitar para mais do que isso. Ele leva aquilo comigo e fomos lá entregar, gostaram muito. Fizeram-me outras perguntas e eu respondi. Foi uma espécie de um breve seminário que eu lhes dei sobre essas entrevistas, as dificuldades que eu tive e tudo! Até me deram imediatamente 270 dólares nessa altura, você já viu o que é um estudante com 270 dólares num envelope? Quando cheguei com aquele dinheiro em casa não queria acreditar [risos]. Então, quando começam as aulas, ele me chama e diz olha: - o senhor veio aqui fazer História e Geografia, mas hoje ponto final com isso, você vai tratar de Antropologia, eu quero que você passe para a Antropologia, eu sei como é que vamos fazer isso. (...). Para isso, você tem que assistir todas as minhas aulas, sempre que tiver tempo, no horário que for compatível. E ele tinha aulas de manhã e eu tinha aulas a tarde, no terceiro ano e pronto! (Entrevista, 2018).

É nesse contexto que Alípio Siquisse se conhece com Emídio Gune e Aurélio Miambo, ambos estudantes de Antropologia na então UFICS onde Eduardo Medeiros era igualmente docente. É assim que Siquisse inicia-se na docência no campo da Antropologia. No seu quinto e último ano do Instituto Superior Pedagógico, Eduardo Medeiros orienta-lhe a escrever o

⁴²² Referindo-se a Eduardo Medeiros.

⁴²³ Sinónimo de Menina em Moçambique.

⁴²⁴ Grupo étnico da província de Inhambane, sul de Moçambique.

trabalho de fim do curso sobre as *Transformações sócio-políticas e econômicas na circunscrição de Massinga*, articulando uma abordagem simultaneamente histórica e antropológica. Em 1997, defende o trabalho e, no ano seguinte (1998), com a saída de Eduardo Medeiros é integrado como docente na Universidade Pedagógica, sendo o único professor na disciplina. Nesse cenário, convida Emídio Gune e Aurélio Miambo, que eram ainda estudantes em fase de conclusão de estudos para integrarem o grupo de docentes da Universidade Pedagógica. Aurélio Miambo permanece docente de Antropologia na UP e Emídio Gune é hoje docente de Antropologia na UEM.

Por via do Eduardo Medeiros, Siquisse consegue uma bolsa para se especializar em Antropologia na Universidade Nova de Lisboa. Além da UP, torna-se também docente de Antropologia em várias outras instituições: no Seminário de formação de sacerdotes Santo Agostinho e no Instituto Superior Maria Mãe de África, nesta por intermédio do teólogo e antropólogo Francisco Lerma Martinez⁴²⁵ que era docente de Antropologia Cultural nessas instituições. Siquisse refere ter sido o responsável pela introdução da Antropologia como disciplina na Academia de Ciências Policiais de Moçambique (ACIPOL), onde deu aulas por onze anos. Sai da ACIPOL quando é incumbido a tarefa de trabalhar no Conselho Nacional de Eleições (CNE), onde trabalhou por seis anos e depois retorna novamente a UP. Fica aqui evidente que a Antropologia não se esgota na UP e UEM, existem outras instituições tanto públicas, quanto privadas que ensinam Antropologia, ainda que apenas como disciplina.

Em 2006, Alípio Siquisse conclui o mestrado em Educação e Currículo, com enfoque antropológico e permanece docente de Antropologia na Universidade Pedagógica, onde novos docentes têm sido integrados no quadro do Departamento de Antropologia.⁴²⁶ Paulo Mahumane e Arlindo Uate, são dois dos docentes mais recentemente integrados e por ele referenciados. Ambos formados em Antropologia pela UEM ao nível da graduação e, no mestrado o primeiro em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia, com um trabalho intitulado *Percorrendo as trilhas de uma identidade tsonga construída, o caso do bairro Luis Cabral na cidade de Maputo* (2007), sob orientação de Valdemir Zamparoni,⁴²⁷ atualmente na Suécia fazendo o doutorado em Antropologia. O segundo mestrado em Sociologia Rural e

⁴²⁵ Este desenvolveu importantes pesquisas etnográficas sobre o povo macua, na região norte de Moçambique. Algumas das suas publicações principais são os livros: *Antropologia Cultural: guia para o estudo* (2007) e *O povo macua e a sua cultura: análise de valores culturais do povo macua no ciclo vital, Maíua, Moçambique 1971-1985* (2008).

⁴²⁶ Que conta atualmente com seis professores da disciplina, no total.

⁴²⁷ Historiador que realiza pesquisas em Moçambique (e outros países africanos) desde os anos 1980.

Gestão do Desenvolvimento pela UEM, com um trabalho sobre *Mecanismos e papel das autoridades comunitárias na resolução de conflitos de terra: uma análise a partir do bairro Mali, distrito de Marracuene* (2017), sob orientação de Claudio Mungoi.⁴²⁸

Nas narrativas apresentadas, visibilizam-se as várias redes de pessoas e instituições conectadas, mas também, a relação dos vários países com Moçambique, no campo da Antropologia e também de outras áreas das Ciências Sociais. Na sequência, apresento a última trajetória deste capítulo.

8.5 ESMERALDA MARIANO

Foi certamente por conta das circunstâncias da vida que elegi a Itália (...) para a construção do meu percurso acadêmico. Inspirada por um amigo de família, antropólogo moçambicano, jesuíta, que vivia em Roma, padre Ezequiel Gwembe (...).

Esmeralda Mariano nasceu na cidade da Beira, província de Sofala, na região centro de Moçambique, em 1964. Seus pais, como ela própria descreve, “são uma mistura” no sentido étnico, do Sul de Moçambique - “um é Uate e o outro é Tembe”.⁴²⁹ A história de sua família, influenciou bastante o seu percurso e história de vida. Tal influência pode ser observada num artigo recente (2017) por ela publicado, cujo título é “Ser antropóloga local e global” no qual, a partir da história do seu próprio nome, das suas experiências intersubjetivas e reflexividade em pesquisa sobre sexualidade em Moçambique, explora a complexidade de ser simultaneamente uma antropóloga local e global, procurando ultrapassar “o paradigma dicotômico resultante de processos históricos e políticos, que colocam atores sociais em espaços delimitados e localizados” (MARIANO, 2017, p. 65). Partindo, portanto, de “memórias vividas e vivas”, Mariano defende que seu nome serviu para explicar e representar o sentido da sua existência, traçar o seu ciclo de vida e visão de mundo, bem como, “demonstrar que, como indivíduos, somos um produto híbrido, oscilando entre uma ordem tida como mais formal e outra tida como mais tradicional” (MARIANO, 2017, p. 70).

⁴²⁸ Atual diretor da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM, com parte da sua formação superior feita no Brasil no campo do Desenvolvimento Rural (doutorado na UFRGS, 2008) e da Geografia (mestrado na USP, 2005).

⁴²⁹ Esses apelidos familiares marcam pertencimentos identitários, étnicos e linguísticos importantes. As questões identitárias não só étnicas e linguísticas, mas de gênero e outros tipos são também bastante recorrentes nas entrevistas que realizei. Apesar disso, não irei me aprofundar nessas questões nominais neste trabalho. Para uma leitura sobre a história dos Tembe, por exemplo, ver Gerhard Liesegang (2006).

Para Mariano, ter nascido na Beira, não foi um acaso, mas resultado de circunstâncias históricas, de percursos e de trabalho. Por imperativos profissionais, seu pai foi trabalhar para a cidade da Beira como enfermeiro, durante alguns anos. É também na Beira que ela iniciou os estudos primários e fez boa parte do secundário, este último nível concluído em Maputo. Devido as dificuldades da época, já em Maputo, Mariano parou de estudar para trabalhar. Assim ela descreve: “era naquela altura em que até um jovem dos 17 anos podia ser colocado para ser diretor, não foi o meu caso” - em referência ao contexto de reconstrução nacional pós-independência no qual escasseavam quadros formados para assegurar o desenvolvimento socialista no país. Não foi o caso de Mariano, mas foi de Alípio Siquisse anteriormente apresentado.

Mariano vem de uma família de assimilados. Segundo ela: “tinha uma mãe muito revolucionária que transmitiu isso para nós, para todos filhos, mas em particular, vejo isso hoje muito presente nas mulheres da minha casa, as minhas irmãs, que são mulheres muito trabalhadoras, lutadoras, autônomas” (Entrevista, 2018). Mariano acredita que o percurso revolucionário e a luta pela emancipação da mulher de sua mãe, estimulou nela, nas suas irmãs e irmãos, a vontade de estudar: “os meus pais investiram muito para os filhos estudarem”. Este investimento das famílias nos estudos e na escolarização, como vimos em outras trajetórias e narrativas é bastante comum e pode assumir diferentes significados e configurações de acordo com o contexto. Apesar disso, há uma questão ligada ao fato de historicamente a escola ter sido negada aos moçambicanos.

Em meados da década 1980, vivendo e trabalhando em Maputo, Esmeralda Mariano conhece um cidadão italiano. Bastante jovem se casa, retoma os estudos para completar o ensino médio ainda em Maputo e, em 1991, por razões profissionais de seu esposo, vai viver na Europa, concretamente em Gênova, na Itália. Estando lá, mantém contato com um amigo de sua família, o antropólogo moçambicano (da primeira geração), que fez parte dos primeiros pesquisadores e docentes do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane, padre jesuíta Ezequiel Gwembe. Este antropólogo, inspirou-lhe a fazer o curso de Antropologia:

Não escolhi a Itália para me formar. Mas tornou-se o lugar para me formar. Não sei se foi mero acaso. Foi certamente por conta das circunstâncias da vida que elegi a Itália, como uma oportunidade e espaço para a construção do meu percurso acadêmico. Inspirada por um amigo de família, antropólogo moçambicano, jesuíta, que vivia em Roma, Padre Ezequiel Gwembe (falecido em 2016), conjugando interesses individuais e coletivos e as possibilidades ao meu redor. Em 1995, inscrevi-

me no curso de licenciatura em Letras (com Orientação em Etnoantropologia) na Faculdade Letras e Filosofia na Universidade dos Estudos de Gênova (Esmeralda Mariano In: PIMENTA E MOUTINHO, 2017, p. 15).

Contudo, Mariano argumenta que esta tendência para a área de Antropologia, é anterior ao contato com padre Gwembe e que a mesma está também relacionada ao próprio percurso familiar que de diferentes formas, a terá subjetivamente influenciado. Ela reconhece, no entanto, que poucas vezes os antropólogos/as pensam sobre esses processos que marcam os seus percursos. Assim, ela conta:

(...) ele [Ezequiel Gwembe] me inspirou de alguma maneira a fazer o curso de Antropologia, mas eu já tinha essa tendência, porque quando era criança, mais jovem, eu tinha a vontade de fazer medicina. Eu venho também de uma família onde tinha avô enfermeiro, tias enfermeiras, meu pai enfermeiro, então eu queria fazer medicina, só que as circunstâncias da vida, desviaram a minha atenção, mas, mesmo assim, acho que não desviaram completamente porque eu depois, quando fiz Antropologia tive sempre inclinação para a Antropologia da Saúde e da Doença, então continuei. E, acho que também tem uma coisa que está lá, que é herança familiar, que é o que foram os meus primeiros interesses quando comecei a fazer Antropologia. Eu dediquei-me, logo no início a estudar questões relacionadas com a medicina tradicional, porque o meu avô era *Nyangarume* (...).⁴³⁰ Ele era enfermeiro e conhecia plantas para tratamento (...) era um ervanário, vamos dizer assim! (...) de fato, eu já convivia de alguma maneira, tinha este interesse pela Antropologia, no meu dia-a-dia, nas coisas que fazia, e prontos, inscrevi-me (Entrevista, 2018).

Neste fragmento de entrevista de Mariano é possível observar a presença da perspectiva antropológica que ela usa em suas reflexões como especialista da área para ler o social, pautada por uma abordagem dinamista, sempre atenta aos processos de ruptura e continuidade, à fluidez dos fenômenos sociais, ambiguidades, conflitos e negociações. Isso é visível quando argumenta por exemplo que, embora quisesse cursar inicialmente medicina, na sua formação antropológica não abandonou completamente esse interesse uma vez que elege como objeto de análise questões ligadas à saúde e doença. Nesse processo pode-se observar rupturas e continuidade, bem como, os processos de negociação dos sujeitos com os imponderáveis da vida cotidiana.

Retomando a trajetória de Mariano é, contudo, depois do diálogo com o padre Gwembe que decide se inscrever na Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade de Gênova. Nesta Universidade, teve contato com uma antropóloga que estudou na França, e a própria Itália como conta Mariano, tinha uma forte influência da escola francesa: Sorbonne, Paris 8, para onde muitos dos italianos iam estudar. Nesse âmbito, teve influência, portanto, das

⁴³⁰ É um termo *tsonga* para se referir um curandeiro ervanário, um conhecedor de plantas medicinais.

teorias antropológicas estruturalistas e do simbolismo, através de leitura de autores como Claude Lévi-Strauss, Marc Augé entre outros nomes importantes da linha antropológica francesa. Da Itália teve igualmente influência das teorias de António Gramsci sobre subalternidade, hegemonia e desigualdades sociais.

Segundo Mariano, o currículo de sua formação na Itália era bastante interessante, porque além das disciplinas obrigatórias, os estudantes tinham a possibilidade e liberdade (ainda que orientados) de também participar da construção dos seus planos de estudos. Essa possibilidade, oferecer-lhe uma formação interdisciplinar bastante rica, permitiu-lhe também, ampliar sua visão de mundo e ter uma base sólida em termos teóricos e metodológicos. A par dos aspectos positivos, colocaram-se igualmente desafios, tendo se referido às dificuldades que enfrentou na aprendizagem de uma nova língua (o italiano) e dos códigos culturais distintos de Moçambique. Mas, apesar desses desafios, concluiu a formação com distinção.

Mariano realizou a pesquisa empírica para o trabalho de fim do curso em Moçambique, pois, pretendia depois retornar e trabalhar no país. Concluída a graduação, um ano depois, é contactada pela Faculdade de Medicina para colaborar num projeto de formação e pesquisa na área de Antropologia da Saúde e Médica, no âmbito de uma cooperação entre a Universidade Eduardo Mondlane e a Universidade de Sassari (Sardenha-Itália), entre 1999 e 2000. O objetivo deste projeto, de acordo com Mariano era “elaborar, com base numa abordagem antropológica sobre temas de saúde e doença, estratégias educativas úteis à preparação de formadores a nível cognitivo e de atitude, para intervenções na didática e pesquisa, no campo da saúde” (In: PIMENTA E MOUTINHO, 2017, p. 16). Assim como Margarida Paulo, Esmeralda Mariano igualmente argumenta que “nessa altura não haviam muitos antropólogos interessados em questões de saúde em Moçambique” (Entrevista, 2018).

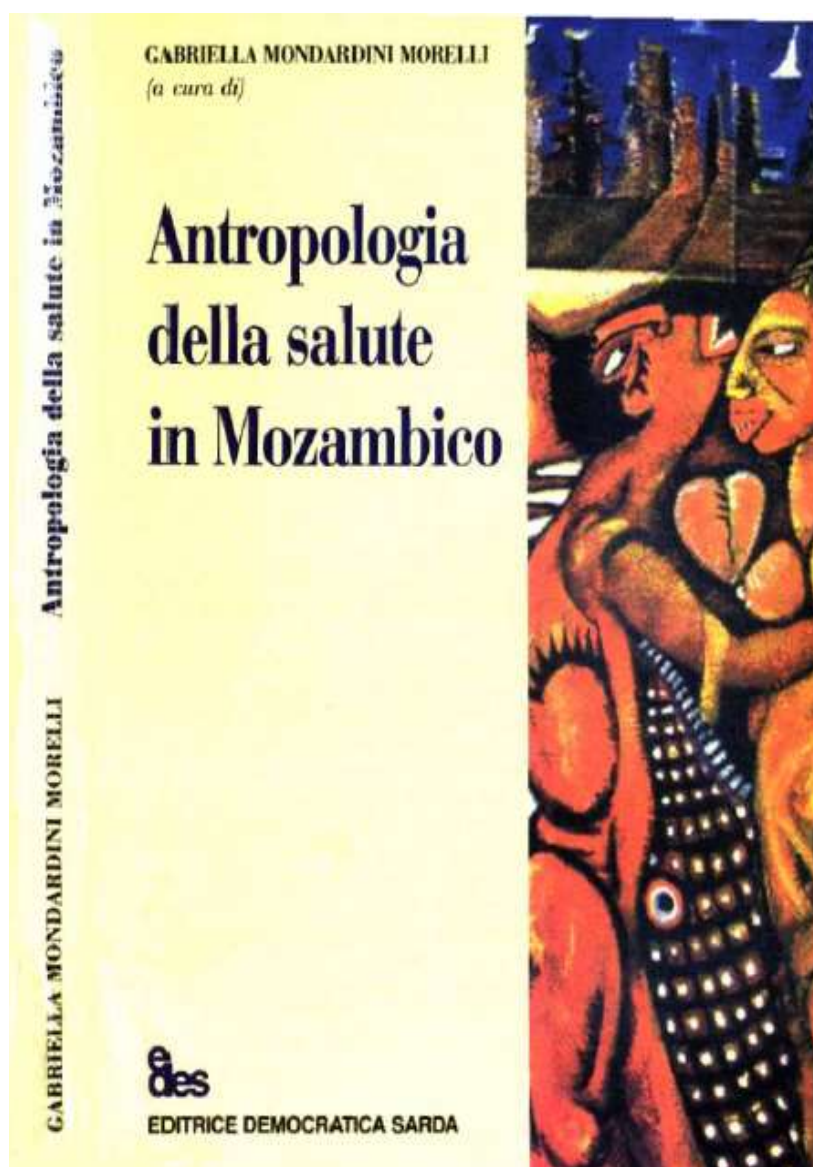
No contexto desse projeto, retornou a Itália por seis meses para formação e preparação de uma pesquisa que foi depois realizada em Maputo sobre a temática dos itinerários terapêuticos, da qual resultou um livro intitulado *Antropologia della salute in Mozambico* (2002), coordenado pela antropóloga Gabriella Mondardini Morelli.⁴³¹ Deste livro fazem parte três capítulos de antropólogas/o moçambicanos. Um da própria Mariano sobre “Identificação de itinerários terapêuticos de habitantes do bairro de *Xipamanine*,⁴³² em Maputo”; outro de Ana Loforte sobre “Bairros periféricos da cidade de Maputo: a interação social na produção de

⁴³¹ Falecida em 2014.

⁴³² Um bairro periférico da cidade de Maputo.

acções colectivas” e o último de Rafael da Conceição sobre “Tradição, desenvolvimento e democracia em África: notas sobre a participação democrática em Moçambique”.

Figura 16 - Capa de livro de Antropologia da Saúde em Moçambique



Fonte: <https://core.ac.uk/download/pdf/11692091.pdf>

Além de artigos de antropólogos/as, a publicação reúne também textos de médicos, evidenciado uma abertura da Antropologia em Moçambique para dialogar com outras áreas, um espírito interdisciplinar passível de se observar na própria formação dos participantes da pesquisa e de outros que faço referência neste trabalho. A colaboração desses profissionais da

área da saúde e seu interesse pela Antropologia, segundo Esmeralda ampliou seus contatos e diálogos com investigadores de outras paragens, que lhe permitiram depois seguir a sua formação ao nível de mestrado e doutorado. Como ela própria relata:

Por exemplo, através da Agência de Cooperação e Desenvolvimento da Noruega (NORAD) que financiava programas de desenvolvimento institucional, através da formação de docentes e investigadores no campo da Saúde Pública, constituiu-se mais uma oportunidade para obtenção do grau de mestre em Antropologia Social (com Orientação em Ecologia Humana). Os beneficiários das bolsas deste programa de cooperação entre as Faculdades de Medicina da UEM e da Universidade de Oslo eram principalmente médicos. Neste âmbito, conheci em Moçambique, especialistas gineco-obstetras e antropólogas com interesses no campo da saúde. O encontro com a Professora Benedicte Ingstand (Antropóloga Médica no Departamento da prática geral e da saúde da comunidade daquela instituição) foi determinante para que em finais de 1999 obtivesse uma bolsa de estudos para a Noruega. Foi assim que entre 2000 e 2002 fiz o mestrado no Centro de Estudos de Desenvolvimento da Faculdade de Ciências Sociais na Universidade de Bergen (In: PIMENTA E MOUTINHO, 2017, p. 16).

Fica evidente, com os elementos acima apresentados, a importância das redes de colaboração com profissionais de outras áreas além da Antropologia, não apenas para a formação de antropólogas e antropólogos em Moçambique, mas também, as contribuições no âmbito da pesquisa, em termos de financiamento e publicações, que por sua vez, impactam positivamente na formação nesta área ao nível interno do país. No âmbito do mestrado, Esmeralda teve o privilégio de frequentar seminários de grandes referências no campo antropológico como Frederick Barth, Gunnar Halland, Unni Wikan, George Marcus, Andrew Peter Vayda, Bruce Kapferer, Bjorn Bertelsen entre outros, que a influenciaram de diferentes maneiras.

Entre 2008 e 2014, no âmbito novamente da cooperação institucional entre a UEM e um consórcio da Universidades Flamengas da Bélgica, segue para o doutoramento. Suas áreas de interesse de pesquisa permanecem no âmbito da saúde e doença, da sexualidade, (in) fertilidade, do gênero entre outras. Nesse sentido, também tem colaborado com seus colegas antropólogos/as nacionais e internacionais e publicado várias obras, por exemplo, como mostrei acima com a antropóloga moçambicana Margarida Paulo e colaborações com a antropóloga francesa Brigitte Bagnol. As pesquisas de Esmeralda e de outras colegas suas (Carla Braga, por exemplo), estão ancoradas à uma tradição teórica fenomenológica que vem cada vez mais ganhando espaço nesse campo de produção no país, voltadas às experiências, aos processos de subjetivação entre outros, combinando tal abordagem com outras perspectivas teórico-metodológicas:

No meu doutorado na Bélgica, na Universidade Católica de Leuven, conheci o Professor Eméritus René Devisch, que foi meu mentor e membro de júri (...). Sua produção de conhecimento sobre fertilidade e as forças generativas dos rituais terapêuticos, dentre outros, gentil e generosamente partilhada, constituiu uma valiosa fonte de inspiração e de orientação para o meu trabalho de doutoramento. Sua abordagem praxiológica é inspirada na fenomenologia. Para Devisch, a existência é analisada como um tecido de fios firmes e delicadamente entrelaçados com o cosmos, o corpo e a sociedade (Esmeralda Mariano In: PIMENTA E MOUTINHO, 2017, p. 19).

Nessa busca por diálogos/interloquções intra, multi e interdisciplinares, Esmeralda refere que outras áreas como a psicologia, a economia política, as questões ecológicas, etc., percorrem a sua trajetória. Observa-se, portanto, ao longo da sua trajetória, um conjunto de redes diversas: pessoais, familiares, institucionais e profissionais que abarcam várias áreas de cientistas sociais à cientistas da natureza. Essas diversas de redes refletem-se igualmente de formas diferentes em outras trajetórias de suas e seus colegas acima descritos.

8.6 TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE ANTROPÓLOGAS E ANTROPÓLOGOS MOÇAMBICANOS: CONTRIBUIÇÕES À HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA

Nos dois últimos capítulos da presente tese identifiquei quatro gerações de antropólogas e antropólogos moçambicanos: (i) a geração dos “formadores dos formadores”; (ii) a geração “intermediária”; (iii) a geração UFICS e (iv) a geração FLCS. Neles, baseado nos conceitos de trajetória de vida e narrativas biográficas entendidas enquanto expressão de um quadro sócio histórico (VELHO, 1994; GUÉRIOS, 2011; OLIVEIRA, 2017; ABU-LUGHOD 2018 [1991]) descrevi as características destas gerações, focalizando-me especialmente nas duas primeiras gerações.

Através de algumas das trajetórias biográficas concretas de antropólogas e antropólogos moçambicanos que compõem estes dois últimos capítulos finais quis dar corpo e vida a uma história institucional da Antropologia apresentada nos capítulos anteriores. As descrições das trajetórias de vida das/os entrevistadas/os foram feitas com recurso ao que Lila Abu-Lughod (2018 [1991]) denominou “etnografias narrativas do particular” ou “uma escrita baseada no campo”, que enfatiza as particularidades da vida dos indivíduos, cruciais para a (re)constituição das suas experiências, sem com isso perder de vista ou ignorar os contextos socioculturais, econômicos e políticos nos quais os mesmos estão inseridos. Esta abordagem

permitiu resgatar as histórias e memórias (sempre complexas e contraditórias, portanto, não lineares) como esses próprios sujeitos contam e lembram sobre os seus percursos e como os compreendem, recusando logo a partida generalizações. A finalidade deste exercício de descrição das trajetórias biográficas era evidenciar as redes de pessoas, familiares, afetivas, profissionais e institucionais envolvidas no processo de formação e produção acadêmica (da Antropologia) desses sujeitos moçambicanos.

Das trajetórias apresentadas, podem-se observar vários aspectos importantes, como por exemplo, alguns marcadores sociais da diferença relacionados, sobretudo, às questões de gênero, etnia, nação, regionalidade, língua, classe e geração que atravessam e operam na produção dessas pessoas e profissionais. Nota-se, em ambas as gerações apresentadas, a diversidade de escolas de pensamento e tradições antropológicas em que as moçambicanas/os se formam, com influências significativas nas Antropologias que se fazem em, com e através de Moçambique. Tudo isso demonstra empiricamente o argumento de Gilberto Velho (1994), segundo o qual um projeto coletivo nunca é vivido de modo homogêneo pelos indivíduos que o compartilham devido às diferenças de interpretação resultantes das particularidades de status, trajetória, gênero e geração, entre outros marcadores sociais.

Observa-se também através das narrativas apresentadas nos dois últimos capítulos, a diversidade de temáticas e de questões abordadas que os trabalhos citados espelham, bem como, de perspectivas de análise das/os autoras/es. Ficam igualmente evidentes, as várias experiências de vida dessas antropólogas/os que apesar das especificidades de cada um, compartilham espaços de encontro possibilitados por uma macroestrutura que as influencia e, por vezes, condiciona. A importância das antropólogas/os nacionais e estrangeiros na formação desta geração e a contribuição destes últimos para a Antropologia em Moçambique sobressai nas narrativas.

É visível também nestes dois últimos capítulos a importância de descrever as trajetórias dos meus/minhas interlocutores/as e suas narrativas, porque elas permitiram visualizar os argumentos expostos nos capítulos anteriores a partir das experiências de pessoas concretas e dos significados associados às mesmas e às suas produções acadêmicas, para além de ricas ao conjugar aspectos pessoais e estruturais que sobressaem entrelaçados, evidenciando a complexidade dos processos formativos destes/as profissionais e da disciplina antropológica em construção no país, cuja característica principal é o cosmopolitismo.

Estes dois últimos capítulos da tese, reforçam e evidenciam o argumento defendido por Paulo Renato Guérios (2011), da relevância do estudo das trajetórias de vida nas Ciências Sociais em geral e Antropologia em particular, na medida em que elas constituem um *locus* extremamente rico para complexificar nossa compreensão sobre a dinâmica de funcionamento de diferentes configurações e redes sociais em diferentes níveis de análise (micro e macrossociais). Mas também, a análise das trajetórias de vida e narrativas biográficas são ricas, como se pôde constatar acima, por permitiram que os próprios sujeitos entrevistados se confrontem com as experiências do seu tempo (OLIVEIRA, 2017).

As trajetórias e biografias permitiram também, de alguma maneira, superar as abordagens dicotômicas (MARINHO, 2017) que separa as instituições das pessoas que as constituem ou fazem, injetando história nessa relação (MKANDAWIRWE, 1977). A análise das trajetórias biográficas, foi, portanto, uma maneira de buscar “complexificar a observação dos fenômenos sociais como de situá-los perante as circunstâncias, os contextos e os espaços a partir dos quais indivíduos, as pessoas, em um tempo produzem, no espaço geográfico, a vida social” (MARINHO, 2017, p. 27). No caso deste trabalho, tratou-se particularmente de dar a vida à história institucional da Antropologia com base nas trajetórias e narrativas biográficas dos atores e atrizes moçambicanos.

Além de dar vida à história institucional da Antropologia, através das redes relações profissionais, afetivas e profissionais, as trajetórias e narrativas biográficas demonstram o quanto a Antropologia em Moçambique, ainda em construção, é diversificada nas abordagens e com profundas conexões internacionais, por isso mesmo, cosmopolita.

Este estudo contribui de fato para a pluralização da visão universalista da Antropologia ainda prevalecente e hegemônica e coloca em evidência o argumento de Gustavo Lins Ribeiro (2014, p. 92), de que as questões, preocupações teóricas e contribuições dos antropólogos e antropólogas, seus dilemas e erros, bem como suas capacidades heurísticas e epistemológicas estão inseridas nas dinâmicas sociais, culturais e políticas que se desenvolvem em contextos historicamente estruturados de maneiras distintas e atravessadas por relações de poder.

Assim, considerar a história da Antropologia numa perspectiva polifônica ou cosmopolítica como sugere Gustavo Lins Ribeiro (2014) significa, em primeiro plano reconhecer a existência de enorme produção em diferentes locais do sistema mundial e que essa mesma produção precisa ser visibilizada se de fato levamos a sério o papel da diversidade na elaboração de discursos mais complexos e densos sobre as realidades sociais e condições de

produção de conhecimento antropológico. Além disso, o autor sugere ainda, que a perspectiva polifônica “deve significar uma compreensão das trocas desiguais de informação que ocorrem dentro do sistema mundial de produção intelectual e a consequente tomada de posições políticas que permitam ir além da situação presente em direção a um ambiente mais igualitário e, assim, mais enriquecedor” (RIBEIRO, 2014, p.105). É um pouco isto que procurei fazer neste trabalho, uma reflexão intelectual crítica e uma ação no sentido de minimizar os efeitos da ignorância assimétrica.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há mais povos isolados no mundo, como se fossem ilhas. O urbano nasce e relaciona-se com o rural, a modernidade vive da sua relação com a memória que se mantém do passado (FELICIANO, 1996, p. 19-20).

O presente trabalho de tese constituiu um esforço compreensivo da trajetória histórica da Antropologia em Moçambique e de algumas das suas atrizes e atores moçambicanos tendo como paradigma a proposta das Antropologias Mundiais que por um lado “procura mostrar a existência de outros locais de produção de conhecimento sobre a diversidade” e por outro lado, “tem a intenção de criticar a troca desigual de informação e teoria existentes internamente à Antropologia” (RIBEIRO, 2014, p. 106-107). Para o efeito, adotei inicialmente uma perspectiva panorâmica de modo a permitir a contextualização e compreensão de aspectos mais gerais da África e de Moçambique e depois atentei-me mais especificamente ao contexto pós-colonial, com foco voltado às descrições e análises detalhadas da pesquisa e ensino formal da disciplina, especialmente nas duas mais antigas Universidades públicas do país: a Universidade Eduardo Mondlane e a Universidade Pedagógica em Maputo, embora a história da disciplina, como aponto ao longo do trabalho, a elas não se restrinja.

Conforme exposto na introdução, o trabalho de campo que sustentou esta tese teve a duração de aproximadamente doze meses, intercalados por idas e voltas entre Moçambique e Brasil entre os anos de 2017 e 2018. Com base numa pesquisa documental e bibliográfica relevante para a análise do tema proposto e, com recurso igualmente às entrevistas narrativas e a participação observante, este estudo explorou, por um lado, como a Antropologia se desenvolveu e se institucionalizou em África de um modo geral, com foco particular em Moçambique e, por outro lado, descreveu e analisou as trajetórias dos praticantes da mesma no contexto do país que constitui objeto central de reflexão neste trabalho. Neste último aspecto, sobretudo, procurei visibilizar as redes de relações intelectuais, institucionais e nalguns casos familiares, de amizade e de afeto envolvidas na produção dos sujeitos entrevistados como antropólogas e antropólogos e igualmente na produção da disciplina no país.

Estudar a história da Antropologia em Moçambique é uma forma não só de compreender o desenvolvimento histórico da disciplina e o seu processo de institucionalização no país e no continente de modo geral, mas também, de eu próprio como parte integrante desse contexto, me localizar enquanto antropólogo dentro dessa história. Ao realizar este trabalho aprendi muito sobre e com as várias histórias da disciplina e dos meus interlocutores/as,

domínio que permanece ainda pouco conhecido e pesquisado. Assim, os meus esforços foram no sentido de contribuir, ainda que singelamente para a reversão desse quadro de desconhecimento, associando-me aos poucos trabalhos existentes nesse campo como indiquei na introdução.

Além de contribuir para o autoconhecimento da história da disciplina em Moçambique e das condições políticas, sociais e econômicas em que a mesma floresceu no país, esta pesquisa visou também contribuir para a mitigação do problema que orientou o estudo, baseado na constatação feita pelos antropólogos Gustavo Lins Ribeiro e Arturo Escobar (2012), de existência de uma “ignorância assimétrica” expressa nos conceitos de “provincianismo metropolitano” e “cosmopolitismo provinciano” (RIBEIRO E ESCOBAR, 2012, p. 32-33). O primeiro, que consiste na ignorância que os centros hegemônicos de produção do conhecimento antropológico ou os antropólogos/as desses centros têm em relação à produção do conhecimento dos praticantes não hegemônicos. O segundo, contrariamente, consiste no conhecimento muitas vezes exaustivo que os praticantes de Antropologia nos lugares não hegemônicos têm da produção antropológica dos centros hegemônicos do que da sua própria. Nessa direção de visibilização da Antropologia da África e seus praticantes africanos/as, há algum trabalho feito em outros contextos nacionais como mostro no capítulo I, porém há muito ainda por ser feito, especialmente em Moçambique.

Assim, ao explorar a história da Antropologia e seus praticantes moçambicanos/as, este trabalho também abre pistas e visa simultaneamente estimular e desafiar pesquisadoras/es nacionais e estrangeiros interessados nesse campo temático a desenvolverem pesquisas mais aprofundadas e detalhadas sobre um ou vários dos aspectos que aqui sobressaíram e foram abordados de forma eventualmente superficial dada a exiguidade de tempo, espaço e condições materiais que limitaram a possibilidade de um melhor amadurecimento e aprofundamento de muitos aspectos e argumentos.

Para compreender o desenvolvimento da Antropologia em Moçambique, optei por uma abordagem que buscou combinar, dentro das condições possíveis várias perspectivas: histórica, interdisciplinar, geracional e interseccional. Histórica na medida em que procurei contextualizar social, econômica e politicamente os eventos narrados e discutidos ao longo do trabalho. Interdisciplinar porque busquei articular abordagens teóricas e metodológicas desenvolvidas em diferentes áreas do saber, sobretudo, da Antropologia, da Filosofia, da História, da Sociologia e da Educação (nesta última área questões relacionadas à educação

superior e ensino da Antropologia atravessam de forma central as minhas reflexões). Interseccional e geracional, ao visibilizar os diferentes marcadores sociais da diferença interconectados que emergem das narrativas das pessoas entrevistadas. Além disso, procurei articular de forma equilibrada autoras/es moçambicanos/as e do continente africano, sem perder de vista autoras/es de países e continentes outros, inspirando-me nas contribuições e propostas das chamadas teorias pós e decoloniais, na perspectiva de reconhecer e fazer circular o trabalho e produções de conhecimento desenvolvido ao nível da África, que permanece ainda pouco conhecido, portanto, de algum modo invisibilizado.

Neste trabalho mostro que o florescimento da Antropologia em Moçambique é atravessado por tensões, contradições e paradoxos, constitutivos dos próprios processos históricos pelos quais o país passou (e ainda passa) e da modernidade (HONWANA, 2013, 2002). O excerto em epígrafe, de José Fialho Feliciano, chama atenção para isso: para a complexidade do mundo em que vivemos, para as conexões e relações, mas também, para os paradoxos e contradições da vida cotidiana que se reflete na própria história da Antropologia considerada “universal”, manifestando-se de formas específicas em contextos outros como procurei demonstrar particularmente no caso moçambicano e do continente Africano.

Ao longo deste trabalho, procurei fazer ouvir as vozes dos meus interlocutores/as, através das suas narrativas sobre a história da disciplina no país (da qual são protagonistas), quanto sobre as suas próprias histórias, experiências de formação, práticas de pesquisa e docência no campo. As entrevistas narrativas possibilitaram que os meus interlocutores/as se confrontassem com as suas próprias experiências e refletissem sobre assuntos sobre os quais não haviam pensado ou cuja centralidade os parecia secundária ou até irrelevante.

Neste trabalho faço referência, ainda que de forma breve à algumas instituições de fomento à pesquisa, particularmente internacionais e os problemas que os modelos de financiamento adotados, vinculados à indústria do desenvolvimento criaram (e ainda criam) tais como: o enfraquecimento do papel do Estado no apoio à pesquisa; o financiamento à algumas áreas de pesquisa em detrimento de outras, gerando disputas por recursos, tensões internas aos departamentos e a desestruturação de modos coletivos de produção de conhecimento antes existentes. Embora se reconheça, paradoxalmente o importante papel que o financiamento ao campo dos estudos de gênero teve no contexto desta indústria.

Neste trabalho, defendo a tese de que o desenvolvimento da Antropologia reflete a dinâmica histórica complexa e contraditória do país que ela própria ajudou a construir (quer no

período colonial, quer no pós-colonial): após as independências africanas a disciplina foi perseguida, criticada e marginalizada porque conotada com o colonialismo e vista como estudo das ‘sociedades tradicionais’ num contexto em que se pretendia construir uma sociedade moderna (o homem novo no caso moçambicano). E, em meados da década de 1980, a Antropologia foi ‘resgatada’, com o objetivo de auxiliar na compreensão dos obstáculos colocados ao desenvolvimento socialista em crise, e sustentar os seus projetos e, depois, também num contexto de “renovação da nação rumo ao liberalismo e à democratização que configura o atual o contexto” (MATSINHE, 2005, p. 184). Dito de outra maneira, é no contexto de crise do desenvolvimento socialista e depois, de abertura à economia liberal e à democracia que a Antropologia em Moçambique floresce como disciplina ou campo de saber social e politicamente relevante.

Demostro com base nesta pesquisa que a Antropologia e as/os antropólogas/os são parte constitutiva do processo de construção de Moçambique como nação, através da participação destes em pesquisas voltadas ao sustento dos projetos de desenvolvimento na “era da ajuda” (GONÇALVES, 2019). Uma nação que hoje, como argumenta Cristiano Matsinhe, não é mais aquela “em vias de assimilação da cultura portuguesa”, como no período colonial, nem aquela que no “tempo de Samora” previa a morte das “tribos”, “mas uma nação cuja especificidade deriva da interação das suas ricas tradições com demandas por democracia e os imperativos da poderosa rede internacional de nações, bancos, assessores, consultores e missionários de toda a espécie, cada qual com a sua ‘agenda para o futuro’” (MATSINHE, 2005, p. 187). Neste contexto atual, como argumentou José Fialho Feliciano (1996, p. 20), “a afirmação da legitimidade científica da Antropologia e dos antropólogos, está ligada à sua utilidade na busca pluridisciplinar do entendimento das situações, dos problemas e das soluções, nos domínios da saúde, do desenvolvimento, da cultura, da educação, da justiça, das organizações e das suas políticas”, como também mostram as trajetórias e narrativas das pessoas entrevistadas.

Sendo este um trabalho escrito no contexto brasileiro, penso que um exercício comparativo ainda que não exaustivo (uma vez que não é objeto desta tese tal comparação) das Histórias da Antropologia entre os dois países - Brasil e Moçambique, vale a pena aqui no final. Uma rápida e superficial comparação entre a história da Antropologia em Moçambique e nos Brasil, permite observar algumas diferenças e, simultaneamente, traçar alguns paralelismos.

Começando pelas diferenças, a primeira delas obviamente é relativa aos contextos e tempos de florescimento da disciplina que são distintos e ligados aos processos históricos de cada país. No caso do Brasil a história da Antropologia do ponto de vista de sua institucionalização e transmissão formal começa muito antes que em Moçambique, nos meados de 1930 (CORRÊA, 2013; SANTOS, 2006). No mesmo período, decorria em Moçambique a Missão Antropológica de Moçambique encabeçada por Santos Júnior. Como argumentei no capítulo II, esta consistiu o primeiro momento em que a metrópole portuguesa envia oficialmente investigadores a fim de levarem a cabo pesquisas de natureza antropológica (Antropologia Física) naquele território. Se no Brasil começa o processo de institucionalização e ensino, Moçambique constituía apenas campo de pesquisas cujos “dados” seriam processados na metrópole.

A institucionalização propriamente dita da Antropologia em Moçambique, em termos de atividades de pesquisa e ensino formal da disciplina, voltadas aos interesses dos próprios moçambicanos, começa efetivamente no pós-independência, concretamente nos anos 1980 com a criação do Departamento de Arqueologia e Antropologia. Ou seja, 50 anos depois do Brasil. Isso diz muito sobre as diferenças em relação ao desenvolvimento deste campo de produção intelectual lá e cá. Em Moçambique a Antropologia é como descreveu um dos meus entrevistados, o antropólogo moçambicano Aurélio Miambo: “uma criança que deu muitos passos para frente, mas também, tem enormíssimos desafios” (Entrevista 2018), um exemplo disso, é a recente implantação de programas tanto de graduação como de pós-graduação abordados neste trabalho. Enquanto no Brasil trata-se já de um campo consolidado, em Moçambique a Antropologia é um campo que a passos ainda curtos segue nessa mesma direção, com a formação cada vez mais crescente de jovens pesquisadores na área, como é o meu caso e de tantos outros espalhados pelos diferentes países afora.

Outra diferença importante reside no fato de, no Brasil a institucionalização da Antropologia ter se realizado por vinculação direta do campo antropológico com a pós-graduação, decorrente da inserção da Antropologia nos cursos de graduação em Ciências Sociais e a ausência da graduação em Antropologia até a última década, como nos mostram as antropólogas brasileiras Bela Feldman-Bianco (2018, p. 29) e Miriam Pillar Grossi (2006, p. 7-8), enquanto no caso de Moçambique aconteceu o contrário, a institucionalização da Antropologia se dá, já no contexto pós-colonial, primeiro por via da graduação (1999) e só mais recentemente foi criada a pós-graduação (2015) no ensino superior público (UEM) (AMÂNCIO

E TASSINARI, 2019). A própria academia brasileira é mais antiga que a moçambicana, o que por si só explica uma série de questões referentes inclusive ao fato de a Antropologia ser mais forte no Brasil do que em Moçambique, até pela independência muito mais recente de Moçambique em relação ao Brasil.

Ainda no âmbito das diferenças, vale a pena retomar aqui a história das parcerias que o ensino de Antropologia tem no Brasil com as áreas da Sociologia e Ciência Política (TASSINARI, RIAL E GROSSI, 2006), enquanto que em Moçambique, não é exclusivo a essa tríade, se estabelecendo um diálogo com outras as áreas: História, Arqueologia, Administração Pública.

Alguns paralelismos podem ser traçados. Tanto no Brasil como em Moçambique, tiveram papel importante pesquisadores/es estrangeiros no processo de institucionalização da disciplina ou de afirmação do saber antropológico. A forte influência da França marcou ambos os países. Tanto o Brasil como Moçambique (pós-independência) no início dos processos de institucionalização da disciplina, receberam pesquisadores franceses. No caso do Brasil o modelo de ensino praticado na França foi dominante na Universidade de São Paulo, que foi pioneira ao nível da formação antropológica neste país e durante algum tempo a única antes da criação do curso no Museu Nacional, na Universidade de Brasília e demais Universidades (FRY, 2004, 214-215). No caso de Moçambique os pesquisadores franceses, defensores do marxismo estrutural influenciaram pesquisadores moçambicanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA/DAA) e do ARPAC que inclusivamente fizeram parte ou formação integral na França como ocorreu e ainda ocorre também no Brasil.

Outro paralelo interessante, no Brasil como em Moçambique realizou-se um primeiro encontro de pesquisadores e docentes para discutir o estado-da-arte da disciplina. No Brasil, a primeira tentativa de organizar o Primeiro Congresso Brasileiro de Antropologia no final dos anos 1940 falhou, mas lançou as bases para a realização da I Reunião Brasileira de Antropologia em 1953 (SANTOS, 2006). Em Moçambique, esse encontro denominou-se I Seminário Interdisciplinar de Antropologia e teve lugar em 1982, trinta anos depois em relação ao Brasil.

No Brasil a Associação Brasileira de Antropologia, é robusta e conta com vários associados, em Moçambique a criação da Associação de Antropologia Moçambicana (AAM) levou quase três décadas depois do Seminário Interdisciplinar, existindo oficialmente desde 2010 e não criou condições para uma maior interação entre os/as antropólogos/as moçambicanos/as. Estes continuam dispersos. Há ainda muito a ser feito no âmbito da

Antropologia em Moçambique, e muito que pensar sobre o seu papel hoje e para o futuro do país.

Outro ponto de encontro importante na história das Antropologias do Brasil e Moçambique é que o primeiro tem desempenhado papel importante na formação de jovens antropólogas/os e de Cientistas Sociais moçambicanos no geral. Demonstrei isso ao apresentar as histórias de vida e trajetórias formativas da segunda geração que denominei “intermediária”, que iniciam os seus estudos universitários nos anos 1990. A concessão de bolsas de estudo e vagas nas suas Universidades brasileiras intensificou-se, sobretudo, a partir dos anos 2000, com as políticas de fomento educacional dos governos Lula até Dilma, aqui são exemplos os Programas de Estudante Convênio para a Graduação (PEC-G) e Programas de Estudante Convênio para a Pós-Graduação (PEC-PG). Estudar no Brasil passou a estar no “campo de possibilidades” dos moçambicanos/as, em várias áreas de ensino e incluindo a Antropologia. Eu mesmo beneficieei do último programa de bolsas para realização do mestrado na área.

Em contrapartida Moçambique, também tem recebido (especialmente desde os finais dos anos 1990 e início de 2000), docentes, pesquisadores e estudantes interessados no país do ponto de vista acadêmico, o que tem permitido estreitar fortes relações nos vários campos do saber incluindo na Antropologia. É esse vínculo que possibilitou a minha formação e de tantos outros colegas moçambicanos/as (e também de outros países africanos) no Brasil. Infelizmente o fortalecimento destes laços está ameaçado pelo atual governo do dia, que ataca as Universidades Públicas e as Ciências, corta verbas para bolsas de estudo e pesquisa, assim como possibilidades outras de intercâmbios, etc. Trata-se de um verdadeiro programa de sucateamento do ensino superior público e de sabotagem das políticas anteriormente vigentes, construídas com muito sacrifício, resultantes de demandas e conquistas dos movimentos sociais brasileiros.

Fica evidente neste trabalho o carácter cosmopolita da formação das antropólogas/os moçambicanos e da disciplina no país, tendo os primeiros (antropólogas/os) feito toda ou parte da sua formação no exterior e a continuidade de sua formação se beneficiado do apoio de pesquisadores estrangeiros que atuaram em Moçambique. Esta formação cosmopolita é em certa medida observável também no caso do Brasil.

Retornando aos argumentos da tese, a relação entre a Antropologia e o contexto social em que ela emergem como corpo de conhecimento relevante no apoio aos projetos de desenvolvimento inicialmente socialista e depois neoliberais em Moçambique, aparece muito

presente e na verdade tal relação (entre a disciplina e o contexto sociopolítico) constituiu o fio condutor principal deste trabalho. Procurei ao mesmo tempo abordar, neste trabalho, a história geral da disciplina relacionada ao âmbito macropolítico e histórico, sem perder de vista o âmbito das experiências concretas dos sujeitos que a protagonizaram, abrindo espaço para o que a antropóloga palestino-americana Lila Abu-Lughod chamou de uma “etnografia do particular”, ou seja, com os pés assentes no chão, nas experiências dos sujeitos que fazem história, dando uma faceta viva e vivida da história de constituição da disciplina no país (os últimos capítulos são exemplares nesse sentido, por descreverem as trajetórias das antropólogas e antropólogos moçambicanos/as).

Como disse-me o antropólogo moçambicano António Rafael da Conceição “é uma obrigação do pesquisador refletir sobre as consequências do trabalho que faz” (Entrevista 2017). Coloca-se aqui então uma questão: quais são as consequências do trabalho que aqui vos apresento (quer para o meu país Moçambique e para o Brasil onde me encontro em formação)? Responder a essa questão como todas as outras aqui abordadas é uma tarefa difícil e complexa e eu próprio não seria capaz de arrolar muitas das consequências neste momento. A/o leitora/o certamente verá várias consequências, mas, vale, contudo, apontar pelo menos duas das que vislumbro. A primeira é que este trabalho oferece uma história possível da disciplina e dos seus praticantes moçambicanos/as. Nesse sentido, é um trabalho ousado, dado o nível de complexidade do assunto e a juventude da pessoa que o trata. Por ser um trabalho histórico-antropológico é também um trabalho informativo que exigiu fazer a conexão sempre difícil de retalhos dispersos.

Portanto, um trabalho árduo, mas que a meu ver valeu a pena se não pelos argumentos, pela quantidade informações que reúne e que ajudará certamente a mim próprio em pesquisas futuras e aos outros interessados no assunto, no conhecimento e também na crítica construtiva dos contornos históricos desse campo ainda pouco sistematizado e conhecido. O conjunto de “dados” apresentados permitem visualizar um panorama da Antropologia em Moçambique, ainda que bastante incompleto, pela parcialidade da abordagem (e qualquer outra que fosse não daria conta da “totalidade” - ela própria uma construção imaginária e não palpável), abrangente e focada na institucionalização da disciplina especialmente no âmbito das Universidades públicas - UEM e UP, ainda que na medida do possível faça referência a algumas outras.

Uma segunda consequência importante para mim, intimamente relacionada a primeira é que o trabalho permite formular uma série de questões para pesquisas futuras (a breve ou

longo prazo) mais aprofundadas e eventualmente mais adequadamente colocadas. Nesse sentido, vejo humildemente, que o trabalho aponta de alguma maneira para um programa de pesquisa que pode tomar vários direcionamentos. Por exemplo, para explorar a própria relação entre Moçambique e os países da região (como a África do Sul e outros) no âmbito da produção antropológica. Creio que a tese aponta ainda que de forma sutil para os possíveis desdobramentos que uma perspectiva de gênero poderia gerar na reflexão sobre a história da disciplina no país, tendo como referência, por exemplo, os estudos desenvolvidos pelas antropólogas brasileiras Miriam Grossi e Carmen Rial (2011) com as alunas de Marcel Mauss do início do século XX.⁴³³

No que tange às relações entre Moçambique e outros países da região no âmbito da produção do conhecimento, há trabalhos que vem pensando essas conexões no contexto da produção historiográfica, sobre os processos de descolonização e seus legados, questionando a tradicional perspectiva nacionalista da leitura histórica e abrindo espaço para as inter-relações que permitam uma melhor compreensão dos países da região e da natureza das suas produções acadêmicas. No campo da história a publicação em 2017 do livro *A luta continua, 40 anos depois: histórias entrelaçadas da África Austral*, organizado por Caio Simões de Araújo, aponta para essa perspectiva. Como ele próprio argumenta na introdução do livro, entrelaçar as histórias dos países da região é um exercício necessário, na medida em que os eventos aparentemente dispersos que ocorrem em cada contexto nacional, estão profundamente conectados. Esta conectividade, defende Caio Araújo:

(...) é um ponto importante, pois um dos legados conceituais da descolonização na sua leitura mais convencional, isto é, como uma passagem do ruir do império para o triunfo do Estado-Nação, é que tendemos a centra-nos em histórias de libertação nacional como realidades discretas, separadas entre si. Com isso não se pretende dizer que redes e conexões não sejam reconhecidas de todo, mas apenas que elas tendem a ser construídas como elementos subordinados, subsidiários, à formação da nação. Os momentos de interdependência, isto é, os entrelaçamentos, são postos em segundo plano (ARAÚJO, 2017, p. 17).

Assim, o autor sugere que a história dos entrelaçamentos políticos, sociais e culturais, além das fronteiras nacionais, tem o potencial de ajudar-nos a descortinar as complexidades das manifestações, dos eventos e dos projetos desses países. No âmbito específico da Antropologia, há poucas/os acadêmicas/os pensando essas interligações (ou projetos comparativos) das

⁴³³ Pesquisa que inclusivamente resultou num filme etnográfico *Mauss, segundo as suas alunas*, prêmio especial Pierre Verger (2002).

produções nesse campo ao nível não só da região, mas destes países também com o Brasil, por exemplo. Como sugere a antropóloga brasileira Laura Moutinho (2019, p.3): “na literatura internacional, raramente Moçambique, África do Sul e Brasil, compõem projetos comparados de pesquisa”. Portanto, as relações dos vários antropólogos/as com distintas nacionalidades e Moçambique, como apresento ao longo do trabalho, indica esta necessidade de pensar a Antropologia em Moçambique na perspectiva das conexões, das redes ou dos entrelaçamentos em primeiro plano, no lugar de abordá-la apenas na perspectiva nacionalista, que secundariza as conexões.

Tendo em conta que todo e qualquer trabalho de pesquisa tem limitações e/ou constrangimentos que derivam de diferentes fatores, este não foge à regra. Uma das limitações, deriva do acesso limitado à documentação, na medida em que, como referi na introdução a este trabalho, persiste o problema que constitui um grave entrave à investigação científica no país, apontado por Gloria Liberman (1993, p. 3) que, “consiste na dificuldade em recolher e compilar informação documental”, além dos serviços de algumas bibliotecas em precárias condições, ineficientemente organizados e desatualizados. Nesse sentido, há muitos documentos que não teria acesso, nas instituições onde se deveriam encontrar, se não por vias da generosidade de alguns pesquisadores que os reúnem e comigo compartilharam.

A ausência de uma política de acervos e de memória institucional, infelizmente é, para além de uma perda histórica significativa para o país, um impedimento para a realização de pesquisas com elementos substancialmente importantes. Fora a isso, esta pesquisa apresenta limitações que tem a ver com os interlocutores selecionados. Há os que ficaram de fora pelo próprio procedimento de seleção pautado na técnica da bola de neve e pelo tempo tanto dos possíveis interlocutores, assim como, do pesquisador em campo. Eventualmente a entrevista a esses outros sujeitos não incluídos traria elementos que os contemplados não trouxeram. Nesse sentido, importa reconhecer que os argumentos relativos às experiências académicas dos entrevistados/as não permitem ser generalizados à todas/os da área pesquisada.

Procurei finalizar este trabalho no prazo previsto, embora um pouco estendido por conta da pandemia. Estou ciente de que ele não abarca a “totalidade” do material e sujeitos de pesquisa existentes no país, até porque tal desejo seria impossível de satisfazer uma vez que qualquer pesquisa ou processo de conhecimento é sempre, como nos ensina a filósofa da ciência norte-americana Donna Haraway (2009), parcial e localizado, ou seja, um recorte.

As limitações desta pesquisa incluem também o fato de eu não ter conseguido contemplar neste trabalho, uma reflexão aprofundada sobre o papel de outras instituições não universitárias interessadas na produção antropológica em Moçambique, embora apareçam de forma implícita ou explícita em determinadas situações, falo concretamente dos Museus e também dos Seminários de formação de sacerdotes no contexto colonial e pós-colonial em Moçambique. Sabe-se pela história da Antropologia o importante papel que os museus, assumiram no processo de institucionalização da disciplina internacionalmente: “A Antropologia nasceu nos museus e é marcada pela ideia de preservação desde o início, quando os primeiros pesquisadores da disciplina coletavam objetos e documentos em suas pesquisas de campo e depois os armazenavam nos laboratórios de pesquisa” (FILHO E ABREU, 2007, p. 21).

Em Moçambique, dois museus tiveram essa importância: o atual Museu Nacional de Etnologia de Moçambique (em Nampula), no norte do país, inaugurado 1956 e o atual Museu de História Natural em Maputo criado em 1913. Neste último museu estabeleceu-se uma secção de material etnográfico recolhido no período colonial. No âmbito da produção antropológica no país, há também alguns trabalhos realizados por sacerdotes e igualmente a disciplina é ensinada no contexto dos Seminários de formação destes mesmos sacerdotes e sacerdotisas (p.ex.: o Seminário Teológico Maior São Pio X, em Maputo e o Seminário Interdiocesano Santo Agostinho, na Matola). Estes são campos a serem melhor explorados para a compreensão da história da disciplina no país.

Ainda sobre Antropologia e patrimônio cultural em Moçambique, neste trabalho toco muito brevemente sobre o ARPAC e seu papel na recolha, análise e preservação do patrimônio histórico e cultural do país, mas, não me aprofundo na sua produção que seria igualmente interessante de analisar. Este constitui um assunto que poderá, espero, merecer melhor reflexão em pesquisas futuras interessadas na temática. Penso que há, como acabo de mostrar, vários caminhos abertos e possibilidades de abordagem de temáticas e problemáticas nesse vasto campo.

Devo dizer que através dos materiais empíricos apresentados e analisados, esta tese demonstra o argumento defendido, por autoras/es como, por exemplo a antropóloga Paula Monteiro (2006), segundo o qual, qualquer tentativa de compreender o percurso de uma disciplina, no caso a Antropologia, e as suas atuais tendências de pesquisa, isto é, compreender as teorias e problemas que ocupam os pesquisadores deste determinado campo disciplinar, “não

pode limitar-se a uma simples história das ideias, ou seja, supor que as ideias se engendram a si mesmas, independentemente do contexto institucional em que são produzidas e dos agentes históricos que as criam” (MONTEIRO, 2006, p. 37-38).

Este trabalho tem como um de seus méritos, o fato de demonstrar que “os instrumentos mais profundos que silenciosamente ajustam esses andaimes invisíveis de nossa reflexão [antropológica em Moçambique], verdadeiras estruturas inconscientes e historicamente determinadas que nos permitem pensar” (MONTEIRO, 2006, p. 38), para além dos trabalhos produzidos em si, estão na “história institucional que define os parâmetros de sua produtividade”. Na tese mostro que a história da Antropologia em Moçambique, só pode ser compreendida levando em conta o modo como o mundo da cultura de produção acadêmica se articula com o mundo sociopolítico (MONTEIRO, 2006).

Em 2005, o sociólogo moçambicano Carlos Serra escreveu no prefácio ao livro do seu colega antropólogo António Rafael da Conceição, que “muito falta fazer (e fazer bem) no conhecimento da história e da antropologia” em Moçambique (SERRA, 2006, p. 20). Esta tese é uma tentativa de responder a esse “muito que falta” por fazer no conhecimento da História e da Antropologia no país. Mas, como Serra acrescenta, não basta fazer, tem que ser bem feito. De fato, o trabalho foi por mim feito, mas, a qualidade dessa realização deixo para que os/as leitores/as o avaliem.

Para finalizar, acredito, assim como o historiador sul africano Colin Darch (2019, p. 18), que “(...) nunca será possível escrever uma frase final, com um ponto final, e dizer que, bem, esta história já foi escrita”. E como defende a escritora e acadêmica nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie em seu pequeno e profundo livro *O perigo de uma história única*: “quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre nenhum lugar, reavemos uma espécie de paraíso” (ADICHIE, 2019, p. 33). Procurei com este trabalho visibilizar histórias outras, atrizes e atores moçambicanos/os da Antropologia e contribuir a promoção de uma perspectiva crítica e plural da história de nossa disciplina, com base nas experiências de contextos e sujeitos sociais outros.

REFERÊNCIAS

ABDALLAH, Yohanna Barnabé. **Os Yao**. AHM: UEM, 1983.

ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra a cultura. **Equatorial**, v. 5 n. 8, jan/jun 2018 [1991].

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. Cruzando o Atlântico em memória da interseccionalidade. In: AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019, p. 17-56.

ALBERTO, Manuel Simões. **Elementos de Estudo para organização da carta sero-antropológica da população negra de Moçambique** (com base no sistema A B O) Memórias. Lourenço Marques: IICM, 1962.

ALBERTO, Manuel Simões. **Elementos para um vocabulário Etnológico e Linguístico de Moçambique**. Memórias. Vol. 7, Lourenço Marques: IICM, 1965.

ALBERTO, Manuel Simões. **Notas sobre algumas coleções etnográficas do Museu Dr. Álvaro de Castro**. Memórias - Cinquentenário do Museu Dr. Álvaro de Castro 1913-1963. Vol. 4, Lourenço Marques: IICM, 1963.

ALBERTO, Manuel Simões. **Os Angónis - elementos para uma monografia**. Memórias. Vol. 9, Lourenço Marques: IICM, 1967/78.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SIMÕES, Júlio Assis; MOUTINHO, Laura; SCHWARCZ, Lília Moritz. Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva. In: SAGGESE, Gustavo Santa Roza; MARINI, Marisol; LORENZO, Rocío Alonso; SIMÕES, Júlio Assis; CANCELA, Cristina Donza. **Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica**. São Paulo: Terceiro Nome & Editora Gramma, 2018, p. 9-30.

AMÂNCIO, Hélder; TASSINARI, Antonella. Da graduação à pós-graduação: a emergência do Mestrado em Antropologia Social na UEM. **Revista Debates em Educação da UFAL** (Dossiê Ensino de Antropologia), v. 11, n. 23, 2019.

ANDRADE, Ximena; LOFORTE, Ana Maria; OSORIO, Conceição; RIBEIRO, Lucia; TEMBA, Eulália. **Famílias em contexto de mudança em Moçambique**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1998.

APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1996.

ARAÚJO, Caio Simões de. Introdução. In: ARAÚJO, Caio Simões de (Org.) **A luta continua, 40 anos depois: histórias entrelaçadas da África Austral**. Maputo: Alcance Editores, 2017, p. 7-20.

- ARPAC. **Folheto sobre História do ARPAC**. Maputo: ARPAC/ Ministério da Cultura, s/d.
- ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE. Introdução à 1ª edição moçambicana [em Português] de Os Yao. In: ABDALLAH, Yohanna Barnabé. **Os Yao**. AHM: UEM, 1983.
- ASAD, Talal. Introduction. In ASAD, Talal (Ed.). **Anthropology and the Colonial Encounter**. London: Ithaca Press and Humanities Press, 1975, p. 9-19.
- BAKER, Lee D. Teoria antropológica. In: ERICKSON, Paul A.; MURPHI, Liam D. **História da teoria antropológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- BANDEH-AHMADI, Nurolhoda. **Anthropological Generations: A Post-Independence Ethnography of Academic Anthropology and Sociology in India**. Doctoral Thesis in Social Anthropology, University of Michigan, 2018.
- BARBOSA, Gabriel Coutinho. Apresentação. In: BARBOSA, Gabriel Coutinho. **Os aparai e wayana e suas redes de intercâmbio**. (Tese de Doutorado em Antropologia) São Paulo: USP, 2007, p. 1-13.
- BARBOSA, Pablo. Saberes antropológicos e práticas coloniais em Portugal entre 1933 e 1974. **Revista História em Reflexão**, v. 2, n. 4, jul/dez, p.1-22, 2008.
- BARRADAS, Loreno. **A secção de pré-história do Museu Dr. Álvaro de Castro**. Memórias - Cinquentenário do Museu Dr. Álvaro de Castro 1913-1963. Vol. 4, Lourenço Marques: IICM, 1963a.
- BARRADAS, Loreno. **Ensaio sobre a paleoclimatologia do Pafúri**. Memórias - Cinquentenário do Museu Dr. Álvaro de Castro 1913-1963. Vol. 4, Lourenço Marques: IICM, 1963b.
- BARRADAS, Loreno. **Ruínas do grande Zimbabwe** - Documentário fotográfico. Memórias - Cinquentenário do Museu Dr. Álvaro de Castro 1913-1963. Vol. 4, Lourenço Marques: IICM, 1963c.
- BARRADAS, Loreno. **Zimbábues do Bárue**. Memórias - Cinquentenário do Museu Dr. Álvaro de Castro 1913-1963. Vol. 4, Lourenço Marques: IICM, 1963d.
- BARROSO, Edgar. As dinâmicas globais de internacionalização do ensino superior, a contranarrativa africana e o caso de Moçambique. **Educação, Sociedades & Culturas**, n. 51, p. 137-153, 2017. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/?q=en/publication/journal-educacao-sociedade-culturas/edition/educacao-sociedade-culturas-51>.
- BATES, Robert H., MUDIMBE, Valentin Yves & O'BARR, Jean (Eds.), **Africa and the disciplines**. The contributions of research in Africa to the social sciences and humanities. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1993.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES; Nelson & GROSGOUEL, RAMÓN. Introdução: decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: BERNARDINO-

COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES; Nelson & GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2ª edição, Belo Horizonte: Autêntica Editora (Coleção Cultura Negra e Identidades), 2019.

BEVERWIJK, J. M. R. **The Genesis of a System: A coalition formation in Mozambican higher education, 1993-2003**. Enschede: CHEPS/University of Twente (Tese de Doutorado em Ciência Política), 2005.

BHARATI, Agehanada (Ed.). **The realm of the extra-human: Ideas and Action** (World Anthropology). Chicago: Mouton, 1976.

BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. Snowball Sampling: Problem and Techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, v. 10 n. 2, p. 141-163, 1981.

BISOGNO, Flora. Decolonizzare l'Antropologia? Una riflessione sui nessi tra la disciplina e il colonialismo. **Zapruder**, n°8, p.132-237, 2005 Disponível em: http://storieinmovimento.org/wp-content/uploads/2017/04/Zap08_19-Interventi1.pdf.

BORGES, Antonádia; COSTA, Ana Carolina; COUTO, Gustavo Belisário; CIRNE, Michelle; ABREU E LIMA, Natascha de; VIANA, Talita; PATERNIANI, Stella Z. Pós- antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30, n. 2, p. 347-369, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000200347.

BOURDIEU, Pierre. **Capital Cultural, Escuela y Espacio Social**. México: Siglo Veinteuno, 1998.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales. L'illusion biographique**, v. 62-63, p. 69-72, jun. 1986.

BRAGANÇA; Aquino & O'LAUGHLIN, Bridget. O Trabalho de Ruth First no CEA. **Estudos Moçambicanos**, n. 14, CEA, Maputo, p. 109-126, 1996.

BREPOHL, Marion. Presença protestante na África: ressonâncias da Segunda Reforma. **Estudos de Religião**, v. 30, n. 2, p.171-194, 2016.

BRITO, Lidia. **The Mozambique experience: initiating and sustaining tertiary education reform**. A case study prepared for a Regional Training Conference on Improving Tertiary Education in Sub-Saharan Africa: Things That Work, 2003. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTAFRREGTOPTTEIA/Resources/lidia_brito.pdf.

BRITO, Luís Manuel Cerqueira de. **A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983**. Maputo: IESE, 2019.

BRITO, Luís Manuel Cerqueira de. Discurso político e pobreza em Moçambique: análise de três discursos presidenciais. BRITO, Luís Manuel Cerqueira de *et al.* (Org.). **Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique**. Maputo: IESE, 2010a, p. 49-64.

BRITO, Luís Manuel Cerqueira de. **Por uma Sociologia sem fronteiras: O exemplo de “O Mineiro Moçambicano”**. Aula Pública de Sociologia. Maputo: Associação Moçambicana de Sociologia, 2011.

BRITO, Luís Manuel Cerqueira de. **Luís Manuel Cerqueira de Brito (depoimento, 2008)**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 16 p., 2010b.

BUNZL, Matti. Introdução para o Tempo e o Outro de Johannes Fabian - sínteses de uma antropologia crítica. In: FABIAN, Johannes. **O tempo e o Outro: como a antropologia estabelece o seu objeto**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013 [1998], p. 9-29.

BUTLER, Judith. Dar cuenta de sí mismo. In: BUTLER, Judith. **Dar cuenta de sí mismo. Violencia ética y responsabilidad**. 1ª Ed. - Buenos Aires: Amorrortu, 2009, p. 13-20.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. Colonialidade do Saber e pesquisa em África. In: MACÊDO, Tania C. (Org.) **África em perspectiva: ensino, pesquisa e extensão**. São Paulo: Centro de Estudos Africanos, 2018, p. 9-16.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação**. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 2007.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. Políticas de identidade no Moçambique colonial. In: MAGGIE, Y.; REZENDE, C. B. **Raça como retórica: A construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 353-408.

CABRAL, António Augusto Pereira. **Raças usos e costumes dos indígenas da província de Moçambique**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1925.

CAHEN, Michel. Pontos comuns e heterogeneidade das culturas políticas nos PALOPs - um ponto de vista “pós-póscolonial”. **História: Questões & Debates**, v. 62, n. 1, p.19-47, 2015.

CAPELA, José. Introdução. In: CAPELA, José. **Moçambique pela sua história**. Porto: CEA, 2010, p. 9-10.

CARDOSO, Carlos. Da possibilidade das Ciências Sociais em África. In: CRUZ E SILVA, Tereza; COELHO, João Paulo B., SOUTO, Amélia Neves de. (Orgs.). **Como fazer Ciências Sociais em África: Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas** (Textos do colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança). Dakar: CODESRIA, 2012, p. 125-144.

CARDOSO, Carlos. Desenclavar as Ciências Sociais na África Lusófona: a iniciativa especial do CODESRIA. **Revista de Antropologia da USP**, v. 60, n. 3, p.89-111, 2017 Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/secs/submitted/virus_04_submitted_4_pt.pdf.

CARDOSO, Sebastião Marques. Cosmologia literária da violência: uma leitura sobre a condição pós-colonial africana. **Crítica Cultural**, Palhoça, v. 9, n. 2, p. 323-333, jul./dez. 2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o pensamento antropológico**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

CARVALHO, José Jorge. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES; Nelson & GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2ª edição, Belo Horizonte: Autêntica Editora (Coleção Cultura Negra e Identidades), 2019, p. 79-106.

CASIMIRO, Isabel. Comunicação oral sobre as Ciências Sociais (sociologia) em Moçambique no Circuito Lilás. **Congresso Brasileiro de Sociologia**, Florianópolis: UFSC, 2019.

CASIMIRO, Isabel. Mulher, pesquisa, acção e mudança. In: Teresa Cruz e Silva, João Paulo Borges Coelho, Amélia Neves de Souto (Org.), **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África**: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança). Dakar: Codesria, 2012, p. 211-226.

CASIMIRO, Isabel. **Paz na terra, guerra em casa**: Feminismo e organização de mulheres em Moçambique. Maputo: PROMEDIA, 2004.

CASIMIRO, Isabel; ANDRADE, Ximena. **A identidade do feminismo crítico em Moçambique**: situando a nossa experiência como mulheres, académicas e ativistas. Maputo: CEA/UEM, 2007.

CASIMIRO, Isabel; ANDRADE, Ximena. Construindo uma teoria de género em Moçambique. **Estudos Moçambicanos**. v. 11, n. 12, p. 93-110, 1992.

CASTEL-BRANCO, C. N.; OSSEMANE, R. Crises cíclicas e desafios da transformação do padrão de crescimento económico em Moçambique. In: BRITO, Luís de; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA; Sérgio; FRANCISCO, António. **Desafios para Moçambique**. Maputo: Instituto de Estudos Sócio- Económicos (IESE), 2010, p. 141-182.

CASTIANO, José P. Educação, Mudança paradigmática na. In: NGOENHA, S.; CASTIANO, J. **Pensamento engajado**: ensaios sobre filosofia africana, educação e cultura política. Maputo: EDUCAR - Universidade Pedagógica, 2010, p. 143-170.

CASTIANO, José P. **Educar para quê?** As transformações no sistema de educação em Moçambique. Maputo: INDE, 2005.

CASTIANO, José P. NGOENHA, S. **A Longa Marcha duma "Educação para Todos" em Moçambique**. 3ª ed. Maputo: Publifix, 2013.

CASTRO-GÓMEZ, Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS. A política de investigação social do CEA. **Trabalhos de Arqueologia e Antropologia**. Maputo: UEM, n.º2, p.67-70, 1987.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**. Postcolonial Thought and Historical Difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CHAVES, Rita. Entrevista com João Paulo Borges Coelho. **Via Atlântica**, v. 16, p.151-166, 2009.

CHENEY, Kristen. Anthropology and the politics of Childhood in Africa. In: GRINKER, Roy Richard; LUBKEMANN, Stephen C; STEINER, Christopher B; and GONÇALVES, Euclides. **A Companion to the Anthropology of Africa**. Hoboken: Wiley, 2019, p. 307-322.

CHILUNDO, Arlindo. Capacity building in higher education in Mozambique and the role played by co-operating foreign agencies: The case of the World Bank. In: **UNESCO Forum Occasional Paper**, Series Paper no. 12, 2006.

COLMAN, Rosa & AZEVEDO, Marta. Ñemosarambipa: deslocamentos forçados entre os Guarani de Mato Grosso do Sul. **Seminário Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas**, realizado em abril de 2016 no Memorial da América Latina, São Paulo. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/21_RC.pdf.

COMAROFF, John. The end of Anthropology, Again: on the future of an in/discipline. **American Anthropologist**, v. 112, Issue 4, p. 524-538, 2010.

CONCEIÇÃO, Rafael António da. **Entre o Mar e a Terra**. Situações Identitárias no Norte de Moçambique (Cabo Delgado). Maputo: Promédia, 2006.

CONCEIÇÃO, Rafael António da. **Lied para Yonnis-Fred e Maëlle** (Paternidade, morte e quotidiano, construções no mar, em terra e no ar...). Maputo: UEM, 2007.

COPANS, Jean. A propósito de “Anthropologie et colonialisme” de Gérard Leclerc. In: COPANS, Jean. **Críticas e políticas da Antropologia**. Lisboa: Edições 70, 1981, p. 111-117.

COPANS, Jean. Da Etnologia à Antropologia. In: COPANS, Jean *et al.* **Antropologia Ciência das Sociedades Primitivas?** Lisboa: Perspectivas do Homem/Edições 70, 1989, p. 12-40.

CORRÊA, Mariza. Traficantes do excêntrico In: CORRÊA, Mariza. **Traficantes do Simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia**. Campinas: UNICAMP, 2013, p. 35-70.

COSTA, Ana Bénard da. Emigração de quadros, formação superior e desenvolvimento: o caso de Moçambique. **Pro-Posições**, v. 20, n. 1 (58), p. 127-145, jan/abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n1/v20n1a08.pdf>.

COSTA, Ana Bénard da. Formação de Quadros Superiores Moçambicanos em Portugal: Trajetórias, identidades e redes sociais. **Cadernos de Estudos Africanos**, v. 23, 2012.

COSTA, Ana Bénard da. Os Quadros Superiores, os Empresários e as suas Famílias: análise de processos de mudança social e cultural em Moçambique. **Cadernos de Estudos Africanos**, p. 237-253, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/951?lang=en>..

COSTA, D. V. D. A. Ruth First e a história das ciências sociais em Moçambique: o 'ouro negro' e o trabalhador migrante nas minas sul-africanas. **Revista de Ciências Sociais**, v. 46, n. 2, p. 17-52, jul/dez, 2015.

COTA, Gonçalves. Prefácio. In: RCNI. **Primeiro Projeto do Código Civil dos Povos Indígenas da Província do Sul do Save**. Lourenço Marques: Repartição Central dos Negócios Indígenas, 1942.

COUTO, Mia. **Trilogia “Areias do Imperador”** - A espada e a azagaia. Maputo: Fundação Fernando Leite Couto, Volume II, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Ano 10, p. 171-188, 2002.

CRUZ E SILVA, Teresa. **A organização dos trabalhadores do sector informal dos mercados**: O papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do. Bureau Internacional do Trabalho. Genebra, p. 47, 2005.

CRUZ E SILVA, Teresa. Determinantes globais e locais na emergência de solidariedades sociais: O caso do sector informal nas áreas periurbanas da cidade de Maputo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, p. 75-89, outubro 2002.

CRUZ E SILVA, Teresa. Liberdade acadêmica e ensino superior em Moçambique. **Tensões Mundiais**, v. 7, n. 13, p. 211-234, 2011.

CRUZ E SILVA, Teresa. O lugar das Ciências Sociais como Motor de Mudanças: o caso de Moçambique. In: CRUZ & SILVA, Tereza; CASIMIRO, Isabel (Orgs.) **A ciência ao Serviço do Desenvolvimento?** Experiências de países africanos de língua oficial portuguesa. Dakar: CODESRIA, 2015, p. 267-277.

CRUZ E SILVA, Teresa *et al.* Introdução. In: CRUZ & SILVA, Tereza; COELHO, João Paulo Borges e SOUTO, Amélia Neves de. (Org.). **Como fazer Ciências Sociais em África**: Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas (Texto do colóquio em homenagem à Aquino de Bragança). Dakar: CODESRIA, 2012, p. 1-6.

CUNHA, Teresa. As mulheres africanas no âmago do seu continente - para além da subjugação e da raiva. **IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais** - Luanda de 28 a 30 de novembro de 2006.

CURTO, Diogo Ramada. A historiografia do império português na década de 1960: formas de institucionalização e projeções. **História da historiografia**, n. 10, p. 111-123, 2012. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/508>.

DARCH, Colin. Pesquisando a História da Luta Armada em Moçambique: o contexto dos desafios atuais da comunicação científica. **AbeÁfrica**: revista da associação brasileira de estudos africanos, v. 2, n. 2, p. 5-18, abril 2019.

DARCH, Colin. Transversalidade no Centro de Estudos Africanos em Moçambique, 1976-1986: a construção de uma nova visão nas ciências sociais. **Revista de Antropologia da USP**, v. 60, n. 3, p. 112-133, 2017.

DEBERT, Guita Grin. Envelhecimento e curso de vida. **Revista de Estudos Feministas**, v. 5, n. 1, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12564/11720>.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Revista História Oral**, v. 6, p. 9-25, jun. 2003.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (DHUEM). (Direção de Carlos Serra). **História de Moçambique**. Maputo: Livraria Universitária, volume 1, 2000.

DEPELCHIN, Jacques. Antropologia e a História Africana à Luz da História da Frelimo. **Trabalhos de Arqueologia e Antropologia**, Maputo: UEM, n. 2, p. 37-60, 1987.

DIAS, Hildizina Norberto. Desafios da Universidade Moçambicana no século XXI. In: **Revista de Científica da UEM**, Série Ciências da Educação, v. 1, n. 0, p. 60-74, 2012.

DIAS, Hildizina Norberto. Ensino Superior em Moçambique. Texto apresentado no **I Seminário Internacional sobre a temática da Educação Superior na Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa** - CPLP, Porto Alegre, 2009.

DIAS, Jorge. **Os Macondes de Moçambique - I**: aspetos históricos e económicos. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar - Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1964a.

DIAS, Jorge. **Os Macondes de Moçambique - II**: cultura material. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar - Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1964b.

DIAS, Jorge; DIAS, Margot. **Os Macondes de Moçambique - III**: vida social e ritual. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar - Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1970.

DIKE, Kenneth. In Memoriam: Melville Jean Herskovits. **African Studies Bulletin**. v. 6, n. 1. 1963. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/african-studies-review/article/melville-jean-herskovits/9883841195CC69FEECCBD13E291B5A7E>.

DIOP, Cheikh Anta. **Nations nègres et culture**. Éditions africaines, 1955.

DUNDURO, Silva Armando. **Projeto para a criação do centro de pesquisa e documentação da história oral e Ciências Sociais (Beira - Moçambique)**. Dissertação de mestrado profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais - Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

DURHAM, Eunice. Pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **Aventura Antropológica: teoria e prática**. Paz e Terra, 1988, p. 17-38.

ELA, Jean-Marc. Prefácio - Um novo obscurantismo? In: ELA, Jean-Marc. **Restituir a história às sociedades africanas: promover as Ciências Sociais na África negra**. Luanda: Edições Pedagogo. 2013, p. 11-16.

ERIKSEN, Thomas Hylland e NIELSEN, Finn Sivert. Prefácio (2001). In: ERIKSEN, Thomas Hylland e NIELSEN, Finn Sivert. **História da Antropologia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007, p. 7-8.

EUSÉBIO, A. J. Grandes projetos de desenvolvimento, guerra e os deslocamentos compulsórios em Moçambique. **Novos Debates**. v. 3, n. 1-2, 2017, p. 55-60.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evans. **The Nuer: A Discription of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People**, Oxford University Press, 1940.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evans. **Witchcraft, oracles and magic among the Azande**. London: Oxford, 1937.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o Outro: como a Antropologia estabelece o seu objeto**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

FARRÉ, A. Vínculos de sangue e estruturas de papel: ritos e território na história de Quême (Inhambane). *Análise Social*, v. vol. XLIII (2. °), p. 393-418, 2008.

FASSIN, Didier. Introducción: el gobierno humanitario e conclusión: crítica de la razón humanitaria. In: FASSIN, Didier. **La razón humanitaria: una historia moral del tiempo presente**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2016, p. 9-32.

FASSIN, Didier. Preface to the English Edition: 'Can states be moral?' Introduction: 'Governing precarity, e Conclusion: Raisons d'Etat. In: FASSIN, Didier. **At the heart of the state: the moral world of institutions**. London: Pluto Press, 2013.

FELDMAN-BIANCO, Bela. A expansão da pós-graduação em Antropologia. SIMÃO, Daniel S.; FELDMAN-BIANCO, Bela. **O campo da Antropologia no Brasil: perspectivas, nuances e desafios**. Rio de Janeiro: ABA, p.29-56, 2018.

FELICIANO, José Fialho. Alguns dados sobre a Antropologia em Moçambique. **Trabalhos de Arqueologia e Antropologia** (Primeiro Seminário Interdisciplinar de Antropologia). Maputo: DAA/UEM, p. 13-36, 1987.

FELICIANO, José Fialho. Prefácio. In: JUNOD, Henri A. **Usos e Costumes dos Bantu** (Tomo I). Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996, p. 15-20.

FERNANDES, Carlos. **Dinâmicas de pesquisa em ciências sociais no Moçambique pós - independente**: O caso do Centro de Estudos Africanos, 1975-1990. Tese de doutorado em Estudos Étnicos e Africanos, UFBA: Bahia, 2011 Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23937/1/tese_CMDFernandes.pdf.

FERNANDES, Carlos. **Saber, poder e ideologia na produção científica do CEA (1975-1984)**. Trabalho de Conclusão de Curso, Maputo: UEM, 2003.

FERREIRA, José Carlos Ney; VEIGA, Vasco Soares da. **Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique**. Lisboa: Conselho Ultramarino, 1954. Disponível em: <https://governodosoutros.files.wordpress.com/2011/03/ferreira-josc3a9-carlos-ney-estatuto-dos-indc3adgenas-portugueses-da-provc3adncias-da-guinc3a9-angola-e-moc3a7ambique-annotado-e-le1.pdf>.

FERREIRA, Vinícius Kauê. **Histórias de rodapé**: Conflitos na constituição das antropologias indianas. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, Florianópolis: UFSC, 2011.

FILHO, Manuel Ferreira Lima & ABREU, Regina. A Antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. FILHO, Manuel Ferreira Lima; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane Filipe. (Org.) **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letras/ ABA, p.21-44, 2007.

FILHO, Manuel Lima; ABREU, Regina & ATHIAS, Renato. **Museus e Atores sociais**: Perspectivas Antropológicas. Recife: Associação Brasileira de Antropologia (ABA), 2016.

FILHO, Trajano Wilson; DIAS, Juliana Braz. O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida. **Anuário Antropológico**, v. 40, n. 2, p. 9-22, 2015.

FIRST, Ruth. Editorial: subdesenvolvimento e trabalho migratório. **Estudos Moçambicanos**, n.1, p. 2-8, 1980.

FIRST, Ruth. **O mineiro moçambicano um estudo sobre a exportação de mão de obra**. 1ª Edição, Maputo: CEA, 1977.

FLORÊNCIO, Fernando. Christian Geffray e a Antropologia da guerra: ainda a propósito de La Cause des Armes au Mozambique. **Etnográfica**, v, 6, n. 2, p. 347-364, 2002.

FORSTER, Peter. Has Anthropology a Future in Africa after Colonialism?. **UTAFITI** (N9W S8ri8S) Vol.1, No.1, p.47-67, 1994. Disponível em:

<http://pdfproc.lib.msu.edu/?file=/DMC/African%20Journals/pdfs/Utafiti/vol1no1NS/aejpNS001001005.pdf>.

FORTES, Meyer; EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **African political systems**. Oxford University Press, 1940.

FORTES, Meyer; RADCLIFFE-BROWN, A. R.; FORDE, Daryll. **African systems of kinship and marriage**. African systems of kinship and marriage, Oxford: Oxford University Press, 1950.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 229-249.

FREITAS, Costa. **Notas para um estudo da dança Mapico**. Memórias - Cinquentenário do Museu Dr. Álvaro de Castro 1913-1963. Vol.4, Lourenço Marques: IICM, 1963.

FRY, Peter. Apresentação. In: FRY, Peter. **Moçambique: ensaios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, p.13-20.

FRY, Peter. Internacionalização da disciplina. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins. **O campo da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: ABA - Contra-Capa, 2004, p. 227-243.

FURTADO, Claudio Alves. A desconstrução de Cabo-Verde como um brasilim: um cabo-verdiano em terras brasileiras. **Revista de Antropologia da USP**, v. 60, n, 3, p.45-63, 2017.

GAITSKELL, Deborah. Dora Earchy's Mozambique Research and the Early Years of Professional Anthropology in South Africa. In: HARRIES, Patrick and MAXWELL, David (Ed.). **The Spiritual in the secular: missionaries and knowledge about Africa**. Michigan, Cambridge: WM-B Eerdmans Publishing Co., 2012, p. 187-220.

GAITSKELL, Deborah. Female Faith and the Politics of the personal: five missions encounters in twentieth-century South Africa. **Feminist Review**, v. 65, p. 68-91, 2000.

GAITSKELL, Deborah. Introduction. **Journal of Southern African Studies**, v. 10, n. 1, Special Issue on Women in Southern Africa, p. 1-16, 1983.

GAITSKELL, Deborah. Mission by other means? Dora Earchy and the Save Children Fund in the 1930s. In: NIELSEN, Hilde; OKKENHAUG, Inger Marie and HESTAD-SKEIE, Karina (Ed.) **Protestant Missions and Local Encounters in the Nineteenth and Twentieth Centuries (Unto the ends of the world)**. Leiden: Brill, 2011.

GAJANINGO, Paulo Rodrigues. **O Sul de Moçambique e a História da Antropologia: Os usos e Costumes dos Bantos**, de Henri Junod, Dissertação de Mestrado em Antropologia, Campinas: IFCS/UNICAMP, 2006.

GALLO, Donato. **Antropologia e colonialismo: o saber português**. Lisboa: Heptágono, 1988.

GANHÃO, Fernando. Problemas e prioridades na formação em Ciências Sociais. Comunicação inaugural da Reunião dos Peritos sobre os problemas e prioridades na formação em Ciências Sociais na África Austral, organizado pela UNESCO e pelo CEA. **Revista Estudos Moçambicanos**, v. 4, p. 5-17, 1983.

GASPARETTO, Vera. O campo dos estudos de gênero em Moçambique. In: GASPARETTO, Vera. **Corredor de Saberes: vavasati va tinhenha** (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique. Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (Concentração em Estudos de Gênero), Florianópolis: UFSC, 2019, p. 252-307.

GASPARETTO, Vera; AMÂNCIO, Hélder. Gênero e feminismos em África: temas, problemas e perspectivas analíticas. Texto apresentado no **13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11**, Florianópolis: UFSC, 2017.

GEFFRAY, Christian. **A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique**. Volume 20 de Coleção Textos - Edições Afrontamento, 1991.

GEFFRAY, Christian. Para um estudo da família como unidade de produção. **Trabalhos de Arqueologia e Antropologia**. Maputo: UEM, n. 2, p. 3-12, 1987.

GENTILI, Ana Maria. Prefácio. In: CRUZ & SILVA, Tereza; COELHO, João Paulo Borges e SOUTO, Amélia Neves de. (Org.). **Como fazer Ciências Sociais em África**: Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas (Texto do colóquio em homenagem à Aquino de Bragança). Dakar: CODESRIA, 2012.

GLUCKMAN, Herman Max. Análise de uma situação social na zuluslândia moderna. In: FELDIMAN-BIANCO, Bela. (Org.) **A Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, p. 227-344, 1987.

GLUCKMAN, Herman Max. **Rituais de rebelião no sudeste da África**. Série Tradução Vol. 01, Brasília: DAN/UnB, 2011. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/serie-traducao/st%2003.pdf>.

GÓMEZ, Miguel Buendía. **Educação moçambicana** - História de um processo: 1962-1984. Maputo: Livraria universitária, 1999.

GONÇALVES, António Cipriano Parafino. O direito à educação e políticas de expansão do ensino superior público em Moçambique: estagnação, privatização e exclusão (1986-2008). **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 1, p. 37-57, mar. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/324309523>.

GONÇALVES, Euclides. African Anthropological Practice in the “Era of Aid”: Towards a Critique of Disciplinary Canons. In: GRINKER, Roy Richard; LUBKEMANN, Stephen C; STEINER, Christopher B; and GONÇALVES, Euclides. **A Companion to the Anthropology of Africa**. Hoboken: Wiley, 2019, p. 415-437.

GONÇALVES, Reginaldo. As fronteiras da Antropologia: entrevista com James Clifford. In: CLIFFORD, James. **A experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX.** (GONÇALVES, Reginaldo, Org.). 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014, p. 231-250.

GOODY, Jack. **The Expansive Moment: The Rise of Social Anthropology in Britain and Africa 1918-1970.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

GORDON, April; GORDON, Donald. Introduction. In: GORDON, April and GORDON, Donald. (Ed.). **Understanding Contemporary Africa.** Lynne Rienner: Boulder, 2013, p. 1-7. Disponível em: <https://www.rienner.com/uploads/50633a79191e9.pdf>.

GREENBERG, Joseph. In Memoriam: Melville Jean Herskovits, **African Studies Bulletin** v. 6, n. 1. 1963.

GREENBERG, Joseph. **Melville Jean Herskovits (1895-1963):** A Biographical memoir. In: National Academic of Science - Washington D.C, 1971, Disponível em: <http://www.nasonline.org/publications/biographical-memoirs/memoir-pdfs/herskovits-melville.pdf>.

GREGORIAN, Vartan *et al.* Preface to the series. MÁRIO, Mouzinho; FRY, Peter; LEVEY, Lisbeth and CHILUNDO, Arlindo. **Higher Education in Mozambique.** Oxford: James Currey, 2003 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305072390_Higher_Education_in_Mozambique_A_Case_Study.

GRINKER, Roy Richard; LUBKEMANN, Stephen C; STEINER, Christopher B; and GONÇALVES, Euclides. Introduction. In: GRINKER, Roy Richard; LUBKEMANN, Stephen C; STEINER, Christopher B; and GONÇALVES, Euclides. **A Companion to the Anthropology of Africa.** Hoboken: Wiley, 2019, p. 1-12.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES; Nelson & GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico.** 2ª edição, Belo Horizonte: Autêntica Editora (Coleção Cultura Negra e Identidades), 2019, p. 55-76.

GROSSI, Miriam Pillar. Duas Germaines e uma Denise: alunas de Mauss. In: GROSSI, Miriam; MOTTA, Antonio e CAVIGNAC, Julie A. (Org.) **Antropologia francesa no século XX.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006, p. 239-258.

GROSSI, Miriam Pillar. Ensino de Antropologia: Uma “velha” história na ABA. GROSSI, Miriam; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen. (Org.) **Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras.** Blumenau: Nova Letra, p.7-14, 2006. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/livros/EnsinoDeAntropologia.pdf>.

GUEBUZA, Armando. **A geração de 8 de março.** Intervenção no âmbito do 27º aniversário desta geração. Maputo, 2004. Disponível em: <http://www.macua.org/Geracaode8deMarco.htm>.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Campos**, v. 12, n. 1. p. 9-29, 2011.

GUERREIRO, Manuel Viegas. **Contos Macondes**. Memórias - Cinquentenário do Museu Dr. Álvaro de Castro 1913-1963. Vol. 4, Lourenço Marques: IICM, 1963.

GUERREIRO, Manuel Viegas. **Os Macondes de Moçambique - IV**: sabedoria, língua, literatura e jogo. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar - Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1970.

GUNE, Emídio. A (im)possibilidade da Antropologia? Texto apresentado no **Seminário de Antropologia**. Maputo: DAA, 2012 (no prelo).

HALKES, Jan; OPPEWAL, Jolke. **Moçambique, socialismo e solidariedade**. Amsterdam: Fundação Eduardo Mondlane, 1989.

HALLOWELL, Alfred Irving. The history of Anthropology as an anthropological problem. **Journal of the history of the behavioral Sciences**. v. 55, Issue 1, p. 24-38, 1965.

HAMBLY, Wilfrid. Valenge Women (Review). An Ethnographic Study. E. DORAE ARTHY. **American Anthropologist**, v. 36, p. 470-471, 1934.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 7-41, 2009.

HARDING, Sandra. Del problema de la mujer en la ciencia al problema de la ciencia en el feminismo. In: HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Ediciones Marota, 1996, p. 15- 51.

HARRIES, Patrick. **Junod e as sociedades africanas**: impacto dos missionários suíços na África Austral. Maputo: Paulinas, 2007.

HARRIES, Patrick; MAXWELL, David. Introduction. In: HARRIES, Patrick and MAXWELL, David (Ed.). **The Spiritual in the secular**: missionaries and knowledge about Africa. Michigan, Cambridge: WM-B Eerdmans Publishing Co., 2012, p. 1-29.

HERSKOVITS, Melville. A Preliminary Consideration of the Culture Areas of Africa. **American Anthropologist**, v. 26, p. 50-64, 1924. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1525/aa.1924.26.1.02a00050>.

HERZFELD, Michael. Orientações - Antropologia como uma prática da teoria. In: HERZFELD, Michael. **Antropologia**: prática teórica na cultura e na sociedade. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014, p. 17-39.

HONNETH, Alex. Invisibilité: sur l'épistémologie de la «reconnaissance». **Réseaux**, v. 1-2, n. 129-130, p. 39-57, 2005.

HONWANA, Alcinda. **Espíritos Vivos e Tradições Modernas**: possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no sul de Moçambique. Maputo: PROMÉDIA, 2002.

HONWANA, Alcinda. **O tempo da Juventude**: emprego, política e mudanças sociais em África. Maputo: Kapicua Livros e Multimédia Lda, 2013.

HOUNTONDJI, Paulin. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 149-160, 2008.

HUNTER, Monica. The Valenge Women (Review). **Journal of the International African Institute**, v. 7 n. 1, p. 110-112, 1934.

ILGES, Michelle Cirne. **A produção de ciências sociais no continente africano e a agência do CODESRIA**. Tese de Doutorado em Antropologia Social: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-13102016-145332/pt-br.php>.

INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

INGOLD, Tim. Epilogue: Anthropology is not Ethnography. In: INGOLD, Tim. **Being Alive**. Routledge: London and New York, 2011, p. 229-243.

INGOLD, Tim. Sobre levar os outros a sério. In: INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019, p. 7-19.

JAMES, Deborah. David Webster: an activist anthropologist twenty years on. **African Studies**, v. 68, n. 2, p. 287-297, 2009a.

JAMES, Deborah. Posfácio. WEBSTER, David J. **A Sociedade Chope**: Indivíduo e aliança no Sul de Moçambique - 1969-1976. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009b, p. 429-439.

JEGED, Samuel Jegede. From Gateway to Gatekeeper: Anthropology: Yesterday, Today and Tomorrow. In: NKWI, Paul Nchoji. (Org.) **The Anthropology of Africa**: Challenges for the 21st Century. African Books Collective, 2015, p.1- 12.

JOÃO, Â.; CHONGO, E. **Moçambique, 40 anos de independência**: Unidade Nacional, Paz e Progresso. Maputo: ARPAC- Ministério da Cultura, 2015.

JOSSIAS, Elísio. Entrevista com Rafael da Conceição: “Muita pesquisa é instrumentalizada, ideológica e economicamente”. PAULO, Margarida (Dir.). **Gazeta**. Nº3, Maputo: DAA/UEM, p. 12-17, 2010.

JOSSIAS, Elísio; MARIANO, Esmeralda (Editores). Antropologia em busca da identidade: entrevista com a Professora Doutora Ana Maria Loforte. **GAZETA-DAA**, Nº1, 2008.

JUNOD, Henri Alexandre. **Cantos e contos dos Ronga**. (Tradução de Maria Leonor Correia de Matos). Memórias. v. 12, Lourenço Marques: IICM, 1975.

KALY, Alain Pascal. O Ser Preto africano no ‘paraíso terrestre’ brasileiro. Um sociólogo senegalês no Brasil. In: **Lusotopie**, n. 8, p. 105-121, 2001. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/luso>

KENYATTA, Jomo. **Facing Mount Kenya**. London: Martin Secker & Warburg. 1938.

KUPER, Adam. O retorno do nativo. **Horizontes Antropológicos**, v. 8, n. 17, p. 213-237, 2002.

KUPER, Adam. Preface. In: KUPER, Adam. **Anthropology and Anthropologists: The British School 1922-1972**. New York: Pica Press, 1973.

LAMB, Sarah. Generation in Anthropology. In: James D. Wright (editor-in-chief), **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, 2nd edition, v. 9. Oxford: Elsevier. 2015, p. 853-856.

LANGA, Patricio Vitorino. Alguns desafios do Ensino Superior em Moçambique: do conhecimento experiencial à necessidade de produção de conhecimento científico. In: BRITO, L. D., *et al.* **Desafios para Moçambique**. Maputo: IESE, 2014. p. 364-395.

LANGA, Patricio Vitorino. A mercantilização do ensino superior e a relação com o saber: A qualidade em questão. **Rev. Cient. UEM**, Ser: Ciências da Educação, v. 1, n. 0, pp 21-41, 2012.

LANGA, Patricio Vitorino. **Higher Educational in Portuguese speaking countries: A five countries baseline study**. Cape Town: African Mind, 2013 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/298646941_Higher_education_In_Portuguese_speaking_African_countries_a_five_country_baseline_study.

LANGA, Patricio Vitorino. **The Constitution of the Field of Higher Education Institution in Mozambique**. Cape Town: University of Cape Town Library (Dissertação de Mestrado em Educação Superior), 2006.

LANGA, Patricio Vitorino (Dir.); CUMAIO, Graciano Francisco & RAFAEL, Duarte Patrício. **Cinquenta anos de legislação e políticas públicas do Ensino Superior em Moçambique (1962-2012)**. Maputo: Fundo de Desenvolvimento Institucional, 2014.

LANNA, Marcos. Notas sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Rev. Sociol. Polít.** v. 14: p. 173-194, jun. 2000.

LARANJEIRA, Lia Dias. **Mashinamo na Uhuru: conexões entre a produção da arte Makonde e a história política de Moçambique (1950 a 1974)**. Tese de Doutorado em História Social, São Paulo: USP, 2016.

LEAF, Murray. Introdução (1978). In: LEAF, Murray. **Uma história da Antropologia**. São Paulo: Zahar/ EDUSP, 1981 [1979], p. 13-24.

LECLERC, Gérard. **Crítica da Antropologia: ensaio acerca da história do africanismo**. Lisboa: Editorial Estampa, [1973] 1972.

LEIRIS, Michel. **L'Afrique fantôme**. Paris: Gallimard, 1934.

LEITE, Ilka Boaventura. **Olhares de África: Lugares e entre-lugares da arte na diáspora**. São Cristóvão: Tomo, 2007.

LEITE, Pedro Pereira. **Casa MUSS - AMB- IKE (O Estado da arte da Museologia em Moçambique)**. Lisboa: Universidade Lusófona, 2010.

LEWIS, Diane. Anthropology and Colonialism. **Current Anthropology**, v. 14, n. 5, p. 581-602, 1973.

LIBERMAN, Gloria, **Mulher no Desenvolvimento em Moçambique - Bibliografia Anotada**. DEMG/CEA: Maputo, 1993.

LIESEGANG, Gerhald. **Notas autobiográficas, caracterização e trabalhos feitos e publicadas**. 2012. Academia Edu. Disponível em: https://www.academia.edu/10357417/Gerhard_Liesegang_autobiographical_sketch_and_publications.

LIESEGANG, Gerhard. **Reconstituindo a história pré-colonial de Moçambique: Como a análise das tradições dos Tembe e Chilundu, fontes escritas antigas e o uso de modelos ajudam a reconstituir a história dos Khosa**. Maputo: Departamento de História/UEM, 2006 - Disponível em: https://www.academia.edu/7824174/Tradições_Tembe_Khosa_and_Chilundu.

LOFORTE, Ana Maria. Antropologia em busca da identidade: entrevista com a Professora Doutora Ana Maria Loforte. In: JOSSIAS, Elísio; MARIANO, Esmeralda (Editores). **Gazeta**, Nº1, Maputo: DAA/UEM, 2008.

LOFORTE, Ana Maria. **Antropologia em Moçambique: notas de um percurso**. “Última Lição”. DAA: UEM, 2012.

LOFORTE, Ana Maria. **Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique**. Edição: Ela por Ela, 2003.

LOFORTE, Ana Maria. Prefácio. **Revista Trabalhos de Arqueologia e Antropologia - Primeiro Seminário Interdisciplinar de Antropologia**. Nº2, Maputo: DAA/UEM, p.1-2, 1987.

LOFORTE, Ana Maria. Social science in Mozambique: current perspectives and the outlook for the future. In: ALMEIDA, Ana Nunes de (Edit.). **Social Knowledge: Heritage, challenges, perspectives**, vol. 6 Lusophony World: Terra Nostra: Challenges, Controversies and Languages for Sociology and the Social Sciences in the 21st Century. Proceedings of the ISA Regional Conference for the Lusophone World Lisboa, Portugal, November, p. 75-84, 1997 Disponível em: <https://www.isa-sociology.org/uploads/files/Chapter%206.pdf>.

LOFORTE, Ana Maria. Trabalhos realizados no âmbito da Antropologia em Moçambique. **Trabalhos de Arqueologia e Antropologia (I Seminário Interdisciplinar de Antropologia)**, Maputo, n. 2, p. 61-66, março, 1987.

LOFORTE, Ana Maria; MATE, Alexandre. **As Ciências Sociais em Moçambique**. Maputo: Mimeo, 1993.

LOFORTE, Ana Maria; MEDEIROS, Eduardo. **A situação da mulher: normas, práticas e tabus respeitantes a fecundidade, gravidez, parto e primeira infância** (Uma investigação antropológica na Cidade de Maputo e Província de Cabo-Delgado no âmbito do Projeto MOZ/85/PO1, de informação, educação, comunicação em apoio à Saúde Materno-Infantil) (Relatório de pesquisa). Maputo: DAA/UEM, 1987.

LOURENÇO, V. A. Estado, Autoridades Tradicionais e Transição. **Cadernos de Estudos Africanos**, p. 115-138, 2009.

LUNDIN, Iraê; MACHAVA, Francisco. **Poder e autoridade tradicional**, I. Maputo, MAE/NDA, 1995.

MACAGNO, Lorenzo. Antropólogos na “África portuguesa”: história de uma missão secreta. **África**, São Paulo, n. 35, p. 87-118, 2015.

MACAGNO, Lorenzo. Cultura e Política no Moçambique pós-socialista. **Novos Estudos CEBRAP** N.º 67, p. 75-89, 2003.

MACAGNO, Lorenzo. Lusotropicalismo e nostalgia etnográfica: Jorge Dias entre Portugal e Moçambique. **Afro-Ásia**, 28, p. 97-124, 2002.

MACAGNO, Lorenzo. O discurso colonial e a fabricação dos usos e costumes: Antoneo Enes e a “Geração de 95”. FRY, Peter. (Org.) **Moçambique**: ensaios. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, p. 61-90.

MACAGNO, Lorenzo. The birth of cultural materialism? A debate between Marvin Harris and António Rita-Ferreira. in: **Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology**, v. 13, n.1. January to June 2016. Brasília, ABA. Available at <http://www.vibrant.org.br/issues/lastest-issue-v-13-n-1-01-062016/lorenzo-macagno-the-birth-of-cultural-materialism-a-debate-between-marvin-harris-and-antonio-rita-ferreira/>.

MACAGNO, Lorenzo. Um antropólogo norte-americano no «mundo que o português criou» Relações raciais no Brasil e Moçambique segundo Marvin Harris. **Lusotopie**, p. 143-161, 1999.

MACAMO, Elísio. A constituição duma sociologia das sociedades africanas. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, v. 19, p. 5-26, 2002.

MACAMO, Elísio. Aquino de Bragança, estudos africanos e interdisciplinaridade. In: CRUZ & SILVA, Tereza; COELHO, João Paulo Borges e SOUTO, Amélia Neves de. (Org.). **Como fazer Ciências Sociais em África**: Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas (Texto do colóquio em homenagem à Aquino de Bragança). Dakar: CODESRIA, p. 63-74, 2012.

MACAMO, Elísio. Respostas sem perguntas, ou porque a África não é um problema por resolver. ÉVORA, Iolanda e FRIAS, Sónia (Coord.). **2.º Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África**. Lisboa: CEsa, p. 255-284, 2016.

MACEDO, Victor Miguel Calisto de. Etnografia, história e memória entre moçambicanos no Brasil: possibilidades e limitações políticas em campo. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 8, n. 1, jan./jun. 2016.

MACHAVA, Agostinho. Notícia sobre a Sociedade de Estudos de Moçambique (1930-1974). **Arquivo: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique**, 7 de abril, p. 83-98, 1990.

MACHAVA, Benedito Luís. **The Morality of Revolution: Urban Cleanup Campaigns, Reeducation Camps, and Citizenship in Socialist Mozambique (1974-1988)**. Michigan: University of Michigan (PhD Thesis in History), 2018.

MACHEL, Samora. **A classe trabalhadora deve conquistar e exercer o poder na frente da ciência e da cultura**. Discurso proferido pelo Presidente da República no dia 1 de maio de 1976.

MACUANE, J. J. Reformas econômicas em Moçambique: atores, estratégias e coordenação. In: FRY, P. **Moçambique: ensaios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. p. 251-276.

MADUREIRA, Tânia. **Entre coleções e museus: do colonial ao pós-colonial, um estudo a partir de Moçambique**. Projeto de Pesquisa em andamento (<http://cria.org.pt/wp/tania-madureira/>).

MAFEJE, Archie. African Social Scientists Reflections part I. In: MAFEJE, Archie. **Anthropology in post-independence Africa: End of an era and the problem of Self-redefinition**. Kenya: Heinrich Böll Foundation, 2001, p. 28-74.

MAGGIE, Yvonne. **Yvonne Maggie de Leers Costa Ribeiro** (Depoimento, 2009). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (8h 42min.).

MAHUMANE, Paulo. **Percorrendo as trilhas de uma identidade tsonga construída, o caso do bairro Luís Cabral na cidade de Maputo**. Dissertação de Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos, Bahia: UFBA, 2007.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES; Nelson & GROSFUGUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2ª edição, Belo Horizonte: Autêntica Editora (Coleção Cultura Negra e Identidades), 2019, p. 27-54.

MALUF, Sônia Weidner. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. **Horizontes antropológicos**, v. 5, n. 12, p.69-82, 1999.

MAMA, Amina. What does it mean to do feminist research in African contexts? **Feminist review conference proceedings** (e4-e20), 2011.

MAMDANI, Mahmood. Higher Education, the State and the Marketplace. **JHEA/RESA** v. 6, n. 1, p. 1-10, 2008.

MANUEL, Fernando. Antropologia uma poderosa faca de dois gumes. **Revista Tempo**. Edição 959, 1988.

MARIANO, Esmeralda. Ser antropóloga, entre o local e o global. **Revista de Antropologia da Universidade de São Paulo**, v. 60, n. 3, p. 65-88, 2017.

MARINHO, Marco António Couto. Trajetórias de Vida: um conceito em construção. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 13, n. 17, 2017.

MÁRIO, Mouzinho; FRY, Peter; LEVEY, Lisbeth and CHILUNDO, Arlindo. **Higher Education in Mozambique**. Oxford: James Currey, 2003 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305072390_Higher_Education_in_Mozambique_A_Case_Study.

MARTINEZ, Francisco Lerma. **Antropologia Cultural: guia para o estudo**. Maputo: Paulinas, 2007.

MARTINEZ, Francisco Lerma. **O povo macua e a sua cultura: análise de valores culturais do povo macua no ciclo vital, Maúa, Moçambique 1971-1985**. 2ª edição, Maputo: Paulinas, 2008.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêtricas. **Civitas**, v. 14, n. 1, p. 27-42, jan.-abr, 2014.

MATOS, Maria Leonor Correia de. **Notas sobre o direito de propriedade de terra dos povos Angoni, Acheua e Ajaua da província de Moçambique**. Memórias. Vol. 7, Lourenço Marques: IICM, 1965.

MATOS, Maria Leonor Correia de. **Origens do povo chope segundo a tradição oral**. Memórias. Vol. 10, Lourenço Marques: IICM, 1973.

MATOS, Patrícia Ferraz de. **As cores do Império: Representações raciais no império colonial português**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2006.

MATOS, Patrícia Ferraz de. **Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo:(de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)**. Tese de Doutoramento em Antropologia, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012.

MATSINHE, Cristiano. **Tábula rasa: dinâmica da resposta moçambicana ao HIV/SIDA**. Maputo: Texto editores, 2005.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 183-294.

MAZULA, Brazão. **Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985**. Edições Afrontamento, 1995.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto inscrição. **Estudos Afro-asiáticos**, v. 23, n. 1, p. 172-209, 2001.

MCCLINTOCK, Anne. Introdução: pós-colonialismo e o anjo do progresso. In: MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p.15-40.

MEAD, Margaret. The Valenge Women (Review). **American Journal of Sociology**, v. 40, n. 3, p. 399-400, 1934.

MEDEIROS, Eduardo. **As chefaturas de Macua-Meto do Sul de Cabo-Delgado**. Maputo: DAA/UEM, 1984.

MEDEIROS, Eduardo. **A situação da Mulher: normas, práticas e tabus respeitantes a fecundidade, gravidez, prato e primeira infância**. Cabo-Delgado - Projeto de investigação antropológica de suporte a um programa do Ministério da Saúde sobre cuidados materno infantis. Maputo: DAA/UEM, 1984.

MEILLASSOUX, Claude; VERSCHUUR, Christine. Les paysans ignorés du Mozambique. **Le Monde Diplomatique**. p.14-15, Octobre 1985 Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/1985/10/MEILLASSOUX/38840>.

MENESES, Maria Paula. As ciências sociais no contexto do ensino superior em Moçambique: dilemas e possibilidades de descolonização. **Perspectiva**, v. 34, n. 2, p. 338-364, 2016a.

MENESES, Maria Paula. Desafios a Moçambique: nação e narrativas pós-coloniais. **Cadernos de estudos culturais**, v. 5, p. 183-202, jan./jun. 2013.

MENESES, Maria Paula. **Medicina Tradicional, Biodiversidade e Conhecimentos rivais em Moçambique**. Centro dos Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2000. 1-40.

MENESES, Maria Paula. O indígena africano e o colono europeu: a construção da diferença por processos legais. **E-Cadernos CES**, v. 07, p. 68-93, 2010.

MENESES, Maria Paula. Os sentidos da descolonização: uma análise a partir de Moçambique. **Catalão**, v. 16, n. 1, p. 26-44, jan./jun. 2016b. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/36904>.

MENESES, Maria Paula. Uma perspectiva cosmopolita sobre os estudos africanos: a lembrança e a marca de Aquino de Bragança. In: CRUZ & SILVA, Tereza; COELHO, João Paulo Borges e SOUTO, Amélia Neves de. (Org.). **Como fazer Ciências Sociais em África: Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas** (Texto do colóquio em homenagem à Aquino de Bragança). Dakar: CODESRIA, p.85-108, 2012.

MERRIAM, Alan. Melville Jean Herskovits, 1895-1963. **American Anthropology**. 1964.

MINDOSO, André. Introdução. **Os Assimilados de Moçambique**: Da situação colonial à experiência socialista. Tese de Doutorado - Curitiba: UFPR, p.13-16, 2017.

MINELA, Luzinete. Temáticas prioritárias no campo do gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? **Cadernos Pagu**. n. 40, p. 95-140, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332013000100003&script=sci_abstract&tlng=pt.

MKANDAWIRE, Thandika. Three generations of African Academics: a note. **Transformation**, n. 28, p. 75-83, 1995.

MOHAMEDBHAI, Goolam. Higher Education in Africa: Facing the Challenges in the 21st Century. **International Higher Education**, v. 63, spring, 2011.

MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. 1ª Edição Portuguesa, 1975.

MONTEIRO, Paula. Tendências da pesquisa antropológica no Brasil. In: GROSSI, Miriam; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen (Org.). **Ensino de Antropologia no Brasil**: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras. Blumenau: Novas Letras, p.37-58, 2006.

MOORE, Sally Falk. Perspectivas cambiantes sobre un África cambiante: el trabajo de la antropología. **Revista Antropologías del Sur**, v. 4, n. 8, Tradução de: Abril Ortiz Depaux, Gemma Rojas Roncagliolo, p. 237-274, 2017 [1993]. Disponível em: <http://revistas.academia.cl/index.php/ads/article/view/766>.

MORAIS, João. **Source material II: recent archaeological research**. The early farming communities of Southern Mozambique: an assessment of a new and extant evidence. Doctoral Thesis. University of Oxford: Wolfson College, 1987.

MORELLI, Gabriella Mondardini (Coord.). **Antropologia della salute in Mozambico**. Sassari: EDES, 2002.

MORENO, Nuria Fernández. El contexto colonial africano y el desarrollo de la antropología. **7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos**. Lisboa, 2010 Disponível em: http://www.africafundacion.org/IMG/pdf/fernandez_morenoel_contexto_colonial_africano.pdf.

MORIER-GENOUD, Eric. Missions and Institutions: Henri-Philippe Junod, In: MORIER-GENOUD, Eric. **Anthropology, Human Rights and Academia between Africa and Switzerland**, 1921-1966. SZRKG, 105, p. 193-219, 2011.

MORRIS, Glenn. Sixteen: Spirits ...Things that Go Bump in the Night. In: MORRIS, Glenn. **Path Notes of an American Ninja Master**. Berkeley, California: North Atlantic Books, p.201-214, 1993.

MORRIS, Martha Binford. A Rjonga Curing Ritual: A Causal and Motivational Analysis. BHARATI, Agehanada (Ed.). **The realm of the extra-human: Ideas and Action** (World Anthropology). Chicago: Mouton, p. 237-260, 1976.

MOSCA, João & MATOS, Narciso. Desafios do ensino superior. In: MOSCA, João & MATOS, Narciso **Desafios para Moçambique**. Maputo: IESE, 2010. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/desafios-para-mocambique-2010/>.

MOTTA, Alda Britto da. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 25 Número 2 Maio / Agosto 2010.

MOTTA, Antonio. A África fantasma de Michel Leiris. In: GROSSI, Miriam; MOTTA, Antonio e CAVIGNAC, Julie A. (Org.) **Antropologia francesa no século XX**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006, p. 261-283.

MOUTINHO, Laura. Cooperação internacional, parcerias acadêmicas e afeto na perspectiva Sul-Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 3: e67310.

MOUTINHO, Laura, FILHO, Wilson Trajano e LOBO, Andrea. “Dossiê: Olhares cruzados para a África: trânsitos e mediações - algumas reflexões. **Revista de Antropologia da USP**, V.60, n3, p.7-25, 2017.

MUNANGA, Kabengele. A Antropologia brasileira diante da hegemonia ocidental e as possibilidades de aplicação da antropologia no mercado de trabalho. **Revista de Antropologia da USP**, v. 56, n. 1, p. 485-504, 2013.

MUNANGA, Kabengele. Africa e as imagens de África - entrevista à Sankofa da **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora africana**. n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88727>.

MUNANGA, Kabengele. Antropologia Africana: Mito ou Realidade. **Revista de Antropologia - USP**, v. 26, 1983.

MURUNGA, Godwin. Anthropology in Africa: What future for the historian? In: Chemchemi - **International Journal of the School of Humanities and Social Sciences**, vol.2, n 1, p. 22-35, 2002 Disponível em: <https://ir-library.ku.ac.ke/handle/123456789/12666>.

MUSSAGY. Ibraimo Hassane. Financiamento das Instituições de Ensino Superior Privadas em Moçambique”. In: BARBOSA, Adérito et al. (Coord.). **Desafios da Educação: Ensino Superior**. Nampula, 2016.

MUTZENSBERG, Remo e SOARES, Eliane Veras. Entrevista com Elísio Salvado Macamo. Estudos de Sociologia. **Revista de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**. v. 15. n. 2. p. 15 - 34, 2009.

NARAYAN, Kirin. How Native Is a ‘Native’ Anthropologist? **American Anthropologist**, New Series, vol. 95, n. 3, p. 671-686, 1993.

NGOENHA, Severino Elias. A ideia de África. In: MACAMO, Elísio. **Um país cheio de soluções**. Maputo: Edições Lua, p. 85-94, 2006.

NGOENHA, Severino Elias. **Filosofia Africana**: Das independências às liberdades. Maputo: Paulinas, 2014.

NGOENHA, Severino Elias. **Por uma dimensão moçambicana da consciência histórica**. Porto: Salesianas, 1992.

NGOENHA, Severino Elias. Por um pensamento engajado. In: NGOENHA, Severino; CASTIANO, José. **Pensamento engajado**: ensaios de filosofia africana, educação e cultura. Universidade Pedagógica: Editora Educar, p.13-40, 2010.

NGOENHA, Severino. Elias Prefácio. MACEDO, José Rivair (Org.) **O Pensamento africano no século XX**. 1ª Edição, São Paulo: Outras Expressões, p. 7-10, 2016.

NGOENHA, Severino; CASTIANO, José. **Pensamento Engajado**: ensaios sobre filosofia africana, educação e cultura política. Maputo: EDUCAR- Universidade Pedagógica, 2010.

NHAMPOCA, Joaquim. Os três C's da África e a desconstrução do rótulo. In: LEITE, Ilka Boaventura & SEVERO, Cristine Gorski. **Kadila: culturas e ambientes** - Diálogos Brasil-Angola. São Paulo: Blucher, 2016, p. 417-426. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/os-tres-cs-da-africa-e-a-desconstrucao-do-rotulo-20173>.

NKWI, Paul Nchoji. La antropología en una África poscolonial: el debate de supervivencia. In: RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo (Editores) **Antropologías del Mundo**: Transformaciones Disciplinarias dentro de Sistemas de Poder. Traducción Carlos Andrés Barragán y Eduardo Restrepo. México: The Wenner-Gren International - Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social - Universidad Autónoma Metropolitana - Universidad Iberoamericana: Enviñon, p. 205 - 229, 2009. Disponível em: https://www.ciesas.edu.mx/publicaciones/clasicos/libros/Antropologias_del_mundo.pdf.

NKWI, Paul Nchoji. **The Anthropology of Africa**: Challenges for the 21st Century Bamenda: Langaa RPCIG, 2015.

NOA, Francisco. **Ensino Superior em Moçambique** - políticas, formação de quadros e construção da cidadania. 2011. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2985/1/Noa_COOPEDUI_4.2.pdf.

NTARANGWI, Mwenda. African Anthropology Struggling Along. **Anthropology News**, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/141647>.

NTARANGWI, Mwenda. African Participation in, and perspectives on, the Politics of Knowledge Production in Africanist Anthropology. In: GRINKER, Roy Richard; LUBKEMANN, Stephen C; STEINER, Christopher B; and GONÇALVES, Euclides. **A Companion to the Anthropology of Africa**. Hoboken: Wiley, 2019, p.439- 457.

NYONG'O, Anyang. Preface. In: MAFEJE, Archie. **African Social Scientists Reflections part 1**. Anthropology in post-independence Africa: End of an era and the problem of Self-redefinition. Kenya: Heinrich Böll Foundation, p.3-4, 2001.

OLIVEIRA, Carlos Ramos de. Memória do Centro de Estudos de Antropologia Cultural. **Etnográfica**, v. 18, n. 2, 2014.

OLIVEIRA, Carlos Ramos de. **Os Tauraras do Vale do Zambeze**. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar. 1976.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. **Topoi**, v. 18, n. 35, p. 429-446, maio/ago. 2017.

OMAR, Maomede Naguib. **O Ensino Superior em Moçambique**: Políticas, concepções e práticas dominantes. Maputo: Alcances editores, 2017.

OMAR, Maomede Naguib. **Os Desafios Formativos na Administração Pública moçambicana**. Dissertação de mestrado em gestão pública - Universidade de Aveiro, 2006.

OSÓRIO, Conceição; CRUZ E SILVA, Teresa. Género e políticas públicas educacionais em Moçambique. OSÓRIO, Conceição; CRUZ E SILVA, Teresa. (Org.) (Colaboração Valuarda Monjane). **Buscando sentidos**: género e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário, Moçambique. Maputo: WLSA, p.59-97, 2008.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES; Nelson & GROSFUGUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2ª edição, Belo Horizonte: Autêntica Editora (Coleção Cultura Negra e Identidades), 2019, p. 171-182.

PALMQUIST, Helena. **Questões sobre genocídio e etnocídio indígena**: a persistência da destruição. Belém: UFPA (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social), 2016. Disponível em:

<http://ppga.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertações%202018/Dissertacao%20Helena.pdf>.

PAULO, Margarida. **Everyday struggles with HIV/AIDS in Mafalala**, Maputo (Mozambique). PhD thesis, Global School Studies - University of Gothenburg, 2018.

PAULO, Margarida; ROSÁRIO, C.; TVEDTEN, I. **Xiculungo**: Relações Sociais da Pobreza Urbana em Maputo, Moçambique. Chr. Michelsen Institute - CIM. Maputo, p. 108. 2007.

PEDRO, Joana Maria; LEMES, Luana Borges. A “primavera das mulheres” nos impasses atuais da democracia no Brasil In: PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair. **Feminismos e democracia**, Belo Horizonte: Fino traço. 2019, p. 67-86.

PEIRANO, Mariza. **Alteridade em contexto**: Antropologia como Ciência Social no Brasil. Série Antropologia. Brasília, 1999.

PEIRANO, Mariza. Anthropology in context: as várias histórias da Antropologia. **Série Antropologia**, Brasília, p.1-18, 2004.

PEIRANO, Mariza. Armadilhas do acaso. **Anuário Antropológico** v. 89, 1992.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Programa 11: Entrevista com Miriam Grossi e Carmen Rial sobre o filme Mauss, segundo as suas alunas. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.) **Antropologia e imagem: os bastidores do filme etnográfico**. Rio de Janeiro: Garamond, p.153- 159, 2011.

PELISSIER, Catherine. The Anthropology of Teaching and Learning. **Annual Review of Anthropology**, n. 20, p. 75-95, 1991.

PEREIRA, Rui Mateus. A «Missão etnográfica de Moçambique». A codificação dos «usos e costumes indígenas» no direito colonial português. Notas de Investigação, **Cadernos de Estudos Africanos**, v. 1, p. 125-177, 2001.

PEREIRA, Rui Mateus. **Conhecer para dominar: o desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926- 1959**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (Tese de Doutoramento em antropologia), 2005b. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/15677/1/tese_vol1.pdf.

PEREIRA, Rui Mateus. Raça, sangue e robustez: os paradigmas da antropologia física colonial portuguesa. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 7-8, p. 209-242, jun./jul. 2005a.

PEREIRA, Rui Mateus. Recortar, dividir, segmentar: saberes coloniales y su extensión poscolonial en Mozambique. **Revista de Antropología Social**, v. 25, n. 2 341-360, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=83848505005>.

PÉREZ, María Inmaculada González; REYES, Manuel Ledesma. Mujeres africanas y educación superior: políticas educativas favorables a la igualdad de género en África subsahariana. **Journal of supranational policies of education**, n. 3, p. 156-183, 2015.

PIERRE, Alexandre. Não à Antropologia sem Linguística, não à Linguística sem Antropologia. **Trabalhos de Arqueologia e Antropologia**. Maputo: UEM, n. 2, p. 67-70, 1987.

PIMENTA, Denise; MONTINHO, Laura. Um encontro com a Esmeralda: reflexões sobre o fazer antropológico em Moçambique e alhures. **Revista Cadernos de Campo**, n. 23, p. 13-24, 2017.

PIMENTEL, Maria do Rosário. Sá da Bandeira e o estatuto do liberto; Dos ideais ao pragmatismo político. In: MONTEIRO, Maria do Rosário; PIMENTEL, Maria do Rosário e LOURENÇO, Vitor Marçal. **Marquês de Sá da Bandeira e o seu tempo**. Lisboa: Academia Militar, 2013.

PINA-CABRAL, João de. Prefácio do editor. WEBSTER, David J. **A Sociedade Chope: Indivíduo e aliança no Sul de Moçambique - 1969-1976**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 2009, p. 21-28.

PINHO, Osmundo. O código dos indígenas: a inscrição da nativa e a razão etnológica em moçambique. **História: Questões & Debates**, v. 62, n. 1, p. 49-72, 2015.

PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo Português e a vaga autoritária dos anos 30 do século XX. In: MARTINHO, Francisco & PINTO, Antonio Costa. **O corporativismo em Português**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

POLANAH, Luís. **Possessão e exorcismo em Moçambique**. Memórias. Vol. 9, Lourenço Marques: IICM, 1967/78.

POTTIER, Johan. O papel de uma Antropologia Social no Planeamento de uma melhor nutrição. **Trabalhos de Arqueologia e Antropologia**. Maputo: UEM, n. 2, p. 99-132, 1987.

PRAH, Kwesi Kwaa. “North/South Parallels and Intersections: Anthropological Convergences and Divergences in the Study of Africa”. **Critique of Anthropology** v. 17, n. 4, p. 439-445, 1997.

Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/270625481_NorthSouth_Parallels_and_Intersections_Anthropological_convergences_and_divergences_in_the_study_of_Africa.

PRATA, António Pires. Análise etnológica do Xecado de Angoche. **Trabalhos de Arqueologia e Antropologia**. Maputo: UEM, n. 2, p. 75-98, 1987.

QUEMBO, Carlos. **Poder do Poder: Operação Produção e a Invenção dos “Improdutivos” Urbanos no Moçambique Socialista (1983-1988)**. Maputo: Alcance, 2017.

RABINOW, Paul. Sujeito e governamentalidade: elementos do trabalho de Michel Foucault. In: RABINOW, Paul. **Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999, p. 27-54.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologias Mundiais. In: RIBEIRO, Gustavo Lins. **Outras Globalizações** cosmopolíticas pós-imperialistas. Rio de Janeiro: EdUERJ, p.91-118, 2014b.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologias Mundiais: para um novo cenário global da Antropologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 147-185, 2006.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Apresentação. In: RIBEIRO, Gustavo Lins. **Outras Globalizações: cosmopolíticas pós-imperialistas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014a, p. 17-22.

RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo. (Editores) **Antropologías del mundo: Transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder**. (Traducción Carlos Andrés Barragán y Eduardo Restrepo). México: The Wenner-Gren International: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: Universidad Autónoma Metropolitana: Universidad Iberoamericana: Envió, 2009.

RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo. Transformações disciplinares em sistemas de poder. In: RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo (Org.) **Antropologias Mundiais: transformações disciplinares em sistemas de poder**. Brasília: UNB, 2012, p. 15-50.

RITA-FERREIRA, António. **A fixação portuguesa e a história pré-colonial de Moçambique**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1982.

RITA-FERREIRA, António. A sobrevivência do mais fraco: Moçambique no 3º quartel do século XIX. **I Reunião Internacional de História de África - Relação Europa-África no 3º quartel do séc. XIX (Actas)**. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, ICT, 1989, p.299-348.

RITA-FERREIRA, António. **Etno-história e cultura do tradicional do grupo Angune (Nguni)**. Memórias. Vol.11, Lourenço Marques: IICM, 1974.

RITA-FERREIRA, António. **Factores de cultura Thonga e trabalho migratório**. Memórias - Cinquentenário do Museu Dr. Álvaro de Castro 1913-1963. Vol.4, Lourenço Marques: IICM, 1963.

RITA-FERREIRA, António. **Os Acheuas da Macanga**. Memórias. Vol. 8, Lourenço Marques: IICM, 1966.

RITA-FERREIRA, António. **Os africanos de Lourenço Marques**. Memórias. Vol. 9, Lourenço Marques: IICM, 1967/68.

RITA-FERREIRA, António. **Posfácio**. Disponível em: <http://www.antoniorita-ferreira.com/pt/posfacio> s/d.

RITA-FERREIRA, António. **Tradição Gnómica em Homóine**. Memórias. Vol. 2, Lourenço Marques: IICM, 1960.

RITA-FERREIRA, António. **Um interessante caso de sucessão entre os Changanes do Chibuto**. Memórias. Vol. 7, Lourenço Marques: IICM, 1965.

ROCHA, Aurélio. A Universidade e sua função como instituição social. In: CRUZ & SILVA, Tereza; COELHO, João Paulo Borges & SOUTO, Amélia Neves (Org.). **Como fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas**. Dakar: CODESRIA/ CLACSSO, 2012.

RODRIGUES, Maria da Conceição Lopes. **Os primórdios da investigação arqueológica em Moçambique e o prof. Santos Júnior: um reconhecimento arqueológico**. Nova Série. Vol. XIX - XX, 1999.

ROQUE, Ana Cristina. **Missão Antropológica de Moçambique: Antropologia, História e Património**, Catálogo da Exposição Viagens e Missões Científicas nos Trópicos (1883-2010), Lisboa: ICT, p.84-89, 2010.

ROQUE, Ana Cristina. Missão Antropológica de Moçambique (1936-1956) - A Fotografia como instrumento de trabalho e propaganda. In: Roque, Ana. Missão. **A Fotografia como instrumento de trabalho e propaganda**. Portugal, 2015.

ROQUE, Silvia. **Percursos das violências nas margens das relações internacionais**. Coimbra: Edições Almedina, 2016.

ROSA, Marcelo. A África, o Sul e as ciências sociais brasileiras: descolonização e abertura. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30, n. 2, p. 313-321, 2015.

ROSARIO, Lourenço. Universidades moçambicanas e o futuro de Moçambique. In: L. de Brito et al. (Orgs) **Desafios para Moçambique**. Maputo: IESE, p. 89-102, 2012.

SAGGESE, Gustavo S. R., MARINI, Marisol, LORENZO, Rocio A. Quem tem medo dos marcadores sociais da diferença? In: SAGGESE, Gustavo *et al.* **Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica**. São Paulo: Terceiro Nome; Editora Gramma, p. 31-36, 2018.

SALIMO, Gabriel I. & GOUVEIA, Luís B. Contributos para o ensino superior em Moçambique: os desafios da era digital. In: **8º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia / V Congresso de Engenharia de Moçambique**. Maputo, p. 4-8, setembro 2017.

SAMPAIO, Thiago Henrique. Portugal em África: a administração de Mousinho de Albuquerque em Moçambique (1896 - 1898). **Textos & Debates**, Boa Vista, n.24, p. 7-24, referência 2013.

SANABRIA, Guilherme Vega. **O ensino de antropologia no Brasil: um estudo sobre as formas institucionalizadas de transmissão da cultura**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Florianópolis: UFSC, 2005.

SANSONE, Lívio. A construção da biografia de um antirracista: Ciências sociais, autenticidade, internacionalismo e luta de memória na rica e complexa vida de Eduardo Mondlane. Trabalho apresentado no GT - **Circuitos transnacionais e pesquisa em África do 41 Encontro Anual da ANPOCS**, 2017.

SANSONE, Lívio. A construção da biografia de um antirracista: ciências sociais, autenticidade, internacionalismo e luta de memória na rica e complexa vida de Eduardo Mondlane. **Outros Tempos**, v. 15, n. 25, p. 73- 83, 2018. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/issue/view/35/showToc.

SANSONE, Lívio. Eduardo Mondlane and the social sciences. **Vibrant**, v. 10, n. 2, p. 75 -111, 2013.

SANSONE, Lívio. Eduardo Mondlane e as ciências sociais. In: FILHO, W. T. **Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos**. Brasília: ABA, p. 93-126, 2012.

SANTANA, Cristiane Soares de. O olhar da Frelimo sobre a emancipação feminina. **Revista África(s)**, v. 3, n. 5, p. 157-168, jan./jun. 2016.

SANTANA, Cristiane Soares de. **Saberes coloniais: a Missão Etnográfica de Moçambique e a proposta de “Código Penal” de José Gonçalves Cotta.** Tese de doutorado em História Social - Bahia: UFBA, 2017.

SANTANA, Jacimara. A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985). **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, v. 4 dez./2009.

SANTIESTEBAN, Alexandre A. C. Labirinto na compreensão de trajetórias. In: SANTIESTEBAN, Alexandre A. C. **Caminantes y caminos que se hacen al andar: trajetórias de professoras/es de ensino médio em cuba.** (Tese de Doutorado em Antropologia Social), Florianópolis: UFSC, p.123-153, 2017.

SANTOS, B. D. S. Aquino de Bragança: criador de futuros, mestre de heterodoxias. In: SILVA, T. C. E.; COELHO, J. P. B.; SOUTO, A. N. D. **Como fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas** (Textos do colóquio em homenagem a Aquino de Bragança). Dakar: CODESRIA/ CLACSO, p. 13-62, 2012.

SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.); HELM, Cecília Maria Vieira; TEIXEIRA, Sérgio Alves. **Memórias da Antropologia no Sul do Brasil.** Florianópolis: Editora da UFSC: ABA, 2006.

SARTORI, Ari. **A experiência como mediadora no ensino da antropologia para quem não vai ser antropólogo.** Tese de Doutorado em Antropologia Social - Florianópolis: UFSC, 2010.

SARTORI, Ari. O ensino da Antropologia para quem não vai ser antropólogo. **Revista Percursos.** v. 13, n. 01, p. 99 - 119, jan. /jun. 2012.

SCHINBINGER, Londa. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. **Fontes**, v. 15, suplemento, p.269-281, jun. 2008.

SERRA, Carlos. Mudança social e crenças anômicas em Moçambique. **III Congresso Português de Sociologia.** Lisboa, 1996.

SERRA, Carlos. Prefácio (2005). In: CONCEIÇÃO, Rafael António. **Entre o mar e a terra: situações identitárias do Norte de Moçambique (Cabo Delgado).** Maputo: PROMÉDIA, p.19-20, 2006.

SHORE, Chris. La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la “formulación” de las políticas. **Antípoda, revista de antropología y arqueología**, n. 10, enero-junio, p. 21-49, 2010.

SIQUISSE, Alípio E. P. **Transformações Sócio-Políticas e Econômicas na circunscrição da Massinga c. 1933-1964: Fundamentos Etno-Históricos para uma História Local.** Dissertação de Licenciatura. Maputo: Universidade Pedagógica, 1997.

SOARES, Eliane Veras; MUTZENBERG, Remo. A formação das ciências sociais em moçambique: suas transformações e fraturas - Entrevista com Isabel Casimiro e Teresa Cruz e Silva. In: SOARES, Eliane Veras e MUTZENBERG, Remo (Org.). **Literatura, pensamento**

social e movimento de mulheres: um mosaico moçambicano. Recife: Ed. UFPE, p. 119- 192, 2019a. (Série Brasil & África. Coleção Pesquisas,5).

SOARES, Eliane Veras; MUTZENBERG, Remo. Desafios da produção de conhecimento em contextos africanos. In: SOARES, Eliane Veras e MUTZENBERG, Remo (Org.). **Literatura, pensamento social e movimento de mulheres:** um mosaico moçambicano. Recife: Ed. UFPE, p. 17-42, 2019b. (Série Brasil & África. Coleção Pesquisas,5).

SOUSA, Jorge Pais de. O Estado Novo de Salazar como um Fascismo de Cátedra Fundamentação histórica de uma categoria política. **Storicamente**, v. 5, 2009. Disponível em: http://www.storicamente.org/05_studi_ricerche/estadonovo-como-fascismo-de-catedra.htm.

STOCKING JR, George. Race, Culture, and Evolution. In: STOCKING JR, George. **Essays in the History of Anthropology**. New York: The Free Press. 1968.

STOCKING JR, George. **Victorian Anthropology**. New York: Free Press, [1987] 1991.

SUBUHANA, Carlos. A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 103-126, jan. /abr. 2009.

TABELA, Katia. **A produção antropológica do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane**, 1980-2000, Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Antropologia, Maputo: UEM, 2000.

TAIMO, Jamisse. **Ensino Superior em Moçambique:** História, política e gestão, Tese de Doutorado em Educação, São Paulo: Universidade Metodista de Piracicaba, 2010.

TAMBE, Telma Amorgiana Fulane; GOUVÊA, Fernando César Ferreira; TASMERÃO, Aline Silveira. Educação Superior em Moçambique: entre o estado e a astúcia do capital. **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 13, n. 33. setembro, 2019.

TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen e GROSSI, Miriam. O encontro sobre o ensino de Antropologia. GROSSI, Miriam; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen. (Org.) **Ensino de Antropologia no Brasil:** formação, práticas disciplinares e além-fronteiras. Blumenau: Nova Letra, p.199-206, 2006 Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/livros/EnsinoDeAntropologia.pdf>.

TEIXEIRA, José Pimentel. **As botas do antropólogo:** sobre o método de trabalho em Antropologia. Lisboa, p.40, 2020.

TEIXEIRA, José Pimentel. O deslustre da Antropologia (em Moçambique). Comunicação no **Seminário Interdisciplinar do Departamento de Arqueologia e Antropologia da UEM**, 2014.

TEIXEIRA, José Pimentel. O deslustre da Antropologia (em Moçambique). Comunicação no **Seminário Interdisciplinar do Departamento de Arqueologia e Antropologia da UEM**, 2017.

TEIXEIRA, José Pimentel. **Rumos da Antropologia em Moçambique**. Lisboa, 2020a.

TEMBO, Alfred. The Rhodes Livingstone Institute and interdisciplinary research in northern Rhodesia (Zambia), 1937-1964. **Strategic Review for Southern Africa**, v. 36, n. 1, 2014.

TERENCIANO, Fidel & NATHA, Miguel. “Ensino superior em Moçambique: evolução e indicadores de avaliação da qualidade”. **REID - Revista Electrónica de Investigación e Desenvolvimento da Universidade Católica de Moçambique**. v. 1, n. 7, 2016.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Lobolo e trabalho migratório: reprodução familiar e aventura no sul de Moçambique. In TRAJANO FILHO, Wilson (org.). **Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos**. Brasília, ABA Publicações, pp.221-239, 2012.

THOMAZ, Omar Ribeiro. “O bom povo Português”: Usos de Costumes d’aquém e d’além mar. **Mana**, v. 7, n. 1, p. 55-87, 2001.

TOMIZAKI, Kimi. De uma geração a outra: a dimensão educativa dos processos de transmissão Intergeracional **Educação e Sociedade**, v. 31, n. 111, p. 321-326, abr.-jun. 2010.

TOMIZAKI, Kimi. Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. **Educação e Sociedade**, v. 31, n. 111, p. 327-346, abr.-jun. 2010.

TRAJANO FILHO; Wilson; DIAS, Juliana Braz. O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social, **Anuário Antropológico**, II, 9-22, 2015.

UATE. Arlindo. **Mecanismos e papel das autoridades comunitárias na resolução de conflitos de terra: uma análise a partir do bairro Mali, distrito de Marracuene**. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural, Maputo: UEM, 2017.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1994.

VIEGAS, Suzana de Matos; PINA-CABRAL, João de. Na encruzilhada portuguesa: Antropologia contemporânea e sua história. **Etnográfica**, v. 18, n. 2, p. 311-332, 2014.

VIRGÍLIO, Jefferson. **Travessias antropológicas do além-mar: pós-colonialismo em português**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Florianópolis: UFSC, 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Sobre a Antropologia hoje: Te(i)mas para discussão. Associação Brasileira de Antropologia - ABA (Org.). **O ensino de Antropologia no Brasil: temas para uma discussão**. Rio de Janeiro: ABA, p.5-9, 1995.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, conocimientos e decolonialidad. **Perspectivas y divergencias - signo y pensamiento**, Vol. XXIV (46), 2005.

WALSH, Catherine. (Ed.). **Pedagogías decoloniales prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I - Serie Pensamiento decolonial, Abya-Yala, 2013.

WALSH, Catherine, OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. & CANDAU, Vera Maria. Colonialidade e pedagogia decolonial: para pensar uma educação outra. **Arquivos Analíticos de Políticas educativas**, v. 26, n. 83, 2018. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/3874>.

WEBSTER, David J. **A Sociedade Chope: Indivíduo e aliança no Sul de Moçambique - 1969-1976**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009a.

WEBSTER, Glenda. Dossiê fotográfico. WEBSTER, David J. **A Sociedade Chope: Indivíduo e aliança no Sul de Moçambique - 1969-1976**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais p. 417-418, 2009b.

WHEELER, Douglas L. Joaquim Mousinho de Albuquerque (1855-1902) e a política do colonialismo. **Análise Social**, v. 16, n. 61-62, 1.º-2º, p. 295-318, 1980.

WOLF, Eric. **A Europa e os Povos Sem História**. São Paulo: EDUSP, 2009.

ZAMPARONI, Valdemir. **De escravo a conzinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique**. 2. ed. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2012.

ZAMPARONI, Valdemir. **Entre narros e mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c.1890 - c.1940**. Tese de Doutorado em História Social - USP, 1998.

ZONJO, Johane. **Acesso, posse e conflitos de terra: o caso do Distrito do Búzi, de 1975 à actualidade**. Dissertação de Licenciatura, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1999.

ZONJO, Johane. **A produção antropológica no período pós-independência em Moçambique**. Antropologia em Moçambique: Texto de Apoio (4). Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2017a.

ZONJO, Johane. **Discurso como Política Pública: A Construção do Discurso de Combate à Pobreza em Moçambique - Mudanças e Continuidades**. Dissertação de Mestrado em Governança e Administração Pública. Maputo: UEM, 2018.

ZONJO, Johane. **Intervenção no âmbito da última lição do Professor Alexandre Mate - Sobre a trajetória de Mate e História da Antropologia em Moçambique**. Maputo: UEM, 2017b.

DOCUMENTOS E REVISTAS INFORMATIVAS

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA. Carta dirigida à Faculdade de Letras sobre a situação da Licenciatura em Antropologia na UFICS. Maputo: DAA/ UEM, 21 de agosto de 2000.

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA. Termo de referência do para o encontro de planificação estratégica. Maputo: UEM, 2007.

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA. Plano Curricular do Mestrado em Antropologia Social. Maputo: UEM, 2015.

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA. Trabalhos de Arqueologia e Antropologia. N°4, Maputo: DAA/UEM, 1987.

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA. Arqueologia 1985 - Relatório referente ao projeto 04 - SAREC - Arqueologia. Maputo: DAA/UEM1985.

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA. Arqueologia do Norte de Moçambique. Trabalhos de Arqueologia e Antropologia. N°3, Maputo: DAA/UEM, 1987.

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA. Arqueologia e conhecimento do passado. Trabalhos de Arqueologia e Antropologia. N°1, Maputo: DAA/UEM, 1980.

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA. Circular sobre o Seminário de Antropologia sobre o projeto regional “Origens Urbanas na Costa Oriental de África”. Maputo: DAA/UEM, 1990.

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA. Investigação arqueológica em Moçambique. Trabalhos de Arqueologia e Antropologia. N°5, Maputo: DAA/UEM, 1988.

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA. Primeiro Seminário Interdisciplinar de Antropologia. Trabalhos de Arqueologia e Antropologia. N°2, Maputo: DAA/UEM, 1987.

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA. Unidade Nacional. Trabalhos de Arqueologia e Antropologia. N°6, Maputo: DAA/UEM, 1989.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (DHUEM). (Direção de Carlos Serra). História de Moçambique. Maputo: Livraria Universitária, volume 1, 2000).

DIREÇÃO NACIONAL DE HABITAÇÃO. A investigação sobre habitação em Moçambique. Trabalhos de Arqueologia e Antropologia. Maputo: UEM, n°2, p.99-132, 1987.

FACULDADE DE LETRAS DA UEM. Relatório das atividades pedagógicas e científicas da Faculdade de Letras - Ano letivo 1989-1990. Maputo: UEM, 1990.

LUNDIN, Iraê Batista. Projeto de Formação Básica para Estudantes do curso de História, Dentro da área específica de Antropologia social (esboço de proposta). Maputo: DAA/UEM, 1991.

LUNDIN, Iraê Batista. Relatório do Projeto ARO-NAMUNO (Um breve estudo da zona dos Distritos de Namuno e Balama nos seus aspectos socioeconômicos e socioculturais, usando a metodologia do trabalho antropológico). Maputo: DAA/UEM, 1989.

MOÇAMBIQUE. IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017: Resultados definitivos. Instituto Nacional de Estatística (INE), Maputo, abril de 2019

MOÇAMBIQUE. Boletim da República Popular de Moçambique. Série I, número 15, Terça-feira, 29 de julho de 1975.

MOÇAMBIQUE. Constituição de Moçambique. Maputo: Assembleia Popular, 1990.

MOÇAMBIQUE. Dados sobre as instituições do ensino superior. Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Maputo, 2019. Disponíveis em: <http://www.mctestp.gov.mz/por/Ensino-Superior/Instituicoes-de-ES/Instituicoes-de-ES>.

MOÇAMBIQUE. III Reunião Nacional de Educação (Documento Final). Ministério da Educação e Cultura. Maputo, p. 77. 1979.

MOÇAMBIQUE-INE. IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017: Resultados definitivos. Instituto Nacional de Estatística. Maputo, p. 207. 2019.

MOÇAMBIQUE-MEC. III Reunião Nacional de Educação (Documento Final). Ministério da Educação e Cultura. Maputo, p. 77. 1979.

UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS/ UEM. Plano Curricular de Bacharelato em Ciências Sociais. Maputo: UEM, 1998.

DAA/ PAULO, Margarida (Dir.). **Museu de Arqueologia abre em 2011**. Gazeta. N°3, Maputo: DAA/UEM, 2010.

DAA/PAULO, Margarida (Dir.). **E. Mariano e M. Paulo lançam Infertilidade, Fertilidade: Áreas Escondidas do Nosso Quotidiano?** Gazeta. N°2, Maputo: DAA/UEM, 2010.

DAA/PAULO, Margarida (Dir.). **O arqueólogo pode contribuir em várias áreas como cientista social**. Gazeta. N°4, Maputo: DAA/UEM, 2011.

DAA/ JOSSIAS, Elísio & MARIANO, Esmeralda (Ed.). **Antropologia em busca da identidade: entrevista com a Professora Doutora Ana Maria Loforte**. Gazeta. N°1, Maputo: DAA/UEM, 2008.

DOCUMENTOS E REVISTAS INFORMATIVAS TEXTO EM REDES SOCIAIS (FACEBOOK) E INTERNET

MACAMO, Elísio. Da “Cleptocracia”. In: Facebook, Basileia, Sexta-feira, 24 de janeiro de 2020 Elísio Macamo, disponível em: <https://www.facebook.com/elisio.macamo>.

MACAMO, Elísio. Epistemologia artesanal. Basileia, 14 de maio de 2020, Facebook: Elísio Macamo, disponível em: <https://www.facebook.com/elisio.macamo/posts/3451575771536901>.

LANGA, Patrício. Pentear a careca: Poder, Ciência e Universidade em tempos de Covid-19. In: Carta de Moçambique. Maputo, 2020, disponível: <https://cartamz.com/index.php/carta-do-fim-do-mundo/item/5065-pentear-a-careca-poder-universidade-e-ciencia-em-tempos-do-covid-19>.

ENTREVISTAS

ARTHUR, Maria José. Entrevista. Entrevistador: Vera Gasparetto (VG) e Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: WLSA, Maputo- Moçambique. Transcrição (HPA), 18 de dezembro de 2017. Duração: 1h: 08 min. 38s.

BIZA, Adriano. Entrevista. Entrevistador: Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: UEM/ DAA, Maputo- Moçambique. Transcrição (HPA), Data: 7 de maio de 2018. Duração: 1h: 45 min, 23s.

BRAGA, Carla. Entrevista. Entrevistador: Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: UEM/ FLCS, Maputo- Moçambique. Transcrição (HPA), 7 de maio de 2018. Duração: 1h: 34min, 27s.

CONCEIÇÃO, António Rafael da. Entrevista. Entrevistador: Vera Gasparetto (VG) e Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: Residência do Entrevistado, Matola - Moçambique. Transcrição (HPA), 23 de Novembro de 2017. Duração: 2h.

GONÇALVES, Euclides. Entrevista. Entrevistador: Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: KALEIDOSCOPIO, Maputo- Moçambique. Transcrição (HPA), 22 de junho de 2018. Duração: 1h: 51 min. 39s.

GUNE, Emídio. Entrevista. Entrevistador: Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: UEM/ DAA, Maputo- Moçambique. Transcrição (HPA), 16 de maio de 2018. Duração: 2h: 37min, 06s.

JOSSIAS, Elísio. Entrevista. Entrevistador: Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: UEM/ DAA, Maputo- Moçambique. Transcrição (HPA), 16 de abril 2018. Duração: 1 hora: 39min. 09s.

LOFORTE, Ana. Entrevista. Entrevistador: Vera Gasparetto (VG) e Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: WLSA, Maputo- Moçambique. Transcrição (HPA), 22 de maio de 2017. Duração: 1h e 3min.

LOFORTE, Ana. Entrevista. Entrevistador: Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: WLSA, Maputo- Moçambique. Transcrição (HPA), 5 de abril de 2017. Duração: 52min, 45s.

MADIQUIDA, Hilário. Entrevista. Entrevistador: Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: UEM/ DAA, Maputo- Moçambique. Transcrição (HPA), 8 de maio de 2018. Duração: 1h: 25min. 58s.

MANUEL, Sandra. Entrevista. Entrevistador: Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: KALEIDOSCOPIO, Maputo- Moçambique. Transcrição (HPA), 23 de março de 2018. Duração: 1 hora e 49 min. 22s.

MARIANO, Esmeralda. Entrevista. Entrevistador: Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: UEM/ DAA, Maputo- Moçambique. Transcrição (HPA), 18 de junho de 2018. Duração: 1h: 23min. 46s.

MATE, Alexandre. Entrevista. Entrevistador: Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: UEM/ DAA, Maputo- Moçambique. Transcrição (HPA), 16 de maio de 2018. Duração: 1h: 19 min, 14s.

MIAMBO, Aurélio. Entrevista. Entrevistador: Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: Lanchonete café na cidade de Maputo-Moçambique. Transcrição (HPA), 11 de maio de 2018. Duração: 1h: 59min. 45s.

NHAMAZE, Hélder. Entrevista. Entrevistador: Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: UEM/ DAA, Maputo- Moçambique. Transcrição (HPA), 7 de maio de 2018. Duração: 1h: 03min. 59s.

PAULO, Margarida. Entrevista. Entrevistador: Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: UEM/ DAA, Maputo- Moçambique. Transcrição (HPA), 16 de março de 2018. Duração: 1h: 29min, 19s.

SIQUISSE, Alípio. Entrevista. Entrevistador: Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: UP/ DAS, Maputo- Moçambique. Transcrição (HPA), 22 de maio de 2018. Duração: 1h: 00min, 30s.

ZONJO, Johane. Entrevista. Entrevistador: Hélder Pires Amâncio (HPA). Arquivo pessoal - pesquisa de Doutorado. Local: UEM/ DAA, Maputo- Moçambique. Transcrição (HPA), 2 de abril de 2018. Duração: 1h: 57min, 38s.

E-MAIL

GONÇALVES, Euclides. Entrevista - Euclides. Mensagem recebida por e-mail no dia 23/06/2018.

SITES CONSULTADOS

SCHOOL OF ORIENTAL AND AFRICAN STUDIES (SOAS) ARCHIVES, UNIVERSITY OF LONDON: <https://archiveshub.jisc.ac.uk/search/archives/17d9ff4a-209a-379b-8b01-a4adb2c6fc3b>. Acessado em 2019.

CASA COMUM: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_9579. Acessado em 2019.

HUMANITIES AND SOCIAL SCIENCES ONLINE: <https://networks.h-net.org/node/7926/discussions/24751/obit-antônio-rita-ferreira-1922-2014>. Acessado em 2019
 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): <https://cpdoc.fgv.br>. Acessado em 2019.

ACADEMIA EDU:
https://www.academia.edu/10357417/Gerhard_Liesegang_autobiographical_sketch_and_publications. Acessado em 2019.

SOUTH AFRICAN HISTORY ONLINE: <https://www.sahistory.org.za/people/david-joseph-webster>. Acessado em 2019.

DARCH, Colin. Mozambique History Net. Disponível em: <http://www.mozambiquehistory.net> / Acessado em 2019.

CENTRO DE ARQUEOLOGIA (UNIARQ) DA UNIVERSIDADE DE LISBOA: <https://www.uniarq.net/joatildeo-carlos-senna-martinez-cv.html> Acessado em 2019.

MACARÉU - ASSOCIAÇÃO CULTURAL: <https://macareu.org/2019/03/09/sala-professor-g-soares-de-carvalho-arquivo-e-biblioteca-de-ciencias-da-terra/> Acessado em 2019.

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSÓFICAS DA UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MAPUTO: <https://www.fcsf.up.ac.mz/pt/a-fcsf/breve-historial> Acessado em 2019.

MOÇAMBIQUE PARA TODOS:
https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/10/uem-abandona-processo-de-bolonha-faculdades-propõem-ajustamento-curricular.html. Acessado em 2019.

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE: <http://www.flcs.uem.mz> Acessado em 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Linhas de pesquisa. Apresenta as linhas de pesquisa do programa de pós-graduação. 2017. Disponível em: <<https://ppgas.posgrad.ufsc.br/linhas-de-pesquisa/>> Acesso em 30 de janeiro de 2017.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE:
<http://www.ucm.ac.mz/index.php/pt/component/search/?searchword=Antropologia&searchphrase=all&Itemid=287> Acesso em 2019.

FILMES

Mauss, segundo suas alunas. Direção Carmem Silvia Rial e Míriam Grossi, Brasil, 2002 (45min.)

ANEXOS

CARTA DO PPGAS EM APOIO À FILIAÇÃO AO DAA/UEM



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE
CEP 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (48) 3721-4131/3721-8809
ppgas.posgrad.ufsc.br / ppgas@contato.ufsc.br

Florianópolis, 30 de março de 2017

Ao Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane,

Venho manifestar nosso apoio à solicitação de nosso aluno de doutorado, Hélder Pires Amâncio e sua orientadora no programa, Professora Titular Dra. Antonella Tassinari, de filiação a vossa instituição sem vínculo empregatício.

Hélder ingressou no programa de doutorado em março de 2016, estando a conclusão de curso prevista para março de 2020. Ele atualmente recebe os benefícios de bolsa de estudos da CAPES, agência de fomento do Ministério de Educação/BR, para dedicação exclusiva às atividades relacionadas à realização do curso de doutorado.

Reiteramos a expectativa manifestada pela professora orientadora de que a filiação de Hélder à vossa instituição trará importantes oportunidades de aprendizado para nosso aluno. Da mesma forma, esperamos que essa participação possa se desdobrar em futuras colaborações institucionais entre nossos programas e universidades.

Colocamo-nos à vossa disposição para quaisquer esclarecimentos que porventura sejam necessários.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita em tinta preta, legível como 'Vânia Zikan Cardoso'.

Profª. Drª. Vânia Zikan Cardoso

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social PPGAS/CFH/UFSC
Portaria 2075/2016/GR de 6/9/16

CARTA DA ORIENTADORA EM APOIO À FILIAÇÃO AO DAA /UEM



Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Universidade Federal de Santa Catarina

Antonella Tassinari, PhD
 Professora Titular no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
 Departamento de Antropologia
 Universidade Federal de Santa Catarina
 Trindade, 88040970 - Florianópolis - SC, Brasil
 Telefone: (48) 37219364
 Fax: (48) 37219724
 URL da Homepage: <http://cfh.ufsc.br>
 Email: antonella.tassinari@gmail.com

Florianópolis, 24 de março de 2017.

Ao Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane:

Venho por este meio solicitar a filiação ao vosso Departamento de Hélder Pires Amâncio, doutorando em nosso programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e meu orientando.

Hélder Pires Amâncio é estudante de nosso programa desde 2014, ano em que ingressou para cursar o mestrado, satisfatoriamente concluído em Março 2016. A pesquisa por ele desenvolvida, intitulada *Da casa à escola e vice-versa: experiências de início escolar na perspectiva de crianças em Maputo* foi apresentada e defendida com mérito e avaliada como uma contribuição significativa e pioneira no estudo antropológico de crianças em Moçambique. Neste trabalho, a ênfase na agência e no protagonismo infantil propõe uma visão alternativa àquela que sempre se destaca nas análises sobre crianças em África, marcadas por situações de pobreza, violência e carências em que a agência infantil fica obliterada pela sua condição de vítima.

Logo a seguir à sua defesa de mestrado, Hélder ingressou no doutorado. Realizou com excelente desempenho as disciplinas de doutorado previstas para o primeiro ano. Participou assiduamente das atividades do Núcleo de Estudos de Populações Indígenas ao qual está vinculado, contribuindo bastante para as discussões sobre os trabalhos dos colegas. Atuou igualmente como co-orientador de uma pesquisa junto ao curso de Especialização (EAD) Gênero e Diversidade na Escola e orientador de cinco trabalhos no curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, onde também participou de várias bancas de conclusão.

Neste momento, Hélder está em fase de preparação de seu projeto de tese sobre *História e Ensino da Antropologia em Moçambique* a ser apresentado e avaliado em Junho de 2017. Nesse contexto, a sua filiação ao Departamento de Arqueologia e Antropologia será de extrema utilidade para que ele possa desenvolver sua pesquisa. Além disso, a sua participação na vida da Universidade Eduardo Mondlane vai permitir-lhe igualmente ampliar suas redes de relações com docentes e investigadores nacionais e internacionais.

Na expectativa de que a filiação de Hélder ao de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane seja para ele uma oportunidade de aprendizagem, desenvolvimento e aprimoramento de suas competências através do diálogo mais próximo com seus pares mais experientes e que seja também uma semente de um maior intercâmbio institucional com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC.

Por favor, não hesitem em contatar-me em caso de alguma dúvida.
 Atenciosamente,

Antonella Tassinari, PhD

CREDENCIAL DE PESQUISA



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

CREDENCIAL



Dentro da cooperação existente entre o Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane e a Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, encontra-se em Moçambique o estudante de doutoramento em Antropologia Social **Hélder Pires Amâncio**, que veio para o trabalho do campo e que pretende visitar várias Instituições do estado e privadas para recolha de dados.



Assim sendo, vimos por meio desta, solicitar a V.Excia, que dê todo apoio necessário e que for solicitado para o sucesso do trabalho que deseja realizar em Moçambique e que será uma grande contribuição para as duas instituições acima referidas.



Sem outro assunto de momento,
As nossas cordiais saudações académicas!






TABELA DO PERFIL DOS ANTROPÓLOGOS/AS ENTREVISTADOS/AS

Nº	Nome	Ano de nascimento	Níveis, área (s), ano e instituição de formação			Instituição de trabalho/ atuação	Disciplinas que leciona e Áreas de pesquisa	Ocupação/ Profissão	Foto do/a entrevistado/a
			Graduação	Mestrado	Doutorado				
1	Adriano Biza	1975 Nasceu na província de Inhambane-Distrito de Massinga-Região Sul de Moçambique	Bacharelato em Ciências Sociais (1998) Graduado em Antropologia pela UFICS/UEM – Moçambique (2000)	Mestre em Antropologia e Sociologia do Desenvolvimento na Universidade de Paris I – Sorbonne (2004)	Doutorando em andamento no IHE Delft Institute for Water Education & University of Amsterdam-Holanda (desde 2015)	Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane (desde 2001 à atualidade)	- Leciona as disciplinas de: Antropologia do Desenvolvimento; Antropologia da Família e do Parentesco entre outras; - Seus temas de pesquisa giram em torno da governança e Instituições de desenvolvimento, Juventude e Associativismo, Políticas de águas e saneamento urbano, etc.	Antropólogo, Docente no DAA e Doutorando no IHE Delft Institute for Water Education & University of Amsterdam	
2	Alexandre Mate	1956 Nasceu na Província de Gaza, em Nhacutse-Região Sul de Moçambique	Bacharelato em História pela UEM e Graduação em História pelo Instituto Pedagógico – ISP - atual UP, 1989/90 (Formado antes como professor de Geografia para o ensino secundário na UEM.	Mestre em Antropologia pela Universidade de Manchester, 1997.		Trabalhou inicialmente como professor de História na Faculdade de Educação (1981), depois na Faculdade para Antigos Combatentes e Trabalhadores de Vanguarda Combatentes (FACOTRAV) (1982). Entra para Departamento de Antropologia e Arqueologia, em 1992, onde trabalhou até 2018. Lecionou Antropologia também na Faculdade de Direito. Apensar de aposentado, continua como colaborador do Departamento. Antes de trabalhar no DAA foi professor de História no ensino secundário por muitos anos.	- Lecionou disciplinas como: Introdução às Ciências Sociais; Introdução à Antropologia; Antropologia Económica; História da Antropologia; Antropologia em Moçambique entre outras. - Seus temas de pesquisa giram em torno da Antropologia da alimentar e agricultura (Transformações dos sistemas alimentares); educação; reassentamentos, etc.	Antropólogo. Professor aposentado DAA e foi Chefe do Departamento por muitos anos (1998 a 2017).	



3	Alípio Siquisse	1958 Nasceu no Distrito da Massinga, província de Inhambane	Graduado em História e Geografia pelo Instituto Superior Pedagógico 1997	Mestre em Educação/ Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006)		Começou a trabalhar em 1977 na educação básica. Em 1995 torna-se monitor de Eduardo Medeiros e entra para a Universidade Pedagógica como docente efetivo de Antropologia em 1998.	- Leciona as disciplinas de Antropologia Cultural; Fundamentos da Antropologia; etc. - Seus interesses de pesquisa giram em torno das questões de educação; currículo; diversidade cultural, economia das sociedades locais, etc.	Antropólogo. Professor e investigador na Universidade Pedagógica de Maputo desde 1998 à atualidade.	
4	Ana Loforte	1953 Nasceu na província de Inhambane	Bacharelato em História pela UEM – Moçambique e 1974/5. Especialização em Antropologia pela Universidade de Paris 8 - França e Graduada em História pela UEM (finais dos anos 70)	Mestre em Estudos de Desenvolvimento pela Universidade de Dar es Salaam, Tanzânia (anos 80)	Doutorada em Antropologia pelo ISCTE – IUL, Portugal (1996)	Professora aposentada da UEM. Trabalhou no DAA de 1976 à 2012. Trabalha atualmente na WLSA (MULHER E LEI NA ÁFRICA AUSTRAL) – Moçambique.	- Lecionou as disciplinas de Antropologia da Família e do Parentesco; Antropologia Urbana e das Sociedades Rurais; Antropologia Económica; etc. - Seus interesses de pesquisa giram em torno das questões sobre dinâmicas urbanas; família e parentesco; etnicidade e identidades sociais; relações de género e poder, saúde e doença, Saúde sexual e reprodutiva; Violência contra Mulher em Moçambique,	Antropóloga e Ativista feminista, coordenadora de formação na WLSA-Moçambique	


5	Aurélio Miambo	1974 Nasceu em Maputo	Bacharelato em Ciências Sociais e Graduação em Antropologia pela UEM – Moçambique, (2001)	Mestre em Saúde Pública na Universidade Eduardo Mondlane	Antropologia pela Universidade de Paris 8, França (2017)	Departamento de Arqueologia da Universidade Pedagógica (desde 1999 à atualidade)	-Leciona as disciplinas de Cultura e Sexualidade, Saúde e Doença, Antropologia da Família e do Parentesco etc. -Seus temas de pesquisa giram em torno das questões de gênero e sexualidade; Família e parentesco; Refugiados e modalidades asilo em Moçambique	Antropólogo, Docente no Departamento de Antropologia da Universidade Pedagógica	
6	Carla Braga	1956/7 Nasceu na cidade de Maputo, província de mesmo nome – Região Sul de Moçambique	Bacharelato em História Graduada em História na UEM – Moçambique, (1999)	Antropologia também pela SUNY (anos 2000)	Antropologia pela SUNY (State University of New York) nos Estados Unidos da América, (2012).	Trabalha no Departamento de Arqueologia da Universidade Pedagógica (desde 1999 à atualidade)	- Leciona as disciplinas de Antropologia da Saúde e Doença; Gênero e Sexualidade. - As sua área de interesse concentra-se no âmbito dos fluxos globais de corpos, conhecimentos, tecnologias e capitais incluem género e desenvolvimento; desigualdade, exclusão e marcadores da diferença; prática da biomedicina em contextos pós-coloniais; efeitos das mudanças climáticas nos meios de sustento e saúde.	Antropóloga, Docente de DAA, atualmente é presidente do conselho científico e Diretora Adjunta para Investigação e Extensão da Faculdade de Letras e Ciências Sociais/ UEM	

7	Elísio Jossias	1977 Nasceu na província de Inhambane – região sul de Moçambique	Bacharelato em Ciências Sociais e Graduado Antropologia na UEM – Moçambique, (2002)	Antropologia no ISCTE – IUL, Portugal (2008)	Antropologia no ICS- UL, Portugal (2016)	Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane (desde 2003 à atualidade)	- Leciona Introdução às Ciências Sociais; Seminário de Iniciação Científica; Método etnográfico, etc. - Seus temas de pesquisa giram em torno dos processos indenitários; posse de terra e relações de propriedade; reassentamentos no âmbito de projetos de desenvolvimento.	Antropólogo, docente e pesquisador do DAA (qual já foi diretor do curso de graduação) e coordenador do Mestrado em Antropologia Social na UEM.	
8	Emídio Gune	1975 Nasceu na cidade de Maputo, província de mesmo nome – Região Sul de Moçambique	Bacharelato em Ciências Sociais e Graduado em Antropologia pela UEM- Moçambique, (2001)	Mestre em Antropologia pela Universidade de Cape Town		Começou a trabalhar como docente de Antropologia na Universidade Pedagógica na disciplina de Antropologia Cultural no curso de Educação Física (1998) e no final de 1999 também no Ministério da Saúde na área da educação para a saúde onde ficou responsável por coordenar uma secção de pesquisa. Atualmente trabalha no Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane (desde 2002 à atualidade)	- Leciona das disciplinas de Cultura e Sexualidade; Antropologia da Saúde e Doença; Antropologia da Educação, etc. - Seus temas de pesquisa giram em torno do corpo, sexualidade, gênero, história da Antropologia. Atualmente tem estado a trabalhar questões voltadas aos valores, moralidade e ética que governam as interações sociais no contexto de Moçambique.	Antropólogo, docente e pesquisador do DAA (no qual já foi diretor do curso de graduação).	

9	Esmeralda Mariano	1964 Nasceu na cidade da Beira, província de Sofala – Região Centro de Moçambique.	Graduada em Letras e Filosofia (com orientação Etnoantropologia) (1998) pela Universidad e de Estudos de Génova, Itália.	Mestre (2002) em Antropologia Social (com enfoque em Ecologia Humana) pela Universidade de Bergen, Noruega	Doutorada (2014) em Antropologia Social e Cultural, pela Universidade Católica de Leuven (KUL) na Faculdade de Ciências Sociais - Instituto para a Pesquisa Antropológica em África (IARA) na Bélgica	Trabalho no Departamento de Arqueologia e Antropologia desde 2002 à atualidade.	- Leciona disciplinas como Fundamentos da Antropologia; Antropologia do Ecológico; Antropologia da Saúde e Doença, Gênero e Sexualidade, etc. - Tem experiência de coordenação de projetos de investigação inter e multidisciplinares e transnacionais sobre dinâmicas de desenvolvimento em Moçambique, relações entre os sistemas médicos, questões de género, corpo, sexualidade, saúde sexual e reprodutiva, violência nos espaços públicos, sobre questões ambientais.	Antropóloga. Professora e pesquisadora de Antropologia do Departamento de Arqueologia e Antropologia ao nível da graduação e da pós-graduação (mestrado) e também do Mestrado em Saúde Pública oferecido na Faculdade de Medicina da EUM. É atualmente Diretora da Adjunta para Pós-Graduação da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM.	
10	Euclides Gonçalves	1978 Nasceu na cidade de Maputo, província de mesmo nome – Região Sul de Moçambique	Bacharelato em Ciências Sociais pela Antropologia na Universidade de Eduardo Mondlane, 2001 e Graduação pela Universidade do Cabo (2002)	Mestre em Antropologia pela Universidade do Cabo, África do Sul (2004)	Doutorado em Antropologia na Wiser-Universidade de Witwatersrand, África do Sul (2012)	Trabalhou na Universidade Eduardo Mondlane (entre 2005 e 2015), atualmente é Diretor e pesquisador da Kaleidoscópio – Cultura e Políticas Públicas.	- Lecionou disciplinas de Seminário de Pesquisa Antropológica; Antropologia do Político entre outras. - Seus temas de pesquisa giram em torno das políticas públicas na perspectiva da Antropologia; Rituais e performances políticos; Estado, governança e Burocracia; Chefes tradicionais e poder local, etc.	Antropólogo. Diretor e pesquisador da Kaleidoscópio – Cultura e Políticas Públicas. Afastou-se da Universidade em 2015 para abraçar outros projetos.	

11	Hélder Nhamaze	1977 Nasceu na cidade da Beira, província de Sofala - Região Centro de Moçambique	Bacharelato em Ciências Sociais e graduado em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane (2000)	Mestrado em Ciências Sociais com orientação em Sociologia do Desenvolvimento na Universidade de Dublin – Irlanda (2004)		Trabalha no Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane (desde 2000 à atualidade) e como pesquisador da KULA – Estudos e Pesquisas Aplicadas.	- Leciona as disciplinas de problemáticas teóricas e epistemológicas em Antropologia; Seminários de Pesquisa Antropológica; Pensamento Africano; Antropologia do Desenvolvimento. - Seus interesses de pesquisa giram em torno dos Processos indenitários; Cultura e Desenvolvimento; Pensamento africano.	Antropólogo, docente e pesquisador do DAA e pesquisador da KULA – Estudos e Pesquisas Aplicadas	
12	Johane Zonjo	1974 Nasceu na cidade da Beira, Província de Sofala – Região Centro de Moçambique	Bacharelato em História e Graduado em História pela Universidade de Eduardo Mondlane (1999)	Mestre em Antropologia pela Universidade de Cape Town (2004)		Trabalha no Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane (desde 1999 à atualidade) e na Presidência da República de Moçambique	- Leciona disciplinas como Antropologia em Moçambique; Antropologia das Políticas Públicas; Introdução à Antropologia e História e Fundamentos da Antropologia, etc. Os seus temas de interesse de pesquisa são: Antropologia e/do Direito Posse de terra; Antropologia e/das Políticas Públicas; História da Antropologia em Moçambique, etc.	Antropólogo, docente e pesquisador do DAA e funcionário da Presidência da República de Moçambique/Gabinete de Estudos	

13	Margarida Paulo	1974 Nasceu em Nampula – Região Norte de Moçambique	Graduada em Ciências Sociais pelo Instituto Filosofia e Ciências Sociais – IFICS/UFRJ (1996)	Mestre em Antropologia pela Universidade de Cape Town, África do Sul (2004)	Doutorada em Antropologia pela Universidade de Gotemburgo, Suécia (2018)	Trabalha no Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane (desde 1997 à atualidade); Fundadora e Investigadora no Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão desde 1998.	- Leciona disciplinas de Antropologia Urbana e das Sociedades Rurais; Género e Sexualidade; Saúde e Doença; Família e Parentesco. - Seus interesses de pesquisa giram em torno	Migrações; Vida, pobreza, género, sexualidade e (in)fertilidade; juventudes; Políticas e programas de combate ao HIV/SIDA; Sector informal.	
14	Rafael da Conceição	1958 Nasceu na província de Cabo Delgado – Norte de Moçambique	Graduação em Ciências Sociais pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais na Universidad e de Paris 8 (1983/4)	Mestre em Ciências Sociais (Antropologia e Sociologia do Político) na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais na Universidade de Paris 8 (1989)	Doutorado em Sociologia do Político (menção em Antropologia) na Universidade de Paris 8 – França (1993)	Trabalhou na Universidade Eduardo Mondlane/ DAA de 1995 até o seu afastamento por questões de saúde.	- Lecionou as disciplinas de Antropologia do Político; Antropologia Econômica e do Desenvolvimento, etc. - Seus temas de pesquisa giram em torno do político, processos identitários, comunidades costeiras e desenvolvimento no Norte de Moçambique	Antropólogo. Professor aposentado de Antropologia da UEM.	

15	Sandra Manuel	1979 Nasceu na cidade de Maputo, província de mesmo nome – Região Sul de Moçambique	Bacharelato em Ciências Sociais pela UFICS/UE M e Graduação em Antropologia pela Universidade do Cabo, 2002	Mestre em Antropologia pela Universidade do Cabo, África do Sul, 2004	Doutora em Antropologia pela SOAS na Universidade de Londres na Inglaterra, 2014	Trabalha na Universidade Eduardo Mondlane desde 2005	<ul style="list-style-type: none"> - Leciona as disciplinas de Género e Sexualidade; Saúde e Doença, etc. - Seus temas de pesquisa giram em torno das questões de género, sexualidade e classe; corpo e relações de poder, etc. 	Antropóloga, professora e pesquisara no DAA, pesquisadora da Kaleidoscópio e assessora do Reitor da UEM.	
16	Maria José Arthur	1960 Nasceu na cidade de Quelimane, província da Zambézia – região centro de Moçambique	Bacharelato em História pela UEM-Moçambique (1980). Graduação em Sociologia menção em Antropologia (1988) pela Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais da Universidade de Paris 8 – França	Mestre em Sociologia com menção em Antropologia (1998) pela Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais da Universidade de Paris 8- França		Começou a trabalhar na Universidade nos anos 1980, na Faculdade de Educação. Entra para o DAA nos finais dos anos início dos anos 90 (1993). Entrou e saiu da Universidade várias vezes: 1981-1983; 1993-1996; 2001-2003. Em 2003 saiu definitivamente.	<ul style="list-style-type: none"> - Lecionou disciplinas como Métodos e técnicas de pesquisa; Antropologia Urbana e das Sociedades Rurais; Antropologia da Família e do Parentesco, etc. - Seus temas de pesquisa giram em torno dos direitos humanos das mulheres; violência contra as mulheres; género e poder; desigualdades sociais na perspectiva de género; acesso a recursos pelas mulheres; etc. 	Socióloga e Antropóloga. Pesquisadora e uma das coordenadoras da WLSA – Moçambique.	